

RELATÓRIO & CONTAS '20

altri



ALTRI, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818 – Porto

NIF 507 172 086

Capital social: 25.641.459 Euros

ÍNDICE

(SECÇÕES INCLUÍDAS NO PRESENTE DOCUMENTO)

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS ANEXAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO.....	5
EVOLUÇÃO BOLSISTA.....	6
ATIVIDADE DO GRUPO.....	8
ANÁLISE FINANCEIRA.....	13
PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO INDIVIDUAL.....	16
GESTÃO DE RISCO.....	17
PERSPETIVAS FUTURAS.....	17
DISPOSIÇÕES LEGAIS.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 245, 1, AL. C) DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS.....	24
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.....	24
ANEXO I.....	25

Senhores acionistas

O Conselho de Administração da Altri, SGPS, S.A. (daqui em diante “Altri” ou “Sociedade” ou “Grupo”), em observância das disposições legais e estatutárias aplicáveis, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2020, tendo, ao abrigo do número 6 do art.º 508.º – C do Código das Sociedades Comerciais (C.S.C.), optado por apresentar um Relatório de Gestão Único, que dando cumprimento a todas as exigências legais aplicáveis, permitirá uma análise completa prática e integrada da informação aí disponibilizada.

INTRODUÇÃO

A Altri foi constituída em março de 2005 e rapidamente ficou conhecida e reconhecida como um produtor europeu de referência de pasta de papel de eucalipto, e, mais recentemente, na produção de pasta solúvel, sendo igualmente um *player* de referência no setor das energias renováveis de base florestal, nomeadamente na cogeração industrial através do licor negro e da biomassa, na medida em que a sua estratégia florestal assenta no aproveitamento integral de todos os componentes disponibilizados pela floresta: pasta, licor negro e resíduos florestais.

A totalidade das ações que representam o seu capital social estão admitidas à negociação em mercado regulamentado, na *Euronext Lisbon*, integrando o seu principal índice de referência, o PSI-20.

O sucesso da Altri deve-se a uma multiplicidade de fatores, devendo destacar-se o elevado nível de investimento realizado, sobretudo nos últimos anos - a Altri investiu nos últimos dez anos em Portugal mais de 464 milhões de Euros nas suas unidades industriais, o que permitiu dotá-las da mais avançada tecnologia de ponta conhecida no mercado mundial, adaptando-as, desde já, às condições do Novo BREF (*Best Available Techniques – Reference Document for the Production of Pulp, Paper and Board*). As unidades industriais da Altri são, por isso, hoje, referências nacionais e internacionais em matéria de boas práticas e de *compliance* ambiental.

A Altri detém três fábricas de pasta de papel em Portugal, a Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A., situada na Figueira da Foz, a Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A., situada em Vila Velha de Ródão e a Caima – Indústria de Celulose, S.A. situada em Constância, com uma capacidade instalada de produção de pasta de eucalipto, no total das três unidades, superior a 1 milhão de toneladas por ano. Adicionalmente, a Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. (anteriormente designada por Bioelétrica da Foz, S.A.), materializa a presença da Altri no setor da energia renovável, contando atualmente com cinco centrais de produção termoelétrica a partir de biomassa florestal.

A floresta é um ativo estratégico da Altri. Em finais de 2020 a Altri, através das suas subsidiárias Altri Florestal, S.A. e Florestsul, S.A., mantinha sob sua gestão cerca de 86,3 mil hectares de terrenos florestais em Portugal. A gestão praticada pela Altri encontra-se certificada pelos principais sistemas de certificação de gestão florestal sustentável e representa uma garantia para a prossecução dos objetivos do Grupo, hoje e no futuro.

Nestes terrenos, o eucalipto destaca-se como a principal cultura da floresta da Altri, garantindo um autoabastecimento complementar ao fornecido pelo mercado em madeira e biomassa, encontrando-se estes terrenos integralmente certificados pelo *Forest Stewardship Council*® (FSC®) e pelo *Programme for the Endorsement of Forest Certification* (PEFC), duas das mais reconhecidas entidades certificadoras a nível mundial.

Os recursos florestais da Altri, embora se encontrem dispersos em todo o país, na sua grande maioria estão concentrados no Vale do Tejo, conferindo-lhes uma importância acrescida face à sua proximidade aos centros fabris da Altri. Esta proximidade tem uma grande importância estratégica pois permite uma otimização dos custos de transporte, assim como uma grande eficácia na mobilização de madeira quando comparada com a produção de madeira localizada a maiores distâncias.

A prossecução da estratégia industrial da Altri assenta na gestão florestal integrada em Portugal, que visa a otimização da floresta, garantindo um aproveitamento integral de todos os seus componentes. Assim, o eucalipto é processado nas fábricas da Altri, produzindo pasta de papel e energia elétrica (cogeração), sendo que a casca, os ramos e os desperdícios florestais são utilizados para produzir energia elétrica através de biomassa.

A estratégia de desenvolvimento da Altri está claramente assente no reforço da eficiência operativa e, simultaneamente, na diversificação das fontes de receita para segmentos de maior valor acrescentado e que possibilitem uma evolução na cadeia de valor. Assim, para competir confortavelmente no mercado das *commodities*, e num contexto adverso de taxa de câmbio, o Grupo tem de reduzir os custos de operação e, por outro lado, investir na produção de produtos de maior valor acrescentado que permitam o seu crescimento.

A Altri pretende ser o produtor mais eficiente à escala global na colocação da pasta de papel à porta dos seus clientes. Com esse objetivo, a Altri desenvolveu uma estratégia assente em três pilares:

- Redução do *cash-cost* por tonelada: os projetos levados a cabo nos últimos anos e em curso não implicam aumento dos custos fixos, conduzindo a uma diluição do *cash-cost* por tonelada;
- Localização estratégica da base de clientes: a localização privilegiada dos clientes da Altri é a Europa Ocidental e Central, o que permite otimizar a relação entre a qualidade de serviço aos clientes e o custo de transporte mínimo;
- Auto-suficiência de madeira: a Altri tem sob gestão certificada cerca de 86,3 mil hectares, o que lhe assegura um nível potencial de auto-suficiência de madeira de 15 a 20%.

Na prossecução dos seus objetivos de melhoria contínua, e em particular no que diz respeito à valorização dos recursos florestais, a Altri adquiriu, em 2005, 50% da EDP Produção – Bioelétrica, S.A. para, em parceria com a EDP, produzir energia elétrica a partir de biomassa florestal. Esta empresa é líder no seu segmento de mercado, com uma quota de licenças de produção de energia elétrica através de biomassa florestal de 50%. No decorrer do ano de 2018, a Altri chegou a acordo com a EDP para adquirir, diretamente e através da sua subsidiária Caima Indústria de Celulose, S.A., os 50% remanescentes, assumindo assim o controlo de 100% dessa Sociedade (atualmente denominada Greenvolt - Energias Renováveis, S.A.).

Assim, a Altri, através da sua subsidiária Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. (Greenvolt) possui e gere atualmente cinco centrais termoelétricas a biomassa o que demonstra a sua forte aposta no setor das energias renováveis, e o que a elevou para uma posição de relevo neste mercado em Portugal.

Ainda no que diz respeito ao setor da energia, a Altri aposta também na produção de energia elétrica através da cogeração industrial de base renovável (um processo assente no aproveitamento de componentes vegetais com propriedades combustíveis).

Consequentemente, a atual estrutura orgânica funcional do Grupo Altri pode ser representada como se segue:



ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O ano de 2020 ficará para sempre recordado como o ano da crise pandémica que teve repercussões a nível social, económico e financeiro. Comportamentos e atitudes que até então passavam bem distantes do nosso imaginário, como “distanciamento social”, “confinamento” ou “medidas de restrição”, passaram a fazer parte do nosso quotidiano. Tudo isto teve forte impacto na evolução dos negócios e na rentabilidade dos mesmos, levando a níveis de recessão global nunca vistos desde a Segunda Guerra Mundial. As projeções da variação anual do PIB a preços constantes (em %) da economia mundial andam maioritariamente na casa dos -4%: -4,3% (Comunidade Europeia e Banco Mundial) e -4,2% (OCDE). Por outro lado, a estimativa do Fundo Monetário Internacional aponta para níveis mais otimistas, com a variação a ficar-se apenas pelos -3,5%.

Para 2021, avanços no combate à pandemia vêm dar à economia um balão de oxigénio, nomeadamente o início do processo de vacinação. Apesar de ser um longo processo, o forte investimento da comunidade científica em prol do combate à pandemia faz com que esta resposta seja encarada de forma bastante positiva e capaz de produzir bons resultados. No entanto, o aparecimento de novas variantes do vírus pode fazer com que este percurso seja de altos e baixos e que novas medidas restritivas sejam aplicadas. Estas far-se-ão sentir na economia, com possíveis quedas de produção a curto-prazo e com a necessidade das empresas continuarem a aceder aos apoios económico-financeiros dos Governos. Ainda assim, a vacina parece amplamente suportar a confiança dos *players* de mercado, levando a OCDE a avançar com projeções do crescimento do PIB (a preços constantes) da economia mundial na ordem dos 4,25% para 2021 e 3,75% em 2022. Já o Banco Mundial aponta para uma variação anual do PIB a preços constantes de 4%, enquanto o FMI vai mais longe, com uma previsão na ordem dos 5,5%.

Relativamente à economia europeia, esta registou em 2020 uma queda, entrando assim em rotura com os 7 anos consecutivos de crescimento. Como um todo, segundo as mais recentes estimativas da Eurostat, o PIB da economia europeia terá caído 6,8% em 2020. Ainda assim, este valor é bastante suportado pelo terceiro trimestre, onde a economia cresceu mais do que esperado, alcançando níveis de 12,6% q/q comparativamente com uma previsão de 6,4% q/q em setembro. Nos próximos dois anos, prevê-se apenas uma recuperação moderada do PIB, na ordem dos 4,7% em 2021 e dos 4,4% em 2022. Relativamente ao desemprego, as previsões da Comissão Europeia estimam que a taxa de desemprego na Zona Euro suba de 7,5% em 2019 para 8,3% em 2020 e 9,4% em 2021, antes de descer para 8,9% em 2022. Já a inflação da Zona Euro, encerrou 2020 nos 0,3%. A Fitch Ratings avança com estimativas na ordem dos 0,8% e 1,3% para 2021 e 2022.

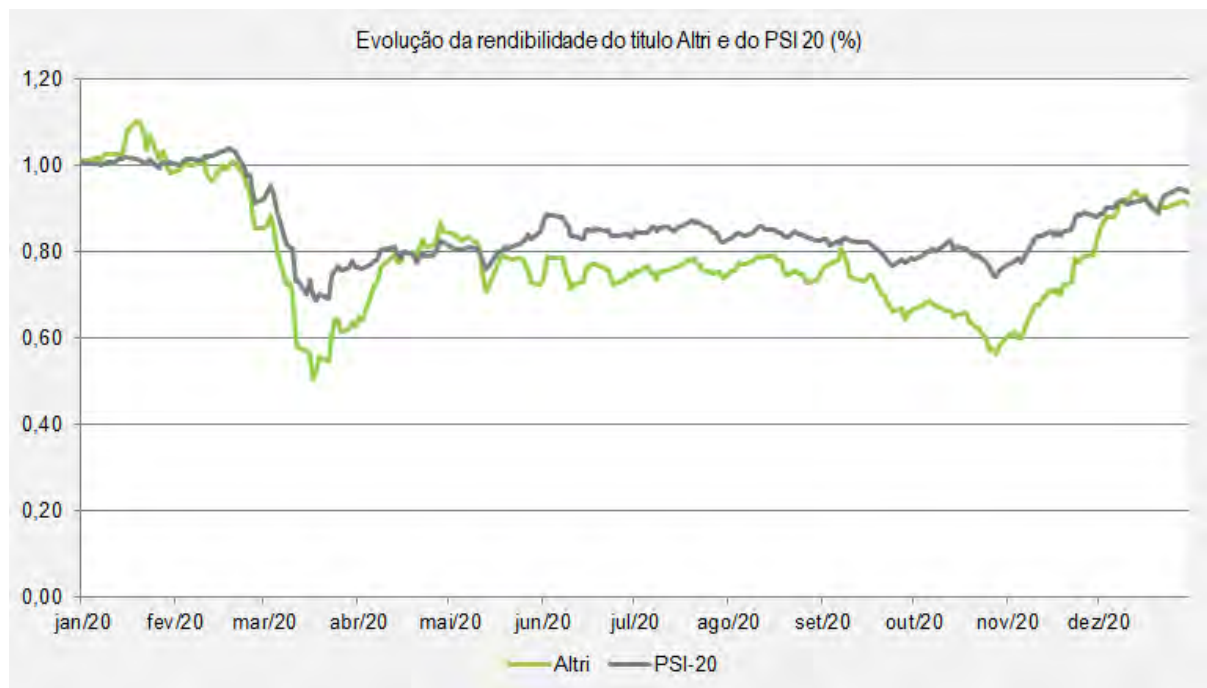
A atividade económica em Portugal também se viu severamente afetada. As mais recentes projeções do INE avançam com uma contração histórica de 7,6% em 2020. O mesmo instituto avança com possíveis recuperações graduais de 3,9% e 4,5%, em 2021 e 2022, respetivamente. Todavia, estas estimativas assumem que as restrições serão gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021. Simultaneamente, Portugal fechou o ano de 2020 com uma ligeira deflação de 0,1%. As projeções do Banco de Portugal (BdP) para os próximos anos apontam para uma inflação de 0,3% em 2021, 0,9% em 2022 e 1,1% em 2023. Relativamente ao desemprego, as estimativas do BdP apontam para os 7,2% em 2020, 8,8% em 2021 e 8,2% em 2022 (valores em % da população ativa).

No que toca à China, os valores da variação anual do PIB a preços constantes em 2020 são já oficiais, fixando-se nos 2,3%. O investimento, em particular o investimento em infraestruturas financiadas por dívida e estímulos, impulsionou o crescimento em 2020. Para 2021, a OCDE perspetiva um crescimento de cerca de 8% em 2021 e 4,9% em 2022.

Fonte: IMF - Informação de Mercados Financeiros, Relatório de Enquadramento Macroeconómico em 2020 e Cenário para 2021, 11 de fevereiro de 2021

EVOLUÇÃO BOLSISTA

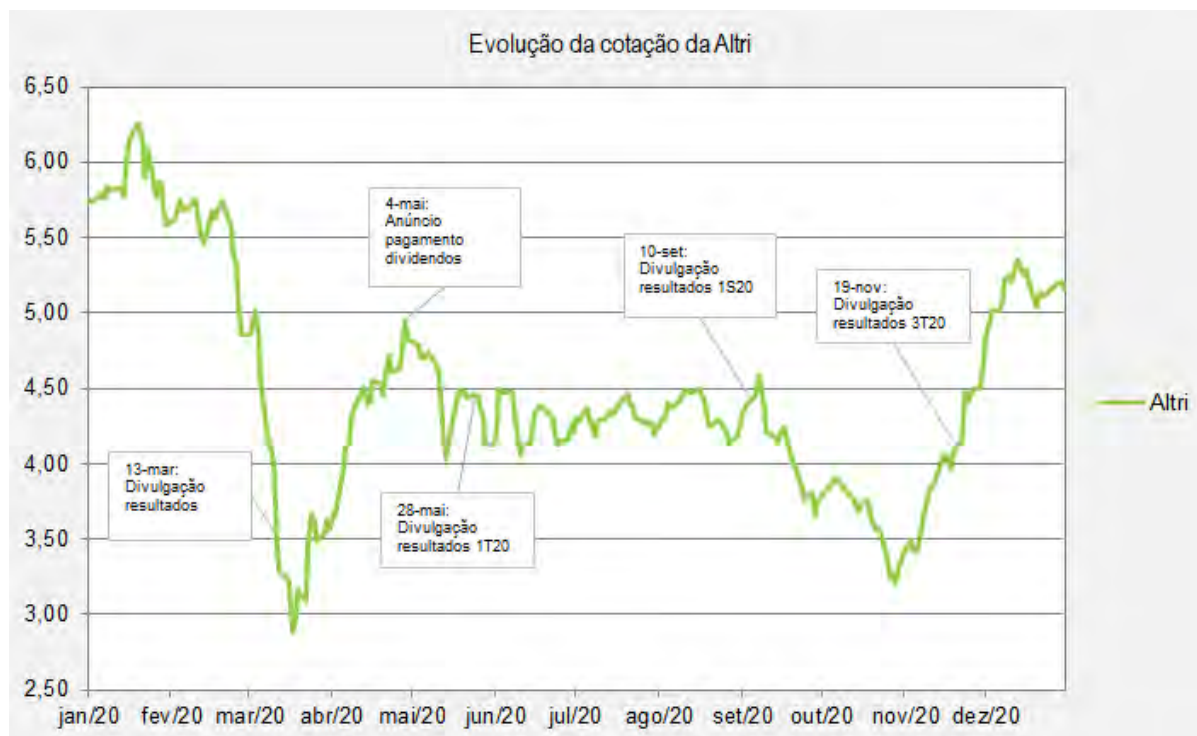
(Nota: O PSI 20 foi considerado como um índice com valor inicial idêntico ao do título em análise, de forma a possibilitar uma melhor comparação das variações das cotações.)



A cotação bolsista da Altri encerrou o ano de 2020 nos 5,16 Euros por ação. A capitalização bolsista no final de 2020 era de cerca de 1.058 milhões de Euros.

Durante o ano de 2020, as ações da Altri foram transacionadas a uma cotação máxima de 6,26 Euros por ação e a mínimos de 2,88 Euros por ação. No total, foram transacionadas cerca de 164,5 milhões de ações da Altri naquele período, o que equivale a 80,2% do capital emitido.

Os principais eventos que marcaram a evolução dos títulos do Grupo durante o exercício de 2020 podem ser descritos cronologicamente do seguinte modo:



- No dia 13 de março de 2020, o Grupo anunciou a performance financeira relativamente ao exercício de 2019, fixando-se o resultado líquido consolidado em 100,8 milhões de Euros. As receitas totais¹ consolidadas ascenderam a 753,5 milhões de Euros. O EBITDA² consolidado foi superior a 233,1 milhões de Euros, tendo sido um ano *record* em termos de produção e vendas de pasta. Naquela data, as ações encerraram a cotar nos 3,292 Euros por ação;
- No comunicado efetuado a 4 de maio de 2020, a Altri informou o mercado que os dividendos relativos ao exercício de 2019, correspondentes a 0,30 Euros por ação, seriam pagos a partir de 15 de maio;
- Através do comunicado efetuado a 28 de maio, o Grupo publicou os resultados do primeiro trimestre de 2020. No decorrer deste período as receitas totais¹ consolidadas ascenderam a 165,7 milhões de Euros, o EBITDA² atingiu cerca de 33,1 milhões de Euros ao passo que o resultado líquido consolidado se fixou nos 6,8 milhões de Euros;
- A 10 de setembro, a Altri comunicou ao mercado os resultados do 1.º semestre de 2020, tendo apresentado receitas totais¹ de cerca de 328 milhões de Euros, EBITDA² de 63 milhões de Euros e resultado líquido de cerca de 9,2 milhões de Euros;
- No dia 19 de novembro foram divulgados os resultados do 3.º trimestre. Nos primeiros 9 meses do ano, o Grupo atingiu receitas totais¹ de 469,5 milhões de Euros, o EBITDA² foi de cerca de 95,4 milhões de Euros e o resultado líquido de 24,3 milhões de Euros.

¹ Receitas totais = Vendas + Prestações de serviços + Outros rendimentos

² EBITDA = Resultados antes de impostos, Resultados financeiros e Amortizações e depreciações

ATIVIDADE DO GRUPO

A Altri é um produtor europeu de referência de pasta de papel de eucalipto, e, mais recentemente, produtor de pasta solúvel, sendo igualmente um *player* de referência no setor das energias renováveis de base florestal, nomeadamente na cogeração industrial através do licor negro e da biomassa.

As principais participações financeiras da Altri são as seguintes:

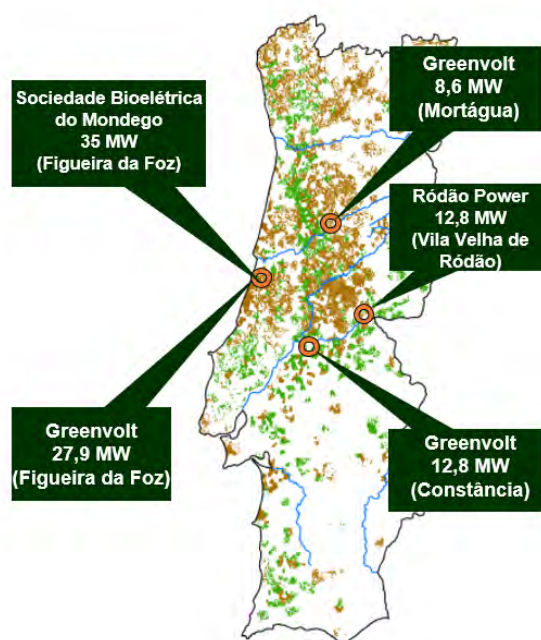
- **Caima – Indústria de Celulose (Constância)** – produção e comercialização de pasta solúvel;
- **Celulose Beira Industrial (Celbi) (Figueira da Foz)** – produção e comercialização de pasta de papel;
- **Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo (Vila Velha de Ródão)** – produção e comercialização de pasta de papel;
- **Altri Florestal (Constância)** – unidade gestora dos recursos florestais do Grupo;
- **Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. (Figueira da Foz, Mortágua e Constância)** – gestão e produção de energia proveniente de centrais termoelétricas a biomassa.

Adicionalmente, com o objetivo de apoiar as suas necessidades energéticas e expandir a sua atividade para um setor considerado interessante do ponto de vista estratégico, o Grupo detém ainda uma participação de 100% no capital da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A., sociedade controlada desde o final do ano de 2018.

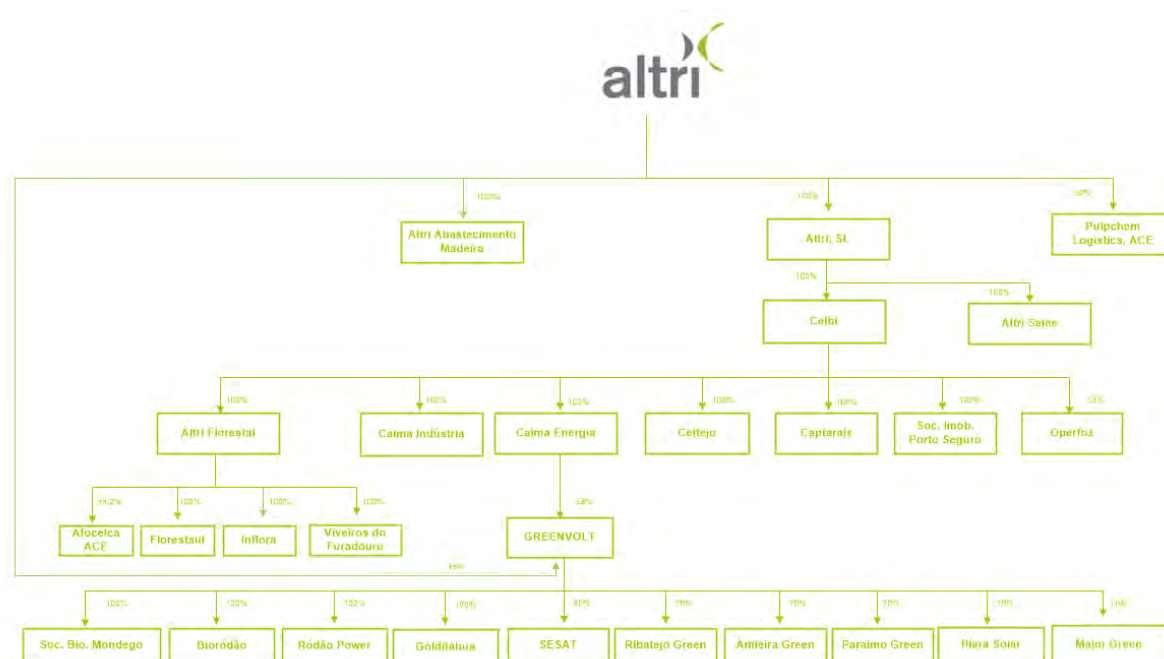
Localização das unidades industriais do Grupo Altri



Localização das centrais de produção de energia



Em 31 de dezembro de 2020 a estrutura completa de participações do Grupo Altri é a seguinte:



O produto da Altri

A Celbi e a Celtejo produzem pastas papelarias de eucalipto, pelo processo ao sulfato, ou Kraft. A Caima produz pasta solúvel, para aplicações na indústria têxtil, pelo processo ao sulfito.

A pasta Celbi é branqueada sem utilização de cloro elementar (pasta ECF, *elemental chlorine free*). As pastas da Celtejo e da Caima são pastas TCF (*totally chlorine free*), isto é, são branqueadas sem a utilização de compostos clorados.

No caso das pastas papelarias da Celbi e da Celtejo a utilização do eucalipto *globulus* como matéria-prima, conjugada com o processo produtivo, confere-lhes características especiais que as tornam particularmente adequadas à produção de determinados tipos de papel ou cartão.

Estas características recomendam, no caso da Celbi, a sua utilização na produção de papéis finos de impressão e escrita, papéis para laminados decorativos e papéis destinados a servirem de suporte à impressão de elevada qualidade. No caso da Celtejo a pasta é particularmente adequada à produção de papéis *tissue*.

A Caima produz pasta solúvel (*dissolving pulp*) utilizando o eucalipto *globulus* como matéria-prima. Esta pasta é utilizada na produção de viscose, uma das matérias-primas da indústria têxtil, a par do algodão e do poliéster. Como exemplo de produtos finais, que integram no seu processo produtivo a pasta de papel e a solúvel, denota-se o papel (seja de escrita, decorativo ou *tissue*), têxteis (tecidos e roupa), óculos, pneus, colchões, esponjas, dispositivos eletrónicos tais como LCD's, indústria alimentar (como por exemplo, a produção de molhos), tintas, cigarros, loiça, entre muitos outros. Com este leque de aplicações, a indústria da pasta de celulose acrescenta valor à sociedade.

Os mercados alvo das pastas papelarias são a Europa ocidental, a Europa de leste e a bacia do Mediterrâneo. As pastas solúveis são vendidas sobretudo na China, que é o maior produtor mundial de viscose.

Para além da pasta solúvel a Caima vende ainda lignosulfonato de magnésio, que é maioritariamente utilizado na indústria de construção, como aditivo para o betão.

As pastas de papel produzidas estão aprovadas pelo *Nordic Ecolabelling of Paper Products* (Celbi e Celtejo) e pelo *European Ecolabel* (Celbi), para poderem ser utilizadas em produtos que pretendam utilizar este rótulo ambiental. Estes dois programas são programas de rotulagem ambiental, baseados na análise do ciclo de vida do produto.

O processo de produção da pasta e a gestão florestal integrada possibilitam o aproveitamento de fontes de energia renovável: licor negro e biomassa. Assim, o Grupo apresenta o segmento da Energia: constituído essencialmente pela Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e pelas suas subsidiárias. Este segmento conta com 5 centrais para produção de energia a partir de biomassa florestal, energia essa que segue posteriormente para venda na rede pública.

Mercado da pasta de papel

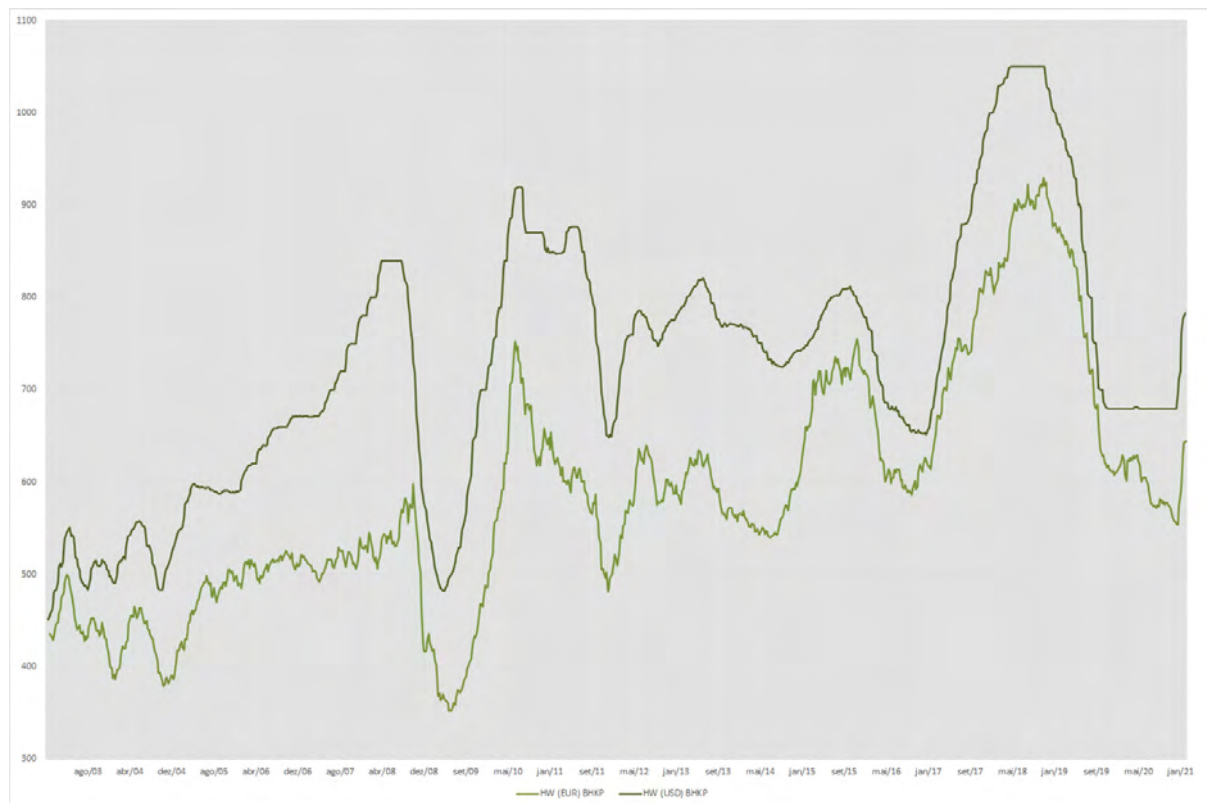
De acordo com os dados do *Pulp and Paper Products Council (PPPC)*, *World Chemical Market Pulp Global 100 Report, December 2020* a procura total acumulada durante o ano de 2020 de pastas *hardwood* cresceu cerca de 6,0% em relação ao período homólogo de 2019. Os dias de inventário nos produtores de pastas do tipo *hardwood* situavam-se, no final de dezembro de 2020, em 35 dias, o que corresponde a um decréscimo de 2 dias face ao nível dos inventários que se verificavam há um ano. Em termos geográficos, constata-se que o consumo de pasta do tipo *hardwood* na Europa (*Western Europe* e *Eastern Europe*) regista um decréscimo de 4%, enquanto a procura proveniente da China cresceu 13%.

Em termos de preços de venda, o benchmark esteve estável nos 680 USD/ton na Europa desde novembro de 2019. No entanto, convertendo o preço para EUR, o preço médio do ano foi de, aproximadamente, 597 EUR/ton. O preço médio registado no quarto trimestre de 2020 foi de 571 EUR/ton.

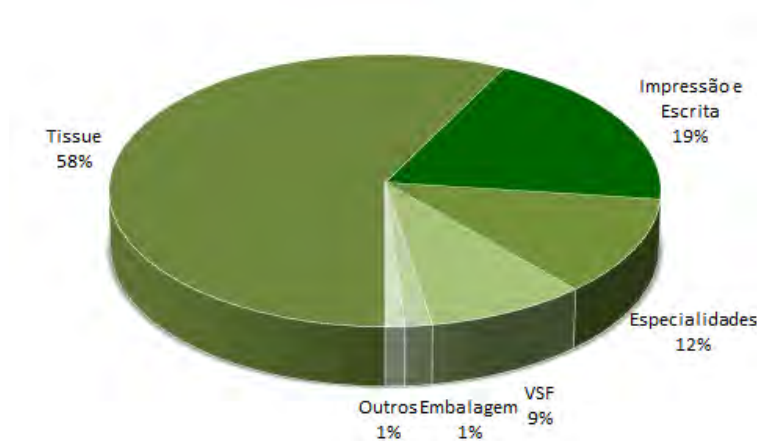
Já no decorrer de 2021 foram anunciados três aumentos de preço consecutivos, o que coloca o atual preço de mercado em 910 USD para o mês de março.

Evolução do preço da pasta BHKP na Europa desde 2003 até final março de 2021 (EUR)

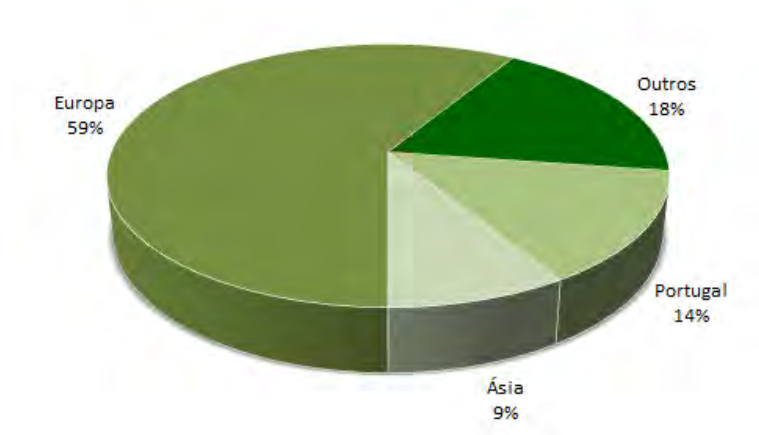
Fonte: FOEX



Vendas de pasta: detalhe por utilização



Vendas de pasta: detalhe por região



O preço médio de mercado da pasta papaleira (BHKP) em 2020 foi de 597,26 €/ton, o que corresponde a um decréscimo de 22% face ao preço médio registado em 2019.

Em termos de destino geográfico das vendas da Altri, a Europa (excluindo Portugal) é o principal mercado de destino das vendas do Grupo, representando 59% das vendas, ou seja, cerca de 643 mil toneladas. Portugal representa 14% das vendas, enquanto que a Ásia representa cerca de 9% das vendas de pasta.

Em termos de utilização da pasta os produtores de papel *tissue* são os principais clientes da Altri com uma quota de 58%, seguindo-se os produtores de papel gráfico de impressão e escrita e os produtores de especialidades, com quotas de mercado de 19% e 12%, respetivamente. Os produtores de filamentos de viscose – consumidores de pasta DWP – representam cerca de 9% das vendas.

ANÁLISE FINANCEIRA

A informação financeira apresentada foi preparada de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia (IFRS-UE).

Demonstração dos resultados de 2020

milhares de Euros	2020	2019	2020/2019 Var%
Receitas totais (a)	615.649	753.520	-18,3%
Custo das vendas	287.335	285.623	0,6%
Fornecimento de serviços externos	158.870	182.781	-13,1%
Custos com pessoal	39.012	40.320	-3,2%
Outros gastos	3.055	6.316	-51,6%
Variação de justo valor dos ativos biológicos	-1.246	-1.937	-35,7%
Provisões e perdas por imparidade	-1.755	7.274	ss
Custos totais	485.271	520.376	-6,7%
EBITDA (b)	130.377	233.144	-44,1%
margem EBITDA (c)	21,2%	30,9%	-9,8 pp
Amortizações e depreciações	-76.906	-75.347	2,1%
EBIT (d)	53.471	157.797	-66,1%
margem EBIT (e)	8,7%	20,9%	-12,3 pp
Resultados relativos a investimentos	30	29	4,5%
Gastos financeiros	-27.745	-25.525	8,7%
Rendimentos financeiros	4.174	3.958	5,4%
Resultados financeiros	-23.541	-21.538	9,3%
Resultados antes de impostos e CESE	29.931	136.259	-78,0%
Impostos sobre o rendimento	7.036	-35.436	-119,9%
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	-1.998	0	ss
Resultado Líquido Consolidado do exercício			
Atribuível a:			
Detentores de capital próprio da empresa-mãe	34.977	100.826	-65,3%
Interesses sem controlo	-9	-4	ss

(a) Receitas totais = Vendas + Prestações de serviços + Outros rendimentos

(b) EBITDA = Resultados antes de impostos e CESE, Resultados financeiros e Amortizações e depreciações

(c) Margem EBITDA = EBITDA / Receitas totais

(d) EBIT = Resultados antes de impostos e CESE e Resultados financeiros

(e) Margem EBIT = EBIT / Receitas totais

As receitas totais ascenderam a cerca de 615,6 milhões de Euros, o que corresponde a um decréscimo de 18,3%. Em termos de EBITDA, verificou-se um decréscimo de 44,1%, para os 130,4 milhões de Euros. O resultado líquido ascendeu a, aproximadamente, 35 milhões de Euros.

Em 2020 foram produzidas 1,102 milhões de toneladas de pastas, sendo que 1,01 milhões de toneladas de pastas BHKP e 91,5 mil toneladas de pastas DWP.

As receitas totais associadas às unidades de produção de pasta ascenderam a 528,6 milhões de Euros, o que corresponde a um decréscimo de 23% em relação ao ano de 2019. Foram exportadas 945,3 mil toneladas de pasta, o que se correspondeu a 397,7 milhões de Euros de receitas.

As receitas da GREENVOLT ascenderam a 86,9 milhões de Euros, o que se traduz num crescimento de 35% em relação às receitas obtidas em 2019, tendo o seu EBITDA atingido 32,9 milhões de Euros, o que corresponde a um crescimento de 49% face a 2019.

Principais indicadores da demonstração da posição financeira

milhares de Euros	31.12.2020	31.12.2019	Var%
Ativos biológicos	105.621	104.491	1%
Ativos fixos tangíveis	523.508	555.289	-6%
Ativos sob direito de uso	65.463	69.601	-6%
Goodwill	265.631	265.631	0%
Ativos intangíveis	52.202	52.043	0%
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	756	725	4%
Outros	31.330	37.066	-15%
Ativos não correntes	1.044.510	1.084.846	-4%
Inventários	75.455	85.966	-12%
Clientes	64.150	83.739	-23%
Caixa e equivalentes de caixa	254.569	181.344	40%
Outros	47.292	46.557	2%
Ativos correntes	441.465	397.605	11%
Ativo total	1.485.975	1.482.451	0%
Capital próprio e Interesses que não controlam	445.321	466.043	-4%
Empréstimos bancários	27.500	27.500	0%
Outros empréstimos	532.418	558.765	-5%
Incentivos reembolsáveis	2.942	2.942	0%
Passivo da locação	65.462	70.392	-7%
Outros	81.482	82.337	-1%
Passivos não correntes	709.803	741.936	-4%
Empréstimos bancários	2.136	6.203	-66%
Outros empréstimos	168.870	102.651	65%
Incentivos reembolsáveis	2.847	3.026	-6%
Passivo da locação	9.589	9.316	3%
Fornecedores	104.104	102.378	2%
Outros	43.305	50.898	-15%
Passivos correntes	330.851	274.471	21%
Total do Passivo e Capital Próprio	1.485.975	1.482.451	0%

O investimento líquido total³ realizado durante o exercício de 2020 pelas unidades do Grupo ascendeu a aproximadamente, 37 milhões de Euros.

A dívida líquida nominal remunerada⁴ da Altri em 31 de dezembro de 2020 ascendia a 475,3 milhões de Euros, o que correspondeu a um decréscimo anual de 37,7 milhões de Euros.

³ Investimento líquido total: Pagamentos no período relativos a aquisições de ativos fixos tangíveis relacionados com a atividade operacional dos segmentos Pasta e Energia.

⁴ Dívida líquida nominal remunerada: Empréstimos bancários (valores nominais) + Outros empréstimos (valores nominais) – Caixa e equivalentes de caixa.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Durante o exercício de 2020, os administradores não executivos cumpriram de forma regular e com eficácia as suas funções de acompanhamento e monitorização da atividade dos membros executivos.

Entre outros, em 2020, os membros não executivos do Conselho de Administração participaram ativa e regularmente nas reuniões do Conselho de Administração, tendo analisado as diversas questões discutidas e manifestado a sua posição relativamente às diretrizes estratégicas do Grupo. Sempre que necessário, aqueles administradores mantiveram um contacto estreito e direto com os responsáveis operacionais e financeiros do Grupo. No exercício de 2020, e no âmbito das reuniões do Conselho de Administração, os Administradores executivos prestaram todas as informações que foram requeridas pelos demais membros do Conselho de Administração.

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO INDIVIDUAL

A Altri, S.G.P.S., S.A., na qualidade de holding do Grupo, registou nas suas demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2020, preparadas de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia um resultado líquido de 95.148.555 Euros, para o qual, nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

Dividendos	51 282 918 euros
Reservas livres	43 865 637 euros

A distribuição de lucros do exercício ora proposta implicará o pagamento de um dividendo bruto de 0,25 Euros por ação.

GESTÃO DE RISCO

A Gestão do Risco tem um papel vital na estrutura de gestão do Grupo. É nosso entendimento que a gestão do risco é um potenciador da criação de valor.

Para uma descrição mais abrangente dos riscos relacionados com as atividades do Grupo, consulte as secções Relatório de Governo da Sociedade, Demonstrações Financeiras Consolidadas e notas anexas, Demonstrações Financeiras Individuais e notas anexas e Relatório de Sustentabilidade.

PERSPETIVAS FUTURAS

O atual contexto, embora ainda marcado por um cenário de pandemia, é globalmente otimista a médio prazo, o que se tem traduzido num aumento da procura e, consequentemente, num aumento de preços.

Registe-se que, à data deste comunicado, o preço de mercado anunciado para o mês de março de 2021 é de 910 USD, o que reflete um aumento de 230 USD entre o final de dezembro de 2020 e a presente data.

O Grupo Altri vai continuar a desenvolver um conjunto de projetos de melhoria contínua, essencialmente assentes no campo digital, que visam reforçar a eficiência das suas unidades produtivas.

Em termos de *Environmental, Social and Governance* (ESG) o Grupo Altri apresentará durante o ano de 2021 os seus compromissos nesta matéria para o período 2020-2030.

Em termos de paragens programadas de manutenção em 2021, a calendarização é a seguinte:

- Celbi: outubro de 2021
- Caima: setembro 2021
- Celtejo: sem paragem

Remetemos para as considerações divulgadas na Nota 44. Eventos Subsequentes no anexo às demonstrações financeiras consolidadas

DISPOSIÇÕES LEGAIS

Ações próprias

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que em 31 de dezembro de 2020 a Altri não detinha ações próprias, não tendo adquirido ou alienado ações próprias durante o ano.

Ações detidas pelos órgãos sociais da Altri

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais informa-se que em 31 de dezembro de 2020, os administradores da Altri detinham as seguintes ações:

Paulo Jorge dos Santos Fernandes ^(a)	26 676 874
João Manuel Matos Borges de Oliveira ^(b)	31 000 000
Domingos José Vieira de Matos ^(c)	26 669 010
Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça ^(d)	38 295 053

^(a) – As 26.676.874 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas pela sociedade ACTIUM CAPITAL, S.A., da qual o administrador Paulo Jorge dos Santos Fernandes é administrador e acionista dominante.

^(b) – As 31.000.000 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas pela sociedade CADERNO AZUL, S.A., da qual o administrador João Manuel Matos Borges de Oliveira é administrador e acionista.

^(c) – As 26.669.010 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas pela sociedade LIVREFLUXO, S.A., da qual o administrador Domingos José Vieira de Matos é administrador e acionista dominante.

^(d) – As 38.295.053 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas pela sociedade PROMENDO INVESTIMENTOS, S.A., da qual a administradora Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça é administradora e acionista dominante.

Em 31 de dezembro de 2020, o Revisor Oficial de Contas, os membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral não possuíam ações representativas do capital social da Altri.

Participação no Capital da Sociedade

Nos termos e para os efeitos do disposto nos Artigos 16.º e 20.º do Código de Valores Mobiliários e no Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que as sociedades e/ou pessoas singulares que têm uma participação social qualificada que ultrapasse os 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33% e 50% dos direitos de voto, de acordo com as notificações recebidas na sede da Altri reportadas a 31 de dezembro de 2020, são como segue:

Norges Bank	Nº ações detidas em 31-dez-2020	% capital social com direito de voto
Diretamente	3 361 003	1,64%
Ações emprestadas com direito de recall	943 213	0,46%
Total imputável	4 304 216	2,10%

1 Thing, Investments, S.A.	Nº ações detidas em 31-dez-2020	% capital social com direito de voto
Diretamente ^(a)	20 541 284	10,01%
Total imputável	20 541 284	10,01%

^(a) - as 20.541.284 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas diretamente pela sociedade 1 THING, INVESTMENTS, S.A. cujo conselho de administração integra o administrador Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira.

Domingos José Vieira de Matos	Nº ações detidas em 31-dez-2020	% capital social com direito de voto
Através da sociedade Livrefluxo, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	26 669 010	13,00%
Total imputável	26 669 010	13,00%

Paulo Jorge dos Santos Fernandes	Nº ações detidas em 31-dez-2020	% capital social com direito de voto
Através da sociedade Actium Capital, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	26 676 874	13,00%
Total imputável	26 676 874	13,00%

João Manuel Matos Borges de Oliveira	Nº ações detidas em 31-dez-2020	% capital social com direito de voto
Através da sociedade CADERNO AZUL, S.A. (da qual é acionista e administrador)	31 000 000	15,11%
Total imputável	31 000 000	15,11%

Promendo Investimentos, S.A.	Nº ações detidas em 31-dez-2020	% capital social com direito de voto
Diretamente ^(a)	38 295 053	18,67%
Através do seu administrador José Manuel de Almeida Archer	11 500	0,01%
Total imputável	38 306 553	18,67%

^(a) - as 38.295.053 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas diretamente pela sociedade Promendo Investimentos, S.A. que se consideram igualmente imputáveis a Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça, administradora e acionista dominante da sociedade Promendo Investimentos, S.A. e administradora da Altri, SGPS, S.A.

A Altri não foi notificada de quaisquer participações acima de 20% dos direitos de voto.

Política de Diversidade – Alínea r) do número 1 do artigo 245.º-A do C.V.M.

A política de diversidade não é um tema novo no seio do Grupo Altri. Na verdade, e apesar de as áreas de atividade do Grupo – eminentemente industriais – serem áreas historicamente mais propensas à predominância de homens, a verdade é que não só no Conselho de Administração, mas também nas posições de *senior and middle-management*, o Grupo, desde há já vários anos tem vindo a definir e implementar políticas que se têm vindo a materializar numa maior paridade de género.

A Sociedade, desde cedo, potenciou a assunção de cargos de topo por mulheres, como é exemplo a eleição da Dra. Laurentina da Silva Martins, já em 2009 e, em 2014, a eleição da Dra. Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça, mantendo-se ambas em funções, tendo sido eleitas em 2020 a Dra. Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira e a Dra. Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo, num conselho composto atualmente, por doze membros.

Adicionalmente, a ALTRI publicou, durante o ano de 2020, o Plano para a Igualdade de Género, a executar durante o ano de 2021, e que tem como objetivo fundamental, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 7.º, n.º 1, da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, contribuir, ainda mais, para alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

De igual forma, a ALTRI prosseguiu a sua atuação em observância estrita das imposições legais, nomeadamente aquando da eleição de novos membros para integrarem os órgãos sociais, a propósito do início de um novo mandato, o que aconteceu na Assembleia Geral Anual, realizada em 30 de abril de 2020.

O Conselho de Administração da Altri, eleito em abril de 2020 para o mandato correspondente ao triénio 2020/2022 é composto por doze membros, de entre os quais oito homens e quatro mulheres, o que faz com que estas representem um terço da composição daquele órgão. Esta composição é superior à do mandato anterior, correspondente ao triénio 2017/2019, onde a percentagem já era de aproximadamente 30% (e, portanto, ainda antes da entrada em vigor da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto).

Os membros que integram o Conselho de Administração e que se encontram em exercício de funções têm revelado, e têm já provas dadas nesse sentido, serem titulares das características individuais (nomeadamente competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência, como já referido) para o exercício pleno e cabal das funções que lhes estão atribuídas de uma forma alinhada com os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas, desde logo pela sua senioridade e experiência.

Por outro lado, mas não menos relevante, a ALTRI considera que o equilíbrio de género no seio do seu órgão de gestão, e que é anterior à entrada em vigor da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, demonstra que a política de diversidade não é um tema novo no Grupo que, fiel a princípios de verdadeira meritocracia, desde há largos anos que atribui cargos de topo na sua gestão, a mulheres.

O Conselho de Administração, sem perder o fio condutor da meritocracia, promove políticas de diversidade a vários níveis, tais como:

- Instruções à área de recursos humanos para que:
 - as políticas de progressão na carreira, avaliação de desempenho e revisões salariais sejam definidas tendo por base preocupações de promoção da diversidade;
 - nos processos de recrutamento, procurem promover essa diversidade, apresentando sempre listas de potenciais trabalhadores a recrutar suficientemente representativas de ambos os géneros.
- Instruções às áreas operacionais para que as equipas multidisciplinares formadas no âmbito dos mais variados projetos sejam constituídas tendo sempre por base a preocupação de uma equilibrada representatividade.

Na Altri existe a convicção de que um equilíbrio de género saudável contribui decisivamente para que as equipas sejam mais ecléticas, auto-desafiadoras e proativas, pelo que a promoção dessa diversidade é um desígnio do Grupo.

Esta matéria encontra-se desenvolvida no Ponto 15 do Relatório de Corporate Governance.

Informação não Financeira

Conforme requerido pela Directiva 2017/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, transposta pelo direito nacional pelo Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de Julho, o Grupo deve prestar informação sobre matérias não financeiras. Tal informação deverá ser suficiente para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno.

A informação não financeira prevista no Decreto-Lei n.º 89/2017 está incluída no Relatório de Sustentabilidade referente ao período de 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não queremos concluir sem agradecer aos vários parceiros do Grupo pela confiança demonstrada na nossa organização. Por fim, gostaríamos de expressar o nosso reconhecimento a todos os nossos colaboradores pela dedicação e empenho.

Porto, 6 de abril 2021

O Conselho de Administração

Alberto João Coraceiro de Castro

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Domingos José Vieira de Matos

Laurentina da Silva Martins

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

Ana Rebelo Carvalho Menéres Mendonça

Maria do Carmo Guedes Oliveira

Paula Simões de Figueiredo Pimentel e Freixo

José Armindo Farinha Soares de Pina

José António Nogueira dos Santos

Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva

ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 245, 1, AL. C) DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia (“IFRS-UE”), dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e passivo, da situação financeira e dos resultados consolidados e individuais da Altri, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Altri, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Os membros do Conselho de Administração da Altri, SGPS, S.A. declaram assumir a responsabilidade pela presente informação e asseguram que os elementos nela inscritos são verídicos e que não existem omissões que sejam do seu conhecimento.

Nos termos do art.º 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro), informamos que não existem dívidas vencidas perante o Estado, nomeadamente perante a Segurança Social.

ANEXO I

1. Conselho de Administração

Qualificações, experiência e cargos exercidos noutras sociedades pelos membros do Conselho de Administração:

Alberto João Coraceiro de Castro

É Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e doutorado pela Universidade da Carolina do Sul. Atualmente, é professor Catedrático Convidado na Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, da qual foi o primeiro Diretor e onde, hoje, dirige o Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada.

As suas áreas de especialização são economia industrial, economia do trabalho, economia e estratégia empresarial e internacionalização nas quais tem várias publicações académicas e de divulgação.

No plano da investigação aplicada, coordenou ou participou na elaboração dos sucessivos planos estratégicos para a indústria do calçado, desde 1990; no plano estratégico para a indústria da cortiça e no plano estratégico para a indústria da fundição.

Foi nomeado administrador e Presidente da Sociedade em abril de 2020.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

- Presidente do Conselho Fiscal da Mota-Engil (2006-2018);
- Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP entre 2006 e 2015;
- Presidente do Conselho de Administração da Instituição Financeira de Desenvolvimento.

Ao longo da sua carreira e atualmente, desempenha funções em diversas associações:

- Presidente dos Conselhos Fiscais da Fundação AEP e da Orquestra de Jazz de Matosinhos;
- Vice-Presidente da Direção da Associação para o Museus dos Transportes e Comunicações (Alfândega Porto);
- Vice-Presidente do Conselho Económico e Social entre 2017 e 2020;
- Provedor do Cliente do Porto de Leixões.
- Escreve quinzenalmente no suplemento económico Dinheiro Vivo.

Em 31 de dezembro de 2020, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Administrador não executivo da Mystic Invest, S.A. (a)

Em 31 de dezembro de 2020, as outras empresas onde desempenha funções de fiscalização são:

- Presidente do Conselho Fiscal do Super Bock Group (a)

(a) – entidades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

Foi um dos fundadores da Cofina (Sociedade que deu origem à *Altri*, por cisão), tendo estado diretamente envolvido na gestão do Grupo desde a sua criação. É licenciado em Engenharia Electrónica pela Universidade do Porto, tendo posteriormente concluído um MBA na Universidade Nova de Lisboa.

É acionista da Sociedade desde 2005 tendo igualmente sido nomeado administrador desde a mesma data.

Desenvolve as suas atividades na área dos *Media*, Internet e indústria da pasta de papel. Presentemente, é CEO da Cofina, S.G.P.S., S.A. e Vice-Presidente da *Altri*, da qual é fundador, acionista e membro do Conselho de Administração.

É também membro do Conselho da Administração da Ramada Investimentos e Indústria, S.A.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1982/1984	Adjunto do Diretor de Produção da CORTAL
1986/1989	Diretor Geral da CORTAL
1989/1994	Presidente do Conselho de Administração da CORTAL
1995	Administrador da CRISAL - CRISTAIS DE ALCOBAÇA, S.A.
1997	Administrador do Grupo Vista Alegre, S.A.
1997	Presidente do Conselho de Administração da ATLANTIS - Cristais de Alcobaça, S.A.
2000/2001	Administrador da SIC

Ao longo da sua carreira, desempenhou ainda funções em diversas associações:

1989/1994	Presidente da FEMB (Fédération Européene de Mobilier de Bureau) para Portugal
1989/1990	Presidente da Assembleia Geral Assoc. Industr. Águeda
1991/1993	Membro do Conselho Consultivo Assoc. Ind. Portuense
Desde 2005	Membro do Conselho Superior da Associação do Antigos Alunos de MBA
2013/2016	Presidente da Mesa do Conselho Fiscal do BCSD
Desde 2006	Membro do Conselho Consultivo em Engenharia e Gestão do IST
Desde 2016	Membro do Conselho da CELPA – Associação da Indústria Papeleira

Em 31 de dezembro de 2020, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- A Nossa Aposta – Jogos e Apostas On-Line, S.A. (a)
- Actium Capital, S.A. (a)
- Articulado – Actividades Imobiliárias, S.A. (a)
- Cofihold, S.A. (a)
- Cofihold II, S.A. (a)
- Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofina Media, S.A. (a)
- Elege Valor, Lda. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Santos Fernandes & Vieira Matos, Lda. (a)

– Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, as outras empresas onde desempenha funções de fiscalização são:

– Fisio Share - Gestão De Clínicas, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Foi um dos fundadores da Cofina (que deu origem à Altri), desempenha funções de administração da Empresa desde a sua constituição. É licenciado em Engenharia Química pela Universidade do Porto, tendo concluído o MBA do INSEAD. Desempenha funções nas áreas de media e indústria, bem como na definição estratégica do Grupo. É acionista da Sociedade desde 2005 tendo igualmente sido nomeado administrador desde a mesma data.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1982/1983	Adjunto do Diretor de Produção da Cortal
1984/1985	Diretor de Produção da Cortal
1987/1989	Diretor de Marketing da Cortal
1989/1994	Diretor Geral da Cortal
1989/1995	Vice-presidente do Conselho de Administração da Cortal
1989/1994	Administrador da Seldex
1992/1994	Vice-presidente da Assembleia Geral da Associação Industrial de Águeda
1995/2004	Presidente do Conselho Fiscal da Associação Industrial do Distrito de Aveiro
1996/2000	Administrador não executivo da Atlantis, S.A.
1997/2000	Administrador não executivo da Vista Alegre, S.A.
1998/1999	Administrador da Efacec Capital, S.G.P.S., S.A.
2008/2015	Presidente do Conselho Fiscal da Porto Business School
2008/2011	Administrador não executivo da Zon Multimédia, SGPS, S.A.
2011/2013	Membro do ISCTE-IUL CFO Advisory Forum

Em 31 de dezembro de 2020, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Caderno Azul, S.A. (a)
- Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofina Media, S.A. (a)
- Cofihold, S.A. (a)
- Cofihold II, S.A. (a)
- Elege Valor, Lda. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Indaz, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.
- Universal – Afir, S.A. (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Domingos José Vieira de Matos

Foi um dos fundadores da Cofina (Sociedade que deu origem à Altri, por cisão), tendo estado diretamente envolvido na gestão do Grupo desde a sua criação. É licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, tendo iniciado atividades de gestão em 1978. É acionista da Sociedade desde 2005 tendo igualmente sido nomeado administrador desde a mesma data.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1978/1994	Administrador da Cortal, S.A.
1983	Sócio-Fundador da Promede – Produtos Médicos, S.A.
1998/2000	Administrador da Electro Cerâmica, S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofihold, S.A. (a)
- Cofihold II, S.A. (a)
- Elege Valor, Lda. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Livrefluxo, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Santos Fernandes & Vieira Matos, Lda. (a)
- Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.
- Universal - Afir, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Laurentina da Silva Martins

Com formação em Finanças e Administração no Instituto Superior do Porto está ligada ao grupo Altri desde a sua constituição. Foi nomeada administradora da Sociedade em maio de 2009.

A sua experiência profissional inclui:

1965	Adjunta da Direção Financeira da Companhia de Celulose do Caima, S.A.
1990	Diretora Financeira da Companhia de Celulose do Caima, S.A.
2001	Administradora da Cofina Media, S.G.P.S., S.A.
2001	Administradora da Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.
2004	Administradora da Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A.
2005	Administradora da Silvicaïma – Sociedade Silvícola do Caima, S.A. (atual Altri Florestal, S.A.)
2006	Administradora da EDP – Produção Bioelétrica, S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

É licenciado em Gestão Financeira pelo Instituto Superior de Administração e Gestão do Porto.

Em 2000 concluiu o Executive MBA no Instituto Empresarial Portuense em parceria com a ESADE-Business School de Barcelona, atualmente Católica Porto Business School. Em 2009 fez o Curso de Avaliação de Empresas na EGE- Escola de Gestão Empresarial.

Foi nomeado administrador da Sociedade em abril de 2014.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1986/2000	Assessor de gerência de FERÁGUEDA, Lda.
1992	Gerente da Bemel, Lda.
1997/1999	Assistente de Direção da GALAN, Lda.
1999/2000	Adjunto de Direção do Departamento de Serras e Ferramentas da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
2000	Diretor do Departamento de Serras e Ferramentas de F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
2006	Administrador da Universal Afir, Aços Especiais e Ferramentas, S.A.
2009	Administrador da F. Ramada - Investimentos, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Cofihold, S.A. (a)
- Cofihold II, S.A. (a)
- Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.
- Universal - Afir, S.A. (a)
- Valor Autêntico, S.A. (a)
- 1 Thing, Investments, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça

É licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa em Lisboa. Foi nomeada administradora da Sociedade em abril de 2014.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1995	Jornalista na área de economia do jornal Semanário Económico
1996	Departamento Comercial do Citibank
1996	Administradora da Promendo, S.A.
2009	Administradora da PROMENDO, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofihold, S.A. (a)
- Cofihold II, S.A. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Promendo Investimentos, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Maria do Carmo Guedes Oliveira

É Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, tendo concluído ainda um MBA na Nova School of Business and Economics.

Foi nomeada administradora da Sociedade em abril de 2020.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1981	Consultora Económica da Associação dos Comerciantes do Porto;
1983 – 1985	Analista de projetos da SPI – Sociedade Portuguesa de Investimentos;
1983 – 1990	Coordenadora de Projetos do BPI com responsabilidades na área de empresas, nomeadamente a nível de crédito, consultoria, mercado de capitais, avaliação de empresas, etc.;
1990 e 1987	Representante Comum de Obrigacionistas na emissão das seguintes obrigações: Sogrape 87, Sogrape 90 e Amorim Lage 87;
1990 – 2000	Responsável pela Área de Avaliação e Consultoria do Departamento de Empresas Norte do BPI – Área de Fusões e Aquisições;
1993	Presidente do Conselho Fiscal da Macem Confeções, S.A.;
1995	Presidente da Comissão Mista que apreciou o cálculo do valor de indemnização a atribuir aos titulares de ações da Empresa Nacionalizada Siderurgia Nacional;
1996 – 1999	Membro do Conselho de Administração da BPI Participações;
1996 – 2000	Diretora Central do Banco Português de Investimento – Área de Corporate Finance;
1999 – 2002	Presidente do Conselho Fiscal da Brisa – Auto-Estradas de Portugal;
2000 – 2007	Administradora do Banco Português de Investimento;
2006 – 2007	Vogal do Conselho de Administração da VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.;
2005 – 2016	Membro do Conselho de Administração da ETAF – Empresa de Transportes Álvaro Figueiredo, S.A.;
2015 – 2017	Presidente do Conselho Fiscal da APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A.;
2007 – 2017	Responsável pela Direção de Grandes Empresas Norte, pela Unidade de Operações Especiais Norte e pelo Gabinete de Apoio aos Centros de Empresas do BPI

Para além da experiência profissional em funções de administração, a sua experiência inclui ainda a vertente docente, nomeadamente:

1980 – 1981	Assistente da cadeira de Análise Económica II da Universidade Livre do Porto;
1981 – 1982	Assistente da cadeira de Macroeconomia na Faculdade de Economia do Porto e Assistente das cadeiras de Análise Económica III, Análise Económica IV e Flutuações e Desenvolvimento Económico na Universidade Livre do Porto;
1983 – 1988	Assistente e Assistente convidada da cadeira de Análise de Mercados na Faculdade de Economia do Porto;
1989 – 1990	Responsável pela cadeira de Avaliação de Empresas no curso de Pós-Graduação em Análise Financeira na Faculdade de Economia do Porto;
1990 – 1991	Assistente convidada da cadeira de Gestão Financeira no curso de Economia da Faculdade de Economia do Porto;
1992 – 1993	Assistente convidada responsável pela cadeira de Operações Financeiras no curso de Gestão da Faculdade de Economia do Porto.

Em 31 de dezembro de 2020, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

Desde 2007	Diretora Geral do Banco BPI com responsabilidades na Área de Corporate Banking e, desde 2017, responsável pela Direção de Corporate & Investment Banking do BPI; (a) (b)
Desde 2016	Membro do Conselho Municipal de Economia do Porto / Casa dos 24 (a);
Desde 2017	Vogal do Conselho Fiscal da Liga dos Amigos do Hospital Santo António no Porto (a).

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

(b) – no início de 2021 deixou de exercer funções no Banco BPI

Paula Simões de Figueiredo Pimental Freixo

É Licenciada em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica de Lisboa.

Foi assistente do Departamento de Matemática da Universidade Católica Portuguesa entre 1979 e 1980.

Elaborou diversos Estudos de Mercado com a cooperação do Professor Manuel Violante (Mackensy/CEO Partner).

É titular, desde 2015, do Advanced Management Program KELLOGG SCHOLL of MANAGEMENT-Northwestern University (Chicago).

Organizadora do Programa de Gestão e Liderança, na Universidade Católica Portuguesa, com a participação de 25 Managers da Beiersdorf (programa de 4 anos), integrando o *Development Center* com o Corpo Docente da Universidade.

Desde 2017 pertence ao Board de Direção da CENTROMARCA-Associação Portuguesa de Empresas de Produtos de Marca.

Foi nomeada administradora da Sociedade em abril de 2020.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1981	Estágio em STREICHENBERGER – France (Lyon and Paris);
1982 – 1988	Gerente de Marca do Grupo / Gerente de Marca (Marketing) da BEIERSDORF PORTUGAL;
1988 – 1992	Gerente de Marketing da BEIERSDORF PORTUGAL;
1992 – 2004	Diretora de Vendas e Marketing (Grande Área de Distribuição de Varejo) da BEIERSDORF PORTUGAL;
2004 – 2009	Diretora de vendas e marketing (canal grande de varejo e farmácia) da BEIERSDORF PORTUGAL.

Em 31 de dezembro de 2020, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

Desde 2019: Diretora Geral da BEIERSDORF PORTUGAL (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

José Armindo Farinha Soares de Pina

É licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto de Tecnologia de Nova Jersey, EUA, tendo ainda frequentado o mestrado em Gestão de Construção no Instituto Superior Técnico. Posteriormente, completou programas avançados de Gestão de Empresas na Universidade de Indiana, EUA, e no INSEAD, França.

Foi nomeado administrador da Sociedade em abril de 2020, desempenhando as funções de CEO.

No início da sua carreira, liderou projetos de renovação e conservação arquitetónica em diversas regiões, desempenhando a função de Diretor de Operações para várias organizações.

Em 1995, integrou a multinacional americana Dow Chemical, um dos maiores grupos mundiais de produtos industriais químicos, polímeros e para a agricultura, onde desempenhou diversas funções de liderança comercial, operacional e gestão global de negócios, com comissões de serviço em vários países da Europa, nos EUA e na China:

1995/1999	Várias posições de gestão comercial e de marketing para a Europa, Medio Oriente e África, nas divisões de Materiais para a Construção e de Polímeros, baseado em Portugal, Alemanha e Suíça
2005/2007	Diretor Geral Global da ADC (materiais elásticos não tecidos), Alemanha
2005/2008	Diretor Global da Unidade de Polímeros para Saúde e Higiene, EUA
2008/2010	Diretor Global de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios da Unidade de Materiais Químicos Especializados, Suíça
2010/2014	Presidente e Diretor Geral Global da AgroFresh Inc., EUA
2014/2017	Presidente da Divisão de Ciências Agrícolas e Biotecnologia para a Ásia, China
2017/2020	Diretor Corporativo de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios para a região Ásia Pacífico, China

Ao longo da sua carreira, desempenhou ainda funções em outras organizações:

2014/2017	Vice-Presidente do Conselho de Administração da CropLife Asia
1996/2010	Membro do Conselho de Administração da World Monuments Fund para Portugal

Em 31 de dezembro de 2020, as empresas onde desempenhava e desempenha funções de administração são:

- Altri Abastecimento de Madeira, S.A.
- Altri Florestal, S.A.
- Caima – Indústria de Celulose, S.A.
- Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.
- Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A.
- Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A.
- Florestsul, S.A.
- Greenvolt - Energias Renováveis, S.A.

José António Nogueira dos Santos

É licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Do seu percurso formativo destaca-se o CIFAG – Lisbon – Mangement Training, realizado em 1985, o *Stora Cell Top Management Program* – Skandevö, realizado entre 1991 e 1992 e o *Advanced Training for Executives da Universidade Católica Portuguesa* realizado entre 2001 e 2003.

José António Nogueira dos Santos passou a integrar os quadros da Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A. em 1982 na área financeira.

Em 2014 passou a integrar o Conselho de Administração da Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A. e, em 2018, o conselho de administração da Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A., bem com o Conselho de Administração da Caima- Indústria de Celulose, S.A., as três unidades industriais do Grupo Altri.

Foi nomeado administrador da Sociedade em abril de 2020.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

- SAFERREIRA, Lda. (Viseu, Portugal), Empresa metalúrgica - Diretor Administrativo e Financeiro – 1981-1982;
- Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A. – Diretor Administrativo e Financeiro – 2005
- Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A. – *Chief Financial Officer* (CFO) - 2014

Em 31 de dezembro de 2020, as empresas onde desempenhava e desempenha funções de administração são:

- Altri – Abastecimento de Madeira, S.A.
- Altri Florestal, S.A.
- Caima – Indústria de Celulose do Caima, S.A.
- Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.
- Captaraíz – Unipessoal, Lda.
- Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A.
- Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A.
- Florestsul, S.A.
- Greenvolt - Energias Renováveis, S.A.
- Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A.
- Viveiros do Furadouro, Unipessoal, Lda.
- Altri Participaciones Y Trading, S.L.

Outros Cargos:

Presidente do Conselho Fiscal da Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz (a)
Presidente do Conselho Fiscal da Liga dos Amigos do Hospital Distrital da Figueira da Foz (a)
Vogal do Conselho Fiscal do Centro de Biomassa para a Energia (a)

(a) – entidades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva

É Licenciado em Engenharia Química pela Universidade de Coimbra, possuindo pós-graduações e programas de longa duração para executivos em Gestão, pela Universidade Católica, StoraEnso Executive Program e Kellogg School of Management

Foi nomeado administrador da Sociedade em abril de 2020.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

Sonae Industria – produção de aglomerados

Celbi – diferentes cargos de liderança operacional, nomeadamente produção e implementação de projectos

StoraEnso – actividades no âmbito de desenvolvimento operacional e de produto

Em 31 de dezembro de 2020, as empresas onde desempenhava e desempenha funções de administração são:

- Altri – Abastecimento de Madeira, S.A.
- Altri Florestal, S.A.
- Caima – Indústria de Celulose do Caima, S.A.
- Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.
- Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A.
- Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A.
- Florestsul, S.A.
- Greenvolt - Energias Renováveis, S.A.

Outros Cargos:

- Celpa - 1º Secretário Mesa da Assembleia Geral, em representação da Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A. (a)

(a) – entidades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

2. Conselho Fiscal

Qualificações, experiência e cargos exercidos noutras sociedades pelos membros do Conselho Fiscal:

Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa

Habilitações: Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1981
Formação complementar em gestão e análise económico financeira de empresas na Universidade Católica Portuguesa - Escola de Direito do Porto em 1982 e 1983

Experiência profissional: Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1983
Presidente do conselho geral e de supervisão de sociedade aberta desde 1996 até 2010
Presidente do Conselho Fiscal do Banco Português do Investimento S.A. desde 2016 e da BPI Private Equity – Sociedade de Capital de Risco, S.A. desde 2018 até agosto de 2019, data em que ambas as sociedades se extinguíram por fusão no Banco BPI, S.A.
Presidente da mesa da assembleia-geral de diversas sociedades cotadas e não cotadas em bolsa
Exercício contínuo da advocacia desde 1983, com especial dedicação ao direito comercial e das sociedades, fusões e aquisições, investimento estrangeiro e contratos internacionais
Co-autor do capítulo sobre Portugal no "Handbuch der Europäischen Aktien- Gesellschaft" – Societas Europaea – de Jannot / Frodermann, publicado por C.F. Müller Verlag

Outros cargos em exercício:

Presidente do Conselho Fiscal da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
Presidente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
Vogal da Comissão de Remunerações da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE, S.G.P.S., S.A. (a)
Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Vinhos, S.A. (a)
Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Distribuição S.A. (a)
Presidente da Mesa da AG da Sandeman & CA, S.A. (a)
Presidente da Comissão de Remunerações da SOGRAPE S.G.P.S., S.A. (a)
Presidente da Mesa da AG da Adriano Ramos Pinto, S.A. (a)
Presidente da Mesa da AG da Aquitex – Acabamentos Químicos Têxteis, S.A. (a)
Presidente da Mesa da AG da Stow Ovar Manufacturing, S.A. (a)
Cônsul honorário da Bélgica no Porto (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

António Luís Isidro de Pinho

Habilitações: Licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.), (1973 – 1978)
Licenciado em Organização e Administração de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.), (1986 – 1989)
Revisor Oficial de Contas, desde 1987
Membro da Ordem dos Economistas, da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e da Associação Portuguesa de Consultores Fiscais.

Experiência profissional: 35 anos de experiência profissional centrada na área da auditoria externa e interna e na direção financeira de diversas Empresas.
Início da atividade profissional em 1976 na Lacticoop, como estagiário.
Ingresso na Gremetal, em janeiro de 1979, como quadro do departamento financeiro da empresa, que participou na construção da refinaria de Sines.
Cumprimento do serviço militar obrigatório entre março de 1980 e dezembro de 1981
Quadro da Arthur Andersen & Co de janeiro de 1982 até dezembro de 1986, desempenhando na fase final as funções de Manager de Auditoria.
De 1987 a 1991, integração nos quadros do grupo SOPORCEL, com funções de Auditor Interno, de Diretor Financeiro da Emporsil (empresa do grupo) e de responsável pelo seu Departamento de Aquisição de Terras.
De 1991 a 1996 membro da Direção Executiva da SOCTIP, gráfica líder no seu segmento de mercado com cerca 200 trabalhadores, tendo a seu cargo o pelouro da área administrativa e financeira e da empresa.
De 1996 até à data exerce funções de Revisor Oficial de Contas em full-time, tendo inicialmente, entre outubro de 1997 e novembro de 2008, integrado os quadros da Moore Stephens, como sócio da A. Gonçalves Monteiro & Associados, SROC, sociedade que foi posteriormente transformada na Kreston & Associados - SROC, Lda.
Exerce atualmente funções de Fiscal Único, membro do Conselho Fiscal ou de Auditor Externo, em várias empresas de dimensão significativa e de diferentes sectores de atividade, sendo, como Sócio-gerente da Kreston & Associados - SROC, Lda, responsável pela revisão legal das contas de diversas empresas industriais, comerciais e de serviços
Além das funções técnicas de Auditor, exerce também o cargo de responsável pelo Controlo de Qualidade da firma e de controlador-relator da Comissão de Controlo de Qualidade da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Outros cargos em exercício:

Vogal do Conselho Fiscal da Cofina, SGPS, S.A. (a)
Vogal do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Ana Paula dos Santos Silva e Pinho

- Habilitações:**
- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
 - Revisor Oficial de Contas (ROC n.º 1 374)
 - Pós-graduação em Finanças e Fiscalidade – Porto Business School
 - Pós-graduação em Direito Fiscal – Faculdade de Direito da Universidade do Porto
- Experiência profissional:**
- Entre setembro de 2001 e setembro de 2010, colaboradora do departamento de Auditoria da Deloitte & Associados, SROC, S.A. (inicialmente como membro do staff e desde setembro de 2007 como Manager)
 - Entre outubro de 2010 e outubro de 2019, Corporate Centre do Grupo Altri com responsabilidades ao nível do reporte de informação financeira, consolidação de contas e fiscalidade
 - Desde novembro de 2019, responsável pela equipa de Contabilidade do centro de serviços partilhados da Sonae MC

Outros cargos em exercício:

- Vogal do Conselho Fiscal da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Vogal do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

André Seabra Ferreira Pinto

Habilitações: Licenciatura em Economia na Universidade Portucalense
Revisor Oficial de Contas (ROC n.º 1.243)
MBA Executivo - Escola de Gestão do Porto – University of Porto Business School

Experiência profissional: Entre setembro de 1999 e maio de 2008, colaborador do departamento de Auditoria da Deloitte & Associados, SROC, S.A. (inicialmente como membro do staff e desde Setembro de 2004 como Manager)
Entre junho de 2008 e dezembro de 2010, Senior Manager do departamento de Corporate Finance - Transaction Services da Deloitte Consultores
Entre janeiro de 2011 e março de 2013, diretor financeiro das empresas do Grupo WireCoWorldGroup em Portugal (a)
Desde abril de 2013, administrador (CFO) do Grupo Mecwide (a)
Administrador da MWIDE, SGPS, S.A., bem como das restantes empresas integrantes do Grupo Mecwide (a)
Gerente das sociedades Together We Change Investments, Lda., Virtusai, Lda. e Apparently Relevant, Lda. (a)

Outros cargos em exercício:

Vogal da Comissão de Remunerações da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
Suplente do Conselho Fiscal da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
Suplente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

3. Comissão de Remunerações

Qualificações, experiência e cargos exercidos noutras sociedades pelos membros a Comissão de Remunerações:

João da Silva Natária

Habilitações: Licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa

Experiência profissional:

1979	Diretor-Geral da Filial de Luanda/Viana da F. Ramada, por nomeação conjunta da Administração e do Ministério da Indústria de Angola
1983	Diretor do Departamento de Poliéster e Botões da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
1984/2000	Diretor de Recursos Humanos da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
1993/1995	Administrador da Universal – Aços, Máquinas e Ferramentas, S.A.
2000/2018	Advogado em nome individual especializado em Direito do Trabalho e Direito da Família Reformado

Outros cargos em exercício:

Presidente do Conselho Fiscal da Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A.
Presidente da Comissão de Remunerações da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
Presidente da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa

Habilitações: Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1981
Formação complementar em gestão e análise económico financeira de empresas na Universidade Católica Portuguesa - Escola de Direito do Porto em 1982 e 1983

Experiência profissional: Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1983
Presidente do conselho geral e de supervisão de sociedade aberta desde 1996 até 2010
Presidente do Conselho Fiscal do Banco Português do Investimento S.A. desde 2016 e da BPI Private Equity – Sociedade de Capital de Risco, S.A. desde 2018 até agosto de 2019, data em que ambas as sociedades se extinguíram por fusão no Banco BPI, S.A.
Presidente da mesa da assembleia-geral de diversas sociedades cotadas e não cotadas em bolsa
Exercício contínuo da advocacia desde 1983, com especial dedicação ao direito comercial e das sociedades, fusões e aquisições, investimento estrangeiro e contratos internacionais
Co-autor do capítulo sobre Portugal no "Handbuch der Europäischen Aktien- Gesellschaft" – Societas Europaea – de Jannot / Frodermann, publicado por C.F. Müller Verlag

Outros cargos em exercício:

Presidente do Conselho Fiscal da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
Presidente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
Vogal da Comissão de Remunerações da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE, S.G.P.S., S.A. (a)
Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Vinhos, S.A. (a)
Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Distribuição S.A. (a)
Presidente da Mesa da AG da Sandeman & CA, S.A. (a)
Presidente da Comissão de Remunerações da SOGRAPE S.G.P.S., S.A. (a)
Presidente da Mesa da AG da Adriano Ramos Pinto, S.A. (a)
Presidente da Mesa da AG da Aquitex – Acabamentos Químicos Têxteis, S.A. (a)
Presidente da Mesa da AG da Stow Ovar Manufacturing, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

André Seabra Ferreira Pinto

Habilitações: Licenciatura em Economia na Universidade Portucalense
Revisor Oficial de Contas (ROC n.º 1.243)
MBA Executivo - Escola de Gestão do Porto – University of Porto Business School

Experiência profissional: Entre setembro de 1999 e maio de 2008, colaborador do departamento de Auditoria da Deloitte & Associados, SROC, S.A. (inicialmente como membro do staff e desde Setembro de 2004 como Manager)
Entre junho de 2008 e dezembro de 2010, Senior Manager do departamento de Corporate Finance - Transaction Services da Deloitte Consultores
Entre janeiro de 2011 e março de 2013, diretor financeiro das empresas do Grupo WireCoWorldGroup em Portugal (a)
Desde abril de 2013, administrador (CFO) do Grupo Mecwide (a)
Administrador da MWIDE, SGPS, S.A., bem como das restantes empresas integrantes do Grupo Mecwide (a)
Gerente das sociedades Together We Change Investments, Lda., Virtusai, Lda. e Apparently Relevant, Lda. (a)

Outros cargos em exercício:

Vogal da Comissão de Remunerações da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
Suplente do Conselho Fiscal da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
Suplente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2020, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, Artigo 14.º n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008 e Artigo 19.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril

Divulgação de ações e outros títulos detidos por membros do Conselho de Administração e por Dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, nos termos do Artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, e de transações sobre os mesmos efectuados no decurso do exercício:

Membro do Conselho de Administração	N.º ações detidas		N.º ações detidas	
	31-dez-2019	Aquisições	Alienações	31-dez-2020
Paulo Jorge dos Santos Fernandes (imputação via ACTIUM CAPITAL, S.A.)	26,229,874	447,000	-	26,676,874
João Manuel Matos Borges de Oliveira (imputação via CADERNO AZUL, S.A.)	30,000,000	1,000,000	-	31,000,000
Domingos José Vieira de Matos (imputação via LIVREFLUXO, S.A.)	24,860,110	1,818,900	-	26,669,010
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira (imputação via 1 THING INVESTMENTS, S.A.)	17,292,073	3,249,211	-	20,541,284
Ana Rebelo Carvalho Meneses de Mendonça (imputação via PROMENDO INVESTIMENTOS, S.A.)	42,545,053	-	4,260,000	38,285,053

Paulo Jorge dos Santos Fernandes (imputação via ACTIUM CAPITAL, S.A.)

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
31/dez/2019	-	-	-	-	26.229.874
16/jan/2020	Compra	1.136	5,810000	EuronextLisbon	26.231.010
16/jan/2020	Compra	543	5,810000	EuronextLisbon	26.231.553
16/jan/2020	Compra	778	5,810000	EuronextLisbon	26.232.331
16/jan/2020	Compra	1.126	5,810000	EuronextLisbon	26.233.457
16/jan/2020	Compra	295	5,810000	EuronextLisbon	26.233.752
16/jan/2020	Compra	338	5,810000	EuronextLisbon	26.234.090
16/jan/2020	Compra	874	5,810000	EuronextLisbon	26.234.964
16/jan/2020	Compra	184	5,810000	EuronextLisbon	26.235.148
16/jan/2020	Compra	192	5,810000	EuronextLisbon	26.235.340
16/jan/2020	Compra	209	5,820000	EuronextLisbon	26.235.549
16/jan/2020	Compra	609	5,820000	EuronextLisbon	26.236.158
16/jan/2020	Compra	385	5,820000	EuronextLisbon	26.236.543
16/jan/2020	Compra	455	5,820000	EuronextLisbon	26.236.998
16/jan/2020	Compra	442	5,825000	EuronextLisbon	26.237.440
16/jan/2020	Compra	550	5,825000	EuronextLisbon	26.237.990
16/jan/2020	Compra	588	5,825000	EuronextLisbon	26.238.578
16/jan/2020	Compra	350	5,830000	EuronextLisbon	26.238.928
16/jan/2020	Compra	350	5,830000	EuronextLisbon	26.239.278
16/jan/2020	Compra	2.000	5,830000	EuronextLisbon	26.241.278
16/jan/2020	Compra	468	5,830000	EuronextLisbon	26.241.746
16/jan/2020	Compra	472	5,835000	EuronextLisbon	26.242.218
16/jan/2020	Compra	10.000	5,835000	EuronextLisbon	26.252.218
16/jan/2020	Compra	500	5,835000	EuronextLisbon	26.252.718
16/jan/2020	Compra	6.267	5,835000	EuronextLisbon	26.258.985
16/jan/2020	Compra	807	5,835000	EuronextLisbon	26.259.792
16/jan/2020	Compra	443	5,835000	EuronextLisbon	26.260.235
16/jan/2020	Compra	443	5,835000	EuronextLisbon	26.260.678
16/jan/2020	Compra	807	5,835000	EuronextLisbon	26.261.485

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
16/jan/2020	Compra	443	5,835000	Euronext Lisbon	26.261.928
16/jan/2020	Compra	807	5,835000	Euronext Lisbon	26.262.735
16/jan/2020	Compra	443	5,835000	Euronext Lisbon	26.263.178
16/jan/2020	Compra	1.250	5,835000	Euronext Lisbon	26.264.428
16/jan/2020	Compra	1.250	5,835000	Euronext Lisbon	26.265.678
16/jan/2020	Compra	1.250	5,835000	Euronext Lisbon	26.266.928
16/jan/2020	Compra	547	5,835000	Euronext Lisbon	26.267.475
16/jan/2020	Compra	524	5,835000	Euronext Lisbon	26.267.999
16/jan/2020	Compra	34	5,835000	Euronext Lisbon	26.268.033
16/jan/2020	Compra	145	5,835000	Euronext Lisbon	26.268.178
16/jan/2020	Compra	2.000	5,830000	Euronext Lisbon	26.270.178
16/jan/2020	Compra	557	5,830000	Euronext Lisbon	26.270.735
16/jan/2020	Compra	2.100	5,835000	Euronext Lisbon	26.272.835
16/jan/2020	Compra	433	5,835000	Euronext Lisbon	26.273.268
16/jan/2020	Compra	1.221	5,835000	Euronext Lisbon	26.274.489
16/jan/2020	Compra	29	5,835000	Euronext Lisbon	26.274.518
16/jan/2020	Compra	2.376	5,840000	Euronext Lisbon	26.276.894
16/jan/2020	Compra	1.000	5,840000	Euronext Lisbon	26.277.894
16/jan/2020	Compra	717	5,840000	Euronext Lisbon	26.278.611
16/jan/2020	Compra	750	5,840000	Euronext Lisbon	26.279.361
16/jan/2020	Compra	434	5,840000	Euronext Lisbon	26.279.795
16/jan/2020	Compra	301	5,840000	Euronext Lisbon	26.280.096
16/jan/2020	Compra	468	5,840000	Euronext Lisbon	26.280.564
16/jan/2020	Compra	9.310	5,840000	Euronext Lisbon	26.289.874
16/jan/2020	Compra	1.920	5,870000	Euronext Lisbon	26.291.794
16/jan/2020	Compra	2.044	5,870000	Euronext Lisbon	26.293.838
16/jan/2020	Compra	4.150	5,890000	Euronext Lisbon	26.297.988
16/jan/2020	Compra	500	5,890000	Euronext Lisbon	26.298.488
16/jan/2020	Compra	300	5,890000	Euronext Lisbon	26.298.788
16/jan/2020	Compra	646	5,890000	Euronext Lisbon	26.299.434
16/jan/2020	Compra	451	5,890000	Euronext Lisbon	26.299.885
16/jan/2020	Compra	661	5,890000	Euronext Lisbon	26.300.546
16/jan/2020	Compra	1.161	5,890000	Euronext Lisbon	26.301.707
16/jan/2020	Compra	38	5,890000	Euronext Lisbon	26.301.745
16/jan/2020	Compra	400	5,890000	Euronext Lisbon	26.302.145
16/jan/2020	Compra	1.062	5,890000	Euronext Lisbon	26.303.207
16/jan/2020	Compra	1.004	5,890000	Euronext Lisbon	26.304.211
16/jan/2020	Compra	496	5,890000	Euronext Lisbon	26.304.707
16/jan/2020	Compra	1.004	5,890000	Euronext Lisbon	26.305.711
16/jan/2020	Compra	496	5,890000	Euronext Lisbon	26.306.207
16/jan/2020	Compra	1.004	5,890000	Euronext Lisbon	26.307.211
16/jan/2020	Compra	496	5,890000	Euronext Lisbon	26.307.707
16/jan/2020	Compra	1.500	5,890000	Euronext Lisbon	26.309.207
16/jan/2020	Compra	667	5,890000	Euronext Lisbon	26.309.874
16/jan/2020	Compra	494	5,860000	Euronext Lisbon	26.310.368

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
16/jan/2020	Compra	756	5,860000	Euronext Lisbon	26.311.124
16/jan/2020	Compra	1.128	5,860000	Euronext Lisbon	26.312.252
16/jan/2020	Compra	122	5,860000	Euronext Lisbon	26.312.374
16/jan/2020	Compra	1.128	5,860000	Euronext Lisbon	26.313.502
16/jan/2020	Compra	400	5,885000	Euronext Lisbon	26.313.902
16/jan/2020	Compra	1.158	5,885000	Euronext Lisbon	26.315.060
16/jan/2020	Compra	87	5,885000	Euronext Lisbon	26.315.147
16/jan/2020	Compra	750	5,890000	Euronext Lisbon	26.315.897
16/jan/2020	Compra	5.000	5,890000	Euronext Lisbon	26.320.897
16/jan/2020	Compra	8.977	5,890000	Euronext Lisbon	26.329.874
16/jan/2020	Compra	5.000	5,900000	Euronext Lisbon	26.334.874
16/jan/2020	Compra	2.800	5,900000	Euronext Lisbon	26.337.674
16/jan/2020	Compra	2.200	5,900000	Euronext Lisbon	26.339.874
16/jan/2020	Compra	600	5,900000	Euronext Lisbon	26.340.474
16/jan/2020	Compra	523	5,900000	Euronext Lisbon	26.340.997
16/jan/2020	Compra	1.221	5,915000	Euronext Lisbon	26.342.218
16/jan/2020	Compra	1.285	5,945000	Euronext Lisbon	26.343.503
16/jan/2020	Compra	503	5,945000	Euronext Lisbon	26.344.006
16/jan/2020	Compra	750	5,945000	Euronext Lisbon	26.344.756
16/jan/2020	Compra	250	5,945000	Euronext Lisbon	26.345.006
16/jan/2020	Compra	228	5,945000	Euronext Lisbon	26.345.234
16/jan/2020	Compra	250	5,945000	Euronext Lisbon	26.345.484
16/jan/2020	Compra	246	5,945000	Euronext Lisbon	26.345.730
16/jan/2020	Compra	260	5,960000	Euronext Lisbon	26.345.990
16/jan/2020	Compra	44	5,960000	Euronext Lisbon	26.346.034
16/jan/2020	Compra	719	5,960000	Euronext Lisbon	26.346.753
16/jan/2020	Compra	210	5,960000	Euronext Lisbon	26.346.963
16/jan/2020	Compra	534	5,960000	Euronext Lisbon	26.347.497
16/jan/2020	Compra	802	5,960000	Euronext Lisbon	26.348.299
16/jan/2020	Compra	1.150	5,960000	Euronext Lisbon	26.349.449
16/jan/2020	Compra	750	5,945000	Euronext Lisbon	26.350.199
16/jan/2020	Compra	54	5,945000	Euronext Lisbon	26.350.253
16/jan/2020	Compra	1.355	5,945000	Euronext Lisbon	26.351.608
16/jan/2020	Compra	1.139	5,950000	Euronext Lisbon	26.352.747
16/jan/2020	Compra	750	5,950000	Euronext Lisbon	26.353.497
16/jan/2020	Compra	522	5,950000	Euronext Lisbon	26.354.019
16/jan/2020	Compra	451	5,950000	Euronext Lisbon	26.354.470
16/jan/2020	Compra	750	5,955000	Euronext Lisbon	26.355.220
16/jan/2020	Compra	508	5,955000	Euronext Lisbon	26.355.728
16/jan/2020	Compra	451	5,955000	Euronext Lisbon	26.356.179
16/jan/2020	Compra	750	5,955000	Euronext Lisbon	26.356.929
16/jan/2020	Compra	530	5,960000	Euronext Lisbon	26.357.459
16/jan/2020	Compra	750	5,960000	Euronext Lisbon	26.358.209
16/jan/2020	Compra	438	5,960000	Euronext Lisbon	26.358.647
16/jan/2020	Compra	732	5,960000	Euronext Lisbon	26.359.379

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
16/jan/2020	Compra	2.702	5,960000	Euronext Lisbon	26.362.081
16/jan/2020	Compra	1.043	5,960000	Euronext Lisbon	26.363.124
16/jan/2020	Compra	1.043	5,960000	Euronext Lisbon	26.364.167
16/jan/2020	Compra	960	5,960000	Euronext Lisbon	26.365.127
16/jan/2020	Compra	2.315	5,960000	Euronext Lisbon	26.367.442
16/jan/2020	Compra	682	5,960000	Euronext Lisbon	26.368.124
16/jan/2020	Compra	202	5,960000	Euronext Lisbon	26.368.326
16/jan/2020	Compra	5.000	5,935000	Euronext Lisbon	26.373.326
16/jan/2020	Compra	5.000	5,935000	Euronext Lisbon	26.378.326
16/jan/2020	Compra	46	5,935000	Euronext Lisbon	26.378.372
16/jan/2020	Compra	4.200	5,935000	Euronext Lisbon	26.382.572
16/jan/2020	Compra	800	5,935000	Euronext Lisbon	26.383.372
16/jan/2020	Compra	720	5,935000	Euronext Lisbon	26.384.092
16/jan/2020	Compra	837	5,935000	Euronext Lisbon	26.384.929
16/jan/2020	Compra	2.360	5,935000	Euronext Lisbon	26.387.289
16/jan/2020	Compra	888	5,935000	Euronext Lisbon	26.388.177
16/jan/2020	Compra	320	5,945000	Euronext Lisbon	26.388.497
16/jan/2020	Compra	243	5,945000	Euronext Lisbon	26.388.740
16/jan/2020	Compra	366	5,945000	Euronext Lisbon	26.389.106
16/jan/2020	Compra	750	5,950000	Euronext Lisbon	26.389.856
16/jan/2020	Compra	450	5,950000	Euronext Lisbon	26.390.306
16/jan/2020	Compra	438	5,950000	Euronext Lisbon	26.390.744
16/jan/2020	Compra	478	5,950000	Euronext Lisbon	26.391.222
16/jan/2020	Compra	1.331	5,950000	Euronext Lisbon	26.392.553
16/jan/2020	Compra	4.280	5,950000	Euronext Lisbon	26.396.833
16/jan/2020	Compra	43	5,950000	Euronext Lisbon	26.396.876
16/jan/2020	Compra	21	5,950000	Euronext Lisbon	26.396.897
16/jan/2020	Compra	27	5,950000	Euronext Lisbon	26.396.924
16/jan/2020	Compra	1.402	5,960000	Euronext Lisbon	26.398.326
16/jan/2020	Compra	490	5,950000	Euronext Lisbon	26.398.816
16/jan/2020	Compra	228	5,950000	Euronext Lisbon	26.399.044
16/jan/2020	Compra	159	5,950000	Euronext Lisbon	26.399.203
16/jan/2020	Compra	233	5,950000	Euronext Lisbon	26.399.436
16/jan/2020	Compra	750	5,955000	Euronext Lisbon	26.400.186
16/jan/2020	Compra	1.200	5,955000	Euronext Lisbon	26.401.386
16/jan/2020	Compra	419	5,955000	Euronext Lisbon	26.401.805
16/jan/2020	Compra	750	5,955000	Euronext Lisbon	26.402.555
16/jan/2020	Compra	472	5,955000	Euronext Lisbon	26.403.027
16/jan/2020	Compra	1.105	5,955000	Euronext Lisbon	26.404.132
16/jan/2020	Compra	750	5,960000	Euronext Lisbon	26.404.882
16/jan/2020	Compra	402	5,960000	Euronext Lisbon	26.405.284
16/jan/2020	Compra	472	5,960000	Euronext Lisbon	26.405.756
16/jan/2020	Compra	1.500	5,960000	Euronext Lisbon	26.407.256
16/jan/2020	Compra	1.373	5,960000	Euronext Lisbon	26.408.629
16/jan/2020	Compra	127	5,960000	Euronext Lisbon	26.408.756

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
16/jan/2020	Compra	1.373	5,960000	Euronext Lisbon	26.410.129
16/jan/2020	Compra	139	5,960000	Euronext Lisbon	26.410.268
16/jan/2020	Compra	1.361	5,960000	Euronext Lisbon	26.411.629
16/jan/2020	Compra	139	5,960000	Euronext Lisbon	26.411.768
16/jan/2020	Compra	682	5,960000	Euronext Lisbon	26.412.450
16/jan/2020	Compra	818	5,960000	Euronext Lisbon	26.413.268
16/jan/2020	Compra	357	5,960000	Euronext Lisbon	26.413.625
16/jan/2020	Compra	1.500	5,960000	Euronext Lisbon	26.415.125
16/jan/2020	Compra	1.000	5,960000	Euronext Lisbon	26.416.125
16/jan/2020	Compra	500	5,960000	Euronext Lisbon	26.416.625
16/jan/2020	Compra	249	5,960000	Euronext Lisbon	26.416.874
2/jun/2020	Compra	700	4,116000	Euronext Lisbon	26.417.574
2/jun/2020	Compra	800	4,116000	Euronext Lisbon	26.418.374
2/jun/2020	Compra	700	4,116000	Euronext Lisbon	26.419.074
2/jun/2020	Compra	800	4,116000	Euronext Lisbon	26.419.874
2/jun/2020	Compra	800	4,116000	Euronext Lisbon	26.420.674
2/jun/2020	Compra	614	4,116000	Euronext Lisbon	26.421.288
2/jun/2020	Compra	86	4,116000	Euronext Lisbon	26.421.374
2/jun/2020	Compra	500	4,116000	Euronext Lisbon	26.421.874
2/jun/2020	Compra	392	4,136000	Euronext Lisbon	26.422.266
2/jun/2020	Compra	56	4,136000	Euronext Lisbon	26.422.322
2/jun/2020	Compra	1.052	4,136000	Euronext Lisbon	26.423.374
2/jun/2020	Compra	56	4,136000	Euronext Lisbon	26.423.430
2/jun/2020	Compra	1.108	4,136000	Euronext Lisbon	26.424.538
2/jun/2020	Compra	392	4,136000	Euronext Lisbon	26.424.930
2/jun/2020	Compra	716	4,136000	Euronext Lisbon	26.425.646
2/jun/2020	Compra	392	4,136000	Euronext Lisbon	26.426.038
2/jun/2020	Compra	556	4,176000	Euronext Lisbon	26.426.594
2/jun/2020	Compra	280	4,176000	Euronext Lisbon	26.426.874
2/jun/2020	Compra	1.500	4,190000	Euronext Lisbon	26.428.374
2/jun/2020	Compra	77	4,190000	Euronext Lisbon	26.428.451
2/jun/2020	Compra	1.423	4,190000	Euronext Lisbon	26.429.874
2/jun/2020	Compra	541	4,190000	Euronext Lisbon	26.430.415
2/jun/2020	Compra	959	4,190000	Euronext Lisbon	26.431.374
2/jun/2020	Compra	500	4,190000	Euronext Lisbon	26.431.874
2/jun/2020	Compra	1.500	4,190000	Euronext Lisbon	26.433.374
2/jun/2020	Compra	1.500	4,190000	Euronext Lisbon	26.434.874
2/jun/2020	Compra	2.000	4,190000	Euronext Lisbon	26.436.874
2/jun/2020	Compra	1.500	4,190000	Euronext Lisbon	26.438.374
2/jun/2020	Compra	1.500	4,190000	Euronext Lisbon	26.439.874
2/jun/2020	Compra	1.500	4,190000	Euronext Lisbon	26.441.374
2/jun/2020	Compra	500	4,190000	Euronext Lisbon	26.441.874
2/jun/2020	Compra	1.500	4,190000	Euronext Lisbon	26.443.374
2/jun/2020	Compra	500	4,190000	Euronext Lisbon	26.443.874
2/jun/2020	Compra	1.000	4,190000	Euronext Lisbon	26.444.874

Data	Natureza	Volum e	Preço (€)	Local	N.º ações
2/jun/2020	Compra	100	4,190000	Euronext Lisbon	26.444.974
2/jun/2020	Compra	700	4,190000	Euronext Lisbon	26.445.674
2/jun/2020	Compra	700	4,190000	Euronext Lisbon	26.446.374
2/jun/2020	Compra	700	4,190000	Euronext Lisbon	26.447.074
2/jun/2020	Compra	400	4,190000	Euronext Lisbon	26.447.474
2/jun/2020	Compra	400	4,190000	Euronext Lisbon	26.447.874
2/jun/2020	Compra	300	4,190000	Euronext Lisbon	26.448.174
2/jun/2020	Compra	1.400	4,190000	Euronext Lisbon	26.449.574
2/jun/2020	Compra	100	4,190000	Euronext Lisbon	26.449.674
2/jun/2020	Compra	2.200	4,190000	Euronext Lisbon	26.451.874
2/jun/2020	Compra	600	4,178000	Euronext Lisbon	26.452.474
2/jun/2020	Compra	738	4,178000	Euronext Lisbon	26.453.212
2/jun/2020	Compra	162	4,178000	Euronext Lisbon	26.453.374
2/jun/2020	Compra	600	4,178000	Euronext Lisbon	26.453.974
2/jun/2020	Compra	600	4,178000	Euronext Lisbon	26.454.574
2/jun/2020	Compra	300	4,178000	Euronext Lisbon	26.454.874
2/jun/2020	Compra	1.500	4,176000	Euronext Lisbon	26.456.374
2/jun/2020	Compra	500	4,176000	Euronext Lisbon	26.456.874
2/jun/2020	Compra	1.400	4,170000	Euronext Lisbon	26.458.274
2/jun/2020	Compra	100	4,170000	Euronext Lisbon	26.458.374
2/jun/2020	Compra	1.400	4,170000	Euronext Lisbon	26.459.774
2/jun/2020	Compra	100	4,170000	Euronext Lisbon	26.459.874
2/jun/2020	Compra	1.400	4,170000	Euronext Lisbon	26.461.274
2/jun/2020	Compra	600	4,170000	Euronext Lisbon	26.461.874
2/jun/2020	Compra	1.500	4,160000	Euronext Lisbon	26.463.374
2/jun/2020	Compra	588	4,160000	Euronext Lisbon	26.463.962
2/jun/2020	Compra	912	4,160000	Euronext Lisbon	26.464.874
2/jun/2020	Compra	2.000	4,160000	Euronext Lisbon	26.466.874
2/jun/2020	Compra	1.500	4,150000	Euronext Lisbon	26.468.374
2/jun/2020	Compra	1.500	4,150000	Euronext Lisbon	26.469.874
2/jun/2020	Compra	2.000	4,150000	Euronext Lisbon	26.471.874
2/jun/2020	Compra	757	4,158000	Euronext Lisbon	26.472.631
2/jun/2020	Compra	35	4,158000	Euronext Lisbon	26.472.666
2/jun/2020	Compra	300	4,158000	Euronext Lisbon	26.472.966
2/jun/2020	Compra	700	4,158000	Euronext Lisbon	26.473.666
2/jun/2020	Compra	208	4,158000	Euronext Lisbon	26.473.874
2/jun/2020	Compra	1.500	4,170000	Euronext Lisbon	26.475.374
2/jun/2020	Compra	1.000	4,170000	Euronext Lisbon	26.476.374
2/jun/2020	Compra	500	4,170000	Euronext Lisbon	26.476.874
2/jun/2020	Compra	1.500	4,170000	Euronext Lisbon	26.478.374
2/jun/2020	Compra	500	4,170000	Euronext Lisbon	26.478.874
2/jun/2020	Compra	561	4,180000	Euronext Lisbon	26.479.435
2/jun/2020	Compra	552	4,180000	Euronext Lisbon	26.479.987
2/jun/2020	Compra	154	4,180000	Euronext Lisbon	26.480.141
2/jun/2020	Compra	700	4,180000	Euronext Lisbon	26.480.841

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
2/jun/2020	Compra	700	4,180000	Euronext Lisbon	26.481.541
2/jun/2020	Compra	100	4,180000	Euronext Lisbon	26.481.641
2/jun/2020	Compra	700	4,180000	Euronext Lisbon	26.482.341
2/jun/2020	Compra	700	4,180000	Euronext Lisbon	26.483.041
2/jun/2020	Compra	800	4,180000	Euronext Lisbon	26.483.841
2/jun/2020	Compra	1.100	4,180000	Euronext Lisbon	26.484.941
2/jun/2020	Compra	400	4,180000	Euronext Lisbon	26.485.341
2/jun/2020	Compra	127	4,186000	Euronext Lisbon	26.485.468
2/jun/2020	Compra	497	4,186000	Euronext Lisbon	26.485.965
2/jun/2020	Compra	815	4,186000	Euronext Lisbon	26.486.780
2/jun/2020	Compra	685	4,182000	Euronext Lisbon	26.487.465
2/jun/2020	Compra	800	4,182000	Euronext Lisbon	26.488.265
2/jun/2020	Compra	700	4,182000	Euronext Lisbon	26.488.965
2/jun/2020	Compra	70	4,182000	Euronext Lisbon	26.489.035
2/jun/2020	Compra	1.500	4,182000	Euronext Lisbon	26.490.535
2/jun/2020	Compra	1.500	4,182000	Euronext Lisbon	26.492.035
2/jun/2020	Compra	1.500	4,182000	Euronext Lisbon	26.493.535
2/jun/2020	Compra	1.500	4,182000	Euronext Lisbon	26.495.035
2/jun/2020	Compra	1.100	4,182000	Euronext Lisbon	26.496.135
2/jun/2020	Compra	400	4,182000	Euronext Lisbon	26.496.535
2/jun/2020	Compra	1.500	4,180000	Euronext Lisbon	26.498.035
2/jun/2020	Compra	498	4,180000	Euronext Lisbon	26.498.533
2/jun/2020	Compra	341	4,180000	Euronext Lisbon	26.498.874
2/jun/2020	Compra	2.400	4,178000	Euronext Lisbon	26.501.274
2/jun/2020	Compra	537	4,180000	Euronext Lisbon	26.501.811
2/jun/2020	Compra	63	4,180000	Euronext Lisbon	26.501.874
2/jun/2020	Compra	1.500	4,174000	Euronext Lisbon	26.503.374
2/jun/2020	Compra	1.001	4,174000	Euronext Lisbon	26.504.375
2/jun/2020	Compra	670	4,174000	Euronext Lisbon	26.505.045
2/jun/2020	Compra	830	4,174000	Euronext Lisbon	26.505.875
2/jun/2020	Compra	1.500	4,174000	Euronext Lisbon	26.507.375
2/jun/2020	Compra	150	4,174000	Euronext Lisbon	26.507.525
2/jun/2020	Compra	603	4,176000	Euronext Lisbon	26.508.128
2/jun/2020	Compra	37	4,180000	Euronext Lisbon	26.508.165
2/jun/2020	Compra	336	4,180000	Euronext Lisbon	26.508.501
2/jun/2020	Compra	502	4,180000	Euronext Lisbon	26.509.003
2/jun/2020	Compra	159	4,176000	Euronext Lisbon	26.509.162
2/jun/2020	Compra	613	4,180000	Euronext Lisbon	26.509.775
2/jun/2020	Compra	1.439	4,174000	Euronext Lisbon	26.511.214
2/jun/2020	Compra	61	4,174000	Euronext Lisbon	26.511.275
2/jun/2020	Compra	1.100	4,174000	Euronext Lisbon	26.512.375
2/jun/2020	Compra	400	4,174000	Euronext Lisbon	26.512.775
2/jun/2020	Compra	833	4,174000	Euronext Lisbon	26.513.608
2/jun/2020	Compra	1.500	4,174000	Euronext Lisbon	26.515.108
2/jun/2020	Compra	1.000	4,174000	Euronext Lisbon	26.516.108

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
2/jun/2020	Compra	500	4,174000	Euronext Lisbon	26.516.608
2/jun/2020	Compra	1.500	4,174000	Euronext Lisbon	26.518.108
2/jun/2020	Compra	909	4,176000	Euronext Lisbon	26.519.017
2/jun/2020	Compra	504	4,176000	Euronext Lisbon	26.519.521
2/jun/2020	Compra	69	4,176000	Euronext Lisbon	26.519.590
2/jun/2020	Compra	213	4,176000	Euronext Lisbon	26.519.803
2/jun/2020	Compra	1.406	4,176000	Euronext Lisbon	26.521.209
2/jun/2020	Compra	365	4,176000	Euronext Lisbon	26.521.574
2/jun/2020	Compra	600	4,170000	Euronext Lisbon	26.522.174
2/jun/2020	Compra	700	4,170000	Euronext Lisbon	26.522.874
2/jun/2020	Compra	200	4,170000	Euronext Lisbon	26.523.074
2/jun/2020	Compra	150	4,170000	Euronext Lisbon	26.523.224
2/jun/2020	Compra	700	4,170000	Euronext Lisbon	26.523.924
2/jun/2020	Compra	550	4,170000	Euronext Lisbon	26.524.474
2/jun/2020	Compra	100	4,170000	Euronext Lisbon	26.524.574
2/jun/2020	Compra	3.250	4,170000	Euronext Lisbon	26.527.824
2/jun/2020	Compra	550	4,170000	Euronext Lisbon	26.528.374
2/jun/2020	Compra	550	4,170000	Euronext Lisbon	26.528.924
2/jun/2020	Compra	400	4,170000	Euronext Lisbon	26.529.324
2/jun/2020	Compra	550	4,170000	Euronext Lisbon	26.529.874
2/jun/2020	Compra	1.500	4,170000	Euronext Lisbon	26.531.374
2/jun/2020	Compra	250	4,170000	Euronext Lisbon	26.531.624
2/jun/2020	Compra	1.000	4,170000	Euronext Lisbon	26.532.624
2/jun/2020	Compra	500	4,170000	Euronext Lisbon	26.533.124
2/jun/2020	Compra	1.500	4,170000	Euronext Lisbon	26.534.624
2/jun/2020	Compra	1.500	4,162000	Euronext Lisbon	26.536.124
2/jun/2020	Compra	750	4,162000	Euronext Lisbon	26.536.874
2/jun/2020	Compra	611	4,160000	Euronext Lisbon	26.537.485
2/jun/2020	Compra	362	4,160000	Euronext Lisbon	26.537.847
2/jun/2020	Compra	227	4,160000	Euronext Lisbon	26.538.074
2/jun/2020	Compra	432	4,160000	Euronext Lisbon	26.538.506
2/jun/2020	Compra	768	4,160000	Euronext Lisbon	26.539.274
2/jun/2020	Compra	1.200	4,160000	Euronext Lisbon	26.540.474
2/jun/2020	Compra	1.400	4,160000	Euronext Lisbon	26.541.874
2/jun/2020	Compra	700	4,158000	Euronext Lisbon	26.542.574
2/jun/2020	Compra	700	4,158000	Euronext Lisbon	26.543.274
2/jun/2020	Compra	100	4,158000	Euronext Lisbon	26.543.374
2/jun/2020	Compra	1.010	4,158000	Euronext Lisbon	26.544.384
2/jun/2020	Compra	490	4,158000	Euronext Lisbon	26.544.874
2/jun/2020	Compra	520	4,158000	Euronext Lisbon	26.545.394
2/jun/2020	Compra	207	4,158000	Euronext Lisbon	26.545.601
2/jun/2020	Compra	700	4,158000	Euronext Lisbon	26.546.301
2/jun/2020	Compra	573	4,158000	Euronext Lisbon	26.546.874
2/jun/2020	Compra	520	4,166000	Euronext Lisbon	26.547.394
2/jun/2020	Compra	649	4,166000	Euronext Lisbon	26.548.043

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
2/jun/2020	Compra	1.725	4,166000	Euronext Lisbon	26.549.768
2/jun/2020	Compra	1.100	4,168000	Euronext Lisbon	26.550.868
2/jun/2020	Compra	218	4,168000	Euronext Lisbon	26.551.086
2/jun/2020	Compra	826	4,190000	Euronext Lisbon	26.551.912
2/jun/2020	Compra	477	4,190000	Euronext Lisbon	26.552.389
2/jun/2020	Compra	454	4,190000	Euronext Lisbon	26.552.843
2/jun/2020	Compra	700	4,190000	Euronext Lisbon	26.553.543
2/jun/2020	Compra	500	4,190000	Euronext Lisbon	26.554.043
2/jun/2020	Compra	500	4,190000	Euronext Lisbon	26.554.543
2/jun/2020	Compra	500	4,190000	Euronext Lisbon	26.555.043
2/jun/2020	Compra	200	4,190000	Euronext Lisbon	26.555.243
2/jun/2020	Compra	300	4,190000	Euronext Lisbon	26.555.543
2/jun/2020	Compra	331	4,190000	Euronext Lisbon	26.555.874
2/jun/2020	Compra	5.000	4,200000	Euronext Lisbon	26.560.874
2/jun/2020	Compra	6.250	4,200000	Euronext Lisbon	26.567.124
2/jun/2020	Compra	157	4,206000	Euronext Lisbon	26.567.281
2/jun/2020	Compra	609	4,206000	Euronext Lisbon	26.567.890
2/jun/2020	Compra	560	4,208000	Euronext Lisbon	26.568.450
2/jun/2020	Compra	5.000	4,210000	Euronext Lisbon	26.573.450
2/jun/2020	Compra	4.833	4,210000	Euronext Lisbon	26.578.283
2/jun/2020	Compra	600	4,200000	Euronext Lisbon	26.578.883
2/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.579.283
2/jun/2020	Compra	1.000	4,200000	Euronext Lisbon	26.580.283
2/jun/2020	Compra	527	4,200000	Euronext Lisbon	26.580.810
2/jun/2020	Compra	700	4,200000	Euronext Lisbon	26.581.510
2/jun/2020	Compra	300	4,200000	Euronext Lisbon	26.581.810
2/jun/2020	Compra	1.473	4,200000	Euronext Lisbon	26.583.283
2/jun/2020	Compra	656	4,202000	Euronext Lisbon	26.583.939
2/jun/2020	Compra	720	4,202000	Euronext Lisbon	26.584.659
2/jun/2020	Compra	560	4,202000	Euronext Lisbon	26.585.219
2/jun/2020	Compra	625	4,204000	Euronext Lisbon	26.585.844
2/jun/2020	Compra	347	4,204000	Euronext Lisbon	26.586.191
2/jun/2020	Compra	720	4,204000	Euronext Lisbon	26.586.911
2/jun/2020	Compra	942	4,204000	Euronext Lisbon	26.587.853
2/jun/2020	Compra	21	4,204000	Euronext Lisbon	26.587.874
2/jun/2020	Compra	1.750	4,210000	Euronext Lisbon	26.589.624
2/jun/2020	Compra	23	4,210000	Euronext Lisbon	26.589.647
2/jun/2020	Compra	227	4,210000	Euronext Lisbon	26.589.874
2/jun/2020	Compra	1.000	4,210000	Euronext Lisbon	26.590.874
2/jun/2020	Compra	700	4,200000	Euronext Lisbon	26.591.574
2/jun/2020	Compra	667	4,202000	Euronext Lisbon	26.592.241
2/jun/2020	Compra	667	4,204000	Euronext Lisbon	26.592.908
2/jun/2020	Compra	1.100	4,206000	Euronext Lisbon	26.594.008
2/jun/2020	Compra	667	4,206000	Euronext Lisbon	26.594.675
2/jun/2020	Compra	199	4,206000	Euronext Lisbon	26.594.874

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
2/jun/2020	Compra	160	4.200000	Euronext Lisbon	26,595,034
2/jun/2020	Compra	310	4.202000	Euronext Lisbon	26,595,344
2/jun/2020	Compra	1,035	4.204000	Euronext Lisbon	26,596,379
2/jun/2020	Compra	60	4.206000	Euronext Lisbon	26,596,439
2/jun/2020	Compra	154	4.206000	Euronext Lisbon	26,596,593
2/jun/2020	Compra	511	4.206000	Euronext Lisbon	26,597,104
2/jun/2020	Compra	654	4.206000	Euronext Lisbon	26,597,758
2/jun/2020	Compra	667	4.206000	Euronext Lisbon	26,598,425
2/jun/2020	Compra	717	4.206000	Euronext Lisbon	26,599,142
2/jun/2020	Compra	260	4.208000	Euronext Lisbon	26,599,402
2/jun/2020	Compra	649	4.208000	Euronext Lisbon	26,600,051
2/jun/2020	Compra	870	4.208000	Euronext Lisbon	26,600,921
2/jun/2020	Compra	953	4.208000	Euronext Lisbon	26,601,874
2/jun/2020	Compra	700	4.206000	Euronext Lisbon	26,602,574
2/jun/2020	Compra	1,100	4.206000	Euronext Lisbon	26,603,674
2/jun/2020	Compra	534	4.206000	Euronext Lisbon	26,604,208
2/jun/2020	Compra	10	4.206000	Euronext Lisbon	26,604,218
2/jun/2020	Compra	197	4.206000	Euronext Lisbon	26,604,415
2/jun/2020	Compra	3,459	4.206000	Euronext Lisbon	26,607,874
2/jun/2020	Compra	6,000	4.218000	Euronext Lisbon	26,613,874
2/jun/2020	Compra	644	4.218000	Euronext Lisbon	26,614,518
2/jun/2020	Compra	2,000	4.218000	Euronext Lisbon	26,616,518
2/jun/2020	Compra	162	4.218000	Euronext Lisbon	26,616,680
2/jun/2020	Compra	124	4.218000	Euronext Lisbon	26,616,804
2/jun/2020	Compra	70	4.220000	Euronext Lisbon	26,616,874
14/out/2020	Compra	110	3.750000	Euronext Lisbon	26,616,984
14/out/2020	Compra	568	3.750000	Euronext Lisbon	26,617,552
14/out/2020	Compra	26	3.750000	Euronext Lisbon	26,617,578
14/out/2020	Compra	3,200	3.750000	Euronext Lisbon	26,620,778
14/out/2020	Compra	96	3.750000	Euronext Lisbon	26,620,874
14/out/2020	Compra	1,062	3.750000	Euronext Lisbon	26,621,936
14/out/2020	Compra	479	3.750000	Euronext Lisbon	26,622,415
14/out/2020	Compra	431	3.756000	Euronext Lisbon	26,622,846
14/out/2020	Compra	567	3.756000	Euronext Lisbon	26,623,413
14/out/2020	Compra	9	3.756000	Euronext Lisbon	26,623,422
14/out/2020	Compra	914	3.756000	Euronext Lisbon	26,624,336
14/out/2020	Compra	1,026	3.762000	Euronext Lisbon	26,625,362
14/out/2020	Compra	750	3.762000	Euronext Lisbon	26,626,112
14/out/2020	Compra	1,535	3.766000	Euronext Lisbon	26,627,647
14/out/2020	Compra	2,033	3.762000	Euronext Lisbon	26,629,680
14/out/2020	Compra	716	3.762000	Euronext Lisbon	26,630,396
14/out/2020	Compra	716	3.764000	Euronext Lisbon	26,631,112
14/out/2020	Compra	126	3.766000	Euronext Lisbon	26,631,238
14/out/2020	Compra	1,499	3.766000	Euronext Lisbon	26,632,737
14/out/2020	Compra	970	3.766000	Euronext Lisbon	26,633,707

Data	Natureza	Volum e	Preço (€)	Local	N.º ações
14/out/2020	Compra	1,206	3.766000	Euronext Lisbon	26,634,913
14/out/2020	Compra	656	3.766000	Euronext Lisbon	26,635,569
14/out/2020	Compra	4,025	3.766000	Euronext Lisbon	26,639,594
14/out/2020	Compra	1,518	3.766000	Euronext Lisbon	26,641,112
14/out/2020	Compra	762	3.766000	Euronext Lisbon	26,641,874
15/out/2020	Compra	1,000	3.740000	Euronext Lisbon	26,642,874
15/out/2020	Compra	1,000	3.720000	Euronext Lisbon	26,643,874
15/out/2020	Compra	1,017	3.720000	Euronext Lisbon	26,644,891
15/out/2020	Compra	391	3.720000	Euronext Lisbon	26,645,282
15/out/2020	Compra	92	3.720000	Euronext Lisbon	26,645,374
15/out/2020	Compra	391	3.720000	Euronext Lisbon	26,645,765
15/out/2020	Compra	483	3.720000	Euronext Lisbon	26,646,248
15/out/2020	Compra	92	3.720000	Euronext Lisbon	26,646,340
15/out/2020	Compra	400	3.720000	Euronext Lisbon	26,646,740
15/out/2020	Compra	134	3.720000	Euronext Lisbon	26,646,874
15/out/2020	Compra	1,000	3.712000	Euronext Lisbon	26,647,874
15/out/2020	Compra	600	3.706000	Euronext Lisbon	26,648,474
15/out/2020	Compra	400	3.706000	Euronext Lisbon	26,648,874
15/out/2020	Compra	1,000	3.706000	Euronext Lisbon	26,649,874
15/out/2020	Compra	1,000	3.706000	Euronext Lisbon	26,650,874
15/out/2020	Compra	1,000	3.710000	Euronext Lisbon	26,651,874
15/out/2020	Compra	1,000	3.710000	Euronext Lisbon	26,652,874
15/out/2020	Compra	1,000	3.710000	Euronext Lisbon	26,653,874
15/out/2020	Compra	1,000	3.710000	Euronext Lisbon	26,654,874
15/out/2020	Compra	1,000	3.710000	Euronext Lisbon	26,655,874
15/out/2020	Compra	1,000	3.710000	Euronext Lisbon	26,656,874
15/out/2020	Compra	400	3.710000	Euronext Lisbon	26,657,274
15/out/2020	Compra	600	3.710000	Euronext Lisbon	26,657,874
15/out/2020	Compra	600	3.710000	Euronext Lisbon	26,658,474
15/out/2020	Compra	400	3.710000	Euronext Lisbon	26,658,874
15/out/2020	Compra	1,000	3.700000	Euronext Lisbon	26,659,874
15/out/2020	Compra	1,000	3.680000	Euronext Lisbon	26,660,874
15/out/2020	Compra	80	3.660000	Euronext Lisbon	26,660,954
15/out/2020	Compra	159	3.660000	Euronext Lisbon	26,661,113
15/out/2020	Compra	761	3.660000	Euronext Lisbon	26,661,874
15/out/2020	Compra	700	3.646000	Euronext Lisbon	26,662,574
15/out/2020	Compra	1,500	3.664000	Euronext Lisbon	26,664,074
15/out/2020	Compra	1,934	3.664000	Euronext Lisbon	26,666,008
15/out/2020	Compra	1,044	3.664000	Euronext Lisbon	26,667,052
15/out/2020	Compra	456	3.664000	Euronext Lisbon	26,667,508
15/out/2020	Compra	66	3.664000	Euronext Lisbon	26,667,574
15/out/2020	Compra	2,050	3.678000	Euronext Lisbon	26,669,624
15/out/2020	Compra	697	3.678000	Euronext Lisbon	26,670,321
15/out/2020	Compra	253	3.678000	Euronext Lisbon	26,670,574
15/out/2020	Compra	2,000	3.680000	Euronext Lisbon	26,672,574

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
15/out/2020	Compra	29	3.680000	Euronext Lisbon	26,672,603
15/out/2020	Compra	830	3.680000	Euronext Lisbon	26,673,433
15/out/2020	Compra	141	3.680000	Euronext Lisbon	26,673,574
15/out/2020	Compra	1,000	3.700000	Euronext Lisbon	26,674,574
15/out/2020	Compra	1,400	3.694000	Euronext Lisbon	26,675,974
15/out/2020	Compra	900	3.696000	Euronext Lisbon	26,676,874
31/dez/2020	-	-	-	-	26,676,874

João Manuel Matos Borges de Oliveira (imputação via CADERNO AZUL, S.A.)

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
31/dez/2019	-	-	-	-	30,000,000
24/jan/2020	Compra	1,000,000	5.800000	Euronext Lisbon	31,000,000
31/dez/2020	-	-	-	-	31,000,000

Domingos José Veira de Matos (imputação via LIVREFLUXO, S.A.)

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
31/dez/2019	-	-	-	-	24.850.110
29/jan/2020	Compra	1.000.000	5,840000	Euronext Lisbon	25.850.110
16/mar/2020	Compra	750	3,182000	Euronext Lisbon	25.850.860
16/mar/2020	Compra	1.682	3,182000	Euronext Lisbon	25.852.542
16/mar/2020	Compra	556	3,182000	Euronext Lisbon	25.853.098
16/mar/2020	Compra	552	3,184000	Euronext Lisbon	25.853.650
16/mar/2020	Compra	564	3,184000	Euronext Lisbon	25.854.214
16/mar/2020	Compra	1.194	3,184000	Euronext Lisbon	25.855.408
16/mar/2020	Compra	3.600	3,190000	Euronext Lisbon	25.859.008
16/mar/2020	Compra	951	3,190000	Euronext Lisbon	25.859.959
16/mar/2020	Compra	1.002	3,190000	Euronext Lisbon	25.860.961
16/mar/2020	Compra	1.021	3,190000	Euronext Lisbon	25.861.982
16/mar/2020	Compra	500	3,192000	Euronext Lisbon	25.862.482
16/mar/2020	Compra	610	3,196000	Euronext Lisbon	25.863.092
16/mar/2020	Compra	19.535	3,198000	Euronext Lisbon	25.882.627
16/mar/2020	Compra	500	3,200000	Euronext Lisbon	25.883.127
16/mar/2020	Compra	1.600	3,202000	Euronext Lisbon	25.884.727
16/mar/2020	Compra	236	3,204000	Euronext Lisbon	25.884.963
16/mar/2020	Compra	1.720	3,206000	Euronext Lisbon	25.886.683
16/mar/2020	Compra	750	3,210000	Euronext Lisbon	25.887.433
16/mar/2020	Compra	1.000	3,210000	Euronext Lisbon	25.888.433
16/mar/2020	Compra	6.189	3,214000	Euronext Lisbon	25.894.622
16/mar/2020	Compra	1.140	3,218000	Euronext Lisbon	25.895.762
16/mar/2020	Compra	5.000	3,220000	Euronext Lisbon	25.900.762
16/mar/2020	Compra	750	3,222000	Euronext Lisbon	25.901.512
16/mar/2020	Compra	2.000	3,222000	Euronext Lisbon	25.903.512
16/mar/2020	Compra	1.854	3,190000	Euronext Lisbon	25.905.366
16/mar/2020	Compra	1.112	3,190000	Euronext Lisbon	25.906.478
16/mar/2020	Compra	617	3,190000	Euronext Lisbon	25.907.095
16/mar/2020	Compra	1.051	3,190000	Euronext Lisbon	25.908.146
16/mar/2020	Compra	2.564	3,192000	Euronext Lisbon	25.910.710
16/mar/2020	Compra	954	3,198000	Euronext Lisbon	25.911.664
16/mar/2020	Compra	500	3,200000	Euronext Lisbon	25.912.164
16/mar/2020	Compra	970	3,212000	Euronext Lisbon	25.913.134
16/mar/2020	Compra	527	3,212000	Euronext Lisbon	25.913.661
16/mar/2020	Compra	675	3,212000	Euronext Lisbon	25.914.336
16/mar/2020	Compra	1.077	3,212000	Euronext Lisbon	25.915.413
16/mar/2020	Compra	750	3,218000	Euronext Lisbon	25.916.163
16/mar/2020	Compra	669	3,222000	Euronext Lisbon	25.916.832
16/mar/2020	Compra	500	3,224000	Euronext Lisbon	25.917.332
16/mar/2020	Compra	19.535	3,226000	Euronext Lisbon	25.936.867
16/mar/2020	Compra	39	3,196000	Euronext Lisbon	25.936.906
16/mar/2020	Compra	961	3,196000	Euronext Lisbon	25.937.867
16/mar/2020	Compra	961	3,196000	Euronext Lisbon	25.938.828
16/mar/2020	Compra	39	3,196000	Euronext Lisbon	25.938.867

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
16/mar/2020	Compra	922	3,196000	Euronext Lisbon	25.939.789
16/mar/2020	Compra	1.000	3,196000	Euronext Lisbon	25.940.789
16/mar/2020	Compra	464	3,196000	Euronext Lisbon	25.941.253
16/mar/2020	Compra	372	3,196000	Euronext Lisbon	25.941.625
16/mar/2020	Compra	164	3,196000	Euronext Lisbon	25.941.789
16/mar/2020	Compra	1.000	3,196000	Euronext Lisbon	25.942.789
16/mar/2020	Compra	1.000	3,196000	Euronext Lisbon	25.943.789
16/mar/2020	Compra	1.000	3,196000	Euronext Lisbon	25.944.789
16/mar/2020	Compra	2.078	3,196000	Euronext Lisbon	25.946.867
16/mar/2020	Compra	1.500	3,188000	Euronext Lisbon	25.948.367
16/mar/2020	Compra	371	3,208000	Euronext Lisbon	25.948.738
16/mar/2020	Compra	1.390	3,208000	Euronext Lisbon	25.950.128
16/mar/2020	Compra	745	3,208000	Euronext Lisbon	25.950.873
16/mar/2020	Compra	294	3,208000	Euronext Lisbon	25.951.167
16/mar/2020	Compra	509	3,212000	Euronext Lisbon	25.951.676
16/mar/2020	Compra	371	3,212000	Euronext Lisbon	25.952.047
16/mar/2020	Compra	767	3,218000	Euronext Lisbon	25.952.814
16/mar/2020	Compra	500	3,218000	Euronext Lisbon	25.953.314
16/mar/2020	Compra	1.078	3,218000	Euronext Lisbon	25.954.392
16/mar/2020	Compra	750	3,220000	Euronext Lisbon	25.955.142
16/mar/2020	Compra	828	3,224000	Euronext Lisbon	25.955.970
16/mar/2020	Compra	19.535	3,224000	Euronext Lisbon	25.975.505
16/mar/2020	Compra	500	3,226000	Euronext Lisbon	25.976.005
16/mar/2020	Compra	518	3,240000	Euronext Lisbon	25.976.523
16/mar/2020	Compra	1.236	3,240000	Euronext Lisbon	25.977.759
16/mar/2020	Compra	368	3,240000	Euronext Lisbon	25.978.127
16/mar/2020	Compra	750	3,246000	Euronext Lisbon	25.978.877
16/mar/2020	Compra	1.000	3,250000	Euronext Lisbon	25.979.877
16/mar/2020	Compra	350	3,250000	Euronext Lisbon	25.980.227
16/mar/2020	Compra	500	3,250000	Euronext Lisbon	25.980.727
16/mar/2020	Compra	1.150	3,250000	Euronext Lisbon	25.981.877
16/mar/2020	Compra	500	3,250000	Euronext Lisbon	25.982.377
16/mar/2020	Compra	1.500	3,234000	Euronext Lisbon	25.983.877
16/mar/2020	Compra	1.500	3,234000	Euronext Lisbon	25.985.377
16/mar/2020	Compra	1.500	3,234000	Euronext Lisbon	25.986.877
16/mar/2020	Compra	915	3,234000	Euronext Lisbon	25.987.792
16/mar/2020	Compra	585	3,234000	Euronext Lisbon	25.988.377
16/mar/2020	Compra	73	3,234000	Euronext Lisbon	25.988.450
16/mar/2020	Compra	750	3,234000	Euronext Lisbon	25.989.200
16/mar/2020	Compra	750	3,234000	Euronext Lisbon	25.989.950
16/mar/2020	Compra	1.000	3,234000	Euronext Lisbon	25.990.950
16/mar/2020	Compra	500	3,234000	Euronext Lisbon	25.991.450
16/mar/2020	Compra	750	3,234000	Euronext Lisbon	25.992.200
16/mar/2020	Compra	750	3,234000	Euronext Lisbon	25.992.950
16/mar/2020	Compra	1.500	3,234000	Euronext Lisbon	25.994.450

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
16/mar/2020	Compra	658	3,234000	Euronext Lisbon	25.995.108
16/mar/2020	Compra	842	3,234000	Euronext Lisbon	25.995.950
16/mar/2020	Compra	1.300	3,234000	Euronext Lisbon	25.997.250
16/mar/2020	Compra	200	3,234000	Euronext Lisbon	25.997.450
16/mar/2020	Compra	17	3,234000	Euronext Lisbon	25.997.467
16/mar/2020	Compra	1.483	3,234000	Euronext Lisbon	25.998.950
16/mar/2020	Compra	1.500	3,234000	Euronext Lisbon	26.000.450
16/mar/2020	Compra	126	3,234000	Euronext Lisbon	26.000.576
16/mar/2020	Compra	1.500	3,234000	Euronext Lisbon	26.002.076
16/mar/2020	Compra	126	3,234000	Euronext Lisbon	26.002.202
16/mar/2020	Compra	175	3,234000	Euronext Lisbon	26.002.377
16/mar/2020	Compra	27	3,224000	Euronext Lisbon	26.002.404
16/mar/2020	Compra	1.973	3,224000	Euronext Lisbon	26.004.377
16/mar/2020	Compra	2.000	3,224000	Euronext Lisbon	26.006.377
16/mar/2020	Compra	2.000	3,224000	Euronext Lisbon	26.008.377
16/mar/2020	Compra	2.000	3,224000	Euronext Lisbon	26.010.377
16/mar/2020	Compra	493	3,224000	Euronext Lisbon	26.010.870
16/mar/2020	Compra	1.507	3,224000	Euronext Lisbon	26.012.377
16/mar/2020	Compra	422	3,228000	Euronext Lisbon	26.012.799
16/mar/2020	Compra	419	3,230000	Euronext Lisbon	26.013.218
16/mar/2020	Compra	750	3,232000	Euronext Lisbon	26.013.968
16/mar/2020	Compra	1.009	3,234000	Euronext Lisbon	26.014.977
16/mar/2020	Compra	750	3,238000	Euronext Lisbon	26.015.727
16/mar/2020	Compra	909	3,238000	Euronext Lisbon	26.016.636
16/mar/2020	Compra	500	3,240000	Euronext Lisbon	26.017.136
16/mar/2020	Compra	435	3,242000	Euronext Lisbon	26.017.571
16/mar/2020	Compra	750	3,244000	Euronext Lisbon	26.018.321
16/mar/2020	Compra	500	3,246000	Euronext Lisbon	26.018.821
16/mar/2020	Compra	19.535	3,252000	Euronext Lisbon	26.038.356
16/mar/2020	Compra	9.032	3,252000	Euronext Lisbon	26.047.388
16/mar/2020	Compra	232	3,252000	Euronext Lisbon	26.047.620
16/mar/2020	Compra	21.494	3,252000	Euronext Lisbon	26.069.114
16/mar/2020	Compra	2.086	3,252000	Euronext Lisbon	26.071.200
16/mar/2020	Compra	660	3,252000	Euronext Lisbon	26.071.860
16/mar/2020	Compra	3.005	3,252000	Euronext Lisbon	26.074.865
16/mar/2020	Compra	1.934	3,252000	Euronext Lisbon	26.076.799
16/mar/2020	Compra	21.806	3,252000	Euronext Lisbon	26.098.605
16/mar/2020	Compra	1.000	3,252000	Euronext Lisbon	26.099.605
16/mar/2020	Compra	492	3,252000	Euronext Lisbon	26.100.097
16/mar/2020	Compra	12.280	3,252000	Euronext Lisbon	26.112.377
16/mar/2020	Compra	227	3,244000	Euronext Lisbon	26.112.604
16/mar/2020	Compra	1.418	3,244000	Euronext Lisbon	26.114.022
16/mar/2020	Compra	654	3,246000	Euronext Lisbon	26.114.676
16/mar/2020	Compra	686	3,246000	Euronext Lisbon	26.115.362
16/mar/2020	Compra	245	3,246000	Euronext Lisbon	26.115.607

Data	Natureza	Volum e	Preço (€)	Local	N.º ações
16/mar/2020	Compra	750	3,250000	Euronext Lisbon	26.116.357
16/mar/2020	Compra	3.753	3,250000	Euronext Lisbon	26.120.110
16/mar/2020	Compra	500	3,246000	Euronext Lisbon	26.120.610
16/mar/2020	Compra	804	3,246000	Euronext Lisbon	26.121.414
16/mar/2020	Compra	262	3,246000	Euronext Lisbon	26.121.676
16/mar/2020	Compra	251	3,246000	Euronext Lisbon	26.121.927
16/mar/2020	Compra	442	3,246000	Euronext Lisbon	26.122.369
16/mar/2020	Compra	429	3,248000	Euronext Lisbon	26.122.798
16/mar/2020	Compra	703	3,248000	Euronext Lisbon	26.123.501
16/mar/2020	Compra	1.179	3,248000	Euronext Lisbon	26.124.680
16/mar/2020	Compra	890	3,248000	Euronext Lisbon	26.125.570
16/mar/2020	Compra	820	3,250000	Euronext Lisbon	26.126.390
16/mar/2020	Compra	5.000	3,250000	Euronext Lisbon	26.131.390
16/mar/2020	Compra	262	3,250000	Euronext Lisbon	26.131.652
16/mar/2020	Compra	8.458	3,242000	Euronext Lisbon	26.140.110
17/mar/2020	Compra	200	3,150000	Euronext Lisbon	26.140.310
17/mar/2020	Compra	400	3,150000	Euronext Lisbon	26.140.710
17/mar/2020	Compra	1.400	3,150000	Euronext Lisbon	26.142.110
17/mar/2020	Compra	2.000	3,150000	Euronext Lisbon	26.144.110
17/mar/2020	Compra	2.000	3,150000	Euronext Lisbon	26.146.110
17/mar/2020	Compra	1.789	3,150000	Euronext Lisbon	26.147.899
17/mar/2020	Compra	211	3,150000	Euronext Lisbon	26.148.110
17/mar/2020	Compra	683	3,150000	Euronext Lisbon	26.148.793
17/mar/2020	Compra	1.317	3,150000	Euronext Lisbon	26.150.110
17/mar/2020	Compra	400	3,140000	Euronext Lisbon	26.150.510
17/mar/2020	Compra	109	3,140000	Euronext Lisbon	26.150.619
17/mar/2020	Compra	325	3,140000	Euronext Lisbon	26.150.944
17/mar/2020	Compra	927	3,140000	Euronext Lisbon	26.151.871
17/mar/2020	Compra	239	3,140000	Euronext Lisbon	26.152.110
17/mar/2020	Compra	400	3,140000	Euronext Lisbon	26.152.510
17/mar/2020	Compra	1.400	3,140000	Euronext Lisbon	26.153.910
17/mar/2020	Compra	200	3,140000	Euronext Lisbon	26.154.110
17/mar/2020	Compra	90	3,140000	Euronext Lisbon	26.154.200
17/mar/2020	Compra	1.019	3,140000	Euronext Lisbon	26.155.219
17/mar/2020	Compra	891	3,140000	Euronext Lisbon	26.156.110
17/mar/2020	Compra	354	3,140000	Euronext Lisbon	26.156.464
17/mar/2020	Compra	1.646	3,140000	Euronext Lisbon	26.158.110
17/mar/2020	Compra	2.000	3,140000	Euronext Lisbon	26.160.110
17/mar/2020	Compra	400	3,140000	Euronext Lisbon	26.160.510
17/mar/2020	Compra	689	3,140000	Euronext Lisbon	26.161.199
17/mar/2020	Compra	911	3,140000	Euronext Lisbon	26.162.110
17/mar/2020	Compra	966	3,140000	Euronext Lisbon	26.163.076
17/mar/2020	Compra	400	3,140000	Euronext Lisbon	26.163.476
17/mar/2020	Compra	400	3,140000	Euronext Lisbon	26.163.876
17/mar/2020	Compra	400	3,140000	Euronext Lisbon	26.164.276

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
17/mar/2020	Compra	400	3,140000	Euronext Lisbon	26.164.676
17/mar/2020	Compra	400	3,140000	Euronext Lisbon	26.165.076
17/mar/2020	Compra	1.600	3,140000	Euronext Lisbon	26.166.676
17/mar/2020	Compra	400	3,140000	Euronext Lisbon	26.167.076
17/mar/2020	Compra	750	3,140000	Euronext Lisbon	26.167.826
17/mar/2020	Compra	793	3,140000	Euronext Lisbon	26.168.619
17/mar/2020	Compra	457	3,140000	Euronext Lisbon	26.169.076
17/mar/2020	Compra	366	3,140000	Euronext Lisbon	26.169.442
17/mar/2020	Compra	457	3,140000	Euronext Lisbon	26.169.899
17/mar/2020	Compra	211	3,140000	Euronext Lisbon	26.170.110
17/mar/2020	Compra	1.500	3,130000	Euronext Lisbon	26.171.610
17/mar/2020	Compra	621	3,130000	Euronext Lisbon	26.172.231
17/mar/2020	Compra	879	3,130000	Euronext Lisbon	26.173.110
17/mar/2020	Compra	1.013	3,130000	Euronext Lisbon	26.174.123
17/mar/2020	Compra	487	3,130000	Euronext Lisbon	26.174.610
17/mar/2020	Compra	1.234	3,130000	Euronext Lisbon	26.175.844
17/mar/2020	Compra	266	3,130000	Euronext Lisbon	26.176.110
17/mar/2020	Compra	167	3,130000	Euronext Lisbon	26.176.277
17/mar/2020	Compra	1.333	3,130000	Euronext Lisbon	26.177.610
17/mar/2020	Compra	167	3,130000	Euronext Lisbon	26.177.777
17/mar/2020	Compra	400	3,150000	Euronext Lisbon	26.178.177
17/mar/2020	Compra	873	3,150000	Euronext Lisbon	26.179.050
17/mar/2020	Compra	227	3,150000	Euronext Lisbon	26.179.277
17/mar/2020	Compra	1.500	3,150000	Euronext Lisbon	26.180.777
17/mar/2020	Compra	1.500	3,150000	Euronext Lisbon	26.182.277
17/mar/2020	Compra	1.500	3,150000	Euronext Lisbon	26.183.777
17/mar/2020	Compra	1.500	3,150000	Euronext Lisbon	26.185.277
17/mar/2020	Compra	1.500	3,150000	Euronext Lisbon	26.186.777
17/mar/2020	Compra	347	3,150000	Euronext Lisbon	26.187.124
17/mar/2020	Compra	500	3,150000	Euronext Lisbon	26.187.624
17/mar/2020	Compra	653	3,150000	Euronext Lisbon	26.188.277
17/mar/2020	Compra	283	3,150000	Euronext Lisbon	26.188.560
17/mar/2020	Compra	1.500	3,150000	Euronext Lisbon	26.190.060
17/mar/2020	Compra	1.500	3,150000	Euronext Lisbon	26.191.560
17/mar/2020	Compra	814	3,150000	Euronext Lisbon	26.192.374
17/mar/2020	Compra	500	3,150000	Euronext Lisbon	26.192.874
17/mar/2020	Compra	500	3,150000	Euronext Lisbon	26.193.374
17/mar/2020	Compra	500	3,150000	Euronext Lisbon	26.193.874
17/mar/2020	Compra	1.500	3,150000	Euronext Lisbon	26.195.374
17/mar/2020	Compra	1.500	3,150000	Euronext Lisbon	26.196.874
17/mar/2020	Compra	1.500	3,150000	Euronext Lisbon	26.198.374
17/mar/2020	Compra	1.500	3,150000	Euronext Lisbon	26.199.874
17/mar/2020	Compra	236	3,150000	Euronext Lisbon	26.200.110
17/mar/2020	Compra	1.000	3,146000	Euronext Lisbon	26.201.110
17/mar/2020	Compra	1.200	3,146000	Euronext Lisbon	26.202.310

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
17/mar/2020	Compra	1.200	3,146000	Euronext Lisbon	26.203.510
17/mar/2020	Compra	1.000	3,146000	Euronext Lisbon	26.204.510
17/mar/2020	Compra	200	3,146000	Euronext Lisbon	26.204.710
17/mar/2020	Compra	323	3,146000	Euronext Lisbon	26.205.033
17/mar/2020	Compra	800	3,146000	Euronext Lisbon	26.205.833
17/mar/2020	Compra	1.077	3,146000	Euronext Lisbon	26.206.910
17/mar/2020	Compra	323	3,146000	Euronext Lisbon	26.207.233
17/mar/2020	Compra	2.200	3,146000	Euronext Lisbon	26.209.433
17/mar/2020	Compra	600	3,146000	Euronext Lisbon	26.210.033
17/mar/2020	Compra	934	3,146000	Euronext Lisbon	26.210.967
17/mar/2020	Compra	1.266	3,146000	Euronext Lisbon	26.212.233
17/mar/2020	Compra	2.200	3,146000	Euronext Lisbon	26.214.433
17/mar/2020	Compra	2.200	3,146000	Euronext Lisbon	26.216.633
17/mar/2020	Compra	331	3,146000	Euronext Lisbon	26.216.964
17/mar/2020	Compra	1.869	3,146000	Euronext Lisbon	26.218.833
17/mar/2020	Compra	1.021	3,146000	Euronext Lisbon	26.219.854
17/mar/2020	Compra	2.003	3,146000	Euronext Lisbon	26.221.857
17/mar/2020	Compra	197	3,146000	Euronext Lisbon	26.222.054
17/mar/2020	Compra	1.022	3,146000	Euronext Lisbon	26.223.076
17/mar/2020	Compra	1.178	3,146000	Euronext Lisbon	26.224.254
17/mar/2020	Compra	1.178	3,146000	Euronext Lisbon	26.225.432
17/mar/2020	Compra	1.022	3,146000	Euronext Lisbon	26.226.454
17/mar/2020	Compra	156	3,146000	Euronext Lisbon	26.226.610
17/mar/2020	Compra	2.200	3,146000	Euronext Lisbon	26.228.810
17/mar/2020	Compra	2.200	3,146000	Euronext Lisbon	26.231.010
17/mar/2020	Compra	1.786	3,146000	Euronext Lisbon	26.232.796
17/mar/2020	Compra	199	3,146000	Euronext Lisbon	26.232.995
17/mar/2020	Compra	215	3,146000	Euronext Lisbon	26.233.210
17/mar/2020	Compra	199	3,146000	Euronext Lisbon	26.233.409
17/mar/2020	Compra	2.200	3,146000	Euronext Lisbon	26.235.609
17/mar/2020	Compra	2.200	3,146000	Euronext Lisbon	26.237.809
17/mar/2020	Compra	2.200	3,150000	Euronext Lisbon	26.240.009
17/mar/2020	Compra	2.200	3,150000	Euronext Lisbon	26.242.209
17/mar/2020	Compra	174	3,150000	Euronext Lisbon	26.242.383
17/mar/2020	Compra	2.000	3,150000	Euronext Lisbon	26.244.383
17/mar/2020	Compra	200	3,150000	Euronext Lisbon	26.244.583
17/mar/2020	Compra	1.400	3,150000	Euronext Lisbon	26.245.983
17/mar/2020	Compra	2.200	3,150000	Euronext Lisbon	26.248.183
17/mar/2020	Compra	374	3,150000	Euronext Lisbon	26.248.557
17/mar/2020	Compra	1.553	3,150000	Euronext Lisbon	26.250.110
17/mar/2020	Compra	2.500	3,140000	Euronext Lisbon	26.252.610
17/mar/2020	Compra	796	3,140000	Euronext Lisbon	26.253.406
17/mar/2020	Compra	1.704	3,140000	Euronext Lisbon	26.255.110
17/mar/2020	Compra	1.704	3,140000	Euronext Lisbon	26.256.814
17/mar/2020	Compra	796	3,140000	Euronext Lisbon	26.257.610

Data	Natureza	Volum e	Preço (€)	Local	N.º ações
17/mar/2020	Compra	908	3,140000	Euronext Lisbon	26.258.518
17/mar/2020	Compra	577	3,140000	Euronext Lisbon	26.259.095
17/mar/2020	Compra	1.600	3,140000	Euronext Lisbon	26.260.695
17/mar/2020	Compra	323	3,140000	Euronext Lisbon	26.261.018
17/mar/2020	Compra	323	3,140000	Euronext Lisbon	26.261.341
17/mar/2020	Compra	323	3,140000	Euronext Lisbon	26.261.664
17/mar/2020	Compra	323	3,140000	Euronext Lisbon	26.261.987
17/mar/2020	Compra	323	3,140000	Euronext Lisbon	26.262.310
17/mar/2020	Compra	1.200	3,140000	Euronext Lisbon	26.263.510
18/mar/2020	Compra	1.665	2,956000	Euronext Lisbon	26.265.175
18/mar/2020	Compra	564	2,956000	Euronext Lisbon	26.265.739
18/mar/2020	Compra	1.162	2,956000	Euronext Lisbon	26.266.901
18/mar/2020	Compra	1.000	2,956000	Euronext Lisbon	26.267.901
18/mar/2020	Compra	4.000	2,956000	Euronext Lisbon	26.271.901
18/mar/2020	Compra	524	2,956000	Euronext Lisbon	26.272.425
18/mar/2020	Compra	1.373	2,956000	Euronext Lisbon	26.273.798
18/mar/2020	Compra	1.000	2,956000	Euronext Lisbon	26.274.798
18/mar/2020	Compra	1.000	2,956000	Euronext Lisbon	26.275.798
18/mar/2020	Compra	1.627	2,956000	Euronext Lisbon	26.277.425
18/mar/2020	Compra	373	2,956000	Euronext Lisbon	26.277.798
18/mar/2020	Compra	1.400	2,956000	Euronext Lisbon	26.279.198
18/mar/2020	Compra	3.600	2,956000	Euronext Lisbon	26.282.798
18/mar/2020	Compra	712	2,956000	Euronext Lisbon	26.283.510
18/mar/2020	Compra	1.600	2,950000	Euronext Lisbon	26.285.110
18/mar/2020	Compra	1.600	2,950000	Euronext Lisbon	26.286.710
18/mar/2020	Compra	1.600	2,950000	Euronext Lisbon	26.288.310
18/mar/2020	Compra	200	2,950000	Euronext Lisbon	26.288.510
18/mar/2020	Compra	1.600	2,950000	Euronext Lisbon	26.290.110
18/mar/2020	Compra	3.177	2,950000	Euronext Lisbon	26.293.287
18/mar/2020	Compra	500	2,950000	Euronext Lisbon	26.293.787
18/mar/2020	Compra	750	2,982000	Euronext Lisbon	26.294.537
18/mar/2020	Compra	648	2,982000	Euronext Lisbon	26.295.185
18/mar/2020	Compra	748	2,982000	Euronext Lisbon	26.295.933
18/mar/2020	Compra	6.519	2,982000	Euronext Lisbon	26.302.452
18/mar/2020	Compra	255	2,982000	Euronext Lisbon	26.302.707
18/mar/2020	Compra	750	2,988000	Euronext Lisbon	26.303.457
18/mar/2020	Compra	500	2,990000	Euronext Lisbon	26.303.957
18/mar/2020	Compra	53	2,990000	Euronext Lisbon	26.304.010
24/jun/2020	Compra	1.751	4,200000	Euronext Lisbon	26.305.761
24/jun/2020	Compra	100	4,200000	Euronext Lisbon	26.305.861
24/jun/2020	Compra	375	4,200000	Euronext Lisbon	26.306.236
24/jun/2020	Compra	1.400	4,200000	Euronext Lisbon	26.307.636
24/jun/2020	Compra	1.374	4,200000	Euronext Lisbon	26.309.010
24/jun/2020	Compra	774	4,200000	Euronext Lisbon	26.309.784
24/jun/2020	Compra	248	4,200000	Euronext Lisbon	26.310.032

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
24/jun/2020	Compra	2.800	4,200000	Euronext Lisbon	26.312.832
24/jun/2020	Compra	1.178	4,200000	Euronext Lisbon	26.314.010
24/jun/2020	Compra	6.232	4,200000	Euronext Lisbon	26.320.242
24/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.320.642
24/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.321.042
24/jun/2020	Compra	762	4,200000	Euronext Lisbon	26.321.804
24/jun/2020	Compra	1.531	4,200000	Euronext Lisbon	26.323.335
24/jun/2020	Compra	523	4,200000	Euronext Lisbon	26.323.858
24/jun/2020	Compra	1.384	4,200000	Euronext Lisbon	26.325.242
24/jun/2020	Compra	1.260	4,200000	Euronext Lisbon	26.326.502
24/jun/2020	Compra	1.400	4,200000	Euronext Lisbon	26.327.902
24/jun/2020	Compra	1.400	4,200000	Euronext Lisbon	26.329.302
24/jun/2020	Compra	940	4,200000	Euronext Lisbon	26.330.242
24/jun/2020	Compra	1.400	4,200000	Euronext Lisbon	26.331.642
24/jun/2020	Compra	1.400	4,200000	Euronext Lisbon	26.333.042
24/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.333.442
24/jun/2020	Compra	370	4,200000	Euronext Lisbon	26.333.812
24/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.334.212
24/jun/2020	Compra	387	4,200000	Euronext Lisbon	26.334.599
24/jun/2020	Compra	201	4,200000	Euronext Lisbon	26.334.800
24/jun/2020	Compra	442	4,200000	Euronext Lisbon	26.335.242
24/jun/2020	Compra	8.161	4,200000	Euronext Lisbon	26.343.403
24/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.343.803
24/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.344.203
24/jun/2020	Compra	4.200	4,200000	Euronext Lisbon	26.348.403
24/jun/2020	Compra	1.100	4,200000	Euronext Lisbon	26.349.503
24/jun/2020	Compra	503	4,200000	Euronext Lisbon	26.350.006
24/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.350.406
24/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.350.806
24/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.351.206
24/jun/2020	Compra	2.197	4,200000	Euronext Lisbon	26.353.403
24/jun/2020	Compra	1.224	4,200000	Euronext Lisbon	26.354.627
24/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.355.027
24/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.355.427
24/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.355.827
24/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.356.227
24/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.356.627
24/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.357.027
24/jun/2020	Compra	400	4,200000	Euronext Lisbon	26.357.427
24/jun/2020	Compra	976	4,200000	Euronext Lisbon	26.358.403
24/jun/2020	Compra	5.381	4,200000	Euronext Lisbon	26.363.784
24/jun/2020	Compra	263	4,200000	Euronext Lisbon	26.364.047
24/jun/2020	Compra	6.354	4,200000	Euronext Lisbon	26.370.401
24/jun/2020	Compra	5.055	4,200000	Euronext Lisbon	26.375.456
24/jun/2020	Compra	1.155	4,200000	Euronext Lisbon	26.376.611

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
24/jun/2020	Compra	1.641	4,200000	Euronext Lisbon	26.378.252
24/jun/2020	Compra	1.625	4,200000	Euronext Lisbon	26.379.877
24/jun/2020	Compra	607	4,200000	Euronext Lisbon	26.380.484
24/jun/2020	Compra	2.648	4,200000	Euronext Lisbon	26.383.132
24/jun/2020	Compra	821	4,200000	Euronext Lisbon	26.383.953
24/jun/2020	Compra	249	4,200000	Euronext Lisbon	26.384.202
24/jun/2020	Compra	1.142	4,200000	Euronext Lisbon	26.385.344
24/jun/2020	Compra	915	4,200000	Euronext Lisbon	26.386.259
24/jun/2020	Compra	2.000	4,200000	Euronext Lisbon	26.388.259
24/jun/2020	Compra	500	4,200000	Euronext Lisbon	26.388.759
24/jun/2020	Compra	1.642	4,200000	Euronext Lisbon	26.390.401
24/jun/2020	Compra	1.115	4,200000	Euronext Lisbon	26.391.516
25/jun/2020	Compra	721	4,194000	Euronext Lisbon	26.392.237
25/jun/2020	Compra	2.300	4,194000	Euronext Lisbon	26.394.537
25/jun/2020	Compra	120	4,194000	Euronext Lisbon	26.394.657
25/jun/2020	Compra	721	4,194000	Euronext Lisbon	26.395.378
25/jun/2020	Compra	1.157	4,194000	Euronext Lisbon	26.396.535
25/jun/2020	Compra	1.027	4,194000	Euronext Lisbon	26.397.562
25/jun/2020	Compra	2.050	4,194000	Euronext Lisbon	26.399.612
25/jun/2020	Compra	256	4,194000	Euronext Lisbon	26.399.868
25/jun/2020	Compra	134	4,194000	Euronext Lisbon	26.400.002
25/jun/2020	Compra	168	4,194000	Euronext Lisbon	26.400.170
25/jun/2020	Compra	134	4,194000	Euronext Lisbon	26.400.304
25/jun/2020	Compra	168	4,194000	Euronext Lisbon	26.400.472
25/jun/2020	Compra	134	4,194000	Euronext Lisbon	26.400.606
25/jun/2020	Compra	168	4,194000	Euronext Lisbon	26.400.774
25/jun/2020	Compra	148	4,194000	Euronext Lisbon	26.400.922
25/jun/2020	Compra	134	4,194000	Euronext Lisbon	26.401.056
25/jun/2020	Compra	75	4,194000	Euronext Lisbon	26.401.131
25/jun/2020	Compra	2.879	4,194000	Euronext Lisbon	26.404.010
26/jun/2020	Compra	1.542	4,140000	Euronext Lisbon	26.405.552
26/jun/2020	Compra	544	4,140000	Euronext Lisbon	26.406.096
26/jun/2020	Compra	2.914	4,140000	Euronext Lisbon	26.409.010
26/jun/2020	Compra	3.354	4,140000	Euronext Lisbon	26.412.364
26/jun/2020	Compra	1.646	4,140000	Euronext Lisbon	26.414.010
26/jun/2020	Compra	2.263	4,140000	Euronext Lisbon	26.416.273
26/jun/2020	Compra	536	4,140000	Euronext Lisbon	26.416.809
26/jun/2020	Compra	631	4,140000	Euronext Lisbon	26.417.440
26/jun/2020	Compra	3.833	4,140000	Euronext Lisbon	26.421.273
26/jun/2020	Compra	76	4,140000	Euronext Lisbon	26.421.349
26/jun/2020	Compra	958	4,140000	Euronext Lisbon	26.422.307
26/jun/2020	Compra	1.399	4,140000	Euronext Lisbon	26.423.706
26/jun/2020	Compra	68	4,198000	Euronext Lisbon	26.423.774
26/jun/2020	Compra	57	4,198000	Euronext Lisbon	26.423.831
26/jun/2020	Compra	900	4,198000	Euronext Lisbon	26.424.731

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
26/jun/2020	Compra	625	4,198000	Euronext Lisbon	26.425.356
26/jun/2020	Compra	869	4,198000	Euronext Lisbon	26.426.225
26/jun/2020	Compra	3.000	4,200000	Euronext Lisbon	26.429.225
26/jun/2020	Compra	613	4,200000	Euronext Lisbon	26.429.838
26/jun/2020	Compra	5.000	4,200000	Euronext Lisbon	26.434.838
26/jun/2020	Compra	868	4,200000	Euronext Lisbon	26.435.706
26/jun/2020	Compra	1.728	4,140000	Euronext Lisbon	26.437.434
26/jun/2020	Compra	131	4,140000	Euronext Lisbon	26.437.565
26/jun/2020	Compra	784	4,140000	Euronext Lisbon	26.438.349
26/jun/2020	Compra	784	4,140000	Euronext Lisbon	26.439.133
26/jun/2020	Compra	784	4,140000	Euronext Lisbon	26.439.917
26/jun/2020	Compra	765	4,140000	Euronext Lisbon	26.440.682
26/jun/2020	Compra	1.116	4,140000	Euronext Lisbon	26.441.798
26/jun/2020	Compra	157	4,140000	Euronext Lisbon	26.441.955
26/jun/2020	Compra	349	4,140000	Euronext Lisbon	26.442.304
26/jun/2020	Compra	1.045	4,140000	Euronext Lisbon	26.443.349
26/jun/2020	Compra	853	4,140000	Euronext Lisbon	26.444.202
26/jun/2020	Compra	1.409	4,140000	Euronext Lisbon	26.445.611
26/jun/2020	Compra	1.116	4,140000	Euronext Lisbon	26.446.727
26/jun/2020	Compra	1.622	4,140000	Euronext Lisbon	26.448.349
26/jun/2020	Compra	1.116	4,140000	Euronext Lisbon	26.449.465
26/jun/2020	Compra	1.186	4,140000	Euronext Lisbon	26.450.651
26/jun/2020	Compra	180	4,140000	Euronext Lisbon	26.450.831
26/jun/2020	Compra	184	4,140000	Euronext Lisbon	26.451.015
26/jun/2020	Compra	149	4,140000	Euronext Lisbon	26.451.164
26/jun/2020	Compra	250	4,140000	Euronext Lisbon	26.451.414
26/jun/2020	Compra	1.935	4,140000	Euronext Lisbon	26.453.349
26/jun/2020	Compra	583	4,140000	Euronext Lisbon	26.453.932
26/jun/2020	Compra	1.632	4,140000	Euronext Lisbon	26.455.564
26/jun/2020	Compra	1.116	4,140000	Euronext Lisbon	26.456.680
26/jun/2020	Compra	2.252	4,140000	Euronext Lisbon	26.458.932
26/jun/2020	Compra	5.000	4,140000	Euronext Lisbon	26.463.932
26/jun/2020	Compra	165	4,140000	Euronext Lisbon	26.464.097
26/jun/2020	Compra	643	4,140000	Euronext Lisbon	26.464.740
26/jun/2020	Compra	155	4,140000	Euronext Lisbon	26.464.895
26/jun/2020	Compra	1.442	4,140000	Euronext Lisbon	26.466.337
26/jun/2020	Compra	1.277	4,140000	Euronext Lisbon	26.467.614
26/jun/2020	Compra	370	4,140000	Euronext Lisbon	26.467.984
26/jun/2020	Compra	948	4,140000	Euronext Lisbon	26.468.932
26/jun/2020	Compra	152	4,140000	Euronext Lisbon	26.469.084
26/jun/2020	Compra	1.116	4,140000	Euronext Lisbon	26.470.200
26/jun/2020	Compra	173	4,140000	Euronext Lisbon	26.470.373
26/jun/2020	Compra	3.711	4,140000	Euronext Lisbon	26.474.084
26/jun/2020	Compra	130	4,140000	Euronext Lisbon	26.474.214
26/jun/2020	Compra	237	4,140000	Euronext Lisbon	26.474.451

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
26/jun/2020	Compra	2.047	4,140000	Euronext Lisbon	26.476.498
26/jun/2020	Compra	950	4,140000	Euronext Lisbon	26.477.448
26/jun/2020	Compra	574	4,140000	Euronext Lisbon	26.478.022
26/jun/2020	Compra	292	4,140000	Euronext Lisbon	26.478.314
26/jun/2020	Compra	176	4,140000	Euronext Lisbon	26.478.490
26/jun/2020	Compra	237	4,140000	Euronext Lisbon	26.478.727
26/jun/2020	Compra	237	4,140000	Euronext Lisbon	26.478.964
26/jun/2020	Compra	120	4,140000	Euronext Lisbon	26.479.084
26/jun/2020	Compra	3.503	4,140000	Euronext Lisbon	26.482.587
26/jun/2020	Compra	237	4,140000	Euronext Lisbon	26.482.824
29/jun/2020	Compra	961	4,140000	Euronext Lisbon	26.483.785
29/jun/2020	Compra	1.704	4,140000	Euronext Lisbon	26.485.489
29/jun/2020	Compra	8	4,140000	Euronext Lisbon	26.485.497
29/jun/2020	Compra	42	4,140000	Euronext Lisbon	26.485.539
29/jun/2020	Compra	2.285	4,140000	Euronext Lisbon	26.487.824
29/jun/2020	Compra	129	4,140000	Euronext Lisbon	26.487.953
29/jun/2020	Compra	110	4,140000	Euronext Lisbon	26.488.063
29/jun/2020	Compra	117	4,140000	Euronext Lisbon	26.488.180
29/jun/2020	Compra	13	4,140000	Euronext Lisbon	26.488.193
29/jun/2020	Compra	4.987	4,140000	Euronext Lisbon	26.493.180
29/jun/2020	Compra	616	4,140000	Euronext Lisbon	26.493.796
29/jun/2020	Compra	1.216	4,140000	Euronext Lisbon	26.495.012
29/jun/2020	Compra	3.168	4,140000	Euronext Lisbon	26.498.180
29/jun/2020	Compra	3.168	4,140000	Euronext Lisbon	26.501.348
29/jun/2020	Compra	507	4,140000	Euronext Lisbon	26.501.855
29/jun/2020	Compra	1.141	4,140000	Euronext Lisbon	26.502.996
29/jun/2020	Compra	184	4,140000	Euronext Lisbon	26.503.180
29/jun/2020	Compra	400	4,140000	Euronext Lisbon	26.503.580
29/jun/2020	Compra	562	4,140000	Euronext Lisbon	26.504.142
29/jun/2020	Compra	1.540	4,140000	Euronext Lisbon	26.505.682
29/jun/2020	Compra	498	4,140000	Euronext Lisbon	26.506.180
29/jun/2020	Compra	1.225	4,140000	Euronext Lisbon	26.507.405
29/jun/2020	Compra	775	4,140000	Euronext Lisbon	26.508.180
29/jun/2020	Compra	400	4,140000	Euronext Lisbon	26.508.580
29/jun/2020	Compra	861	4,140000	Euronext Lisbon	26.509.441
29/jun/2020	Compra	198	4,140000	Euronext Lisbon	26.509.639
29/jun/2020	Compra	2.724	4,140000	Euronext Lisbon	26.512.363
29/jun/2020	Compra	430	4,140000	Euronext Lisbon	26.512.793
29/jun/2020	Compra	387	4,140000	Euronext Lisbon	26.513.180
29/jun/2020	Compra	1.658	4,140000	Euronext Lisbon	26.514.838
29/jun/2020	Compra	314	4,140000	Euronext Lisbon	26.515.152
29/jun/2020	Compra	400	4,140000	Euronext Lisbon	26.515.552
29/jun/2020	Compra	458	4,140000	Euronext Lisbon	26.516.010
29/jun/2020	Compra	116	4,128000	Euronext Lisbon	26.516.126
29/jun/2020	Compra	378	4,128000	Euronext Lisbon	26.516.504

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
29/jun/2020	Compra	750	4.138000	Euronext Lisbon	26,517,254
29/jun/2020	Compra	800	4.140000	Euronext Lisbon	26,518,054
29/jun/2020	Compra	658	4.140000	Euronext Lisbon	26,518,712
29/jun/2020	Compra	298	4.142000	Euronext Lisbon	26,519,010
2/out/2020	Compra	1,600	3.730000	Euronext Lisbon	26,520,610
2/out/2020	Compra	400	3.730000	Euronext Lisbon	26,521,010
2/out/2020	Compra	388	3.730000	Euronext Lisbon	26,521,398
2/out/2020	Compra	400	3.730000	Euronext Lisbon	26,521,798
2/out/2020	Compra	757	3.730000	Euronext Lisbon	26,522,555
2/out/2020	Compra	800	3.730000	Euronext Lisbon	26,523,355
2/out/2020	Compra	43	3.730000	Euronext Lisbon	26,523,398
2/out/2020	Compra	1,157	3.730000	Euronext Lisbon	26,524,555
2/out/2020	Compra	400	3.730000	Euronext Lisbon	26,524,955
2/out/2020	Compra	400	3.730000	Euronext Lisbon	26,525,355
2/out/2020	Compra	56	3.730000	Euronext Lisbon	26,525,411
2/out/2020	Compra	400	3.730000	Euronext Lisbon	26,525,811
2/out/2020	Compra	344	3.730000	Euronext Lisbon	26,526,155
2/out/2020	Compra	400	3.730000	Euronext Lisbon	26,526,555
2/out/2020	Compra	433	3.730000	Euronext Lisbon	26,526,988
2/out/2020	Compra	122	3.738000	Euronext Lisbon	26,527,110
2/out/2020	Compra	3,500	3.740000	Euronext Lisbon	26,530,610
2/out/2020	Compra	2,000	3.750000	Euronext Lisbon	26,532,610
2/out/2020	Compra	750	3.744000	Euronext Lisbon	26,533,360
2/out/2020	Compra	590	3.746000	Euronext Lisbon	26,533,950
2/out/2020	Compra	1,400	3.748000	Euronext Lisbon	26,535,350
2/out/2020	Compra	696	3.748000	Euronext Lisbon	26,536,046
2/out/2020	Compra	227	3.748000	Euronext Lisbon	26,536,273
2/out/2020	Compra	943	3.730000	Euronext Lisbon	26,537,216
2/out/2020	Compra	943	3.730000	Euronext Lisbon	26,538,159
2/out/2020	Compra	114	3.730000	Euronext Lisbon	26,538,273
2/out/2020	Compra	1,562	3.730000	Euronext Lisbon	26,539,835
2/out/2020	Compra	750	3.760000	Euronext Lisbon	26,540,585
2/out/2020	Compra	663	3.760000	Euronext Lisbon	26,541,248
2/out/2020	Compra	184	3.760000	Euronext Lisbon	26,541,432
2/out/2020	Compra	247	3.760000	Euronext Lisbon	26,541,679
2/out/2020	Compra	750	3.760000	Euronext Lisbon	26,542,429
2/out/2020	Compra	235	3.740000	Euronext Lisbon	26,542,664
2/out/2020	Compra	179	3.740000	Euronext Lisbon	26,542,843
2/out/2020	Compra	1,586	3.740000	Euronext Lisbon	26,544,429
2/out/2020	Compra	877	3.740000	Euronext Lisbon	26,545,306
2/out/2020	Compra	1,123	3.740000	Euronext Lisbon	26,546,429
2/out/2020	Compra	1,018	3.740000	Euronext Lisbon	26,547,447
2/out/2020	Compra	2,000	3.740000	Euronext Lisbon	26,549,447
2/out/2020	Compra	2,000	3.740000	Euronext Lisbon	26,551,447
2/out/2020	Compra	982	3.740000	Euronext Lisbon	26,552,429

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
2/out2020	Compra	62	3.730000	Euronext Lisbon	26,552,491
2/out2020	Compra	701	3.730000	Euronext Lisbon	26,553,192
2/out2020	Compra	180	3.730000	Euronext Lisbon	26,553,372
2/out2020	Compra	1,057	3.730000	Euronext Lisbon	26,554,429
2/out2020	Compra	180	3.730000	Euronext Lisbon	26,554,609
2/out2020	Compra	1,647	3.730000	Euronext Lisbon	26,556,256
2/out2020	Compra	353	3.730000	Euronext Lisbon	26,556,609
2/out2020	Compra	353	3.730000	Euronext Lisbon	26,556,962
2/out2020	Compra	1,647	3.730000	Euronext Lisbon	26,558,609
2/out2020	Compra	1,046	3.730000	Euronext Lisbon	26,559,655
2/out2020	Compra	954	3.730000	Euronext Lisbon	26,560,609
2/out2020	Compra	280	3.730000	Euronext Lisbon	26,560,889
2/out2020	Compra	1,514	3.726000	Euronext Lisbon	26,562,403
2/out2020	Compra	486	3.726000	Euronext Lisbon	26,562,889
2/out2020	Compra	351	3.726000	Euronext Lisbon	26,563,240
2/out2020	Compra	195	3.726000	Euronext Lisbon	26,563,435
2/out2020	Compra	222	3.726000	Euronext Lisbon	26,563,657
2/out2020	Compra	1,583	3.726000	Euronext Lisbon	26,565,240
2/out2020	Compra	943	3.726000	Euronext Lisbon	26,566,183
2/out2020	Compra	537	3.726000	Euronext Lisbon	26,566,720
2/out2020	Compra	520	3.726000	Euronext Lisbon	26,567,240
2/out2020	Compra	90	3.726000	Euronext Lisbon	26,567,330
2/out2020	Compra	1,400	3.726000	Euronext Lisbon	26,568,730
2/out2020	Compra	510	3.726000	Euronext Lisbon	26,569,240
2/out2020	Compra	1,649	3.726000	Euronext Lisbon	26,570,889
2/out2020	Compra	764	3.720000	Euronext Lisbon	26,571,653
2/out2020	Compra	764	3.720000	Euronext Lisbon	26,572,417
2/out2020	Compra	252	3.720000	Euronext Lisbon	26,572,669
2/out2020	Compra	220	3.720000	Euronext Lisbon	26,572,889
2/out2020	Compra	2,000	3.720000	Euronext Lisbon	26,574,889
2/out2020	Compra	2,000	3.720000	Euronext Lisbon	26,576,889
2/out2020	Compra	2,000	3.720000	Euronext Lisbon	26,578,889
2/out2020	Compra	274	3.720000	Euronext Lisbon	26,579,163
2/out2020	Compra	1,726	3.720000	Euronext Lisbon	26,580,889
2/out2020	Compra	1,206	3.720000	Euronext Lisbon	26,582,095
2/out2020	Compra	794	3.720000	Euronext Lisbon	26,582,889
2/out2020	Compra	524	3.720000	Euronext Lisbon	26,583,413
2/out2020	Compra	400	3.720000	Euronext Lisbon	26,583,813
2/out2020	Compra	800	3.720000	Euronext Lisbon	26,584,613
2/out2020	Compra	276	3.720000	Euronext Lisbon	26,584,889
2/out2020	Compra	1,518	3.720000	Euronext Lisbon	26,586,407
2/out2020	Compra	103	3.720000	Euronext Lisbon	26,586,510
2/out2020	Compra	1,897	3.720000	Euronext Lisbon	26,588,407
2/out2020	Compra	1,137	3.720000	Euronext Lisbon	26,589,544
2/out2020	Compra	863	3.720000	Euronext Lisbon	26,590,407

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
2/out/2020	Compra	482	3.720000	Euronext Lisbon	26,590,889
2/out/2020	Compra	1,600	3.718000	Euronext Lisbon	26,592,489
2/out/2020	Compra	400	3.718000	Euronext Lisbon	26,592,889
2/out/2020	Compra	400	3.718000	Euronext Lisbon	26,593,289
2/out/2020	Compra	400	3.718000	Euronext Lisbon	26,593,689
2/out/2020	Compra	800	3.718000	Euronext Lisbon	26,594,489
2/out/2020	Compra	400	3.718000	Euronext Lisbon	26,594,889
2/out/2020	Compra	543	3.718000	Euronext Lisbon	26,595,432
2/out/2020	Compra	400	3.718000	Euronext Lisbon	26,595,832
2/out/2020	Compra	400	3.718000	Euronext Lisbon	26,596,232
2/out/2020	Compra	1,011	3.718000	Euronext Lisbon	26,597,243
2/out/2020	Compra	161	3.718000	Euronext Lisbon	26,597,404
2/out/2020	Compra	28	3.718000	Euronext Lisbon	26,597,432
2/out/2020	Compra	161	3.718000	Euronext Lisbon	26,597,593
2/out/2020	Compra	188	3.718000	Euronext Lisbon	26,597,781
2/out/2020	Compra	1,229	3.718000	Euronext Lisbon	26,599,010
2/out/2020	Compra	611	3.720000	Euronext Lisbon	26,599,621
2/out/2020	Compra	4,389	3.720000	Euronext Lisbon	26,604,010
2/out/2020	Compra	1,053	3.760000	Euronext Lisbon	26,605,063
2/out/2020	Compra	10,088	3.770000	Euronext Lisbon	26,615,151
2/out/2020	Compra	1,600	3.770000	Euronext Lisbon	26,616,751
2/out/2020	Compra	2,130	3.770000	Euronext Lisbon	26,618,881
2/out/2020	Compra	129	3.770000	Euronext Lisbon	26,619,010
5/out/2020	Compra	600	3.800000	Euronext Lisbon	26,619,610
5/out/2020	Compra	2,900	3.800000	Euronext Lisbon	26,622,510
5/out/2020	Compra	2,400	3.800000	Euronext Lisbon	26,624,910
5/out/2020	Compra	500	3.800000	Euronext Lisbon	26,625,410
5/out/2020	Compra	600	3.800000	Euronext Lisbon	26,626,010
5/out/2020	Compra	2,300	3.800000	Euronext Lisbon	26,628,310
5/out/2020	Compra	1,400	3.800000	Euronext Lisbon	26,629,710
5/out/2020	Compra	2,100	3.800000	Euronext Lisbon	26,631,810
6/out/2020	Compra	2,000	3.910000	Euronext Lisbon	26,633,810
6/out/2020	Compra	2,355	3.910000	Euronext Lisbon	26,636,165
6/out/2020	Compra	943	3.910000	Euronext Lisbon	26,637,108
6/out/2020	Compra	202	3.910000	Euronext Lisbon	26,637,310
6/out/2020	Compra	741	3.910000	Euronext Lisbon	26,638,051
6/out/2020	Compra	959	3.910000	Euronext Lisbon	26,639,010
6/out/2020	Compra	25	3.914000	Euronext Lisbon	26,639,035
6/out/2020	Compra	750	3.918000	Euronext Lisbon	26,639,785
6/out/2020	Compra	668	3.918000	Euronext Lisbon	26,640,453
6/out/2020	Compra	493	3.918000	Euronext Lisbon	26,640,946
6/out/2020	Compra	178	3.920000	Euronext Lisbon	26,641,124
6/out/2020	Compra	655	3.920000	Euronext Lisbon	26,641,779
6/out/2020	Compra	177	3.920000	Euronext Lisbon	26,641,956
6/out/2020	Compra	3,000	3.920000	Euronext Lisbon	26,644,956

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
6/out/2020	Compra	2,320	3.910000	Euronext Lisbon	26,647,276
6/out/2020	Compra	649	3.910000	Euronext Lisbon	26,647,925
6/out/2020	Compra	1,671	3.910000	Euronext Lisbon	26,649,596
6/out/2020	Compra	823	3.910000	Euronext Lisbon	26,650,419
6/out/2020	Compra	2,320	3.910000	Euronext Lisbon	26,652,739
6/out/2020	Compra	869	3.910000	Euronext Lisbon	26,653,608
6/out/2020	Compra	649	3.910000	Euronext Lisbon	26,654,257
6/out/2020	Compra	699	3.910000	Euronext Lisbon	26,654,956
6/out/2020	Compra	2,500	3.906000	Euronext Lisbon	26,657,456
6/out/2020	Compra	400	3.906000	Euronext Lisbon	26,657,856
6/out/2020	Compra	2,100	3.906000	Euronext Lisbon	26,659,956
6/out/2020	Compra	943	3.902000	Euronext Lisbon	26,660,899
6/out/2020	Compra	97	3.902000	Euronext Lisbon	26,660,996
6/out/2020	Compra	662	3.902000	Euronext Lisbon	26,661,658
6/out/2020	Compra	698	3.902000	Euronext Lisbon	26,662,356
6/out/2020	Compra	759	3.902000	Euronext Lisbon	26,663,115
6/out/2020	Compra	1,841	3.902000	Euronext Lisbon	26,664,956
6/out/2020	Compra	2,500	3.890000	Euronext Lisbon	26,667,456
6/out/2020	Compra	1,464	3.890000	Euronext Lisbon	26,668,920
6/out/2020	Compra	73	3.890000	Euronext Lisbon	26,668,993
6/out/2020	Compra	17	3.890000	Euronext Lisbon	26,669,010
31/dez/2020	-	-	-	-	26,669,010

Ana Rebelo Menéres de Mendonça (imputação via PROMENDO INVESTIMENTOS, S.A.)

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
31/dez/2019	-	-	-	-	42,545,053
23/jan/2020	Venda	1,250,000	5.800000	Euronext Lisbon	41,295,053
24/jan/2020	Venda	1,000,000	5.800000	Euronext Lisbon	40,295,053
24/jan/2020	Venda	1,000,000	5.800000	Euronext Lisbon	39,295,053
29/jan/2020	Venda	1,000,000	5.800000	Euronext Lisbon	38,295,053
31/dez/2020	-	-	-	-	38,295,053

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira (imputação via 1 THING, INVESTMENTS, S.A.)

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
31/dez/2019	-	-	-	-	17,292,073
3/jan/2020	Compra	2,000	5.700000	Euronext Lisbon	17,294,073
3/jan/2020	Compra	1,600	5.700000	Euronext Lisbon	17,295,673
3/jan/2020	Compra	400	5.700000	Euronext Lisbon	17,296,073
3/jan/2020	Compra	445	5.700000	Euronext Lisbon	17,296,518
3/jan/2020	Compra	1,600	5.700000	Euronext Lisbon	17,298,118
3/jan/2020	Compra	400	5.700000	Euronext Lisbon	17,298,518
3/jan/2020	Compra	2,800	5.700000	Euronext Lisbon	17,301,318
3/jan/2020	Compra	755	5.700000	Euronext Lisbon	17,302,073
3/jan/2020	Compra	400	5.700000	Euronext Lisbon	17,302,473
3/jan/2020	Compra	817	5.700000	Euronext Lisbon	17,303,290
3/jan/2020	Compra	783	5.700000	Euronext Lisbon	17,304,073
3/jan/2020	Compra	378	5.700000	Euronext Lisbon	17,304,451
3/jan/2020	Compra	400	5.700000	Euronext Lisbon	17,304,851
3/jan/2020	Compra	1,222	5.700000	Euronext Lisbon	17,306,073
3/jan/2020	Compra	500	5.700000	Euronext Lisbon	17,306,573
3/jan/2020	Compra	1,500	5.700000	Euronext Lisbon	17,308,073
3/jan/2020	Compra	688	5.700000	Euronext Lisbon	17,308,761
3/jan/2020	Compra	1,312	5.700000	Euronext Lisbon	17,310,073
3/jan/2020	Compra	165	5.700000	Euronext Lisbon	17,310,238
3/jan/2020	Compra	400	5.700000	Euronext Lisbon	17,310,638
3/jan/2020	Compra	400	5.700000	Euronext Lisbon	17,311,038
3/jan/2020	Compra	1,035	5.700000	Euronext Lisbon	17,312,073
3/jan/2020	Compra	369	5.680000	Euronext Lisbon	17,312,442
3/jan/2020	Compra	400	5.680000	Euronext Lisbon	17,312,842
3/jan/2020	Compra	330	5.680000	Euronext Lisbon	17,313,172
3/jan/2020	Compra	1,685	5.680000	Euronext Lisbon	17,314,857
3/jan/2020	Compra	216	5.680000	Euronext Lisbon	17,315,073
3/jan/2020	Compra	1,384	5.680000	Euronext Lisbon	17,316,457
3/jan/2020	Compra	867	5.680000	Euronext Lisbon	17,317,324
3/jan/2020	Compra	1,600	5.680000	Euronext Lisbon	17,318,924

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
3/jan/2020	Compra	533	5,680000	Euronext Lisbon	17.319.457
3/jan/2020	Compra	1.368	5,680000	Euronext Lisbon	17.320.825
3/jan/2020	Compra	1.248	5,680000	Euronext Lisbon	17.322.073
3/jan/2020	Compra	400	5,675000	Euronext Lisbon	17.322.473
3/jan/2020	Compra	1.600	5,675000	Euronext Lisbon	17.324.073
3/jan/2020	Compra	1.000	5,675000	Euronext Lisbon	17.325.073
3/jan/2020	Compra	1.600	5,675000	Euronext Lisbon	17.326.673
3/jan/2020	Compra	1.000	5,675000	Euronext Lisbon	17.327.673
3/jan/2020	Compra	469	5,675000	Euronext Lisbon	17.328.142
3/jan/2020	Compra	1.000	5,675000	Euronext Lisbon	17.329.142
3/jan/2020	Compra	531	5,675000	Euronext Lisbon	17.329.673
3/jan/2020	Compra	1.697	5,675000	Euronext Lisbon	17.331.370
3/jan/2020	Compra	400	5,675000	Euronext Lisbon	17.331.770
3/jan/2020	Compra	303	5,675000	Euronext Lisbon	17.332.073
3/jan/2020	Compra	1.078	5,650000	Euronext Lisbon	17.333.151
3/jan/2020	Compra	400	5,650000	Euronext Lisbon	17.333.551
3/jan/2020	Compra	400	5,650000	Euronext Lisbon	17.333.951
3/jan/2020	Compra	400	5,650000	Euronext Lisbon	17.334.351
3/jan/2020	Compra	5.000	5,650000	Euronext Lisbon	17.339.351
3/jan/2020	Compra	730	5,650000	Euronext Lisbon	17.340.081
3/jan/2020	Compra	400	5,650000	Euronext Lisbon	17.340.481
3/jan/2020	Compra	1.592	5,650000	Euronext Lisbon	17.342.073
3/jan/2020	Compra	794	5,650000	Euronext Lisbon	17.342.867
3/jan/2020	Compra	1.857	5,650000	Euronext Lisbon	17.344.724
3/jan/2020	Compra	300	5,650000	Euronext Lisbon	17.345.024
3/jan/2020	Compra	1.472	5,650000	Euronext Lisbon	17.346.496
3/jan/2020	Compra	2.491	5,650000	Euronext Lisbon	17.348.987
3/jan/2020	Compra	3.086	5,650000	Euronext Lisbon	17.352.073
3/jan/2020	Compra	341	5,680000	Euronext Lisbon	17.352.414
3/jan/2020	Compra	518	5,680000	Euronext Lisbon	17.352.932
3/jan/2020	Compra	4	5,680000	Euronext Lisbon	17.352.936
3/jan/2020	Compra	1.003	5,685000	Euronext Lisbon	17.353.939
3/jan/2020	Compra	201	5,685000	Euronext Lisbon	17.354.140
3/jan/2020	Compra	448	5,685000	Euronext Lisbon	17.354.588
3/jan/2020	Compra	400	5,690000	Euronext Lisbon	17.354.988
3/jan/2020	Compra	1.411	5,690000	Euronext Lisbon	17.356.399
3/jan/2020	Compra	802	5,690000	Euronext Lisbon	17.357.201
3/jan/2020	Compra	418	5,690000	Euronext Lisbon	17.357.619
3/jan/2020	Compra	1.969	5,690000	Euronext Lisbon	17.359.588
3/jan/2020	Compra	418	5,690000	Euronext Lisbon	17.360.006
3/jan/2020	Compra	284	5,720000	Euronext Lisbon	17.360.290
3/jan/2020	Compra	42	5,720000	Euronext Lisbon	17.360.332
3/jan/2020	Compra	439	5,720000	Euronext Lisbon	17.360.771
3/jan/2020	Compra	5.020	5,720000	Euronext Lisbon	17.365.791
3/jan/2020	Compra	350	5,720000	Euronext Lisbon	17.366.141

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
3/jan/2020	Compra	813	5,720000	Euronext Lisbon	17.366.954
3/jan/2020	Compra	783	5,725000	Euronext Lisbon	17.367.737
3/jan/2020	Compra	360	5,725000	Euronext Lisbon	17.368.097
3/jan/2020	Compra	30	5,725000	Euronext Lisbon	17.368.127
3/jan/2020	Compra	750	5,730000	Euronext Lisbon	17.368.877
3/jan/2020	Compra	474	5,730000	Euronext Lisbon	17.369.351
3/jan/2020	Compra	5.100	5,730000	Euronext Lisbon	17.374.451
3/jan/2020	Compra	215	5,730000	Euronext Lisbon	17.374.666
3/jan/2020	Compra	320	5,730000	Euronext Lisbon	17.374.986
3/jan/2020	Compra	350	5,730000	Euronext Lisbon	17.375.336
3/jan/2020	Compra	2.257	5,730000	Euronext Lisbon	17.377.593
3/jan/2020	Compra	2.743	5,730000	Euronext Lisbon	17.380.336
3/jan/2020	Compra	242	5,730000	Euronext Lisbon	17.380.578
3/jan/2020	Compra	2.765	5,730000	Euronext Lisbon	17.383.343
3/jan/2020	Compra	1.165	5,730000	Euronext Lisbon	17.384.508
3/jan/2020	Compra	828	5,730000	Euronext Lisbon	17.385.336
3/jan/2020	Compra	772	5,730000	Euronext Lisbon	17.386.108
3/jan/2020	Compra	448	5,730000	Euronext Lisbon	17.386.556
3/jan/2020	Compra	3.417	5,730000	Euronext Lisbon	17.389.973
3/jan/2020	Compra	1.135	5,730000	Euronext Lisbon	17.391.108
3/jan/2020	Compra	1.630	5,730000	Euronext Lisbon	17.392.738
3/jan/2020	Compra	1.993	5,730000	Euronext Lisbon	17.394.731
3/jan/2020	Compra	605	5,730000	Euronext Lisbon	17.395.336
3/jan/2020	Compra	750	5,730000	Euronext Lisbon	17.396.086
3/jan/2020	Compra	466	5,730000	Euronext Lisbon	17.396.552
3/jan/2020	Compra	750	5,730000	Euronext Lisbon	17.397.302
3/jan/2020	Compra	557	5,730000	Euronext Lisbon	17.397.859
3/jan/2020	Compra	59	5,730000	Euronext Lisbon	17.397.918
3/jan/2020	Compra	43	5,730000	Euronext Lisbon	17.397.961
3/jan/2020	Compra	732	5,730000	Euronext Lisbon	17.398.693
3/jan/2020	Compra	337	5,730000	Euronext Lisbon	17.399.030
3/jan/2020	Compra	565	5,750000	Euronext Lisbon	17.399.595
3/jan/2020	Compra	4.435	5,750000	Euronext Lisbon	17.404.030
3/jan/2020	Compra	1.088	5,750000	Euronext Lisbon	17.405.118
3/jan/2020	Compra	2.720	5,750000	Euronext Lisbon	17.407.838
3/jan/2020	Compra	1.192	5,750000	Euronext Lisbon	17.409.030
3/jan/2020	Compra	1.600	5,750000	Euronext Lisbon	17.410.630
3/jan/2020	Compra	3.400	5,750000	Euronext Lisbon	17.414.030
3/jan/2020	Compra	542	5,750000	Euronext Lisbon	17.414.572
3/jan/2020	Compra	1.006	5,750000	Euronext Lisbon	17.415.578
3/jan/2020	Compra	497	5,750000	Euronext Lisbon	17.416.075
3/jan/2020	Compra	1.025	5,750000	Euronext Lisbon	17.417.100
3/jan/2020	Compra	1.763	5,750000	Euronext Lisbon	17.418.863
3/jan/2020	Compra	709	5,750000	Euronext Lisbon	17.419.572
3/jan/2020	Compra	710	5,750000	Euronext Lisbon	17.420.282

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
3/jan/2020	Compra	1.600	5,750000	Euronext Lisbon	17.421.882
3/jan/2020	Compra	617	5,750000	Euronext Lisbon	17.422.499
3/jan/2020	Compra	1.212	5,750000	Euronext Lisbon	17.423.711
3/jan/2020	Compra	861	5,750000	Euronext Lisbon	17.424.572
3/jan/2020	Compra	1.123	5,750000	Euronext Lisbon	17.425.695
3/jan/2020	Compra	1.818	5,750000	Euronext Lisbon	17.427.513
3/jan/2020	Compra	1.517	5,750000	Euronext Lisbon	17.429.030
3/jan/2020	Compra	237	5,750000	Euronext Lisbon	17.429.267
3/jan/2020	Compra	750	5,750000	Euronext Lisbon	17.430.017
3/jan/2020	Compra	272	5,750000	Euronext Lisbon	17.430.289
3/jan/2020	Compra	638	5,750000	Euronext Lisbon	17.430.927
3/jan/2020	Compra	1.100	5,750000	Euronext Lisbon	17.432.027
3/jan/2020	Compra	383	5,750000	Euronext Lisbon	17.432.410
3/jan/2020	Compra	390	5,750000	Euronext Lisbon	17.432.800
3/jan/2020	Compra	1.121	5,750000	Euronext Lisbon	17.433.921
3/jan/2020	Compra	1.122	5,750000	Euronext Lisbon	17.435.043
3/jan/2020	Compra	1.266	5,750000	Euronext Lisbon	17.436.309
3/jan/2020	Compra	5.000	5,740000	Euronext Lisbon	17.441.309
3/jan/2020	Compra	1.700	5,740000	Euronext Lisbon	17.443.009
3/jan/2020	Compra	2.434	5,740000	Euronext Lisbon	17.445.443
3/jan/2020	Compra	866	5,740000	Euronext Lisbon	17.446.309
3/jan/2020	Compra	202	5,740000	Euronext Lisbon	17.446.511
3/jan/2020	Compra	4.798	5,740000	Euronext Lisbon	17.451.309
3/jan/2020	Compra	941	5,740000	Euronext Lisbon	17.452.250
3/jan/2020	Compra	4.010	5,740000	Euronext Lisbon	17.456.260
3/jan/2020	Compra	49	5,740000	Euronext Lisbon	17.456.309
3/jan/2020	Compra	102	5,745000	Euronext Lisbon	17.456.411
3/jan/2020	Compra	359	5,750000	Euronext Lisbon	17.456.770
3/jan/2020	Compra	256	5,750000	Euronext Lisbon	17.457.026
3/jan/2020	Compra	780	5,750000	Euronext Lisbon	17.457.806
3/jan/2020	Compra	102	5,750000	Euronext Lisbon	17.457.908
3/jan/2020	Compra	452	5,750000	Euronext Lisbon	17.458.360
3/jan/2020	Compra	750	5,750000	Euronext Lisbon	17.459.110
3/jan/2020	Compra	1.400	5,750000	Euronext Lisbon	17.460.510
3/jan/2020	Compra	853	5,750000	Euronext Lisbon	17.461.363
3/jan/2020	Compra	638	5,750000	Euronext Lisbon	17.462.001
6/jan/2020	Compra	380	5,650000	Euronext Lisbon	17.462.381
6/jan/2020	Compra	400	5,650000	Euronext Lisbon	17.462.781
6/jan/2020	Compra	400	5,650000	Euronext Lisbon	17.463.181
6/jan/2020	Compra	3.820	5,650000	Euronext Lisbon	17.467.001
6/jan/2020	Compra	4.820	5,650000	Euronext Lisbon	17.471.821
6/jan/2020	Compra	180	5,650000	Euronext Lisbon	17.472.001
6/jan/2020	Compra	200	5,650000	Euronext Lisbon	17.472.201
6/jan/2020	Compra	1.600	5,650000	Euronext Lisbon	17.473.801
6/jan/2020	Compra	1.600	5,650000	Euronext Lisbon	17.475.401

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
6/jan/2020	Compra	1.600	5,650000	Euronext Lisbon	17.477.001
6/jan/2020	Compra	2.090	5,600000	Euronext Lisbon	17.479.091
6/jan/2020	Compra	890	5,600000	Euronext Lisbon	17.479.981
6/jan/2020	Compra	483	5,600000	Euronext Lisbon	17.480.464
6/jan/2020	Compra	453	5,600000	Euronext Lisbon	17.480.917
6/jan/2020	Compra	1.084	5,600000	Euronext Lisbon	17.482.001
6/jan/2020	Compra	354	5,600000	Euronext Lisbon	17.482.355
6/jan/2020	Compra	400	5,600000	Euronext Lisbon	17.482.755
6/jan/2020	Compra	400	5,600000	Euronext Lisbon	17.483.155
6/jan/2020	Compra	688	5,600000	Euronext Lisbon	17.483.843
6/jan/2020	Compra	3.158	5,600000	Euronext Lisbon	17.487.001
6/jan/2020	Compra	621	5,600000	Euronext Lisbon	17.487.622
6/jan/2020	Compra	685	5,600000	Euronext Lisbon	17.488.307
6/jan/2020	Compra	2.309	5,600000	Euronext Lisbon	17.490.616
6/jan/2020	Compra	1.385	5,600000	Euronext Lisbon	17.492.001
6/jan/2020	Compra	5.000	5,580000	Euronext Lisbon	17.497.001
6/jan/2020	Compra	5.000	5,580000	Euronext Lisbon	17.502.001
6/jan/2020	Compra	1.668	5,580000	Euronext Lisbon	17.503.669
6/jan/2020	Compra	3.200	5,580000	Euronext Lisbon	17.506.869
6/jan/2020	Compra	132	5,580000	Euronext Lisbon	17.507.001
6/jan/2020	Compra	400	5,550000	Euronext Lisbon	17.507.401
6/jan/2020	Compra	4.600	5,550000	Euronext Lisbon	17.512.001
6/jan/2020	Compra	750	5,550000	Euronext Lisbon	17.512.751
6/jan/2020	Compra	1.600	5,550000	Euronext Lisbon	17.514.351
6/jan/2020	Compra	1.050	5,550000	Euronext Lisbon	17.515.401
6/jan/2020	Compra	1.600	5,550000	Euronext Lisbon	17.517.001
6/jan/2020	Compra	1.600	5,550000	Euronext Lisbon	17.518.601
6/jan/2020	Compra	722	5,550000	Euronext Lisbon	17.519.323
6/jan/2020	Compra	2.678	5,550000	Euronext Lisbon	17.522.001
6/jan/2020	Compra	195	5,530000	Euronext Lisbon	17.522.196
6/jan/2020	Compra	202	5,530000	Euronext Lisbon	17.522.398
6/jan/2020	Compra	1.600	5,530000	Euronext Lisbon	17.523.998
6/jan/2020	Compra	1.605	5,530000	Euronext Lisbon	17.525.603
6/jan/2020	Compra	1.398	5,530000	Euronext Lisbon	17.527.001
6/jan/2020	Compra	202	5,530000	Euronext Lisbon	17.527.203
6/jan/2020	Compra	1.600	5,530000	Euronext Lisbon	17.528.803
6/jan/2020	Compra	1.600	5,530000	Euronext Lisbon	17.530.403
6/jan/2020	Compra	750	5,530000	Euronext Lisbon	17.531.153
6/jan/2020	Compra	1.050	5,530000	Euronext Lisbon	17.532.203
6/jan/2020	Compra	550	5,530000	Euronext Lisbon	17.532.753
6/jan/2020	Compra	1.800	5,530000	Euronext Lisbon	17.534.553
6/jan/2020	Compra	726	5,530000	Euronext Lisbon	17.535.279
6/jan/2020	Compra	400	5,530000	Euronext Lisbon	17.535.679
6/jan/2020	Compra	400	5,530000	Euronext Lisbon	17.536.079
6/jan/2020	Compra	400	5,530000	Euronext Lisbon	17.536.479

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
6/jan/2020	Compra	522	5,530000	Euronext Lisbon	17.537.001
6/jan/2020	Compra	1.750	5,575000	Euronext Lisbon	17.538.751
6/jan/2020	Compra	466	5,575000	Euronext Lisbon	17.539.217
6/jan/2020	Compra	281	5,580000	Euronext Lisbon	17.539.498
6/jan/2020	Compra	622	5,585000	Euronext Lisbon	17.540.120
6/jan/2020	Compra	612	5,590000	Euronext Lisbon	17.540.732
6/jan/2020	Compra	435	5,590000	Euronext Lisbon	17.541.167
6/jan/2020	Compra	11.771	5,590000	Euronext Lisbon	17.552.938
6/jan/2020	Compra	500	5,590000	Euronext Lisbon	17.553.438
6/jan/2020	Compra	1.656	5,590000	Euronext Lisbon	17.555.094
6/jan/2020	Compra	750	5,595000	Euronext Lisbon	17.555.844
6/jan/2020	Compra	1.157	5,595000	Euronext Lisbon	17.557.001
6/jan/2020	Compra	380	5,575000	Euronext Lisbon	17.557.381
6/jan/2020	Compra	401	5,575000	Euronext Lisbon	17.557.782
6/jan/2020	Compra	804	5,580000	Euronext Lisbon	17.558.586
6/jan/2020	Compra	466	5,580000	Euronext Lisbon	17.559.052
6/jan/2020	Compra	653	5,585000	Euronext Lisbon	17.559.705
6/jan/2020	Compra	750	5,590000	Euronext Lisbon	17.560.455
6/jan/2020	Compra	406	5,590000	Euronext Lisbon	17.560.861
6/jan/2020	Compra	631	5,590000	Euronext Lisbon	17.561.492
6/jan/2020	Compra	500	5,595000	Euronext Lisbon	17.561.992
6/jan/2020	Compra	682	5,595000	Euronext Lisbon	17.562.674
6/jan/2020	Compra	670	5,600000	Euronext Lisbon	17.563.344
6/jan/2020	Compra	462	5,600000	Euronext Lisbon	17.563.806
6/jan/2020	Compra	11.899	5,600000	Euronext Lisbon	17.575.705
6/jan/2020	Compra	380	5,580000	Euronext Lisbon	17.576.085
6/jan/2020	Compra	500	5,585000	Euronext Lisbon	17.576.585
6/jan/2020	Compra	401	5,585000	Euronext Lisbon	17.576.986
6/jan/2020	Compra	390	5,585000	Euronext Lisbon	17.577.376
6/jan/2020	Compra	498	5,590000	Euronext Lisbon	17.577.874
6/jan/2020	Compra	803	5,590000	Euronext Lisbon	17.578.677
6/jan/2020	Compra	750	5,600000	Euronext Lisbon	17.579.427
6/jan/2020	Compra	500	5,600000	Euronext Lisbon	17.579.927
6/jan/2020	Compra	326	5,620000	Euronext Lisbon	17.580.253
6/jan/2020	Compra	1.230	5,620000	Euronext Lisbon	17.581.483
6/jan/2020	Compra	230	5,620000	Euronext Lisbon	17.581.713
6/jan/2020	Compra	750	5,625000	Euronext Lisbon	17.582.463
6/jan/2020	Compra	327	5,625000	Euronext Lisbon	17.582.790
6/jan/2020	Compra	750	5,630000	Euronext Lisbon	17.583.540
6/jan/2020	Compra	328	5,630000	Euronext Lisbon	17.583.868
6/jan/2020	Compra	1.689	5,630000	Euronext Lisbon	17.585.557
6/jan/2020	Compra	380	5,650000	Euronext Lisbon	17.585.937
6/jan/2020	Compra	721	5,650000	Euronext Lisbon	17.586.658
6/jan/2020	Compra	786	5,670000	Euronext Lisbon	17.587.444
6/jan/2020	Compra	720	5,670000	Euronext Lisbon	17.588.164

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
6/jan/2020	Compra	750	5,680000	Euronext Lisbon	17.588.914
6/jan/2020	Compra	1.100	5,680000	Euronext Lisbon	17.590.014
6/jan/2020	Compra	470	5,680000	Euronext Lisbon	17.590.484
6/jan/2020	Compra	470	5,685000	Euronext Lisbon	17.590.954
6/jan/2020	Compra	574	5,685000	Euronext Lisbon	17.591.528
6/jan/2020	Compra	3.353	5,685000	Euronext Lisbon	17.594.881
6/jan/2020	Compra	750	5,690000	Euronext Lisbon	17.595.631
6/jan/2020	Compra	470	5,690000	Euronext Lisbon	17.596.101
6/jan/2020	Compra	667	5,690000	Euronext Lisbon	17.596.768
6/jan/2020	Compra	5.000	5,675000	Euronext Lisbon	17.601.768
6/jan/2020	Compra	73	5,675000	Euronext Lisbon	17.601.841
6/jan/2020	Compra	329	5,675000	Euronext Lisbon	17.602.170
6/jan/2020	Compra	400	5,675000	Euronext Lisbon	17.602.570
6/jan/2020	Compra	547	5,675000	Euronext Lisbon	17.603.117
6/jan/2020	Compra	559	5,675000	Euronext Lisbon	17.603.676
6/jan/2020	Compra	2.341	5,675000	Euronext Lisbon	17.606.017
6/jan/2020	Compra	751	5,675000	Euronext Lisbon	17.606.768
6/jan/2020	Compra	751	5,675000	Euronext Lisbon	17.607.519
6/jan/2020	Compra	751	5,675000	Euronext Lisbon	17.608.270
6/jan/2020	Compra	400	5,675000	Euronext Lisbon	17.608.670
6/jan/2020	Compra	400	5,675000	Euronext Lisbon	17.609.070
6/jan/2020	Compra	883	5,675000	Euronext Lisbon	17.609.953
6/jan/2020	Compra	400	5,675000	Euronext Lisbon	17.610.353
6/jan/2020	Compra	750	5,700000	Euronext Lisbon	17.611.103
6/jan/2020	Compra	350	5,700000	Euronext Lisbon	17.611.453
6/jan/2020	Compra	22.285	5,700000	Euronext Lisbon	17.633.738
6/jan/2020	Compra	640	5,700000	Euronext Lisbon	17.634.378
6/jan/2020	Compra	750	5,685000	Euronext Lisbon	17.635.128
6/jan/2020	Compra	789	5,685000	Euronext Lisbon	17.635.917
6/jan/2020	Compra	5.000	5,690000	Euronext Lisbon	17.640.917
6/jan/2020	Compra	84	5,690000	Euronext Lisbon	17.641.001
6/jan/2020	Compra	615	5,690000	Euronext Lisbon	17.641.616
6/jan/2020	Compra	462	5,690000	Euronext Lisbon	17.642.078
6/jan/2020	Compra	308	5,720000	Euronext Lisbon	17.642.386
6/jan/2020	Compra	900	5,720000	Euronext Lisbon	17.643.286
6/jan/2020	Compra	390	5,720000	Euronext Lisbon	17.643.676
6/jan/2020	Compra	457	5,725000	Euronext Lisbon	17.644.133
6/jan/2020	Compra	100	5,725000	Euronext Lisbon	17.644.233
6/jan/2020	Compra	900	5,725000	Euronext Lisbon	17.645.133
6/jan/2020	Compra	700	5,730000	Euronext Lisbon	17.645.833
6/jan/2020	Compra	4.000	5,730000	Euronext Lisbon	17.649.833
6/jan/2020	Compra	457	5,730000	Euronext Lisbon	17.650.290
6/jan/2020	Compra	666	5,730000	Euronext Lisbon	17.650.956
6/jan/2020	Compra	400	5,705000	Euronext Lisbon	17.651.356
6/jan/2020	Compra	400	5,705000	Euronext Lisbon	17.651.756

Data	Natureza	VOLUME	Preço (€)	Local	N.º ações
6/jan/2020	Compra	400	5,705000	Euronext Lisbon	17.652.156
6/jan/2020	Compra	400	5,705000	Euronext Lisbon	17.652.556
6/jan/2020	Compra	129	5,705000	Euronext Lisbon	17.652.685
6/jan/2020	Compra	51	5,705000	Euronext Lisbon	17.652.736
6/jan/2020	Compra	3.220	5,705000	Euronext Lisbon	17.655.956
6/jan/2020	Compra	518	5,705000	Euronext Lisbon	17.656.474
6/jan/2020	Compra	3.200	5,705000	Euronext Lisbon	17.659.674
6/jan/2020	Compra	1.282	5,705000	Euronext Lisbon	17.660.956
6/jan/2020	Compra	1.918	5,705000	Euronext Lisbon	17.662.874
6/jan/2020	Compra	1.903	5,705000	Euronext Lisbon	17.664.777
6/jan/2020	Compra	1.903	5,705000	Euronext Lisbon	17.666.680
6/jan/2020	Compra	1.194	5,705000	Euronext Lisbon	17.667.874
6/jan/2020	Compra	406	5,705000	Euronext Lisbon	17.668.280
6/jan/2020	Compra	5.000	5,705000	Euronext Lisbon	17.673.280
6/jan/2020	Compra	1.600	5,705000	Euronext Lisbon	17.674.880
6/jan/2020	Compra	400	5,705000	Euronext Lisbon	17.675.280
6/jan/2020	Compra	400	5,705000	Euronext Lisbon	17.675.680
7/jan/2020	Compra	400	5,735000	Euronext Lisbon	17.676.080
7/jan/2020	Compra	3.168	5,735000	Euronext Lisbon	17.679.248
7/jan/2020	Compra	400	5,735000	Euronext Lisbon	17.679.648
7/jan/2020	Compra	1.032	5,735000	Euronext Lisbon	17.680.680
7/jan/2020	Compra	1.800	5,735000	Euronext Lisbon	17.682.480
7/jan/2020	Compra	400	5,735000	Euronext Lisbon	17.682.880
7/jan/2020	Compra	400	5,735000	Euronext Lisbon	17.683.280
7/jan/2020	Compra	400	5,735000	Euronext Lisbon	17.683.680
7/jan/2020	Compra	400	5,735000	Euronext Lisbon	17.684.080
7/jan/2020	Compra	400	5,735000	Euronext Lisbon	17.684.480
7/jan/2020	Compra	400	5,735000	Euronext Lisbon	17.684.880
7/jan/2020	Compra	800	5,735000	Euronext Lisbon	17.685.680
7/jan/2020	Compra	3.800	5,735000	Euronext Lisbon	17.689.480
7/jan/2020	Compra	683	5,735000	Euronext Lisbon	17.690.163
7/jan/2020	Compra	400	5,735000	Euronext Lisbon	17.690.563
7/jan/2020	Compra	117	5,735000	Euronext Lisbon	17.690.680
7/jan/2020	Compra	241	5,775000	Euronext Lisbon	17.690.921
7/jan/2020	Compra	45	5,795000	Euronext Lisbon	17.690.966
7/jan/2020	Compra	1.773	5,800000	Euronext Lisbon	17.692.739
7/jan/2020	Compra	460	5,800000	Euronext Lisbon	17.693.199
7/jan/2020	Compra	1.064	5,800000	Euronext Lisbon	17.694.263
7/jan/2020	Compra	1.445	5,800000	Euronext Lisbon	17.695.708
7/jan/2020	Compra	213	5,800000	Euronext Lisbon	17.695.921
7/jan/2020	Compra	750	5,800000	Euronext Lisbon	17.696.671
7/jan/2020	Compra	213	5,800000	Euronext Lisbon	17.696.884
7/jan/2020	Compra	47	5,800000	Euronext Lisbon	17.696.931
7/jan/2020	Compra	310	5,800000	Euronext Lisbon	17.697.241
7/jan/2020	Compra	2.835	5,800000	Euronext Lisbon	17.700.076

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
7/jan/2020	Compra	26	5,800000	Euronext Lisbon	17.700.102
7/jan/2020	Compra	197	5,800000	Euronext Lisbon	17.700.299
7/jan/2020	Compra	31	5,800000	Euronext Lisbon	17.700.330
7/jan/2020	Compra	498	5,800000	Euronext Lisbon	17.700.828
7/jan/2020	Compra	93	5,800000	Euronext Lisbon	17.700.921
7/jan/2020	Compra	990	5,800000	Euronext Lisbon	17.701.911
7/jan/2020	Compra	390	5,800000	Euronext Lisbon	17.702.301
7/jan/2020	Compra	5	5,800000	Euronext Lisbon	17.702.306
7/jan/2020	Compra	3.488	5,800000	Euronext Lisbon	17.705.794
7/jan/2020	Compra	127	5,800000	Euronext Lisbon	17.705.921
7/jan/2020	Compra	400	5,800000	Euronext Lisbon	17.706.321
7/jan/2020	Compra	400	5,800000	Euronext Lisbon	17.706.721
7/jan/2020	Compra	3.168	5,800000	Euronext Lisbon	17.709.889
7/jan/2020	Compra	400	5,800000	Euronext Lisbon	17.710.289
7/jan/2020	Compra	308	5,800000	Euronext Lisbon	17.710.597
7/jan/2020	Compra	324	5,800000	Euronext Lisbon	17.710.921
7/jan/2020	Compra	38	5,800000	Euronext Lisbon	17.710.959
7/jan/2020	Compra	1.762	5,800000	Euronext Lisbon	17.712.721
7/jan/2020	Compra	3.200	5,800000	Euronext Lisbon	17.715.921
7/jan/2020	Compra	3.214	5,800000	Euronext Lisbon	17.719.135
7/jan/2020	Compra	781	5,800000	Euronext Lisbon	17.719.916
7/jan/2020	Compra	1.005	5,800000	Euronext Lisbon	17.720.921
7/jan/2020	Compra	595	5,800000	Euronext Lisbon	17.721.516
7/jan/2020	Compra	3.200	5,800000	Euronext Lisbon	17.724.716
7/jan/2020	Compra	1.800	5,800000	Euronext Lisbon	17.726.516
7/jan/2020	Compra	1.080	5,800000	Euronext Lisbon	17.727.596
7/jan/2020	Compra	393	5,800000	Euronext Lisbon	17.727.989
7/jan/2020	Compra	408	5,800000	Euronext Lisbon	17.728.397
7/jan/2020	Compra	631	5,800000	Euronext Lisbon	17.729.028
7/jan/2020	Compra	1.893	5,800000	Euronext Lisbon	17.730.921
7/jan/2020	Compra	300	5,795000	Euronext Lisbon	17.731.221
7/jan/2020	Compra	992	5,795000	Euronext Lisbon	17.732.213
7/jan/2020	Compra	564	5,795000	Euronext Lisbon	17.732.777
7/jan/2020	Compra	434	5,800000	Euronext Lisbon	17.733.211
7/jan/2020	Compra	852	5,800000	Euronext Lisbon	17.734.063
7/jan/2020	Compra	1.197	5,800000	Euronext Lisbon	17.735.260
7/jan/2020	Compra	900	5,800000	Euronext Lisbon	17.736.160
7/jan/2020	Compra	564	5,800000	Euronext Lisbon	17.736.724
8/jan/2020	Compra	3.399	5,750000	Euronext Lisbon	17.740.123
8/jan/2020	Compra	273	5,750000	Euronext Lisbon	17.740.396
8/jan/2020	Compra	1.328	5,750000	Euronext Lisbon	17.741.724
8/jan/2020	Compra	273	5,750000	Euronext Lisbon	17.741.997
8/jan/2020	Compra	1.601	5,750000	Euronext Lisbon	17.743.598
8/jan/2020	Compra	470	5,750000	Euronext Lisbon	17.744.068
8/jan/2020	Compra	1.601	5,750000	Euronext Lisbon	17.745.669

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
8/jan/2020	Compra	1.328	5,750000	Euronext Lisbon	17.746.997
8/jan/2020	Compra	1.372	5,750000	Euronext Lisbon	17.748.369
8/jan/2020	Compra	2.500	5,750000	Euronext Lisbon	17.750.869
8/jan/2020	Compra	1.128	5,750000	Euronext Lisbon	17.751.997
8/jan/2020	Compra	4.727	5,750000	Euronext Lisbon	17.756.724
8/jan/2020	Compra	400	5,725000	Euronext Lisbon	17.757.124
8/jan/2020	Compra	400	5,725000	Euronext Lisbon	17.757.524
8/jan/2020	Compra	400	5,725000	Euronext Lisbon	17.757.924
8/jan/2020	Compra	3.168	5,725000	Euronext Lisbon	17.761.092
8/jan/2020	Compra	632	5,725000	Euronext Lisbon	17.761.724
8/jan/2020	Compra	632	5,725000	Euronext Lisbon	17.762.356
8/jan/2020	Compra	632	5,725000	Euronext Lisbon	17.762.988
8/jan/2020	Compra	632	5,725000	Euronext Lisbon	17.763.620
8/jan/2020	Compra	632	5,725000	Euronext Lisbon	17.764.252
8/jan/2020	Compra	632	5,725000	Euronext Lisbon	17.764.884
8/jan/2020	Compra	750	5,750000	Euronext Lisbon	17.765.634
8/jan/2020	Compra	438	5,750000	Euronext Lisbon	17.766.072
8/jan/2020	Compra	751	5,750000	Euronext Lisbon	17.766.823
8/jan/2020	Compra	332	5,750000	Euronext Lisbon	17.767.155
8/jan/2020	Compra	988	5,750000	Euronext Lisbon	17.768.143
8/jan/2020	Compra	1.741	5,750000	Euronext Lisbon	17.769.884
8/jan/2020	Compra	2.730	5,750000	Euronext Lisbon	17.772.614
8/jan/2020	Compra	385	5,750000	Euronext Lisbon	17.772.999
8/jan/2020	Compra	1.885	5,750000	Euronext Lisbon	17.774.884
8/jan/2020	Compra	385	5,750000	Euronext Lisbon	17.775.269
8/jan/2020	Compra	1.400	5,750000	Euronext Lisbon	17.776.669
8/jan/2020	Compra	1.330	5,750000	Euronext Lisbon	17.777.999
8/jan/2020	Compra	2.270	5,750000	Euronext Lisbon	17.780.269
8/jan/2020	Compra	2.500	5,750000	Euronext Lisbon	17.782.769
8/jan/2020	Compra	2.115	5,750000	Euronext Lisbon	17.784.884
8/jan/2020	Compra	280	5,745000	Euronext Lisbon	17.785.164
8/jan/2020	Compra	61	5,745000	Euronext Lisbon	17.785.225
8/jan/2020	Compra	756	5,745000	Euronext Lisbon	17.785.981
8/jan/2020	Compra	1.122	5,745000	Euronext Lisbon	17.787.103
8/jan/2020	Compra	1.376	5,745000	Euronext Lisbon	17.788.479
8/jan/2020	Compra	1.151	5,745000	Euronext Lisbon	17.789.630
8/jan/2020	Compra	261	5,750000	Euronext Lisbon	17.789.891
8/jan/2020	Compra	472	5,750000	Euronext Lisbon	17.790.363
8/jan/2020	Compra	175	5,750000	Euronext Lisbon	17.790.538
8/jan/2020	Compra	2.800	5,750000	Euronext Lisbon	17.793.338
8/jan/2020	Compra	2.200	5,750000	Euronext Lisbon	17.795.538
8/jan/2020	Compra	3.200	5,750000	Euronext Lisbon	17.798.738
8/jan/2020	Compra	1.800	5,750000	Euronext Lisbon	17.800.538
8/jan/2020	Compra	1.512	5,750000	Euronext Lisbon	17.802.050
8/jan/2020	Compra	2.834	5,750000	Euronext Lisbon	17.804.884

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
8/jan/2020	Compra	290	5,740000	Euronext Lisbon	17.805.174
8/jan/2020	Compra	467	5,740000	Euronext Lisbon	17.805.641
8/jan/2020	Compra	1.612	5,740000	Euronext Lisbon	17.807.253
8/jan/2020	Compra	442	5,740000	Euronext Lisbon	17.807.695
8/jan/2020	Compra	453	5,740000	Euronext Lisbon	17.808.148
8/jan/2020	Compra	265	5,740000	Euronext Lisbon	17.808.413
8/jan/2020	Compra	750	5,745000	Euronext Lisbon	17.809.163
8/jan/2020	Compra	477	5,745000	Euronext Lisbon	17.809.640
8/jan/2020	Compra	250	5,745000	Euronext Lisbon	17.809.890
8/jan/2020	Compra	464	5,750000	Euronext Lisbon	17.810.354
8/jan/2020	Compra	433	5,750000	Euronext Lisbon	17.810.787
8/jan/2020	Compra	267	5,750000	Euronext Lisbon	17.811.054
8/jan/2020	Compra	250	5,750000	Euronext Lisbon	17.811.304
8/jan/2020	Compra	261	5,750000	Euronext Lisbon	17.811.565
8/jan/2020	Compra	1.036	5,750000	Euronext Lisbon	17.812.601
8/jan/2020	Compra	338	5,750000	Euronext Lisbon	17.812.939
8/jan/2020	Compra	572	5,725000	Euronext Lisbon	17.813.511
8/jan/2020	Compra	1.268	5,725000	Euronext Lisbon	17.814.779
8/jan/2020	Compra	4	5,725000	Euronext Lisbon	17.814.783
8/jan/2020	Compra	56	5,725000	Euronext Lisbon	17.814.839
8/jan/2020	Compra	3.100	5,725000	Euronext Lisbon	17.817.939
8/jan/2020	Compra	1.844	5,725000	Euronext Lisbon	17.819.783
8/jan/2020	Compra	701	5,725000	Euronext Lisbon	17.820.484
8/jan/2020	Compra	810	5,725000	Euronext Lisbon	17.821.294
8/jan/2020	Compra	3.168	5,725000	Euronext Lisbon	17.824.462
8/jan/2020	Compra	317	5,725000	Euronext Lisbon	17.824.779
8/jan/2020	Compra	400	5,710000	Euronext Lisbon	17.825.179
8/jan/2020	Compra	1.230	5,710000	Euronext Lisbon	17.826.409
8/jan/2020	Compra	116	5,710000	Euronext Lisbon	17.826.525
8/jan/2020	Compra	160	5,710000	Euronext Lisbon	17.826.685
8/jan/2020	Compra	9	5,710000	Euronext Lisbon	17.826.694
8/jan/2020	Compra	2.271	5,710000	Euronext Lisbon	17.828.965
8/jan/2020	Compra	814	5,710000	Euronext Lisbon	17.829.779
8/jan/2020	Compra	2.271	5,710000	Euronext Lisbon	17.832.050
8/jan/2020	Compra	3.721	5,710000	Euronext Lisbon	17.835.771
8/jan/2020	Compra	1.088	5,710000	Euronext Lisbon	17.836.859
8/jan/2020	Compra	191	5,710000	Euronext Lisbon	17.837.050
8/jan/2020	Compra	1.090	5,710000	Euronext Lisbon	17.838.140
8/jan/2020	Compra	467	5,710000	Euronext Lisbon	17.838.607
8/jan/2020	Compra	1.230	5,710000	Euronext Lisbon	17.839.837
8/jan/2020	Compra	1.620	5,710000	Euronext Lisbon	17.841.457
8/jan/2020	Compra	696	5,710000	Euronext Lisbon	17.842.153
8/jan/2020	Compra	987	5,710000	Euronext Lisbon	17.843.140
8/jan/2020	Compra	400	5,710000	Euronext Lisbon	17.843.540
8/jan/2020	Compra	1.239	5,710000	Euronext Lisbon	17.844.779

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
8/jan/2020	Compra	3.213	5,685000	Euronext Lisbon	17.847.992
8/jan/2020	Compra	1.787	5,685000	Euronext Lisbon	17.849.779
8/jan/2020	Compra	1.400	5,685000	Euronext Lisbon	17.851.179
8/jan/2020	Compra	290	5,685000	Euronext Lisbon	17.851.469
8/jan/2020	Compra	1.787	5,685000	Euronext Lisbon	17.853.256
8/jan/2020	Compra	387	5,685000	Euronext Lisbon	17.853.643
8/jan/2020	Compra	1.136	5,685000	Euronext Lisbon	17.854.779
8/jan/2020	Compra	750	5,730000	Euronext Lisbon	17.855.529
8/jan/2020	Compra	4.000	5,730000	Euronext Lisbon	17.859.529
8/jan/2020	Compra	240	5,730000	Euronext Lisbon	17.859.769
8/jan/2020	Compra	391	5,730000	Euronext Lisbon	17.860.160
8/jan/2020	Compra	1.140	5,730000	Euronext Lisbon	17.861.300
8/jan/2020	Compra	371	5,730000	Euronext Lisbon	17.861.671
8/jan/2020	Compra	346	5,730000	Euronext Lisbon	17.862.017
8/jan/2020	Compra	150	5,730000	Euronext Lisbon	17.862.167
8/jan/2020	Compra	700	5,730000	Euronext Lisbon	17.862.867
8/jan/2020	Compra	303	5,730000	Euronext Lisbon	17.863.170
8/jan/2020	Compra	1.067	5,730000	Euronext Lisbon	17.864.237
8/jan/2020	Compra	100	5,730000	Euronext Lisbon	17.864.337
8/jan/2020	Compra	885	5,725000	Euronext Lisbon	17.865.222
8/jan/2020	Compra	1.492	5,740000	Euronext Lisbon	17.866.714
8/jan/2020	Compra	1.400	5,740000	Euronext Lisbon	17.868.114
8/jan/2020	Compra	2.354	5,750000	Euronext Lisbon	17.870.468
8/jan/2020	Compra	267	5,750000	Euronext Lisbon	17.870.735
8/jan/2020	Compra	1.100	5,750000	Euronext Lisbon	17.871.835
8/jan/2020	Compra	433	5,750000	Euronext Lisbon	17.872.268
8/jan/2020	Compra	846	5,750000	Euronext Lisbon	17.873.114
8/jan/2020	Compra	848	5,730000	Euronext Lisbon	17.873.962
8/jan/2020	Compra	179	5,730000	Euronext Lisbon	17.874.141
8/jan/2020	Compra	446	5,730000	Euronext Lisbon	17.874.587
8/jan/2020	Compra	2.259	5,730000	Euronext Lisbon	17.876.846
8/jan/2020	Compra	1.268	5,730000	Euronext Lisbon	17.878.114
8/jan/2020	Compra	2.685	5,725000	Euronext Lisbon	17.880.799
8/jan/2020	Compra	1.400	5,725000	Euronext Lisbon	17.882.199
8/jan/2020	Compra	30	5,725000	Euronext Lisbon	17.882.229
8/jan/2020	Compra	2.684	5,725000	Euronext Lisbon	17.884.913
8/jan/2020	Compra	2.316	5,725000	Euronext Lisbon	17.887.229
8/jan/2020	Compra	149	5,725000	Euronext Lisbon	17.887.378
8/jan/2020	Compra	2.683	5,725000	Euronext Lisbon	17.890.061
8/jan/2020	Compra	2.168	5,725000	Euronext Lisbon	17.892.229
8/jan/2020	Compra	2.111	5,725000	Euronext Lisbon	17.894.340
8/jan/2020	Compra	454	5,750000	Euronext Lisbon	17.894.794
8/jan/2020	Compra	875	5,750000	Euronext Lisbon	17.895.669
8/jan/2020	Compra	44	5,750000	Euronext Lisbon	17.895.713
8/jan/2020	Compra	3.627	5,750000	Euronext Lisbon	17.899.340

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
8/jan/2020	Compra	3.571	5,750000	Euronext Lisbon	17.902.911
8/jan/2020	Compra	1.429	5,750000	Euronext Lisbon	17.904.340
8/jan/2020	Compra	1.418	5,750000	Euronext Lisbon	17.905.758
8/jan/2020	Compra	1.000	5,750000	Euronext Lisbon	17.906.758
8/jan/2020	Compra	1.000	5,750000	Euronext Lisbon	17.907.758
8/jan/2020	Compra	1.000	5,750000	Euronext Lisbon	17.908.758
8/jan/2020	Compra	582	5,750000	Euronext Lisbon	17.909.340
8/jan/2020	Compra	5.000	5,750000	Euronext Lisbon	17.914.340
8/jan/2020	Compra	3.000	5,750000	Euronext Lisbon	17.917.340
8/jan/2020	Compra	760	5,750000	Euronext Lisbon	17.918.100
8/jan/2020	Compra	264	5,750000	Euronext Lisbon	17.918.364
8/jan/2020	Compra	736	5,750000	Euronext Lisbon	17.919.100
8/jan/2020	Compra	1.938	5,750000	Euronext Lisbon	17.921.038
8/jan/2020	Compra	468	5,750000	Euronext Lisbon	17.921.506
8/jan/2020	Compra	126	5,750000	Euronext Lisbon	17.921.632
13/jan/2020	Compra	750	5,775000	Euronext Lisbon	17.922.382
13/jan/2020	Compra	285	5,775000	Euronext Lisbon	17.922.667
13/jan/2020	Compra	401	5,775000	Euronext Lisbon	17.923.068
13/jan/2020	Compra	1.830	5,775000	Euronext Lisbon	17.924.898
13/jan/2020	Compra	360	5,780000	Euronext Lisbon	17.925.258
13/jan/2020	Compra	285	5,780000	Euronext Lisbon	17.925.543
13/jan/2020	Compra	750	5,785000	Euronext Lisbon	17.926.293
13/jan/2020	Compra	299	5,785000	Euronext Lisbon	17.926.592
13/jan/2020	Compra	447	5,785000	Euronext Lisbon	17.927.039
13/jan/2020	Compra	370	5,790000	Euronext Lisbon	17.927.409
13/jan/2020	Compra	12.235	5,790000	Euronext Lisbon	17.939.644
13/jan/2020	Compra	461	5,790000	Euronext Lisbon	17.940.105
13/jan/2020	Compra	3.371	5,790000	Euronext Lisbon	17.943.476
13/jan/2020	Compra	1.159	5,790000	Euronext Lisbon	17.944.635
13/jan/2020	Compra	400	5,760000	Euronext Lisbon	17.945.035
13/jan/2020	Compra	400	5,760000	Euronext Lisbon	17.945.435
13/jan/2020	Compra	640	5,760000	Euronext Lisbon	17.946.075
13/jan/2020	Compra	3.560	5,760000	Euronext Lisbon	17.949.635
13/jan/2020	Compra	315	5,760000	Euronext Lisbon	17.949.950
13/jan/2020	Compra	3.560	5,760000	Euronext Lisbon	17.953.510
13/jan/2020	Compra	400	5,760000	Euronext Lisbon	17.953.910
13/jan/2020	Compra	400	5,760000	Euronext Lisbon	17.954.310
13/jan/2020	Compra	325	5,760000	Euronext Lisbon	17.954.635
13/jan/2020	Compra	400	5,760000	Euronext Lisbon	17.955.035
13/jan/2020	Compra	400	5,760000	Euronext Lisbon	17.955.435
13/jan/2020	Compra	400	5,760000	Euronext Lisbon	17.955.835
13/jan/2020	Compra	124	5,760000	Euronext Lisbon	17.955.959
13/jan/2020	Compra	3.374	5,760000	Euronext Lisbon	17.959.333
13/jan/2020	Compra	302	5,760000	Euronext Lisbon	17.959.635
13/jan/2020	Compra	70	5,760000	Euronext Lisbon	17.959.705

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
13/jan/2020	Compra	302	5,760000	Euronext Lisbon	17.960.007
13/jan/2020	Compra	611	5,760000	Euronext Lisbon	17.960.618
13/jan/2020	Compra	302	5,760000	Euronext Lisbon	17.960.920
13/jan/2020	Compra	400	5,760000	Euronext Lisbon	17.961.320
13/jan/2020	Compra	400	5,760000	Euronext Lisbon	17.961.720
13/jan/2020	Compra	602	5,760000	Euronext Lisbon	17.962.322
13/jan/2020	Compra	2.313	5,760000	Euronext Lisbon	17.964.635
13/jan/2020	Compra	2.313	5,760000	Euronext Lisbon	17.966.948
13/jan/2020	Compra	503	5,760000	Euronext Lisbon	17.967.451
13/jan/2020	Compra	470	5,760000	Euronext Lisbon	17.967.921
13/jan/2020	Compra	400	5,760000	Euronext Lisbon	17.968.321
13/jan/2020	Compra	400	5,760000	Euronext Lisbon	17.968.721
13/jan/2020	Compra	400	5,760000	Euronext Lisbon	17.969.121
13/jan/2020	Compra	400	5,760000	Euronext Lisbon	17.969.521
13/jan/2020	Compra	114	5,760000	Euronext Lisbon	17.969.635
13/jan/2020	Compra	400	5,760000	Euronext Lisbon	17.970.035
13/jan/2020	Compra	5.000	5,800000	Euronext Lisbon	17.975.035
13/jan/2020	Compra	1.373	5,800000	Euronext Lisbon	17.976.408
13/jan/2020	Compra	3.627	5,800000	Euronext Lisbon	17.980.035
13/jan/2020	Compra	1.373	5,800000	Euronext Lisbon	17.981.408
13/jan/2020	Compra	3.627	5,800000	Euronext Lisbon	17.985.035
13/jan/2020	Compra	1.373	5,800000	Euronext Lisbon	17.986.408
13/jan/2020	Compra	2.254	5,800000	Euronext Lisbon	17.988.662
14/jan/2020	Compra	2.450	5,790000	Euronext Lisbon	17.991.112
14/jan/2020	Compra	2.550	5,790000	Euronext Lisbon	17.993.662
14/jan/2020	Compra	1.572	5,790000	Euronext Lisbon	17.995.234
14/jan/2020	Compra	1.400	5,790000	Euronext Lisbon	17.996.634
14/jan/2020	Compra	1.400	5,790000	Euronext Lisbon	17.998.034
14/jan/2020	Compra	628	5,790000	Euronext Lisbon	17.998.662
14/jan/2020	Compra	4.372	5,790000	Euronext Lisbon	18.003.034
14/jan/2020	Compra	646	5,790000	Euronext Lisbon	18.003.680
14/jan/2020	Compra	2.742	5,790000	Euronext Lisbon	18.006.422
14/jan/2020	Compra	344	5,790000	Euronext Lisbon	18.006.766
14/jan/2020	Compra	1.268	5,790000	Euronext Lisbon	18.008.034
14/jan/2020	Compra	628	5,790000	Euronext Lisbon	18.008.662
14/jan/2020	Compra	750	5,800000	Euronext Lisbon	18.009.412
14/jan/2020	Compra	260	5,800000	Euronext Lisbon	18.009.672
14/jan/2020	Compra	439	5,800000	Euronext Lisbon	18.010.111
14/jan/2020	Compra	967	5,800000	Euronext Lisbon	18.011.078
14/jan/2020	Compra	2.584	5,800000	Euronext Lisbon	18.013.662
14/jan/2020	Compra	3.865	5,800000	Euronext Lisbon	18.017.527
14/jan/2020	Compra	1.135	5,800000	Euronext Lisbon	18.018.662
14/jan/2020	Compra	417	5,800000	Euronext Lisbon	18.019.079
14/jan/2020	Compra	400	5,800000	Euronext Lisbon	18.019.479
14/jan/2020	Compra	400	5,800000	Euronext Lisbon	18.019.879

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
14/jan/2020	Compra	59	5,800000	Euronext Lisbon	18.019.938
14/jan/2020	Compra	4.141	5,800000	Euronext Lisbon	18.024.079
14/jan/2020	Compra	5.000	5,800000	Euronext Lisbon	18.029.079
14/jan/2020	Compra	2.502	5,800000	Euronext Lisbon	18.031.581
14/jan/2020	Compra	467	5,800000	Euronext Lisbon	18.032.048
14/jan/2020	Compra	4.533	5,800000	Euronext Lisbon	18.036.581
14/jan/2020	Compra	2.081	5,800000	Euronext Lisbon	18.038.662
14/jan/2020	Compra	1.000	5,785000	Euronext Lisbon	18.039.662
14/jan/2020	Compra	554	5,785000	Euronext Lisbon	18.040.216
14/jan/2020	Compra	1.400	5,785000	Euronext Lisbon	18.041.616
14/jan/2020	Compra	1.400	5,785000	Euronext Lisbon	18.043.016
14/jan/2020	Compra	646	5,785000	Euronext Lisbon	18.043.662
14/jan/2020	Compra	998	5,785000	Euronext Lisbon	18.044.660
14/jan/2020	Compra	4.002	5,785000	Euronext Lisbon	18.048.662
14/jan/2020	Compra	1.063	5,785000	Euronext Lisbon	18.049.725
14/jan/2020	Compra	3.200	5,785000	Euronext Lisbon	18.052.925
14/jan/2020	Compra	865	5,785000	Euronext Lisbon	18.053.790
14/jan/2020	Compra	735	5,785000	Euronext Lisbon	18.054.525
14/jan/2020	Compra	200	5,785000	Euronext Lisbon	18.054.725
14/jan/2020	Compra	1.265	5,785000	Euronext Lisbon	18.055.990
14/jan/2020	Compra	588	5,785000	Euronext Lisbon	18.056.578
14/jan/2020	Compra	346	5,795000	Euronext Lisbon	18.056.924
14/jan/2020	Compra	355	5,795000	Euronext Lisbon	18.057.279
14/jan/2020	Compra	1.383	5,795000	Euronext Lisbon	18.058.662
14/jan/2020	Compra	3.921	5,785000	Euronext Lisbon	18.062.583
14/jan/2020	Compra	1.079	5,785000	Euronext Lisbon	18.063.662
14/jan/2020	Compra	3.921	5,785000	Euronext Lisbon	18.067.583
14/jan/2020	Compra	661	5,800000	Euronext Lisbon	18.068.244
14/jan/2020	Compra	531	5,800000	Euronext Lisbon	18.068.775
14/jan/2020	Compra	1.137	5,800000	Euronext Lisbon	18.069.912
14/jan/2020	Compra	1.461	5,800000	Euronext Lisbon	18.071.373
14/jan/2020	Compra	470	5,800000	Euronext Lisbon	18.071.843
14/jan/2020	Compra	1.406	5,795000	Euronext Lisbon	18.073.249
14/jan/2020	Compra	357	5,795000	Euronext Lisbon	18.073.606
14/jan/2020	Compra	1.166	5,795000	Euronext Lisbon	18.074.772
14/jan/2020	Compra	997	5,795000	Euronext Lisbon	18.075.769
14/jan/2020	Compra	1.074	5,795000	Euronext Lisbon	18.076.843
15/jan/2020	Compra	420	5,800000	Euronext Lisbon	18.077.263
15/jan/2020	Compra	2.516	5,800000	Euronext Lisbon	18.079.779
15/jan/2020	Compra	1.373	5,800000	Euronext Lisbon	18.081.152
15/jan/2020	Compra	691	5,800000	Euronext Lisbon	18.081.843
15/jan/2020	Compra	1.373	5,800000	Euronext Lisbon	18.083.216
15/jan/2020	Compra	1.105	5,800000	Euronext Lisbon	18.084.321
15/jan/2020	Compra	1.275	5,800000	Euronext Lisbon	18.085.596
15/jan/2020	Compra	1.203	5,800000	Euronext Lisbon	18.086.799

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
15/jan/2020	Compra	1.105	5,800000	Euronext Lisbon	18.087.904
15/jan/2020	Compra	11	5,800000	Euronext Lisbon	18.087.915
15/jan/2020	Compra	301	5,800000	Euronext Lisbon	18.088.216
15/jan/2020	Compra	2.938	5,800000	Euronext Lisbon	18.091.154
15/jan/2020	Compra	2.062	5,800000	Euronext Lisbon	18.093.216
15/jan/2020	Compra	2.973	5,800000	Euronext Lisbon	18.096.189
15/jan/2020	Compra	400	5,800000	Euronext Lisbon	18.096.589
15/jan/2020	Compra	254	5,800000	Euronext Lisbon	18.096.843
15/jan/2020	Compra	5.000	5,795000	Euronext Lisbon	18.101.843
15/jan/2020	Compra	538	5,795000	Euronext Lisbon	18.102.381
15/jan/2020	Compra	4.462	5,795000	Euronext Lisbon	18.106.843
15/jan/2020	Compra	1.400	5,795000	Euronext Lisbon	18.108.243
15/jan/2020	Compra	1.400	5,795000	Euronext Lisbon	18.109.643
15/jan/2020	Compra	1.400	5,795000	Euronext Lisbon	18.111.043
15/jan/2020	Compra	800	5,795000	Euronext Lisbon	18.111.843
15/jan/2020	Compra	6.200	5,795000	Euronext Lisbon	18.118.043
15/jan/2020	Compra	400	5,795000	Euronext Lisbon	18.118.443
15/jan/2020	Compra	400	5,795000	Euronext Lisbon	18.118.843
15/jan/2020	Compra	2.778	5,795000	Euronext Lisbon	18.121.621
15/jan/2020	Compra	400	5,795000	Euronext Lisbon	18.122.021
15/jan/2020	Compra	400	5,795000	Euronext Lisbon	18.122.421
15/jan/2020	Compra	622	5,795000	Euronext Lisbon	18.123.043
15/jan/2020	Compra	217	5,795000	Euronext Lisbon	18.123.260
15/jan/2020	Compra	746	5,795000	Euronext Lisbon	18.124.006
15/jan/2020	Compra	2.800	5,795000	Euronext Lisbon	18.126.806
15/jan/2020	Compra	1.237	5,795000	Euronext Lisbon	18.128.043
15/jan/2020	Compra	163	5,795000	Euronext Lisbon	18.128.206
15/jan/2020	Compra	1.400	5,795000	Euronext Lisbon	18.129.606
15/jan/2020	Compra	858	5,795000	Euronext Lisbon	18.130.464
15/jan/2020	Compra	1.379	5,795000	Euronext Lisbon	18.131.843
15/jan/2020	Compra	21	5,795000	Euronext Lisbon	18.131.864
15/jan/2020	Compra	1.600	5,795000	Euronext Lisbon	18.133.464
15/jan/2020	Compra	1.400	5,795000	Euronext Lisbon	18.134.864
15/jan/2020	Compra	400	5,795000	Euronext Lisbon	18.135.264
15/jan/2020	Compra	400	5,795000	Euronext Lisbon	18.135.664
15/jan/2020	Compra	1.179	5,795000	Euronext Lisbon	18.136.843
15/jan/2020	Compra	750	5,795000	Euronext Lisbon	18.137.593
15/jan/2020	Compra	3.374	5,795000	Euronext Lisbon	18.140.967
15/jan/2020	Compra	400	5,795000	Euronext Lisbon	18.141.367
15/jan/2020	Compra	110	5,795000	Euronext Lisbon	18.141.477
15/jan/2020	Compra	366	5,795000	Euronext Lisbon	18.141.843
15/jan/2020	Compra	1.800	5,795000	Euronext Lisbon	18.143.643
15/jan/2020	Compra	400	5,795000	Euronext Lisbon	18.144.043
15/jan/2020	Compra	107	5,795000	Euronext Lisbon	18.144.150
15/jan/2020	Compra	400	5,795000	Euronext Lisbon	18.144.550

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
15/jan/2020	Compra	400	5,795000	Euronext Lisbon	18.144.950
15/jan/2020	Compra	1.893	5,795000	Euronext Lisbon	18.146.843
15/jan/2020	Compra	14	5,795000	Euronext Lisbon	18.146.857
15/jan/2020	Compra	400	5,795000	Euronext Lisbon	18.147.257
15/jan/2020	Compra	436	5,795000	Euronext Lisbon	18.147.693
15/jan/2020	Compra	1.008	5,795000	Euronext Lisbon	18.148.701
15/jan/2020	Compra	1.152	5,795000	Euronext Lisbon	18.149.853
15/jan/2020	Compra	1.270	5,800000	Euronext Lisbon	18.151.123
15/jan/2020	Compra	3.730	5,800000	Euronext Lisbon	18.154.853
15/jan/2020	Compra	4.834	5,800000	Euronext Lisbon	18.159.687
15/jan/2020	Compra	166	5,800000	Euronext Lisbon	18.159.853
15/jan/2020	Compra	4.668	5,800000	Euronext Lisbon	18.164.521
15/jan/2020	Compra	332	5,800000	Euronext Lisbon	18.164.853
15/jan/2020	Compra	862	5,800000	Euronext Lisbon	18.165.715
15/jan/2020	Compra	100	5,800000	Euronext Lisbon	18.165.815
15/jan/2020	Compra	1.726	5,800000	Euronext Lisbon	18.167.541
15/jan/2020	Compra	2.220	5,800000	Euronext Lisbon	18.169.761
15/jan/2020	Compra	2.390	5,800000	Euronext Lisbon	18.172.151
15/jan/2020	Compra	1.936	5,795000	Euronext Lisbon	18.174.087
15/jan/2020	Compra	54	5,795000	Euronext Lisbon	18.174.141
15/jan/2020	Compra	5.000	5,795000	Euronext Lisbon	18.179.141
15/jan/2020	Compra	570	5,795000	Euronext Lisbon	18.179.711
15/jan/2020	Compra	4.430	5,795000	Euronext Lisbon	18.184.141
15/jan/2020	Compra	1.021	5,795000	Euronext Lisbon	18.185.162
15/jan/2020	Compra	70	5,795000	Euronext Lisbon	18.185.232
15/jan/2020	Compra	400	5,795000	Euronext Lisbon	18.185.632
15/jan/2020	Compra	1.054	5,795000	Euronext Lisbon	18.186.686
15/jan/2020	Compra	400	5,795000	Euronext Lisbon	18.187.086
15/jan/2020	Compra	336	5,795000	Euronext Lisbon	18.187.422
15/jan/2020	Compra	889	5,795000	Euronext Lisbon	18.188.311
15/jan/2020	Compra	830	5,795000	Euronext Lisbon	18.189.141
15/jan/2020	Compra	105	5,795000	Euronext Lisbon	18.189.246
15/jan/2020	Compra	3.374	5,795000	Euronext Lisbon	18.192.620
15/jan/2020	Compra	1.521	5,795000	Euronext Lisbon	18.194.141
15/jan/2020	Compra	862	5,800000	Euronext Lisbon	18.195.003
15/jan/2020	Compra	381	5,800000	Euronext Lisbon	18.195.384
15/jan/2020	Compra	1.017	5,800000	Euronext Lisbon	18.196.401
15/jan/2020	Compra	439	5,800000	Euronext Lisbon	18.196.840
15/jan/2020	Compra	359	5,800000	Euronext Lisbon	18.197.199
15/jan/2020	Compra	410	5,800000	Euronext Lisbon	18.197.609
15/jan/2020	Compra	242	5,800000	Euronext Lisbon	18.197.851
15/jan/2020	Compra	387	5,800000	Euronext Lisbon	18.198.238
15/jan/2020	Compra	557	5,795000	Euronext Lisbon	18.198.795
15/jan/2020	Compra	1.077	5,795000	Euronext Lisbon	18.199.872
15/jan/2020	Compra	2	5,795000	Euronext Lisbon	18.199.874

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
15/jan/2020	Compra	4,344	5.780000	Euronext Lisbon	18,247,582
15/jan/2020	Compra	656	5.780000	Euronext Lisbon	18,248,238
15/jan/2020	Compra	3,420	5.780000	Euronext Lisbon	18,251,658
15/jan/2020	Compra	251	5.780000	Euronext Lisbon	18,251,909
15/jan/2020	Compra	367	5.775000	Euronext Lisbon	18,252,276
15/jan/2020	Compra	403	5.775000	Euronext Lisbon	18,252,679
15/jan/2020	Compra	336	5.775000	Euronext Lisbon	18,253,015
15/jan/2020	Compra	223	5.775000	Euronext Lisbon	18,253,238
15/jan/2020	Compra	400	5.780000	Euronext Lisbon	18,253,638
15/jan/2020	Compra	554	5.780000	Euronext Lisbon	18,254,192
15/jan/2020	Compra	1,058	5.780000	Euronext Lisbon	18,255,250
15/jan/2020	Compra	640	5.780000	Euronext Lisbon	18,255,890
15/jan/2020	Compra	433	5.780000	Euronext Lisbon	18,256,323
15/jan/2020	Compra	520	5.780000	Euronext Lisbon	18,256,843
16/jan/2020	Compra	5,000	5.795000	Euronext Lisbon	18,261,843
16/jan/2020	Compra	640	5.795000	Euronext Lisbon	18,262,483
16/jan/2020	Compra	4,360	5.795000	Euronext Lisbon	18,266,843
16/jan/2020	Compra	4,360	5.795000	Euronext Lisbon	18,271,203
16/jan/2020	Compra	264	5.795000	Euronext Lisbon	18,271,467
16/jan/2020	Compra	376	5.795000	Euronext Lisbon	18,271,843
16/jan/2020	Compra	1,382	5.795000	Euronext Lisbon	18,273,225
16/jan/2020	Compra	628	5.795000	Euronext Lisbon	18,273,853
16/jan/2020	Compra	1,100	5.795000	Euronext Lisbon	18,274,953
16/jan/2020	Compra	1,546	5.800000	Euronext Lisbon	18,276,499
16/jan/2020	Compra	1,003	5.800000	Euronext Lisbon	18,277,502
16/jan/2020	Compra	2,451	5.800000	Euronext Lisbon	18,279,953
16/jan/2020	Compra	168	5.800000	Euronext Lisbon	18,280,121
16/jan/2020	Compra	3,051	5.800000	Euronext Lisbon	18,283,172
16/jan/2020	Compra	1,234	5.800000	Euronext Lisbon	18,284,406
16/jan/2020	Compra	547	5.800000	Euronext Lisbon	18,284,953
16/jan/2020	Compra	53	5.800000	Euronext Lisbon	18,285,006
16/jan/2020	Compra	1,652	5.800000	Euronext Lisbon	18,286,658
16/jan/2020	Compra	36	5.800000	Euronext Lisbon	18,286,694
16/jan/2020	Compra	2,920	5.800000	Euronext Lisbon	18,289,614
16/jan/2020	Compra	392	5.800000	Euronext Lisbon	18,290,006
16/jan/2020	Compra	1,278	5.800000	Euronext Lisbon	18,291,284
23/jan/2020	Compra	1,250,000	5.800000	Euronext Lisbon	19,541,284
24/jan/2020	Compra	1,000,000	5.800000	Euronext Lisbon	20,541,284
31/dez/2020	-	-	-	-	20,541,284

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

GOVERNO DA SOCIEDADE

A ALTRI, SGPS, S.A. (daqui em diante abreviadamente designada por “ALTRI” ou “Sociedade”) apresenta, de seguida, aos seus Acionistas, clientes, fornecedores e demais *stakeholders* e à sociedade em geral, o Relatório de Governo da Sociedade (“Relatório”).

O modelo de Relatório é o que consta do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) número 4/2013, e a informação dele constante cumpre todas as exigências legais aplicáveis, nomeadamente, mas sem limitar, o artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

Ao longo do exercício de 2020, a ALTRI continuou o processo de adaptação da sua estrutura ao cumprimento do Código de Governo das Sociedades do *Instituto Português de Corporate Governance* (IPCG) de 2018 (**Código de Governo das Sociedades do IPCG**).

Com equipas dimensionadas às necessidades da Sociedade, às quais proporciona elevados níveis de formação e que consciencializa, permanentemente, para que assentem a tomada das decisões em critérios de sustentabilidade, as equipas trabalham, em uníssono, com o foco no alcance dos objetivos.

A ALTRI acredita que a evolução dos resultados que tem vindo a apresentar e, em particular, os resultados apresentados no Relatório & Contas relativos ao exercício de 2020, são continuação da materialização de um caminho bem definido.

A imagem de rigor, transparência e sustentabilidade, que constituem a matriz da gestão da ALTRI, foi, uma vez mais, reconhecida, desta vez através da distinção com *rating* B, pelo *Carbon Disclosure Project* (CDP), no âmbito do programa de Alterações Climáticas, tendo obtido a pontuação máxima nas iniciativas de monitorização e redução de emissões.

A ALTRI trabalha para acrescentar valor aos seus acionistas e às comunidades envolventes, numa sociedade cada vez mais informada, sensibilizada para a gestão criteriosa e responsável e para as questões ambientais e de sustentabilidade.

A ALTRI assume, assim, com os seus acionistas um compromisso focado nos objetivos para continuar a fazer mais e melhor.

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital

O capital social da ALTRI, SGPS, S.A. (daqui em diante abreviadamente designada por “**Sociedade**” ou “**ALTRI**”) é de € 25.641.459,00, integralmente subscrito e realizado e é composto por 205.131.672 ações, ordinárias sendo, por isso, iguais os direitos e deveres inerentes a todas as ações, escriturais e nominativas, cada uma com o valor nominal de 12,5 cêntimos de Euro.

A distribuição do capital e respetivos direitos de voto pelos acionistas titulares de participações qualificadas encontra-se espelhada em detalhe no ponto II.7.

A totalidade das ações representativas do capital social está admitida à negociação no mercado regulamentado *Euronext Lisbon*, gerido pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

2. Restrições à transmissibilidade das ações e à titularidade de ações

Os Estatutos da Sociedade não incluem qualquer restrição quanto à transmissibilidade ou titularidade das ações e não existem acionistas titulares de direitos especiais. Assim, as ações da *ALTRI* são livremente transmissíveis de acordo com as normas legais aplicáveis.

3. Ações próprias

A Sociedade não detém quaisquer ações próprias em carteira, por referência a 31 de dezembro de 2020.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos

Não existem acordos significativos celebrados pela ALTRI que incluam quaisquer cláusulas de mudança de controlo (inclusivamente na sequência de uma oferta pública de aquisição), isto é, que entrem em vigor, sejam alterados, determinem pagamentos, assunção de encargos ou cessem nessas circunstâncias ou em caso de mudança da composição do órgão de administração, assim como não existem quaisquer condições específicas que limitem o exercício de direitos de voto pelos acionistas da Sociedade, suscetíveis de interferir no êxito de Ofertas Públicas de Aquisição.

Alguns contratos de financiamento das subsidiárias da ALTRI, e apenas destas, contêm as normais cláusulas tipo de reembolso antecipado em caso de alteração de controlo acionista das mesmas.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

A ALTRI não adotou quaisquer medidas defensivas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Desconhece-se a existência de quaisquer acordos parassociais tendo por objeto a Sociedade.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Participações qualificadas

Em 31 de dezembro de 2020 e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 16.º, 20.º e 248.º-B do CVM e no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais ("CSC"), informa-se que as sociedades e/ou pessoas singulares que detêm uma participação social qualificada que ultrapasse os 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33% e 50% dos direitos de voto, são como segue:

	Nº ações detidas em 31-dez-2020	% capital social com direito de voto
Norges Bank		
Diretamente	3 361 003	1,64%
Ações emprestadas com direito de <i>recall</i>	943 213	0,46%
Total imputável	4 304 216	2,10%

	Nº ações detidas em 31-dez-2020	% capital social com direito de voto
1 Thing, Investments, S.A.		
Diretamente ^(a)	20 541 284	10,01%
Total imputável	20 541 284	10,01%

(a) - as 20.541.284 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas diretamente pela sociedade 1 THING, INVESTMENTS, S. A. cujo conselho de administração integra o administrador Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira.

	Nº ações detidas em 31-dez-2020	% capital social com direito de voto
Domingos José Vieira de Matos		
Através da sociedade Livrefluxo, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	26 669 010	13,00%
Total imputável	26 669 010	13,00%

	Nº ações detidas em 31-dez-2020	% capital social com direito de voto
Paulo Jorge dos Santos Fernandes		
Através da sociedade Actium Capital, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	26 676 874	13,00%
Total imputável	26 676 874	13,00%

	Nº ações detidas em 31-dez-2020	% capital social com direito de voto
João Manuel Matos Borges de Oliveira		
Através da sociedade CADERNO AZUL, S.A. (da qual é acionista e administrador)	31 000 000	15,11%
Total imputável	31 000 000	15,11%

	Nº ações detidas em 31-dez-2020	% capital social com direito de voto
Promendo Investimentos, S.A.		
Diretamente ^(a)	38 295 053	18,67%
Através do seu administrador José Manuel de Almeida Archer	11 500	0,01%
Total imputável	38 306 553	18,67%

(a) - as 38.295.053 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas diretamente pela sociedade Promendo Investimentos, S. A. que se consideram igualmente imputáveis a Ana Rebelo de Carvalho Menêres de Mendonça, administradora e acionista dominante da sociedade Promendo Investimentos, S.A. e administradora da Altri, SGPS, S.A.

Esta matéria encontra-se igualmente tratada no Relatório Anual de Gestão.

A informação atualizada sobre participações qualificadas está acessível em <http://www.altri.pt/pt/investors/shareholder-information/shareholder-structure>

8. Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC)

As ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização na Sociedade e em sociedades em relação de domínio ou de Grupo com a Sociedade, diretamente ou através de pessoas relacionadas, encontram-se divulgadas em anexo ao Relatório Anual de Gestão nos termos exigidos pelo artigo 447.º do CSC e pelo artigo 14.º do Regulamento 5/2008 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM").

9. Poderes do Conselho de Administração relativos a aumentos do capital

O Conselho de Administração não dispõe de quaisquer poderes especiais, tendo as competências e poderes que lhe são conferidos pelo CSC e pelos Estatutos da Sociedade.

Note-se que o artigo 4.º dos Estatutos da Sociedade, na redação que lhe foi dada por deliberação tomada a 31 de março de 2006, atribuía ao Conselho de Administração a possibilidade de deliberar, com parecer prévio do órgão de fiscalização da Sociedade, o aumento do capital social, por uma ou mais vezes, até ao limite de 35 milhões de Euros, mediante novas entradas em dinheiro.

Esta disposição estatutária, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 456.º do CSC, vigorou pelo prazo de cinco anos, não tendo sido renovada, nos termos do n.º 4 da mesma disposição legal, pelo que a 31 de março de 2011 cessou a sua vigência, data a partir da qual tal competência passou a residir, exclusivamente, na Assembleia Geral.

10. Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade

Não existem relações significativas de natureza comercial a referir que tenham sido estabelecidas, diretamente, entre os titulares de participações qualificadas, e a Sociedade e que a esta tenham sido notificadas.

A informação sobre os negócios entre a Sociedade e as partes relacionadas pode ser consultada na nota 31 do Anexo às Contas Consolidadas e na nota 20 do Anexo às contas individuais da Sociedade referentes a transações com partes relacionadas.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato

A mesa da Assembleia Geral da ALTRI é constituída, em observância do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da Sociedade e do artigo 374.º do CSC, por um presidente e por um secretário eleitos em Assembleia Geral pelos acionistas da Sociedade, para cada mandato correspondente a três anos, coincidente com o mandato dos órgãos sociais.

A 31 de dezembro de 2020, a Mesa da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros, em exercício do segundo mandato:

Presidente: Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão
Secretária: Maria Conceição Henriques Fernandes Cabaços

O mandato teve o seu início em 2020 e terá o seu termo em 2022.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto

Na ALTRI não existem quaisquer limitações estatutárias ao exercício do direito de voto.

O capital social da Sociedade é integralmente representado por uma única categoria de ações, correspondendo a cada ação um voto, não existindo, assim, limitações ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por qualquer acionista.

A Sociedade não emitiu ações preferenciais sem direito a voto.

A participação dos acionistas em Assembleia Geral depende da comprovação da qualidade de acionista por referência à “Data do Registo” nos termos legais aplicáveis e definidos no Aviso Convocatório, não estabelecendo a Sociedade qualquer exigência adicional face às exigências impostas por lei.

Importa ainda referir que, em linha com o disposto no número 2 do artigo 23.º do CVM, o exercício dos direitos de participação e votação em Assembleia Geral não é prejudicado pela transmissão das ações em momento posterior à data de registo, nem depende do bloqueio das mesmas entre aquela data e a data da Assembleia Geral.

Os acionistas individuais e as pessoas coletivas poderão fazer-se representar por quem designarem para o efeito mediante documento de representação escrito, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta entregue na sede social até ao final do terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral.

Um acionista pode ainda, nos termos legais aplicáveis, designar diferentes representantes em relação às ações de que seja titular em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo do princípio da unidade de voto e da votação em sentido diverso legalmente prevista para os acionistas a título profissional.

Os acionistas da Sociedade podem votar por correspondência em relação a todas as matérias sujeitas à apreciação da Assembleia Geral, por declaração escrita, com a identificação do acionista, sendo a mesma realizada, quando pessoa singular, pelo envio de cópia certificada do respetivo cartão de cidadão, o que é solicitado em observância do número 2 do artigo 5.º da Lei 7/2007, de 5 de fevereiro na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 32/2017, de 1 de junho, e, quando pessoa coletiva, pela assinatura devidamente reconhecida, nos termos legais aplicáveis.

De acordo com os Estatutos da Sociedade, a declaração de se pretender exercer o voto por correspondência deve ser entregue na sede social, até ao final do terceiro dia útil anterior ao dia designado para a reunião, com identificação do remetente, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

Sem prejuízo de monitorizar em permanência a adequação do seu modelo e de dar resposta imediata a qualquer solicitação que lhe seja dirigida em sentido diverso, a ALTRI tem vindo a incentivar a participação física dos seus acionistas, por si diretamente ou através de representantes, nas suas assembleias gerais por considerar que as mesmas são o momento, por excelência, para o contacto entre os seus Acionistas com a equipa de gestão, aproveitando a presença dos membros que integram os demais órgãos sociais, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como os membros da Comissão de Remunerações. Esta interação tem-se revelado profícua no seio da Sociedade.

Neste sentido, a Sociedade não desencadeou ainda os mecanismos necessários ao exercício do direito de voto por via eletrónica, nem à participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos. Estas modalidades de voto e de participação nunca foram solicitadas à Sociedade por

qualquer Acionista, pelo que se considera que a ausência de tais formas de votação e de participação não consubstanciam qualquer constrangimento ou restrição ao exercício do direito de voto e de participação em Assembleia Geral.

De referir, ainda, que a Sociedade divulga, dentro dos prazos legais aplicáveis, e em todos os locais impostos por lei, a convocatória das Assembleias Gerais, que contém informação sobre a forma de habilitação dos acionistas para participação e exercício do direito de voto, bem como sobre procedimentos a adotar para o exercício do voto por correspondência ou para designação de representante.

A Sociedade divulga ainda, nos termos legais aplicáveis, as propostas de deliberação, as informações preparatórias exigidas por lei, as minutas de carta de representação e de boletins de voto para o exercício do voto por correspondência, tudo no sentido de garantir, promover e incentivar a participação dos acionistas, por si ou por representantes por si designados, nas Assembleias Gerais.

Neste contexto, a Sociedade está convicta de que o modelo vigente promove e incentiva, nos termos amplamente descritos neste Relatório, a participação dos Acionistas em Assembleia Geral.

13. *Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários*

Não existe qualquer limitação no número de votos que pode ser detido ou exercido por um único acionista ou Grupo de acionistas.

14. *Deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada*

De acordo com os Estatutos da Sociedade, as deliberações sociais são tomadas por maioria dos votos emitidos, seja qual for a percentagem do capital social representado na assembleia, exceto quando seja exigida por lei uma diferente maioria.

Numa segunda convocatória, a Assembleia Geral pode deliberar independentemente do número de acionistas presentes e do capital social que representem.

O quórum deliberativo da Assembleia Geral está em conformidade com o disposto no CSC.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado

A ALTRI adota o modelo de governo denominado monista reforçado, que contempla um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal, conforme disposto na alínea a) do número 1 do artigo 278.º do CSC e de um Revisor Oficial de Contas, em observância do disposto na alínea a) do número 2 do artigo 413.º do CSC, por remissão do número 3 já mencionado artigo 278.º.

O Conselho de Administração é, assim, o órgão responsável pela gestão dos negócios da Sociedade na prossecução do objeto social, determinando a sua orientação estratégica, sem prejuízo do acompanhamento e avaliação desta pelo Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências.

A Sociedade monitoriza em permanência a adequação do modelo adotado, o qual se tem revelado perfeitamente adequado e base essencial à boa performance do Grupo.

Em matéria de política de diversidade importa referir que é um tema que não é novo para o Grupo ALTRI.

Na verdade, e tendo em consideração que a atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo é uma atividade industrial onde há uma predominância histórica do género masculino, a Sociedade, desde cedo, potenciou a assunção de cargos de topo por mulheres, como é exemplo a eleição da Dra. Laurentina da Silva Martins, já em 2009 e, em 2014, a eleição da Dra. Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça, mantendo-se ambas em funções,, tendo sido eleitas em 2020 a Dra. Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira e a Dra. Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo, num conselho composto atualmente, por 12 membros.

Importa ainda referir que desde, 2015, várias direções criadas do Grupo foram assumidas por mulheres, o que traduz, uma vez mais, a visão da ALTRI nesta matéria.

Num período temporal em que não existia qualquer imposição legal, já a ALTRI se encontrava a trilhar um caminho de evolução crescente, tendo uma representatividade de género considerada expressiva na sua organização.

E é assim porque a ALTRI assenta a sua cultura em critérios de verdadeira meritocracia.

Adicionalmente, a ALTRI publicou, durante o ano de 2020, o Plano para a Igualdade de Género, a executar durante o ano de 2021, e que tem como objetivo fundamental, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 7.º, n.º 1, da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, contribuir, ainda mais, para alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

De igual forma, a ALTRI prosseguiu a sua atuação em observância estrita das imposições legais, nomeadamente aquando da eleição de novos membros para integrarem os órgãos sociais, a propósito do início de um novo mandato, o que aconteceu na Assembleia Geral Anual, realizada em 30 de abril de 2020.

Os membros que integram o Conselho de Administração e que se encontram em exercício de funções têm revelado e têm já provas dadas nesse sentido, serem titulares das características individuais (nomeadamente competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência, como já referido) para o exercício pleno e cabal das funções que lhes estão atribuídas de uma forma alinhada com os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas, desde logo pela sua senioridade e experiência.

Por outro lado, mas não menos relevante, a ALTRI considera que o equilíbrio de género no seio do seu órgão de gestão, e que é anterior à entrada em vigor da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, demonstra que a política de diversidade não é um tema novo no Grupo que, fiel a princípios de verdadeira meritocracia, desde há largos anos que atribui cargos de topo na sua gestão, a mulheres.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração

A eleição de membros para integrarem o Conselho de Administração da Sociedade cabe aos Acionistas, por deliberação tomada em Assembleia Geral. Os membros são eleitos para mandatos correspondentes a períodos de três anos, podendo a sua reeleição ser deliberada por uma ou mais vezes. O Conselho de Administração é constituído por três a quinze membros, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral.

O posicionamento de mercado que o Grupo tem vindo a conquistar e os resultados apresentados ao público, em especial no exercício de 2020, comprovam, uma vez mais, que a equipa de gestão da Sociedade tem realizado as suas funções com um elevado nível de *expertise*, rigor e competência.

Ainda em matéria de eleição de membros para integrarem o Conselho de Administração, importa referir a regra estatutária constante do artigo 15.º dos Estatutos, nos termos da qual na Assembleia Geral eleitoral proceder-se-á à eleição isolada de um administrador, entre pessoas propostas em listas subscritas por grupos de acionistas desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e de menos de dez por cento do capital social. Cada uma das listas referidas anteriormente deverá propor pelo menos duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher, sendo uma delas designada como suplente. Nenhum acionista poderá subscrever mais do que uma das referidas listas.

A Assembleia Geral não poderá proceder à eleição de quaisquer outros administradores enquanto não tiverem sido eleito um administrador, em conformidade com o acima exposto, salvo se não forem apresentadas tais listas. Faltando administrador eleito, nos termos anteriores, será chamado o respetivo suplente e, na falta deste, realizar-se-á nova eleição, à qual serão aplicadas, com as necessárias adaptações, as regras acima descritas.

17. Composição do Conselho de Administração

O Conselho de Administração composto atualmente por doze membros, é o órgão responsável pela gestão dos negócios da Sociedade na prossecução do seu objeto social, cabendo a este órgão a determinação da orientação estratégica da ALTRI, pelo que, na execução das suas atribuições, o Conselho de Administração atua sempre da forma que considera que melhor defende os interesses da Sociedade, com o foco na criação permanente de valor para os seus acionistas e demais *stakeholders*.

Em 31 de dezembro de 2020 este órgão era composto pelos seguintes elementos:

- Alberto João Coraceiro de Castro – Presidente
- Paulo Jorge dos Santos Fernandes – Vice-presidente
- João Manuel Matos Borges de Oliveira – Vice-presidente
- Domingos José Vieira de Matos – Vogal
- Laurentina da Silva Martins – Vogal
- Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira – Vogal
- Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça – Vogal

- Maria do Carmo Guedes Oliveira – Vogal
- Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo – Vogal
- José Armindo Farinha Soares de Pina – Vogal
- José António Nogueira dos Santos – Vogal
- Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva – Vogal

Todos os membros do Conselho de Administração foram eleitos na Assembleia Geral realizada no dia 30 de abril de 2020 para o triénio 2020/2022.

NOME	PRIMEIRA NOMEAÇÃO	DATA DE TERMO DO MANDATO
Paulo Jorge dos Santos Fernandes	março de 2005	31 de dezembro de 2022
João Manuel Matos Borges de Oliveira	março de 2005	31 de dezembro de 2022
Domingos José Vieira de Matos	março de 2005	31 de dezembro de 2022
Laurentina da Silva Martins	março de 2009	31 de dezembro de 2022
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira	abril de 2014	31 de dezembro de 2022
Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça	abril de 2014	31 de dezembro de 2022
Alberto João Coraceiro de Castro	abril de 2020	31 de dezembro de 2022
Maria do Carmo Guedes Oliveira	abril de 2020	31 de dezembro de 2022
Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo	abril de 2020	31 de dezembro de 2022
José Armindo Farinha Soares de Pina	abril de 2020	31 de dezembro de 2022
José António Nogueira dos Santos	abril de 2020	31 de dezembro de 2022
Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva	abril de 2020	31 de dezembro de 2022

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes

Em 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração, composto por doze membros, incluía três membros executivos (José Armindo Farinha Soares de Pina, José António Nogueira dos Santos e Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva).

Tomando em consideração o perfil pessoal, o percurso e a experiência profissional dos membros que integram o Conselho de Administração da ALTRI, considera-se que o número de administradores não executivos, em relação ao número total de membros que integram o órgão, se revela adequado e equilibrado face à natureza e dimensão da Sociedade. Neste sentido, a ALTRI considera que os administradores não executivos são em número suficiente para garantir um acompanhamento efetivo, bem como uma verdadeira supervisão e fiscalização, à atividade desenvolvida pelos executivos, sobretudo tendo em conta que a Sociedade desenvolveu mecanismos tendentes a permitir aos

administradores não executivos tomadas de decisão independentes e informadas, nomeadamente através de:

- Disponibilidade dos administradores executivos para o fornecimento, aos administradores não executivos, de toda a informação adicional que entendam relevante ou necessária, bem como para proceder a estudos e análises mais aprofundados em relação a todas as matérias que sejam objeto de deliberação ou que, não o sendo, estejam em análise, de alguma forma, na Sociedade;
- Envio prévio e atempado, a todos os membros que integram o Conselho de Administração, das convocatórias das reuniões daquele órgão, incluindo ordem de trabalhos, mesmo que provisória, da reunião, acompanhadas da demais informação e documentação relevante;
- Disponibilização permanente dos livros da Sociedade e subsidiárias, nomeadamente, dos livros de atas, livros de registo de ações, contratos e demais documentação de suporte às operações realizadas pela Sociedade ou pelas subsidiárias, para examinação, bem como, disponibilização e promoção de um canal direto de obtenção de informação junto dos administradores e responsáveis operacionais e financeiros das várias empresas que integram o Grupo, sem que seja necessária qualquer intervenção dos administradores executivos nesse processo.

A Sociedade tal como noutras, nesta matéria, também leva a cabo em permanência uma avaliação à adequação do modelo vigente tendo concluído que o mesmo se tem vindo a revelar adequado e eficiente.

O relatório de gestão inclui, no seu capítulo “*Atividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração*”, uma descrição da atividade desenvolvida pelos mesmos durante o exercício de 2020.

O Conselho de Administração inclui quatro membros independentes: Prof. Alberto João Coraceiro de Castro, Dra. Laurentina da Silva Martins, Dra. Maria do Carmo Guedes Oliveira e Dra. Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo.

No caso da Dra. Laurentina da Silva Martins, importa referir que esta administradora foi colaboradora da subsidiária Caima – Indústria de Celulose, S.A., não o sendo já há mais de três anos. Importa referir que esta administradora recebe uma pensão de reforma que lhe é paga pelo fundo de pensões em vigor para os trabalhadores daquela subsidiária. No entanto, tal circunstância, porque se trata de um direito adquirido, que lhe assiste exercendo ou não o cargo de administração na ALTRI, e não deixando de lhe ser atribuído pela cessação do exercício das funções seja qual for o motivo dessa cessação, não afeta a sua independência.

Assim, a ALTRI considera verificados, em relação a esta Administradora, na íntegra os critérios de independência previstos quer no ponto 18.1. do Anexo ao Regulamento da CMVM número 4/2013, o que classifica esta administradora como administradora independente, quer os critérios de independência ínsitos na recomendação III.4 do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

19. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração

A informação curricular dos membros que integram o Conselho de Administração é apresentada no anexo I ao presente Relatório.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto

Em 31 de dezembro de 2020:

O Vice-Presidente do Conselho de Administração Paulo Jorge dos Santos Fernandes é administrador e acionista dominante da sociedade ACTIUM CAPITAL, S.A., sociedade detentora de 13,00% do capital da ALTRI.

O Vice-Presidente do Conselho de Administração João Manuel Matos Borges de Oliveira é administrador e acionista da CADERNO AZUL, S.A., sociedade detentora de uma participação de 15,11% do capital da ALTRI.

O administrador Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira é Presidente do Conselho de Administração da sociedade 1 THING, INVESTMENTS, S.A., sociedade detentora de uma participação de 10,01% do capital da ALTRI e é irmão do administrador João Manuel Matos Borges de Oliveira.

O administrador Domingos José Vieira de Matos é administrador e acionista dominante da LIVREFLUXO, S.A., sociedade detentora de uma participação de 13,00% do capital da ALTRI.

A administradora Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça é administradora e acionista dominante da sociedade PROMENDO INVESTIMENTOS, S.A., sociedade detentora de uma participação de 18,67% do capital da ALTRI.

Na ALTRI existe uma política de prevenção de situações de conflito de interesses, política essa que se encontra consagrada no Código de Ética e Conduta em vigor no Grupo. Este código é de aplicação transversal a todos os níveis da organização, incluindo aos membros dos órgãos sociais. Nos termos da mencionada política, nenhum colaborador ou membro de órgão social poderá ter qualquer intervenção em processos de tomada de decisões que envolvam, de forma direta ou indireta, organizações com as quais colaborem ou tenham colaborado, a outros títulos ou que envolvam, também de forma direta ou indireta, pessoas ou entidades a que estejam ligados por laços de parentesco (entendendo-se estas por relações familiares até ao 3.º grau) ou a que estejam ou tenham estado ligados por relações de afinidade.

Por outro lado, importa referir que, dessa política consta a obrigatoriedade de o administrador que se encontrar numa situação de conflito de interesses, comunicar, de imediato, ao órgão de administração essa mesma situação de modo a que os procedimentos se desencadeiam em perfeita harmonia com os subseqüentes termos da já referida política.

21. Organigramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre

delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade



De acordo com a estrutura atual de Governo da ALTRI, o Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão dos negócios da Sociedade na prossecução do seu objeto social, e é o órgão ao qual cabe determinar a orientação estratégica do Grupo, norteador a sua atuação sempre da forma que considerar que melhor defende os interesses da Sociedade, na criação permanente de valor para os seus acionistas e demais *stakeholders*. O Conselho de Administração é constituído atualmente por doze membros, eleitos em Assembleia Geral, dos quais um presidente, dois vice-presidentes e nove vogais, sendo nove deles não executivos.

O Conselho de Administração, no exercício das funções que lhe estão cometidas, estabelece uma interação permanente com o Conselho Fiscal e com o Revisor Oficial de Contas, colaborando, assim, com o órgão de fiscalização de forma regular, transparente e rigorosa, em observância dos respetivos regulamentos de funcionamento e das melhores práticas de governo societário.

Não existe limitação ao número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, pelo que os membros do Conselho de Administração da ALTRI integram, na maioria dos casos, os órgãos de administração das subsidiárias mais relevantes do Grupo, assegurando um acompanhamento próximo e permanente das respetivas atividades.

O Conselho de Administração da ALTRI incentiva todas as direções e áreas operacionais a criar equipas multidisciplinares, com vista ao desenvolvimento de projetos de relevo no Grupo, multidisciplinaridade essa que permite assegurar a identificação de questões e a análise das formas de resolução das mesmas sob as diferentes perspetivas, garantindo-se uma visão mais transversal

sobre os temas em análise. A ALTRI acredita que o estabelecimento de canais de comunicação ágeis e eficazes entre as direções da Sociedade, entre estas e as áreas operacionais e de todas estas com os conselhos de administração de cada subsidiária e da própria Sociedade é a forma de melhor executar os projetos, identificar os riscos associados, desenvolver os mecanismos necessários à sua mitigação, numa perspectiva verdadeiramente abrangente e analisada sob diversos pontos de vista.

A ALTRI está convicta de que um fluxo de informação eficaz dentro da organização é a única forma que permite assegurar um igualmente adequado fluxo de informação das equipas multidisciplinares com os órgãos sociais e, consequentemente, destes em relação aos acionistas, aos investidores, aos demais *stakeholders*, analistas financeiros e ao mercado em geral.

Em observância desta política do Grupo, que está perfeitamente alinhada com a recomendação I.1.1. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, e em cumprimento das normas legais aplicáveis, a ALTRI tem assegurado a divulgação, rigorosa e tempestiva, de informação ao mercado, através do Sistema de Difusão de Informação da CMVM (SDI da CMVM), garantindo o acesso a essa informação, aos seus acionistas, demais *stakeholders* e ao mercado em geral, no mesmo momento temporal e com o mesmo nível de detalhe.

Em linha com o que se acaba de expor, a ALTRI apresenta de seguida as Comissões e/ou departamentos da Sociedade e respetivas competências e atribuições:

Comissão Executiva

A Comissão Executiva é responsável pela gestão corrente da Sociedade, nos termos e para os efeitos estabelecidos na respetiva delegação de poderes e com os limites previstos no artigo 407.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais.

A Comissão Executiva desenvolve a sua atividade de acordo com os interesses da Sociedade e tendo presente os valores, princípios e estratégias definidos pelo Conselho de Administração.

A Comissão Executiva deve prestar, de forma adequada e atempada, sempre que tal lhe for solicitado pelos órgãos sociais da Sociedade, as informações relativas ao estado de gestão da Sociedade e das sociedades suas dominadas.

Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos demais órgãos sociais. É a esta comissão que cabe, em observância do disposto no número 1 do artigo 2.º da Lei 28/2009, de 19 de junho, e da recomendação V.2.2. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, elaborar a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais bem como, através da elaboração de uma proposta de aprovação dessa mesma Política, e submetê-la ao escrutínio do órgão deliberativo por excelência para esta matéria, que é a Assembleia Geral.

Merecendo a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais a aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, cabe a esta comissão pugnar pela aplicação da mesma, monitorizando a sua permanente adequação à realidade da Sociedade.

Comissão de Acompanhamento Estratégico e Operacional

A Comissão de Acompanhamento Estratégico e Operacional tem como função, nomeadamente, apoiar o Conselho de Administração no acompanhamento e performance da Comissão Executiva da Sociedade, auxiliar o Conselho de Administração no processo de avaliação dos membros da Comissão Executiva e apoiar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva em matérias, designadamente, de apreciação e avaliação de governo societário.

Em termos de gestão corporativa, a ALTRI destaca as seguintes áreas:

Área de Corporate Finance

A área de *Corporate Finance* da ALTRI, dada a sua visão integrada e transversal a nível de todas as sociedades do Grupo, é responsável, por um lado, pela definição de estratégias e políticas de gestão financeira e, por outro, por assegurar o *interface* com os mercados de capitais, de dívida e bancários. Cabe-lhe ainda o desenvolvimento dos mecanismos necessários à implementação das estratégias e políticas de gestão financeira, delineadas.

Área de Planeamento e Controlo de Gestão

A área de planeamento e controlo de gestão da ALTRI presta apoio na implementação das estratégias corporativas e/ou dos negócios seguidas pelo Grupo. Esta área prepara e analisa a informação de gestão a nível de todas as sociedades do Grupo, bem como ao nível consolidado, seja mensal, trimestral, semestral e anual, monitorizando desvios em relação ao orçamento e propondo as necessárias medidas corretivas. Assume ainda a responsabilidade pela construção de planos de negócio, integrando as equipas de trabalho multidisciplinares criadas para este efeito, atividades que vai desenvolvendo a par com a permanente realização de estudos técnicos e de *benchmarking* dos negócios existentes, de modo a monitorizar a performance da ALTRI tendo em conta a sua posição estratégica no mercado.

Área de Jurídico & Compliance

A área de Jurídico e *Compliance* presta apoio jurídico em todas as áreas de atividade do Grupo, monitorizando e garantindo, por um lado, a legalidade das atividades desenvolvidas, e assegurando, por outro, as relações com a *Euronext Lisbon*, com a CMVM e com os acionistas sempre que em causa estejam questões jurídicas. Esta área é igualmente responsável pelo acompanhamento da política de governo das sociedades com vista ao cumprimento das melhores práticas neste domínio. Cabe-lhe ainda a responsabilidade da elaboração e/ou análise de contratos que permitam maximizar a segurança e reduzir riscos legais e custos potenciais, bem como a gestão dos aspetos relativos à propriedade intelectual e industrial do Grupo, exercendo ainda as funções de secretariado societário numa permanente monitorização de conformidade jurídica. Cabe ainda a esta área prestar todo o apoio jurídico às operações de financiamento no mercado de capitais bem como prestar todo o apoio jurídico interno às operações de fusões e aquisições. Esta área do Grupo acompanha todas as alterações legislativas com impacto na atividade do Grupo, analisa e identifica as consequências das mesmas nas respetivas áreas de negócio e elabora memorandos e notas internas sobre as alterações a considerar, com propostas de procedimentos a implementar. Esta área é, assim, uma área de *back office* do negócio, que acompanha e apoia o Conselho de Administração na implementação das suas estratégias, numa absoluta conformidade legal.

Área de Relações com Investidores

A área de relações com investidores da ALTRI estabelece a relação entre o Grupo e a comunidade financeira, divulgando permanentemente informação relevante e atualizada sobre a atividade do mesmo. Cabe-lhe ainda prestar apoio ao Conselho de Administração no fornecimento de informação atualizada sobre o mercado de capitais bem como prestar apoio à gestão das relações institucionais da ALTRI, estabelecendo contacto permanente com investidores institucionais, acionistas e analistas e representando o Grupo em associações, fóruns ou eventos (nacionais ou internacionais).

Área de Controlo de Gestão a Nível das Subsidiárias

Acrescente-se que as empresas operacionais do Grupo ALTRI possuem áreas próprias de controlo de gestão que exercem a sua atividade ao nível das empresas participadas, em observância das diretrizes da ALTRI, elaborando relatórios mensais de reporte aos respetivos Conselhos de Administração, os quais, por sua vez, asseguram o regular e permanente fluxo de informação ao Conselho de Administração da Sociedade.

Os administradores da ALTRI centram a sua atividade, essencialmente, na gestão das participações do Grupo e na definição das suas linhas estratégicas. As decisões relativas a matérias estruturantes para a atividade do Grupo são tomadas pelo Conselho de Administração enquanto órgão colegial composto pela totalidade dos seus membros, executivos e não executivos, no normal desempenho das suas funções.

A gestão corrente das sociedades operacionais é desempenhada pela administração de cada uma das subsidiárias, as quais integram igualmente, por regra, alguns dos administradores da ALTRI, para além de outros administradores com competências e pelouros especificamente definidos.

Importa referir, que, o exercício de cargos de administração por parte dos administradores da Sociedade nas sociedades subsidiárias materializa-se num aprofundado conhecimento do negócio, perto das operações e das pessoas o que leva a que as decisões tomadas ao nível da *holding* do grupo, a ALTRI, sejam assim ainda mais conscientes e informadas.

A ALTRI acredita que quanto mais profundo é o conhecimento dos administradores da Sociedade, sobre as especificidades e subtilezas do negócio, mais acertadas são as decisões em relação às linhas estratégicas e, consequentemente, ao sucesso das decisões ao nível da administração de topo.

Deste modo, e tendo em consideração o desenvolvimento da atividade dos membros do Conselho de Administração quer na ALTRI quer nas respetivas subsidiárias, o organograma funcional em 31 de dezembro de 2020 pode ser apresentado do seguinte modo:

ALTRI SGPS, S.A.

Alberto João Coraceiro de Castro

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Domingos José Vieira de Matos

Laurentina da Silva Martins

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça

Maria do Carmo Guedes Oliveira

Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo

José Armindo Farinha Soares de Pina

José António Nogueira dos Santos

Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva

CELBI	CAIMA INDÚSTRIA	CELTEJO	ALTRI FLORESTAL	GREENVOLT
José Soares de Pina	José Soares de Pina	José Soares de Pina	José Soares de Pina	José Soares de Pina
José António Nogueira dos Santos	José António Nogueira dos Santos	José António Nogueira dos Santos	José António Nogueira dos Santos	José António Nogueira dos Santos
Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva	Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva	Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva	Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva	Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva
Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira	Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira	Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira	Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira	Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira
João Carlos Ribeiro Pereira	João Carlos Ribeiro Pereira	João Carlos Ribeiro Pereira	João Carlos Ribeiro Pereira	João Carlos Ribeiro Pereira

b) Funcionamento**22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração**

O regulamento de funcionamento do Conselho de Administração encontra-se disponível para consulta na página na internet da Sociedade (www.altri.pt) (separador “Investidores”, seção “Governance”).

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração às reuniões realizadas

Os Estatutos da Sociedade estabelecem, no seu artigo 17.º, que o Conselho de Administração reunirá sempre que for convocado pelo seu presidente, por iniciativa deste ou a pedido de quaisquer dois administradores e, pelo menos, uma vez por trimestre.

O quórum necessário à realização de qualquer reunião do Conselho de Administração considera-se constituído desde que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada.

Durante o ano de 2020, o Conselho de Administração reuniu sete vezes, com uma assiduidade de 100% em todas as reuniões.

As reuniões do Conselho de Administração são agendadas e preparadas com antecedência, sendo disponibilizada documentação de suporte às propostas que integram a ordem de trabalhos, assegurando a criação das condições ao pleno exercício das funções e à adoção de deliberações de forma amplamente informada.

De igual modo as respetivas convocatórias e posteriormente as atas das reuniões, são enviadas ao presidente do Conselho Fiscal, num fluxo regular de informação, que potencia o exercício de uma fiscalização ativa e permanente.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Em linha com o que se refere no ponto 21 *supra*, a Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e demais órgãos sociais. É a esta comissão que cabe, em observância do disposto no número 1 do artigo 2.º da Lei 28/2009, de 19 de junho, e da recomendação V.2.2. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, elaborar a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais bem como, através da elaboração de uma proposta de aprovação da mesma, a submetê-la ao escrutínio do órgão deliberativo por excelência para esta matéria, que é a Assembleia Geral.

Merecendo a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais, plasmada na referida Declaração, a aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, cabe a esta comissão pugnar pela aplicação da mesma, monitorizando a sua permanente adequação à realidade da Sociedade.

Pelo menos um membro da Comissão de Remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais Anuais onde se delibera sobre a Declaração sobre Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais, de forma a assegurar o esclarecimento de quaisquer questões que, sobre a mesma, aí se possam levantar. Na Assembleia Geral Anual realizada em 2020, encontrava-se presente um dos membros daquela comissão, a saber, Pedro Pessanha.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

A avaliação de desempenho dos administradores executivos tem por base critérios pré-determinados, assentes em indicadores de desempenho objetivamente fixados para cada mandato, os quais se encontram alinhados com a estratégia de médio/longo prazo de desempenho da Sociedade e de crescimento do negócio.

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração inclui uma componente variável que inclui um prémio variável de curto prazo (pago anualmente), e um prémio variável de médio prazo (pago após um diferimento de 3 anos).

Os critérios de fixação da remuneração variável (de curto prazo e de médio prazo) visam recompensar os administradores executivos pelo cumprimento dos objetivos pré-determinados, quer

relativos à Sociedade, quer relativas ao desempenho individual do administrador e ainda relativos às equipas de trabalho que estão sob a responsabilidade de cada um.

O prémio variável de curto prazo não pode ser superior à remuneração fixa anual e é pago no primeiro semestre do ano seguinte ao ano a que diz respeito, após o apuramento das contas do exercício correspondentes ao exercício.

O prémio variável de longo prazo não pode ser superior à soma da remuneração anual mais prémio variável de curto prazo, e destina-se a alinhar de forma mais vinculada os interesses dos administradores executivos com os dos acionistas, visando aumentar a consciencialização sobre a importância do respetivo desempenho para o sucesso global da Sociedade e será calculado cobrindo o período correspondente a um mandato, tendo como base critérios objetivos e pré-determinados, a saber: (i) retorno total para o acionista (remuneração de ação mais dividendo distribuído); (ii) somatórios dos resultados líquidos consolidados dos 3 anos (2020 a 2022); e; (iii) evolução dos negócios da Sociedade.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício

O compromisso dos administradores da ALTRI com a natureza e exigência das funções que assumiram é total. Neste sentido, a gestão de topo do Grupo é uma gestão presente, próxima das pessoas e do negócio.

As suas atividades profissionais, a indicação de outras empresas onde desempenham funções de administração e a indicação de outras atividades relevantes exercidas pelos mesmos, é apresentada no anexo I ao presente Regulamento.

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento

Foram constituídas pelo Conselho de Administração as seguintes comissões: Comissão Executiva, Comissão de Remunerações e Comissão de Acompanhamento Estratégico e Operacional.

Os regulamentos de funcionamento destas Comissões podem ser consultados no *website* da Sociedade (www.altri.pt) (separador “Investidores”, secção “Governance”).

Durante o exercício de 2021, foi nomeada pelo Conselho de Administração da ALTRI, sob proposta da Comissão Executiva, a Comissão de Ética ALTRI.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s)

Após a Assembleia Geral realizada no dia 30 de Abril de 2020, foi designada, em 28 de maio de 2020, uma Comissão Executiva, constituída pelos seguintes Administradores: Eng. José Armindo Farinha Soares de Pina (Presidente); Dr. José António Nogueira dos Santos (Vogal) e Eng. Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva (Vogal).

Desta forma, dos doze membros que integram o Conselho de Administração, três integram a Comissão Executiva, dispondo esta dos poderes de gestão corrente da Sociedade, nos termos e para

os efeitos estabelecidos na respetiva delegação de poderes e com os limites previstos no artigo 407.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais.

A Comissão Executiva desenvolve a sua atividade de acordo com os interesses da Sociedade e tendo presente os valores, princípios e estratégias definidos pelo Conselho de Administração.

A Comissão Executiva deve prestar, de forma adequada e atempada, sempre que tal lhe for solicitado pelos órgãos sociais da Sociedade, as informações relativas ao estado de gestão da Sociedade e das sociedades suas dominadas.

Adicionalmente, cabe à Comissão Executiva assegurar o seguinte:

- envio prévio e atempado, a todos os membros que integram o Conselho de Administração, das convocatórias das reuniões daquele órgão, incluindo ordem de trabalhos, mesmo que provisória, da reunião, acompanhadas da demais informação e documentação relevante;
- disponibilidade para o fornecimento, aos administradores ditos não executivos, de toda a informação adicional que entendam relevante ou necessária, bem como para proceder a estudos e análises mais aprofundados em relação a todas as matérias que sejam objeto de deliberação ou que, não o sendo, estejam em análise, de alguma forma, na Sociedade, e ainda,
- disponibilização dos livros de registo da Sociedade e subsidiárias, tais como livros de atas, livros de registo de ações, documentos de suporte às operações realizadas na Sociedade ou nas subsidiárias, para efeitos de controlo e verificação, bem como, disponibilização e promoção de um canal direto de obtenção de informação junto dos administradores e responsáveis operacionais e financeiros das subsidiárias do Grupo, sem que seja necessária qualquer intervenção dos administradores ditos executivos nesse processo.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

A Comissão Executiva, durante o ano de 2020, foi responsável, nomeadamente por acompanhar de perto a gestão da atividade da Sociedade, como definido na respetiva delegação de poderes, e por assegurar a execução das decisões e políticas deliberadas pelo Conselho de Administração.

A Comissão Executiva informou o Conselho de Administração e os órgãos societários sobre a atividade desenvolvida ao longo do ano de 2020, disponibilizando informação sobre, nomeadamente, as deliberações tomadas e as ações mais relevantes que foram adotadas para concretizar as decisões e políticas deliberadas pelo Conselho de Administração.

A Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e demais órgãos sociais. É a esta comissão que cabe, em observância do disposto no número 1 do artigo 2.º da Lei 28/2009, de 19 de junho, e da recomendação V.2.2. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, elaborar a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais bem como, através da elaboração de uma proposta de aprovação da mesma, a submetê-la ao escrutínio do órgão deliberativo por excelência para esta matéria, que é a Assembleia Geral.

Merecendo a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais a aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, cabe a esta comissão pugnar pela aplicação da mesma, monitorizando a sua permanente adequação à realidade da Sociedade.

A Comissão de Acompanhamento Estratégico e Operacional tem como função, nomeadamente, apoiar o Conselho de Administração no acompanhamento e performance da Comissão Executiva da Sociedade, auxiliar o Conselho de Administração no processo de avaliação dos membros da Comissão Executiva e apoiar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva em matérias, designadamente, de apreciação e avaliação de governo societário.

Secretário da Sociedade

O Secretário da Sociedade tem as seguintes competências: (i) Apoiar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral na convocação das Assembleias Gerais, zelando pela receção da informação que, para efeitos de participação e votação na mesma, é dirigida à Sociedade na pessoa do Presidente da Mesa; (ii) zelar pelas atas e pela lista de presenças das Assembleias Gerais de Acionistas; (iii) Apoiar e supervisionar a preparação dos documentos de suporte às Assembleias Gerais; (iv) Preparar a documentação necessária à convocação das reuniões do Conselho de Administração, supervisionando a sua expedição tempestiva e a sua efetiva receção por parte de todos os administradores; (v) apoiar o fluxo de informação entre o Conselho de Administração e o Órgão de Fiscalização; (vi) Preparar respostas a acionistas nos termos da lei e em matérias para as quais tenha competência ou obter respostas internas, das áreas relevantes, para assegurar, em permanência, a prestação de informação aos Acionistas e (vii) assegurar o registo tempestivo das deliberações sociais junto da Conservatória do Registo Comercial.

As funções de secretariado da Sociedade foram exercidas em pleno e de forma regular durante o exercício de 2020.

III. FISCALIZAÇÃO

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da Sociedade.

31. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro

O Conselho Fiscal é designado pela Assembleia Geral, para mandatos com duração de três anos, podendo os membros eleitos ser reeleitos uma ou mais vezes. É composto por três membros e um ou dois suplentes, assumindo, em pleno, as funções que lhe estão atribuídas por lei, nas quais se inclui a proposta de designação do Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 413.º do CSC, cumprindo uma atribuição que, legalmente lhe está atribuída nos termos da alínea b) do número 2 do artigo 420.º do CSC.

Em 31 de dezembro de 2020 este órgão era composto pelos seguintes membros:

- Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa – Presidente
- António Luís Isidro de Pinho – Vogal
- Ana Paula dos Santos Silva e Pinho – Vogal
- André Seabra Ferreira Pinto – Suplente

Os membros do Conselho Fiscal, Pedro Pessanha e André Pinto, foram eleitos, pela primeira vez, em Abril de 2014, para o mandato que se iniciou em 2014 e cessou em 2016, tendo sido reeleitos em Abril de 2017 para o triénio que se iniciou em 2017 e que cessou em 2019, encontrando-se, por isso, no exercício de um terceiro mandato. Já o membro António Pinho foi eleito pela primeira vez, em Abril de 2017, para o triénio que se iniciou em 2017 e que cessou em 2019, encontrando-se no segundo mandato. O membro Ana Paula dos Santos Silva e Pinho foi eleito pela primeira vez em Abril de 2020, para o triénio que se iniciou em 2020 e que cessa em 2022.

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do artigo 414.º, n.º 5, do CSC

Como órgão colegial que é, a aferição da independência do Conselho Fiscal é feita a todos aqueles que o compõem, verificando-se a independência de cada um dos seus membros de acordo com a definição que é dada nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, sendo eventuais incompatibilidades aferidas de acordo com a definição do n.º 1 do artigo 414.º-A, ambos do CSC.

Todos os membros que compõem o Conselho Fiscal da Sociedade cumprem assim as regras de independência acima identificadas, não se encontrando em nenhuma das situações de incompatibilidade previstas na lei. Esta conformidade é declarada pelos respetivos membros em declaração que individualmente subscrevem e entregam na Sociedade.

33. Qualificações profissionais de cada um dos membros do Conselho Fiscal e outros elementos curriculares relevantes

Todos os membros que integram o Conselho Fiscal da ALTRI dispõem da formação, competência e da experiência necessárias ao pleno exercício das funções, em linha com o disposto no número 4 do artigo 414.º do CSC e no número 2 do artigo 3.º da Lei 148/2015, de 9 de setembro. O Presidente deste órgão está adequadamente apoiado pelos restantes membros do Conselho Fiscal.

No Anexo I ao presente Relatório são apresentadas as qualificações profissionais e as demais atividades exercidas pelos membros do Conselho Fiscal.

b) Funcionamento

34. *Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal*

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal está disponível para consulta no *website* da Sociedade (www.altri.pt) (separador “Investidores”, secção “Governance”).

35. *Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal*

Durante o ano de 2020 o Conselho Fiscal da Sociedade reuniu cinco vezes, tendo correspondido a tais reuniões um grau de assiduidade correspondente a 100%. As atas das mencionadas reuniões encontram-se registadas no livro de atas do Conselho Fiscal, nos termos legais aplicáveis.

36. *Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas*

Os membros do Conselho Fiscal assumiram um compromisso com a Sociedade, que têm vindo a cumprir de forma escrupulosa e que se materializa num nível de disponibilidade totalmente consentâneo com os interesses da ALTRI. A informação relativa a outros cargos exercidos, qualificações e experiência profissional dos membros do Conselho Fiscal encontra-se detalhada no Anexo I ao presente Relatório.

c) Competências e funções

37. *Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo*

É da competência do Conselho Fiscal aprovar previamente a prestação de serviços distintos dos serviços de auditoria a contratar ao Auditor Externo.

Como nota prévia, importa referir que o próprio Conselho de Administração, quando pondera a possibilidade de contratar serviços adicionais ao Auditor Externo ou ao Revisor Oficial de Contas, assegura, antes de comunicar a sua decisão ao Conselho Fiscal, que àqueles ou a entidades que integram a sua rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio, possam pôr em causa a sua independência.

Concluindo o Conselho de Administração que estão reunidas as condições para apresentar o tema ao Conselho Fiscal, este analisa, de forma prévia e aprofundada, o âmbito de tais serviços adicionais a prestar pelo Auditor Externo e pelo Revisor Oficial de Contas, tomando uma decisão favorável se, da análise levada a cabo resultar que: *(i)* a contratação dos serviços adicionais não coloca em causa a independência do Auditor Externo; *(ii)* está assegurado um equilíbrio saudável entre os normais serviços de auditoria e os serviços adicionais cuja prestação está a ser alvo de análise e que *(iii)* os serviços adicionais cuja prestação se propõe não configuram serviços cuja prestação estava vedada nos termos do número 8 do artigo 77.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro. Nesta sua análise o Conselho Fiscal analisa ainda se *(iv)* os serviços adicionais serão prestados em cumprimento dos níveis de qualidade em vigor no Grupo e tendo sempre como pano de fundo o objetivo de que a prestação dos mesmos, caso venha a ocorrer, não ponha em causa a independência que se lhe exige no exercício das funções de auditoria.

Importa referir a este propósito que a Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., antes de aceitar a adjudicação dos serviços realiza, igualmente, e em cumprimento das suas políticas internas, um rigoroso *assessment* para aferir que os serviços que se propõe prestar não afetem, em nenhuma circunstância, os critérios de independência que se propôs cumprir aquando da aceitação da eleição para o exercício das funções.

A Sociedade considera assegurado, assim, um triplo grau de controlo, na verificação do não comprometimento dos critérios de independência, aquando da decisão de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo.

Importa acrescentar que o Conselho Fiscal recebe ainda, anualmente, a declaração de independência do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas, na qual são descritos os serviços prestados por este e por outras entidades da mesma rede, respetivos honorários pagos, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas.

Todas as potenciais ameaças à independência do Auditor Externo, quando existam, assim como as respetivas medidas de salvaguarda são avaliadas e discutidas, de forma aberta e transparente, entre o Conselho Fiscal e o Auditor Externo.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização

A fiscalização da Sociedade compete ao Conselho Fiscal que exerce na ALTRI as responsabilidades previstas no artigo 420.º do CSC e no seu Regulamento.

38.1. O Conselho Fiscal, na execução das suas funções estatutárias e legalmente atribuídas, tem, nomeadamente, as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a administração da Sociedade;
- b) Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- c) Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração;
- d) Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- e) Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- f) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros;
- g) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da Sociedade;
- h) Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de Sociedade;
- i) Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- j) Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas;
- k) Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- l) Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

38.2. Para o desempenho destas funções, o Conselho Fiscal:

- a) Obtém da Administração, as informações necessárias ao exercício da sua atividade, designadamente à evolução operacional e financeira da empresa, às alterações de composição do seu portfólio, termos das operações realizadas e conteúdo das deliberações tomadas;
- b) Acompanha o sistema de gestão de risco e controlo interno, elaborando anualmente um relatório de apreciação e recomendações dirigido à Administração, caso existam matérias que o justifiquem;
- c) Recebe, com uma antecedência mínima de cinco dias sobre a data da sua reunião, os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, e os respetivos relatórios da Administração, analisando, designadamente, as principais variações, as transações

- relevantes e os correspondentes procedimentos contabilísticos e esclarecimentos obtidos da Administração, nomeadamente através do Conselho de Administração e do auditor externo, e emite as suas apreciações e deliberações;
- d) Presta conhecimento à Administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenha efetuado e do resultado das mesmas;
 - e) Assiste às Assembleias Gerais, bem como às reuniões do Conselho de Administração para que seja convocado ou em que se apreciem as contas do exercício;
 - f) Efetua anualmente uma auto-avaliação da sua atividade e desempenho, incluindo a revisão deste regulamento, tendo em vista o desenvolvimento e implementação de melhorias no seu funcionamento;
 - g) Desenvolve os demais deveres de vigilância que lhe são impostos por lei.

O Conselho Fiscal representa ainda a Sociedade junto do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços e a respetiva remuneração, zelando igualmente para que sejam asseguradas, dentro do Grupo, as condições adequadas à prestação daqueles serviços.

O Conselho Fiscal é o primeiro destinatário dos relatórios emitidos pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, bem como, o interlocutor do Grupo no relacionamento com aquelas entidades, cabendo-lhe ainda pronunciar-se sobre projetos relevantes e planos de trabalhos e sobre a adequação dos recursos afetos à execução desses projetos.

O Conselho Fiscal é, assim, responsável por elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório e contas e propostas apresentadas pela administração, bem como por fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de risco e de controlo interno.

O Conselho Fiscal, em articulação com o Conselho de Administração, analisa e supervisiona regularmente a elaboração e divulgação da informação financeira, prestando todo o apoio necessário, tendo como pressuposto, atenta a natureza da Sociedade, de que, da sua parte, não haja qualquer divulgação, a qualquer título que possa levar ao acesso indevido e intempestivo, por parte de terceiros, à informação relevante.

Adicionalmente, o órgão de fiscalização é chamado a intervir para emitir parecer sempre que em causa esteja a realização de transações entre administradores da ALTRI e a própria Sociedade ou entre a ALTRI e sociedades que consigo se encontrem numa relação de domínio ou de grupo, em que o interveniente é administrador, nos termos do artigo 397.º do CSC.

Esta intervenção do Conselho Fiscal será solicitada independentemente do nível de materialidade da operação em causa.

O Auditor Externo, por sua vez, e enquanto parte do órgão de fiscalização da Sociedade, no âmbito do processo de auditoria anual, analisa *(i)* o funcionamento de mecanismos de controlo interno e reporta deficiências identificadas; *(ii)* verifica se os principais elementos dos sistemas de controlo interno e gestão de risco implementados na Empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira são apresentados e divulgados na informação anual sobre o Governo das Sociedades e *(iii)* emite uma certificação legal das contas e Relatório de Auditoria, na qual atesta se aquele relatório divulgado sobre a estrutura e as práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 66.º B do CSC na sua atual redação ou, não incluindo, assegurando que essa informação consta de relatório separado igualmente disponibilizado aos acionistas, se cumpre as disposições do artigo 245.º-A do CVM, se obedece à estrutura do Regulamento da CMVM número 4/2013 e ainda se contempla na informação constante do mesmo, uma declaração sobre o cumprimento do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

Durante o exercício de 2020, o Revisor Oficial de Contas acompanhou o desenvolvimento da atividade da Sociedade e procedeu aos exames e verificações por si considerados necessários à revisão e certificação legal das contas, em interação com o Conselho Fiscal, contando sempre com a colaboração plena, tão célere quanto expedita, do Conselho de Administração, no acesso às informações solicitadas.

Em linha com o que se acaba de referir, o Revisor Oficial de Contas pronunciou-se sobre a atividade por si desenvolvida no exercício de 2020, informação que fez constar do seu relatório anual de auditoria, o qual será sufragado pelos Acionistas em Assembleia Geral Anual.

O órgão de fiscalização monitoriza e assegura o cumprimento por parte da ALTRI e das suas subsidiárias, da legislação aplicável às respetivas áreas de negócio, de modo a poder fazer uma análise rigorosa e cuidada sobre os níveis de *compliance* do Grupo. Desta sua análise tem resultado a conclusão de que o Grupo, na realização da sua atividade, tem cumprido elevados níveis de *compliance*, os quais estão perfeitamente alinhados com os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

O Revisor Oficial de Contas da ALTRI para o mandato correspondente ao ano de 2020 foi a Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo

A Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. é responsável pela revisão oficial de contas da Sociedade e das sociedades do Grupo desde 2017, tendo sido eleita para o primeiro mandato, sob proposta do Conselho Fiscal, na Assembleia Geral de 26 de abril de 2017 até 2019, e para um segundo mandato anual em abril de 2020.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade

O revisor oficial de contas é, simultaneamente, Auditor Externo da Sociedade conforme detalhado nos pontos abaixo.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do artigo 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM

O Auditor Externo da Sociedade, designado nos termos e para os efeitos do artigo 8.º do CVM é a Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira, registado sob o n.º 1154 na CMVM.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo

O Auditor Externo foi eleito pela primeira vez em 2017 e cumpriu em 2020 o seu segundo mandato (de um ano), tal como o sócio que o representa.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções

No que respeita à rotação do Auditor Externo, a Sociedade não tinha estabelecida, até à data de entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, uma política de rotação do Auditor Externo baseada num número pré-determinado de mandatos, tendo em conta, designadamente, o facto de tal política de rotação não

constituir uma prática comum ou habitual e por a Sociedade, na monitorização permanente da adequação e justeza do modelo vigente, não ter nunca identificado situações de perda de independência ou quaisquer outras situações que pudessem aconselhar a adoção de uma política formal que exigisse tal rotação.

A entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, em 1 de janeiro de 2016, veio consagrar um novo regime aplicável à rotação dos revisores oficiais de contas aplicável às sociedades cujas ações se encontram admitidas à negociação em mercado regulamentado, como é o caso da Sociedade, pelo que o Conselho Fiscal iniciou, durante o ano de 2016, um processo de seleção com vista à eleição de um novo ROC que, cumprindo todas as exigências legais ao nível de competências técnicas e de independência, pudesse a sua eleição ser proposta em Assembleia Geral Anual, o que veio a acontecer na Assembleia Geral Anual de 2017.

Neste sentido, a Sociedade não dispõe de uma política formal, interna, que disponha sobre a rotatividade do Auditor Externo, considerando-a desnecessária, porquanto cumpre as imposições legais, nesta matéria, em toda a sua extensão.

45. *Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita*

O Conselho Fiscal, no exercício das suas funções, acompanha, ao longo do exercício, o desempenho das funções do Auditor Externo, bem como efetua anualmente uma avaliação da independência do mesmo. Adicionalmente, o Conselho Fiscal promove, sempre que necessário ou adequado em função dos desenvolvimentos da atividade da Sociedade ou de exigências legais ou de mercado, uma reflexão sobre a adequação do Auditor Externo ao nível que exige para o exercício das suas funções.

46. *Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação*

Foram prestados, durante o exercício de 2020, pelo Auditor Externo, serviços distintos do de auditoria, em concreto, foram prestados serviços de garantia de fiabilidade, nomeadamente, a validação de indicadores no âmbito das disposições previstas em contrato de incentivos e a prestação de serviços para emissão de Relatório sobre as Declarações Anuais Valor Pneu. Os referidos serviços foram aprovados pelo Conselho Fiscal, o qual avaliou e concluiu que o desempenho de tais serviços não afetava a independência do Auditor Externo, elemento esse primordial para a consideração da prestação desses serviços. Salvaguardado esse primeiro critério, o Conselho Fiscal entendeu autorizá-los em virtude de a sua prestação corresponder ao interesse da Sociedade, dada a experiência, especialização e qualidade do prestador nas matérias em apreço, a reconhecida qualidade dos serviços e o conhecimento das diversas áreas da Sociedade e do seu Grupo.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

	31.12.2020		31.12.2019	
<u>Pela Sociedade</u>				
Valor dos serviços de revisão de contas anuais (€)	2 650	1,9%	2 600	2,0%
<u>Por entidades que integram o Grupo</u>				
Valor dos serviços de revisão de contas anuais (€)	134 500	94,6%	127 800	98,0%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	5 000	3,5%	—	0,0%
<u>Total</u>				
Valor dos serviços de revisão de contas anuais (€)	137 200	96,5%	130 400	100,0%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	5 000	3,5%	—	0,0%
	<u>142 200</u>		<u>130 400</u>	

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade

As alterações estatutárias seguem os termos legais aplicáveis constantes, em particular do CSC, os quais exigem a maioria de dois terços dos votos emitidos para a aprovação dessa deliberação.

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade

Durante o exercício de 2021, foi nomeada pelo Conselho de Administração da ALTRI, sob proposta da Comissão Executiva, a Comissão de Ética ALTRI, que integra os seguintes membros:

- Administradores não executivos independentes (sendo um o Presidente da Comissão de Ética ALTRI)
- Membro do Conselho Fiscal
- Diretora Jurídica
- Diretora de Sustentabilidade
- Diretor de Pessoas, Talento & Comunicação

As competências da Comissão de Ética ALTRI incluem:

- Acompanhar a divulgação e o cumprimento do Código de Ética e de Conduta
- Assegurar o regular funcionamento dos mecanismos de comunicação de irregularidades que consubstanciem violações de natureza ética ou legal
- Apreciar as comunicações de irregularidades, por parte de qualquer colaborador, parceiro, fornecedor ou qualquer outro stakeholder e, quando aplicável, encaminhá-las para os órgãos competentes da ALTRI
- Esclarecer as questões que sejam submetidas a sua apreciação e que sejam da sua competência
- Emitir apreciações, recomendações e esclarecimentos sobre o Código de Ética e de Conduta, sempre que tal se revele necessário ou conveniente
- Propor a aprovação de alterações ao Código de Ética e de Conduta, sempre que tal se revele necessário ou conveniente
- Informar o Conselho de Administração sobre a atividade por si desenvolvida
- Fomentar a realização de ações de divulgação do Código de Ética e de Conduta

A nomeação da Comissão de Ética ALTRI reforça o compromisso da Sociedade com o cumprimento dos indicadores sociais e de governo corporativo, constituindo o respeito permanente pelos valores e princípios éticos da Sociedade um elemento fundamental da estrutura.

A ALTRI dispõe de um Código de Ética e de Conduta que reflete os princípios e as regras que deverão nortear as relações internas e externas estabelecidas entre todas as empresas do Grupo ALTRI com os seus *stakeholders* e tem como objetivo primordial orientar a conduta pessoal e profissional de todos os seus colaboradores, independentemente do cargo ou função que desempenhem, tendo por base princípios éticos comuns.

O Código de Ética e de Conduta foi amplamente divulgado a todos os Colaboradores e Parceiros e está publicado no *website* da Sociedade, (www.altri.pt) (separador “Investidores”, secção “Governance”).

O Código de Ética e de Conduta aplica-se a todos os colaboradores do Grupo ALTRI, incluindo membros de órgãos sociais de todas as empresas do Grupo, bem como – com as necessárias adaptações – aos mandatários, auditores externos, clientes, fornecedores e outras pessoas que lhes prestem serviços a qualquer título, seja permanente ou ocasionalmente.

Todos os Colaboradores do Grupo ALTRI devem orientar a sua conduta pelos seguintes princípios:

- Estrito cumprimento da lei, dos regulamentos, das recomendações e das disposições estatutárias, bem como das regras internas, das políticas e das linhas de orientação do Grupo ALTRI;
- Integridade, ética, transparência e honestidade na tomada das decisões;
- Cooperação e profissionalismo nas relações com os parceiros e com as comunidades locais em que cada empresa do Grupo ALTRI se insere;
- Condução dos negócios dentro de um quadro de lealdade, rigor e boa-fé no cumprimento dos objetivos do Grupo ALTRI;
- Elevada consciência da necessidade de tratamento confidencial de toda a informação que se produz ou à qual se tem acesso no exercício das funções;
- Tratamento diligente e parcimonioso de todos os instrumentos de trabalho ou bens das empresas do Grupo ALTRI, zelando pela sua proteção e pelo seu bom estado de conservação abstendo-se de qualquer utilização em benefício próprio.

O Conselho Fiscal é o órgão ao qual deverão ser dirigidas quaisquer comunicações de irregularidades, por parte de qualquer colaborador, parceiro, fornecedor ou qualquer outro *stakeholder*.

O Grupo ALTRI dispõe de um mecanismo específico para a comunicação de irregularidades que, de forma alinhada com os desígnios da Recomendação número I.2.4 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, consubstanciem violações de natureza ética ou legal com impacto significativo nos domínios da contabilidade, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro (*Whistleblowing*), que salvaguarda a confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que seja solicitada.

Se ao Conselho de Administração chegar algum pedido de esclarecimento ou manifestação de preocupação relacionado com o sistema de *Whistleblowing*, remetê-lo-á este órgão, de imediato, para o Conselho Fiscal.

O reporte ao Conselho Fiscal de qualquer irregularidade ou indício de irregularidade, deverá ser efetuado através de carta em envelope fechado com a menção da sua confidencialidade, para a seguinte morada: Rua Manuel Pinto de Azevedo, número 818, 4100-320 Porto. Só serão aceites e tratadas denúncias anónimas a título excecional.

Importa referir que, ao longo do exercício de 2020 não foram reportadas ao Conselho Fiscal da Sociedade quaisquer comunicações de irregularidades.

III. Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A gestão de risco, enquanto pedra basilar dos princípios de bom governo da sociedade, é uma área considerada fundamental na ALTRI, que promove a consciencialização permanente de todos os seus colaboradores, nos diferentes níveis da organização, inculcando-lhes tal responsabilidade em todas os processos de tomada de decisão.

A gestão de risco é levada a cabo numa lógica de criação de valor, com uma identificação clara das situações que constituem uma ameaça suscetível de afetar os objetivos do negócio.

A gestão ambiental, assente em critérios de sustentabilidade, e a Responsabilidade Social assumem um papel cada vez mais determinante no seio da organização, sendo que a gestão do risco é monitorizada, também nestas áreas, com cada vez maior acuidade.

A gestão de risco, apesar de não se consubstanciar num departamento formalmente constituído, está assegurada no Grupo ALTRI, ao nível de cada uma das direções, que estão suficiente e aprofundadamente conscientes da necessidade de identificação e quantificação do risco associado a todas as decisões, com critérios que lhes são comunicados e que lhes permitem ajuizar, de modo autónomo e em cada caso concreto, se o risco pode ser assumido pela direção ou se a decisão da sua assunção, desde logo por critérios de materialidade ou de exposição do Grupo, deve ser levada a Conselho de Administração da sociedade em causa, seja a ALTRI, seja qualquer uma das suas subsidiárias. Desta forma, as equipas operacionais do Grupo atuam tendo por base critérios claros de (i) níveis de assunção de risco e quem deverá tomar a decisão de os assumir ou não; (ii) identificação de formas de mitigação dos mesmos; (iii) autorresponsabilização, que se materializa numa maior necessidade de ponderação, na tomada das decisões.

A gestão de riscos é, assim, assegurada por todas as direções da ALTRI, com base na seguinte metodologia, que inclui várias etapas:

- Numa primeira fase são identificados e priorizados os riscos, internos e externos, que podem afetar de forma materialmente relevante a prossecução dos objetivos estratégicos do Grupo;
- Os responsáveis operacionais das várias direções do Grupo identificam os fatores de risco e eventos que podem afetar as operações e atividades da ALTRI, assim como eventuais processos e mecanismos de controlo;
- Adicionalmente, o impacto e a probabilidade de ocorrência de cada fator de risco são ponderados e, consoante o nível de exposição, é avaliada a necessidade de resposta ao risco; e
- As ações de mitigação de risco são acompanhadas e o nível de exposição aos fatores críticos é constantemente monitorizado.

Cabe ao Conselho de Administração decidir, a cada momento, qual o nível de exposição assumido pelo Grupo nas suas diferentes atividades e, sem prejuízo da delegação de funções e responsabilidades, definir limites globais de risco e assegurar que as políticas e procedimentos de gestão de risco são seguidos.

Na monitorização do processo de gestão de risco o Conselho de Administração, enquanto órgão responsável pela estratégia da ALTRI, tem o seguinte quadro de objetivos e responsabilidades:

- Conhecer os riscos mais significativos que afetam o Grupo;
- Assegurar a existência, no interior do Grupo, de níveis apropriados de conhecimento dos riscos que afetam as operações e forma de os gerir;
- Assegurar a divulgação da estratégia de gestão de risco a todos os níveis hierárquicos;
- Assegurar que o Grupo tem capacidade de minimizar a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos no negócio; e
- Assegurar que o processo de gestão de risco é adequado e que se mantém uma monitorização rigorosa dos riscos com maior probabilidade de ocorrência e impacto nas operações do Grupo;
- Assegurar uma comunicação permanente com o Conselho Fiscal, dando-lhe a conhecer o nível de exposição do risco assumido e solicitando, sempre que necessário, os pareceres deste órgão que considerar necessários à tomada de decisões conscientes e informadas, assegurando que os riscos identificados e as políticas definidas, são analisados sob as perspetivas multidisciplinares que norteiam a atuação do grupo.

As subsidiárias gerem os riscos, dentro dos critérios e delegações estabelecidos.

O Conselho Fiscal acompanha e fiscaliza, em permanência, o desempenho do grupo nesta matéria.

Com base nesta metodologia, a ALTRI tem vindo a concluir que tem conseguido garantir uma maior consciência e poderão na tomada das decisões em todos os níveis da organização, atendendo à responsabilidade inerente de cada *player* interno, o que contribui para que as pessoas se sintam mandatadas, verdadeiramente envolvidas e com uma participação ativa no desempenho da Sociedade.

A ALTRI, como já por diversas vezes referiu ao longo deste relatório, monitoriza, em permanência, a adequação do seu modelo também nesta matéria de gestão de risco, tendo concluído, até à data, que o mesmo se tem vindo a revelar totalmente adequado face à sua estrutura organizativa.

51. *Explicitação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade*

Cabe ao Conselho Fiscal avaliar o funcionamento dos mecanismos de gestão de risco, e é a este órgão que são reportados os procedimentos de controlo considerados adequados à respetiva mitigação. É, assim, responsabilidade deste órgão a supervisão das ações desencadeadas na Sociedade nestas matérias e a verificação periódica de que os riscos efetivamente incorridos pela Sociedade são consistentes com o definido pelo Conselho de Administração.

O Auditor Externo, no exercício das suas funções, verifica a adequação dos mecanismos e procedimentos em causa assegurando o reporte das suas conclusões ao Conselho Fiscal.

Ao Conselho de Administração cabe a responsabilidade de monitorizar tais mecanismos e procedimentos.

52. *Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos*

A gestão do risco é assegurada, na ALTRI, por todas as direções e unidades operacionais, nos termos amplamente descritos no ponto 51 *supra*. A ALTRI, como já por diversas vezes referiu também ao longo deste relatório, monitoriza, em permanência, a adequação do seu modelo também nesta matéria de gestão de risco, tendo concluído, até à data, que o mesmo se tem vindo a revelar totalmente adequado face à estrutura organizativa da Sociedade.

53. *Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade*

O Conselho de Administração considera que o Grupo se encontra exposto aos riscos normais decorrentes da sua atividade, nomeadamente ao nível das unidades operacionais. Destacam-se os seguintes fatores de risco financeiro, que se encontram detalhados e analisados no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas:

1. Risco de mercado:
 - 1.1 risco de taxa de juro;
 - 1.2 risco de taxa de câmbio;
 - 1.3 risco da variabilidade nos preços de *commodities*;
 - 1.4 riscos relacionados com a gestão florestal e produção de eucalipto.
2. Risco de liquidez;
3. Risco de crédito;
4. Risco de capital.

Para além dos riscos financeiros acima identificados, importa ter em consideração que o Grupo também se encontra exposto a riscos legais, fiscais e regulatórios.

Em relação a estes riscos específicos, a ALTRI, bem como o seu negócio, dispõem de assessoria legal, fiscal e regulatória permanente, que funciona em articulação com as áreas de negócio, assegurando, preventivamente, a proteção dos interesses do Grupo no cumprimento escrupuloso das disposições legais aplicáveis às áreas de negócio da Sociedade.

Esta assessoria é igualmente apoiada a nível nacional e internacional por prestadores de serviços externos que a ALTRI contrata de entre firmas de reconhecida reputação e de acordo com elevados critérios de competência, rigor e profissionalismo.

No entanto, a ALTRI e as suas participadas podem vir a ser afetadas, como quaisquer outras entidades, por alterações legislativas ocorridas tanto em Portugal como na União Europeia ou em outros países onde desenvolva sua atividade comercial. A ALTRI não controla, naturalmente, tais alterações que, caso ocorram, poderão ter um impacto adverso nos negócios do Grupo podendo, consequentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objetivos estratégicos. A política da ALTRI nesta matéria pauta-se por delegar na Direção Jurídica a monitorização permanente das alterações legislativas e de novos diplomas legais, estando informada nessa matéria e apta a dar resposta, em permanência, aos desafios que a materialização dos riscos legais, fiscais e regulatórios pode causar.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

Tal como descrito no ponto 52, o Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição das políticas estratégicas gerais do Grupo, incluindo a política de gestão de risco, encontrando-se devidamente suportado pelas equipas de gestão das subsidiárias, que asseguram não só a monitorização permanente, como o reporte, ao Conselho de Administração da ALTRI, das situações detetadas, no sentido de assegurar um controlo permanente e efetivo de risco.

O processo de identificação e avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos na ALTRI funciona do seguinte modo:

São identificados os riscos que o Grupo enfrenta no normal desempenho da sua atividade. Em relação a todos os riscos identificados com materialidade relevante, é medido o impacto no desempenho financeiro e no valor do Grupo. Posteriormente é feito um estudo comparativo do valor em risco com os custos dos instrumentos de cobertura, se disponíveis e, em consequência, é monitorizada a evolução dos riscos identificados e dos instrumentos de cobertura, o que decorre, mais ou menos, no respeito pela seguinte metodologia:

- Numa primeira fase são identificados e priorizados os riscos internos e externos que podem afetar de forma materialmente relevante a prossecução dos objetivos estratégicos do Grupo;
- Os responsáveis operacionais das várias unidades operacionais do Grupo identificam os fatores de risco e eventos que podem afetar as operações e atividades da ALTRI, assim como eventuais processos e mecanismos de controlo;
- Adicionalmente, o impacto e a probabilidade de ocorrência de cada fator de risco são ponderados e consoante o nível de exposição é avaliada a necessidade de resposta ao risco; e
- As ações de mitigação de risco são acompanhadas e o nível de exposição aos fatores críticos é constantemente monitorizado.

A Sociedade tem vindo a implementar estratégias adicionais de gestão de risco que visam garantir, essencialmente, que os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas permitem responder às expectativas dos órgãos de gestão, acionistas e demais *stakeholders*.

De entre essas estratégias destacam-se as seguintes:

- Os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas estão de acordo com todas as leis e regulamentos aplicáveis e são efetivamente aplicadas;
- A informação financeira e operacional é completa, fiável, segura e reportada periódica e atempadamente;
- Os recursos da ALTRI são usados de forma eficiente e racional; e

O valor para o acionista é maximizado e a gestão operacional adota as medidas necessárias para corrigir aspetos reportados.

Decorrido que esteja todo este processo, a decisão, nesta matéria, cabe ao Conselho de Administração, na sua qualidade de órgão executivo atuando nos termos que considerar que, em cada momento, melhor asseguram os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

Quanto ao controlo de risco no processo de divulgação de informação financeira apenas um número muito restrito de colaboradores da ALTRI está envolvido no processo de divulgação de informação financeira.

Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade são considerados como tendo acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação.

As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

O sistema de controlo interno nas áreas da contabilidade e preparação e divulgação de informação financeira assenta nos seguintes elementos chave:

- A utilização de princípios contabilísticos, detalhados ao longo das notas às demonstrações financeiras, constitui uma das bases do sistema de controlo;
- Os planos, procedimentos e registos da Sociedade e suas subsidiárias permitem uma garantia razoável de que apenas são registadas transações devidamente autorizadas e que essas transações são registadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades operacionais, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um calendário de encerramento de contas e partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos em profundidade;
- Ao nível das demonstrações financeiras individuais das várias empresas do Grupo, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelos serviços administrativos e contabilísticos. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos técnicos oficiais de contas e revistas pela direção financeira de cada subsidiária. Depois da aprovação as demonstrações financeiras são enviadas para o Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pela equipa de consolidação. Este processo constitui um elemento adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente, garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos e dos procedimentos de corte de operações assim como a verificação dos saldos e transações entre empresas do Grupo;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas sob a supervisão da direção financeira. Os documentos que constituem o relatório anual são enviados para revisão e aprovação do Conselho de Administração. Depois da aprovação, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria; e
- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e o Relatório de Gestão é coordenado pelo Conselho de Administração e supervisionado pelo Conselho Fiscal. Trimestralmente, estes órgãos analisam as demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade.

No que se refere aos fatores de risco que podem afetar materialmente o reporte contabilístico e financeiro, salientamos a utilização de estimativas contabilísticas que têm por base a melhor

informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras bem como o conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes. Salientamos igualmente os saldos e as transações com partes relacionadas: no Grupo ALTRI os saldos e transações com entidades relacionadas referem-se essencialmente às atividades operacionais correntes das empresas do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos remunerados a taxas de mercado.

O Conselho de Administração analisa e supervisiona regularmente a elaboração e divulgação da informação financeira, em articulação com o Conselho Fiscal, no sentido de obviar o acesso, indevido e extemporâneo, de terceiros, à informação relevante.

IV. Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

Em observância das disposições legais aplicáveis, bem como dos regulamentos da CMVM nesta matéria, a ALTRI assegura, sempre em primeira mão, a divulgação aos seus acionistas e ao mercado em geral, de todas as informações relativas ao negócio das empresas do grupo que se enquadram no conceito de informação privilegiada. Desta forma a ALTRI tem vindo a assegurar, de forma permanente e tempestiva, a divulgação de informação aos seus acionistas e ao mercado em geral, no preciso momento em que a mesma assume a natureza de informação privilegiada.

A Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor do qual fazem parte, o Representante para as Relações com o Mercado e o *Investor Relations*.

Os contactos com vista à obtenção de informações por parte de investidores poderão ser efetuados pelas seguintes vias:

Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818
4100-320 Porto
Tel: + 351 22 834 65 02
Fax: + 351 22 834 65 03
Email: investor.relations@altri.pt

Através da sua página oficial na Internet (www.altri.pt), a ALTRI disponibiliza informação financeira relativamente à sua atividade individual e consolidada, bem como das suas subsidiárias. Este *website* é igualmente utilizado pela empresa para divulgação de comunicados previamente divulgados no Sistema de Difusão de Informação da CMVM e posterior e eventualmente efetuados à imprensa, com indicação sobre quaisquer factos relevantes para a vida societária. Nesta página encontram-se igualmente disponíveis os documentos de prestação de contas do Grupo para os últimos exercícios. A generalidade da informação é disponibilizada pela Sociedade em português e inglês.

57. Representante para as relações com o mercado

As funções de representante para as relações com o mercado são desempenhadas por Miguel Valente e as funções de *Investor Relations* por Ricardo Mendes Ferreira.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores

Sempre que necessário, o Representante para as Relações com o Mercado assegura a prestação de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos materialmente relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público. Todas as informações solicitadas por parte dos investidores são analisadas e respondidas num prazo máximo de cinco dias úteis.

V. Sítio de Internet

59. Endereço(s)

A ALTRI tem disponível uma página na Internet com a informação sobre a Sociedade e o Grupo. O endereço é www.altri.pt.

60. *Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais*

www.altri.pt \ acerca \ acerca da altri

61. *Local onde se encontram os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões*

www.altri.pt \ investidores \ governance \ estatutos
www.altri.pt \ investidores \ governance

62. *Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso*

www.altri.pt \ acerca \ equipa de gestão
www.altri.pt \ investidores \ apoio do accionista

Nesta página é ainda prestada informação sobre o número de reuniões realizadas pelos vários órgãos sociais e pela Comissão de Remunerações.

63. *Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais*

www.altri.pt \ investidores \ relatórios e apresentações
www.altri.pt \ investidores \ calendário financeiro

64. *Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada*

www.altri.pt \ investidores \ assembleias gerais

65. *Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes*

www.altri.pt \ investidores \ assembleias gerais

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

66. *Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais*

A Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais em representação dos acionistas, de acordo com a declaração sobre a política de remuneração aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral.

II. Comissão de remunerações

67. *Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores*

A ALTRI tem, atualmente, definida uma Comissão de Remunerações, eleita em assembleia geral de acionistas para integrar um mandato de três anos, com início em 2020 e termo em 2022, e cuja composição é a seguinte:

- João da Silva Natária – Presidente
- Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa - Vogal
- André Seabra Ferreira Pinto– Vogal

Todos os membros da Comissão de Remunerações são independentes em relação aos membros do Conselho de Administração e a qualquer outro grupo de interesse.

Quanto à identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para prestar apoio a esta Comissão, importa referir que cabe nas suas atribuições a autonomia de, a *expensas* da Sociedade e em observância de critérios de razoabilidade no que a esta matéria diz respeito, contratar prestadores de serviços externos que, com independência, possam levar a cabo avaliações, estudos e à elaboração de relatórios que possam coadjuvar aquela comissão no exercício pleno e cabal das suas funções, nos termos melhor explicitados no ponto 68 *infra*.

Esta comissão deve apoiar-se em estudos de *benchmarking* em matéria política retributiva, assegurando que a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais estão alinhadas com as melhores práticas em uso em empresas de igual relevo e dimensão.

Em 2020 não considerou esta comissão necessária a contratação de quaisquer pessoas ou entidades para apoiar as suas tomadas de decisão.

68. *Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações*

A experiência e as qualificações profissionais dos membros da Comissão de Remunerações estão espelhados nos currículos disponíveis no *website* da Sociedade em www.altri.pt, separador “Investidores”, Secção “Investidores/Assembleias Gerais/2020/Anexos: Currículos”, os quais foram disponibilizados a propósito da respetiva eleição, na Assembleia Geral Anual de 2020 e que aí permanecem nos termos legais aplicáveis.

A ALTRI considera que a experiência e percurso profissionais dos membros que integram a Comissão de Remunerações são plenamente adequados ao exercício das funções que lhe estão cometidas, permitindo-lhes exercê-las com o rigor e com a eficácia que se exige. Sem prejuízo das qualificações

dos demais membros, faz sentido destacar o Dr. João da Silva Natária, pela elevada experiência e conhecimentos específicos de que dispõe em matéria de avaliação e de política remuneratória.

Adicionalmente, e em complemento do que já se referiu no ponto 67 *supra*, sempre que tal se revela necessário, aquela comissão recorre a recursos especializados, internos ou externos, para suportar as suas deliberações.

Nessas situações, a Comissão de Remunerações decide livremente a contratação, pela ALTRI, dos serviços de consultadoria considerados necessários ou convenientes, tendo o cuidado de assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à ALTRI ou às suas subsidiárias, sem autorização expressa da Comissão de Remunerações.

III. Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho

Tal como estipulado na Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, é submetida anualmente à apreciação da assembleia geral uma Declaração Sobre a Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização.

A Política de Remuneração e Compensação dos órgãos sociais da ALTRI, aprovada na Assembleia Geral de 30 de abril de 2020, obedece aos seguintes princípios:

1. PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ALTRI

A Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da ALTRI assenta no pressuposto de que a competência, a dedicação, a disponibilidade e a performance são os elementos determinantes de um bom desempenho, e que só com um bom desempenho é possível assegurar o necessário alinhamento com os interesses da sociedade e dos seus acionistas.

Tendo em vista o interesse, a cultura e a estratégia de longo prazo da Sociedade, a Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da ALTRI visa:

- Atrair e reter os melhores profissionais para as funções a desempenhar, proporcionando as necessárias condições de estabilidade no exercício das funções;
- Premiar o desempenho, mediante uma remuneração adequada aos mecanismos de defesa dos interesses dos Acionistas, desincentivando a assunção excessiva de riscos, ao prever mecanismos de diferimento da remuneração variável;
- Premiar o foco na melhoria contínua, na produtividade e na criação de valor de longo prazo para os acionistas;
- Premiar a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética de atividades relevantes da Sociedade.

A Política está assente em critérios que visam a sustentabilidade da Sociedade, está alinhada com o benchmarking comparável e, cumprindo os requisitos legais, assenta nos seguintes vetores:

Natureza das funções desempenhadas

As funções desempenhadas e as responsabilidades assumidas por cada membro são, necessariamente, tidas em consideração na definição da remuneração. Não estão na mesma posição todos os membros entre si o que impõe uma definição cuidadosamente casuística. Na avaliação do

nível de responsabilidade deve-se considerar o tempo de dedicação, a exigência imposta pelas áreas sob a sua supervisão e as funções desempenhadas nas subsidiárias.

A situação económica da Sociedade

A definição das remunerações tem que ser compatível com a dimensão e capacidade económica da Sociedade, não deixando de se assegurar a adequada e justa remuneração.

Critérios de mercado

A observância de regras de mercado é essencial para retribuir adequadamente, em condições de mercado, a atividade desenvolvida e os resultados obtidos.

2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A remuneração global fixa do Conselho de Administração, nela se incluindo a remuneração que as sociedades participadas paguem aos membros que integrem o Conselho de Administração, não pode exceder os 3.500.000 Euros por ano.

2.1. Administradores Não Executivos

A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração corresponde a uma retribuição mensal fixa, cujo montante é determinado pela Comissão de Remunerações, tendo carácter exclusivamente fixo.

Em linha com as práticas de mercado, a remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração pode ser diferenciada pelas especiais funções de representação da Sociedade que a cada um poderá ser acometida.

Os administradores não executivos, em função da experiência adquirida ao longo dos anos em funções executivas e do profundo conhecimento e know-how dos negócios da Sociedade que lhes sejam reconhecidos, podem ainda auferir uma remuneração diferenciada em resultado da assunção de funções em comissões de acompanhamento dos negócios, que podem vir a existir no seio do Conselho de Administração.

2.2. Administração executiva

A remuneração dos Administradores Executivos da ALTRI integra duas componentes:

- Componente fixa, valor pago mensalmente.
- Componente variável, que inclui um prémio variável de curto prazo (pago anualmente), e um prémio variável de médio prazo (pago após um diferimento de 3 anos).

Os critérios de fixação da remuneração variável (de curto prazo e de médio prazo) visam recompensar os administradores executivos pelo cumprimento dos objetivos pré-determinados, quer relativos à Sociedade, quer relativas ao desempenho individual do administrador e ainda relativos às equipas de trabalho que estão sob a responsabilidade de cada um.

O prémio variável de curto prazo não pode ser superior à remuneração fixa anual e é pago no primeiro semestre do ano seguinte ao ano a que diz respeito, após o apuramento das contas do exercício correspondentes ao exercício.

O prémio variável de longo prazo não pode ser superior à soma da remuneração anual mais prémio variável de curto prazo, e destina-se a alinhar de forma mais vinculada os interesses dos administradores executivos com os dos acionistas, visando aumentar a consciencialização sobre a importância do respetivo desempenho para o sucesso global da Sociedade e será calculada cobrindo o período correspondente a um mandato, tendo como base:

- Retorno total para o acionista (valorização de ação mais dividendo distribuído);
- Somatório dos resultados líquidos consolidados dos 3 anos (2020 a 2022);
- Evolução dos negócios da sociedade.

3. CONSELHO FISCAL

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será baseada em valores anuais fixos, em níveis considerados adequados para funções similares.

4. ASSEMBLEIA GERAL

A remuneração da mesa da Assembleia Geral será exclusivamente fixa e seguirá as práticas de mercado.

5. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas terá uma remuneração fixa adequada ao exercício das suas funções e de acordo com a prática do mercado, sob a supervisão do Conselho Fiscal.

6. NÚMERO DE AÇÕES E OPÇÕES CONCEDIDAS

Não se encontra em vigor nem está prevista qualquer forma de remuneração em que haja lugar à atribuição de ações ou opções, ou qualquer outro sistema de incentivos em ações ou opções.

7. COMPENSAÇÃO PELA CESSAÇÃO DE FUNÇÕES ANTES OU NO TERMO DOS RESPECTIVOS MANDATOS E RESTITUIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

Em caso de cessação antecipada do termo do mandato dos membros do Conselho de Administração, genericamente, não existem condições compensatórias adicionais às legalmente estabelecidas, exceto no caso de existência de contrato de administração que, sobre esta matéria, posso contemplar condições particulares.

Não existem na Sociedade mecanismos que prevejam a possibilidade de solicitar a restituição, a administradores, de remuneração variável.

Não foram pagas, em 2020, quaisquer indemnizações a ex-membros do Conselho de Administração, ou membros dos demais órgãos sociais, por cessação das suas funções

8. ABRANGÊNCIA DOS PRINCÍPIOS

Os princípios a que obedecem as políticas de remuneração e compensação constantes da presente declaração abrangem não só o conjunto das remunerações pagas pela ALTRI, SGPS, S.A. mas também as remunerações que aos seus membros do Conselho de Administração sejam pagas por sociedades por ela direta ou indiretamente controladas.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos

A política de remuneração dos administradores executivos visa assegurar uma contrapartida adequada e rigorosa do desempenho e contribuição de cada administrador para o sucesso da organização, alinhando os interesses dos administradores executivos com os dos acionistas e da Sociedade. Adicionalmente, a política de remuneração prevê uma componente variável de médio prazo, indexada ao desempenho da Sociedade, destinada a alinhar de forma mais vinculada os

interesses dos administradores executivos com os dos Acionistas e com os interesses de longo prazo da Sociedade.

As propostas de remuneração dos administradores executivos são elaboradas tendo em conta: *(i)* as funções desempenhadas na ALTRI e nas diferentes subsidiárias; *(ii)* a responsabilidade e o valor acrescentado pelo desempenho individual; *(iii)* o conhecimento e a experiência acumulada no exercício da função; *(iv)* a situação económica da Empresa; *(v)* a remuneração auferida em empresas do mesmo setor e noutras sociedades cotadas na *Euronext Lisbon*. Em relação a este último aspeto, a Comissão de Remunerações tem em consideração, nos limites da informação acessível, todas as sociedades nacionais de dimensão equivalente, designadamente cotadas na *Euronext Lisbon*, e também sociedades de outros mercados internacionais com características equivalentes às da ALTRI.

71. Referência à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Na Assembleia Geral de 30 de abril de 2020 foi aprovada a política de remunerações conforme detalhado no ponto 69 *supra*, a qual prevê uma componente variável de curto prazo e de médio prazo.

Não estão previstos mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que coloquem em causa a razão de ser da remuneração variável. Contudo, a Comissão de Remunerações tem em conta estes fatores nos critérios de determinação da remuneração variável.

A Sociedade não celebrou quaisquer contratos com membros do Conselho de Administração que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração, nem tem conhecimento de que existam contratos idênticos celebrados com terceiros.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

Não existe atualmente qualquer remuneração variável cujo pagamento tenha sido diferido no tempo.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações

A ALTRI não tem em vigor nem está prevista qualquer forma de remuneração em que haja lugar à atribuição de ações ou qualquer outro sistema de incentivos em ações.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções

A ALTRI não tem em vigor nem está prevista qualquer forma de remuneração em que haja lugar à atribuição de direitos sobre opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

A ALTRI não tem qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários para além da remuneração variável, nos termos descritos *supra*.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais

A ALTRI não tem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os membros dos órgãos de administração e fiscalização.

Importa referir a este propósito que a administradora Laurentina Martins beneficia de uma pensão que lhe foi atribuída por efeito da cessação de funções enquanto colaboradora da subsidiária Caima –

Indústria de Celulose, S.A. nos termos *standard* em vigor no Plano de Pensões daquela Sociedade. As funções de colaboradora naquela sociedade cessaram em 30 de setembro de 2012.

Deve, assim, esclarecer-se que a pensão auferida, não é mais do que um direito adquirido pelo vínculo laboral estabelecido com aquela subsidiária e é independente do exercício das funções de administração na ALTRI, ou seja, ainda que cessasse as funções na ALTRI e independentemente da razão dessa cessação, o direito ao recebimento de tal pensão sempre estaria assegurado. Significa isto que a sua independência não é afetada, de nenhuma forma, a este título.

Importa ainda referir, a este propósito, que durante o exercício de 2020, não foi efetuada, por aquela administradora em observância das regras inerentes ao plano, qualquer contribuição para o referido fundo, tendo, no entanto, recebido, durante o referido exercício, a quantia de 33.705 Euros, a título de pensão de reforma por velhice.

Para informação mais detalhada sobre o Plano de Pensões aqui referido, deverá consultar-se a nota 30 a) do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020.

IV. Divulgação das remunerações

77. *Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem*

As remunerações auferidas pelos membros não executivos do Conselho de Administração da ALTRI durante o ano de 2020, no exercício das suas funções, incluíram apenas remunerações fixas e foram pagas diretamente pela ALTRI, SGPS, S.A. e não por qualquer uma das suas subsidiárias. O montante ascendeu a 1.881.246,70 Euros, repartido como segue: Paulo Fernandes – 490.310 Euros; João Borges de Oliveira – 490.310 Euros; Domingos Matos – 282.500 Euros; Pedro Borges de Oliveira – 282.500 Euros; Ana Mendonça – 109.900 Euros; Alberto Castro – 56.000 Euros; Laurentina Martins – 60.000 Euros; Maria do Carmo Oliveira – 40.000 Euros; Paula Pimentel – 40.000 Euros; José Archer – 29 726,70 Euros.

78. *Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum*

As remunerações auferidas pelos membros executivos do Conselho de Administração da ALTRI durante o ano de 2020, no exercício das suas funções, incluíram remunerações fixas e variáveis e foram pagas por subsidiárias da ALTRI, SGPS, S.A.. O montante ascendeu a 1.306.000 Euros repartido como segue: José Pina – 630.000 Euros; José Nogueira dos Santos – 338.000 Euros; Carlos Van Zeller e Silva – 338.000 Euros.

79. *Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos*

Durante o exercício não foram pagas quaisquer remunerações a título de participação nos lucros ou sob a forma de prémios.

80. *Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício*

Durante o exercício não foram pagos nem são devidos quaisquer montantes relativos a indemnizações a administradores cujas funções tenham cessado.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo baseado na dimensão da ALTRI e nas práticas correntes de mercado em sociedade de igual relevo e dimensão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a remuneração dos membros do Conselho Fiscal ascendeu a 31.620 Euros distribuída como segue: Pedro Pessanha – 15.000 Euros; António Pinho – 8.310 Euros; Ana Paula Pinho – 5.540 Euros; Guilherme Monteiro – 2.770 Euros.

A remuneração auferida pelo revisor oficial de contas encontra-se descrita no ponto 47 *supra*.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

A remuneração do presidente da mesa da assembleia-geral relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ascendeu a 3.500 Euros e a remuneração da secretária da mesa ascendeu a 1.500 Euros.

V. Acordos com implicações remuneratórias**83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração**

A política de remunerações mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de funções antecipada ou no termo do respetivo mandato, sem prejuízo do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração ou outros dirigentes da ALTRI, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do CVM, que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade. Não se encontram igualmente previstos acordos com os administradores no sentido de assegurar qualquer compensação em caso de não recondução no mandato.

VI. Planos de atribuição de acções ou opções sobre acções ('stock options')**85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários**

A ALTRI não possui qualquer plano de atribuição de ações ou de opções sobre ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

86. Caracterização do plano

A ALTRI não possui qualquer plano de atribuição de ações ou de opções sobre ações de aquisição de ações.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não existem quaisquer direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da Sociedade.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes

Não aplicável conforme exposto acima.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, quando existem, e quando assumem uma relevância material, cumprem todas as exigências legais, nomeadamente, a obtenção prévia de parecer favorável do órgão de fiscalização da Sociedade.

O órgão de fiscalização da Sociedade tem acesso aos termos da potencial operação a realizar, com um nível rigoroso de detalhe, podendo ainda solicitar todos os esclarecimentos e informações adicionais que considere adequados ou necessários.

O seu parecer é, naturalmente, vinculativo.

Por outro lado, a Sociedade pauta a sua atuação, em todos os domínios e em especial neste, por critérios de rigor e transparência.

A Sociedade aprovou, por deliberação do Conselho de Administração do dia 19 de novembro de 2020, após parecer prévio favorável do Conselho Fiscal do dia 18 de novembro de 2020, o Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses, e que se encontra disponível no sítio da Sociedade (<http://www.altri.pt/pt/investors/governance>)

Importa ainda referir que o Conselho de Administração presta, pelo menos trimestralmente, ao Conselho Fiscal todas as informações que este solicite, incluindo o reporte sobre transações com partes relacionadas, nunca tendo estado em causa a realização de qualquer transação que pudesse pôr em causa o rigor e a transparência que pauta a atuação da Sociedade, sem que tivesse sido observado o procedimento de solicitação de parecer prévio ao Conselho Fiscal.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

No exercício de 2020 não foram realizados quaisquer negócios ou transações relevantes entre a Sociedade e os titulares de participações qualificadas, e que tenham sido objeto de notificação à Sociedade.

Refira-se, adicionalmente, que não se concretizaram quaisquer negócios ou transações com membros do Conselho Fiscal.

As transações levadas a cabo pela Sociedade com sociedades em relação de domínio ou de Grupo não assumem materialidade digna de registo, tendo, no entanto, sido efetuadas em condições normais de mercado e, sendo todas elas enquadráveis da atividade corrente da Sociedade, não merecem ser alvo de divulgação separada.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação

As transações com administradores da ALTRI ou com sociedades que consigo estejam em relação de domínio ou de Grupo e em que um dos intervenientes seja administrador, independentemente do montante, estão sempre sujeitas à autorização prévia do Conselho de Administração, no pressuposto de que tenha sido emitido parecer favorável do órgão de fiscalização, nos termos prescritos pelo artigo 397.º do CSC.

As transações com partes relacionadas, quando existem, e quando assumem uma relevância material, cumprem todas as exigências legais, nomeadamente, a obtenção prévia de parecer favorável do órgão de fiscalização da Sociedade.

Em 2020 o Conselho Fiscal não foi chamado a emitir parecer a este propósito.

II. Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

A informação sobre os negócios com partes relacionadas pode ser consultada na nota 32 do Anexo às Contas Consolidadas e na nota 20 do Anexo às contas separadas da Sociedade.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

O presente relatório de governo da sociedade apresenta a descrição da estrutura de governo societário vigente na ALTRI, apresentando ainda as políticas e as práticas cuja adoção, na vigência de tal modelo, se revelam necessárias e adequadas para garantir uma governação alinhada com as melhores práticas nesta matéria.

A avaliação apresentada cumpre as exigências legais do artigo 245.º-A do CVM bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, o grau de observância das Recomendações do IPCG integradas no Código de Governo das Sociedades do IPCG, uma vez ser este o Código de Governo da Sociedade adotado pela Sociedade.

São igualmente cumpridos os deveres de informação exigidos pela Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, assim como pelo artigo 447.º do CSC, pelo Regulamento da CMVM n.º 5/2008, de 2 de Outubro de 2008, e pelo Regulamento (UE) n.º 596/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril.

Todas as disposições legais mencionadas no presente Relatório e as Recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG, poderão ser consultadas em www.cmvm.pt e https://emitentes.pt/wp-content/uploads/2020/09/REVISAO_codigo_pt_2018_ebook.pdf, respetivamente.

Este Relatório deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas relativas ao exercício social de 2020, bem como com o Relatório de Sustentabilidade que dá cumprimento ao disposto no artigo 66.º-B do CSC, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

A ALTRI tem vindo a incentivar e a promover todas as ações tendentes à adoção das melhores práticas de *Corporate Governance*, pautando a sua política por elevados padrões éticos de responsabilidade social, ambiental e com decisões cada vez mais assentes em critérios de sustentabilidade.

A gestão integrada e eficaz do Grupo é um desígnio do Conselho de Administração da ALTRI que, estimulando a transparência no relacionamento com os investidores e com o mercado, tem pautado o seu desempenho pela busca permanente da criação de valor, na promoção dos legítimos interesses dos acionistas, dos colaboradores da Sociedade e demais *Stakeholders*.

Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 245.º-A do CVM, elencam-se, de seguida as Recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG a cujo cumprimento a Sociedade se propôs.

Recomendações	Cumprimento	O
capítulo I — Parte Geral		
Princípio geral: <i>O governo societário deve promover e potenciar o desempenho das sociedades, bem como do mercado de capitais, e sedimentar a confiança dos investidores, dos trabalhadores e do público em geral na qualidade e transparência da administração e da fiscalização e no desenvolvimento sustentado das sociedades.</i>		
I.1. Relação da sociedade com investidores e informação		
Princípio: <i>As sociedades e, em particular, os seus administradores devem tratar de forma equitativa os acionistas e restantes investidores, assegurando designadamente mecanismos e procedimentos para o adequado tratamento e divulgação da informação</i>		
Recomendação		
I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral	Adotada	Parte 1, pontos 21, 22, 38, 59 a 65
I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade		
Princípios:		
I.2.A As sociedades asseguram a diversidade na composição dos respetivos órgãos de governo e a adoção de critérios de mérito individual nos respetivos processos de designação, os quais são da exclusiva competência dos acionistas		
I.2.B As sociedades devem ser dotadas de estruturas decisórias claras e transparentes e assegurar a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões		
I.2.C As sociedades asseguram que o funcionamento dos seus órgãos e comissões é devidamente registado, designadamente em atas, que permitam conhecer não só o sentido das decisões tomadas, mas também os seus fundamentos e as opiniões expressas pelos seus membros		
Recomendações		
I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição	Adotada	Parte 1, pontos 16, 19, 26, 33 e 36
I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas das respetivas reuniões	Adotada	Parte 1, pontos 22, 27, 29, 34 e 61
I.2.3. A composição e o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade	Adotada	Parte 1, ponto 61

I.2.4. Deve ser adotada uma política de comunicação de irregularidades (<i>whistleblowing</i>) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que esta seja solicitada	Adotada	Parte 1, ponto 38 e 49
I.3. Relação entre órgãos da sociedade		
Princípio: <i>Os membros dos órgãos sociais, mormente os administradores, deverão criar as condições para que, na medida das responsabilidades de cada órgão, seja assegurada a tomada de medidas ponderadas e eficientes e, de igual modo, para que os vários órgãos da sociedade atuem de forma harmoniosa, articulada e com a informação adequada ao exercício das respetivas funções</i>		
Recomendações		
I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos	Adotada	Parte 1, ponto 18, 38 e 61
I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões	Adotada	Parte 1, pontos 18, 23, 28, 38
I.4. Conflitos de interesses		
Princípio: <i>Deve ser prevenida a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade. Deve garantir-se que o membro em conflito não interfere no processo de decisão</i>		
Recomendações		
I.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social	Adotada	Parte 1, ponto 20
I.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem	Adotada	Parte 1, ponto 20
I.5. Transações com partes relacionadas		
Princípio: <i>Pelos potenciais riscos que comportam, as transações com partes relacionadas devem ser justificadas pelo interesse da sociedade e realizadas em condições de mercado, sujeitando-se a princípios de transparência e a adequada fiscalização</i>		
Recomendações		

I.5.1. O órgão de administração deve divulgar, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas	Adotada	Parte 1, ponto 89
I.5.2. O órgão de administração deve comunicar ao órgão de fiscalização os resultados do procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas, incluindo as transações objeto de análise, com periodicidade pelo menos semestral	Adotada	Parte 1, ponto 89
Capítulo II — Acionistas e Assembleia Geral		
Princípios:		
II.A O adequado envolvimento dos acionistas no governo societário constitui um fator positivo de governo societário, enquanto instrumento para o funcionamento eficiente da sociedade e para a realização do fim social		
II.B A sociedade deve promover a participação pessoal dos acionistas nas reuniões da Assembleia Geral, enquanto espaço de comunicação dos acionistas com os órgãos e comissões societários e de reflexão sobre a sociedade.		
II.C A sociedade deve implementar meios adequados para a participação e o voto à distância dos acionistas na assembleia		
Recomendações		
II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto	Adotada	Parte 1, ponto 12
II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei	Adotada	Parte 1, ponto 14
II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão	Parcialmente Adotada	Parte 1, ponto 12 clarificação sobre recomendação parcialmente adotada <i>infra</i>
II.4. A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica	Parcialmente Adotada	Parte 1, ponto 12 clarificação sobre recomendação parcialmente adotada <i>infra</i>
II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária — sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal — e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione	Recomendação não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável <i>infra</i>
II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores	Adotada	Parte 1, pontos 4 e 84
Capítulo III — Administração Não Executiva e Fiscalização		

Princípios:

III.A Os membros de órgãos sociais com funções de administração não executiva e de fiscalização devem exercer, de modo efetivo e criterioso, uma função fiscalizadora e de desafio à gestão executiva para a plena realização do fim social, devendo tal atuação ser complementada por comissões em áreas centrais do governo da sociedade

III.B A composição do órgão de fiscalização e o conjunto dos administradores não executivos devem proporcionar à sociedade uma equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais

III.C. O órgão de fiscalização deve desenvolver uma fiscalização permanente da administração da sociedade, também numa perspetiva preventiva, acompanhando a atividade da sociedade e, em particular, as decisões de fundamental importância para a sociedade

Recomendações

III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.	Não adotada	Clarificação sobre recomendação não adotada <i>infra</i>
III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação	Adotada	Parte 1, ponto 18
III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos	Adotada	Parte 1, ponto 18

III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço, mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: <ul style="list-style-type: none">a. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;b. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;c. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;d. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;e. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;f. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas	Adotada	Parte 1, ponto 18
III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>).	Recomendação não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável <i>infra</i>
III.6. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração	Adotada	Parte 1, pontos 15 e 38
III.7. As sociedades devem dispor de comissões especializadas em matéria de governo societário, nomeações e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399º do Código das Sociedades Comerciais, e de tal não ser proibido por lei, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão de competência nas referidas matérias	Adotada	Parte 1, Pontos 27 e 29
Capítulo IV — Administração Executiva		
Princípios:		
IV.A Como forma de aumentar a eficiência e a qualidade do desempenho do órgão de administração e o adequado fluxo de informação para este órgão, a gestão corrente da sociedade deve pertencer a administradores executivos com as qualificações, competências e a experiência adequadas à função. À administração executiva compete gerir a sociedade, prosseguindo os objetivos da sociedade e visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável		

IV.B Na determinação do número de administradores executivos, devem ser ponderados, além dos custos e da desejável agilidade de funcionamento da administração executiva, a dimensão da empresa, a complexidade da sua atividade e a sua dispersão geográfica.

Recomendações

IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo	Adotada	Clarificação sobre recomendação adotada <i>infra</i>
IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais	Adotada	Parte 1, pontos 21 e 28
IV.3. No relatório anual, o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral	Adotada	Parte 1, ponto 21, 50 e 54

Capítulo V — Avaliação de Desempenho, Remunerações e Nomeações

V.1 Avaliação anual de desempenho

Princípio:

A sociedade deve promover a avaliação do desempenho do órgão executivo e dos seus membros individualmente e ainda do desempenho global do órgão de administração e das comissões especializadas constituídas no seu seio

Recomendações

V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores executivos, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade	Adotada	Clarificação sobre recomendação adotada <i>infra</i>
--	----------------	--

V.2 Remunerações

Princípio:

V.2.A A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair, a um custo economicamente justificável pela sua situação, profissionais qualificados, induzir o alinhamento de interesses com os dos acionistas — tomando em consideração a riqueza efetivamente criada pela sociedade, a situação económica e a do mercado — e constituir um fator de desenvolvimento de uma cultura de profissionalização, de sustentabilidade, de promoção do mérito e de transparência na sociedade

V.2.B Os administradores devem receber uma remuneração:

- que retribua adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade;
- que garanta uma atuação alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e promova a atuação sustentável da sociedade; e
- que premeie o desempenho.

Recomendações

V.2.1. A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais	Adotada	Parte 1, pontos 66, 67 e 68
---	----------------	-----------------------------

V.2.2. A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão	Adotada	Parte 1, pontos 66, 67 e 68
V.2.3. Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações	Recomendação não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável <i>infra</i>
V.2.4 A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas	Adotada	Parte 1, ponto 24
V.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções	Adotada	Parte 1, ponto 67
V.2.6. A comissão de remunerações deve assegurar que aqueles serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da comissão	Adotada	Parte 1, ponto 67
V.2.7. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos	Adotada	Parte 1, pontos 69 a 76
V.2.8. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade	Adotada	Parte 1, ponto 69
V.2.9. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos	Recomendação não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável <i>infra</i>
V.2.10. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor	Adotada	Clarificação sobre recomendação adotada <i>infra</i>
V.3 Nomeações		
Princípio:		
<i>Independentemente do modo de designação, o perfil, conhecimentos e currículo dos membros dos órgãos sociais e dos quadros dirigentes devem adequar-se à função a desempenhar</i>		
Recomendações		

V.3.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato	Adotada	Parte 1, pontos 16, 19, 22, 29, 31 e 33
V.3.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações	Recomendação não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável <i>infra</i>
V.3.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes	Recomendação não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável <i>infra</i>
V.3.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género	Recomendação não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável <i>infra</i>
Capítulo VI — Controlo Interno		
Princípio:		
<i>Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade deverá instituir um sistema de gestão e controlo de risco e de auditoria interna que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida</i>		
Recomendações		
VI.1. O órgão de administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a fixação de limites em matéria de assunção de riscos	Adotada	Parte 1, pontos 21, 51 a 54
VI.2. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração	Adotada	Parte 1, ponto 51
VI.3. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários	Adotada	Parte 1, pontos 27, 29, 38 e 50 a 55
VI.4. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotada	Parte 1, pontos 37, 38 e 50
VI.5. O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades	Adotada	Parte 1, pontos 37, 38 e 50

VI.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento	Adotada	Parte 1, pontos 50 a 55
VI.7. A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido	Adotada	Parte 1, pontos 38 e 50 a 55
Capítulo VII — Informação Financeira		
VII.1 Informação Financeira		
Princípios:		
VII.A. O órgão de fiscalização deve, com independência e de forma diligente, assegurar-se de que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro, para a gestão de riscos, para o controlo interno e para a auditoria interna		
VII.B. O órgão de fiscalização deve promover uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas		
Recomendações		
VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada	Adotada	parte 1, pontos 34 e 38
VII.2 Revisão Legal de Contas e Fiscalização		
Princípio:		
<i>Cabe ao órgão de fiscalização estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre o relacionamento da sociedade com o revisor oficial de contas e a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem</i>		
Recomendações		
VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.	Adotada	parte 1, pontos 34, 37, 38 e 42 a 47
VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços	Adotada	parte 1, pontos 37 e 38
VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito	Adotada	parte 1, pontos 37 e 38

➤ **Recomendação II.3.** *A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão*

Como referido no ponto 12 da Parte 1 do presente Relatório, a Sociedade implementou os meios necessários para assegurar o direito de voto por correspondência.

No que se refere ao voto por via eletrónica, a Sociedade não desencadeou ainda os mecanismos necessários à sua implementação *(i)* porque essa modalidade nunca lhe foi solicitada por qualquer acionista e *(ii)* por considerar que tal circunstância não consubstancia qualquer constrangimento ou restrição ao exercício do direito de voto por parte dos acionistas, exercício esse que a Sociedade promove e incentiva.

A ALTRI tem vindo a incentivar a participação física dos seus acionistas, por si diretamente ou através de representantes, nas suas Assembleias Gerais por considerar que as mesmas são o momento, por excelência, para o contacto entre os seus Acionistas com a equipa de gestão, aproveitando a presença dos membros que integram os demais órgãos sociais, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como os membros da Comissão de Remunerações. Esta interação tem-se revelado profícua no seio da Sociedade.

➤ **Recomendação II.4.** *A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica*

Como referido no ponto 12 da Parte 1 do presente Relatório, a Sociedade implementou os meios necessários para assegurar o direito de voto por correspondência.

No que se refere à possibilidade de realização da Assembleia Geral por meios telemáticos, a Sociedade não desencadeou ainda os mecanismos necessários à sua implementação porque *(i)* essa modalidade nunca lhe foi solicitada por qualquer acionista, *(ii)* os custos de implementação dos meios telemáticos são elevados e *(iii)* tal circunstância não consubstancia qualquer constrangimento ou restrição ao exercício do direito de voto por parte dos acionistas, exercício esse que a Sociedade promove e incentiva.

Remetendo e reforçando para o que se acabou de referir no ponto anterior, a ALTRI tem vindo a incentivar a participação física dos seus acionistas, por si diretamente ou através de representantes, nas suas assembleias gerais por considerar que as mesmas são o momento, por excelência, para o contacto entre os seus Acionistas com a equipa de gestão, aproveitando a presença dos membros que integram os demais órgãos sociais, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como os membros da Comissão de Remunerações. Esta interação tem-se revelado profícua no seio da Sociedade.

Desta forma, entende-se que estão já assegurados todos os meios necessários e adequados a assegurar a participação na Assembleia Geral.

➤ **Recomendação II.5.** *Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária — sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal — e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione*

Os Estatutos da Sociedade não preveem qualquer limitação ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas

➤ **Recomendação III.1.** *Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que*

disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1..

Atendendo à dimensão e à estrutura da Sociedade, tendo sobretudo em conta a concentração da respetiva estrutura de capital e o número total de administradores que integram o Conselho (12 administradores), e tendo ainda em conta a performance de atuação do atual presidente do Conselho que se tem revelado perfeitamente adequada e alinhada com os interesses da Sociedade e dos seus acionistas, a ALTRI considera que a designação de um *Lead Independent Director* apenas para efeitos de cumprimento de um critério meramente formal não acrescentaria valor relevante.

➤ **Recomendação III.5.** *O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (cooling-off period)*

A Sociedade não tem nenhum administrador na circunstância descrita.

➤ **Recomendação IV.1.** *O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo*

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva a administração quotidiana da Sociedade.

O Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses (acessível em <http://www.altri.pt/pt/investors/governance>) estabelece as regras aplicáveis em matéria de conflitos de interesse.

➤ **Recomendação V.1.1.** *O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores executivos, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade*

A avaliação do desempenho do Conselho de Administração, é submetida à apreciação da Assembleia Geral nos termos da lei, tendo por referência o cumprimento do plano estratégico e orçamento da Sociedade, a sua gestão de riscos, funcionamento interno e as suas relações com os demais órgãos da Sociedade. O Conselho de Administração não elege um momento para, formalmente, proceder de forma documentada a essa auto-avaliação, mas essa autoavaliação é feita regularmente, num órgão que reúne, pelo menos 12 vezes por ano, e que leva a cabo um acompanhamento tão próximo e regular da atividade da sociedade, que traduz a justeza e adequação da atuação do órgão.

Adicionalmente, e como previsto no CSC (artigo 376.º), a Assembleia Geral procede anualmente à apreciação geral da administração da Sociedade.

➤ **Recomendação V.2.3.** *Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações*

A política de remunerações aprovada não prevê um sistema de pagamento compensações.

➤ **Recomendação V.2.9.** *Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos*

A componente variável da retribuição da Sociedade não contempla a atribuição de opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações.

➤ **Recomendação V.2.10.** *A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor*

A política de remuneração aprovada pela Assembleia Geral sob proposta da Comissão de Remunerações estabelece que a remuneração individual de qualquer administrador não executivo tem caráter exclusivamente fixo.

➤ **Recomendação V.3.2.** *A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações*

A Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações, pelas razões elencadas nos pontos 27, 29 e 67 da Parte I deste Relatório.

➤ **Recomendação V.3.3.** *Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes*

A Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações, pelas razões elencadas nos pontos 27, 29 e 67 da Parte I deste Relatório.

➤ **Recomendação V.3.4.** *A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género*

A Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações, pelas razões elencadas nos pontos 27, 29 e 67 da Parte I deste Relatório.

3. Outras informações

Em linha com o que vem sendo dito, a ALTRI gostaria de fazer notar que o grau de adoção da Sociedade às recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG é praticamente total, o que se materializa numa gestão diligente e cautelosa, absolutamente focada na criação de valor para a Sociedade e, consequentemente, para os acionistas.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

ÍNDICE

A Altri em 2020.....	
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração.....	
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva.....	
Matriz de Materialidade.....	
Sobre Nós.....	
Principais acontecimentos.....	
O nosso negócio.....	
Produto e Mercado.....	
Missão, Visão e Valores.....	
Governance, ética e políticas do Grupo.....	
Gestão do Risco.....	
Certificações.....	
A nossa Estratégia.....	
Visão estratégica do Grupo Altri.....	
Compromisso 2030.....	
Envolvimento com <i>stakeholders</i>	
Cultura de Melhoria Contínua.....	
Inovação nos produtos e processos.....	
Associações e compromissos externos.....	
Como criamos valor.....	
No Gestão do nosso Capital Natural.....	
Na entrega do nosso produto.....	
Na Sustentabilidade do nosso produto.....	
Agenda Económica.....	
Os nossos fornecedores.....	
Os nossos clientes.....	
Estratégia Fiscal da Altri.....	
Agenda Ambiental.....	
Economia Circular.....	
Gestão Ambiental.....	
Combate às alterações climáticas.....	
<i>Green Bonds</i>	
Agenda Social.....	
A nossa resposta ao Covid-19.....	
As nossas pessoas.....	
A nossa comunidade.....	
Sobre este relatório.....	
Anexos.....	
Tabela GRI para a opção “De acordo” – Essencial.....	
Tabela de Correspondência com os requisitos do Decreto de Lei (DL) nº 89/2017.....	
Relatório Green Bonds.....	
Notas metodológicas- Pegada de Carbono 2020.....	
Carta de verificação	

A ALTRI EM 2020

102-7

Na Altri continuamos a procurar por soluções com menos impacto e a investir no desenvolvimento da atividade de modo consciente e responsável.

Produtor de referência de pasta de eucalipto

86,3 mil hectares de área florestal certificada FSC® e PEFC™¹ Investimentos de 2,4 M € em silvicultura preventiva e 3,5 M € nos dispositivos de detecção e combate aos incêndios florestais
10% da área sob gestão corresponde a áreas de conservação
1.2 milhões de clones e 3.9 milhões de plantas produzidas

Líder no setor das energias renováveis de base florestal

974 GWh de energia renovável injetados na rede elétrica nacional

Cerca de 91% das fontes de energia para o processo de fabrico são não fósseis

174 mil toneladas de emissões de CO₂e evitadas (location based)

3 unidades industriais

65% de madeira adquirida certificada FSC® e PEFC™² 96% das matérias primas que utilizamos são renováveis 77% resíduos valorizados

Distinguida com o nível B de desempenho no CDP Climate Change 2020

20% do efluente da Celtejo Redução de 10% nas emissões totais de CO₂ de âmbito 1 reciclado para o processo de produção de pasta 63% das emissões de GEE são de âmbito 3

A Altri apoia o compromisso de limitar o aquecimento global abaixo de 2°C

Adesão ao United Nations Global Compact

765 colaboradores 37% com formação superior Auscultação a *stakeholders*
4,4% taxa de absentismo Redução do índice de frequência de acidentes com baixa em 60% face a 2019 Redução do índice de gravidade em 15% face a 2019

6,1 M€ investimento em I&D

¹ Certificação da Gestão Florestal - FSC-C004615 ; PEFC/13-23-02

² Certificação da Cadeia de Custódia - FSC-C104460 ; PEFC/13-32-025

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

102-14

Na sociedade atual, as empresas são, talvez, as nossas principais comunidades. Por isso, gosto do termo “companhia” para as designar. Para serem merecedoras daquele estatuto, as empresas têm de ir além do rotineiro papel de serem a célula base da economia de mercado. São-no mas, ao sê-lo, têm de ser muito mais que um mero engenho económico. Nessa perspetiva mais abrangente, as empresas constituem a instância central de organização de um sistema de relações económicas e sociais que vai dos fornecedores aos clientes, passando pelos trabalhadores e incluindo a envolvente, em geral. São entidades que não vivem isoladas: interagem com outras empresas, mas também com organismos públicos e privados, nacionais ou internacionais, no âmbito de quadros institucionais, formando um sistema evolutivo mais ou menos dinâmico.

Nos últimos anos, foi fazendo caminho a ideia de que essa evolução se devia fazer pautada por um sentido de sustentabilidade, de ter como desiderato ser um ecossistema. Com raras exceções, as empresas não foram protagonistas desse processo. Reagiram, ajustaram-se à pressão que a evolução dos usos e costumes colocou sobre elas. Não há mal nisso, sobretudo se se for aprendendo e integrando práticas e, especialmente, valores, tornando-os nossos. Como dizia Fernando Pessoa, no slogan concebido para a entrada da Coca-Cola em Portugal: “Primeiro, estranha-se. Depois, entranha-se”.

Na Altri, certamente, entranhou-se, mesmo se nunca se chegou a estranhar. Não é uma questão de propaganda ou moda, de *greenwash*, de tentar parecê-lo, mais do que sê-lo. Se podemos ser acusados de alguma coisa é de sermos um “campeão discreto”: deixamos os factos falar por si o que, num tempo de comunicação massificada, pode demorar a ser reconhecido. Nós sabemos o que significa responsabilidade social: empenharmo-nos em providenciar empregos dignos, em que as pessoas se realizem, produzindo bens e serviços que contribuam para a melhoria da qualidade da vida, salvaguardando a sustentabilidade financeira que garante a sustentabilidade das operações.

Na Altri fazemos as coisas à moda antiga: com trabalho e obra e não com anúncios vácuos. Como dizem os ingleses “*we put our wallet where our mouth is*”. Não dizemos apenas que nos preocupamos com o ambiente. Investimos. Na reflorestação e na melhoria da gestão florestal. Na eficiência das operações, seja no consumo de água ou de energia. Na reutilização dos resíduos. Na energia verde. Não proclamamos o empenhamento em criar melhores condições de trabalho. Criamos contextos mais seguros e salubres, com ou sem pandemia. Penalizamos-nos com os acidentes, recompensamos o desempenho e o sentido de pertença. Não fazemos de “comunidade” uma palavra vã. Nem lhe damos um sentido restrito, interno à Altri. Partilhamos os nossos saberes e a nossa cultura com os nossos fornecedores, atuais ou potenciais, comprometidos em evidenciar que práticas mais sustentáveis são compatíveis com recompensas acrescidas. Não acreditamos que o segredo seja a alma do negócio. Aceitamos que “ver para crer” é, para muitos, o estímulo mais certo para acreditar que a mudança é benéfica.

Na Altri não estamos nunca satisfeitos. Comparamo-nos com os melhores para sabermos que somos os melhores e, quando não somos, diligenciamos para o ser. Adotamos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, analisando a sua relevância e estado de cumprimento na pluralidade de dimensões da nossa atividade. Fazemo-lo com a ambição de os considerar atingidos, no mais breve espaço de tempo, num calendário exigente em termos de pessoas, práticas e recursos.

Na Altri consideramos que a responsabilidade social, em geral, e a sustentabilidade, em particular, são uma questão de cultura de empresa, mais do que de lei. Sabemos que a responsabilidade das empresas é conduzir a sua atividade de uma forma socialmente responsável. E que a transparência é central nesse processo. Em consequência, prestamos contas. Este relatório é disso testemunho.

Alberto Castro, Presidente do Conselho de Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Futuro é Agora

2020 foi um ano anormal. Um ano de extremos: pandemia, mercados voláteis, desastres naturais, apenas para referenciar uns quantos. Foi um ano que nos obrigou a refletir profundamente sobre o mundo que nos rodeia e qual o papel que devemos ter enquanto atores económicos junto dos nossos clientes, colaboradores, fornecedores, acionistas, reguladores, assim como das comunidades que nos acolhem.

Gostamos sempre de ambicionar um mundo melhor, mas é precisamente em circunstâncias difíceis que surgem as oportunidades de renovação e de crescimento, aumentando a nossa resiliência e agilidade. Ganhámos todos uma apreciação adicional sobre o mundo que nos rodeia e o frágil equilíbrio da natureza, em todas as suas dimensões. Não podemos alterar o curso dos acontecimentos do ano passado, mas podemos decidir construir sobre os aspetos mais positivos. Foi isso que a Altri fez.

A evolução das grandes tendências do mundo atual exige-nos um enfoque cada vez maior no desenvolvimento de uma bioeconomia sustentável. A Europa, em particular, lidera este movimento, com as empresas e os consumidores cada vez mais cientes da necessidade de transição de uma economia linear para uma circular. Da passagem de uma economia baseada em materiais de origem fóssil e matérias primas finitas, para materiais de origem renovável e reciclável, e em especial neutros em carbono. A Altri está unicamente posicionada para tirar partido desta evolução. Os nossos produtos têm origem em florestas de produção sustentáveis que são continuamente renovadas, utilizando as melhores técnicas silvícolas. A floresta absorve e armazena dióxido de carbono, e dá origem a produtos que são facilmente reciclados, gerando uma bioeconomia circular.

Em 2020, a performance financeira da Altri refletiu de forma particularmente notória a sua aposta na eficiência e excelência operacional, assim como no crescimento do segmento de energia. Num mercado com preços de pasta (BHKP) em mínimos dos últimos 6 anos, a Altri conseguiu reduzir os seus custos operacionais em 10% no segmento da pasta e 7% no segmento da energia, mitigando assim o impacto negativo do mercado. 2020 ficou também marcado por um recorde no volume de vendas e produção nos dois segmentos de negócio, e em particular na energia, com a operação em pleno da segunda unidade de geração a biomassa (SBM) na Figueira da Foz.

O ano transato foi também de transição no modelo de governance da Altri, permitindo reforçar a intenção do Grupo em preparar o futuro e dar o salto qualitativo na sua organização corporativa.

A Altri definiu quatro vetores estratégicos de desenvolvimento que centram a sua atividade e futuros investimentos. Em 2020 avançamos de forma deliberada em todos eles no sentido de criar as condições para o próximo estágio de desenvolvimento.

Desenvolver e Valorizar a Floresta

A floresta está intimamente ligada a tudo o que fazemos. Dela resultam as nossas matérias-primas e depende a nossa atividade, mas também a atividade de milhares de colaboradores e prestadores de serviço externos. A floresta contribui de forma inequívoca para a neutralidade carbónica, mas também para a coesão territorial e a dinamização da economia rural como nenhuma outra atividade no País. Importa preservá-la e valorizá-la através de uma visão integrada, onde as florestas de produção, conservação e proteção são componentes estratégicas e integrais no seu desenvolvimento. Também a preservação e proteção da biodiversidade é um princípio enraizado e um elemento estruturante das atividades inerentes à gestão florestal.

Em 2020, e com o objetivo de desenvolver uma floresta mais sustentável, mais diversa e mais resiliente, a Altri investiu em múltiplas parcerias com organizações não-governamentais e parceiros da indústria para estabelecer programas piloto de desenvolvimento florestal sustentável e melhoria de práticas silvícolas.

Apostar na Excelência Operacional e na Inovação Tecnológica

A excelência operacional continua a centrar as prioridades e o esforço de investimento do grupo. Neste vetor, o progresso na economia circular e digital é transversal a todas as atividades económicas do Grupo e assume assim particular importância. Da mesma forma, continuamos o esforço na manutenção de operações eficientes e focadas nas necessidades dos mercados onde operamos.

Em 2020 reforçámos as bases para o desenvolvimento sustentável das operações na Caima, focadas no mercado de pastas DWP para a indústria têxtil, através dos investimentos na requalificação do processo de lavagem e branqueamento, assim como a conclusão do tratamento anaeróbico. Foi também aprovado o investimento para a instalação de uma nova caldeira a biomassa que irá substituir uma das unidades existente, e transformará a Caima na primeira fábrica da Península Ibérica, e uma das primeiras na Europa, livre de combustíveis fósseis.

Também as restantes operações industriais continuaram a ser o foco de investimentos significativos, que incluíram uma nova linha de acabamento e sistema de recolha e valorização de emissões difusas na Celbi, assim como melhoramentos de processo na Celtejo.

Valorizar as Pessoas

Em 2020, devido à situação de pandemia, a grande prioridade da organização não podia deixar de ser a saúde e a segurança de todos. Desde muito cedo na evolução da pandemia, o Grupo Altri mobilizou-se rapidamente no sentido de disponibilizar equipamentos de proteção e estabelecer protocolos de trabalho que permitissem a minimização do risco, incluindo a testagem regular de todos os colaboradores. Durante grande parte do ano, as nossas equipas trabalharam de forma incansável no sentido de criar as condições adequadas para reduzir o potencial de contágio dentro do perímetro das nossas instalações, assim como evitar disrupções operacionais. Os resultados muito positivos destas medidas permitiram evitar situações de emergência e a manutenção das nossas operações sem paragens não programadas.

O ano transato foi também importante na implementação de ações que permitam potenciar a diversidade de talento na organização. Com efeito, o Conselho de Administração aprovou o Plano para a Igualdade que define uma estratégia para melhorar, não só o nosso índice de diversidade, mas também o desenvolvimento e promoção de talento feminino em cargos de liderança, que já representam 20% do total.

Afirmar a Sustentabilidade Como Fator de Competitividade

O Grupo Altri sempre identificou a importância da sustentabilidade, em particular ambiental, como elemento fundamental da sua cultura e forma de operar. Efetivamente, temos já uma longa história de investimentos significativos associados à melhoria contínua da nossa performance ambiental, e que têm produzido resultados extraordinários.

Em 2020, criámos o Grupo Consultivo para a Sustentabilidade, presidido pelo CEO, e que inclui um conjunto de líderes das várias áreas operacionais e funcionais, bem como administradores, com o objetivo de apoiar o Conselho de Administração da Altri na definição e no acompanhamento da sua estratégia de sustentabilidade.

Paralelamente, a Altri aderiu ao Global Compact das Nações Unidas com o compromisso de alinhar a sua estratégia e refletir na sua cultura e operações diárias, os seus Dez Princípios fundamentais. Comprometemo-nos de igual forma a contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS) definidos na Agenda Mundial 2030, identificando aqueles em que têm maior impacto positivo através das nossas operações, produtos e soluções, assim como aqueles onde pretendemos minimizar o impacto negativo.

Esta foi a base que nos levou ao desenvolvimento do nosso Compromisso 2030. Este é um marco fundamental para a Altri que identifica os principais objetivos em termos de sustentabilidade, alinhados com os ODS mais relevantes para o Grupo. Este Compromisso representa a reafirmação pública do nosso empenho junto de todos os *Stakeholders* em investir na Sustentabilidade como fator de competitividade e diferenciador da nossa proposta de valor.

Por fim, quero também expressar o meu profundo reconhecimento para com os meus antecessores, os fundadores e co-CEOs da Altri, Paulo Fernandes e João Borges de Oliveira, que até aqui souberam liderar o Grupo até um estágio superior de desempenho e criação de valor, e sobre os quais nos apoiamos para olhar o futuro com redobrada confiança.

Sem dúvida que os resultados obtidos em 2020 foram apenas possíveis com o esforço e dedicação de toda a organização Altri. Em nome da Comissão Executiva gostaria de expressar o nosso sentido agradecimento, e o compromisso de continuarmos a afirmar a Altri como uma referência nos mercados internacionais onde opera.

José Soares de Pina

CEO

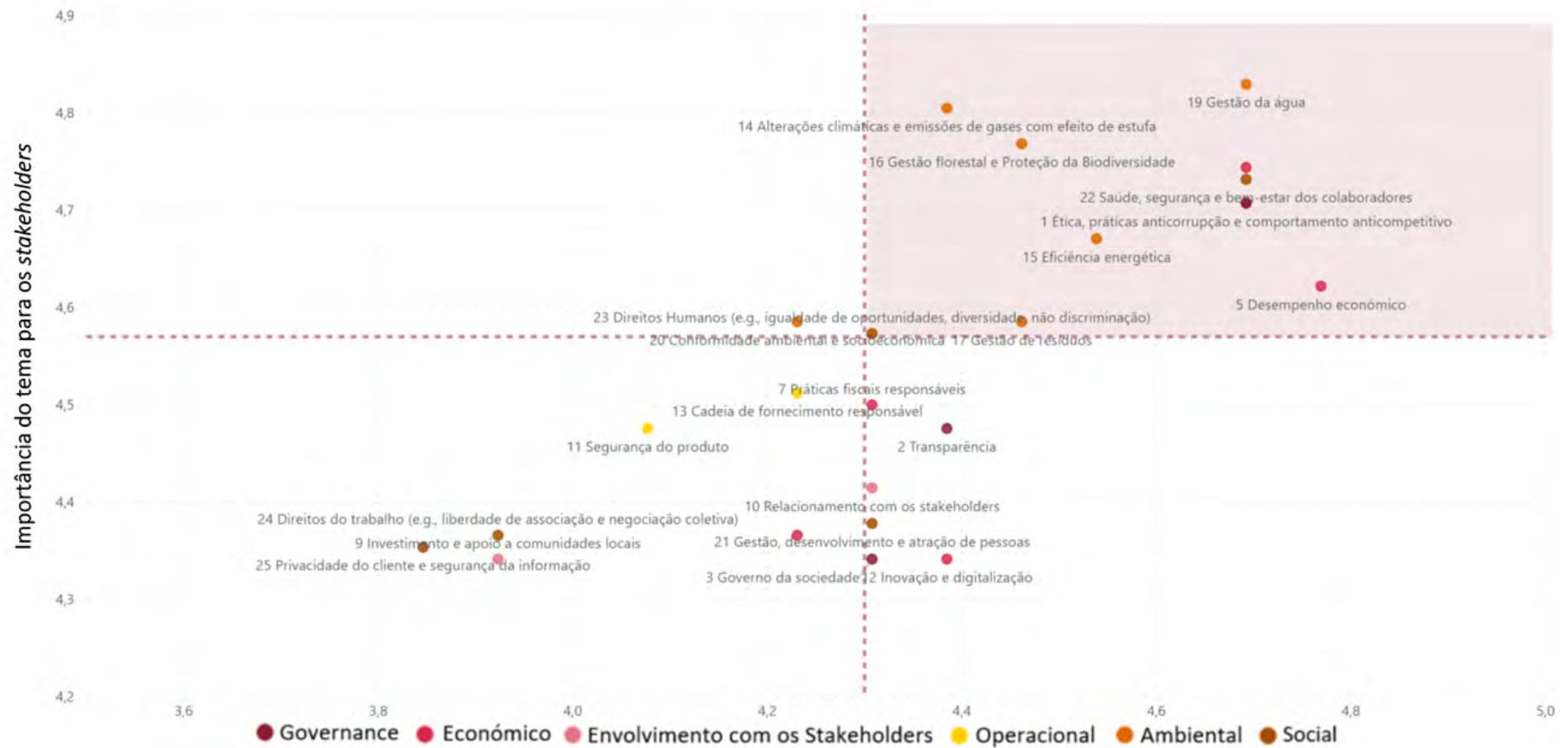
MATRIZ DE MATERIALIDADE

Para a Altri o foco está em endereçar as questões que têm importância para a empresa e para os seus stakeholders.

102-47

A Altri, em 2020, levou a cabo uma auscultação aos seus *stakeholders*, com o objetivo de compreender as suas preocupações e expetativas no âmbito da sustentabilidade. A seguinte matriz de materialidade resulta do cruzamento da opinião dos *stakeholders* e da Altri sobre os temas mais relevantes.

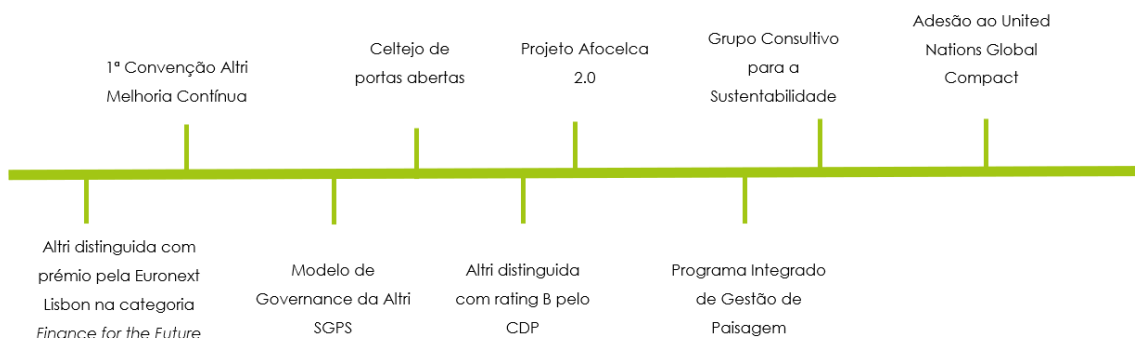
Importância do tema para a Altri



SOBRE NÓS

Ser líder do setor, é algo que a Altri pretende atingir através de processos de mudança e abordagens novas e inovadoras que beneficiam o ambiente, a sociedade e a economia.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS



ALTRI DISTINGUIDA COM PRÉMIO PELA EURONEXT LISBON NA CATEGORIA FINANCE FOR THE FUTURE

- Vencedora da edição de 2020 dos *Euronext Lisbon Awards* na categoria de “*Finance for the Future*” com a primeira emissão de Green Bonds admitida à negociação em Portugal com o Projeto da Bioelétrica do Mondego.

1ª CONVENÇÃO ALTRI MELHORIA CONTINUA

- Com o objetivo de motivar as equipas para a melhoria contínua, com a partilha de conhecimento e criar um espírito saudável de competição entre elas.

MODELO DE GOVERNANCE DA ALTRI SGPS

- Na Assembleia Geral Anual realizada no passado dia 30 de abril de 2020, foram eleitos novos membros para integrarem os órgãos sociais para um novo mandato.

CELTEJO DE PORTAS ABERTAS

- A Celtejo convidou diversos *stakeholders* a assistir à apresentação da estratégia de sustentabilidade da Altri e das medidas de redução de impactos negativos sobre o ambiente.

ALTRI DISTINGUIDA COM RATING B PELO CDP

- A Altri foi distinguida com rating B, pelo CDP, no âmbito do programa de Alterações Climáticas. A Altri obteve a pontuação máxima nas iniciativas de monitorização e redução de emissões. A classificação obtida é superior à média do setor de pasta e papel e também ao rating médio na Europa.

PROJETO AFOCELCA 2.0

- Foi lançado o projeto Afocelca 2.0 que passa a incorporar as seguintes atividades: gestão do risco, operacionalização do plano de fogo controlado, coordenação das atividades de proteção contra pragas e doenças e coordenação das atividades de controlo de espécies invasoras.

PROGRAMA INTEGRADO DE GESTÃO DE PAISAGEM

- Foi lançado o programa integrado de gestão de paisagem de Alvares, no Concelho de Góis, envolvendo uma área de intervenção de 1.233 hectares, estabelecido através da estreita colaboração com oito organizações municipais e nacionais.

GRUPO CONSULTIVO PARA A SUSTENTABILIDADE

- Criado o Grupo Consultivo para a Sustentabilidade, responsável pelo apoio na criação e monitorização da Estratégia de Sustentabilidade da Altri.

ADESÃO AO UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT

Foi, ainda no ano de 2020, que a Altri iniciou o processo de adesão ao Global Compact, iniciativa de cidadania empresarial das Nações Unidas, tendo sido formalizada a adesão da Altri, em janeiro de 2021, demonstrando o compromisso público de integração, nas suas políticas e estratégias, dos princípios fundamentais de direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os Dez Princípios baseiam-se em declarações universalmente aceites, nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos princípios e Direitos Fundamentais e a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento.

“É absolutamente fundamental as empresas comprometerem-se com os princípios universais que devem nortear a atuação de todas as organizações. Este compromisso não passa apenas pelo respeito pelos princípios enunciados, mas também pela sua mensuração regular e avaliação do atingimento das metas a que nos propomos. Enquanto empresa de referência internacional no seu setor, a Altri tem a obrigação de se constituir também ela como uma referência na sustentabilidade social, ambiental e económica.”

José Soares de Pina, CEO da Altri

OS 10 PRINCÍPIOS DA UN GLOBAL COMPACT



Princípio 1: As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente;
Princípio 2: Garantir a sua não participação em violações dos direitos humanos.



Princípio 3: As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo à negociação coletiva;
Princípio 4: A abolição de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório;
Princípio 5: Abolição efetiva do trabalho infantil;
Princípio 6: Eliminação da discriminação no emprego.



Princípio 7: As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
Princípio 8: Realizar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental;
Princípio 9: Encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente.



Princípio 10:
As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

Gestão da pandemia Covid-19

O País, a Europa e o mundo estão a lidar com uma crise de saúde pública de que não há memória. Uma situação que está a desencadear uma recessão económica de grandes proporções. Vivemos momentos únicos e excecionais.

Para responder a este enorme desafio, a Altri implementou um Plano de Contingência, estruturado em diferentes fases, com medidas de prevenção, controlo e vigilância da infeção pela Covid-19, seguindo as orientações da Direção-Geral da Saúde. Este Plano previu a constituição de um Gabinete de Crise, coordenado pelo médico do trabalho, constituído por diversos profissionais das diferentes áreas e empresas do grupo, que reunindo regularmente garantiu a consistência, rigor, pluridisciplinaridade e constante adaptação às diferentes fases da pandemia no País e nas regiões onde estão integradas as diversas empresas, ao desenvolvimento do conhecimento científico e às recomendações das entidades competentes.

Desde o início da pandemia que o Grupo Altri procedeu à implementação de um conjunto de protocolos, medidas de prevenção, controlo e vigilância, de forma a dar resposta às exigências decorrentes da pandemia COVID-19 e, em particular, assegurar o bem-estar permanente de todos os colaboradores, das suas famílias e da comunidade. De destacar a testagem regular dos trabalhadores e o reforço do serviço de enfermagem nos diferentes postos médicos das empresas, entre outras, que permitiu adotar linhas de intervenção dinâmicas, com base na evolução da situação epidemiológica e no avanço do conhecimento científico.

O NOSSO NEGÓCIO

102-2 102-4 102-6

A Altri tem vindo a orientar a sua estratégia no sentido da criação de valor através do seu desenvolvimento com base nos três pilares da sustentabilidade sendo por isso considerada uma empresa de referência europeia na produção de pasta de celulose, na gestão florestal sustentável e na produção de energia renovável.

Substituir materiais de origem fóssil

Atualmente, a Altri tem 3 fábricas, duas de pasta de papel (Celbi e Celtejo) e outra de pasta solúvel (Caima) que produz essencialmente para o mercado têxtil para substituição de fibras sintéticas de origem fóssil.

Produzimos mais de um milhão de toneladas de pasta de celulose para mercado.

Promover uma gestão sustentável das florestas

Somos responsáveis pela gestão de cerca de 86,3 mil hectares de floresta em território nacional, equilibrando nesta área floresta de produção (essencial para a nossa atividade) e floresta de conservação com preservação dos valores naturais presentes. Esta área é certificada de acordo com as normas internacionais de referência (FSC® e PEFC™).

Produzir energia renovável

Somos líderes no setor das energias renováveis de base florestal e injetamos na rede elétrica nacional energia elétrica renovável evitando aproximadamente 174 mil toneladas de emissões de CO₂ (*location based*).

Cerca de 91% das fontes de energia para o processo de fabrico são não fósseis.

Utilizar materiais renováveis e sustentáveis

As oportunidades para o nosso setor são inúmeras, uma vez que, a matéria prima que utilizamos – a madeira- é produzida de forma sustentável, renovável e de origem não fóssil.

Produzimos produtos alternativos aos que utilizam matérias primas não renováveis e neste campo a Altri tem vindo a investir fortemente na investigação e desenvolvimento na procura de produtos sustentáveis de alto valor acrescentado.

96% das matérias primas que utilizamos são renováveis.

Promover a eficiência na utilização de recursos

A nossa indústria faz uma abordagem integrada da floresta, utiliza a fibra para produzir pasta celulósica, a lenhina que é a cola das fibras a biomassa florestal residual (casca, restos de ramos e folhas) para produção de energia em condições que não comprometam a sustentabilidade dos solos.

Promover a economia circular e a descarbonização

Integramos o setor que faz parte da solução para atingir o objetivo da neutralidade carbónica com a capacidade de sequestro da nossa floresta e com os nossos produtos renováveis que contribuem para uma economia circular.

As nossas unidades de negócio



**Produção de pasta
celulósica**



Produção de pasta celulósica de eucalipto branqueada (BEKP).

Principal mercado: papeleiras europeias que produzem desde papéis finos até ao *tissue*.



Produção de pasta solúvel (DWP) a partir de Eucalipto.

Principal mercado: indústria têxtil

1,1 milhões de toneladas de pastas



**Produção de energia
renovável**

GREENVOLT – Energias Renováveis, S.A.

(anteriormente designada por Bioelétrica da Foz, S.A.)

97 MW de potência instalada

Cinco centrais de produção termoelétrica a partir de biomassa florestal

733 GWh energia elétrica proveniente de fontes renováveis injetada na rede elétrica nacional

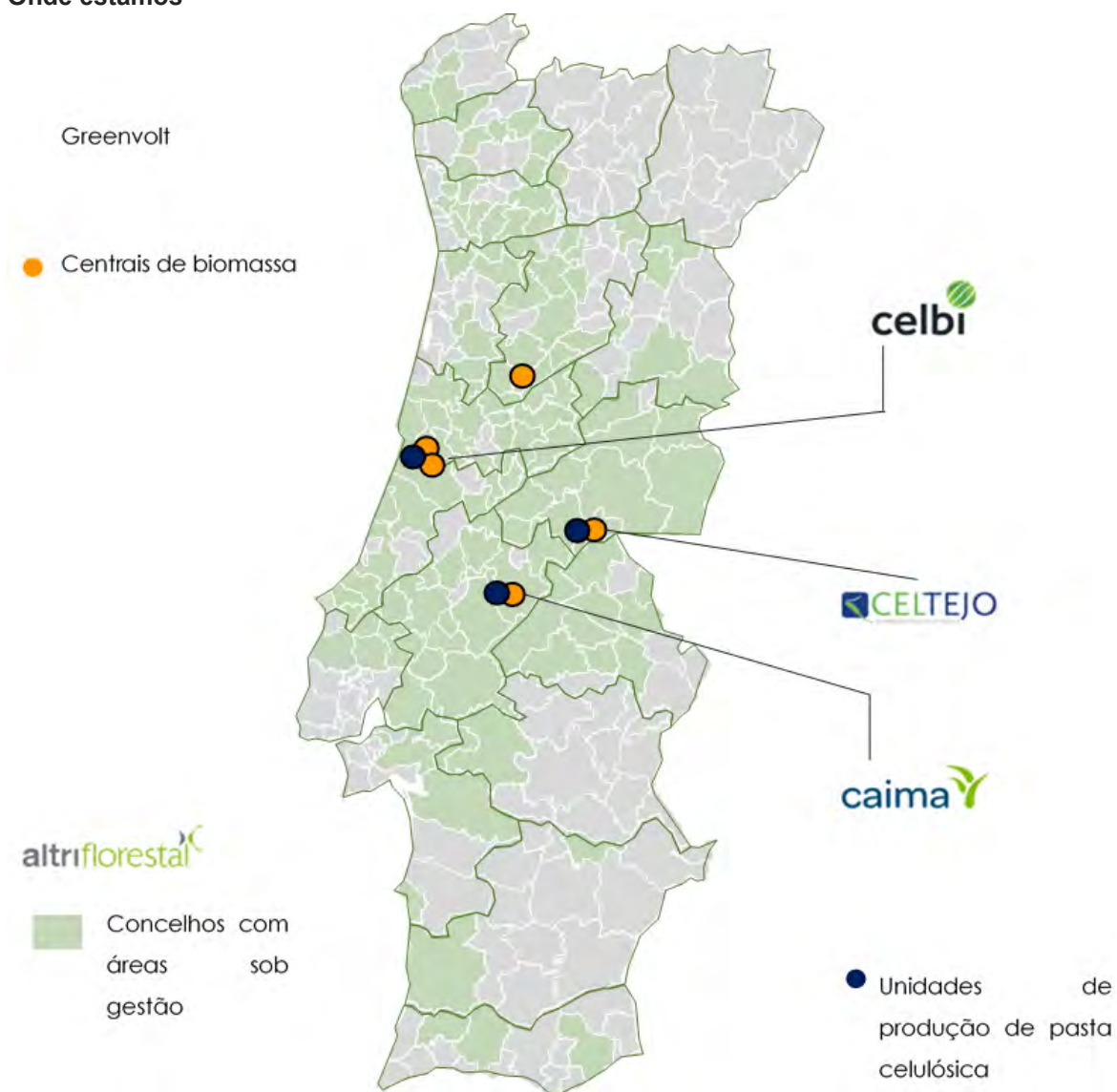


**Produções
sustentáveis de base
florestal**

Nível de autoabastecimento de 20% das necessidades de aprovisionamento.

86,3 mil hectares de florestas certificadas FSC® e PEFC™ em território nacional

Onde estamos



PRODUTO E MERCADO

102-2 102-6

Servimos o mercado global com pasta celulósica de excelente qualidade produzida a partir de eucalipto de forma sustentável e adequada para os mais diversos fins.

A produção de pasta de papel e solúvel e a produção de energia elétrica renovável são as principais atividades do Grupo. A produção de pasta de celulose em conjugação com a gestão florestal, potenciam a produção de energia renovável, nomeadamente através da cogeração e da valorização energética da biomassa.

A atuação da Altri no setor de energia renovável foi rapidamente reconhecida no contexto nacional, reconhecimento este viabilizado pela cultura de inovação, desenvolvimento e investigação que caracterizam a Altri.

Produtos

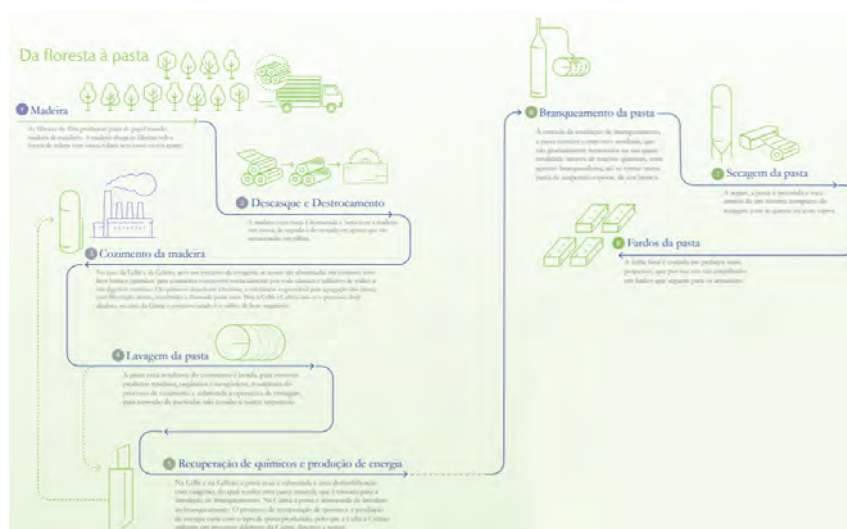
Pastas celulósicas

- pasta papeleira utilizada principalmente para produção de papéis de uso doméstico e papel de impressão e escrita e
- pasta solúvel utilizada essencialmente na produção de têxteis.

1.1 milhões de toneladas de pasta produzida, das quais cerca de 10% foi pasta solúvel.

As pastas de papel produzidas estão aprovadas pelo Nordic Ecolabelling of Paper Products e pelo European Ecolabel. Estas certificações permitem a utilização das pastas em produtos que pretendam utilizar estes rótulos ambientais.

O Nosso Processo



As pastas são integradas no processo produtivo de muitos produtos de utilização diária, que vão para além do papel, tendo um vasto leque de aplicações.

Exemplos de produtos finais:

Têxteis

(tecidos e roupa)

Dispositivos eletrónicos

Pneus

Óculos

Produção de energia renovável

Produção de energia através de combustíveis renováveis: licor negro e biomassa.

Licor negro: é um subproduto do processo de produção de pasta, é utilizado no processo de produção de energia através de cogeração. A energia elétrica produzida através de licor negro é utilizada para suprir as necessidades das fábricas sendo o excedente injetado na rede elétrica nacional.

Biomassa florestal: resulta da atividade de gestão das florestas, é produzida através da casca das árvores (a maioria), dos ramos e das folhas. A energia elétrica produzida através da biomassa é totalmente integrada na rede elétrica nacional.

974 GWh de energia renovável injetados na rede elétrica nacional dos quais 733GWh são provenientes das centrais termoelétricas a biomassa da Greenvolt.

Mercado

A Altri representa 5% da produção mundial de pasta celulósica a partir de madeira de eucalipto.

Em termos geográficos, constata-se que o consumo de pasta do tipo hardwood na Europa (Western Europe e Eastern Europe) decresceu 2,2% enquanto a procura proveniente da China cresceu 14,4%.

Pulp and Paper Products Council (PPPC), World Chemical Market Pulp Global 100 Report, June 2020



Mais destinos (a incluir no mapa): Japão, Indonésia, Bélgica, França, Suíça, Roménia, Eslovénia, Holanda, Eslováquia, Israel, Polónia, Canada, Chipre

O principal mercado da Altri para as pastas papeleiras é a Europa, sendo a China o principal destino da pasta solúvel.

Os principais clientes do Grupo Altri são indústrias transformadoras, posicionando o Grupo no segmento B2B (Business to Business). Estas indústrias adquirem às fábricas do Grupo as pastas de papel e solúvel, que mais tarde integram nos seus próprios processos produtivos, enquanto matéria-prima.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

102-16



Missão

Produzir pastas de eucalipto, de forma sustentável, satisfazendo os requisitos e expectativas dos clientes.



Visão

Pretendemos ser uma empresa de referência europeia na produção eficiente de pastas de eucalipto assente numa gestão florestal sustentável



Valores

- 1.** Orientação para os resultados e para a qualidade total
- 2.** Foco nas necessidades e expectativas dos clientes e partes interessadas
- 3.** Empenho no desenvolvimento sustentável e na proteção da biodiversidade
- 4.** Enfoque na melhoria contínua
- 5.** Potenciar a diversidade, talento, competências e desempenho da organização
- 6.** Prioridade na segurança no trabalho

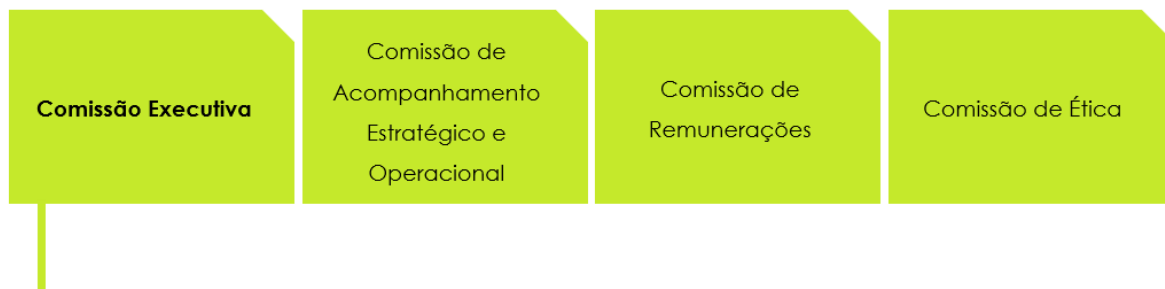
GOVERNANCE, ÉTICA E POLÍTICAS DO GRUPO

102-11 102-16 102-17 102-18 205-1 205-2 205-3

A Altri tem uma estrutura de *governance* constituída pelos seguintes órgãos³:



E pelas seguintes Comissões:



A Comissão Executiva assegura a gestão da Sustentabilidade e das Alterações Climáticas na Altri com o apoio da Direção de Sustentabilidade.

Grupo Consultivo para a Sustentabilidade

A Altri estabeleceu, em 2020, o Grupo Consultivo para a Sustentabilidade, cujo objetivo é o de apoiar o Conselho de Administração da Altri na definição e no acompanhamento da estratégia de sustentabilidade. Este Grupo, presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, é responsável por:

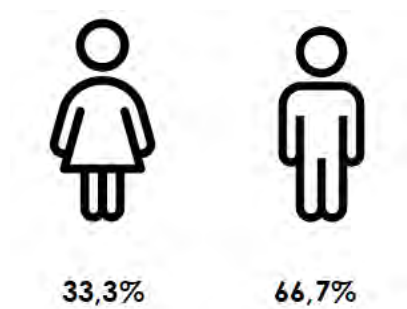
- Participar na elaboração do "Compromisso 2030";
- Acompanhar de forma regular o grau de cumprimento dos objetivos de sustentabilidade definidos;
- Garantir o alinhamento do "Compromisso 2030" com as orientações estratégicas da Altri e com as melhores práticas identificadas para o setor;
- Garantir o alinhamento do "Compromisso 2030" com os objetivos de desenvolvimento sustentável definidos na agenda das Nações Unidas e com os resultados das auscultações aos *stakeholders*;
- Identificar e propor novos desafios nestas matérias.

O Grupo Consultivo é composto por 11 membros e podem, adicionalmente, ser convidados a participar nas reuniões do Grupo outros elementos, internos ou externos à Altri, caso se verifique relevante. O Grupo reúne sempre que necessário, cumprindo, pelo menos, uma periodicidade de reunião semestral. Integram este grupo o Presidente do Conselho de Administração e uma Administradora Não-Executiva.

³ Para mais informação sobre o tema da diversidade nos Órgãos de Gestão e informação sobre o funcionamento e regulamentos dos Órgãos de Gestão, para consulta no website da sociedade: www.altri.pt

Conselho de Administração

12 membros



No mandato em curso (2020/2022), o Conselho de Administração criou uma **Comissão Executiva** e uma **Comissão de Acompanhamento Estratégico e Operacional**.

Por deliberação da Assembleia Geral, em observância da lei e dos Estatutos da Sociedade, a ALTRI tem uma Comissão de Remunerações, que tem a responsabilidade da aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais de acordo com a política de remuneração também aprovada em Assembleia Geral.

Ética

TEMA MATERIAL: Ética, práticas anticorrupção e comportamento anticompetitivo

Em matéria de princípios e regras que deverão orientar as relações internas e externas estabelecidas entre todas as empresas do Grupo Altri e os seus *stakeholders* e as orientações de conduta pessoal e profissional de todos os seus colaboradores, independentemente do cargo ou função que desempenhem, para que se regulem por princípios éticos comuns, constam do Código de Ética e de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração, amplamente divulgado na organização e disponível para consulta no website da Sociedade (http://www.altri.pt/~media/Files/A/Altri-V2/documents/Codigo_Etica_Conduta.pdf).

O Código aplica-se a todos os colaboradores do Grupo, incluindo os órgãos sociais de todas as empresas bem como aos mandatários, auditores externos, clientes, fornecedores e outras pessoas que lhes prestem serviços a qualquer título (parceiros), seja permanente ou ocasionalmente⁴.

A Comissão de Ética da Altri é a estrutura competente por acompanhar a divulgação e o cumprimento do Código de Ética e Conduta.

Anticorrupção, suborno e concorrência leal

O Código de Ética e de Conduta da Altri é também o instrumento regulador em matéria de anticorrupção e suborno.

O Código estabelece que é estritamente proibido qualquer tipo de corrupção no exercício da sua atividade estabelecendo que os seus colaboradores devem atuar de forma aberta e transparente, livres de corrupção, não pagando subornos e não influenciando as decisões dos Parceiros de

⁴ O código de ética e de conduta da Altri está disponível para consulta no [site](#).

negócios sob qualquer forma, que não esteja totalmente alinhada com a legalidade e a com Ética nos negócios que a ALTRI, através desse código, adota.

Estabelece ainda a conduta a adotar relativamente à aceitação de ofertas, que é proibida sempre que estas ultrapassem a mera cortesia ou que possam ter um valor comercial relevante e cuja aceitação possa criar expectativas de favorecimento nas suas relações com o Grupo.

Quanto ao conflito de interesses estabelece que os colaboradores não podem ter qualquer intervenção em processos de tomada de decisões que envolvam de forma direta ou indireta organizações com as quais colaborem a outros títulos ou tenham colaborado ou que envolvam, do mesmo modo, pessoas ou entidades a que estejam ligados por laços de parentesco (familiares até ao 3.º grau) ou a que estejam ou tenham estado ligados por relações de afinidade.

Relativamente ao aspeto da concorrência, a Altri define que concorrência leal é a base do desenvolvimento e inovação empresariais, pelo que são respeitadas todas regras de mercado e não são promovidas e não existe envolvimento em atividades que violem ou que ameacem violar elementares regras éticas, deontológicas ou concorrenciais e que visem obter vantagens ilegais sobre os seus concorrentes.

No ano de 2020, não foram feitas quaisquer comunicações ou reportes ao Conselho Fiscal relacionados com suspeitas de corrupção.

Reporte de Irregularidades (Whistleblowing)

O Código reflete sobre a conduta que os colaboradores e parceiros devem adotar em determinadas matérias e descreve o processo a adotar para o reporte de irregularidades, em alinhamento com os desígnios da Recomendação número I.2.5 do Código de Governo das Sociedades do IPCG.



Todas as comunicações de irregularidades devem ser dirigidas ao Conselho Fiscal



Irregularidades são violações de natureza ética ou legal com impacto significativo nos domínios da contabilidade, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro



O reporte deve ser feito através de carta em envelope fechado com a menção da sua confidencialidade, para a seguinte morada:
Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818
4100-320 Porto
PORTUGAL.

O Grupo Altri assume ainda o compromisso de que o reporte de irregularidades pelo Sistema de *Whistleblowing* feitas de boa-fé não resultará em retaliações de nenhum tipo nem para o autor, nem para outros elementos envolvidos na investigação.

Durante o ano de 2020 não foram reportadas ao Conselho Fiscal quaisquer comunicações de irregularidades.

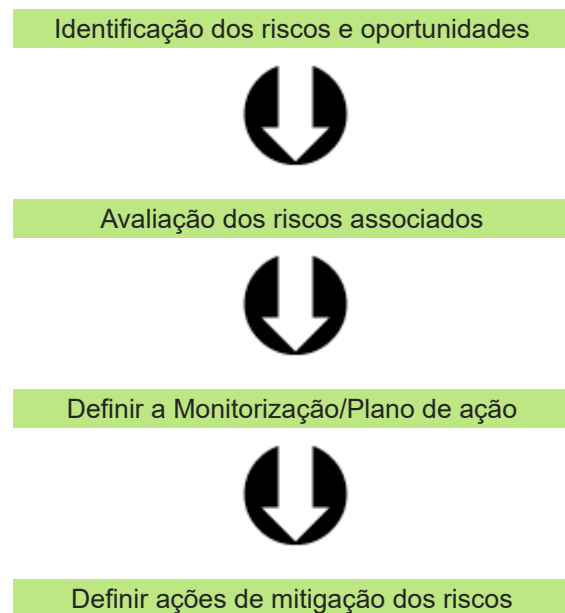
GESTÃO DO RISCO

102-11 102-15

A gestão do risco na Altri é feita em diversas frentes e com recurso a diversas metodologias de modo a garantir uma estrutura e integração do risco na gestão do dia-a-dia, transversal a todas as áreas.

No processo de planeamento estratégico, a Organização determina os riscos e as oportunidades, considerando a informação resultante da análise da Organização, do seu contexto e das necessidades e expectativas dos seus *stakeholders*.

Processo de análise de risco



Riscos

Identificação dos colaboradores com os valores e cultura da empresa

Organização em renovação com muitos colaboradores jovens

Limitações de acesso à matéria prima

Prestação do serviço dos fornecedores e subcontratados

Perceção das comunidades envolventes das unidades fabris

Impacte ambiental das unidades industriais/
Restrições ambientais à produção industrial

Incêndios e catástrofes naturais

Impacte das alterações climáticas

Reputação do setor

Ciber ataques

Restrições na injeção de energia na rede elétrica nacional

Pandemias (SARS CoV-2)

Acidentes de trabalho

Constrangimentos na cadeia de transporte do produto

Oportunidades

Matéria prima renovável

Autosuficiência energética

Fiabilidade operacional

Boa reputação e bom nível de serviço aos clientes

Organização em renovação com muitos colaboradores jovens

Boa capacidade de delegação/aceitação de responsabilidades

Orientação clara para os objetivos e metas

Projeto de melhoria contínua - *Altri Operating System*

Inovação e desenvolvimento de produtos e de processos

Investimento em equipamentos tecnologicamente mais evoluídos

Promoção da economia circular

Descarbonização da indústria e prevenção dos efeitos das alterações climáticas

Promoção da eficiência energética

Transformação digital

Qualidade da infraestrutura disponível

Proximidade geográfica ao cliente

Património florestal e o seu papel no sequestro de carbono

Deslocalização dos centros de produção

CERTIFICAÇÕES

Consciente da importância de uma atuação responsável e de qualidade, a Altri e as empresas que a integram apostam na certificação das suas atividades, no sentido de promover a melhoria contínua e dar garantias aos seus *stakeholders*.

REFERENCIAL

ALTRI

ISO 9001- Sistema de Gestão da Qualidade

Todas as empresas do Grupo

ISO 14001- Sistema de Gestão Ambiental

Todas as unidades industriais e GREENVOLT

OHSAS 18001- Sistema de Gestão da
Segurança e Saúde do Trabalho

ISO 45001- Sistema de Gestão da Segurança e
Saúde Ocupacional

Todas as unidades industriais e GREENVOLT

Norma ISO/IEC 17025- - Requisitos gerais de
competência para laboratórios de ensaio e
calibração

Laboratórios de apoio ao processo de todas as
unidades industriais

ISO 50001- Sistema de Gestão da Energia

Todas as unidades industriais

EMAS- Sistema Comunitário de Ecogestão e
Auditoria da União Europeia

Celbi e Caima

NP 4457- Sistema de Gestão de Investigação,
Desenvolvimento e Inovação

Celtejo

FSC® – Forest Stewardship Council

PEFC™ – Programme for the Endorsement of
Forest Certification

Altri Florestal e unidades industriais

1. A NOSSA ESTRATÉGIA

Focar a atuação estratégica nas áreas em que a Altri cria mais impactos positivos e benefícios para o desenvolvimento sustentável: floresta, excelência operacional, inovação tecnológica, pessoas, sustentabilidade, segurança e ambiente.

VISÃO ESTRATÉGICA DO GRUPO ALTRI

102-15

A sustentabilidade na Altri tem em consideração os aspetos ambientais, sociais, económicos e de governance de todas as operações. A preocupação e o esforço da Altri é claro – contribuir para o desenvolvimento sustentável e assentar as prioridades estratégicas em objetivos de melhoria contínua, inovação e sustentabilidade.

Gestão da Sustentabilidade

Para a Altri é essencial responder aos desafios do futuro, nomeadamente aqueles relacionados com a sustentabilidade do planeta, sociedade e economia. Neste sentido, a Altri promove o desenvolvimento e dinamização de estratégias e iniciativas assentes não só na sustentabilidade como também na melhoria contínua e na inovação.

A estratégia a longo prazo do Grupo Altri coloca a sustentabilidade nos seus três eixos – económico, ambiental e social – no centro das suas decisões.

COMPROMISSO 2030 E ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Promovemos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas aprovados pelos líderes mundiais reunidos na Assembleia-Geral da ONU a 25 de setembro de 2015, fruto do trabalho conjunto de Governos e Cidadãos de todo o mundo para criar um modelo global de governança com a finalidade de acabar com a pobreza, proteger o ambiente e promover a prosperidade e o bem-estar de todos até 2030.

Os ODS mais relevantes para a Altri são: Igualdade de género (ODS 5), Água potável (ODS 6), Energias renováveis (ODS 7), Trabalho digno e crescimento económico (ODS 8), Consumo e Produção Responsável (ODS 12), Ação Climática (ODS 13) e Vida na terra (ODS 15).

2020 ficou marcado pela consolidação do “Compromisso 2030” do Grupo Altri com o estabelecimento de metas bastante ambiciosas.

6	Compromisso 2030	2018	Meta 2030
6	Reduzir o uso específico de água (m ³ /tSA) nas unidades industriais da Altri em 50%	20	10
7	Reduzir a carga orgânica (CQO, kg O ₂ /tSA) nos efluentes industriais da Altri em 60%	11	4
7	Aumentar em pelo menos 60% a quantidade de energia elétrica renovável injetada na Rede Elétrica Nacional (GWh)	625	1000
7	100% da energia primária consumida nas unidades industriais da Altri ser de origem renovável	83%	100%
5	Duplicar o número de mulheres em funções de liderança	19	38
12	100% dos resíduos processuais valorizados ou reutilizados	77%	100%
13	Reduzir 60% as emissões específicas de GEE de âmbito 1 e 2 (kgCO ₂ /tSA)	192	66
13	Reduzir 30% as emissões de âmbito 3 (kgCO ₂ /tSA)	292	202
15	Aumentar em 40% a percentagem do consumo de madeira com certificação de gestão florestal	57%	80%
15	Duplicar a área sob gestão de conservação natural (ha)	7980	16000
15	Desenvolver 13 estações de biodiversidade e biospots	2	15
8	Caminhar no sentido de atingir zero acidentes com dias perdidos*	Melhoria continua por forma a manter esta meta	

* Mais do que 3 dias perdidos

De referir ainda que na auscultação de *stakeholders* realizada em 2020 a Altri incluiu uma questão sobre ODS de modo a perceber a importância que os seus *stakeholders* atribuem aos ODS e validar aqueles que são mais relevantes para a Altri.

Top 6 ODS mais referidos pelos *stakeholders*



Ao longo do relatório é reportada informação sobre o contributo da Altri relativamente aos ODS mais valorizados pelos *stakeholders*.

ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS

102-40 102-42 102-43 102-44

A Altri reconhece a importância de todos os seus *stakeholders* como elementos fundamentais para a prossecução das suas atividades e para o sucesso a longo prazo. Para a Altri é essencial manter a interação contínua com os seus *stakeholders*. Neste sentido, o Grupo mantém-se permanentemente atento aos mesmos, estando disponível para receber as suas comunicações ou sugestões e para dar resposta às solicitações que lhe sejam dirigidas.

Os stakeholders da Altri



Fornecedores



Acionistas



Clientes



Colaboradores



Comunidade Académica



Comunidades/
Organizações não
governamentais



Entidades oficiais

A identificação dos principais *stakeholders* da Altri foi realizada com base em critérios de importância, relevância e influência de todos aqueles, pessoas ou instituições, que afetam e/ou podem ser afetados pelas atividades e produtos do Grupo.

O que dizem os nossos stakeholders

106 stakeholders consultados, **82** respostas (77%) à auscultação de stakeholders

Imagem	<p>Dimensão económica: 85% dos stakeholders considera a Altri uma organização ativa ou muita ativa nesta dimensão.</p> <p>Dimensão social: 72% dos stakeholders considera a Altri uma organização ativa ou muita ativa neste âmbito.</p> <p>Dimensão ambiental: 80% dos stakeholders considera a Altri uma organização ativa ou muita ativa nesta dimensão</p>		
Temas	O Top 10 dos temas mais relevantes para os stakeholders da Altri, incluem:		
	Gestão da água Alterações climáticas e emissões de gases com efeito de estufa Gestão florestal Satisfação dos clientes e qualidade do produto	Saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores Ética, práticas anticorrupção e comportamento anticompetitivo Estratégia de negócio e de sustentabilidade	Proteção da biodiversidade e restauração dos ecossistemas Eficiência energética Desempenho económico
Reporte	<p>79% dos stakeholders classifica a qualidade dos conteúdos apresentados no Relatório de Sustentabilidade como bom e muito bom</p> <p>81% dos stakeholders classifica o formato de apresentação do Relatório de Sustentabilidade como bom e muito bom</p>		

CULTURA DE MELHORIA CONTÍNUA

Altri Operating System

O *Altri Operating System* é hoje a nossa forma de trabalhar e representa o nosso conceito de melhoria contínua.



Em 2020 realizou-se a primeira Convenção "Altri Melhoria Contínua", evento que contou com cerca de 140 participantes, na grande maioria colaboradores das empresas do Grupo Altri e alguns convidados. Esta iniciativa teve como objetivo motivar as equipas a reforçarem a sua consciência

para a melhoria contínua, motivar os líderes a suportar e dinamizar a melhoria contínua e criar um espírito saudável de competição e de partilha entre as equipas, com a atribuição de prémios.

Ainda em 2020, iniciou-se a implementação da metodologia Kaizen na área das Tecnologias de Informação.

Também a Altri Florestal tem vindo a adotar metodologias KAIZEN™, para desenvolvimento das suas competências de liderança e das rotinas de melhoria contínua. Este acontecimento faz com que a Altri Florestal seja a primeira empresa portuguesa a adotar este tipo de ferramentas num contexto de gestão florestal.

A implementação do modelo *Daily KAIZEN™* tem merecido especial destaque, com o objetivo de desenvolvimento das equipas de forma a atingir as metas traçadas e a controlar e melhorar os resultados. Esta prática da melhoria contínua tem sido complementada com a realização de projetos (kobetsu) para melhoria de alguns processos. Em especial destaque, podem-se referir projetos para prevenção, avaliação e diagnóstico da mortalidade das plantações, para melhoria da eficiência logística em vários contextos ou para otimização do consumo de biomassa.

INOVAÇÃO NOS PRODUTOS E NOS PROCESSOS

Empresas com uma presença global como a Altri têm a responsabilidade de responder e de se adaptar a uma economia que está em constante e rápida mudança, é neste sentido que a Altri se pretende afirmar como líder de processos de mudança em curso nos setores em que atua.

A Altri pretende adotar uma postura pró-ativa na resposta a novos desafios e no desenvolvimento de novas e melhores soluções, através da transformação do conhecimento num ativo transacionável, indutor da criação de valor. Pretendemos desenvolver novas cadeias de valor, novos produtos, novos negócios, novos processos e capital intelectual.

Em 2020 o investimento da Altri em I&D foi de 6,1 milhões de euros.

Cadeia de valor da Inovação



Floresta

As atividades de I&D na Altri têm uma história de mais de 50 anos, centrada em aspetos ligados à produtividade da floresta, à eficiência das operações, à formação profissional e capacitação dos seus colaboradores e à gestão sustentada das áreas florestais.

A Altri está associada à melhoria da espécie *Eucalyptus globulus* gerindo o programa de melhoramento mais antigo do mundo desta espécie, efetuando o enraizamento da sua primeira estaca, conduzindo o programa mais intenso de polinização controlada quer para melhoramento quer para produção industrial e também, ao pioneirismo de muitas técnicas de viveiros, silvicultura e gestão das florestas.

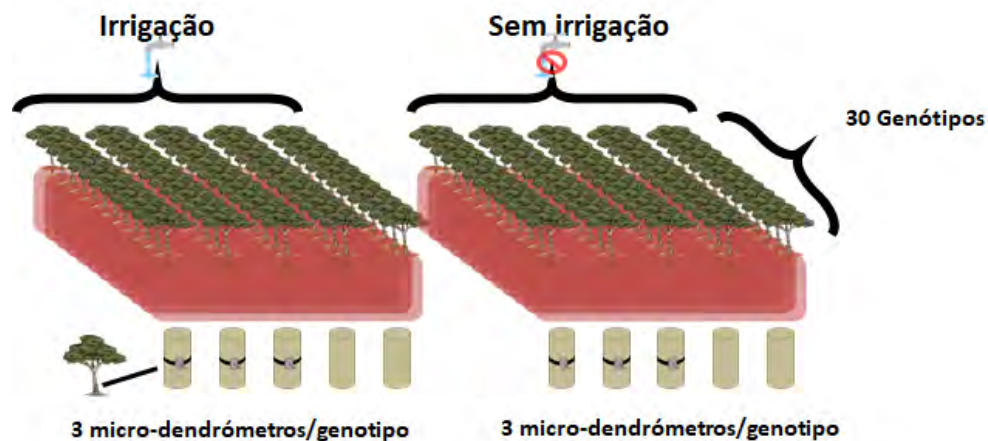
Ainda como marcos relevantes a Altri orgulha-se de possuir extensas séries de dados de produção de eucalipto em diferentes localizações e sujeitos a diferentes modos de produção, séries essas que têm servido para uma extensa colaboração com diversas Universidades e Instituições de investigação.

De acordo com a estratégia de negócio da Empresa, focada na investigação operacional na área da produção florestal, as articulações de iniciativas visam:

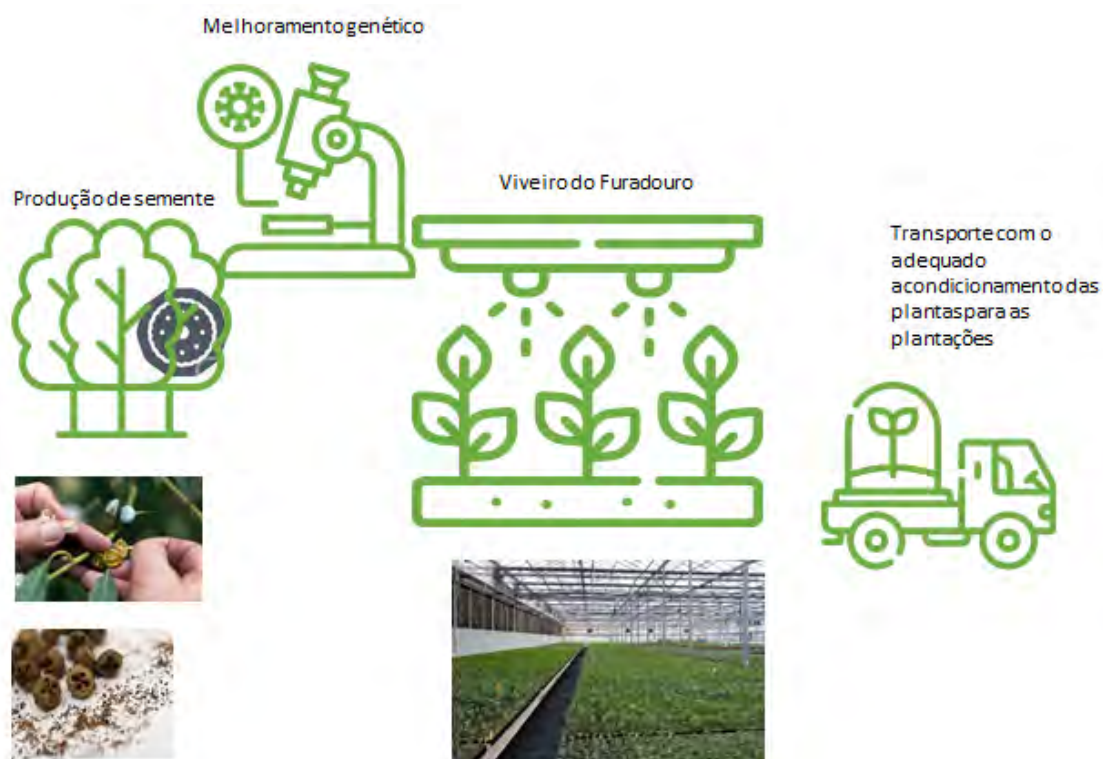
- a. o melhoramento genético e desenvolvimento de material vegetativo;
- b. a realização e análise de ensaios e experimentação;
- c. a resiliência das suas florestas a fatores bióticos e abióticos.

Um dos projetos em foco para a Altri em 2020 foi o projeto B4EST “*Adaptive BREEDING for Productive, Sustainable and Resilient FORESTs under Climate Change*” realizado em conjunto com 18 parceiros de 9 países europeus. O projeto B4EST pretende contribuir para o aumento da sobrevivência, a saúde, a resiliência e a produtividade das florestas sob alterações climáticas promovendo uma economia de base biológica competitiva.

Entre outras atividades no âmbito deste projeto está instalado um *set up* com 180 dendrómetros (medidor automático de diâmetros das árvores) em 30 genótipos diferentes para medição da variação diária do crescimento em diâmetro em que metade deles está com irrigação.



Produção de Plantas



Produção de semente

A obtenção de novas famílias através da criação de novas combinações genéticas são ferramentas que vão proporcionar maior produtividade e vão aumentar a adaptabilidade da espécie a áreas com diferentes condições e na adaptação às alterações climáticas. Neste propósito a Altri tem neste momento plantados **dois pomares de semente, um com 1631 e outro com 1544 clones de 46 cruzamentos entre *Eucalyptus globulus* e outras espécies de eucalipto.**

As plantas geneticamente melhoradas de *Eucalyptus globulus* são produzidas por via seminal – sementes obtidas através de polinização controlada - e por propagação vegetativa – via clonal. Todas as outras espécies são produzidas através de semente que é selecionada em função das suas proveniências, garantindo uma elevada adaptabilidade aos locais onde serão plantadas.

Em 2020 foram polinizadas artificialmente mais de 632 mil flores de eucalipto.

Melhoramento genético

Atualmente a empresa está envolvida no Projeto “iPLANT - Inovação na identificação e produção de plantas melhoradas de eucalipto para enfrentar desafios atuais”. O projeto visa:

- Identificar e disponibilizar novos materiais genéticos de eucalipto, produtivos, diversos, tolerantes a fatores climáticos adversos e com propriedades da madeira adequadas para produção de pasta e papel, a partir de material clonal melhorado.
- Desenvolver um sistema inovador para produzir mini estacas de eucalipto a nível operacional, melhorando a produtividade dos pés-mãe, o enraizamento das estacas e a qualidade das plantas.

A inovação proposta neste projeto irá desta forma dar resposta a uma necessidade premente da fileira do eucalipto: a existência no mercado de plantas produtivas, diversas, tolerantes a fatores climáticos adversos e com propriedades da madeira adequadas para a produção de pasta e papel.

Industrial

Por forma a difundir os novos conhecimentos por todas as áreas, foi criado um grupo de trabalho-Innovation Focus Group-, que é transversal às várias Direções Técnicas do grupo Altri e que tem como objetivo a partilha de informação e desenvolvimento de ideias associadas à inovação na indústria de pasta e papel.

A criação de valor através do aumento de capacidade das fábricas implica o acesso a uma maior quantidade de matéria prima, pelo que o mais importante é refletir sobre como retirar mais valor económico destas unidades, sem um aumento significativo do consumo de madeira.

Neste âmbito têm sido feitos novos protocolos e parcerias com outras instituições, para além dos que já existiam anteriormente, das quais se destacam, a título de exemplo, as Universidades de Aveiro, Coimbra e Beira Interior. Para além das instituições de ensino, existem ainda parcerias com o Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos (CeNTI) e com o Centro Tecnológico Indústrias Têxtil Vestuário Portugal (CITEVE). Por último, tem-se focado também na cooperação estratégica com fornecedores de tecnologia selecionados, dentro e fora do setor da pasta e papel.

Complementarmente, procura-se estabelecer acordos com instituições internacionais, de que é exemplo o projeto desenvolvido num consórcio europeu, no qual se trabalha sobre a produção de

fibras têxteis a partir de celulose com recurso a uma tecnologia inovadora (Project GRETE¹). Outro exemplo de projeto de inovação que tem presente a cooperação focada em extrair valor do processo é o Projecto CaimaChem².

O nosso foco

- 1 Desenvolvimento Produto Pasta e novas Aplicações de Fibras Celulósicas
- 2 Desenvolvimento de Especialidades Químicas de Celulose
- 3 Valorização de Correntes Residuais e Secundárias do Processo de Produção de Pasta
- 4 Novos Processos e Tecnologias para a Produção de Pasta

Transformação digital

A transformação digital é um dos pilares estratégicos para o desenvolvimento do Altri. É um processo de mudança transversal na Organização que vai revolucionar a nossa forma de trabalhar e a nossa forma de estar.

O que pretendemos com os processos de transformação digital?



Dar o próximo passo na cultura de Excelência Operacional



Melhorar os processos de decisão



Reduzir custos desnecessários



Identificar melhorias através do tratamento de grandes dados



Antever deficiências operacionais ou eventos de relevância



Melhorar a identificação de soluções



Melhorar a satisfação de clientes e colaboradores

Melhorar práticas de sustentabilidade

¹ GRETE project from the Bio-Based Industries Joint Undertaking under the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under grant agreement No837527 – GRETE – H2020-BBI-JTI-2018 “Green chemicals and technologies for the wood-to-textile value chain”

² CaimaChem – Investigar e desenvolver novas técnicas de recuperação e valorização de ácido acético e furfural provenientes das correntes de condensados da evaporação do processo produtivo da pasta solúvel” (POCI-01-0247-FEDER-045125), co-financiado ao abrigo do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, no âmbito do COMPETE 2020, Portugal 2020 e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), da União Europeia.

Projetos relevantes em 2020

PowerBI	Criação de mais de 100 KPI/ <i>Dashboards</i> com informação relevante das várias áreas de negócio: Industrial, Financeira, Comercial/Logística, Florestal
Arquivo eletrónico e fatura digital	Implementação de um portal de e-fatura e arquivo digital para guarda e consulta de mais de 50.000 faturas / ano
Digitalização da manutenção	Implementação de vários projetos no domínio da digitalização da manutenção, com a instalação de sensores que suportam modelos preditivos de falhas e avarias, com vista ao aumento da disponibilidade das fábricas
Projeto “Visão Artificial”	Continuação do desenvolvimento do projeto “Visão Artificial” de receção de madeira que permitirá a identificação da espécie, a determinação da quantidade e a avaliação da qualidade com base no diâmetro e na medição da casca da rolaria entregue nas fábricas
Metris OPP	Continuação da implementação do Metris OPP em parceria com a Metris – Andritz Digital Solutions
Humidade da biomassa	Sistema automático de registo das humidades da biomassa para valorização energética
GISagri	Sistema de informação geográfico que permite a visualização e consulta de cartografia e outra informação relativa às áreas de gestão florestal nos equipamentos móveis.
Intercompany	Sistema de transações entre as várias empresas pertencentes do Grupo. Permite a contabilização do proveito e do custo de forma automática.
Gestão de stocks	Sistema que permite unificar os códigos de material em armazém com o objetivo de baixar stocks e otimizar as quantidades mínimas para despoletar encomendas

ASSOCIAÇÕES E COMPROMISSOS EXTERNOS

102-12 102-13

A presença da Altri no mercado é fortalecida pela sua participação em associações e organizações do setor e pelos compromissos que subscreve.

Principais filiações e participação noutras organizações

Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal)	Membro da IUFRO – International Union of Forest Research Organizations
Membro da Associação Empresarial para a Inovação (COTEC Portugal)	Membro do IEFC- Instituto Europeu da Floresta Cultivada
Membro da Associação de Indústria Papeleira (CELPA)	Membro do Centro Pinus
Membro da Tecnicelpa, participação em órgãos dirigentes	Membro da ANEFA (via Viveiros do Furadouro)
Confederação Europeia das Indústrias de Papel (CEPI), participação em grupos de trabalho	Membro do Núcleo Empresarial de Santarém (NERSANT), participação em órgãos dirigentes
Membro da Iniciativa Business & Biodiversity	Membro da Associação empresarial da Beira Baixa (AEBB), participação em órgãos dirigentes.
Membro do FSC Portugal	Membro do PEFCPortugal
Membro da AFOCELCA (agrupamento de empresas para vigilância e combate a	Membro do IberLinx – Associação para a Conservação do Lince-Ibérico
	Membro da Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz

Compromissos subscritos pela Altri

A Altri subscreve, através do seu Código de Conduta, a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Este guia é uma chamada de ação para os parceiros do WBCSD³, partilhando uma visão de como as empresas estão a cumprir a sua responsabilidade corporativa de direitos humanos, e partilhando as melhores práticas empresariais neste tema.



Com a adesão ao *United Nations Global Compact*, a Altri assume também o compromisso de alinhar a sua estratégia e refletir na sua cultura e operações diárias os Dez Princípios fundamentais que envolvem os Direitos Humanos, Práticas Laborais, Proteção Ambiental e Mecanismos Anticorrupção.

³ Mais informação sobre o Guia do CEO sobre Direitos Humanos para consulta [aqui](#).

COMO CRIAMOS VALOR

Apostar na criação de valor através da gestão do capital natural, da sustentabilidade dos nossos produtos e no modo como os entregamos aos nossos clientes.



No Capital Natural...

...considerando os objetivos presentes e futuros, a Altri gere de forma sustentável todas as suas atividades

10% da área sob gestão corresponde a áreas de conservação

2.4 M€ investidos em silvicultura preventiva



Na entrega do nosso produto...

... através da procura de soluções mais ecológicas para a entrega dos produtos.

67km de distância entre os sites industriais e os *hubs* marítimos

Incentivo aos parceiros para transição para soluções baseadas em combustíveis não-fósseis



Na sustentabilidade do nosso produto...

... através da inovação e desenvolvimento de produtos com menos impactos negativos sobre o ambiente e a sociedade.

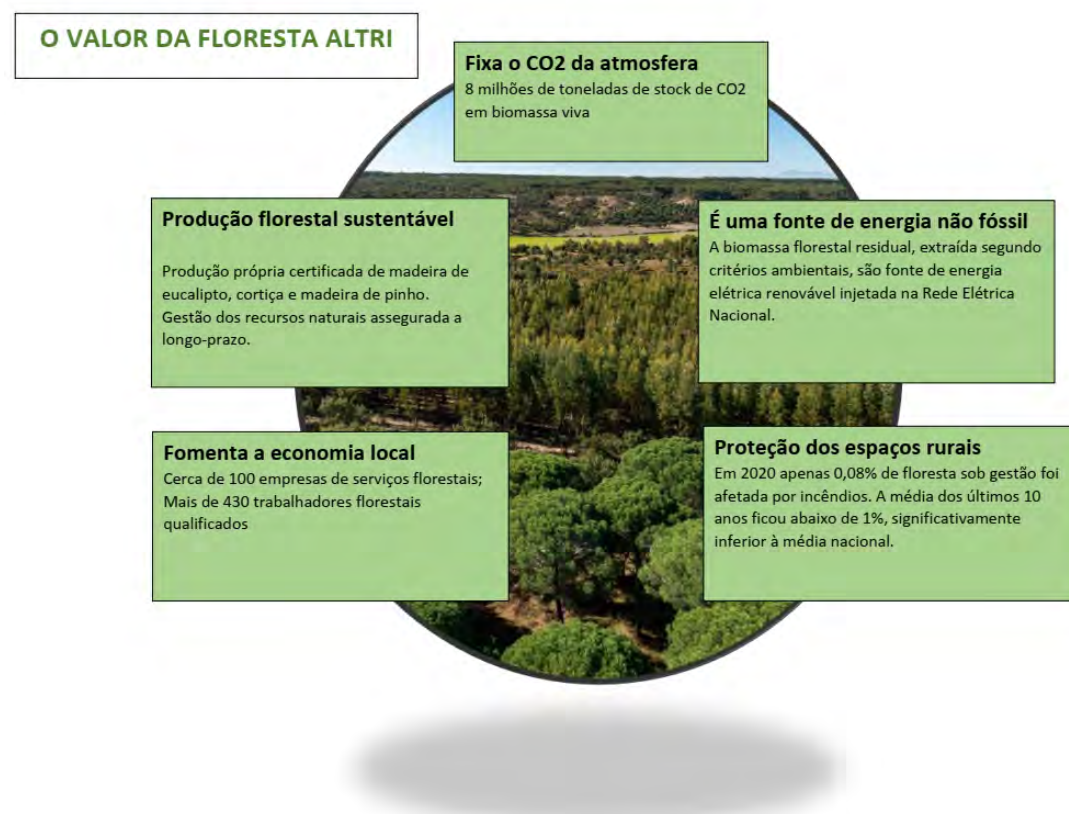
Desenvolvimento de novos produtos

Projetos de valorização de resíduos e correntes secundárias

Desenvolvimento de novos processos e tecnologias

NA GESTÃO DO NOSSO CAPITAL NATURAL

102-7



A Floresta Altri é gerida de forma sustentável, considerando os objetivos presentes e futuros, o equilíbrio entre os pilares da economia, do social e do ambiente.

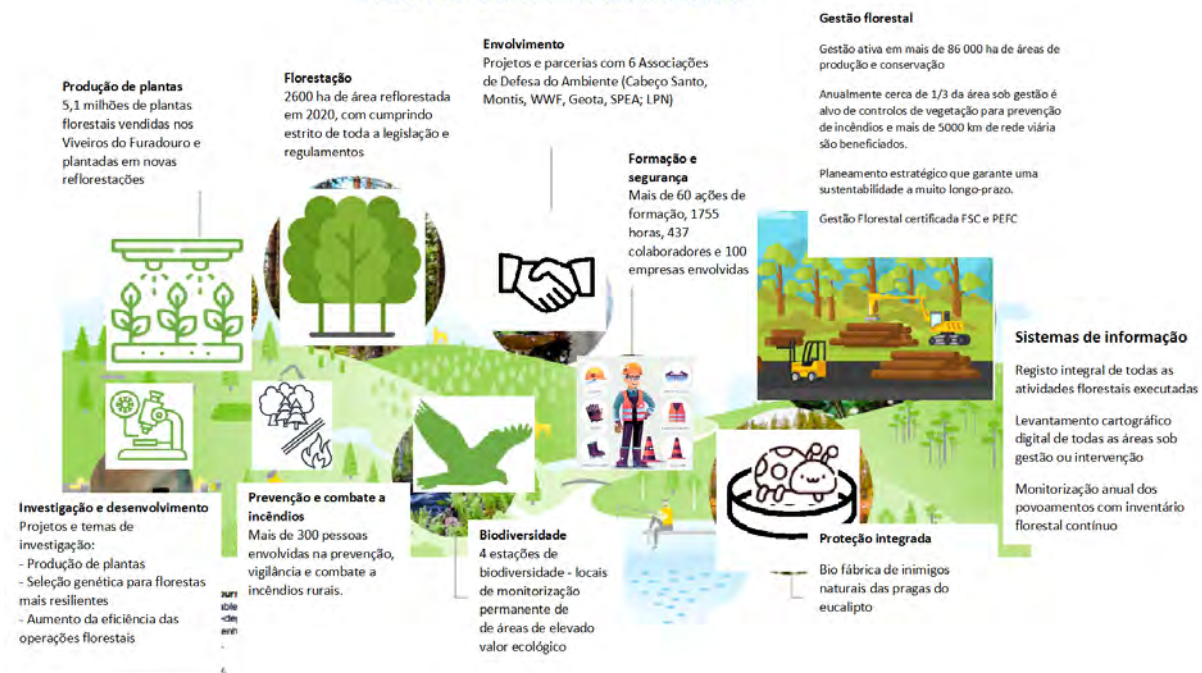
Com critérios de produção que conjugam a rentabilidade com a conservação dos recursos como o solo, a água e a biodiversidade, a Altri Florestal ocupa um lugar de topo entre as empresas portuguesas do seu setor. Destacando-se pela sua gestão florestal responsável, auditada pelos principais sistemas de certificação, a missão da Altri Florestal é garantir, no presente e no futuro, a produção e o abastecimento de qualidade às unidades fabris de uma forma competitiva e sustentável.

A área sob gestão da Altri Florestal abrange mais de 86,3 mil hectares. Três quartos desta área são ocupados por florestas de eucalipto, fonte da matéria-prima principal das unidades industriais do Grupo. Na restante área são obtidos outros produtos, sendo de destacar a cortiça, proveniente de florestas de sobreiro e a produção de madeira de pinho e de choupo.

Da Floresta Altri saem igualmente vários outros produtos e benefícios não comercializados pela Altri, cuja produção é cedida a terceiros, como o mel, a caça, os cogumelos, lenha, entre vários outros. As áreas sob gestão da Altri são também frequentemente utilizadas para atividades de lazer. Mais de 10% da área sob gestão corresponde a áreas de conservação da natureza e biodiversidade e cerca de metade desta área encontra-se classificada como Habitat conforme a diretiva Europeia. Estas áreas são cuidadosamente geridas atendendo às suas funções prioritárias e são várias vezes matéria para estudos de investigação e ensaios de práticas de conservação, realizados com parceiros de instituições científicas ou de associações de conservação da natureza.”

Tendo em vista a melhoria da qualidade da madeira e o acréscimo de produtividade dos seus povoamentos florestais, a Altri Florestal procura, de forma continuada, a melhoria genética das plantas utilizadas nas suas plantações, a melhoria das técnicas silvícolas e de nutrição utilizadas. A qualidade dos resultados da Altri Florestal é reflexo de uma equipa altamente qualificada, que privilegia o trabalho multidisciplinar e a melhoria contínua.

GESTÃO DE CAPITAL NATURAL



Certificação Florestal

A Altri Florestal promove a certificação da gestão florestal e cadeia de custódia dos seus parceiros e fornecedores de matéria-prima, prestando o apoio técnico necessário para a constituição e funcionamento de agrupamentos de produtores, adquirindo depois a madeira certificada.

A Altri Florestal participa de forma ativa na construção dos referenciais normativos de gestão florestal, assumindo o seu papel como membro integrante das duas associações nacionais que representam o PEFC™ e o FSC®. Em 2020 a Altri Abastecimento de Madeira adquiriu, para as três unidades industriais do Grupo, 65% de madeira certificada FSC® e PEFC™.



Compromisso 2030: Aumentar em 40% a percentagem do consumo de madeira com certificação de gestão florestal





ODS referido pelos *stakeholders* no âmbito do processo de auscultação realizado em 2020.

Produção Florestal

A gestão florestal da Altri conta com um vasto conhecimento técnico proveniente de várias décadas de experiência e de um contacto sempre próximo da área de investigação e desenvolvimento.

A atividade de planeamento está presente antes da execução de qualquer operação florestal, constituindo uma base transversal a toda a gestão. O planeamento das atividades de florestação e de manutenção é realizado a curto e a médio-prazo. Para além destes horizontes de planeamento, a exploração florestal é também planeada e analisada a longo-prazo, considerando períodos de 24 anos. São testados vários cenários estratégicos, de forma a tentar antever as possibilidades futuras consideradas mais realistas. Os instrumentos de política nacionais, regionais e locais são sempre considerados, assim como outras recomendações de boas práticas para garantir a proteção do solo e da água. Este planeamento procura obter o melhor uso dos recursos naturais à disposição da empresa, considerando sempre um equilíbrio dos benefícios económicos, sociais e ambientais.

A gestão operacional é baseada em modelos de silvicultura e de exploração reconhecidos por especialistas. Esta gestão pode ser dividida em quatro atividades principais:

	Florestação
	Manutenção
	Exploração e transporte
	Infraestruturas

Florestação



Após cada corte a decisão de reflorestar é baseada na comparação das produtividades e retorno económico da rotação seguinte em talhadia e reflorestação respetivamente. A reflorestação verifica-se quando cumpre os critérios de aumento de produtividade e rentabilidade esperadas. Todas as florestações ou reflorestações, sem exceção, são realizadas com base em projetos legalmente aprovados.

Inicia-se com a preparação de terreno, que consiste normalmente no destroçamento e incorporação localizada do material lenhoso existente, seguido de mobilização do solo. A fertilização é prescrita com base na análise de solos e a plantação é feita com uma densidade que pode variar entre 1000 e 1600 plantas por hectare. Toda a atividade é monitorizada, durante e após a conclusão da plantação.

As plantas utilizadas são produzidas a partir de sementes obtidas por polinização controlada, nas áreas de produção de sementes, ou estacas resultantes do programa de melhoramento genético da empresa.

Manutenção



Ao longo da rotação são feitas duas ou três adubações, conforme o desenvolvimento do povoamento e o seu estado nutricional. A condução dos povoamentos de eucalipto é feita em talhadia, sendo a seleção de rebentos de toíça realizada aos dois ou três anos, que deverá resultar num número de varas por hectare próximo da densidade inicial de plantação.

Na manutenção são ainda incluídos controlos regulares da vegetação, seja no interior dos povoamentos como em faixas de gestão de combustíveis, operações que se revelam de extrema importância na proteção contra incêndios. Paralelamente, é dada atenção particular ao surgimento de invasoras lenhosas, pragas e doenças, para a realização de atuações rápidas e eficazes.

Área Integrada de Gestão de Paisagem de Alvares

A Altri Florestal é parceiro no projeto de implementação de uma Área Integrada de Gestão de Paisagem, promovida pela Associação de Produtores Florestais de Góis. O projeto visa adaptar e transpor para o terreno o estudo de reordenamento da freguesia de Alvares, realizado pelo Instituto Superior de Agronomia e promovido pela publicação “O Observador”, após o grande incêndio de 2017.

Para tal foi constituída uma área piloto de cerca de 1200 ha, que foi apresentada como primeira AIGP à Direção Geral do Território em dezembro de 2020.

O objetivo geral da AIGP é promover a valorização e a gestão dos espaços florestais e da paisagem, tendo em vista a reduzir o risco de fogo e a frequência dos grandes incêndios, melhorar a segurança das pessoas, dos bens e da floresta e fortalecer a economia local.

O arranque do projeto é financiado pela CELPA.

Exploração e transporte



Na grande maioria dos casos, o corte final dos povoamentos de eucalipto é efetuado entre os 10 e os 14 anos. A atividade começa com a elaboração de um mapa de exploração que, para além de vários detalhes técnicos, localiza geograficamente considerações de proteção ambiental e de segurança.

Sempre que possível, são preferidos meios totalmente mecânicos, que oferecem maior rentabilidade e segurança no trabalho. O sistema de exploração mais comum assenta na combinação de máquinas de corte e processamento com um trator carregador (forwarder) que executa a operação de recheia

até as pilhas de madeira. As pilhas são localizadas em locais criteriosamente escolhidos para a realização do carregamento e transporte até às fábricas.

A Altri tem em curso um projeto piloto com vista à substituição gradual de harvesters a diesel por harvesters híbridos, nas operações de corte realizadas nas suas propriedades florestais. Estas máquinas híbridas permitem uma redução de 25% no consumo de combustível e de redução nas emissões de CO₂ entre 15 e 30%.

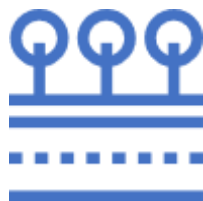


Compromisso 2030:

Reduzir em 30% as emissões de âmbito 3 (kgCO₂e/tSA)

ODS referido pelos *stakeholders* no âmbito do processo de auscultação realizado em 2020.

Infraestruturas



A Altri Florestal constitui e mantém uma rede viária própria, que permite a boa acessibilidade a vários locais no interior das propriedades, a partir da rede viária municipal ou nacional. Para uma melhor utilização, estas infraestruturas são internamente classificadas com base na facilidade de circulação dos tipos de veículos ou máquinas florestais

Os caminhos são planeados de forma a minimizar a sua quantidade e a maximizar a acessibilidade da área florestal, bem como a manter o comportamento adequado e a qualidade da água a jusante. A instalação e manutenção da rede viária é realizada com base num planeamento que considera todos os aspetos técnicos relevantes (tipo de circulação, inclinações) e os aspetos ambientais (drenagem, atravessamento de linhas de água, características do solo, áreas de conservação).

Viveiros do Furadouro

Os Viveiros do Furadouro garantem à Altri Florestal o fornecimento das plantas usadas nas suas florestações. Para além de eucaliptos, têm sido produzidas plantas de outras espécies, nomeadamente pinheiros, sobreiros, azinheiras e outros carvalhos, medronheiros, espécies ripícolas, e outras autóctones. Os Viveiros do Furadouro disponibilizam todas estas espécies também para clientes externos, nomeadamente proprietários, empresas e associações florestais.

As plantas seminais de *E. globulus* que são produzidas em larga escala nos Viveiros do Furadouro pertencem a diversas famílias de cruzamentos controlados, em que são conhecidos os dois progenitores das sementes (enxertos e pólen), criteriosamente selecionados em numerosos ensaios de campo, integrando diversos materiais genéticos. São o único viveiro do país a produzir e comercializar em elevadas quantidades *E. globulus* seminais geneticamente melhorados.

Para além das plantas seminais, são ainda produzidas estacas de diversos clones, amplamente testados, com características superiores de produtividade, qualidade da madeira, resistência a fatores ambientais desfavoráveis e a pragas e doenças. Atualmente existe um parque de pés-mãe com 6 clones considerados operacionais, sendo um deles um híbrido de *E. globulus* com *E. cypellocarpa*

com características específicas de maior resistência à geada e tolerante ao encharcamento. Anualmente, produzem-se destes 6 clones cerca de 1.2 milhões de estacas aptas para plantação. Finalmente, estão em desenvolvimento para entrada na escala operacional outros 9 clones que poderão substituir os existentes, numa perspetiva de manutenção da diversidade nas áreas florestadas.

1,2 milhões de clones e 3,9 milhões de plantas produzidas por via seminal

Prevenção e combate a incêndios

A preservação do património florestal é um dos grandes objetivos da Altri, nomeadamente na defesa da floresta contra os incêndios. São de realçar os investimentos nas intervenções preventivas, a colaboração com as restantes empresas congéneres no combate aos fogos e o esforço e dedicação de todo o pessoal nos sistemas de prevenção e combate aos incêndios.

As florestas são sempre favorecidas por uma adequada rede viária e divisional, o que permite a circulação eficaz e eficiente de bens e serviços, e proteção e acessibilidade contra incêndios.

Todos os anos é realizado um grande investimento na proteção da floresta contra os incêndios: **2,4 M€ em silvicultura preventiva e 3,5 M€ nos dispositivos de deteção e combate aos incêndios florestais da AFOCELCA.**

A silvicultura preventiva baseia-se em grande parte na manutenção de rede divisional (aceiros), faixas de gestão de combustível e na redução da quantidade de combustível no interior dos povoamentos. A manutenção de charcas e pontos de água permite disponibilizar água para as estruturas de combate em caso de incêndio.

É feito o controlo anual de vegetação em, pelo menos, um terço da área de gestão.

A Altri Florestal integra a AFOCELCA desde a sua criação em 2001. Trata-se de um agrupamento complementar de empresas, atualmente entre a Altri e The Navigator Company.

A estratégia de combate da AFOCELCA assenta numa lógica de que o menor tempo de controlo dos incêndios resulta em menores perdas para as empresas, e numa filosofia de que não existem fogos ou fumos aceitáveis, pelo que todos os fogos e/ou fumos deverão ser verificados, acompanhados e combatidos com a máxima prontidão. A AFOCELCA integra e colabora com a estrutura nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

A AFOCELCA conta atualmente com cerca de três centenas de combatentes, distribuídos sobre 17 Unidades de Prevenção e Vigilância, 29 Equipas de Combate Terrestre e 3 Brigadas Helitransportadas. A AFOCELCA tem ainda contratado 3 helicópteros de combate a incêndios florestais e 6 máquinas de rasto.

Biodiversidade

A conservação dos ecossistemas e da biodiversidade é um dos mais sólidos valores da cultura da Altri. A conservação da biodiversidade é uma prioridade em todas as áreas com um valor ecológico relevante. Nestas áreas é promovido o desenvolvimento destes valores, através de projetos de restauro.

As áreas com função principal de conservação são geridas com base em avaliações do seu estado de conservação. Caso a caso são decididas quais as intervenções necessárias para conservar e melhorar os valores ecológicos.

A Altri Florestal implementou, após caracterização das áreas de conservação, um programa de gestão e monitorização das áreas de conservação. Com base em visitas de campo é avaliado o estado de conservação das propriedades visitadas e são identificadas medidas de gestão que visam proteger ou restaurar valores de conservação.

As medidas de gestão das áreas de conservação são definidas com base nos valores neles presentes (prováveis ou comprovados) e nas orientações provenientes de fontes como Plano Sectorial da Rede Natura 2000, Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal, entre outros.

Na elaboração de projetos de florestação de maior dimensão ou com condicionantes (por exemplo nas áreas integradas no Sistema Nacional das Áreas Classificadas), é avaliada a oportunidade de estabelecer novas áreas de conservação, nomeadamente através de zonas de descontinuidade ou corredores ecológicos.

Para cada uma das 22 Áreas Classificadas com áreas sob gestão da Altri Florestal, foram elaborados Planos de Gestão da Biodiversidade.



Compromisso 2030: Desenvolver 13 estações de biodiversidade e biospots

ODS referido pelos *stakeholders* no âmbito do processo de auscultação realizado em 2020.

Sistemas de Informação Florestal

O crescimento da floresta é acompanhado através de recolhas periódicas de medições e de outros dados do património florestal. O Inventário Florestal é um trabalho estatístico realizado com a finalidade da obtenção de caracterizações quantitativas e qualitativas dos recursos florestais, tais como a produção, densidade, estado fitossanitário, características do subcoberto ou existência de espécies invasoras. A Altri Florestal realiza inventários florestais de forma contínua, sendo esta uma das mais importantes fontes da informação de apoio à gestão florestal.

Os resultados dos inventários florestais permitem a análise das atuais produtividades dos povoamentos, assim como, com recurso a modelos de crescimento, a previsão de produções futuras. Estes factos fazem com que esta seja informação fundamental na tomada de decisões no planeamento estratégico, tático e operacional. Para além disto, os resultados de inventário são também utilizados no controlo das operações florestais, em análises produtivas dos povoamentos, no planeamento de intervenções fitossanitárias e no cálculo de indicadores de gestão.

Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) assumem um importante papel como ferramenta de apoio à gestão. Este sistema assenta sobre uma base de dados desenhada à imagem do património florestal gerido cuja informação gerada é partilhada para consulta dos colaboradores, seja no gabinete ou no campo. A informação geográfica é, de alguma forma, a base de quase todos os trabalhos de gestão florestal.

A utilização dos SIG pode assumir várias formas. Como base de informação são habitualmente utilizados serviços de ortofotos ou de imagens satélite, mas também imagens internamente recolhidas com uso de veículos aéreos não tripulados (drones). O uso mais comum é a produção de cartografia temática e de apoio a diversos usos, tais como, levantamentos cadastrais, projetos de florestação e exploração, mapas de apoio ao inventário florestal, identificação de valores de conservação, entre vários outros. No entanto, a análise geoespacial também se tem assumido como uma importante base de apoio à gestão. Nesta valência, a empresa tem desenvolvido trabalhos para avaliação do risco de erosão, no estudo da produtividade e na análise da vitalidade dos povoamentos.



Ortofoto gerada a partir da utilização de drones

Proteção integrada

A defesa da floresta contra pragas e doenças é feita numa ótica de proteção integrada, aliando sempre o melhor conhecimento existente às melhores ferramentas de controlo disponíveis. Além disso, a Altri Florestal, em parceria com várias entidades, colabora na investigação e desenvolvimento de meios de controlo que possam ser viáveis, efetivos e seguros.

Luta genética

A luta genética, mediante a procura de genótipos de plantas mais resilientes às pragas e doenças é uma via em desenvolvimento permanente. Através de ensaios de campo e laboratoriais procuram-se genótipos de eucalipto mais resilientes a pragas e doenças, e estudam-se os mecanismos que conferem às plantas uma maior ou menor suscetibilidade.

Controlo biológico de pragas

O controlo biológico consiste no recurso a inimigos naturais específicos de uma determinada praga que, ao matarem o seu hospedeiro, reduzem naturalmente o organismo que se pretende combater. A Altri Florestal reconhece que este é um instrumento muito importante para o controlo eficaz e seguro das pragas dos seus povoamentos.

Em 2011, em parceria com o RAIZ, iniciaram-se estudos de prospeção de inimigos naturais do gorgulho-do-eucalipto, *Gonipterus platensis*. O gorgulho-do-eucalipto é um inseto desfolhador que se alimenta das folhas de eucalipto. Ataques moderados a fortes levam à redução do crescimento das árvores.



O objetivo foi encontrar parasitoides específicos da praga que complementassem em campo o controlo parcial obtido com o parasitoide já estabelecido *Anaphes nitens*. De entre os organismos estudados foi selecionado o parasitoide de ovos *Anaphes inexpectatus*. Para produção em massa deste organismo, foi montada uma biofábrica na Altri Florestal. Entre 2012 e 2018 foram libertados mais de 460 mil parasitoides de *Anaphes inexpectatus*, resultantes de produções da Altri Florestal e do RAIZ. Monitorizações de campo recentes indicam que este organismo está estabelecido, embora o parasitismo em campo seja baixo e por isso ainda não tem efeito na redução de praga.



Outra praga que tem causado danos em campo é o percevejo-do-bronzeamento-do-eucalipto (*Thaumastocoris peregrinus*), um inseto sugador que suga o conteúdo celular das folhas levando a que estas percam a sua capacidade fotossintética.

O inimigo natural, de seu nome *Cleruchoides noackae*, parasita e mata os ovos da praga, interrompendo o ciclo de vida do hospedeiro. Este parasitoide já foi testado com êxito noutros países onde o percevejo-do-bronzeamento causa prejuízos severos, como no Brasil. Em Portugal, foi necessário repetir estudos laboratoriais de eficácia e especificidade para a obtenção de autorização de libertações em campo.

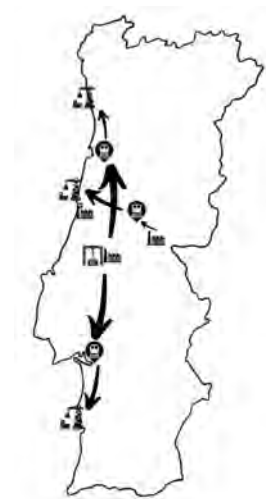
NA ENTREGA DO NOSSO PRODUTO

Onde tudo nasce

A nossa distância média ao mercado, que se situa a cerca de 4000 kms, responsabiliza-nos pela busca constante de um *mix* de métodos de transporte sustentáveis.

A localização geográfica das nossas unidades industriais, que, em média se situam a 67 kms dos seus *hubs* de saída para o modo marítimo, é inegavelmente uma excelente base de partida para o nosso desempenho ambiental no que diz respeito ao *downstream* do nosso sistema de transporte.

Mas é necessário continuar a fazer boas escolhas e a manter os nossos 5 pilares de sustentabilidade para o *downstream* da nossa cadeia de transporte.



67 kms separam os nossos sites industriais dos hubs marítimos

Pilar 1 | Aposta no transporte marítimo

Aposta no transporte marítimo, e numa rede de 24 portos, nomeadamente no de curta distância para as nossas vendas na Europa e em toda a bacia do Mediterrâneo, e no transporte de *deep-sea* para o Extremo-Oriente.

O transporte marítimo é, portanto, o modo principal das nossas vendas (66%) reservando o modo rodoviário apenas para parte das nossas entregas na Península Ibérica (18%).

Quando se analisa a distância percorrida por cada um dos modos, o peso do transporte marítimo sobe para 93% do total dos nossos transportes.

O peso do transporte marítimo nas tkm⁴ no downstream do nosso sistema de transporte é de 93%.

⁴ Unidade de medida que equivale ao peso, em toneladas, da carga transportada multiplicada pelos quilómetros do transporte.



Pilar 2 | Soluções de mercado

Contínuo esforço para utilizar soluções de mercado, em oposição a serviços dedicados, pelas implicações em termos de viagens em vazio.

As duas operações dedicadas do nosso grupo, são soluções de longo prazo cujos impactos ambientais ultrapassam as proporcionadas pelas soluções convencionais de mercado, seja no caso da ligação entre a CELBI e o Porto da Figueira da Foz (projeto T4T), seja na ligação quase diária, ferroviária, entre a CELTEJO e o mesmo porto.



Pilar 3 | Porto da Figueira da Foz

Centralização de operações portuária no porto da Figueira da Foz, como forma de otimização do transporte *outbound* e *inbound* contribuindo assim para que exista equilíbrio entre a entrada e saída de navios daquele porto.

Contribuímos assim decisivamente para a redução dos reposicionamentos em vazio dos navios: 70% dos navios entram carregados e saem com carga.

Esta aposta representa também um forte compromisso social com a região.

Pilar 4 | Transporte ferroviário

Aposta no crescimento do transporte ferroviário na base multi-cliente ou em comboio bloco para a Península Ibérica, opção que tem claro suporte nas nossas práticas contratuais que atribuem uma majoração às propostas baseadas nesse modo de transporte.

Pilar 5 | Transição ecológica

Incentivo aos nossos parceiros na transição ecológica, oferecendo possibilidade de contratação de longo-prazo e majoração de propostas para soluções baseadas em combustíveis não-fósseis.

Com estes cinco pilares como orientação para o nosso futuro, temos como objetivo contribuir para a redução de 30% do nosso nível global de emissões até 2030.



Compromisso 2030:

Reduzir em 30% as emissões de âmbito 3 (kgCO₂e/tSA)

ODS referido pelos *stakeholders* no âmbito do processo de auscultação realizado em 2020.

NA SUSTENTABILIDADE DO NOSSO PRODUTO

A Altri está fortemente comprometida em aumentar o seu valor através da produção de novos produtos derivados da madeira.

As nossas unidades industriais devem ser vistas como biorefinarias de segunda geração, com potencial para produzir produtos de alto valor acrescentado de origem renovável para além dos tradicionais como a pasta, o papel e as embalagens.

Neste campo a Altri tem vindo a investir fortemente na investigação e desenvolvimento na procura de produtos sustentáveis de alto valor acrescentado. É o caso da fábrica da Caima que é a única em Portugal, e uma das poucas na Europa, a produzir pasta solúvel para aplicação na produção de fibras têxteis de base celulósica o que garante vantagens ambientais quando comparadas com as fibras sintéticas de origem petroquímica e as fibras naturais como o algodão. As fibras têxteis de base celulósica são recicláveis, biodegradáveis e provenientes de florestas sustentáveis com consumos de água e nutrientes inferiores aos das plantações de algodão.

As fábricas da Altri como Biorefinarias de 2ª Geração

Produtos Atuais
Produtos Potenciais

As Fábricas da Altri como biorefinarias de 2ª geração



Os projetos de Inovação da Altri têm-se focado na criação de valor económico e de capital intelectual em 4 eixos estratégicos, em áreas adjacentes ao negócio atual.



O ODS 9- Inovação e Infraestruturas é um dos objetivos a que os *stakeholders* da Altri dão mais importância, pelo que a Altri mantém a sua aposta no desenvolvimento de novos produtos e soluções.

Novos Produtos Pasta e Fibra

Tem sido dado foco aos projetos que possam aumentar o capital de conhecimento do grupo Altri nas fibras têxtil de base celulósica.

Exemplos de Projetos em Curso:

H2020, BBI JU

✓ **GRETE H2020, VTT/METSA, Mai19-Abr23**¹

- Estudo I&D novos solventes dissolução e regeneração fibras
- Alargar a matéria-prima de fibras têxteis da pasta dissolving para papelera
- Projecto Europeu via BBI JU (consórcio BBI e EU)

PT2020

✓ **FIBRE4FIBRE PT2020, CENTI/CITEVE, Mar20-Mar23**²

- Estudos I&D pastas Caima para Viscose e Lyocell
- Funcionalização de Pastas e Fibras Têxtil
- Parceria entre CENTI, CITEVE e Altri

Cadeia de Valor coberta pelos Projectos (source: GRETE)



¹ GRETE project from the Bio-Based Industries Joint Undertaking under the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under grant agreement No837527 – GRETE – H2020-BBI-JTI-2018 "Green chemicals and technologies for the wood-to-textile value chain."

² Projeto Fibre4Fibre (POCI-01-0247-FEDER-046948) - cofinanciado ao abrigo do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, no âmbito do Portugal 2020, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE) e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) – "Fiber4Fibre: Pasta solúvel de Eucalyptus globulus para o desenvolvimento de novas fibras processadas de base celulósica"

Valorização Correntes Secundárias

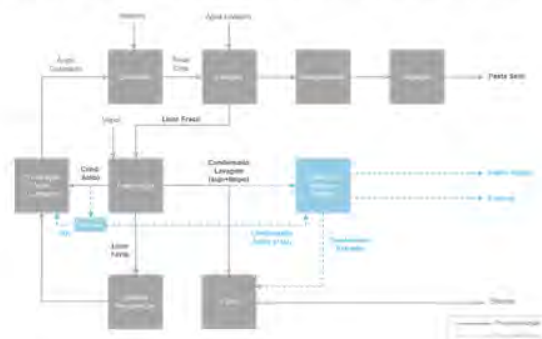
A valorização de correntes secundárias através da recuperação de químicos de base renovável é uma área em desenvolvimento atual.

Exemplos de Projetos em Curso:



- ✓ **CaimaChem PT2020, Altri/Caima, Mar19-Set21**³
- Estudo I&D extracção e recuperação de ácido acético e furfural na Caima
- Parceria com Universidades Nacionais e empresas tecnológicas internacionais

Cadeia de Valor Integrada coberta pelo Projecto CaimaChem (source: Caima)



³ Projecto "CaimaChem – Investigar e desenvolver novas técnicas de recuperação e valorização de ácido acético e furfural provenientes das correntes de condensados da evaporação do processo produtivo da pasta solúvel" (POCI-01-0247-FEDER-045125), cofinanciado ao abrigo do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, no âmbito do COMPETE 2020, Portugal 2020 e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), da União Europeia.

AGENDA ECONÓMICA

Garantir uma gestão responsável da cadeia de fornecedores e a satisfação e envolvimento dos clientes são elementos essenciais para o sucesso da Altri.

OS NOSSOS FORNECEDORES

102-9

204-1

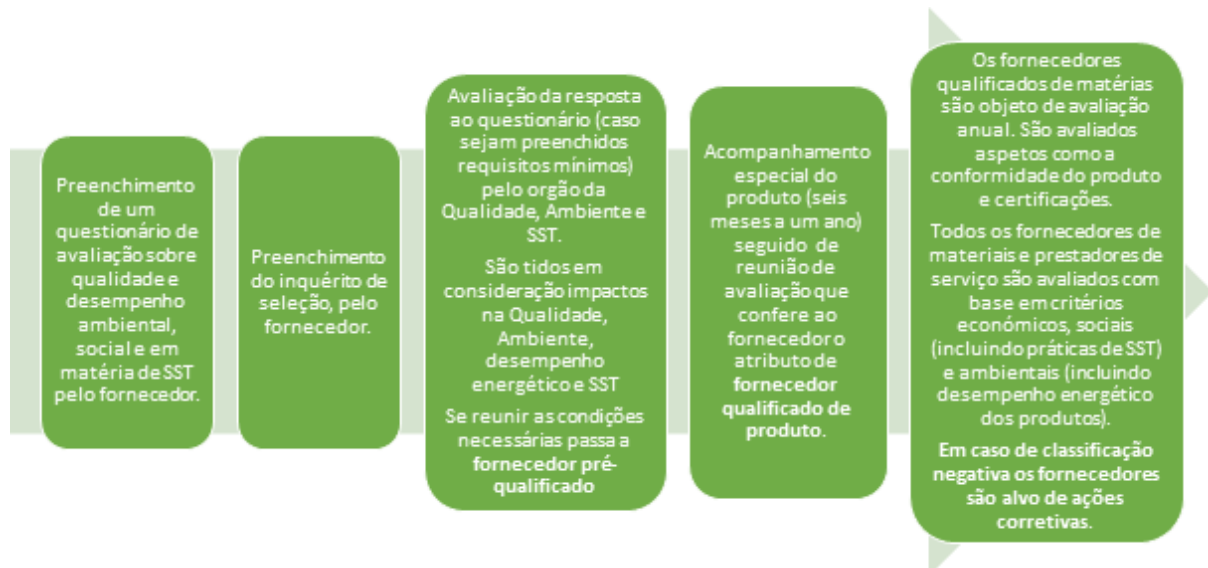
308-1

414-1

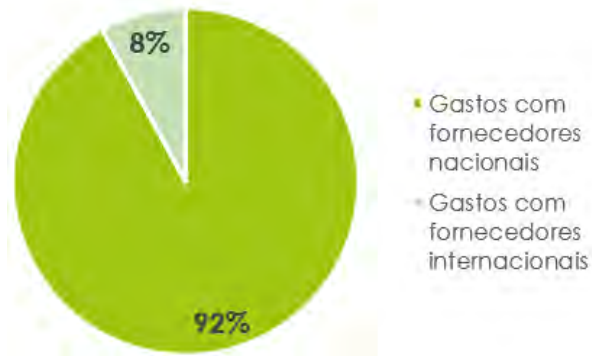
A Altri reconhece a importância de promover a sustentabilidade em toda a sua cadeia de valor, desse modo, tem implementado um processo de gestão dos fornecedores que abrange não só o momento de seleção, mas também de monitorização e avaliação, procurando garantir um acompanhamento ao longo de todo o ciclo de vida da parceria.

Este processo aplica-se a fornecedores que prestem serviços de carácter permanente, de natureza residente ou em regime de *outsourcing*. Estes fornecedores devem ser de áreas críticas fundamentais para a empresa, como materiais, produtos químicos e materiais de embalagem cujos consumos são considerados como *volume costs*, constituindo matérias subsidiárias fundamentais para o processo.

Processo de qualificação e avaliação de fornecedores



Com o propósito de promover a economia local e nacional, a origem dos fornecedores da Altri é um importante critério para a seleção dos mesmos, sendo que em 2020, 92% do total de gastos com fornecedores foram com fornecedores nacionais.



A seleção é apenas o primeiro passo na gestão de fornecedores, por isso, procuramos de modo contínuo promover a formação e sensibilização dos mesmos, em diversas matérias, como por exemplo nas áreas de Ambiente e Segurança com especial incidência sobre os comportamentos seguros.

No ano de 2020 o volume de formação disponibilizado a formandos externos foi de 3.718 horas, representando uma diminuição de 90% face ao ano de 2019. Esta redução justifica-se pelas restrições impostas pela pandemia associada ao vírus SARS-COV-2 que impediram a realização de ações de formação presenciais.

De modo a garantir a qualidade do serviço prestado pelos nossos prestadores de serviços, encontra-se implementado desde 2019, o Código de Conduta de Fornecedores de Serviços Florestais, que emite orientações sobre os valores e a conduta esperada, orientadora da atividade da Altri.

O Código de Conduta de Fornecedores de Serviços Florestais⁵ esclarece sobre a conduta esperada relativamente às seguintes matérias:

- Desempenho;
- Auditorias;
- Ética;
- Subcontratação;
- Segurança e Saúde;
- Laborais;
- Ambientais;
- Igualdade e Não Discriminação;
- Confidencialidade.

⁵ Para mais informações sobre o Código de Conduta de Fornecedores Florestais aceda a: http://www.altri.pt/~media/Files/A/Altri-V2/documents/Codigo_Conduta_Fornecedores_ALTRI_FLORESTAL.pdf.

OS NOSSOS CLIENTES

Percepção externa de clientes

Os clientes da Altri são um grupo de *stakeholders* decisivo para prossecução da missão e cumprimento dos objetivos de sustentabilidade, bem como um importante driver para a conceção e implementação de novas soluções.

No ano de 2020 não foram registadas reclamações, mas foram identificadas 11 oportunidades de melhoria no decorrer do contacto permanente que mantemos com os nossos clientes.

No sentido de recolher sugestões e aferir a percepção dos clientes relativamente ao desempenho da empresa são realizados a cada 2 anos questionários de avaliação.

Os resultados do Avaliação da Percepção externa, que se apresentam de seguida, são alvo de análise pela Gestão de topo.



Questões comerciais

42% considera que os produtos são sempre competitivos em termos de preços

71% considera que os termos de pagamento são sempre justos, consistentes e tão bons quanto os praticados pelas melhores empresas



Distribuição e prazos de entrega

54% considera que os produtos são sempre entregues em conformidade com o estabelecido

65% considera que o envio e a entrega dos produtos são sempre adequados



Assistência de vendas e assistência técnica

94% considera que os documentos de envio e recibos são sempre adequados e precisos

70% considera que a equipa de vendas visita a sua empresa sempre que é necessária assistência

88% considera que a área de apoio às vendas tem sempre uma resposta rápida e lida com os pedidos de modo eficaz

De acordo com a perspetiva dos clientes sobre a evolução da Altri nos últimos 12 meses, de um modo geral, as categorias em análise melhoraram, com maior expressão no que se refere à assistência de vendas e à assistência técnica disponibilizada.

ESTRATÉGIA FISCAL DA ALTRI

207-1 207-2 207-3 207-4

Política fiscal da Altri

Alinhado com os seus valores, a Altri tem o compromisso com os *stakeholders*, de total transparência no seu processo de criação de valor económico.

A Altri, sendo um contribuinte responsável e prudente, está empenhada em garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos fiscais. Procurando garantir que a sua estratégia fiscal é concordante com a atividade económica, as estratégias de negócios e comercial, nas diversas localizações onde realiza as suas atividades comerciais.

GRUPO ALTRI

- Os impostos pagos são o reflexo natural do nosso bom desempenho financeiro
- Temos o compromisso de melhorar continuamente o nosso desempenho económico e social
- Acreditamos que os nossos negócios desempenham um papel de liderança na contribuição para o desenvolvimento da sociedade por intermédio dos impostos pagos

De forma a garantir que este objetivo é alcançado, a Altri suportada por diretrizes internas, para além do rigoroso cumprimento das legislações locais, adota ainda orientações internacionais em sede de políticas de preços de transferência, permitindo desta forma alinhar a sua política fiscal com as melhores práticas de mercado.

Como acontece com qualquer outro gasto intrínseco ao processo de criação de valor económico, a Altri tem a obrigação de tratar os gastos fiscais como parte da sua responsabilidade financeira para com os *stakeholders*. O imposto é apenas um dos muitos fatores que são levados em consideração no processo de tomada de decisão.

Com base em motivos devidamente razoáveis e justificados, o Grupo no seu processo de tomada de decisão em resposta à atividade comercial, considera os eventuais efeitos dos incentivos fiscais e outros benefícios ou isenções concedidos pelo Estado.

O compromisso com a transparência fiscal também se reflete no relacionamento com as Autoridades Fiscais e com o Estado. O Grupo Altri pauta o seu relacionamento com todas as autoridades fiscais, de forma transparente, proativa e recetiva, sempre com o objetivo de minimizar litígios e construir laços de confiança e de parceria.

Conformidade fiscal

As questões fiscais são geridas pela equipa fiscal, e é complementado pelo apoio de assessores fiscais, cujos serviços visam cumprir as práticas fiscais locais.

O NOSSO CAMINHO

- Com base nos princípios definidos no Código de Conduta do Grupo, a política fiscal da Altri descreve os principais princípios e diretrizes da tributação na Altri
- Os impostos são pagos de acordo com as leis e regulamentos tributários aplicáveis

A Comissão Executiva é responsável pela supervisão e monitorização destas políticas, como parte intrínseca dos processos de gestão de risco da Altri.

Por tudo o acima exposto, a Altri valoriza o diálogo permanente sobre as questões fiscais com os *stakeholders*.

2. AGENDA AMBIENTAL

102-7

Apostar na gestão eficiente de recursos através de projetos de economia circular, garantindo a utilização e preservação consciente e responsável dos recursos.



ECONOMIA CIRCULAR

Reduzir, reutilizar, recuperar e reciclar materiais ou energia. Este é um dos conceitos-base da economia circular que a Altri está a explorar em várias áreas do Grupo.

A Altri, enquanto criadora de produtos renováveis, aplica a economia circular ao longo de toda a sua cadeia de valor – desde as suas florestas geridas de forma sustentável, passando pelo processo de produção das pastas de celulose até à forma como reutiliza todos os subprodutos.



1. Recursos renováveis	2. Operações responsáveis	3. Produtos sustentáveis	4. Utilizações dos produtos	5- Circularidade no fim de vida
A Altri utiliza madeira produzida em florestas geridas de forma sustentável. A biomassa florestal residual é valorizada energeticamente nas caldeiras a biomassa.	A Altri opera por forma a obter a máxima eficiência operacional nas suas unidades industriais, reduzindo o seu impacto ambiental e social.	Todos os seus produtos são sustentáveis, renováveis e biodegradáveis		Quando já não é possível reutilizar ou reciclar, os produtos de base florestal são valorizados energeticamente, substituindo os combustíveis de origem fóssil.

Na Altri, cerca de 96% das matérias primas utilizadas são renováveis, sendo a estratégia do Grupo aproveitar ao máximo todos os subprodutos resultantes dos seus processos e atividades. Neste sentido, o Grupo definiu um plano de ações que consiste em dois principais eixos de atuação:

Aumentar a eficiência operacional das unidades industriais, por forma, a diminuir a utilização de recursos naturais e a produção de resíduos.

Produção de produtos de maior valor acrescentado:

- Utilização dos subprodutos e resíduos produzidos nas suas unidades fabris como matéria prima para outras indústrias;
- Produção de fertilizantes a partir de lamas do tratamento de efluentes para aplicação na floresta;
- Valorização energética de biomassa florestal residual nas centrais termoelétricas a biomassa.

Gestão ambiental nas unidades industriais da Altri

A Altri tem vindo a apostar desde há vários anos na redução dos consumos de matérias-primas, combustíveis fósseis e do uso de água, com o objetivo de melhorar o seu desempenho ambiental, reduzir os seus custos de operação e aumentar a sua competitividade.

A Altri dispõe de Sistemas de Gestão Ambiental em todas as suas unidades industriais, implementados e certificados em conformidade com normas internacionais de referência. Todos os aspetos ambientais são identificados e avaliados relativamente a impactes e riscos associados, para todas as atividades realizadas, sendo também definidas as medidas de controlo e de mitigação associadas para os que são considerados mais significativos.

Para as ações de melhoria ou investimentos considerados relevantes, é realizado um balanço ambiental, energético e de segurança, com o objetivo de avaliar os seus previsíveis efeitos no desempenho ambiental, energético e de segurança da Empresa, bem como a prever os impactes e a propor as medidas mitigadoras adequadas.

Todas as unidades industriais de produção de pasta e energia cumprem escrupulosamente os limites definidos nos seus Títulos Únicos Ambientais (TUA), em linha com o preconizado nas Melhores Técnicas Disponíveis (MTD), dos documentos de referência da União Europeia.

GESTÃO AMBIENTAL

Materiais e Resíduos

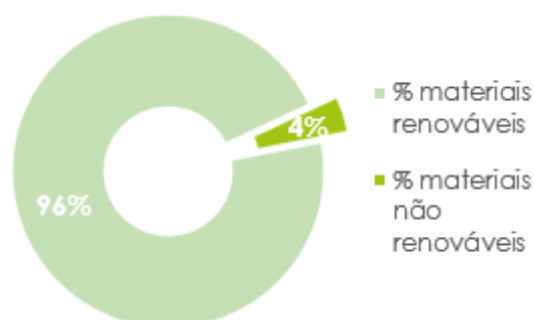
301-1

301-2

TEMA RELEVANTE: Gestão de Resíduos

Na Altri, cerca de 96% das matérias-primas utilizadas são renováveis

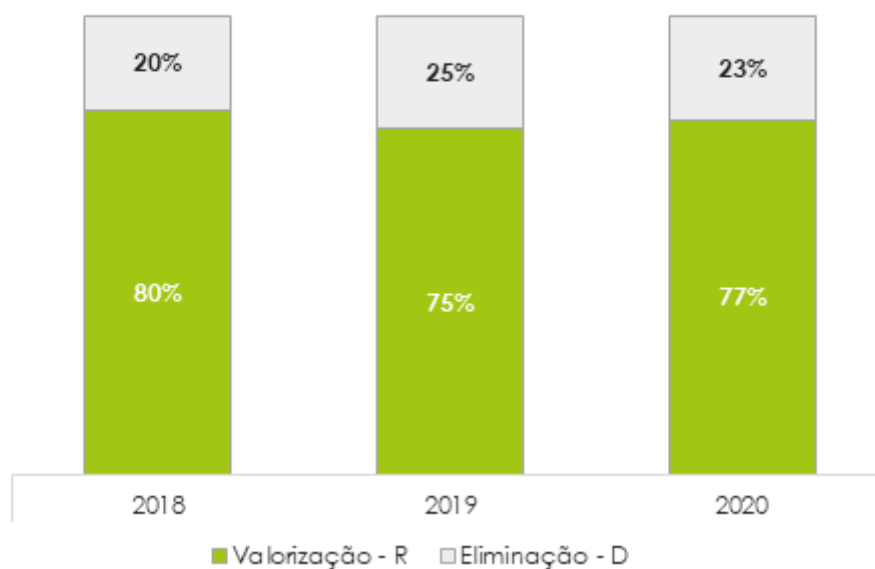
A principal matéria-prima utilizada pela Altri no processo de fabrico de pasta de papel e solúvel é a madeira, proveniente de plantações geridas de forma sustentável. As matérias não renováveis utilizadas, que representam os restantes 4%, são produtos químicos como soda cáustica, o peróxido de hidrogénio, o ácido sulfúrico e o clorato de sódio.

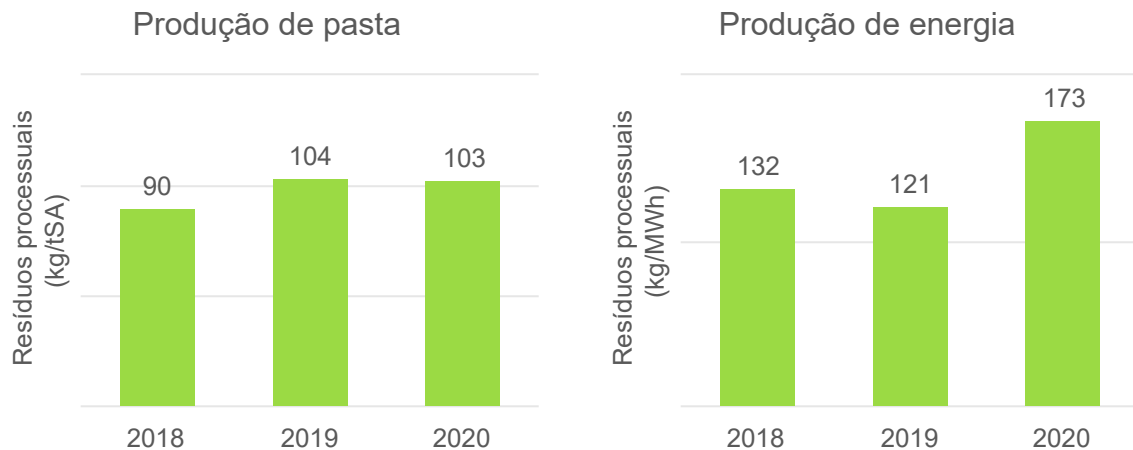


Compromisso 2030: 100% dos resíduos processuais valorizados ou reutilizados

ODS referido pelos *stakeholders* no âmbito do processo de auscultação realizado em 2020.

Destino dos resíduos processuais produzidos nos processos de produção de pasta e energia





O aumento dos resíduos produzidos na atividade de produção de energia na GREENVOLT, está relacionado com a entrada em operação em julho de 2019 da central da Sociedade Bioelétrica do Mondego.

Principais iniciativas em 2020

Desclassificação de resíduos (atribuída pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente).

No âmbito da CELPA (Associação da Indústria Papeleira), continuam em curso os processos de desclassificação dos principais resíduos processuais, permitindo que possam ser considerados como subprodutos e utilizados como matérias primas por outras indústrias.

As Areias de Caldeiras a Biomassa de Leito Fluidizado resultantes do processo de produção de energia são consideradas como subproduto para utilização na Pavimentação e Fabrico de materiais para construção (cimento, argamassas), desde 2019.

- 15% das areias produzidas em 2020 foram enviadas para estes destinos como subproduto
- Em 2020, foram desclassificadas as lamas de carbonato para utilização como matéria prima para a produção de cal para incorporação no processo de produção de pasta de papel
- Em 2020, 3% das lamas de carbonato produzidas tiveram este destino

Valorização energética

Uma grande parte dos resíduos produzidos nas fábricas de produção de pasta têm potencial para serem valorizados energeticamente, nomeadamente as fibras e as lamas biológicas resultantes do tratamento de efluentes. Na Altri, parte destes resíduos são valorizados energeticamente ou nas caldeiras de recuperação ou nas caldeiras termoeletricas a biomassa.

- Em 2020, cerca de 22% destes resíduos foram valorizados internamente para a produção de energia

Novos parceiros

Em 2020 intensificaram-se os contactos com possíveis parceiros para a utilização dos resíduos/ subprodutos como matérias primas para os seus processos de produção.

Novos projetos

“Regresso às Origens” é um projeto em desenvolvimento que tem como objetivo devolver à floresta os componentes da madeira que não são utilizados no processo de produção de pasta.

Outros projetos em curso

Produção de fertilizantes a partir das lamas secundárias das ETARi com o parceiro AGRISTARBIO

A Altri Florestal iniciou os testes em vaso com o fertilizante produzido a partir das lamas secundárias numa plantação de eucaliptos, com objetivo de verificar a eficácia dos fertilizantes e ajustar a sua composição face aos requisitos dos terrenos florestais e do posterior licenciamento deste produto.

Com a reutilização das lamas biológicas na fertilização dos solos florestais, fecha-se o ciclo de vida da matéria orgânica que teve origem na própria floresta.

Água e efluentes

TEMA MATERIAL: Gestão da Água

303-1

303-2

303-3

303-4

303-5

O setor da pasta e do papel é um dos melhores exemplos de economia circular, e a água é um dos vários recursos utilizados de uma forma eficiente, responsável e em cascata por parte da Altri.

Na Altri, a água tem uma função de elevado valor, quer enquanto recurso hídrico nas florestas, quer enquanto recurso de produção, nomeadamente no transporte das fibras de celulose, na sua lavagem, na formação da folha de pasta e em circuitos de aquecimento e arrefecimento.

Sendo este um recurso tão importante, a Altri assume o compromisso de o preservar e de o utilizar segundo as melhores práticas aplicáveis.

Na sua Política de Gestão Eficiente da Água e no seu **Compromisso 2030**, a Altri assume a responsabilidade de reduzir o uso específico da água e reciclar, sempre que possível, as águas residuais tratadas nas unidades industriais.

Atualmente, e graças aos circuitos de recuperação de água instalados nas diferentes etapas do processo, a água pode ser recirculada cerca de 10 vezes antes de ser enviada para tratamento nas Estações de Tratamento de Águas Residuais existentes nas fábricas.

A Altri tem como objetivo em 2021, reportar o seu desempenho na gestão da água no âmbito do “Water Disclosure Project” (WDP), como forma de gestão e medição da sua pegada hídrica.

Água

Desde 2018 que o uso específico de água se mantém praticamente constante, ou seja, a quantidade de água necessária para a produção de uma tonelada de pasta foi de 22 m³/tSA, bastante abaixo da referência das Melhores Tecnologias Disponíveis (MTD) do PCIP (Prevenção e Controlo Integrado de Poluição) e das diretrizes do IFP (*International Financial Corporation*), que estabelecem o intervalo de 25 m³/tSA a 50 m³/tSA como melhores práticas globais de gestão da água para esta atividade.



Compromisso 2030: Reduzir o uso específico de água (m³/tSA) nas fábricas da Altri em 50%

83% de água captada é devolvida ao ambiente⁶

Cerca de 83% da água captada nas fábricas é devolvida ao ambiente após ser devidamente tratada, cumprindo todos os requisitos definidos nos Títulos Únicos de Recursos Hídricos de cada uma das unidades industriais. Os restantes 17% acompanham o produto final, os resíduos ou evaporam-se para a atmosfera.



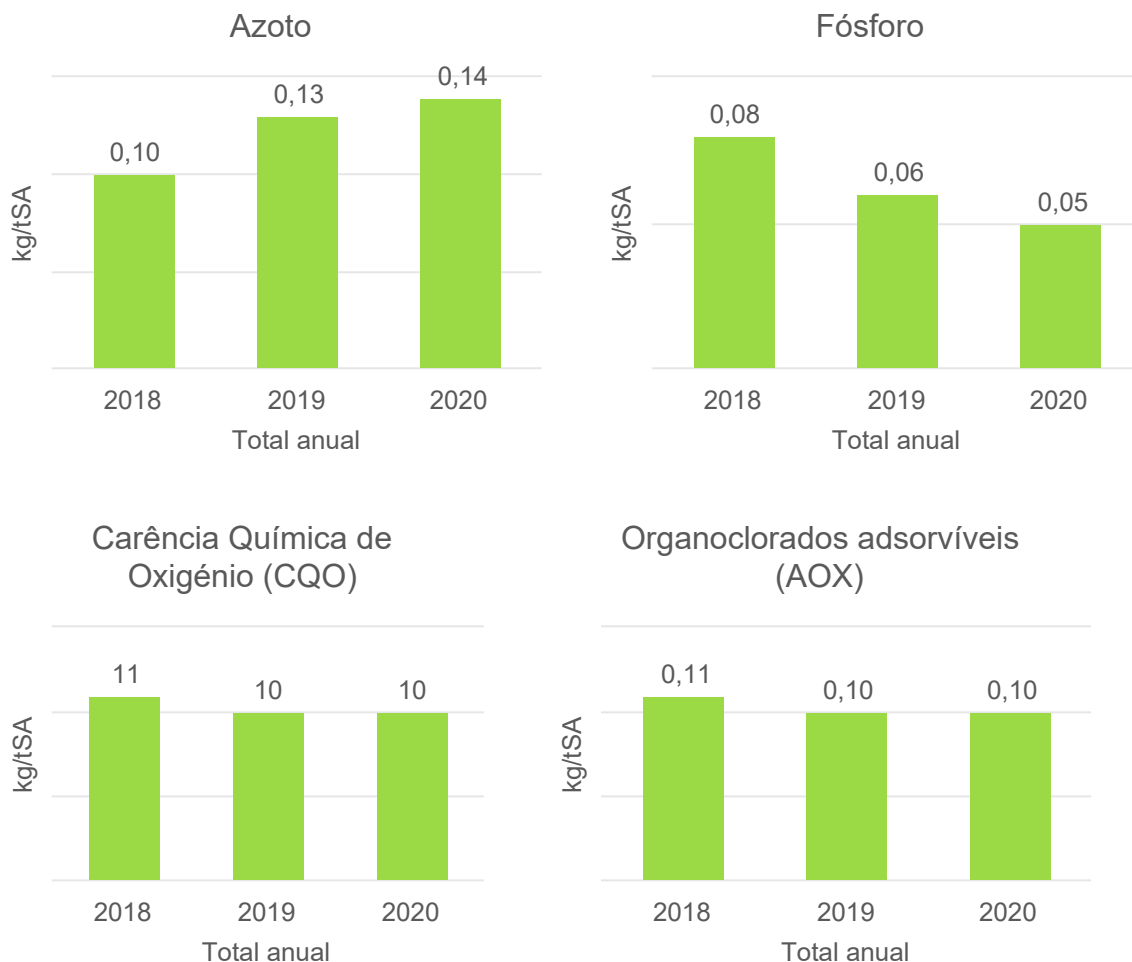
A água devolvida ao ambiente pela Altri é tratada pelas fábricas nas suas respectivas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARI), as quais são altamente eficientes e asseguram que os efluentes descarregados para os meios recetores são ecologicamente seguros e cumprem todos os requisitos regulamentares.

Os principais poluentes rejeitados nos efluentes finais incluem o fósforo, azoto, carência química de oxigénio (CQO) e os organoclorados adsorvíveis (AOX).



Compromisso 2030: Reduzir a carga orgânica (CQO, kg O₂/tSA) nos efluentes industriais da Altri em 60%

⁶ O valor de água captada devolvida ao ambiente não inclui a Greenvolt.



7

Reciclagem de efluente

A Altri tem vindo a implementar medidas que permitem descarregar menos efluente para o rio Tejo

Os investimentos efetuados na Celtejo permitem recuperar uma parte considerável da água do efluente e voltar a utilizá-la na produção de pasta branqueada, que possui requisitos muito exigentes em termos de qualidade. Esta medida permite à Celtejo retirar menos água do Tejo e libertar menos efluente para o rio.

Em 2020, 20% do efluente final da Celtejo foi reciclado para o processo de produção de pasta.

Em 2020, iniciou-se um estudo independente da qualidade da água do rio Tejo com um laboratório independente associado à Universidade de Coimbra. O objetivo é de caracterizar as circunstâncias que levam à ocorrência de espuma e cor, especialmente na região de Abrantes.

⁷ O AOX diz apenas respeito à Celbi, única empresa do Grupo que utiliza compostos de cloro no processo de branqueamento da pasta

Emissões para o ar

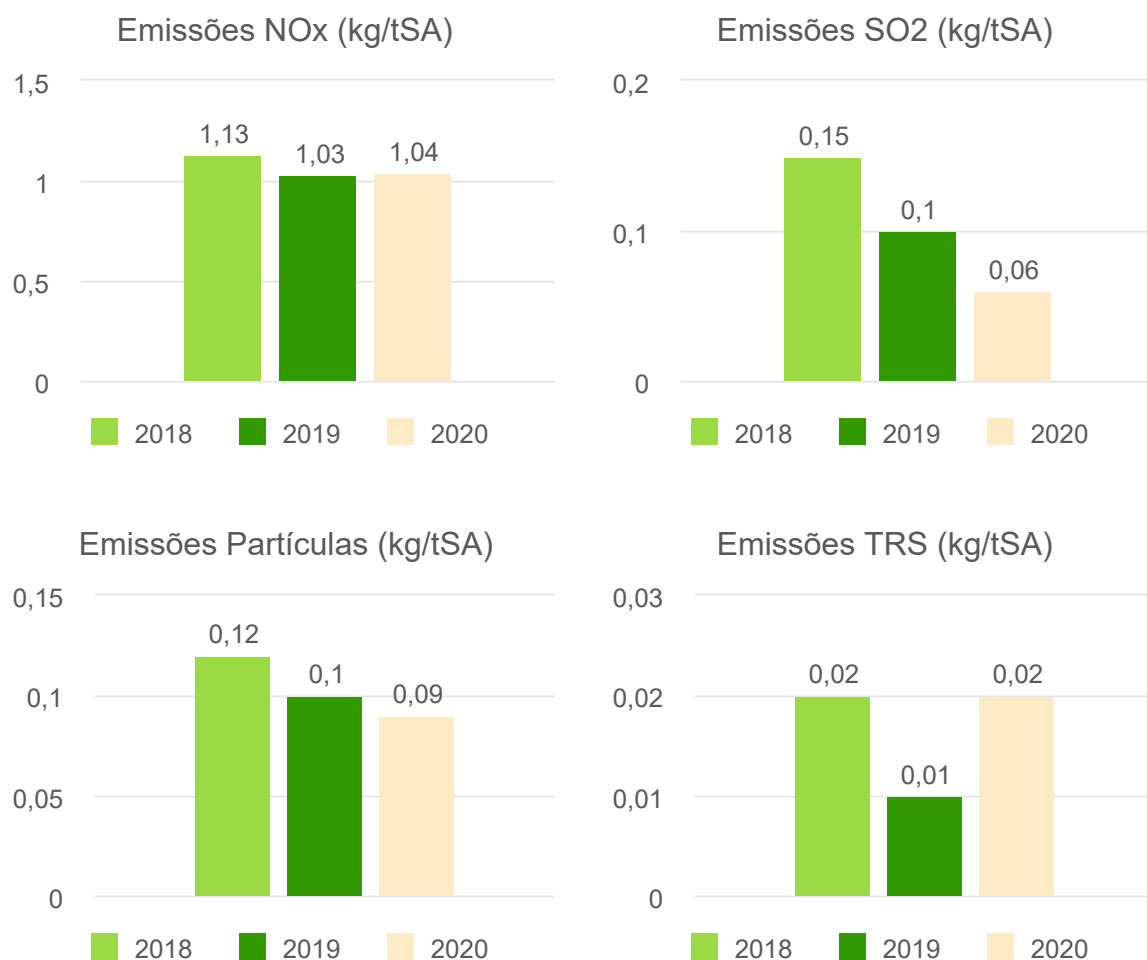
305-7

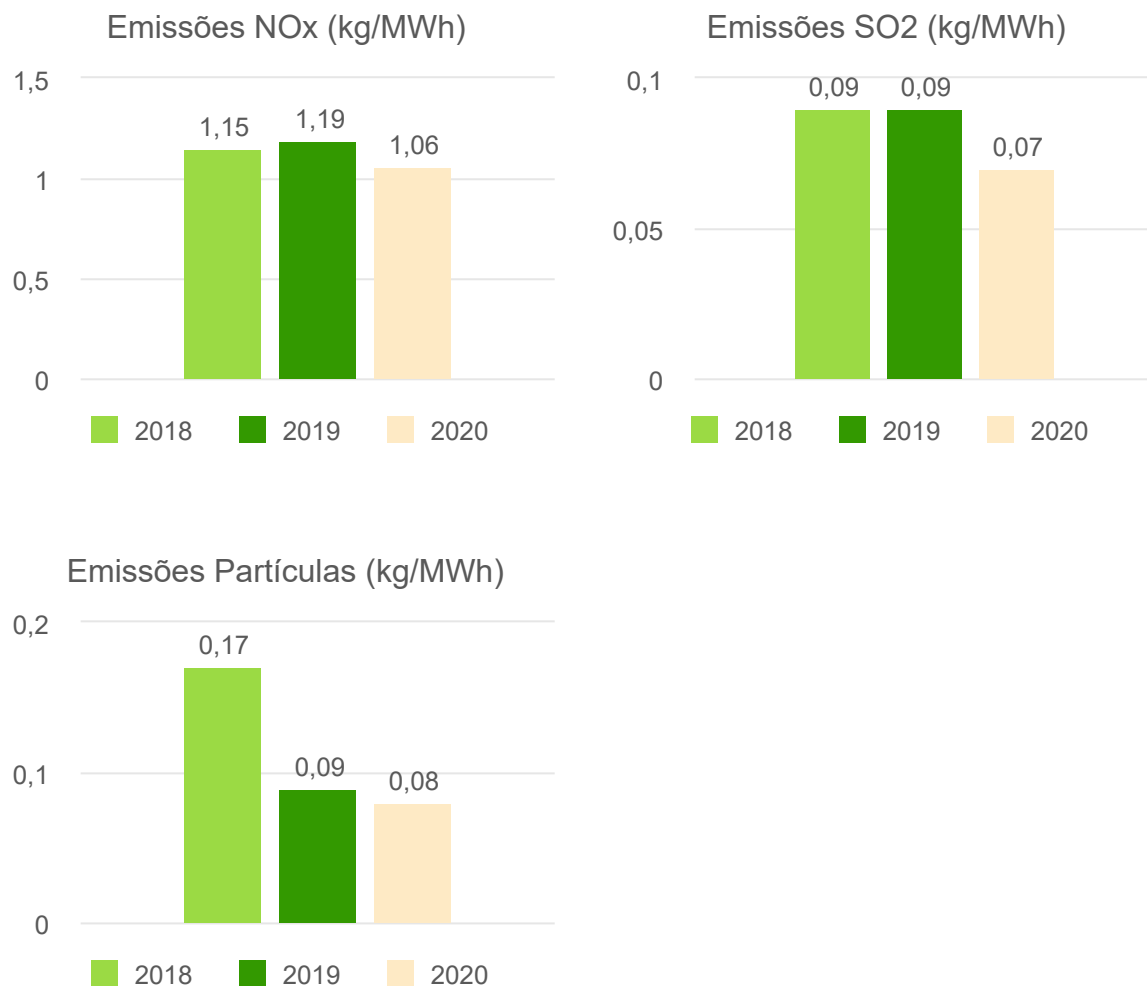
As emissões gasosas resultam essencialmente dos processos de combustão, incluem dióxido de carbono (CO₂), dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de azoto (NOx) e partículas finas.

Quando não gerido corretamente, o CO₂ contribui para o aquecimento global enquanto que as emissões de SO₂ e NOx afetam a qualidade do ar e podem causar chuvas ácidas e acidificação do solo.

A Altri trabalha para reduzir as suas emissões atmosféricas usando mais energias renováveis, melhorando a eficiência energética, e apostando em tecnologias limpas como por exemplo lavadores de gases e filtros de mangas associados a sistemas avançados de controlo processual.

Emissões gasosas da atividade de produção de pasta



Emissões gasosas da atividade de produção de energia (Greenvolt)**Odores**

413-2

A Altri continua o seu percurso por forma a minimizar o odor resultante das atividades das suas fábricas.

Projeto recolha de emissões difusas no setor da produção de pasta

Em 2020, iniciou-se um projeto na Celbi para recolha de emissões difusas libertadas nas áreas fabris do digestor, lavagem, crivagem, deslenhificação com oxigénio e branqueamento. Os gases recolhidos serão lavados quimicamente num equipamento adequado e enviados para queima na Caldeira de Recuperação.

Com este projeto a Altri espera alcançar uma redução muito significativa do odor sentido pela comunidade envolvente, uma vez que as emissões difusas destas áreas correspondem atualmente a cerca de 90% destas emissões. Esta operação está prevista iniciar em março de 2021.

Energia

302-1

302-3

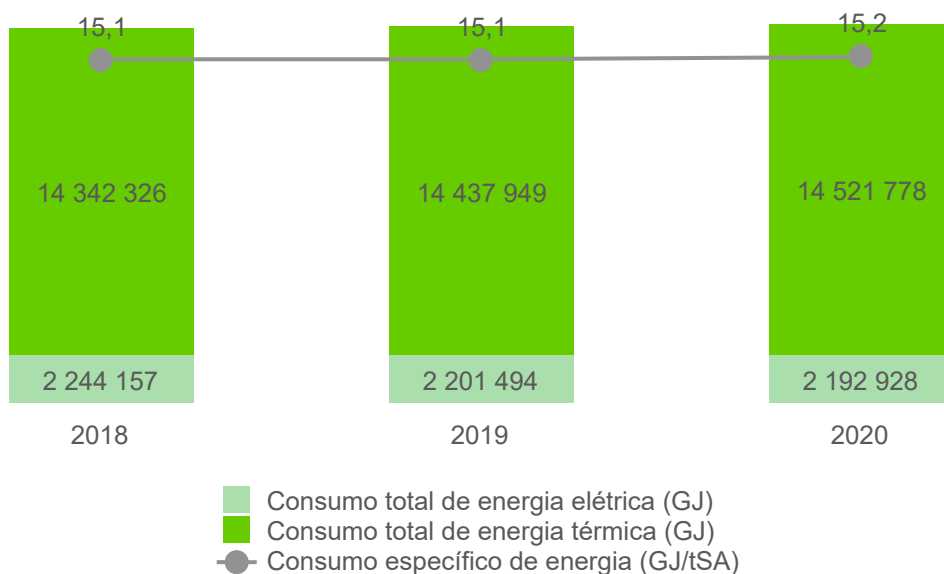
302-4

TEMA MATERIAL: Eficiência Energética

A Altri tem implementado medidas que permitem assegurar que o processo de produção de pasta celulósica, energeticamente intensivo, é realizado da forma mais eficiente possível, nomeadamente através da utilização de diversos derivados da madeira cujo teor em carbono é considerado ambientalmente neutro.

O foco da Altri tem sido o de aumentar a eficiência energética dos seus processos, reduzindo os custos dos mesmos. Neste sentido, as três unidades industriais, Celbi, Celtejo e Caima, implementaram e certificaram os Sistemas de Gestão da Energia em conformidade com os requisitos da Norma ISO 50001, que determinam a definição e a implementação frequente de projetos e programas específicos de otimização energética.

Consumo de energia - Produção de Pasta



Em 2020 verificou-se uma redução de cerca de 2% do consumo total de energia associado à atividade de Produção de Pasta. Esta redução é resultado das diversas ações de melhoria implementadas pelas fábricas de pasta de celulose com o objetivo de reduzir o seu consumo de energia elétrica, sendo que a redução deste consumo foi de cerca de 19% relativamente a 2019.

O investimento em novas tecnologias e a aposta nas melhores práticas de eficiência energética têm vindo a permitir que a energia produzida a partir da queima de biocombustíveis seja cada vez mais representativa, sendo que cerca de 91% das fontes de energia utilizadas no processo de fabrico são de origem não fóssil.



Compromisso 2030: 100% da energia primária consumida nas fábricas da Altri é de origem renovável

ODS referido pelos *stakeholders* no âmbito do processo de auscultação realizado em 2020.

O investimento em novas tecnologias e a aposta nas melhores práticas de eficiência energética têm vindo a permitir que a energia produzida a partir da queima de biocombustíveis seja cada vez mais representativa.



Nota: Informação relativa apenas à atividade de produção de pasta

Iniciativas em 2020

Na Celbi

- Automatização de avisos e ajustes da pressão na rede de vapor de baixa pressão.
- Otimização de rácios de ar, temperatura e pressão do ar de combustão na caldeira de recuperação.
- Identificação e planificação de reparação de fugas de vapor e beneficiação de purgadores.
- Otimização dos consumos de vapor de baixa pressão e média pressão.
- Otimização do desempenho de um dos turbogeradores que permitiu reduzir a compra de energia.

Na Caima

- Reorganização de circuitos e instalação de permutadores de forma a permitir o aproveitamento de energia térmica das correntes internas, reduzindo o consumo de vapor.
- Reorganização de circuitos com vista ao aproveitamento de águas perdidas ou recuperadas, para reutilização e por esta via conduzir a uma redução do uso de água.
- Instalação de variadores de velocidade em motores de ventiladores e bombas.
- Aprovação de um investimento para a instalação de uma caldeira de biomassa que permitirá eliminar a dependência de combustíveis fósseis.

Na Celtejo

- Otimização de funcionamento de bombas de processo (instalação de conversores de frequência, redução da velocidade e da pressão de funcionamento de bombas, substituição de bombas e motores com maior rendimento e implementação de logicas de controlo associadas às condições ótimas de funcionamento).
- Adequação da dimensão de alguns equipamentos às necessidades atuais do processo (bombas e motores de menor dimensão).
- Racionalização do consumo de ozono no branqueamento (consumo de energia elétrica).

- Beneficiação de equipamentos e criação de rotinas de manutenção, visando o melhor desempenho energético dos equipamentos.
- Aumento da disponibilidade do parque de madeiras, permitindo uma otimização da operação, com menos tempos de paragem, resultando em poupanças no consumo de energia elétrica.
- Eliminação de fugas nos coletores de vapor.
- Implementação de rotinas de manutenção preventiva nas redes de ar comprimido industrial.
- Implementação de ciclos de lavagens químicas com controladores automáticos e temporizadores.
- Redução no consumo de energia térmica, em comparação com o ano de 2019, como resultado de otimizações processuais, com impacto no consumo de vapor em várias áreas da fábrica e ainda na geração específica de vapor da CR2.

De realçar ainda o aumento da capacidade da rede de energia elétrica para injeção na Rede Elétrica Nacional.

Produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis

A utilização de biomassa florestal para produção de energia faz parte do ciclo do carbono que se inicia com a fotossíntese, processo em que as árvores absorvem carbono. O ciclo continua com a utilização da madeira como matéria prima para a produção de produtos que armazenam carbono até ao final da sua vida. O ciclo é em seguida prolongado várias vezes com a reciclagem do produto e sua reutilização para produção de outros produtos. No final do seu ciclo de vida o produto é valorizado energeticamente libertando novamente o carbono para a atmosfera. Dá-se assim início a um novo ciclo. Em paralelo a biomassa residual, que não entra no ciclo de produção, é também valorizada energeticamente libertando carbono para a atmosfera, e novas árvores vão crescendo absorvendo carbono.

O ciclo de carbono da floresta não adiciona carbono à atmosfera, ao contrário dos combustíveis fósseis, que libertam carbono geológico armazenado em depósitos subterrâneos ao longo de milhões de anos.

A aposta da Altri na produção de energia a partir de fontes renováveis está alinhada com as estratégias nacionais e europeias de mitigação das alterações climáticas, contribuindo para a descarbonização da indústria e do setor energético, com impacto positivo nas emissões de CO₂ fóssil a nível nacional e na dependência de combustíveis fósseis.

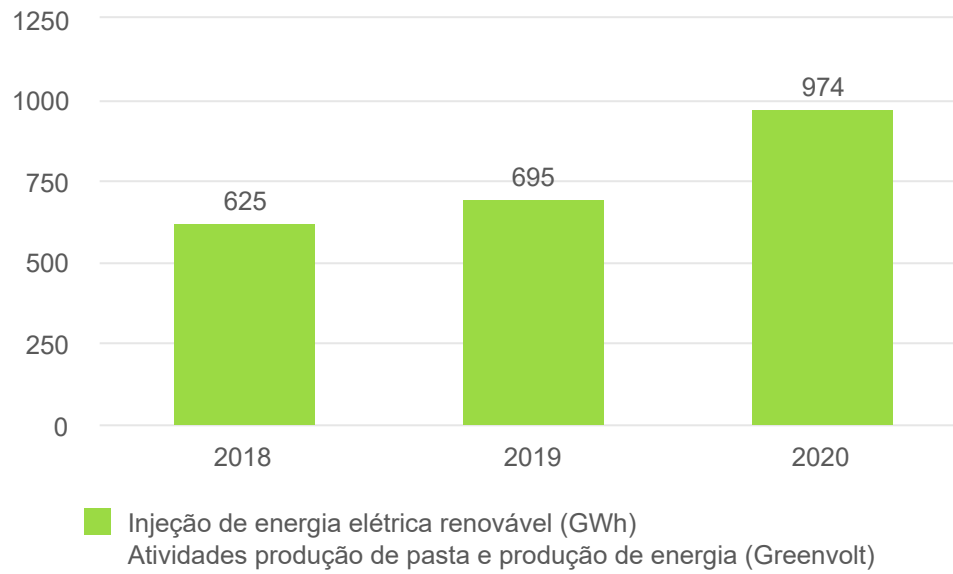
A Altri tem vindo a aumentar a produção de energia.



Compromisso 2030: Aumentar em pelo menos 60% a quantidade de energia elétrica renovável injetada na Rede Elétrica Nacional (GWh)

ODS referido pelos *stakeholders* no âmbito do processo de auscultação realizado em 2020.

A entrada em operação da segunda unidade de produção de energia renovável da Figueira da Foz (a Sociedade Bioelétrica do Mondego, SA), no segundo semestre de 2019, contribuiu para aumentar a produção de energia por parte da Altri. Esta Central produz eletricidade a partir da valorização energética de biomassa florestal residual, tendo uma potência térmica de 135 MWt, o que corresponde a produção líquida de eletricidade de 34,5 MWe para venda à rede do Sistema Elétrico Público (SEP).



COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

305-1

305-2

305-3

305-4

305-5

TEMA MATERIAL: Alterações climáticas e emissões de GEE

Nos últimos 150 anos, a temperatura média mundial subiu em aproximadamente 0,8°C, sendo que na Europa a subida registada é de cerca de 1°C. O Sul da Europa e a Península Ibérica são destacados como das regiões da Europa potencialmente mais afetadas pelas alterações climáticas, enfrentando uma variedade de impactos potenciais, nomeadamente incêndios rurais, ondas de calor, intensidade de secas e cheias repentinas, entre outros. O aumento da temperatura resulta dos gases com efeito de estufa (que promovem a retenção da radiação infravermelha emitida pela Terra). O CO₂ é o maior responsável por este efeito, representando cerca de 63% do aquecimento global mundial, de acordo com o Relatório Especial do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC).

De acordo com o relatório “*The Global Risks Report 2020*”, do *World Economic Forum*, uns dos principais riscos globais, tanto em probabilidade de ocorrência como em severidade de impacto, são os eventos climáticos extremos, a fraca ação climática e a perda de biodiversidade.

Neste sentido, o esforço de governos e reguladores para com o combate às alterações climáticas não é novo, mas a sua preponderância tem vindo a ganhar força, nomeadamente através de definição de metas concretas por parte dos mesmos. Em 2016 Portugal assumiu o compromisso de ser neutro em carbono até 2050, tendo sido o primeiro país a comprometer-se com este objetivo. Desde então, a nível nacional foram desenvolvidos, entre outros, o Plano Nacional Energia e Clima (PNEC), o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050) e a Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H₂). Este compromisso foi também assumido ao nível Europeu em 2018, com a posterior publicação do *European Green Deal*, que pretende tornar a Europa no primeiro continente neutro em carbono até 2050, com uma redução de emissões até 2030 de pelo menos 55%.

A Altri, consciente que este é um desafio atual e com impactos significativos no futuro e no desenvolvimento sustentável, investe de forma crescente em estratégias, processos e iniciativas que visam a ecoeficiência e o combate às alterações climáticas, assim como a gestão eficaz dos processos relativamente ao seu potencial impacto no ambiente e também na sociedade.

A Altri apoia o compromisso de limitar o aquecimento global abaixo de 2°C

A Altri assumiu o compromisso de estabelecer objetivos de redução de emissões de GEE alinhados com a ciência (*Science-Based Targets*), segundo os critérios da *Science Based Targets Initiative* (SBTi). Estes objetivos de redução, tendo como ano objetivo 2030, são integrados no âmbito do “**Compromisso 2030**”, e visa precisamente combater as alterações climáticas.



Compromisso 2030:

Reduzir em 60% as emissões específicas de GEE de âmbitos 1 e 2 (kgCO₂e/tSA)

Reduzir em 30% as emissões de âmbito 3 (kgCO₂e/tSA)

ODS referido pelos *stakeholders* no âmbito do processo de auscultação realizado em 2020.

Este compromisso de redução tem como ano de referência 2018 e vem reforçar a aposta da Altri em ser uma empresa que aposta na adoção de medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos, em alinhamento com o ODS 13 – Ação climática. Os objetivos traçados estão a ser trabalhados de modo a poderem ser aprovados, de forma oficial, pela SBTi.

Em 2020, a Altri foi avaliada com a classificação “Rating B” no CDP Climate Change

A Altri respondeu pela primeira vez em 2020 ao CDP *Climate Change*. Este exercício permitiu refletir acerca dos riscos a que o Grupo se encontra exposto, assim como as oportunidades a serem exploradas em prol do combate às alterações climáticas. Este exercício permitirá, ainda, desenvolver um maior alinhamento do reporte da Altri com as recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosure* (TCFD).

Task Force on Climate-Related Financial Disclosure

Sendo as alterações climáticas e as emissões de GEE um dos temas materiais da Altri, a Empresa assume o compromisso de começar a alinhar o seu reporte com as recomendações da TCFD, dando resposta a necessidades do mercado e expectativas dos *stakeholders*. Este é para a Altri um passo lógico, que dá continuidade ao esforço do Grupo de combater as alterações climáticas e de promover a transparência neste âmbito, e vem, ainda, reforçar os seus compromissos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente o ODS 7 Energias Renováveis e Acessíveis e o ODS 13 Ação Climática.

Em alinhamento com o exercício realizado no âmbito do CDP e seguindo as recomendações da TCFD, a Altri monitoriza os riscos e oportunidades associados às alterações climáticas, identificando as seguintes tipologias principais de risco:

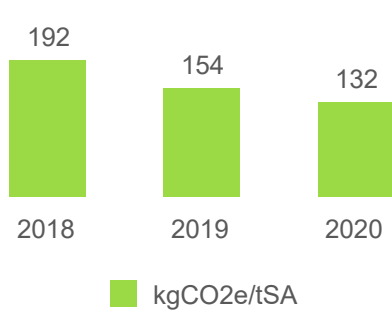
- **Risco de transição**, como são os riscos regulatórios, tecnológicos, de mercado e/ou reputação. Relativamente aos riscos regulatórios, o comércio europeu de licenças de emissões (CELE, EU-ETS) e a regulamentação de energia e subsídios para energia renovável têm um grande impacto na estratégia da Altri e nas decisões de investimento. A monitorização dos riscos regulatórios atuais e emergentes é fundamental para a Altri, pois estes podem ocasionar condições menos competitivas de venda de energia, maiores custos para endereçar novos requisitos ambientais, ou mesmo alterar o preço da fibra de madeira, considerando especialmente as políticas de energia e carbono da UE. Adicionalmente, a aquisição de madeira certificada pode ser menos acessível devido a alterações imprevistas nos esquemas de certificação florestal. Questões reputacionais podem também afetar a Altri, uma vez que as atividades do setor da celulose e papel podem ser mal-entendidas, como sendo atividades não sustentáveis, podendo afetar a reputação e o valor da marca da Altri. Neste sentido a Altri garante a gestão sustentável da floresta e promove a certificação florestal com normas internacionais como FSC® e PEFC™.
- **Riscos físicos**, tanto agudos como crónicos. Relativamente aos riscos físicos agudos, considerando que o fornecimento de madeira é a matéria-prima mais importante da Altri, as alterações climáticas podem resultar em grandes perdas financeiras, podendo impactar negativamente as condições de crescimento das florestas ou causar inundações e incêndios. Estes riscos podem afetar o normal funcionamento das propriedades florestais e a eficiência da produção de acordo com sua intensidade. No que se refere aos riscos físico crónicos, os mesmos podem relacionar-se com alterações de longo prazo nos padrões climáticos que podem causar o aumento do nível do mar ou ondas de calor crónicas, afetando negativamente os ativos industriais e florestais.

A probabilidade de ocorrência dos diferentes riscos associados às alterações climáticas e a sua severidade de impacto, incluindo o impacto financeiro, bem como a respetiva gestão e medidas de mitigação e adaptação, são analisadas pela Altri como parte integrante dos seus processos de avaliação de risco.

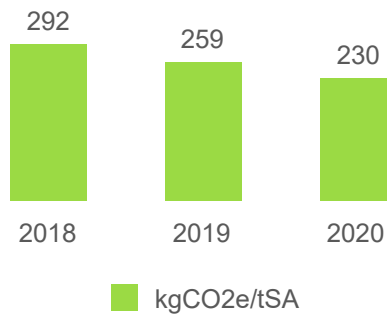
Emissões totais e específicas de GEE

No que se refere ao seu desempenho, a Altri considera fundamental continuar o trabalho que tem sido efetuado ao longo dos últimos anos de diminuir as emissões totais e as emissões específicas das atividades que desenvolve.

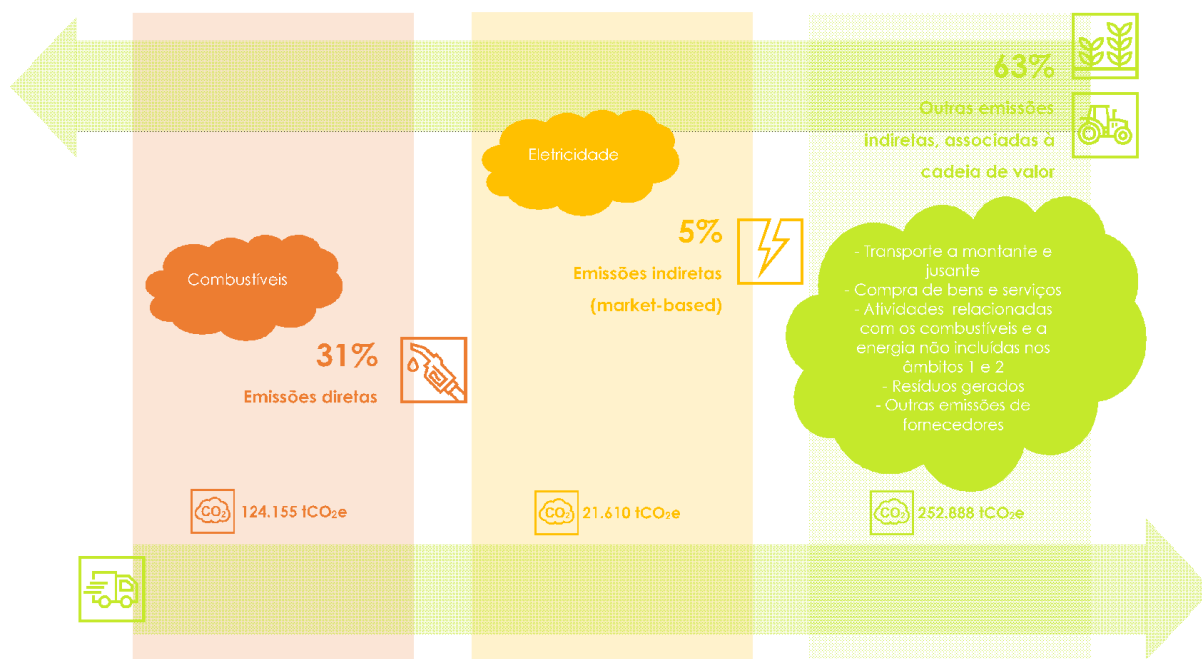
Emissões específicas
CO2e fóssil Âmbito 1 e 2



Emissões específicas
CO2e fóssil Âmbito 3



Pegada de carbono da Altri



• Emissões diretas (âmbito 1) • Emissões indiretas (âmbito 2) • Outras emissões indiretas (âmbito 3)

Pegada de carbono 2019-2020

	tCO ₂ e	
	2019	2020
Emissões de GEE de Âmbito 1 – Emissões diretas		
Emissões diretas das operações	137 524	124 155
Emissões de GEE de Âmbito 2 – Emissões indiretas		
Emissões indiretas – emissões associadas à aquisição de eletricidade (market-based)	36 885	21 670
Emissões indiretas – emissões associadas à aquisição de eletricidade (location-based)	44 252	23 923
Emissões de GEE de Âmbito 3 – Outras emissões		
Transporte a montante (madeira e produtos químicos)	80 272	54 917
Transporte a jusante (produto)	53 120	45 266
Compras de bens e serviços	119 468	119 668
Atividades relacionadas com os combustíveis e a energia não incluídas nos âmbitos 1 e 2	22 228	16 130
Resíduos gerados das operações, incluindo transporte	2 860	2 014
Outras emissões relacionadas com fornecedores	20 008	15 044
Total – Emissões de GEE de Âmbito 1		
Total – Emissões de GEE de Âmbito 1	137 524	124 155
Total – Emissões de GEE de Âmbito 2		
Market-based	36 885	21 670
Location-based	44 252	23 923
Total – Emissões de GEE de Âmbito 3		
Total – Emissões de GEE de Âmbito 3	297 956	253 039
Total – Emissões de GEE de Âmbito 1, 2 (market-based) e 3		
Total – Emissões de GEE de Âmbito 1, 2 (market-based) e 3	459 285	398 864
Outras – Emissões evitadas associadas à venda de eletricidade		
Outras – Emissões evitadas associadas à venda de eletricidade	(186 555)	(154 961)
Outras – Reservatório de carbono na floresta		
Outras – Reservatório de carbono na floresta	8.044.739*	
Outras – Emissões biogénicas da combustão de combustíveis não fósseis		
Outras – Emissões biogénicas da combustão de combustíveis não fósseis	1 622 467	2 750 172

* O valor de reservatório de carbono na floresta foi apurado com base nos valores de 2019.

Emissões diretas (âmbito 1)

As emissões diretas da Altri referem-se, na sua maioria, a emissões de equipamentos estacionários a gás natural, por fontes detidas ou controladas pela Altri. Destaca-se a redução em 2020 face a 2019, de 10%, nas emissões deste âmbito.

Emissões indiretas (âmbito 2)

As emissões indiretas da Altri estão associadas à produção da eletricidade adquirida pelo Grupo para o desenvolvimento das suas atividades. Em 2020 verificou-se uma redução de 41% das emissões deste âmbito face ao ano anterior, a qual se deve a principalmente ao decréscimo de energia elétrica consumida e às medidas de eficiência energética implementadas.

Outras emissões indiretas, associadas à cadeia de valor (âmbito 3)⁸

As emissões indiretas, relacionadas com a cadeia de valor da Altri, são a parte mais significativa das emissões totais do grupo, representando cerca de 63%.

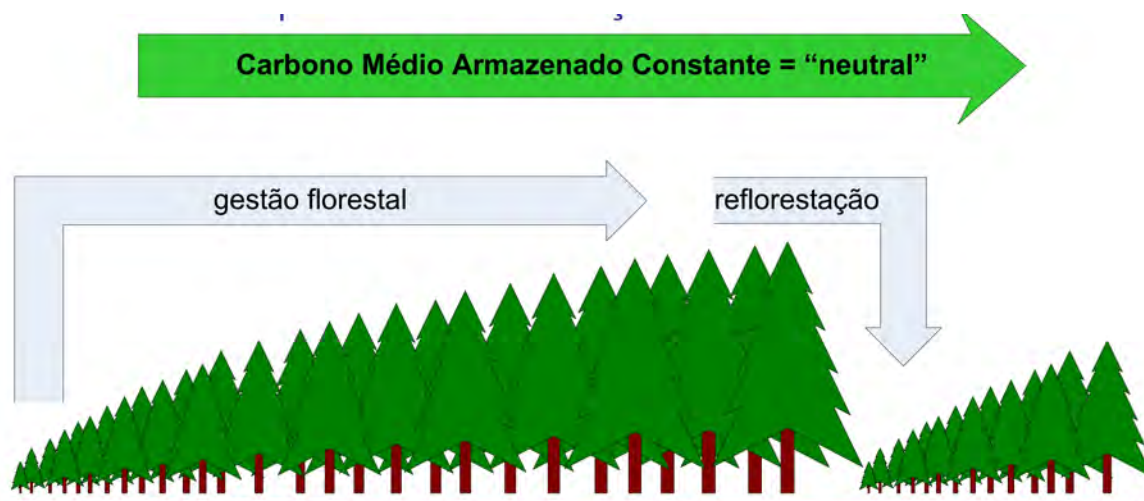
⁸ As emissões de âmbito 3 não contemplam as centrais termoelétricas a biomassa da Greenvolt. As emissões de âmbito 1 e 2 incluem as centrais termoelétricas a biomassa da Greenvolt.

Contribuição da nossa floresta

Relativamente às alterações climáticas as florestas são vistas como parte da solução devido ao seu papel de sumidouros de carbono.

As florestas acumulam carbono enquanto crescem. Nesse processo é removido CO_2 da atmosfera.

As florestas geridas de forma sustentável têm uma biomassa média constante ao longo do tempo, sendo, nestas condições, neutras para as alterações climáticas.



Florestas geridas pela Altri: 8 milhões de CO_2e reservatório de carbono

Biomassa enquanto fonte de energia

Através da GREENVOLT, a Altri contribui cada vez mais para uma produção de eletricidade de origem renovável. Esta energia verde, diretamente injetada na rede, ajuda a tornar o mix energético da rede nacional menos intensivo em carbono e mais diversificado.

A utilização de biomassa, em vez de combustíveis fósseis, representa uma forma eficaz de mitigar o impacto sobre as alterações climáticas. A biomassa é considerada globalmente como - intrinsecamente neutra em carbono (e.g. WBCSD (2015) – *Recommendations on Biomass Carbon Neutrality*), pois a devolução de carbono biogénico à atmosfera é compensada pela remoção de CO_2 da biomassa em crescimento, fechando o ciclo de forma equilibrada.

GREEN BONDS

A dedicação da Altri com o desenvolvimento sustentável é reforçada com a inclusão do financiamento sustentável na sua visão a longo prazo. A Altri, consciente dos desafios futuros e das necessidades dos seus diversos *stakeholders*, nomeadamente acionistas e investidores, lançou, em 2019, através da sua subsidiária Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. (SBM), a primeira emissão obrigacionista “verde” admitida à negociação em Portugal no mercado não regulamentado Euronext Access Lisbon.

Através do financiamento sustentável, a Altri promove o investimento em projetos que melhorem o seu desempenho ambiental, um enquadramento de produção de energia limpa e renovável, e fortalece a prevenção e controlo integrados da poluição.

SBM Green Bond

Para financiar os seus investimentos, foi desenvolvido o *SBM Green Bond Framework*, que serviu de base à emissão do seu SBM 2019-2029 Green Bond ("empréstimo obrigacionista verde"), por subscrição particular, no montante de Euro 50.000.000 (cinquenta milhões de euros), com a taxa de cupão de 1,90%.

A utilização dos recursos foi alocada exclusivamente ao financiamento da central termoelétrica a biomassa de 34,5 MW, localizada no perímetro fabril da Celbi.

A Emissão alinha-se com as condições estabelecidas pelos Princípios de Obrigações Verdes ("*Green Bond Principles*") publicados pela *International Capital Market Association*, tendo obtido uma *Second Party Opinion* ("SPO") positiva da empresa de ratings ESG e de *research* independente especializada Sustainalytics.

3. AGENDA SOCIAL

Para a Altri é importante garantir o bem-estar dos colaboradores e uma atuação positiva nas comunidades onde se insere.

765 colaboradores

 **86%**  **14%**

37% dos colaboradores com formação superior

3,7- Índice de frequência (redução de 60% face a 2019)

0,11- Índice de gravidade (redução de 15% face a 2019)



'Celtejo Portas Abertas'

Apoio a instituições e organizações locais

A NOSSA RESPOSTA AO COVID-19

A pandemia Covid-19 é um tema incontornável quando se trata do ano de 2020, neste sentido, a Altri reconhece a importância de endereçar o tema, bem como a estratégia na gestão da pandemia e dos seus impactos.



A pandemia apanhou todos de surpresa e, para a Altri, o mais importante foi procurar uma estratégia concertada de resposta e de mitigação dos impactos nos colaboradores, fornecedores, clientes e comunidades em que está presente.

Deste modo, e num primeiro momento, a Altri implementou um Plano de Contingência, estruturado em diferentes fases, com medidas de prevenção, controlo e vigilância da infeção pela Covid-19, seguindo as orientações da Direção-Geral da Saúde, para **garantir a saúde e segurança dos trabalhadores**.

O Grupo trabalhou desde o primeiro momento para prevenir a potencial ocorrência de casos de infeções que afetassem a operação das unidades fabris e florestal. Procurou-se direcionar o foco no sentido da resiliência operacional, criando processos mais redundantes ao nível da produção, da circulação de pessoas e da forma como operamos. Foram adotadas medidas de mitigação básicas no combate à propagação do vírus como o uso obrigatório da máscara e a desinfecção de espaços, mas também o teletrabalho sempre que possível e o desfasamento de horários, como também protocolos de prevenção e despiste e a realização de testes rápidos.

Naturalmente que, observando os impactos da pandemia, a Altri não podia ficar indiferente, nesse sentido e com o propósito de **promover o bem-estar da comunidade**, foram levadas a cabo algumas ações, das quais se destaca a oferta de um equipamento de radiologia digital ao Hospital Distrital da Figueira da Foz, que reduz o tempo de diagnóstico e o risco de infeção, elevado em doentes com o novo coronavírus e a doação de computadores portáteis a estudantes de Constância e de Torres Novas, instrumentos que se tornaram de extrema importância para a eficaz continuidade dos estudos em tempo de pandemia.

“Apesar de vivermos um período de enorme complexidade, sem precedentes, o elevado nível de competência, empenho e compromisso das pessoas que trabalham na Altri permitem-nos encarar o futuro com confiança redobrada. Um grupo empresarial com a dimensão e a presença da Altri sabe quais são as suas responsabilidades e colocará sempre a sustentabilidade das operações, a segurança e a saúde dos seus trabalhadores, assim como o bem-estar das comunidades onde opera, nas suas principais prioridades.”

José Soares de Pina, CEO da Altri

A pandemia teve um elevado impacto no mercado externo uma vez que o confinamento e as restrições de circulação fizeram com que o consumo de papel decrescesse de forma muito substancial, no entanto, todas as medidas foram tomadas de modo a **cumprir com os compromissos do negócio.**

AS NOSSAS PESSOAS

102-7

102-8

102-41

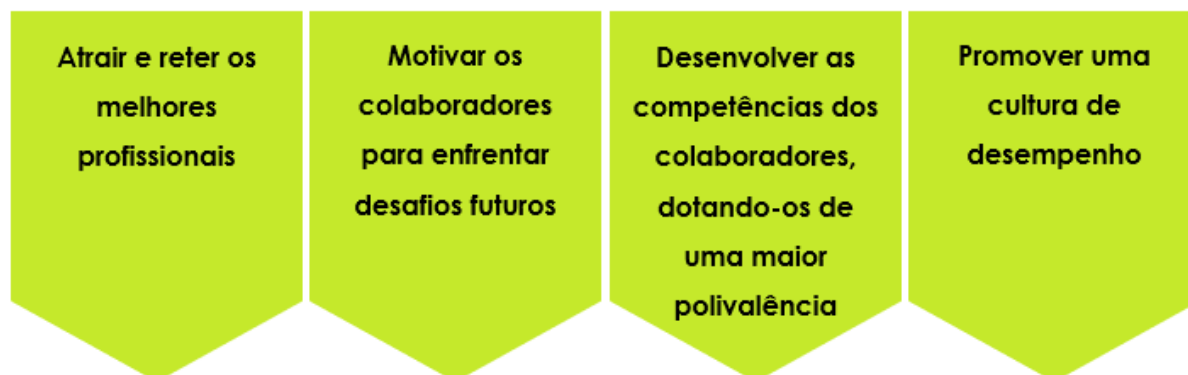
401-1

404-1

404-2

405-1

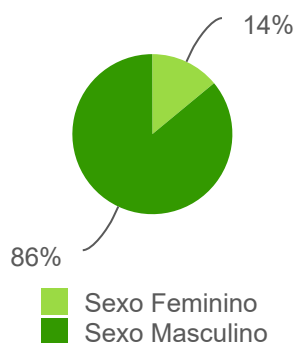
Um dos principais fatores de diferenciação da Altri são as pessoas, e, como tal, a empresa reconhece os seus colaboradores como um fator de vantagem competitiva sustentável, pautando a atuação por uma estratégia de recursos humanos assente nas seguintes linhas de orientação:



O Grupo Altri tinha um total de 765 colaboradores ativos a 31 de dezembro, tendo-se verificado um aumento de colaboradores com contrato permanente e uma diminuição de colaboradores com contrato a termo, marcando assim a tendência de diminuição da precariedade dos vínculos contratuais na Altri, aspeto particularmente relevante no contexto de instabilidade que marcou o ano de 2020.

Reconhecendo que as áreas industriais são marcadas por uma maior presença do género masculino, a Altri tem dado continuidade às suas orientações de tentar promover uma maior igualdade na distribuição entre géneros, nas várias funções da empresa, nomeadamente através do recrutamento.

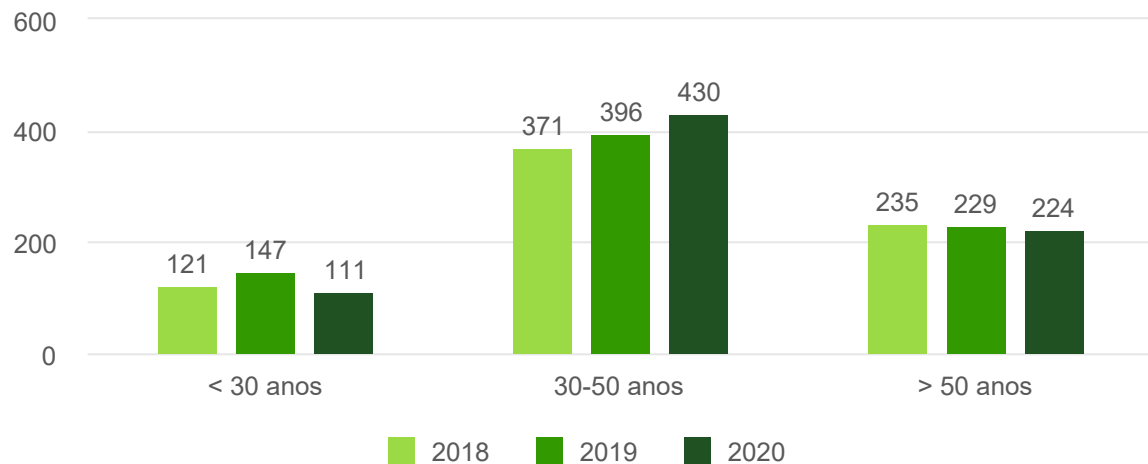
Colaboradores por género



No ano de 2020, do total de colaboradores, 14% eram do género feminino, mantendo a percentagem relativamente ao ano de 2019.

Relativamente à faixa etária, à semelhança dos anos anteriores verifica-se uma predominância de colaboradores com idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos.

Colaboradores por faixa etária



Relativamente ao decréscimo que se observa no número de pessoas com menos de 30 anos este não está relacionado com o número de saídas de colaboradores, tendo sido registadas apenas nove saídas de pessoas com menos de 30 anos durante o ano de 2020.

Relativamente à percentagem de colaboradores com formação superior verifica-se que em 2020 se manteve a tendência de aumento da percentagem de colaboradores com este nível de qualificação, verificando-se, também que, a percentagem do total de mulheres com este nível de qualificação é superior à percentagem do total dos homens, potencialmente justificado pelo tipo de funções que assumem na empresa.



**77% das mulheres têm
qualificações de nível superior**



**30% dos homens têm
qualificação de nível superior**

Houve um aumento de 6,4% na percentagem de colaboradores com formação superior relativamente ao ano de 2019, registando-se agora que 37% dos colaboradores têm formação de nível superior.

O respeito e a promoção do direito ao associativismo e à negociação coletiva são encarados com enorme seriedade pela Altri, tendo uma taxa de sindicalização de 32%, com maior expressão no sexo masculino, que representa 98% do total de colaboradores sindicalizados.

A Altri dispõe de um conjunto de benefícios para os seus colaboradores que são transversais à maioria das empresas do grupo, com o objetivo de promover a saúde e bem-estar dos colaboradores, como são exemplo o seguro de saúde, o seguro de vida e o fundo de pensões.

O seguro de saúde é extensível ao agregado familiar dos trabalhadores das empresas do grupo Altri.

Igualdade de Género

O Plano para a Igualdade de Género ALTRI 2021⁹ da Altri tem como objetivo fundamental, contribuir, para alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional¹⁰.

No âmbito da legislação são obrigações legais da Altri:

- Garantir 33% de proporção mínima do sexo sub-representado
- Elaborar anualmente o Plano para a Igualdade

O Plano para a Igualdade de género ALTRI 2021, abrange as seguintes áreas:

Áreas



IGUALDADE NO ACESSO AO EMPREGO



IGUALDADE NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO



IGUALDADE REMUNERATÓRIA



PROTEÇÃO NA PARENTALIDADE



CONCILIAÇÃO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL COM A VIDA FAMILIAR E PESSOAL



Compromisso 2030: Duplicar o número de mulheres em funções de liderança

ODS referido pelos *stakeholders* no âmbito do processo de auscultação realizado em 2020.

Em 2020 a Altri tinha 24 mulheres em funções de liderança.

⁹ O Plano para a Igualdade de Género ALTRI 2021 está disponível para consulta no [site](#).

¹⁰ Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 7.º, n.º 1, da Lei n.º 62/2017, de 1 de Agosto.

Em 2020, houve 25 novas contratações, sendo que a percentagem do género feminino nas novas contratações subiu de 24% em 2019 para 36% em 2020, dado relevante para a concretização dos compromissos da Altri em matéria de igualdade.

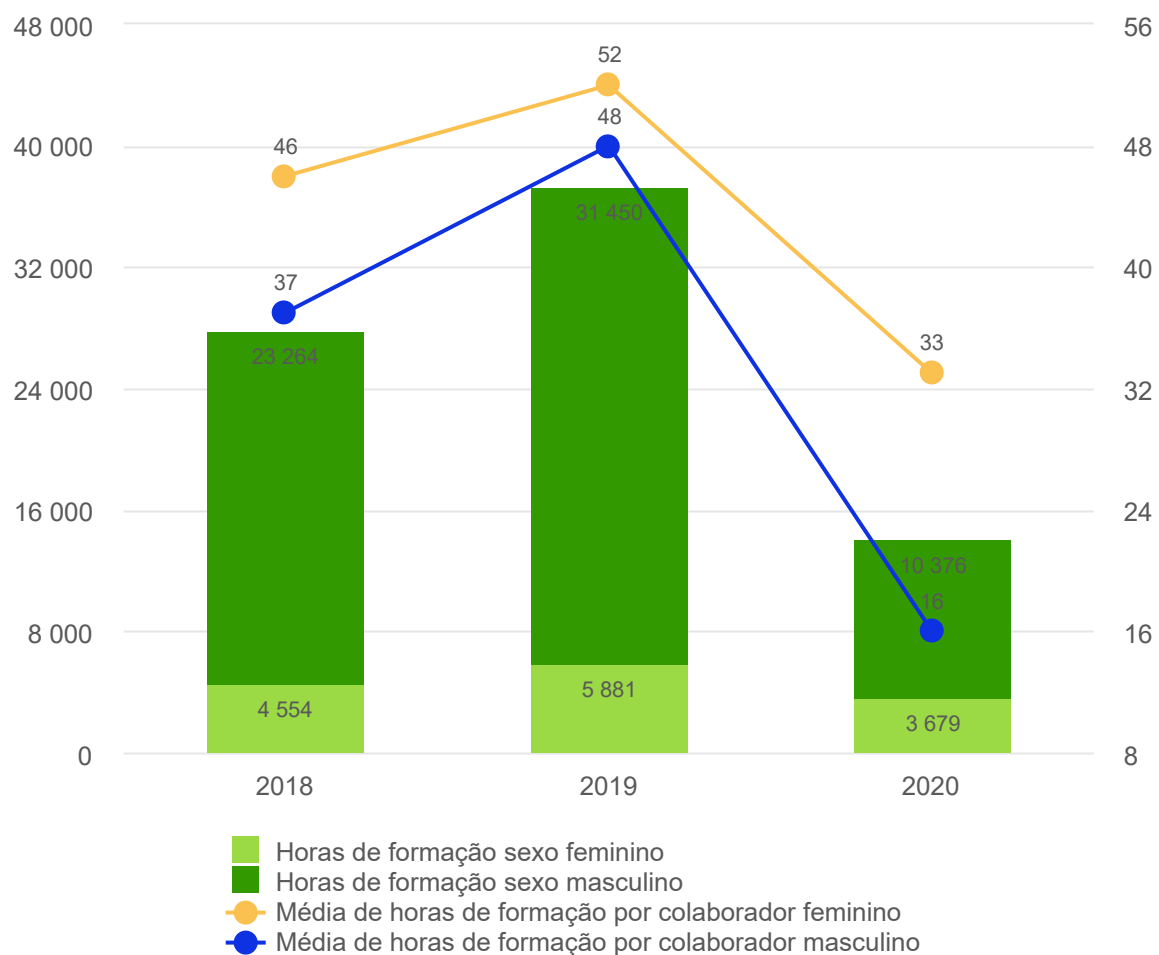
Desenvolvimento de Competências

A procura pelo desenvolvimento e inovação na Altri traz alterações rápidas e frequentes aos processos da empresa, pelo que é importante dotar os colaboradores de ferramentas adequadas para serem capazes de responder aos desafios e apoiar a criação de novas soluções. Neste sentido, a formação e qualificação dos colaboradores tem sido privilegiada pela Altri, ainda que pelos constrangimentos causados pela pandemia, tenha tido menor expressão em 2020.

“Para qualquer organização, em qualquer indústria, há (...) fatores que considero essenciais (para o sucesso). O (...) contexto da empresa e das pessoas. Quando uma organização possui talento, está unida, tem uma boa capacidade para criar valor e é competente, será uma empresa capaz de proporcionar competitividade e valor acrescentado aos seus clientes.”

José Soares de Pina, CEO da Altri

Em 2020 foram proporcionadas aos colaboradores 14.055 horas de formação, perfazendo uma média de 18 horas por colaborador. Observa-se um decréscimo na formação disponibilizada aos colaboradores que se justifica pela pandemia que se fez sentir durante 2020, ainda que se tenha introduzido novos modos de formação, como a formação à distância, não foi possível neste período proporcionar toda a formação planeada aos colaboradores.



As principais áreas de formação foram:



Processo | 90 ações | + de 6500 horas



Gestão comportamental | 64 ações | + de 1500 horas



Manutenção | 24 ações | + de 800 horas



Segurança e Ambiente | 56 ações | + de 2000 horas

Pontualmente são ainda desenvolvidas formações em outras áreas.

Atração de talento

No que se refere à atração de talento, pela natureza da atividade da Altri, existem alguns desafios na contratação de jovens qualificados, tendo concedido 52 estágios em 2020 dos quais 12 foram integrados nas empresas do grupo.

De modo a promover a integração de jovens qualificados na indústria, a Altri tem estabelecidos vários protocolos e parcerias com instituições de ensino, que se consubstanciam sob a forma de estágios profissionais ou curriculares e que possibilitam por um lado apresentar a empresa aos jovens, como também dotá-los de conhecimento prático, fundamental para a integração no mercado de trabalho.

Parceria ALTRI com Instituto Politécnico de Tomar

Visando a promoção da qualificação dos jovens e a atração de futuros profissionais para as suas empresas, a ALTRI é parceira do Instituto Politécnico de Tomar (IPT) no desenvolvimento e promoção do Curso Técnico Superior Profissional (CTeSP) de “Tecnologias Integradas de Produção Industrial”.

O IPT foi a escolha lógica do grupo Altri para o desenvolvimento deste curso, devido ao *know how* nestas áreas, onde se destacam um corpo docente que lecionou, durante mais de uma década, um bacharelato em Tecnologia de Celulose e Papel. Assim, o plano de estudos deste CTeSP e os conteúdos programáticos foram redigidos em conjunto com quadros do grupo Altri, com o intuito de orientar a formação dos alunos para as áreas de produção e de manutenção. A designação escolhida para o curso pretende integrar as áreas da Tecnologia Química, da Mecânica, da Eletrotecnia e da Informação.

Este curso de nível 5 permite prosseguir os estudos para uma licenciatura e tem a duração total de 2 anos. É constituído por 3 semestres de aulas e 1 semestre em estágio que decorrerá numa das empresas do grupo Altri.

Parceria com Coimbra *Business School*

Foram 13 os alunos que apresentaram no passado dia 11 de julho, de 2020 nas instalações da Celbi, os trabalhos finais da pós-graduação em “Economia e Gestão Industrial”.

Este projeto, que já vai na segunda edição, é coordenado por Eva Santiago e Mário Velindro e que nasceu fruto de uma parceria entre o ISCAC (Coimbra *Business School*-CBS), ISEC (Instituto Superior de Engenharia de Coimbra) e Altri (que envolve a Celbi, a Caima e a Celtejo), e conta, ainda, com a colaboração de outros organismos, como o Porto da Figueira da Foz.

Uma iniciativa que culminou com o desafio lançado aos alunos de criarem ideias “fora da caixa”, desenvolverem os conteúdos e gerarem valor acrescentado com as soluções propostas para resolução de problemas reais das empresas do grupo Altri

A proximidade entre a academia e as empresas é naturalmente um dos objetivos deste projeto, caracterizado por um *networking* quase único no país, através do contacto privilegiado entre os diversos diretores do grupo Altri, que são tutores e formadores dos alunos em alguns dos módulos da pós-graduação

Cultura de Segurança

403-1

403-2

403-5

A cultura de segurança na Altri tem os seus pilares assentes na seleção de equipamentos seguros, na identificação e sinalização de riscos, no cumprimento de regras e procedimentos operacionais e de segurança e, naturalmente, nas pessoas que trabalham na organização, não só porque a cultura de segurança é desenvolvida a pensar nelas, mas também porque elas são fulcrais para a manutenção e melhoria continua da mesma.


Na Altri, as várias empresas têm os seus Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho certificados¹¹, o que garante que os processos adotados nesta matéria são rigorosamente planeados, verificados e preveem um processo devidamente consolidado ao nível da saúde, da segurança e do bem-estar dos seus colaboradores internos e externos.


Existem mecanismos para identificar perigos relacionados com o trabalho, para avaliar os mesmos e para aplicar a hierarquia de controlos. Com o propósito de eliminar ou mitigar riscos, e, de modo a garantir a qualidade destes processos, a Altri promove várias iniciativas, como formação sobre o tema, auditorias, treinos e exercícios das Equipas de Intervenção em Emergência, entre outros.

¹¹ Para mais informações sobre os Sistemas de Gestão implementados ver: Sobre a Altri- Certificações


Os colaboradores dispõem de diversos mecanismos para reportar perigos ou situações perigosas:


 Reuniões Kaizen diárias

 Minutos de Segurança

 Reuniões da Comissão de Ambiente e SST (CASST)

 Safety Walks

 Percursos de inspeção de Segurança, realizados em conjunto pelas equipas operacionais e equipas de SST

 Comunicação de Incidentes e de Quase-Acidentes

Sempre que ocorre um incidente, os responsáveis hierárquicos em coordenação com as equipas de segurança são responsáveis por investigar as causas do mesmo, sempre que possível em conjunto com o(s) acidentado(s) de modo a identificar as medidas preventivas e corretivas que eliminem a possibilidade de recorrência do acidente.

No sentido de capacitar os colaboradores a cumprir com as regras de segurança e a adotar comportamentos seguros e preventivos, é feita formação nas seguintes áreas:

- Perigos, riscos e medidas de prevenção das diversas instalações fabris, atividades florestais e atividades de logística e expedição dos seus produtos
- Segurança e Saúde no Trabalho Florestal
- *Safety clicks* - desenvolvimento da capacidade individual dos líderes das equipas operacionais para a análise de riscos de segurança no planeamento e execução dos trabalhos
- Organização do espaço de trabalho (6S)
- Segurança e verificação de máquinas e equipamentos de trabalho
- Transporte e armazenamento de substâncias químicas (conselheiro de segurança)
- Emergências industriais
- Utilização da rede de combate a incêndios e de Extintores
- Primeiros Socorros

De modo a promover a saúde e bem-estar dos colaboradores, a Altri monitoriza os dados de **absentismo** e as suas principais causas, possibilitando assim um diagnóstico sustentado que permite atuar de forma incisiva sobre os aspetos que influenciam os resultados, principalmente quando estes se justificam por motivos de doença ou acidentes.

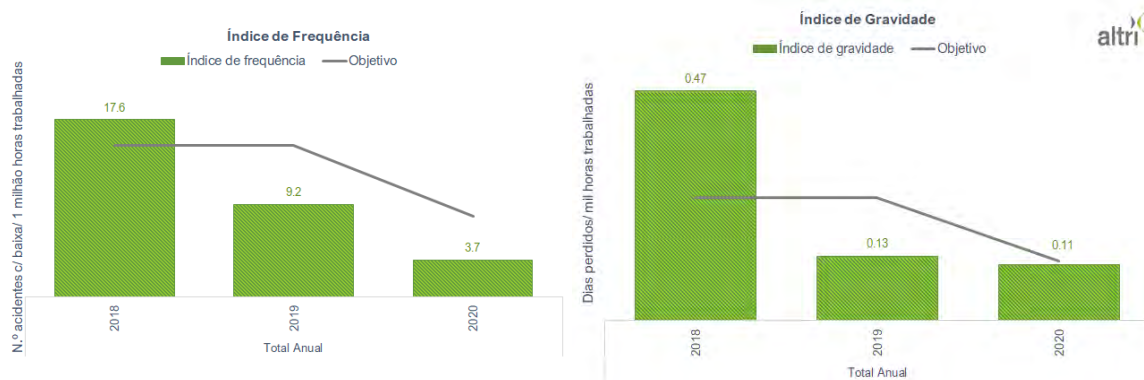
Em 2020, a taxa de absentismo atingiu um valor total de 4,4%, sendo que a percentagem da taxa de absentismo imputável a incidentes de trabalho e doença se veio a fixar nos 2,7%.

Quanto aos incidentes de trabalho, são ainda considerados os índices de **frequência** e de **gravidade** para, à semelhança da análise do absentismo, permitirem a atuação informada sobre as principais causas e assim atingir a meta de zero incidentes com perda de dias de trabalho.

Em 2020, o índice de frequência de acidentes com baixa foi de 3,7 (“Bom” de acordo com a OIT¹²), correspondendo a uma redução de 60% relativamente ao índice de 2019. Quanto ao índice de

¹² Avaliação do Índice de Frequência (If) segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT):
If: < 20 Bom | 20 – 50 Aceitável | 50 – 80 Insuficiente | > 80 Mau

gravidade, situou-se nos 0,11 (“Bom” de acordo com a OIT¹³), traduzindo-se também numa redução de 15% face a 2019.



Ao nível da sinistralidade, o ano de 2020 foi o ano com o melhor desempenho de sempre na Altri, tendo-se conseguido uma redução de cerca de 37% no número total de incidentes envolvendo trabalhadores internos e externos, comparativamente com o ano anterior e uma redução de 7% em relação ao número total de incidentes de trabalho de 2018.



Compromisso 2030: Caminhar no sentido de atingir **zero acidentes** com dias perdidos

ODS referido pelos *stakeholders* no âmbito do processo de auscultação realizado em 2020.

Programa Comportamentos Seguros

Assumido na ALTRI como um programa estratégico para a obtenção dos zero incidentes com dias perdidos, deu-se continuidade em 2020, com o apoio da LTM, ao denominado programa de **Comportamentos Seguros – Passos Seguros**, assentando nas seguintes etapas:

01

Gestão e *Steering*

02

Safety Clicks

03

Formação
Comportamentos
Seguros

04

Passos Seguros

01 - Gestão e *Steering* | Implementação de rotinas base do sistema de segurança comportamental (*safety walks*, minutos de segurança) e de monitorização de processos críticos (consignações e trabalhos em espaços confinados).

Foram ainda implementadas reuniões mensais em cada fábrica e uma reunião mensal de *steering* ao nível do grupo de coordenação operacional da ALTRI, onde são analisados os indicadores de desempenho dos *safety walks*, minutos de segurança e dos processos críticos, respetivas medidas corretivas e ponto de situação da implementação do programa Comportamentos Seguros.

02 – *Safety Clicks* | Dinamização de *workshops* de intervenção junto dos líderes operacionais, com o objetivo de desenvolver a capacidade individual para análise de riscos de segurança, no momento de início ou distribuição de trabalhos. Cada líder deve ser capaz de estabelecer pontos de avaliação de risco e implementação de medidas de segurança, antes da execução das atividades da sua equipa. Pretende-se, ainda, que cada líder seja capaz de treinar a sua equipa neste ato de prevenção.

¹³ Avaliação do Índice de Gravidade (Ig), segundo a OIT:
Ig: < 0,5 Bom | 0,5 – 1 Aceitável | 1 – 2 Insuficiente | > 2 Mau

Ainda em dezembro de 2020 foi iniciado o primeiro conjunto de workshops sobre a temática “Riscos Químicos”. Em 2021 serão dinamizados *workshops* sobre outros temas.

03 – Formação Comportamentos Seguros | a formação Comportamentos Seguros traduziu-se no arranque deste programa, iniciado em 2015 na Celbi.

Atualmente, existe um número significativo de novos recursos humanos nas organizações, fruto da renovação de colaboradores, pelo que se optou pelo reforço desta importante formação comportamental em segurança aos novos colaboradores da ALTRI, a concretizar durante o primeiro semestre de 2021.

04 – Passos Seguros | definição de cinco regras principais que visam reforçar os comportamentos seguros e a responsabilização de todos os trabalhadores pelo seu cumprimento.



1 – É obrigatório circular nos caminhos pedonais.

2 – Os óculos de proteção são obrigatórios em todo o perímetro fabril.

3 – Só é permitida a utilização de andaimes após aprovação.

4 – É proibido o acesso a zonas delimitadas, exceto por pessoas autorizadas.

5 – É proibido fumar fora dos locais autorizados.

Formação na Frente de Trabalho

No âmbito das suas atividades de gestão florestal, a Altri Florestal relaciona-se com cerca de 115 empresas prestadoras de serviços florestais dispersas por todo o território.

No sentido de promover e melhorar as condições de saúde e segurança de todos os trabalhadores que operam nas florestas sob gestão da empresa, a Altri Florestal desenvolveu um programa de formação ativo, realizado com base no seu Sistema de Gestão Florestal que se traduz no cumprimento dos requisitos das mais exigentes normas internacionais de gestão florestal.

A Altri Florestal promove a formação contínua dos seus colaboradores e fornecedores, de forma a manter as competências adequadas aos novos desenvolvimentos e desafios do setor florestal. O programa de Formação na Frente de Trabalho (FFT) pretende assegurar a eficaz transmissão dos requisitos de trabalho através da realização de curtas ações de formação na frente de trabalho e com elevada frequência de realização. Esta formação incide sobre os aspetos de saúde e segurança, os impactes ambientais e sociais e as corretas técnicas e práticas de trabalho.

A FFT prevê a realização de uma ação de formação no início de todos os trabalhos, na qual são explicadas as orientações gerais do Código de Práticas Florestais e as particularidades da obra em causa. Desta forma, os colaboradores recebem formação detalhada sobre o trabalho que irão executar de seguida, garantindo que interiorizam a mensagem sobre os procedimentos adequados, de um modo mais imediato. Por outro lado, a realização da formação na frente de obra, assegura que os colaboradores iniciem o trabalho em alerta.

Após a formação, é entregue o "Cartão de Formação" da Altri Florestal específico para cada uma das funções. No verso do cartão estão resumidos os principais procedimentos de segurança para a função em causa, tal como os equipamentos de proteção individual a utilizar pelo operador. É-lhes

ainda fornecido outro cartão com os contactos da Altri Florestal e os contactos e procedimentos de emergência.

Formação itinerante

Após quase duas décadas de formação na frente de trabalho, de atualização de conteúdos e adaptação às técnicas florestais, o aperfeiçoamento da formação e criação de melhores condições levou a que fosse desenvolvido métodos inovadores para a realização da formação nos diversos locais de trabalho.

A Altri desenvolveu uma pequena sala de formação itinerante, através da transformação de uma carrinha ligeira de mercadorias. Iniciou-se então um modelo diferente e complementar de formação que permite transmitir a mensagem de uma forma mais fácil e prática aos colaboradores dos FSF dispersos pelo território florestal da Altri. O veículo está equipado com cadeiras e com um sistema de vídeo e som, o que facilita a apresentação dos conteúdos aos colaboradores.



A carrinha de formação itinerante permitiu desmaterializar a sala de formação, facilitando a troca de experiências, uma vez que os colaboradores FSF se mantêm no seu local de trabalho, ficando mais confortáveis e desinibidos, mas igualmente protegidos da chuva, do vento e do sol, se necessário.



A NOSSA COMUNIDADE

413-1 413-2

A comunidade onde a Altri se insere é da maior importância para o sucesso da organização. Deste modo, procura ativamente estar próximo das comunidades em que atua, através de ações de diversas naturezas, em várias organizações das mais diferentes áreas.

No ano de 2020, para além dos habituais apoios e contributos a instituições e organizações locais, a Altri procurou envolver a comunidade no sentido de promover a transparência, o diálogo institucional e estimular um relacionamento duradouro.

Um dos marcos do ano 2020 foi o evento 'Celtejo de Portas Abertas' que convidou diferentes *stakeholders* a 'entrar' e a conhecer a atividade da empresa e a verem respondidas as suas dúvidas e preocupações.

ENTREVISTA AO PRESIDENTE DA CÂMARA DE VILA VELHA DE RÓDÃO



No último trimestre de 2020, a revista "Altri News" entrevistou Luís Pereira, presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, uma das comunidades em que o Grupo Altri atua. Esta conversa foi sobre o futuro e o desenvolvimento sustentável e revela a proximidade e a preocupação com a Comunidade que marcam o espírito da empresa.

Quando questionado sobre o modo com a autarquia encara os investimentos realizados pela Celtejo, Luís Pereira respondeu:

"A criação de emprego e a fixação de famílias e jovens no concelho estão entre as prioridades do município de Vila Velha de Ródão. É com agrado que encaramos os investimentos feitos, especialmente porque vão ao encontro de outra grande preocupação nossa: a garantia de um desenvolvimento sustentável, que tenha em conta o respeito pelo meio ambiente e que contribua para o aumento da qualidade de vida e do bem-estar da comunidade rodense. Tendo em conta que os últimos investimentos realizados pela Celtejo visam a redução da dependência do rio Tejo e a redução dos impactos ambientais decorrentes da sua atividade, com vista a uma produção mais sustentável, só podemos encarar de forma positiva o esforço feito pela empresa."

DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS AO HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ



A Altri e a The Navigator Company doaram equipamentos de radiologia digital ao Hospital Distrital da Figueira da Foz, equipamentos estes que vão permitir a realização de radiografias em doentes infetados, diminuindo assim o tempo de diagnóstico e reduzindo o risco de infeção, elevado nos pacientes com Coronavírus.

Este novo equipamento permite que o Hospital Distrital da Figueira da Foz deixe de ter de deslocar os doentes infetados para o serviço de radiologia, evitando assim contaminações que podem causar infeções.

O novo raio-X, um equipamento digital portátil de última geração, permite reduzir as repetições dos exames, baixando substancialmente as doses de radiação recebidas pelos pacientes, e disponibiliza imediatamente as imagens aos clínicos, contribuindo para uma tomada de decisão mais rápida e eficaz, ajudando na redução dos custos de operação e na prestação de melhores cuidados aos doentes.

PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR E CONFORTO DAS CRIANÇAS

A comunidade representa um elemento do quotidiano sobre o qual se tem especial atenção em todo o Grupo Altri.



A Celbi, com esse espírito de apoio que caracteriza todo o Grupo, acedeu de imediato ao pedido de ajuda dos encarregados de educação das crianças do Jardim de Infância da Leirosa para equipar as salas de aula com ar condicionado, e, desse modo, promover o bem-estar das crianças.

Este pedido levou ao diálogo entre várias partes, nomeadamente a Celbi, o Agrupamento de Escolas do Paião (AEP) e a Câmara Municipal da Figueira da Foz (CMF). Deste diálogo decidiu-se que o apoio da Celbi seria o necessário para a instalação de três ares condicionados.

APOIO A JOVENS EM RISCO DE INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR



A Associação de Empresários pela Inclusão Social (EPIS) tem vindo a providenciar incentivos e apoios adicionais para promover a inclusão social de jovens em risco de insucesso ou abandono escolar. De modo a dar resposta ao seu propósito, a EPIS disponibiliza um conjunto de bolsas de cariz social para premiar as boas práticas de inclusão social e o mérito académico.



A Caima, empresa pertencente ao grupo Altri, inspirada pela iniciativa, durante o ano letivo 2020/2021, financiará duas bolsas de mérito para alunos do concelho de Constância que tenham concluído o ensino secundário e continuem os seus estudos no ensino superior.

Paralelamente, e na sequência dos impactos da pandemia, a Caima participou na campanha de doação de computadores e acesso à Internet, campanha através da qual financiou cinco computadores portáteis que foram distribuídos por alunos de Constância e Torres Novas, num esforço de promoção da inclusão digital dos alunos mais vulneráveis.

PROTOCOLO COM O CENTRO DESPORTIVO RECREATIVO E CULTURAL



Foi assinado o protocolo entre o Centro Desportivo Recreativo e Cultural de Vila Velha de Ródão (CDRC) e a empresa Celtejo. Este protocolo visa apoiar financeiramente a academia de futebol desta associação por um período protocolado de três anos.

Com mais de 60 jovens atletas a frequentar a academia o apoio disponibilizado pela Celtejo é visto como fundamental para prosseguir na senda do desenvolvimento desportivo dos jovens do concelho de Vila Velha de Ródão.

Este protocolo vem reforçar o compromisso da Celtejo de criar e fortalecer relacionamentos duradouros com as comunidades envolventes, através de parcerias e apoios como o protocolo que se apresenta.

'ARTES À PRAIA'



A Associação de Moradores da Praia da Leirosa e a Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa desenvolveram o projeto 'Artes à Praia', que consiste na elaboração de pinturas e na criação de painéis de azulejos em locais selecionados por vários artistas na praia da Leirosa.

O objetivo desta iniciativa é homenagear as pessoas da terra e as suas tradições, honrando o local eleito.



Com o projeto aprovado pela Câmara Municipal da Figueira da Foz e pela Junta de Freguesia da Marinha das Ondas, a Celbi decidiu apoiar a execução faseada de diversas pinturas e painéis, atendendo a que se trata de uma iniciativa que valoriza e homenageia a comunidade local, contribuindo ainda para melhorar a paisagem urbana da vila.

CELTEJO DE PORTAS ABERTAS'



Nos últimos três anos a Celtejo investiu um valor superior a 130 milhões de euros para melhorar o seu desempenho ambiental e, no sentido de informar a comunidade sobre os impactos e as melhorias do seu desempenho, a Celtejo promoveu o evento 'Celtejo de Portas Abertas'.

O evento contou com a presença de vários responsáveis da Altri, autarcas regionais, associações ambientalistas e diversos meios de comunicação social.

O principal objetivo desta ação foi o de responder e esclarecer todas as dúvidas relacionadas com o real impacto de Vila Velha de Ródão no Tejo, noticiado nos media pela poluição no rio, geralmente apontado ao tecido produtivo do concelho. Os exemplos apresentados no evento Celtejo de Portas Abertas são uma amostra do alcance e da complexidade das várias medidas implementadas pela Altri relacionadas com a economia circular e alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Durante o evento, foram apresentados os projetos e resultados das várias iniciativas levadas a cabo para diminuir os impactos negativos da atividade da Celtejo, tendo existido espaço para perguntas. Seguiu-se uma visita à fábrica e à ETAR para possibilitar aos participantes que vissem o modo como decorre a atividade da empresa.

No fim do evento, os participantes saíram elucidados sobre as várias medidas e ações desenvolvidas pela Celtejo, concluindo que a qualidade do efluente pode ultrapassar a qualidade da água do Tejo.

Esta iniciativa foi vista pelo Presidente do município como: “muito meritória, que revela maturidade e uma preocupação com a transparência que é muito positiva, (...). Dá uma oportunidade àqueles que geralmente não têm acesso às instalações da empresa de ficarem a conhecer mais de perto o seu funcionamento e os investimentos que têm sido feitos.”

Pedro Baptista, quando questionado sobre o balanço final da iniciativa, considera que foi “um sucesso e um virar de página na relação da Celtejo com a comunidade e com as organizações que se apresentam como protetoras do rio Tejo”.

APOIO À MELHORIA DO CONFORTO TÉRMICO DE PESSOAS IDOSAS E CRIANÇAS



A Santa Casa de Misericórdia de Vila Velha de Rodão viu-se obrigada a reorganizar as suas respostas sociais em consequência da pandemia, o que implicou um grande esforço financeiro para a organização.



Foi, assim, estabelecido um protocolo entre a instituição e a Celtejo, no âmbito do Desenvolvimento do Setor Social e Eficiência Energética, no sentido de reduzir os impactos negativos causados pela pandemia.

A sua assinatura vem reforçar o papel da Celtejo enquanto agente importante para o desenvolvimento do setor social no concelho, através de projetos de responsabilidade social e utilização de combustíveis, verificando-se impactos positivos do ponto de vista ambiental, mas também para a diminuição de custos suportados pela instituição.

A Santa Casa da Misericórdia irá beneficiar do apoio na aquisição de pellets, para o período de Inverno (2020 / 2021), destinado à utilização nas caldeiras que integram o sistema de climatização da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia e Creche, melhorando, assim, as condições de conforto térmico dos utentes da instituição.

Complementarmente, a Celtejo prestou ainda apoio na realização de testes para despistagem do vírus SARS-COVID-2 aos colaboradores da Santa Casa da Misericórdia.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL



A Celbi, em conjunto com a The Navigator Company – Complexo da Figueira da Foz, formou em 2019 uma Comissão de Acompanhamento Ambiental (CAA).

Esta Comissão foi criada com o objetivo de implementar uma política de abertura e de partilha do desempenho ambiental das empresas, bem como possibilitar a partilha das preocupações da comunidade local.

A CAA é constituída por um conjunto de várias partes interessadas, onde se incluem representantes do município e de organizações públicas e privadas locais.

Durante o ano de 2020 não foram realizadas reuniões devido ao contexto de pandemia vivido.

Pretende-se continuar com esta iniciativa e que esta seja um canal de comunicação com as partes interessadas locais, de forma a garantir um alinhamento das necessidades e expectativas das mesmas, com os objetivos estratégicos das empresas.

A Altri Florestal e a Caima prestaram apoio para aquisição de um telescópio de última geração para o Centro de Ciência Viva em Constância, com o qual têm um protocolo estabelecido. No âmbito desse protocolo promovem, ainda, ações de divulgação da ciência na estação de Biodiversidade da Altri Florestal.

A Celbi disponibilizou apoio financeiro para o Projeto de Inclusão da Cáritas, com a qual existe já uma parceria estabelecida, através da aquisição de medicação e bens essenciais a famílias carenciadas em isolamento na Praia da Leirosa.

AltriFlorestal

Diálogo com as comunidades locais

A Altri liga-se diretamente às comunidades locais através do diálogo com os vizinhos e dos representantes do poder local (juntas de freguesia, municípios) que recebem informação sobre as atividades florestais que estão planeadas nos respetivos territórios.

Este diálogo permite identificar e discutir os potenciais impactos decorrentes das operações e promover as medidas para os prevenir. Permite também estabelecer uma rede de comunicação e alerta sobre qualquer ocorrência ou emergência.

Ações de comunicação

A Altri responde com entusiasmo às solicitações que nos são endereçadas para participar em eventos de divulgação/sensibilização das boas práticas florestais, investigação e desenvolvimento, conservação e biodiversidade, segurança no trabalho florestal, etc.

Procura promover várias iniciativas onde convidamos as partes interessadas para debater temas relevantes da gestão florestal. Esta participação permite uma troca de informações entre os diferentes agentes do sector visando a transmissão de conhecimentos sobre a gestão florestal sustentável.

Envolvimento com a comunidade

As ações de envolvimento pretendem dinamizar o diálogo com partes interessadas e posicionar-nos como uma referência no desenvolvimento das regiões onde atuamos.

Estas parcerias pretendem obter um reconhecimento da importância da nossa empresa enquanto agente de desenvolvimento económico e a construção de uma relação de confiança entre os diferentes agentes para a criação de valor, tanto económico como ambiental e social.



O projeto Plantar Água é um projeto da ANP | WWF com o apoio da Fundação Coca-Cola e visa o restauro ecológico de áreas ardidas na Serra do Caldeirão. Decorre entre 2019-2022 e procura devolver, ao território e às suas comunidades todos os serviços ambientais perdidos.

Através de técnicas específicas de restauro ecológico mediterrânico e das melhores práticas de gestão florestal, intervencionará 100 ha de 6 parcelas afetadas pelos incêndios florestais de 2012 no Sítio do Barranco da Corte / Ribeira da Foupana, freguesia de Cachopo – concelho de Tavira.

Os objetivos prioritários da intervenção são o restauro ecológico da ribeira da Foupana e as suas encostas, numa perspetiva de reposição das funções e características ecológicas, a reposição da flora espontânea e o contributo para a melhoria do ciclo da água e do solo.

Na reposição da Floresta salienta-se a instalação de 50 mil árvores e arbustos, beneficiando, recuperando e instalando os povoamentos florestais e adaptando-os aos impactos das alterações climáticas, em especial ao risco de incêndio rural.

Com a intervenção prevê-se a devolução de 200-250 milhões de litros de água por ano para afluentes e aquíferos, para todos os usos, benefício considerável numa região que sofre de escassez hídrica.

SOBRE ESTE RELATÓRIO

102-1 102-46 102-48 102-49 102-50 102-53 102-54 102-56

A Altri, consciente da importância e do seu papel para contribuir para o desenvolvimento sustentável nos três eixos do ambiente, sociedade e economia, assume o compromisso de incorporar a sustentabilidade e as boas práticas em todas as atividades que desenvolve.

O presente Relatório de Sustentabilidade, o quarto elaborado pela Altri, apresenta a todos os *stakeholders* do Grupo a forma como a Altri cria valor económico, social e ambiental para a sociedade. Contribuir para o desenvolvimento sustentável é o grande objetivo da Altri.

A informação constante do Relatório foi verificada pela PwC, que elaborou um relatório independente de garantia limitada de fiabilidade incluído nos Anexos.

Período de reporte

O período do reporte incide sobre a atividade do Grupo Altri desde 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020. Sempre que possível e para permitir uma visão comparativa da evolução dos principais indicadores, referem-se factos relativos a anos anteriores.

Âmbito

O Relatório contém informação de todas as empresas que integram o perímetro de consolidação do Grupo Altri. As exceções a esta regra, caso existam, estão assinaladas junto do texto.

Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho e Global Reporting Initiative (GRI)

O Relatório pretende dar resposta ao Decreto-Lei n.º 89/2017, que transpõe a Diretiva 2014/95/UE, relativamente à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade, informações essas cuja divulgação é exigida a grandes empresas e grupos, como é o caso do Grupo Altri. Em cumprimento dos citados diplomas legais, o presente Relatório apresenta dados e informações que permitem compreender a evolução, o desempenho, a posição e o impacto das atividades do Grupo em matéria ambiental e social mas também em relação aos seus colaboradores, à igualdade entre mulheres e homens e à não discriminação, bem como ao respeito pelos Direitos Humanos e ao combate à corrupção e tentativas de suborno (vide Tabela de Correspondência com os requisitos do Decreto de Lei (DL) n.º 89/2017).

O presente relatório foi elaborado de acordo com os GRI Standards para a opção “De acordo” – Essencial (vide Tabela GRI).

Contactos

Para esclarecimentos adicionais sobre a informação apresentada neste Relatório de Sustentabilidade, por favor consulte o website ou entre em contacto através do seguinte email: sustentabilidade@altri.pt

ANEXOS

TABELA GRI PARA A OPÇÃO “DE ACORDO” - ESSENCIAL

Divulgações		Localização/Omissão	Verificação	ODS
PERFIL ORGANIZACIONAL				
102-1	Nome da organização	Sobre este Relatório	✓	
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	Sobre Nós - O nosso negócio Sobre Nós - Produto e Mercado	✓	
102-3	Localização da sede	Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818 4100-320 Porto PORTUGAL	✓	
102-4	Localização das operações	Sobre Nós- O nosso negócio	✓	
102-5	Propriedade e natureza legal	http://www.altri.pt/pt/about/overview	✓	
102-6	Mercados servidos	Sobre Nós- O nosso negócio Sobre Nós - Produto e Mercado	✓	
102-7	Dimensão da organização	A Altri em 2020 Como criamos valor- Na gestão do nosso capital natural Agenda Social Agenda Ambiental	✓	
102-8	Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores	Agenda Social - As nossas pessoas Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	8

2020	Altri
Tipo de contrato por género	
Contratos permanentes (n.º)	708
Masculino	609
Feminino	99
Contratos a termo (n.º)	57
Masculino	46
Feminino	11
Tipo de emprego por género	
Tempo integral (n.º)	765
Masculino	655
Feminino	110
Tempo parcial (n.º)	0
Masculino	0
Feminino	0
Total de colaboradores	
	765

102-9	Cadeia de fornecedores	Agenda Económica- Os nossos fornecedores	✓	
102-10	Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores	No ano de 2020 não houve alterações significativas a registar.	✓	
102-11	Abordagem ao princípio de precaução	Sobre Nós- <i>Governance</i> , ética e políticas do Grupo Sobre Nós- Gestão do Risco	✓	
102-12	Iniciativas externas	A nossa Estratégia - Associações e compromissos externos	✓	
102-13	Membro de associações	A nossa Estratégia - Associações e compromissos externos	✓	
ESTRATÉGIA				

102-14	Mensagem do Presidente	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	✓	
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	Sobre Nós- Gestão do Risco	✓	
ÉTICA E INTEGRIDADE				
102-16	Valores, princípios, standards e normas de conduta	Sobre Nós- Missão, Visão e Valores Sobre Nós- <i>Governance</i> , ética e políticas do Grupo	✓	16
102-17	Mecanismos de aconselhamento e preocupações éticas	Sobre Nós- <i>Governance</i> , ética e políticas do Grupo Sobre Nós - Gestão do Risco	✓	
GOVERNANCE				
102-18	Estrutura de governance	Sobre Nós- <i>Governance</i> , ética e políticas do Grupo	✓	
ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS				
102-40	Lista dos grupos de <i>Stakeholders</i>	A nossa Estratégia - Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>	✓	
102-41	Acordos coletivos de trabalho	Agenda Social- As nossas pessoas Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	8

2020	Total
Colaboradores abrangidos por acordos de negociação colectiva	
Total de colaboradores (n.º)	765
Total de colaboradores sindicalizados (n.º)	245
Masculino	240
Feminino	5
Percentagem de colaboradores sindicalizados (%)	32%
Percentagem de colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	88%

102-42	Identificação e seleção de <i>Stakeholders</i>	A nossa Estratégia - Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>	✓	
102-43	Abordagem de envolvimento com <i>Stakeholders</i>	A nossa Estratégia - Envolvimento com os <i>Stakeholders</i> Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	

Acionistas	Clientes	Colaboradores	Comunidade Académica
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia Geral Anual; • Relatório e Contas, Relatório de Governo da Sociedade e Relatório de Sustentabilidade, elaborados pelo órgão de administração e apresentados ao escrutínio dos acionistas; • AltriNews – enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre; • Website da Altri www.altri.pt 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas; • Inquéritos dos clientes; • Avaliação da perceção externa dos clientes; • Parcerias estratégicas; • AltriNews - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre; • Relatório e Contas, Relatório de Governo da Sociedade e Relatório de Sustentabilidade. • Website da Altri www.altri.pt 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões diárias e semanais; • Intranet; • Reunião de Chefias e Quadros para divulgação dos objetivos da Empresa; • Ações de formação; • Reuniões com Comissões Sindicais; • Comissão de Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho; • Programas de Participação; • AltriNews - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre; • MyCeltejoChannel. • Website da Altri www.altri.pt 	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolos de colaboração com Universidades; • Concessão de estágios curriculares e pós-curriculares em colaboração com os Centros de Formação, Escolas e Universidades; • Estágios Profissionais em colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional; • Visitas às fábricas; • AltriNews - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre; • Website da Altri www.altri.pt

Comunidades/ Organizações Não Governamentais	Entidades oficiais	Fornecedores
<ul style="list-style-type: none"> • Doações financeiras; • Colaboração no apoio a Instituições de Solidariedade Social; • Ações de voluntariado; • Organização conjunta com corporações de bombeiros de simulacros de atuação em emergências; • Cedência do campo de treinos para corporações de bombeiros; • Cedência de material informático; • Apoio a diversas iniciativas de Escolas; • Programa: Academia de Verão; • AltriNews - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre; • Relatório de Sustentabilidade. • Website da Altri www.altri.pt 	<ul style="list-style-type: none"> • Envio regular de estatísticas e relatórios de diversa natureza (fiscal, laboral, ambiental, saúde e segurança no trabalho, formação profissional, etc.); • AltriNews - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre; • Relatório de Sustentabilidade. • Website da Altri www.altri.pt 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação e avaliação de fornecedores de serviços e de matérias-primas; • Ações de formação a prestadores de serviço, contemplando matérias ambientais e de segurança; • Parcerias com a CELPA; • Sessões de informação sobre ambiente e segurança, destinadas a responsáveis de empresas de prestação de serviços; • Participação dos técnicos de segurança de empresas externas nas ações; • Cartão de Segurança da Indústria Papeleira (CSIP); • Programa Comportamentos responsáveis; • Formação na Frente de Trabalho na Floresta; • AltriNews - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre; • Relatório de Sustentabilidade. • Website da Altri www.altri.pt

102-44	Principais questões e preocupações levantadas pelos <i>Stakeholders</i>	A nossa Estratégia - Envolvimento com os <i>Stakeholders</i> Foram registadas oito sugestões de melhoria na Celbi, uma na Celtejo e duas na Caima.	✓	
PRÁTICA DE REPORTE				
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações	R&C 2020	✓	
102-46	Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	Sobre este Relatório	✓	
102-47	Lista dos tópicos materiais	Matriz de Materialidade	✓	
102-48	Reformulação de informação	Sobre este Relatório	✓	
102-49	Alterações no relatório	Sobre este Relatório	✓	
102-50	Período de reporte	Sobre este Relatório - 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020	✓	
102-51	Data do relatório mais recente	2019	✓	
102-52	Ciclo de relatórios	Anual	✓	
102-53	Contacto para questões sobre o relatório	Sobre este Relatório	✓	
102-54	Opção “de acordo” com os GRI Standards	Sobre este Relatório	✓	
102-55	Índice de conteúdo GRI	Presente tabela	✓	
102-56	Verificação externa	Sobre este Relatório	✓	

Divulgações			Localização/Omissão	Verificação	ODS
GRI 200 - DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS					
GRI 201 - DESEMPENHO ECONÓMICO					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri foram definidos com base na metodologia descrita no capítulo Matriz de Materialidade. Com relação direta com a Desempenho Económico, o tema "Desempenho económico" foi considerado um tema de materialidade elevada (vide Matriz de Materialidade).	✓	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri divulga a gestão do desempenho económico através do seu Relatório e Contas.	✓	
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os no seu Relatório e Contas.	✓	
201-1		Valor económico direto gerado e distribuído	Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	5 7 8 9

2020	TOTAL (milhares de euros)
VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO (€)	615 648 688
Receitas (1)	615 648 688
VALOR ECONÓMICO DISTRIBUÍDO (€)	560 668 759
Custos Operacionais (2)	449 166 301
Salários e Benefícios dos Colaboradores (3)	39 011 970
Pagamentos a Investidores (4)	61 539 502
Pagamentos ao Estado (5)	10 856 929
Donativos e outros investimentos na comunidade (6)	94 057
VALOR ECONÓMICO ACUMULADO (€)	54 979 929

- (1) Vendas + Prestações de serviços + Outros rendimentos (excluindo transações intra-grupo)
 (2) Custo das vendas + Fornecimento de serviços externos + Outros gastos (excluindo transações intra-grupo)
 (3) Custos com o pessoal (excluindo transações intra-grupo)
 (4) Dividendos distribuídos pela Altri SGPS
 (5) Pagamentos de Imposto sobre o Rendimento Coletivo
 (6) Donativos

GRI 204 - PRÁTICAS DE COMPRA					
204-1		Proporção de despesas com fornecedores locais	Agenda Económica- Os nossos fornecedores Nota: os valores apresentados neste indicador são referentes às unidades industriais da Altri.	✓	12
GRI 205 - ANTICORRUPÇÃO					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri foram definidos com base na metodologia descrita no capítulo Matriz de Materialidade. Com relação direta com a Anticorrupção, o tema "Ética, Práticas de Anticorrupção e Comportamento Anticompetitivo" foi considerado um tema de materialidade elevada (vide Matriz de Materialidade).	✓	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Anticorrupção (vide Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo).	✓	
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo).	✓	
205-1		Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção	Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo O Grupo Altri dispõe de um Código de Ética e de Conduta que estabelece regras anti-corrupção que estão enraizadas na organização. No decurso do exercício de 2020 não foram identificadas quaisquer práticas enquadráveis em matéria de corrupção.	✓	16
205-2		Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção	Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo	✓	16

Total de órgãos de governance (n.º)	4 - Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e ROC
Total de órgãos de governance aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (n.º)	100%
Percentagem de órgãos de governance aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (%)	100%
Percentagem de colaboradores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (%)	100%

205-3	Incidentes de corrupção confirmados e ações tomadas	Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo	✓	16
-------	---	--	---	----

Total de casos confirmados de corrupção (n.º)	0
Total de casos que resultaram no despedimento de colaboradores ou em ações disciplinares (n.º)	0
N.º total de casos de não-renovação de contratos com parceiros devido a casos de corrupção (n.º)	0
N.º total de ações judiciais contra a organização ou colaboradores devido a casos de corrupção (n.º)	0

GRI 207 - IMPOSTOS				
207-1	Abordagem tributária	Agenda económica- Estratégia Fiscal da Altri A Altri responde parcialmente ao requerido pelo indicador, pelo que assume o compromisso de melhorar o reporte no próximo Relatório (2021).	✓	
207-2	Governo. Controlo e gestão de risco fiscal		✓	
207-3	Envolvimento de stakeholders e gestão das suas preocupações quanto a impostos		✓	
207-4	Relato por geografia	Agenda económica- Estratégia Fiscal da Altri A contribuição do Grupo Altri através da sua atividade para o Estado em questões fiscais, é detalhada e analisada nas notas anexas ao Relatório e Contas Consolidado. A Altri responde parcialmente ao requerido pelo indicador, pelo que assume o compromisso de melhorar o reporte no próximo Relatório (2021).	✓	

GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS				
GRI 301 - MATERIAIS				
301-1	Consumo de materiais por peso ou volume	Agenda Ambiental- Gestão Ambiental- Materiais e resíduos Indicador respondido na tabela abaixo. O material cujo consumo é mais significativo é a madeira representando 70% do consumo total de materiais	✓	8 12

2020	TOTAL
Total materiais renováveis (t)	4 647 747
Total materiais não renováveis (t)	184 743
% materiais renováveis	96%
% materiais não renováveis	4%

301-2	Materiais usados provenientes de reciclagem	Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	8 12
-------	---	--	---	---------

2020	TOTAL
Quantidade de material renovável utilizado - madeira (t)	4 647 747
Total de material utilizado (t)	4 832 490
Percentagem total de materiais renováveis usados	96%

GRI 302 – ENERGIA

Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri tiveram como base o cruzamento dos resultados dos temas materiais dos <i>peers</i> da Empresa com a perspetiva interna da Atri. Com relação direta com a Energia, o tema "Energia e alterações climáticas" foi considerado um tema de materialidade muito elevada (<i>vide</i> Matriz de Materialidade).	✓	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Energia (<i>vide</i> capítulo 02. Agenda Ambiental - Materiais, água, energia e odores).	✓	
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Atri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> capítulo 02. Agenda Ambiental - Materiais, água, energia e odores).		
302-1		Consumo de energia dentro da organização	Agenda Ambiental- Gestão Ambiental Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	7 8 12 13

	TOTAL
COMBUSTÍVEIS CONSUMIDOS DENTRO DA ORGANIZAÇÃO	
Combustíveis CELE (GJ)	13 980 425
Gás Natural (GJ)	1 288 887
Fuelóleo (GJ)	179 402
Gasóleo (GJ)	160
Licor negro (GJ)	12 250 407
Gases não condensáveis (GJ)	138 366
Metanol (GJ)	123 203
Combustíveis não CELE - Equipamentos Estacionários (GJ)	14 447 523
Gasóleo (GJ)	99
Gás Natural (GJ)	68 783
Licor negro (GJ)	1 612 025
Biomassa (GJ)	12 759 659
Outros- Fuelóleo (GJ)	6 957
Combustíveis não CELE - Equipamentos Móveis (GJ)	14 192
Gasóleo (GJ)	14 192
Consumo total de combustíveis (GJ)	28 442 140
Consumo de combustíveis de origem renovável (GJ)	26 883 660
Consumo de combustíveis de origem não renovável (GJ)	1 558 480
ENERGIA CONSUMIDA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO	
Consumo de energia (GJ)	16 945 375
Energia elétrica (GJ)	2 423 597
Vapor (GJ)	14 521 778
ENERGIA VENDIDA (GJ)	
Energia vendida (GJ)	3 504 614

302-3	Intensidade energética	Agenda Ambiental- Gestão Ambiental Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	7 8 12 13
-------	------------------------	--	---	--------------------

	Celbi	Celtejo	Caima	TOTAL
INTENSIDADE ENERGÉTICA				
Intensidade energética (tSA/MJ)	12,7	18,9	25	15,2

Nota: Para o rácio apenas é considerada energia elétrica e vapor.

302-4	Redução do consumo de energia	<p>Agenda Ambiental- Gestão Ambiental</p> <p>Na Celbi, as iniciativas desenvolvidas para a melhoria da eficiência energética foram: Definição do modo eficiente de funcionamento de motores, Limpeza de motores, Otimização de conjuntos motor, bomba e válvula, Instalação de conversores de frequência, Instalação de iluminação led, Sistema de controlo no MOPS dos motores com conversor de frequência.</p> <p>Na Celtejo, as iniciativas desenvolvidas para a melhoria da eficiência energética foram: Redução da velocidade e pressão de funcionamento de bombas, implementação de conversores de frequência para controlo das bombas e otimização, substituição de bombas e motores com maior rendimento e implementação de lógicas de controlo associadas as condições ótimas de funcionamento, beneficiação de equipamentos e criação de rotinas de manutenção, eliminação de fugas nos coletores de vapor, implementação de ciclos de lavagens químicas com controladores automáticos e temporizadores e implementação de rotinas de manutenção preventiva nas redes de ar comprimido industrial.</p> <p>Na Caima, as iniciativas desenvolvidas para a melhoria da eficiência energética foram: Implementação de lógicas de controlo cascata, instalação de VSD para controlo de bombas e otimização, melhoria da disponibilidade do P. Madeiras (3C), 40% da fábrica com iluminação LED, instalação de um venting do pote de condensados e recuperação de energia flash, implementação programa lav. químicas, instalação de cordão de empanque mais adequado e criação de rotinas de manutenção.</p>	✓	7 8 12 13
-------	-------------------------------	---	---	--------------------

	Celbi *	Celtejo	Caima
Quantificação das reduções alcançadas (GJ/tSA)	'-0,33GJ/tSA'	1,98 GJ/tSA	2,08 GJ/tSA

* Na Celbi verificou-se um aumento do consumo entre 2019 e 2020.

GRI 303 - ÁGUA E EFLUENTES

Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri foram definidos com base na metodologia descrita no capítulo Matriz de Materialidade. Com relação direta com a Água, o tema "Gestão da Água" foi considerado um tema de materialidade elevada (vide Matriz de Materialidade).	✓	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Água (vide Agenda Ambiental – Gestão Ambiental).		
	103-4	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide Agenda Ambiental – Gestão Ambiental).		
303-1		Interações com a água como um recurso partilhado	<p>A Altri, no âmbito da gestão responsável da água enquanto recurso natural, mapeou as suas operações em função do risco associado à utilização de água, através da ferramenta Aqueduct Water Tool, desenvolvida pelo WRI. De acordo com este mapeamento, 100% das operações da Altri estão localizadas em zonas em que o stress hídrico tem um nível de baixo a médio.</p> <p>A Celbi efetua a captação de água no rio Mondego e em furos de águas subterrâneas para uso no processo de fabrico de pasta, ao longo do qual existem diversos fechos de circuitos de forma a reduzir ao máximo a água fresca captada. No final do processo, as águas são tratadas e devolvidas ao meio recetor respeitando os critérios definidos para a qualidade do efluente final.</p> <p>A Celtejo efetua a captação de água no rio Tejo, para uso no processo de fabrico de pasta e também fornece água tratada da ETA às fábricas da Navigator e Paper Prime. No processo de produção de pasta foram implementadas várias ações, nomeadamente fecho de circuitos, reciclagem de efluente tratado da ETARi da Celtejo, dada a elevada qualidade que atingida, permitindo assim reduzir a captação de água. No final do processo, as águas são tratadas e devolvidas ao meio recetor respeitando os critérios definidos para a qualidade do efluente final.</p> <p>A Caima efetua a captação de água no rio Tejo, para uso no processo de fabrico de pasta, ao longo do qual, existem diversos fechos de circuitos de forma a reduzir ao máximo a água fresca captada. No final do processo, as águas são tratadas e devolvidas ao meio recetor respeitando os critérios definidos para a qualidade do efluente final.</p> <p>Na GREENVOLT – Energias Renováveis a água é captada da albufeira da barragem da Agueira e segue os requisitos estabelecidos na Licença de Utilização de Recursos Hídricos - Captação de águas superficiais.</p>	✓	6

	Celbi	Celtejo	Caima
Objetivo de redução do uso da água-2020	16m³/tSA	22m³/tSA	40m³/tSA

303-2	Gestão dos impactos relacionados com a descarga de água	O ponto de descarga e a qualidade do efluente final encontram-se definidos na licença de rejeição de águas residuais. Como diretrizes para a qualidade do efluente, são também seguidos os valores identificados no BREF setorial. São realizadas monitorizações anuais ao meio recetor de acordo com o título de utilização privativa do espaço marítimo nacional e a definição dos VLE a seguir são de acordo com o período em questão (estiagem, húmido, excecional).	✓	
303-3	Captação de água	Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	

	TOTAL
CAPTAÇÃO DE ÁGUA	
Captações superficiais (m³)	21 380 701
Captações subterrâneas (m³)	3 478 000
Uso total de água (m³)	24 858 701

303-4	Efluentes	Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	
-------	-----------	--	---	--

	TOTAL
EFLUENTE TOTAL POR DESTINO	
TOTAL - Volume de efluente descarregado (m³)	18 441 074
Águas superficiais (m³)	9 068 864
Água do mar (m³)	9 372 210
EFLUENTE TOTAL POR CATEGORIA	
Água doce (m³)	9 068 864
Outros tipos de água (m³)	9 372 210

303-5	Consumo de água	Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	
-------	-----------------	--	---	--

	TOTAL
CONSUMO DE ÁGUA	
Consumo total de água de todas as áreas em megalitros.	6 294 842

GRI 304 - BIODIVERSIDADE

Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri foram definidos com base na metodologia descrita no capítulo Matriz de Materialidade. Com relação direta com a Biodiversidade, o tema "Gestão florestal e proteção da biodiversidade" foi considerado um tema de materialidade elevada (vide Matriz de Materialidade).	✓	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Biodiversidade (vide Como criamos valor- Na Capital Natural).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide Como criamos valor- No Capital Natural).		
304-1		Instalações operacionais (próprias, arrendadas ou geridas) nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas	Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	6 14 15

Área Protegida	Área (ha)
Parque Natural Tejo Internacional	1 905
Parque Natural Serra de São Mamede	1 075
Paisagem Protegida Serra de Montejunto	342
Parque Natural Serras de Aire e Candeeiros	109
Parque Natural Serra da Estrela	7
Parque das Serras do Porto	129
Serra da Gardunha	410
Total	3 977

304-2	Impactos significativos das atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade	Como Criamos Valor- No nosso capital Natural Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	6 14 15
-------	--	--	---	---------------

Sítio de Importância Comunitária	Área (ha)
São Mamede	1 901
Monchique	2 093
Nisa / Lage da Prata	794
Serra de Montejunto	343
Cabrela	284
Malcata	284
Serra da Lousã	267
Serras da Freita e Arada	243
Rio Paiva	210
Serra da Gardunha	223
Serras de Aire e Candeeiros	136
Sicó / Alvaiázere	130
Carregal do Sal	105
Valongo	106
Serra de Montemuro	87
Cabeção	59
Estuário do Tejo	28
Alvão / Marão	11
Estuário do Sado	8
Serra da Estrela	7
Caldeirão	1
Total	7 320

304-3	Habitats protegidos ou recuperados	Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	6 14 15
-------	------------------------------------	--	---	---------------

Habitat	Nome	Área
3120	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com Isoetes spp	60
3170	Charcos temporários mediterrânicos	2
4020	Charnechas húmidas atlânticas temperadas de Erica ciliaris e Erica tetralix	3
4030	Charnechas secas europeias	559
5210	Matagais arborescentes de Juniperus spp	83
5230	Matagais arborescentes de Laurus nobilis	4
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos	877
6310	Montados de Quercus spp. de folha perene	1 693
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da Molinio - Holoschoenion	2
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica	25
91B0	Freixiais termófilos de Fraxinus angustifolia	5
91	Florestas aluviais de Alnus glutinosa e Fraxinus excelsior (Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae)	95
91F0	Florestas mistas de Quercus robur, Ulmus laevis, Ulmus minor, Fraxinus excelsior ou Fraxinus angustifolia das margens de grandes rios (Ulmenion minoris)	1
9230	Carvalhais galaico-portugueses de Quercus robur e Quercus pyrenaica	21
9240	Carvalhais ibéricos de Quercus faginea e Quercus canariensis	4
9260	Florestas de Castanea sativa	8
92A0	Florestas-galerias de Salix alba e Populus alba	104
92B0	Florestas-galerias junto aos cursos de água intermitentes mediterrânicos com Rhododendron ponticum , Salix e outras espécies	1
92D0	Galerias e matos ribeirinhos meridionais (Nerio-Tamaricetea e Securinegion tinctoriae)	19
9330	Florestas de Quercus suber	94
9340	Florestas de Quercus ilex e Quercus rotundifolia	90

304-4	Espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN (International Union for Conservation of Nature) e em listas de espécies de conservação nacional, cujos habitats se encontram em áreas afetadas pelas operações da empresa	Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	6 14 15
-------	---	--	---	---------------

Aves		Anfíbios e Répteis		Peixes	
Noitibó-de-nuca-vermelha - Caprimulgus ruficollis	VU	Salamandra -lusitânica - Chioglossa lusitanica	VU	Lampreia-de rio - Lampetra fluviatilis	CR
Chasco-ruivo - Oenanthe hispanica	VU	Cágado-de-carapaça-estriada - Emys orbicularis	EN	Enguia-europeia - Anguilla anguilla	EN
Abutre-preto - Aegypius monachus	CR	Tritão-palmado - Triturus helveticus	VU	Boga-de-boca-arqueada - Iberohondrostoma lemmingii	EN
Águia-real - Aquila chrysaetos	EN			Boga-portuguesa - Iberohondrostoma lusitanicum	CR
Cegonha-preta - Ciconia nigra	VU	Mamíferos		Bordalo - Squalius alburnoides	VU
Abutre-do-Egito - Neophron percnopterus	EN	Morcego-de-franja - Myotis nattereri	VU	Escalo do Sul - Squalius pyrenaicus	EN
Açor - Accipiter gentilis	VU	Lobo-ibérico - Canis lupus	EN		
Alcaravão - Burhinus oedicephalus	VU				
Coruja-do-nabal - Asio flammeus	EN	Invertebrados			
Noitibó-da-Europa - Caprimulgus europaeus	VU	Euphydryas aurinia	VU		
Tartaranhão-caçador - Circus pygargus	EN	Coenagrion mercuriale	VU		
Falcão-peregrino - Falco peregrinus	VU				
Ógea - Falco subbuteo	VU				
Colhereiro - Platalea leucorodia	VU				
Águia-Imperial - Aquila adalberti	CR				

GRI 305 - EMISSÕES

Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri foram definidos com base na metodologia descrita no capítulo Matriz de Materialidade. Com relação direta com as Emissões, o tema "Alterações climáticas e emissões dos gases com efeito estufa" foi considerado um tema de materialidade elevada (vide Matriz de Materialidade).	✓	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com as Emissões (vide Agenda Ambiental- Combate às alterações climáticas).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide Agenda Ambiental- Combate às alterações climáticas).		
305-1		Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa - GEE (Âmbito 1)	Agenda Ambiental- Combate às alterações climáticas	✓	3 12 13 14 15
305-2		Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2)	Agenda Ambiental- Combate às alterações climáticas	✓	3 12 13 14 15
305-3		Outras emissões indiretas de GEE (Âmbito 3)	Agenda Ambiental- Combate às alterações climáticas	✓	3 12 13 14 15
305-4		Intensidade das emissões de GEE	Agenda Ambiental- Combate às alterações climáticas	✓	13 14 15

Intensidade das emissões de GEE das fábricas de pasta (kgCO ₂ e/tSA) para âmbito 1 e 2	132
Intensidade das emissões de GEE das fábricas de pasta (kgCO ₂ e/tSA) para âmbito 3	230

305-5	Redução das Emissões GEE	Agenda Ambiental- Combate às alterações climáticas	✓	
-------	--------------------------	--	---	--

Redução de emissões 2019-2020 (ktCO ₂ e) em âmbito 1, 2 e 3	(74)
Emissões evitadas associadas à venda de eletricidade (tCO ₂ e) - inclui Celbi e Bioelétricas	(154 961)

305-6	Emissões de substâncias que destroem a camada do ozono	Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	3 12 13
-------	--	--	---	---------------

	Total
EMIÇÃO DE SUBSTÂNCIAS DESTRUIDORAS DA CAMADA DE OZONO	
Gases Fluorados (kgCO ₂ e)	370

305-7	Óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas	Agenda Ambiental- Gestão Ambiental	✓	3 12 14 15
-------	---	------------------------------------	---	---------------------

GRI 306 - RESÍDUOS

Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri foram definidos com base na metodologia descrita no capítulo Matriz de Materialidade. Com relação direta com os Resíduos, o tema "Gestão de Resíduos" foi considerado um tema de materialidade elevada (vide Matriz de Materialidade).	✓	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a gestão de resíduos (vide Agenda Ambiental- Materiais e Resíduos).	✓	
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide Agenda Ambiental- Materiais e Resíduos).	✓	

306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados com resíduos	Nas unidades industriais da Altri, parte das lamas primárias e secundárias resultantes do tratamento de efluentes da fábrica são encaminhadas para a caldeira de biomassa, instalada no complexo industrial, para valorização energética. As lamas primárias e secundárias e rejeitos da crivagem, são gerados na própria atividade, no processo de produção de pasta.	✓	3 6 12 14
306-2	Gestão de impactos significativos associados a resíduos	Nas unidades industriais da Altri, no âmbito das otimizações realizadas, as lamas secundárias resultantes do tratamento de efluente da fábrica são encaminhadas para a caldeira de recuperação, para valorização energética.	✓	3 6 12 14
306-3	Resíduos Gerados	Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	3 6 12 14

PRODUÇÃO DE RESÍDUOS	TOTAL
Peso total dos resíduos gerados (t)	240 460
Resíduos Perigosos	281
Valorização	71
Eliminação	210
Resíduos Não Perigosos	240 179
Valorização	183 975
Eliminação	56 204

GRI 307 - COMPLIANCE AMBIENTAL

307-1	Não conformidade com as leis e regulamentos ambientais	No decurso de 2020 nenhuma das empresas da Altri foi objeto de qualquer sanção (definitiva/transitada em julgado) em matéria ambiental.	✓	16
-------	--	---	---	----

GRI 308 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

308-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais	Agenda Económica- Os nossos fornecedores	✓	
-------	--	--	---	--

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS**GRI 401 - EMPREGO**

401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores	Agenda Social- As nossas pessoas Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	5 8
-------	--	--	---	--------

	Total
Total de Colaboradores	765
Faixa etária (n°)	
< 30 anos	111
Dos 30 aos 50 anos	430
> 50 anos	224
Gênero (n°)	
Masculino	655
Feminino	110
Novas contratações	25
Faixa etária (n°)	
< 30 anos	9
Dos 30 aos 50 anos	15
> 50 anos	1
Gênero (n°)	
Masculino	16
Feminino	9
Taxa de novas contratações	3,27%
Faixa etária (n°)	
< 30 anos	1,18%
Dos 30 aos 50 anos	1,96%
> 50 anos	0,13%
Gênero (n°)	
Masculino	2,09%
Feminino	1,18%
Saída de colaboradores	33
Faixa etária (n°)	
< 30 anos	9
Dos 30 aos 50 anos	6
> 50 anos	18
Gênero (n°)	
Masculino	20
Feminino	13
Taxa de rotatividade	4,31%
Faixa etária (n°)	
< 30 anos	1,18%
Dos 30 aos 50 anos	0,78%
> 50 anos	2,35%
Gênero (n°)	
Masculino	2,61%
Feminino	1,70%

401-2	Benefícios concedidos aos colaboradores em regime full-time que não são concedidos aos colaboradores temporários ou em part-time	Os benefícios de Fundo de Pensões, Seguros de Saúde e Seguro de Vida são aplicáveis apenas aos colaboradores do quadro permanentes. Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	8
--------------	---	---	---	---

	Celbi	Celtejo	Caima	Altri Florestal	Viveiros	FlorestSul
BENEFÍCIOS						
Seguro de Saúde	X	X	X	X	X	X
Seguro de Vida	X	X	X	X		X
Fundo de Pensões	X	X	X	X		X
Pagamento dos 3 primeiros dias de baixa à caixa não cobertos pela Segurança Social.	X	X		X		X
Complemento do subsídio de baixa à caixa até 90 dias de forma a manter a remuneração líquida.	X	X	X	X		X
Subsídio de nascimento		X				

GRI 403- SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri foram definidos com base na metodologia descrita no capítulo Matriz de Materialidade. Com relação direta com a Saúde e Segurança Ocupacional, o tema "Saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores" foi considerado um tema de materialidade elevada (vide Matriz de Materialidade).	✓	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Saúde e Segurança Ocupacional (vide Agenda social- As nossas pessoas).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide Agenda social- As nossas pessoas).		
403-1		Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Agenda Social- As nossas pessoas- Cultura de Segurança A Altri tem implementado um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança (ver Sobre Nós- Certificações) que abrange todos os locais de trabalho, trabalhadores internos e trabalhadores dos prestadores de serviços, à exceção da Altri Florestal, Altri, SL, Altri e FlorestSul (cujos referenciais implementados são os Referenciais normativos PEFC e FSC®) que abrange os trabalhadores internos.	✓	3 8
403-2		Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Agenda Social- As nossas pessoas- Cultura de Segurança De modo a garantir a qualidade dos processos para identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de acidentes a Altri tem implementado o Sistema de Gestão de SST, no âmbito do qual são realizadas auditorias de certificação e auditorias internas, promove formação e divulga informação sobre as normas SST e sobre riscos no local de trabalho, procede à análise de incidentes e quase-acidentes, promove treinos e exercícios para as Equipas de Intervenção em Emergências, realiza inspeções aos locais de trabalho e simulacros para treino das equipas de 1.ª intervenção e de acidentes em trabalho florestal e tem uma brigada de incêndios para resposta às emergências. Para a investigação de incidentes laborais existem procedimentos implementados que determinam a forma de investigar, discutir e implementar as medidas necessárias para minimizar a ocorrência de incidentes laborais, é utilizada a metodologia dos 5 porquês, é feita comunicação de incidente e divulgada por toda a organização. A avaliação e melhoria do Sistema de Gestão de SST são garantidas através da revisão periódica do próprio sistema, do estabelecimento de objetivos e planos de melhoria em SST e da atualização da matriz de avaliação de riscos.	✓	3 8
403-3		Serviços de saúde do trabalho	Na Altri, o Médico do trabalho coordena e orienta dos serviços de medicina do trabalho, nomeadamente as atividades de enfermagem, realiza exames médicos periódicos para avaliação da aptidão dos trabalhadores para o exercício das suas funções e colabora com os serviços de segurança na identificação dos riscos para a saúde dos trabalhadores, bem como na análise das causas dos acidentes de trabalho ou da ocorrência de doenças profissionais. Adicionalmente, contamos com um Técnico de Segurança, o qual executa, orienta e coordena as atividades do serviço de segurança, nomeadamente no respeitante à distribuição, controlo de funcionamento e conservação do material de segurança. Executa, ainda, inspeções às condições de segurança das instalações ou de trabalho do pessoal e elabora relatórios e apuramentos estatísticos sobre sinistralidade e colabora nos processos de informação e formação dos trabalhadores e demais intervenientes nos locais de trabalho nas áreas de prevenção e segurança, processo através do qual se assegura a qualidade do serviço.	✓	3 8
403-4		Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	Para a participação e consulta dos colaboradores no Sistema de Gestão de SST são promovidas reuniões pela Comissão de Ambiente, Segurança e Saúde, onde estão presentes Representantes dos Trabalhadores, responsáveis de topo da Altri e o Médico do Trabalho, é ainda feita a consulta aos trabalhadores relativamente à utilização de EPI e na elaboração dos RIPAR.	✓	3 8
403-5		Formação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	Agenda Social- As nossas pessoas- Cultura de Segurança	✓	3 8
403-6		Promoção da saúde do trabalhador	A Altri promove a saúde dos seus trabalhadores através de serviços de medicina e enfermagem no posto médico, consultas e prescrição de medicamentos, campanhas de sensibilização sobre saúde e bem-estar, recomendações do médico do trabalho alertando para riscos para a saúde do trabalhador (ex: tabaco, excesso peso...) e ausências para consultas médicas, consideradas justificadas e com remuneração.	✓	3 8
403-7		Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	A Altri procede à distribuição de folhetos informativos, disponibilização de documentação de Segurança (RIPAR, Procedimentos, Normas), divulgação de vídeos de SST nos circuitos de TV internos, afixação de sinalética de Segurança e divulgação das Comunicações dos Incidentes e Quase Incidentes.	✓	3 8

403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	No caso das unidades industriais da Altri, os trabalhadores internos e externos, que desempenhem funções no local, estão abrangidos pelo Sistema de SST que é auditado internamente e externamente. No caso da Altri Florestal, Altri SL e FlorestSul, em que estão implementados os referenciais normativos PEFC e FSC [®] , cuja revisão contempla a análise do desempenho da SST e a definição de Planos de Melhoria ao nível da SST, 100% dos trabalhadores internos estão cobertos pelo sistema.	✓	3 8
403-9	Acidentes de trabalho	Os principais tipos de acidentes de trabalho com trabalhadores internos: Traumatismos, queimaduras e ferimentos ligeiros, entaladelas, irritações oculares, esforços físicos excessivos e contato com objetos cortantes. Com os trabalhadores externos foram: fraturas, quedas a nível diferente e ao mesmo nível, traumatismos, esforços físicos excessivos, queimaduras, entaladelas e contato com objetos cortantes, queda em altura, irritações oculares. Para identificar os perigos relacionados com riscos de acidente de trabalho grave ou para eliminá-los/mitigá-los a Altri dispõe de Planos, procedimentos e normas de segurança, registos de identificação de perigos e avaliação de riscos, sinalização de segurança, RIPARs, Ficha de Dados de Segurança, Monitorização de exposição a agentes físicos e químicos, inspeções SST, implementação de medidas de proteção coletivas, melhoria das infraestruturas e equipamentos. Os principais perigos que contribuíram para acidentes de trabalho graves foram: trabalhos em altura, trabalhos que requerem a utilização de máquinas, utilização de produtos químicos, trabalhos em espaços confinados, trabalhos a quente, trabalhos de limpeza em equipamentos móveis, abate e transporte de madeira, exposição a condições atmosféricas adversas. Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	3 8

	TOTAL
VALORES ABSOLUTOS PARA OS COLABORADORES	
Óbitos resultantes de acidente de trabalho	0
Acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	1
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	43
N.º de horas trabalhadas	1 278 909
RÁCIOS PARA OS COLABORADORES	
Mortes resultantes de acidente de trabalho	0
Acidentes de trabalho graves (excluindo mortes)	0,8
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	33,6
VALORES ABSOLUTOS PARA COLABORADORES EXTERNOS	
Mortes resultantes de acidente de trabalho	1
Acidentes de trabalho graves (excluindo mortes)	4
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	82

Nota 1: Não foi possível recolher os dados relativos a colaboradores externos de modo a calcular os rácios para o período em análise, estão, no entanto, a ser implementados mecanismos que permitam o reporte desta informação para o próximo ano.

Nota 2: Os dados apresentados referem-se às empresas: Celbi, Caima, Celtejo e Altri Florestal.

403-10	Doenças Profissionais	No ano de 2020 apenas se registou uma doença ocupacional de comunicação obrigatória na Caima. Os principais tipos de doenças ocupacionais registados são alergias a agentes químicos. De modo a mitigar ou eliminar os riscos e perigos a Altri procede à monitorização de riscos de exposição nos postos de trabalho (ao ruído, substância químicas, ergonómicos), efetuados pelos técnicos de segurança e acompanhados pelo médico do trabalho.	✓	3 8
--------	-----------------------	---	---	--------

GRI 404 - FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

404-1	Médias de horas de formação por ano e por colaborador	Agenda Social - As nossas pessoas	✓	4 5 8			
		Indicador respondido nas tabelas abaixo.					
		2020					
		Total de colaboradores por categoria e funcional			Masculino	Feminino	Total
		Quadros e Técnicos Superiores (n.º)			94	24	118
		Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)			95	10	105
		Restantes trabalhadores (n.º)			466	76	542
		Total (n.º)			655	110	765
		Total de horas de formação (h)			Masculino	Feminino	Total
		Quadros e Técnicos Superiores (n.º)			1 806	619	2 425
		Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)			1 491	632	2 123
		Restantes trabalhadores (n.º)			7 078	2 428	9 506
		Total (n.º)			10 375	3 679	14 054
		Média de horas de formação por categoria (h/colaborador)			Masculino	Feminino	Total
		Quadros e Técnicos Superiores (n.º)			19	26	21
		Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)			16	63	20
		Restantes trabalhadores (n.º)			15	32	18
							18
		Nota: Os dados apresentados não incluem os colaboradores da Altri Sales.					

404-2	Programas de melhoria de competências dos colaboradores e à transição	Agenda Social - As nossas pessoas	✓	8
		Indicador respondido na tabela abaixo.		

Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua	Total	
	Ações	Horas
Processo	90	6 806
Gestão e Comportamental	64	1 581
Manutenção	24	841
Segurança e Ambiente	56	2 021
(Outro)	128	2 807
Total	362	14 054

404-3	Percentagem de colaboradores que recebem regularmente avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira	As empresas do grupo Altri não têm um sistema formal de avaliação de desempenho ou de desenvolvimento de carreiras, de forma assumida. Está em curso a elaboração de um Plano de Sucessão para Titulares de Funções Críticas e deverá em 2021 ser construído um sistema formal que permita dar feedback sobre o desempenho dos colaboradores.	✓	8
-------	--	---	---	---

GRI 405 - DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

405-1	Diversidade dos órgãos de <i>governance</i> e dos colaboradores	Agenda Social - As nossas pessoas			✓	5 8
		Indicador respondido na tabela abaixo.				
2020		Faixa etária	Masculino	Feminino	Total	
Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	< 30 anos	4	—	4		
	Dos 30 aos 50 anos	54	18	72		
	> 50 anos	36	6	42		
	TOTAL	94	24	118		
Quadros e Técnicos Superiores (%)	< 30 anos	3.4%	0.0%	3,4%		
	Dos 30 aos 50 anos	45.8%	15.3%	61,0%		
	> 50 anos	30.5%	5.1%	35,6%		
	TOTAL	79,7%	20,3%			
Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	< 30 anos	2	3	5		
	Dos 30 aos 50 anos	50	4	54		
	> 50 anos	43	3	46		
	TOTAL	95	10	105		
Quadros médios e Chefias Diretas (%)	< 30 anos	1,9%	2,9%	4,8%		
	Dos 30 aos 50 anos	47,6%	3,8%	51,4%		
	> 50 anos	41,0%	2,9%	43,8%		
	TOTAL	90,5%	9,5%			
Restantes trabalhadores (n.º)	< 30 anos	76	26	102		
	Dos 30 aos 50 anos	271	33	304		
	> 50 anos	119	17	136		
	TOTAL	466	76	542		
Restantes trabalhadores (%)	< 30 anos	14,0%	5,0%	18,8%		
	Dos 30 aos 50 anos	50,0%	6,0%	56,1%		
	> 50 anos	22,0%	3,0%	25,1%		
	TOTAL	86,0%	14,0%			
Total (n.º)		655	110	765		

Colaboradores com formação superior		Masculino	Feminino	Total
N.º de colaboradores com formação superior (n.º)		195	85	280
Taxa de colaboradores com formação superior (%)		29,8%	77,3%	36,6%
Órgãos de <i>governance</i> por categoria funcional faixa etária e género				
Órgãos de <i>governance</i> (n.º)	Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
	< 30 anos	0	0	0
	Dos 30 aos 50 anos	0	0	0
	> 50 anos	8	4	12
Órgãos de <i>governance</i> (%)	TOTAL	8	4	12
	< 30 anos	0%	0%	0%
	Dos 30 aos 50 anos	0%	0%	0%
	> 50 anos	66,7%	33,33%	100%
Órgãos de <i>governance</i> (%)	TOTAL	66,7%	33,33%	

405-2	Rácio entre o salário base e remuneração da mulher e do homem	Indicador respondido na tabela abaixo.	✓	5 8 10	
		Nota: Os dados apresentados não incluem os colaboradores da Altri Sales.			
		Remuneração base por categoria funcional e género (€)			Rácio F/M
		Quadros e Técnicos Superiores			0,79
		Quadros médios e Chefias Diretas			0,85
		Restantes trabalhadores			0,90
		Total			0,92
		Remuneração total por categoria funcional e por género (€)			
		Quadros e Técnicos Superiores			0,75
		Quadros médios e Chefias Diretas			0,82
		Restantes trabalhadores			0,71
		Total			0,79
GRI 406 - NÃO-DISCRIMINAÇÃO					
406-1	Casos de discriminação e medidas tomadas	Não houve registo, durante o exercício de 2020, de qualquer reporte de situações discriminatórias que impusessem a tomada de medidas concretas de combate a tais situações.	✓	5 8 16	
GRI 413 - COMUNIDADES LOCAIS					
413-1	Operações com envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento de programas	Agenda Social- A nossa comunidade	✓		
413-2	Operações com impactos negativos significativos atuais e potenciais nas comunidades locais	Agenda Social- A nossa comunidade Agenda Ambiental- Gestão Ambiental- Odores	✓	1 2	
GRI 414 - AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES					
414-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios sociais	Agenda Económica- Os nossos fornecedores	✓		
GRI 417 - MARKETING E ROTULAGEM					
417-1	Requisitos de informação e rotulagem para produtos e serviços	A Altri dá cumprimento ao regulamento Regulamento (UE) N.º 453/2010 de 20 de maio de 2010, tendo disponível para todos os produtos uma ficha de segurança com a descrição das principais características, aplicações e regras de utilização e reciclagem. As pastas para utilização em produtos papéis e/ou papelão estão aprovadas pelo Nordic Ecolabelling of Paper Products e pelo European Ecolabel, e assim podem ser utilizadas em produtos que pretendam utilizar este rótulo ambiental.	✓	12 16	
GRI 419 – CONFORMIDADE SOCIOECONÓMICA					
419-1	Não conformidade com as leis e regulamentos na área social e económica	Em 2020 foi aplicada à subsidiária Sociedade Bioelétrica do Mondego S.A., uma coima de montante equivalente a 22.500 euros relacionada com questões económicas. Para além do mencionado, não foram aplicadas coimas/multas/sanções monetárias ou não monetárias, em relação a qualquer uma das empresas do Grupo Altri, por incumprimento das leis e/ou regulamentos na área social e económica. Não se verificou, em relação a todas as empresas do Grupo Altri, qualquer não conformidade com leis e/ou regulamentos na área social e económica.	✓	16	

Legenda:

S/V – Sem Verificação

ODS – [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA COM OS REQUISITOS DO DECRETO DE LEI (DL) Nº 89/2017

Requisito	Resposta
MODELO EMPRESARIAL	
DL 89/2017 - Artº3º (Remetido para o N.º2 do Artº508º - G do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a)	
Modelo empresarial da empresa	Sobre Nós
	A nossa Estratégia
	Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo
DIVERSIDADE NOS ORGÃO DO GOVERNO	
DL 89/2017 - Artº4º (Remetido para o Artº 245.º - N.º 1 r) e N.º2 do CVM) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 20 (1)(g)	
Política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização	Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo
	Agenda Social- As nossas pessoas
QUESTÕES AMBIENTAIS	
DL 89/2017 - N.º2 do Artº3º (Remetido para o N.º2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1) (a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões ambientais	Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo
	Sobre Nós- Certificações
	Agenda Ambiental
Resultados da aplicação das políticas	Como criamos valor
	Agenda Ambiental
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Sobre Nós- Gestão do Risco
Indicadores-chave de desempenho	Agenda Ambiental
	Como criamos valor
QUESTÕES SOCIAIS E RELATIVAS AOS TRABALHADORES	
DL 89/2017 - N.º2 do Artº3º (Remetido para o N.º2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1) (a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões sociais e relativas aos trabalhadores	Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo
	Agenda Social- As nossas pessoas
Resultados da aplicação das políticas	Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo
	Agenda Social- As nossas pessoas
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo
	Agenda Social- As nossas pessoas
	Sobre Nós- Gestão do Risco
Indicadores-chave de desempenho	Agenda Social- As nossas pessoas
IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS E NÃO DISCRIMINAÇÃO	
N.º2 do Artº3º do DL 89/2017 (Remetido para o N.º2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões de igualdade entre mulheres e homens e não discriminação	Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo
	Agenda Social- As nossas pessoas
Resultados da aplicação das políticas	"As práticas e os procedimentos laborais do Grupo Altri repudiam a discriminação e quaisquer tratamentos diferenciados em função da raça, género, origem étnica ou social, orientação sexual, política ou de associação sindical ou convicção religiosa" in Código de Ética e de Conduta da Altri
	Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Agenda Social- As nossas pessoas
	Sobre Nós- Gestão do Risco
Indicadores-chave de desempenho	Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo
RESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS	
N.º2 do Artº3º do DL 89/2017 (Remetido para o N.º2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com o respeito dos Direitos Humanos	Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo
	No Código de Ética e de Conduta do Grupo Altri está estabelecido que: O Grupo Altri respeita e promove os direitos humanos, conforme consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e norteia a sua atuação no respeito pela igualdade de oportunidades. Para além do estabelecido no documento que orienta a conduta dos colaboradores, a Altri pauta a sua atuação pelo cumprimento integral de toda a legislação aplicável em matéria de Direitos Humanos, considerando que, as legislações nacionais e europeias salvaguardam desde logo os direitos fundamentais.
Resultados da aplicação das políticas	Considerando o exposto, a Altri promove a igualdade de oportunidades, o respeito pelos Direitos Humanos e repudia em absoluto qualquer utilização do trabalho infantil e forçado, reconhecendo estas matérias como princípios que integram o ADN do Grupo.
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	
COMBATE À CORRUPÇÃO E TENTATIVAS DE SUBORNO	

N.º2 do Art.º3º do DL 89/2017 (Remetido para o n.º2 do Art.º508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com o combate à corrupção e tentativas de suborno	Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo
Resultados da aplicação das políticas	Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Sobre Nós - Governance, ética e políticas do Grupo
	Sobre Nós- Gestão do Risco

NOTAS METODOLÓGICAS - PEGADA DE CARBONO 2020

Para o cálculo da pegada de carbono da Altri foram incluídas as fábricas de pasta Celbi, Celtejo e Caima e, adicionalmente, a Altri Florestal¹⁴. Em 2019, a Altri reestruturou e refinou o cálculo da pegada de carbono, de modo a melhorar o seu alinhamento com diversos *frameworks* e referenciais internacionais, tais como o GHG Protocol, o CDP Climate Change e o Framework for Carbon Footprints for Paper and Board Products da CEPI.

O reporte da pegada de carbono de 2020, encontra-se alinhado com o GHG Protocol, de acordo com os três âmbitos de reporte. São também reportadas, de forma independente, outras emissões, tais como o *stock* de carbono da floresta; emissões evitadas pela venda de eletricidade e emissões biogénicas.

Foram considerados os seguintes âmbitos:

- **Âmbito 1:** referente às emissões de gases com efeito de estufa (GEE) diretas das operações, por fontes detidas ou controladas pela Altri. Inclui as emissões no âmbito do CELE e outras emissões como outros combustíveis da Caima e as fugas dos gases fluorados. O âmbito 1 incluiu ainda, em 2020, a gestão interna de resíduos.
- **Âmbito 2:** referente às emissões de GEE associadas à produção da eletricidade adquirida pela Altri. Estas emissões foram calculadas segundo as metodologias de *market-based* e *location-based*.
- **Âmbito 3:** referente a outras emissões indiretas de GEE associadas à cadeia de valor da Altri¹⁵. As categorias calculadas neste âmbito são:
 - Transporte a montante e a jusante - a categoria de transportes foi subdividida em duas: transporte a montante e a transportes a jusante, isto é, transportes da madeira e produtos químicos (transporte a montante) e transporte de produto (transporte a jusante);
 - Compra de bens e serviços - incluem a compra de produtos químicos, biomassa externa, fertilizantes e fitofármacos.
 - Atividades relacionadas com combustíveis e energia não incluídas nos âmbitos 1 e 2 – calculado com base nos dados de atividade presentes nos âmbitos 1 e 2, como as emissões associadas à extração, refinação e transporte de combustíveis e perdas na rede;
 - Resíduos gerados das operações (incluindo transporte) – inclui os resíduos gerados nas fábricas de pasta;
 - Outras emissões – fornecedores, incluindo informação disponível de prestadores de serviço e subcontratados de transportes internos de madeiras e pasta nas fábricas de pasta e subcontratados da Altri Florestal, nomeadamente operações de silvicultura, operações de exploração e operações de DFCL.
- **Outras emissões:**
 - Reservatório de carbono da floresta: no âmbito da Altri Florestal, foi calculado o *stock* de carbono na floresta sob a sua gestão. Este *stock* diz respeito ao reservatório de carbono da floresta no final de 2020.
 - Emissões evitadas: foi revista a metodologia de cálculo das emissões evitadas. Para este efeito, foi considerada a energia elétrica injetada na rede pelas fábricas de pasta (apenas as fábricas excedentárias em energia elétrica foram consideradas neste cálculo) e pelas centrais bioelétricas.
 - Emissões biogénicas: foram calculadas as emissões biogénicas associadas ao consumo de combustíveis de origem não fóssil nas fábricas de pasta. Os principais combustíveis de origem não fóssil são o licor negro e a biomassa.
- **Exclusões:** as emissões de GEE associadas ao uso do produto e ao fim de vida do produto encontram-se fora do âmbito de reporte da pegada de carbono, uma vez que a Altri é um produtor de pasta de papel. Outras categorias de âmbito 3 foram consideradas como não relevantes ou não aplicáveis à atividade da Altri.

¹⁴ O valor das emissões associadas à Altri Florestal em 2020 mantém-se face a 2019.

¹⁵ As emissões de âmbito 3 não contemplam as centrais termoelétricas a biomassa da Greenvolt.



Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

Exmo. Conselho de Administração de Altri, S.G.P.S., S.A.,

Introdução

Fomos contratados pela Administração da Altri, S.G.P.S., S.A. (“Altri” ou “Empresa”) para a realização de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre os indicadores identificados abaixo na secção “Responsabilidades do auditor”, que integram a informação de sustentabilidade incluída no Relatório de Sustentabilidade 2020 (“Relatório”), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, preparada pela Empresa para efeitos de divulgação do seu desempenho anual em matéria de sustentabilidade.

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação dos indicadores identificados abaixo na secção “Responsabilidades do auditor”, incluídos no Relatório de Sustentabilidade 2020, de acordo com as diretrizes para reporte de Sustentabilidade “Global Reporting Initiative”, versão GRI Standards, para a opção “De acordo – Essencial”, e com as instruções e critérios divulgados no Relatório de Sustentabilidade 2020, bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação mencionada.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados no parágrafo abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se os indicadores GRI Standards identificados no Relatório de Sustentabilidade 2020, estão isentos de distorções materialmente relevantes.

O nosso trabalho de garantia de fiabilidade limitada consistiu ainda na realização de procedimentos com o objetivo de obter um grau de segurança limitado sobre se a Empresa aplicou, na informação de sustentabilidade incluída no Relatório de Sustentabilidade 2020, as diretrizes GRI Standards.

Para tanto o referido trabalho consistiu em:

- (i) Indagar a gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;
- (ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- (iii) Verificar, numa base de amostragem, a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;
- (iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
- (v) Executar, numa base de amostragem, alguns procedimentos de consubstanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;
- (vi) Comparar os dados financeiros e económicos incluídos na informação de sustentabilidade com os auditados pelo auditor externo, no âmbito da revisão legal das demonstrações financeiras da Altri do exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- (vii) Analisar o processo de definição da materialidade dos temas de sustentabilidade, com base no princípio da materialidade previsto nas diretrizes GRI Standards, de acordo com a metodologia descrita pela Empresa no Relatório;
- (viii) Verificar que a informação de sustentabilidade a incluir no Relatório cumpre com os requisitos das diretrizes da GRI Standards, para a opção “De acordo – Essencial”.

Os procedimentos efetuados foram mais limitados do que seriam num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, foi obtida menos segurança do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

Entendemos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, consequentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente, que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento dos requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

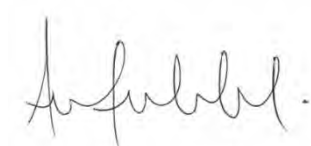
Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os indicadores identificados acima na secção “Responsabilidades do auditor”, incluídos no Relatório de Sustentabilidade 2020, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, não tenham sido preparados, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos das diretrizes GRI Standards e com as instruções e critérios divulgados no mesmo e que a Altri não tenha aplicado, na informação de sustentabilidade incluída no mesmo Relatório de Sustentabilidade 2020, as diretrizes GRI Standards, na opção “De Acordo – Essencial”.

Restrições de uso

Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Empresa, para efeitos da divulgação do Relatório de Sustentabilidade 2020, pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades. Não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além de Altri, pelo nosso trabalho e pela conclusão expressa neste relatório, o qual será anexado ao Relatório de Sustentabilidade 2020 da Empresa.

7 de abril de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Brochado Correia, R.O.C.

RELATÓRIO DE ALOCAÇÃO E IMPACTO 2020

Enquadramento

O Grupo Altri, através da sua subsidiária Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. ("SBM"), e o Banco BPI, S.A. ("BPI") lançaram a primeira emissão obrigacionista "verde" admitida à negociação em Portugal no mercado não regulamentado Euronext Access Lisbon em fevereiro de 2019.

A Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. é uma empresa Portuguesa, detida a 100% pelo Grupo Altri, que se dedica à construção, operação e manutenção de uma central termoelétrica a biomassa, com capacidade de 34,5 MW, localizada na Figueira da Foz.

Para financiar os seus investimentos, a SBM desenvolveu um SBM Green Bond Framework, que serviu de base à emissão do seu SBM 2019-2029 Green Bond ("empréstimo obrigacionista verde"), por subscrição particular, no montante de Euro 50.000.000 (cinquenta milhões de euros), com a taxa de cupão de 1,90%.

A utilização dos recursos foi alocada exclusivamente ao financiamento da central termoelétrica a biomassa de 34,5 MW, localizada no perímetro fabril da Celbi, ainda que na fase inicial do projeto tenha havido aporte de fundos próprios da acionista da SBM.

A Emissão alinha-se com as condições estabelecidas pelos Princípios de Obrigações Verdes ("Green Bond Principles") publicados pela International Capital Market Association, tendo obtido uma Second Party Opinion ("SPO") positiva da empresa de ratings ESG e de research independente especializada Sustainalytics.

Neste documento apresenta-se, conforme previsto no SBM Green Bond Framework, o reporte anual a investidores relativamente à alocação do investimento, incluindo informação relevante sobre a aplicação dos fundos e sobre os benefícios ambientais resultantes. A informação aqui incluída encontra-se disponível no site da Altri, em <http://www.altri.pt/pt/investors/green-funding/green-bond>.






Descrição do projeto

A operação destinou-se a financiar os investimentos da Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A., na construção de uma nova central termoelétrica a biomassa do Grupo Altri, localizada na Figueira da Foz, contribuindo para a prossecução de uma política estruturante no campo energético, que permite diminuir a dependência externa e o efeito de estufa resultante da utilização de combustíveis fósseis. A utilização de biomassa florestal, por outro lado, além de contribuir para a criação de emprego e para o ordenamento da floresta, permite reduzir os riscos de incêndio, promovendo um ambiente de produção de energia limpa e renovável, reforçando assim o compromisso de sustentabilidade do Grupo Altri.

Este investimento da SBM contribuiu para a diversificação das fontes energéticas do Grupo Altri e insere-se na estratégia definida para a política energética nacional, através da construção de uma central de produção de eletricidade a partir de fontes não convencionais (designadamente, a valorização energética de biomassa florestal).

A Central de Biomassa entrou em funcionamento em julho de 2019, tendo produzido no ano de 2020 um total de 285.974 MWh.

Resumo da SBM Green Bond Framework:

 <p>Uso dos recursos</p>	<p>O objetivo principal é a utilização dos recursos em projetos verdes, que resultem em benefícios ambientais claros. Os critérios de elegibilidade definidos no SBM Green Bond Framework são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Energia Renovável e Limpa 2. Prevenção e Controlo Integrados da Poluição
 <p>Impactos positivos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência energética. • Diminuição da fatura energética nacional. • Criação de emprego e crescimento da economia. • Redução do risco de incêndio florestal / Gestão Sustentável da Floresta. • Aumento da economia circular.
 <p>Avaliação e seleção de projetos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os projetos da SBM são propostos ao Grupo de Trabalho sobre Investimentos, que é formado por administradores da SBM. Esse grupo gere e revê todos os projetos propostos. • Os projetos elegíveis são selecionados de entre os vários setores elegíveis e resultam da aplicação dos critérios de elegibilidade, sob responsabilidade do Comité Green Bond. • Apenas os projetos aprovados pelo Grupo de Trabalho sobre Investimentos e pelo Comité Green Bond serão considerados para financiamento. • Os projetos verdes elegíveis são monitorizados e alvo de relatórios numa base anual.
 <p>Gestão de fundos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O produto líquido do Green Bond será aplicado num único projeto / empresa. • O Departamento Financeiro garante a alocação dos fundos segundo um procedimento interno que visa definir o destino dos fluxos de caixa, definir contas reservadas para valores não investidos e ajustar periodicamente os valores. • As receitas não desembolsadas imediatamente serão mantidas e não serão investidas em projetos não verdes, projetos intensivos em atividades com emissões de gases com efeito de estufa (GEE) ou atividades controversas. Serão investidas de acordo com a liquidez da SBM e / ou atividades de gestão de responsabilidade, seguindo as melhores práticas do mercado.
 <p>Reporte</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A SBM fornecerá uma atualização anual sobre o uso dos recursos relacionados com a Green Bond. • O relatório deve divulgar uma descrição dos fundos restantes e do valor fundos alocados e não alocados. • A informação divulgada deve incluir indicadores de desempenho para permitir o acesso ao impacto ambiental dos projetos verdes elegíveis. • Exemplos de produtos e indicadores de impacto considerados <ol style="list-style-type: none"> 1. <u>Energias Renováveis e Limpas:</u> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade instalada de energia renovável (MW) - Geração anual esperada de energia renovável (MWh) - Emissão anual estimada de GEE evitada ou reduzida (tCO₂e) 2. <u>Prevenção e Controlo Integrados da Poluição</u> <ul style="list-style-type: none"> - Redução de resíduos de biomassa na floresta - Emissão anual estimada de GEE evitada ou reduzida (tCO₂e)

Relatório de alocação de recursos

A alocação de recursos foi integralmente efetuada em 2019 (essa informação poderá ser vista em maior detalhe no [Relatório Green Bonds 2019](#), que foi revisto pela Sustainalytics e pela Deloitte).

Projetos verdes elegíveis (1)	Valor disponível (€) (2)	Alocação de recursos a projetos (3)	Valor alocado (€) (4)	Peso face ao valor do ativo (%) (5)	Utilização dos recursos do Green Bond (%) (6)
1. Energia Renovável e Limpa 2. Prevenção e Controlo Integrados da Poluição	50 000 000	Central de Biomassa	50 000 000	60,28%	100%
Total	50 000 000		50 000 000		

- (1) Categorias de projetos elegíveis
- (2) Valor total do Green Bond
- (3) Projeto a que os recursos foram alocados
- (4) Valor alocado ao projeto
- (5) Peso do valor do Green Bond no valor total do projeto
- (6) Nível de utilização dos recursos do Green Bond

Relatório de indicadores de impacto ambiental (dados entre janeiro e dezembro de 2020)

Projetos verdes elegíveis (1)	Valor disponível (€) (2)	Peso no total do Green Bond (%) (3)	Valor elegível (%) (4)	Capacidade instalada (MW) (5)	Produção anual de energia renovável (MWh) (6)	Emissões de CO ₂ evitadas (tonCO ₂ e) (7)	Redução de resíduos de biomassa na floresta (ton) (8)
Central de Biomassa	50 000 000	100%	100%	34,5	285 974	60 912	416.576 (50% humidade)
Total	50				285 974	60 912	416 576

- (1) Identificação dos projetos enquadrados nas categorias elegíveis: 1. Energia Renovável e Limpa e 2. Prevenção e Controlo Integrados da Poluição
- (2) Valor total do Green Bond
- (3) Peso do projeto no valor total do Green Bond
- (4) Valor elegível
- (5) Capacidade instalada de produção de energia renovável do projeto
- (6) Produção total de energia renovável pelo projeto no período de referência, entre janeiro e dezembro de 2020
- (7) Emissões evitadas. As emissões evitadas são as correspondentes às emissões que ocorreriam caso a eletricidade produzida resultasse do sistema nacional, usando-se como referência o fator de emissão da rede nacional, disponível em: https://www.erse.pt/media/hnsfi3om/energia_em_numeros_edicao_2019.pdf
- (8) Biomassa utilizada pela Central de Biomassa

Sociedade Bioelétrica do Mondego

Type of Engagement: Annual Review

Date: March 25, 2021

Engagement Team:

Evan Bruner, evan.bruner@sustainalytics.com, (+31) 20 205 0027

Zhenyi LV, zhenyi.lv@sustainalytics.com, (+1) 416 861 0403

Introduction

In 2019, Sociedade Bioelétrica do Mondego ("SBM") issued green bonds aimed at financing the 34.5 MW biomass power plant, located in the manufacturing area of Figueira da Foz in central Portugal. In 2021, SBM engaged Sustainalytics to review the projects funded through the issued green bonds and to provide an assessment as to whether the projects met the Use of Proceeds criteria and the Reporting commitments outlined in the SBM Green Bond Framework.

Evaluation Criteria

Sustainalytics evaluated the projects and assets funded in 2019 based on whether the projects:

1. Met the Use of Proceeds and Eligibility Criteria outlined in the SBM Green Bond Framework; and
2. Reported on at least one of the Key Performance Indicators (KPIs) for each Use of Proceeds criteria outlined in the SBM Green Bonds Framework.

Table 1 lists the Use of Proceeds, Eligibility Criteria, and associated KPIs.

Table 1: Use of Proceeds, Eligibility Criteria, and associated KPIs

Use of Proceeds	Eligibility Criteria	Key performance indicators (KPIs)
Renewable and Clean Energy	Loans to finance the construction of a new biomass power plant located in Figueira da Foz <ul style="list-style-type: none"> • Endogenous renewable energy source (biomass), thereby avoiding greenhouse gas emissions; • Energy production from biomass from Altri Group's¹ own operations and external sources to supply to the national grid. 	<ul style="list-style-type: none"> • Installed renewable energy capacity (MW) • Expected annual renewable energy generation (MWh) • Estimated annual GHG emission avoided or reduced (tCO₂e)
Integrated Pollution Prevention and Control	Loans to finance the implementation of the Best Available Techniques released by the EU for the energy production sector ² to reduce air emission and greenhouse gas reduction of the biomass power plant <ul style="list-style-type: none"> • Reduction of air emissions and greenhouse gas reduction. • Contribution to decreased GHG emissions. • Design and operation of biomass power plant according to the Best Available Techniques reference document (BREF) published by the 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduction of biomass waste in the forest • Estimated annual GHG emission avoided or reduced (tCO₂e) • Emissions of dust, nitrogen oxides (NO_x), sulphur dioxide (SO₂) and hydrochloric acid and hydrofluoric acid (HCL and HF)

¹ Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. is a Portuguese company, wholly-owned by the Altri Group.

² EU, "Best Available Techniques (BAT) for Large Combustion Plants", (2010), at: <https://ec.europa.eu/jrc/en/publication/eur-scientific-and-technical-research-reports/best-available-techniques-bat-reference-document-large-combustion-plants-industrial>

	European Union for the energy production sector.	
--	--	--

Issuing Entity's Responsibility

SBM is responsible for providing accurate information and documentation relating to the details of the projects that have been funded, including description of projects, amounts allocated, and project impact.

Independence and Quality Control

Sustainalytics, a leading provider of ESG and corporate governance research and ratings to investors, conducted the verification of SBM's Green Bond Use of Proceeds. The work undertaken as part of this engagement included collection of documentation from SBM employees and review of documentation to confirm the conformance with the SBM Green Bonds Framework.

Sustainalytics has relied on the information and the facts presented by SBM with respect to the Nominated Projects. Sustainalytics is not responsible nor shall it be held liable if any of the opinions, findings, or conclusions it has set forth herein are not correct due to incorrect or incomplete data provided by SBM.

Sustainalytics made all efforts to ensure the highest quality and rigor during its assessment process and enlisted its Sustainability Bonds Review Committee to provide oversight over the assessment of the review.

Conclusion

Based on the limited assurance procedures conducted,³ nothing has come to Sustainalytics' attention that causes us to believe that, in all material respects, the reviewed bond projects, funded through proceeds of SBM's Green Bond, are not in conformance with the Use of Proceeds and Reporting Criteria outlined in the SBM Green Bonds Framework. SBM has disclosed to Sustainalytics that the proceeds of the green bond were fully allocated as of December 2019.

Detailed Findings

Table 2: Detailed Findings

Eligibility Criteria	Procedure Performed	Factual Findings	Error or Exceptions Identified
Use of Proceeds Criteria	Verification of the projects funded by the green bond in 2019 to determine if projects aligned with the Use of Proceeds Criteria outlined in the SBM Green Bonds Framework and above in Table 1.	All projects reviewed complied with the Use of Proceeds criteria.	None
Reporting Criteria	Verification of the projects funded by the green bond in 2019 to determine if impact of projects was reported in line with the KPIs outlined in the SBM Green Bonds Framework and above in Table 1. For a list of KPIs reported please refer to Appendix 1.	All projects reviewed reported on at least one KPI per Use of Proceeds criteria.	None

³ Sustainalytics limited assurance process includes reviewing the documentation relating to the details of the projects that have been funded, including description of projects, estimated and realized costs of projects, and project impact, which were provided by the Issuer. The Issuer is responsible for providing accurate information. Sustainalytics has not conducted on-site visits to projects.

Appendix

Appendix 1: Allocation and Impact Reporting by Eligibility Criteria

Green Bond Allocation Report

The proceeds' allocation was made in full in 2019 (this information can be seen in more detail in the [2019 Green Bonds Report](#), which was reviewed by both Sustainalytics and Deloitte).

Eligible Green Project (1)	Signed amount (€) (2)	Proceeds allocation project (3)	Allocated amount (€) (4)	Weight in assets total value (%) (5)	Percentage of proceeds allocated (%) (6)
1. Renewable and Clean Energy	50,000,000	Biomass Power Plant	50,000,000	60.28%	100%
2. Integrated Pollution Prevention and Control					
Total	50,000,000		50,000,000		

- (1) Categories of eligible projects
- (2) Total Green Bond amount
- (3) Project to which proceeds were allocated
- (4) Amount allocated to the project
- (5) Weight of Green Bond proceeds in the total value of the project
- (6) Percentage of use of Green Bond proceeds

Green Bond Impact Report (data from January to December 2020, inclusive)

Eligible Green Project (1)	Weight in total Green Bond (%) (2)	Eligible value (%) (3)	Installed capacity (MW) (4)	Renewable energy annual generation (MWh) (5)	CO ₂ emissions avoided (tonCO ₂ e) (6)	Reduction of biomass waste in the forest (ton) (7)
Biomass Power Plant	100%	100%	34.5	285,974	60,912	416,576 (50% wet)
Total				285,974	60,912	416,576

- (1) Identification of projects falling under the eligible categories: 1. Renewable and Clean Energy and 2. Integrated Pollution Prevention and Control
- (2) Weight of the project in total Green Bond proceeds
- (3) Eligible value
- (4) Installed renewable energy capacity
- (5) Renewable energy generation by project in the reference period, between January and December 2020
- (6) Avoided emissions. Avoided emissions are those corresponding to the emissions that would occur if the electricity produced resulted from the national system, using as a reference the emission factor of the national network
<https://www.apren.pt/contents/publicationsreportcarditems/boletim-energias-renovaveis-dezembro-2019-vf.pdf>
- (7) Biomass used by the Biomass Power Plant

Disclaimer

Copyright ©2021 Sustainalytics. All rights reserved.

The information, methodologies and opinions contained or reflected herein are proprietary of Sustainalytics and/or its third party suppliers (Third Party Data), and may be made available to third parties only in the form and format disclosed by Sustainalytics, or provided that appropriate citation and acknowledgement is ensured. They are provided for informational purposes only and (1) do not constitute an endorsement of any product or project; (2) do not constitute investment advice, financial advice or a prospectus; (3) cannot be interpreted as an offer or indication to buy or sell securities, to select a project or make any kind of business transactions; (4) do not represent an assessment of the issuer's economic performance, financial obligations nor of its creditworthiness; and/or (5) have not and cannot be incorporated into any offering disclosure.

These are based on information made available by the issuer and therefore are not warranted as to their merchantability, completeness, accuracy, up-to-dateness or fitness for a particular purpose. The information and data are provided "as is" and reflect Sustainalytics' opinion at the date of their elaboration and publication. Sustainalytics accepts no liability for damage arising from the use of the information, data or opinions contained herein, in any manner whatsoever, except where explicitly required by law. Any reference to third party names or Third Party Data is for appropriate acknowledgement of their ownership and does not constitute a sponsorship or endorsement by such owner. A list of our third-party data providers and their respective terms of use is available on our website. For more information, visit <http://www.sustainalytics.com/legal-disclaimers>.

The issuer is fully responsible for certifying and ensuring the compliance with its commitments, for their implementation and monitoring.

In case of discrepancies between the English language and translated versions, the English language version shall prevail.

About Sustainalytics, a Morningstar Company

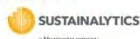
Sustainalytics, a Morningstar Company, is a leading ESG research, ratings and data firm that supports investors around the world with the development and implementation of responsible investment strategies. The firm works with hundreds of the world's leading asset managers and pension funds who incorporate ESG and corporate governance information and assessments into their investment processes. The world's foremost issuers, from multinational corporations to financial institutions to governments, also rely on Sustainalytics for credible second-party opinions on green, social and sustainable bond frameworks. In 2020, Climate Bonds Initiative named Sustainalytics the "Largest Approved Verifier for Certified Climate Bonds" for the third consecutive year. The firm was also recognized by Environmental Finance as the "Largest External Reviewer" in 2020 for the second consecutive year. For more information, visit www.sustainalytics.com.

5th Green Bond Pioneer Awards

Climate Bonds Initiative

Largest Verifier for Certified Climate Bonds of 2019

awarded to Sustainalytics



More information conference.climatebonds.net/awards



GlobalCapital
SRI Awards

Named

2015: Best SRI or Green Bond Research or Rating Firm
2017, 2018, 2019: Most Impressive Second Opinion Provider



RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE

**Ao Conselho de Administração da
Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A.**

Introdução

Efetuámos um trabalho de garantia limitada de fiabilidade para relatar sobre o Relatório de Alocação e Impacto das Obrigações Verdes ("Relatório das Obrigações Verdes") da Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. ("Entidade" ou "SBM"), incluído no Relatório de Sustentabilidade de 2020 do Grupo Altri, preparado pelo Conselho de Administração da Entidade em conformidade com o SBM Green Bond Framework ("Framework").

Responsabilidades

O Conselho de Administração da Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. é responsável pela preparação e conteúdo do Relatório das Obrigações Verdes, incluído no Relatório de Sustentabilidade de 2020 do Grupo Altri, de acordo com o Framework, bem como pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação.

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados na secção "Âmbito".

Âmbito

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista), Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica, emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Esta norma requer que o nosso trabalho seja planeado e executado por forma a obtermos um grau de segurança limitada de fiabilidade se a informação incluída no Relatório das Obrigações Verdes está isenta de distorções materialmente relevantes.

Os procedimentos efetuados dependem do nosso julgamento profissional, considerando o nosso entendimento da natureza da Entidade, da utilização dos recursos das Obrigações Verdes, e outras circunstâncias relevantes para este trabalho, tendo consistido em:

- i) reunir com os colaboradores do Grupo Altri, que estiveram envolvidos na preparação do Relatório das Obrigações Verdes, de forma a compreender as características dos projetos financiados ou refinanciados, os procedimentos e sistemas de gestão internos em vigor, o processo de recolha de dados e o ambiente de controlo inerente aos referidos processos;



"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

4

- ii) analisar os procedimentos utilizados para a obtenção da informação e dados apresentados no Relatório das Obrigações Verdes;
- iii) validar que a informação divulgada está de acordo com os requisitos de reporte estabelecidos no Framework;
- iv) verificar, numa base de amostragem aleatória e testes substantivos, as informações relacionadas com os indicadores incluídos no Relatório das Obrigações Verdes, bem como verificar se os mesmos foram adequadamente compilados a partir dos dados fornecidos pelas fontes de informação da Entidade.

Os procedimentos efetuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, é obtida menos segurança do que no trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre o Relatório de Obrigações Verdes.

Consideramos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa conclusão.

Independência e controlo de qualidade

Na realização do nosso trabalho, cumprimos com os requisitos aplicáveis do Código de Ética emitido pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, que é baseado nos princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional, zelo, confidencialidade e comportamento profissional.

Aplicámos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

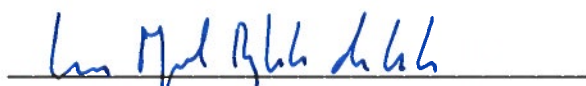
Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação incluída no Relatório de Alocação e Impacto das Obrigações Verdes, incluído no Relatório de Sustentabilidade de 2020 do Grupo Altri não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos de reporte do Framework.

Restrição de uso

Este relatório foi preparado, a pedido do Conselho de Administração da Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A., para efeitos de divulgação sobre o desempenho e atividades inerentes à emissão e utilização dos recursos das Obrigações Verdes. Por conseguinte, não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além da Entidade pelo nosso trabalho e pelas conclusões expressas neste relatório, o qual não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito, nem deverá ser publicado em qualquer outro documento para além do Relatório de Sustentabilidade de 2020 do Grupo Altri.

Lisboa, 25 de março de 2021



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Luís Miguel Baptista da Costa, ROC

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

ALTRI, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31.12.2020	31.12.2019
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos biológicos	11	105 621 199	104 491 065
Ativos fixos tangíveis	7	523 507 899	555 289 032
Ativos sob direito de uso	8.1	65 462 658	69 601 105
Propriedades de investimento		82 131	113 310
Goodwill	9	265 630 973	265 630 973
Ativos intangíveis	10	52 201 704	52 042 671
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	4.2	755 583	725 472
Outros investimentos		280 147	239 987
Outros ativos não correntes	19	3 210 260	3 210 260
Instrumentos financeiros derivados	28	—	—
Ativos por impostos diferidos	12	27 757 056	33 501 991
Total de ativos não correntes		1 044 509 610	1 084 845 866
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	11	75 454 614	85 965 748
Clientes	13	64 149 699	83 738 646
Ativos associados a contratos com clientes	15	7 476 825	7 365 847
Outras dívidas de terceiros	14	9 691 305	18 317 337
Imposto sobre o rendimento	16	17 160 243	12 658 843
Outros ativos correntes	17	5 649 993	6 657 394
Instrumentos financeiros derivados	28	7 313 870	1 557 085
Caixa e equivalentes de caixa	18	254 568 719	181 343 914
Total de ativos correntes		441 465 268	397 604 814
Total do ativo		1 485 974 878	1 482 450 680
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	20	25 641 459	25 641 459
Reserva legal	20	5 128 292	5 128 292
Reserva de cobertura	20	3 515 384	(2 493 790)
Outras reservas	20	376 043 942	336 927 499
Resultado líquido consolidado do exercício		34 977 248	100 826 022
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe		445 306 325	466 029 482
Interesses que não controlam		14 584	13 453
Total do capital próprio		445 320 909	466 042 935
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	21	27 500 000	27 500 000
Outros empréstimos	21	532 417 574	558 764 714
Incentivos reembolsáveis	21	2 942 267	2 942 267
Passivo da locação	8.2	65 461 849	70 392 159
Outros passivos não correntes	23	10 487 366	14 448 082
Passivos por impostos diferidos	12	48 071 097	44 894 324
Responsabilidades por pensões	30	5 180 204	4 768 530
Provisões	22	16 689 458	17 307 171
Instrumentos financeiros derivados	28	1 053 386	919 120
Total de passivos não correntes		709 803 201	741 936 367
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	21	2 135 970	6 202 715
Outros empréstimos	21	168 869 728	102 650 962
Incentivos reembolsáveis	21	2 847 177	3 026 144
Passivo da locação	8.2	9 588 771	9 316 241
Fornecedores	24	104 104 493	102 377 748
Passivos associados a contratos com clientes	26	3 641 936	3 568 671
Outras dívidas a terceiros	25	13 394 102	20 505 050
Imposto sobre o rendimento	16	4 705 554	4 125 532
Outros passivos correntes	27	21 200 376	20 817 950
Instrumentos financeiros derivados	28	362 661	1 880 365
Total de passivos correntes		330 850 768	274 471 378
Total do passivo e capital próprio		1 485 974 878	1 482 450 680

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Vendas	38	604 505 125	731 432 731
Prestações de serviços	38	4 075 916	4 102 901
Outros rendimentos	33	7 067 647	17 984 193
Custo das vendas	11	(287 335 449)	(285 622 783)
Fornecimento de serviços externos	40	(158 870 290)	(182 781 051)
Custos com o pessoal	39	(39 011 970)	(40 319 555)
Amortizações e depreciações	36	(76 905 946)	(75 346 753)
Variação de justo valor dos ativos biológicos	11	1 246 135	1 936 954
Provisões e perdas por imparidade	22	1 754 786	(7 273 931)
Outros gastos	34	(3 054 619)	(6 316 076)
Resultados relativos a investimentos	4.2 e 5	30 111	28 812
Gastos financeiros	35	(27 744 804)	(25 524 941)
Rendimentos financeiros	35	4 173 872	3 958 271
Resultados antes de impostos e CESE		<u>29 930 514</u>	<u>136 258 772</u>
Impostos sobre o rendimento	12	7 036 029	(35 436 397)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)		<u>(1 998 064)</u>	<u>—</u>
Resultado líquido consolidado do exercício		<u>34 968 479</u>	<u>100 822 375</u>
Atribuível a:			
Detentores de capital próprio da empresa-mãe	37	34 977 248	100 826 022
Interesses que não controlam		(8 769)	(3 647)
		<u>34 968 479</u>	<u>100 822 375</u>
Resultados por ação			
Básico	37	0,17	0,49
Diluído	37	0,17	0,49

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Resultado líquido consolidado do exercício		34 968 479	100 822 375
Outro rendimento integral:			
Itens que não serão reclassificados para o resultado líquido			
Variações nas responsabilidades com fundos de pensões - valor bruto	30	(406 784)	(993 666)
Variações nas responsabilidades com fundos de pensões - efeito imposto	12	242 297	221 455
		(164 487)	(772 211)
Itens que futuramente podem ser reclassificados para o resultado líquido			
Variação no justo valor dos derivados de cobertura dos fluxos de caixa - valor bruto	28	8 163 346	(33 919)
Variação no justo valor dos derivados de cobertura dos fluxos de caixa - efeito imposto	12	(2 154 172)	42 433
Variação de reservas de conversão cambial		(5 762)	13 625
Outros		172	—
		6 003 584	22 139
Outro rendimento integral do exercício		5 839 097	(750 072)
Total do rendimento integral consolidado do exercício		40 807 576	100 072 303
Atribuível a:			
Acionistas da Empresa-Mãe		40 816 345	100 075 950
Interesses que não controlam		(8 769)	(3 647)

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe						Interesses que não controlam	Total do capital próprio
		Capital social	Reserva legal	Reserva de cobertura	Outras reservas	Resultado líquido	Total		
Saldo em 1 de janeiro de 2019	20	25 641 459	5 128 292	(2 502 304)	298 832 349	194 497 353	521 597 149	—	521 597 149
Aplicação do resultado consolidado de 2018	42	—	—	—	194 497 353	(194 497 353)	—	—	—
Distribuição de dividendos	42	—	—	—	(147 694 804)	—	(147 694 804)	—	(147 694 804)
Aquisição de filiais		—	—	—	—	—	—	15 600	15 600
Constituição de filiais		—	—	—	—	—	—	1 500	1 500
Impacto da aplicação da IFRS 16		—	—	—	(7 955 898)	—	(7 955 898)	—	(7 955 898)
Outros		—	—	—	7 085	—	7 085	—	7 085
Total do rendimento integral consolidado do período		—	—	8 514	(758 586)	100 826 022	100 075 950	(3 647)	100 072 303
Saldo em 31 de dezembro de 2019	20	<u>25 641 459</u>	<u>5 128 292</u>	<u>(2 493 790)</u>	<u>336 927 499</u>	<u>100 826 022</u>	<u>466 029 482</u>	<u>13 453</u>	<u>466 042 935</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2020	20	25 641 459	5 128 292	(2 493 790)	336 927 499	100 826 022	466 029 482	13 453	466 042 935
Aplicação do resultado consolidado de 2019	42	—	—	—	100 826 022	(100 826 022)	—	—	—
Distribuição de dividendos	42	—	—	—	(61 539 502)	—	(61 539 502)	—	(61 539 502)
Entradas de capital		—	—	—	—	—	—	9 900	9 900
Outros		—	—	—	—	—	—	—	—
Total do rendimento integral consolidado do período		—	—	6 009 174	(170 077)	34 977 248	40 816 345	(8 769)	40 807 576
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20	<u>25 641 459</u>	<u>5 128 292</u>	<u>3 515 384</u>	<u>376 043 942</u>	<u>34 977 248</u>	<u>445 306 325</u>	<u>14 584</u>	<u>445 320 909</u>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2020	2019
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		656 219 920	829 865 715
Pagamentos a fornecedores		(465 561 147)	(553 224 094)
Pagamentos ao pessoal		(31 386 072)	(35 712 060)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(6 523 169)	(4 753 883)
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas		10 856 929	163 606 461
<i>Fluxos gerados pelas atividades operacionais (1)</i>		<u>163 606 461</u>	<u>179 513 659</u>
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	18	202 200	199 209
Ativos fixos tangíveis		335 764	289 993
Subsídios ao investimento		298 595	1 850 345
Juros e proveitos similares		730 316	902 034
Dividendos		—	—
		<u>1 566 875</u>	<u>3 241 581</u>
Pagamentos relativos a:			
Investimentos financeiros	5 e 18	(821 779)	(4 558 376)
Ativos fixos tangíveis		(37 369 808)	(70 943 018)
Ativos intangíveis		—	(157 142)
Subsídios ao investimento		—	—
<i>Fluxos gerados pelas atividades de investimento (2)</i>		<u>(36 624 712)</u>	<u>(72 416 955)</u>
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	21	579 703 753	370 608 000
Entradas de capital		9 900	—
Outras operações de financiamento		<u>2 034 258</u>	<u>—</u>
		<u>581 747 911</u>	<u>370 608 000</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		(14 470 998)	(16 941 613)
Dividendos distribuídos		(61 541 554)	(147 694 804)
Empréstimos obtidos	21	(546 195 753)	(349 926 363)
Incentivos reembolsáveis	21	(178 966)	(6 123 930)
Passivo da locação	8.2	(12 429 629)	(12 003 105)
Outras operações de financiamento		<u>(2 685 086)</u>	<u>(4 155 019)</u>
<i>Fluxos gerados pelas atividades de financiamento (3)</i>		<u>(55 754 075)</u>	<u>(166 236 834)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18	181 343 914	240 476 078
Efeito das diferenças de câmbio		1 041	7 966
Variação de caixa e bancos: (1)+(2)+(3)		<u>71 227 674</u>	<u>(59 140 130)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18	<u>252 572 629</u>	<u>181 343 914</u>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Altri, SGPS, S.A. ("Altri" ou "Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 1 de março de 2005, em Portugal, no âmbito do processo de reestruturação da Cofina, SGPS, S.A., tem sede na Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818, no Porto, em Portugal e tem como atividade principal a gestão de participações sociais, sendo as suas ações cotadas na Euronext Lisbon.

A Altri dedica-se à gestão de participações sociais essencialmente na área industrial, sendo a empresa-mãe do grupo de empresas indicado na Nota 4 e designado por Grupo Altri, não existindo qualquer sociedade acima dela que incorpore estas demonstrações financeiras consolidadas. As atividades atuais do Grupo Altri centram-se na produção de pasta branqueada de eucalipto através de três unidades produtivas e na produção de energia elétrica através do consumo de resíduos e biomassa florestal.

Face a esta realidade do Grupo Altri, o seu Conselho de Administração entende que existem dois segmentos de negócio, nomeadamente, a produção e comercialização de pasta branqueada de eucalipto e a produção de energia elétrica através do consumo de resíduos e biomassa florestal, sendo que a informação de gestão é também preparada e analisada nessa base (Nota 38).

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Altri são apresentadas em Euros em valores arredondados à unidade, sendo esta a divisa utilizada pelo Grupo nas suas operações e como tal considerada a moeda funcional. As operações das sociedades estrangeiras cuja moeda funcional não seja o Euro são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política estabelecida na Nota 2.2.d).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão no dia 6 de abril de 2021. A sua aprovação final está ainda sujeita a concordância da Assembleia Geral de Acionistas, sendo expectativa do Grupo e do Conselho de Administração que as mesmas serão aprovadas sem alterações significativas.

EVENTOS SIGNIFICATIVOS: COVID-19

Desde o início da pandemia que o Grupo Altri procedeu à implementação de um conjunto de medidas de prevenção, controlo e vigilância, sendo desenvolvidos planos de prevenção / contingência que abrangem toda a organização, desde as áreas operacionais às estruturas centrais, em todos os negócios do Grupo.

No decurso do exercício de 2020, o Grupo Altri manteve o seu processo de monitorização e avaliação das ações implementadas, de forma a dar resposta às exigências decorrentes da pandemia COVID-19. De entre as ações implementadas no âmbito do processo de monitorização e avaliação dos desenvolvimentos da pandemia, destacamos as seguintes:

- O Grupo Altri, procedeu à implementação de um conjunto de medidas de prevenção, controlo e vigilância desta infeção. Em resultado das diversas medidas implementadas pelo Grupo Altri, à data de 31 de dezembro de 2020, verificou-se um impacto negativo na demonstração dos resultados no montante de, aproximadamente, 1,2 milhões de euros (incluindo os gastos com pessoal, nomeadamente, turnos e horas extra, bem como, despesas de deslocação, donativos, equipamentos de proteção, gastos com a contratação de empresas especializadas na desinfeção de espaços, entre outros).
- No que diz respeito à gestão do risco de liquidez, foi mantida pelo Grupo uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter de se refinarçar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2020, o montante de empréstimos consolidados com vencimento nos próximos 12 meses é de 183,4 milhões de Euros. Na mesma data, o Grupo tem linhas de crédito consolidadas disponíveis (nomeadamente, descobertos bancários, contas correntes caucionadas e programas de papel comercial não utilizados) no valor de, aproximadamente, 86 milhões de Euros. Adicionalmente, o Grupo

apresenta na rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa um valor de 254,6 milhões de Euros, representativo de, aproximadamente, 77% dos seus passivos correntes.

Durante o exercício de 2020, as três fábricas do Grupo produziram em pleno, bem como, as centrais de produção de energia elétrica. Durante este período, e até ao dia de hoje, as operações em todas as unidades que constituem o universo empresarial do Grupo Altri decorreram ao ritmo habitual, não tendo havido interrupções.

Apesar das medidas acima referidas, e nesta fase, que se caracteriza por uma incerteza no contexto social e económico, o Grupo Altri continuará atento e cuidadoso, na gestão dos seus negócios, e na avaliação e monitorização das ações já implementadas e/ou a implementar de forma a gerir e antecipar, na medida do possível, os impactos desta pandemia no seu desempenho operacional e financeiro.

Segmento Pasta:

O exercício de 2020 apesar da pandemia, iniciou na sua vertente comercial de modo positivo no que diz respeito à procura de pasta de papel, dado que a mesma é a matéria-prima para a produção de *tissue*. Esta elevada procura por parte dos Clientes foi explicada pelo maior consumo ao nível dos produtos de papel para uso doméstico, higiene e proteção, explicado pela pandemia. No decorrer do segundo trimestre de 2020 verificou-se uma estabilização dos níveis de procura de *tissue*, e uma recuperação gradual na procura de papel gráfico (impressão e escrita) explicada pelo cessar temporário das medidas de confinamento obrigatório. Relativamente ao terceiro trimestre de 2020 o mesmo ficou caracterizado, essencialmente, por três fatores, nomeadamente pela desvalorização do dólar face ao Euro, o que se traduziu numa descida do preço de venda em Euros, pelo volume total de vendas abaixo dos dois primeiros trimestres do ano, motivado por questões sazonais de mercado, e por último, estes fatores foram em parte compensados pela eficiência operacional, traduzida numa redução dos custos de produção unitários. O quarto trimestre de 2020 ficou marcado por uma recuperação da procura nos mercados asiáticos, nomeadamente na China, sendo que os primeiros sinais de aumentos de preço naquela geografia surgiram durante o mês de novembro. Nos mercados europeus, assistiu-se também a um reforço da procura de pastas por parte de quase todos os clientes, no entanto, em termos de preço, só foram anunciados aumentos de preços para a Europa a partir de janeiro de 2021.

A produção do *tissue*, foi considerada uma atividade essencial e, como tal, a matéria-prima utilizada na sua produção (pasta de papel), foi igualmente considerada como bem essencial. Desta forma, o Grupo Altri mantém a sua atividade por fazer parte dessa cadeia de abastecimento.

Dada a relação de forte parceria com os Fornecedores, não se verificou durante este período e até à data qualquer constrangimento na cadeia de abastecimento e fornecimento de matérias-primas.

Desde o mês de novembro de 2019 que o preço médio de mercado da pasta papelreira (BHKP) registado pelo PIX em USD se encontrava estabilizado nos 680 USD/ton. À data existe a expectativa no mercado de que a subida de preço de venda se mantenha de forma gradual durante 2021. Efetivamente, no decorrer do mês de março de 2021 já foi anunciada uma subida do preço para os 910 USD, o que reflete um aumento de 230 USD face ao preço de referência.

Apesar do Grupo Altri ter mantido os níveis de seguro de crédito nas suas vendas de pasta, mesmo perante a situação de pandemia, ao nível dos Clientes não se verificou durante o período nenhuma situação relevante de dificuldades em termos de cobrança. Adicionalmente, não existiram incumprimentos contratuais nem alterações aos contratos existentes com clientes.

Segmento Energia:

Dado o modelo de negócio deste segmento, até à data, não se verificaram quaisquer quebras no volume de negócios decorrente da pandemia, sendo a totalidade das vendas realizadas para a rede pública. Não se verificou igualmente qualquer situação relevante de dificuldades em termos de cobrança ou ao nível de outras questões operacionais de relevo.

Colaboradores:

Assegurar o bem-estar permanente de todos os Colaboradores, das suas famílias e da comunidade, sempre foi e continuará a ser uma prioridade do Grupo Altri.

O Grupo Altri procedeu à implementação de um conjunto de ações preventivas acrescidas para proteger a saúde e segurança dos Colaboradores, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde para fazer face à pandemia.

O departamento de recursos humanos, com base nas recomendações da Direção Geral de Saúde, procedeu à elaboração do Plano de Contingência COVID-19 do Grupo Altri. Este plano tem sido ajustado de forma contínua face à evolução da pandemia, sendo basilar para efeitos de contenção dos impactos da pandemia entre os nossos Colaboradores e a Comunidade local.

De entre as muitas medidas implementadas destacamos as abaixo:

- Seguindo as recomendações do Governo e das autoridades nacionais de saúde, que apontam para a conveniência do uso generalizado de máscaras na comunidade, o Grupo Altri tornou obrigatório o uso de máscaras, desde a entrada da principal portaria das subsidiárias;
- Ainda como medida de contingência na abordagem ao combate do COVID-19, foram instaladas nas portarias principais das subsidiárias Caima, Celbi e Celtejo, câmaras térmicas com tecnologia termográfica;
- Foram reforçadas as medidas de mitigação implementadas nos refeitórios, nomeadamente, alargamento dos tempos de refeição para permitir um menor número de colaboradores por hora; maior espaçamento entre as mesas de refeição, entre outras medidas que foram avaliadas e consideradas como eficientes para a proteção dos Colaboradores;
- Retoma de medidas como o teletrabalho e horários desfasados;
- No âmbito da contínua divulgação do Plano de Contingência aos colaboradores tem existido uma comunicação regular de diversos tópicos, dos quais se destacam os seguintes: comunicação dos comportamentos de risco a serem evitados, os cinco erros mais comuns na utilização das máscaras, entre outros.

O Conselho de Administração da Altri quer endereçar formalmente a todos os seus Colaboradores um agradecimento especial, pela forma absolutamente exemplar e digna de registo como todos se empenharam no sentido de ultrapassar esta fase que atravessamos.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

Adicionalmente, não ocorreram alterações significativas nas principais estimativas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia ("IFRS-UE") em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2020. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRS - IC") ou pelo anterior Standing

Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas o Grupo tomou por base o custo histórico, modificado, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) ativos biológicos mensurados a justo valor, ii) determinados instrumentos financeiros, que se encontram registados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS-UE requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Grupo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.4.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é hierarquizada em três níveis (Nível 1, 2 e 3), os quais têm em consideração, nomeadamente, se os dados utilizados são observáveis em mercado ativo e a significância dos mesmos ao nível da valorização dos ativos / passivos ou na divulgação destes.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, o Grupo considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração.

Os ativos que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial são agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado; e

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

(i) Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2020:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	1-jan-2020	Corresponde a emendas em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um ativo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação.
Emenda à IAS 1 e IAS 8 – Definição de material	1-jan-2020	Corresponde a emendas para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A emenda altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras.
Emenda à IFRS 3 – Definição de negócio	1-jan-2020	Corresponde a emendas à definição de negócio, pretendendo clarificar a identificação de aquisição de negócio ou de aquisição de um grupo de ativos. A definição revista clarifica ainda a definição de output de um negócio como fornecimento de bens ou serviços a clientes. As alterações incluem exemplos para identificação de aquisição de um negócio.
Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform)	1-jan-2020	Corresponde a emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 relacionadas com o projeto de reforma das taxas de juro de benchmark (conhecido como “IBOR reform”), no sentido de diminuir o impacto potencial da alteração de taxas de juro de referência no relato financeiro, nomeadamente na contabilidade de cobertura.
Emenda à norma IFRS 16 – Locações – “Covid 19 Related Rent Concessions	1-jun-2020	Esta emenda introduz um expediente prático opcional pelo qual os locatários ficam dispensados de analisar se as concessões de renda, tipicamente suspensões ou reduções de renda, relacionadas com a pandemia “COVID-19” correspondem a modificações contratuais.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

(ii) Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 –Fase 2 - reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform)	1-jan-2021	Corresponde a emendas adicionais às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7, emitidas em 27 de agosto de 2020, relacionadas com a segunda fase do projeto de reforma das taxas de juro de benchmark (conhecido como “IBOR reform”), referente às alterações das taxas de juro de referência e os impactos ao nível de modificações de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de locação, contabilidade de cobertura e divulgações.
Emenda à norma IFRS 4 Contratos de Seguros – diferimento de IFRS 9	1-jan-2021	Corresponde a emenda à norma IFRS 4 que prolonga o diferimento de aplicação da IFRS 9 para exercícios iniciais em ou após 1 de janeiro de 2023.

Estas emendas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2020, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

(iii) Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontravam ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas às normas IFRS 3, IAS 16, IAS 37 e Melhoramentos anuais 2018-2020	1-jan-2022	Estas emendas correspondem a um conjunto de atualizações às diversas normas mencionadas, nomeadamente - IFRS 3 - atualização da referência à estrutura concetual de 2018; requisitos adicionais para análise de obrigações de acordo com norma IAS 37 ou IFRIC 21 na data de aquisição; e clarificação explícita que ativos contingentes não são reconhecidos numa combinação de negócio. - IAS 16 – proibição de dedução ao custo de um ativo tangível de proveitos relacionados com a venda de produtos antes do ativo estar disponível para uso - IAS 37 – clarificação que custos de cumprimento de um contrato correspondem a custos diretamente relacionados com o contrato - Melhoramentos anuais 2018-2020 correspondem essencialmente a emendas em 4 normas, IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-2023	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes	1-jan-2023	Esta emenda publicada pelo IASB clarifica a classificação dos passivos como correntes e não correntes analisando as condições contratuais existentes à data de reporte.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os princípios de consolidação adotados pelo Grupo Altri na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Empresas subsidiárias incluídas na consolidação

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo Altri detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, de tal modo que consigam influenciar, em resultado do seu envolvimento, o retorno das atividades da entidade detida e a capacidade de afetar esse retorno (definição de controlo utilizada pelo Grupo) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada nas rubricas "Interesses que não controlam". As empresas incluídas nas demonstrações financeiras pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 4.1.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e dos interesses que não controlam, mesmo que isso resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses que não controlam.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos, fluxos de caixa e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação, bem como, os ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo. Perdas não realizadas são também eliminadas, quando não evidenciem uma situação de imparidade do ativo transferido.

b) Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e empresas associadas

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm que ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjuntamente controlada.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que o Grupo exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto se encontram entre 20% a 50%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, estas participações financeiras são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição. As participações financeiras são posteriormente ajustadas

pelo valor correspondente à participação do Grupo no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) dos empreendimentos conjuntos e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empreendimentos conjuntos e associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica "Resultados relativos a investimentos", após reconfirmação do justo valor atribuído (Nota 2.2.c)).

É efetuada uma avaliação dos investimentos em empreendimentos conjuntos e em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados dos empreendimentos conjuntos e associadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com o empreendimento conjunto e associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com os empreendimentos conjuntos e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmemente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas encontram-se detalhados na Nota 4.2.

c) Concentrações de atividades empresariais e Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas subsidiárias, acrescido do valor dos interesses que não controlam, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas são registadas na rubrica "Goodwill" e quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração dos resultados.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias sedeadas no estrangeiro e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas subsidiárias à data da sua aquisição, são registadas na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica "Reserva de conversão cambial" incluída na rubrica de capital próprio "Outras reservas".

O Grupo realiza o teste da concentração para avaliar se está perante uma compra de ativos ou uma concentração de atividades empresariais. Ou seja, determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui um *input* e um processo substantivo que, em conjunto, contribuem significativamente para a capacidade de criar *outputs*. O processo adquirido é considerado substantivo se for considerado crítico para a capacidade de continuar a produzir *outputs*, e os *inputs* adquiridos incluem uma força de trabalho organizada, com os conhecimentos ou experiência necessários para realizar esse processo ou se contribuir significativamente para a capacidade de continuar a produzir *outputs* e é considerado único ou escasso ou que não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativo na capacidade de continuar a produzir *outputs*.

Quando estes critérios não se encontram cumpridos o Grupo considera como aquisição de um grupo de ativos.

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são mantidas na rubrica “Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas” e, quando negativas, após uma reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas diretamente na demonstração dos resultados, na rubrica “Resultados relativos a investimentos”.

O Grupo Altri, numa base de transação a transação (para cada concentração de atividades empresariais), opta por mensurar qualquer interesse sem controlo na empresa adquirida ou pelo justo valor ou pela parte proporcional dos interesses sem controlo nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de “Goodwill”, mas apenas se ocorrer dentro do período de mensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida da demonstração dos resultados, a menos que esse pagamento contingente esteja classificado como capital próprio, sendo que neste caso não deve ser remensurado e, apenas aquando da sua liquidação, será reconhecido o impacto em capital próprio.

Transações de compra ou venda de interesses em entidades já controladas, sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto na rubrica “Goodwill” ou na demonstração dos resultados.

Quando a combinação de negócios é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do Goodwill ou de alocação do preço de compra.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos dessa entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada na demonstração dos resultados.

O Grupo testa anualmente a existência de imparidade do Goodwill. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo dos valores de uso. Estes cálculos exigem o uso de pressupostos que são efetuados com base em estimativas de circunstâncias futuras cuja ocorrência poderá vir a ser diferente da estimada. As perdas por imparidade do Goodwill não podem ser revertidas.

d) Conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluídas na consolidação são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os gastos e rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante é registada na rubrica “Reserva de conversão cambial” incluída na rubrica de capital próprio “Outras reservas”.

O valor do *Goodwill* e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma participação numa entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferido para interesses que não controlam, no caso de não haver perda de controlo.

A cotação utilizada na conversão para euro das contas da filial em moeda estrangeira foi como segue:

	31.12.2020		31.12.2019	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Franco Suíço	1,0802	1,0705	1,0854	1,1124

2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração usados pelo Grupo Altri na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo no período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações os custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após os bens estarem disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado (genericamente 3 a 5 anos). No caso do ativo intangível associado às licenças de exploração das centrais de produção de energia da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. (anteriormente designada por Bioelétrica da Foz, S.A.) e suas subsidiárias o período de vida útil corresponde ao período da licença.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados ao seu "*deemed cost*", o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo

de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Terrenos e recursos naturais	20 a 50
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10

No caso dos ativos fixos tangíveis da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias o período de vida útil utilizado corresponde ao período da licença de exploração como segue:

<u>Central</u>	<u>Fim da concessão</u>
Mortágua	2024
Vila Velha de Ródão	2031
Constância	2034
Figueira da Foz	2034
Mondego (Figueira da Foz)	2044

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas por imparidade" da demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do exercício em que incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo Altri correspondem a imóveis não afetos à atividade do Grupo, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transação) e, subsequentemente são mantidas ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada bem.

d) Direitos de uso

O Grupo avalia, no início de cada acordo, se o acordo é, ou contém, uma locação. Isto é, se transmite o direito de uso de um ativo ou ativos específicos por um determinado período de tempo em troca de uma contrapartida.

Grupo como locatário

O Grupo aplica o mesmo método de reconhecimento e mensuração a todas as locações, exceto para as locações de curto prazo e locações associadas a ativos de baixo valor. O Grupo reconhece um passivo relativo aos pagamentos da locação e um ativo identificado como direito de uso do ativo subjacente.

(i) Ativos sob direito de uso

À data de início da locação (isto é, data a partir da qual o ativo está disponível para uso), o Grupo reconhece um ativo relativo ao direito de uso. Os "Ativos sob direito de uso" são mensurados ao custo, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O custo compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido (caso aplicável).

O ativo sob direito de uso é depreciado por duodécimos utilizando o método de depreciação linear, com base no prazo da locação.

Se a propriedade do ativo se transmitir para o Grupo no final do prazo da locação, ou o custo incluir uma opção de compra, as depreciações são calculadas tendo em conta a vida útil estimada do ativo.

Os ativos sob direito de uso são ainda sujeitos a perdas por imparidade.

(ii) Passivos da locação

À data de início da locação, o Grupo reconhece um passivo mensurado ao valor presente dos pagamentos de rendas a efetuar ao longo do acordo. Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos (caso aplicável) e pagamentos variáveis associados a um índice ou taxa. Os pagamentos incluem ainda, caso aplicável, o preço de exercício de uma opção de compra, que será exercida pelo Grupo com uma certeza razoável, e pagamentos de penalizações por terminar o contrato, se os termos da locação refletirem a opção de exercício do Grupo.

O passivo da locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, sendo remensurado quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Os pagamentos variáveis que não estejam associados a quaisquer índices ou taxas são reconhecidos como gasto do exercício, no exercício em que ocorre o evento ou condição que leva ao pagamento.

Para o cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, o Grupo usa a sua taxa de juro incremental à data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita ao contrato não é prontamente determinável. Após essa data, o montante do passivo da locação é aumentado por acréscimo de juros e reduzido por pagamentos de rendas efetuados. Adicionalmente, o valor é remensurado se ocorrer alguma alteração nos termos do acordo, no valor das rendas (e.g., alterações dos pagamentos futuros causadas por uma alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos) ou uma alteração da avaliação de uma opção de compra associada ao ativo subjacente.

(iii) Locações de curto prazo e locações de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento às suas locações de curto prazo de ativos (i.e., locações com prazos de 12 meses ou inferiores e não contêm uma opção de compra). O Grupo aplica igualmente a isenção de reconhecimento a locações de ativos considerados de baixo valor. Os pagamentos de rendas de locações de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como gasto do exercício, ao longo do período da locação.

e) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios atribuídos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração, são registados na rubrica “Outros rendimentos” da demonstração consolidada dos resultados do exercício em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, quando estão cumpridas todas as condições necessárias para o seu recebimento.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de ativos fixos tangíveis são registados na demonstração da posição financeira como “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes” relativamente às parcelas de curto prazo e de médio e longo prazo respetivamente, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com ativos biológicos valorizados ao justo valor apenas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando a sua atribuição é incondicional, ou seja, quando estão cumpridos todos os termos e condições de atribuição.

Os incentivos financeiros recebidos para financiamento de ativos fixos tangíveis são registados na rubrica “Incentivos reembolsáveis” do passivo corrente e não corrente de acordo com o plano de reembolsos definido pelas entidades atribuidoras.

f) Imparidade dos ativos não correntes, exceto goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada

para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registrada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Outros rendimentos". Esta reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

g) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

h) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao valor de mercado. Dentro desta ótica, a madeira cortada em posse do Grupo encontra-se valorizada ao custo de produção, que inclui os custos incorridos com o corte e chegada da madeira, assim como a parte proporcional à área cortada dos custos acumulados de estabelecimento, manutenção e gastos administrativos com estes ativos.

O Grupo procede ao registo das correspondentes perdas por imparidade para reduzir, quando aplicável, os inventários ao seu valor realizável líquido ou preço de mercado.

i) Ativos biológicos

Parte da atividade do Grupo Altri consiste no cultivo de várias espécies florestais, principalmente eucalipto, as quais são basicamente utilizadas como matéria-prima para a produção de pasta de eucalipto. O Grupo Altri é proprietário de diversas florestas destinadas a esta atividade, as quais se encontram classificadas na rubrica "Ativos biológicos". Os solos florestais que são propriedade do Grupo estão valorizados de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.3.b) e são apresentados na rubrica "Ativos fixos tangíveis" da demonstração consolidada da posição financeira. Os solos florestais que não são propriedade do Grupo Altri e que se encontram sob locação são mensurados de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.3.d) direitos de uso, sendo apresentados na rubrica "Ativos sob direito de uso" da demonstração da posição financeira consolidada.

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, com exceção do valor do investimento inicial nos primeiros dois anos em que são mensurados ao custo. Após a referida data o ativo é considerado para efeitos de avaliação ao justo valor. Na determinação desse justo valor é utilizado o método do valor presente dos fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de uma avaliação independente efetuada por uma entidade externa. A referida avaliação teve em consideração pressupostos relativos à produtividade das florestas, o preço de venda da madeira deduzido do custo

de corte, das rendas (dos terrenos próprios e arrendados) da recheia, do transporte, dos custos de plantação e manutenção e com a atualização dos fluxos monetários futuros utilizando a taxa de desconto estimada.

A taxa de desconto corresponde à taxa de juro de mercado, sem inflação, de forma consistente com a estrutura de projeções, determinada tendo em consideração a rentabilidade que o Grupo espera obter dos ativos florestais, os quais se destinam, essencialmente, a serem incorporados na produção de pasta do Grupo.

As alterações de estimativas são reconhecidas enquanto variações de justo valor dos ativos biológicos na demonstração dos resultados.

Os ativos biológicos são avaliados de acordo com o nível 3 da hierarquia de justo valor.

O valor da madeira é transferido para custos de produção quando a respetiva madeira, depois de cortada, é incorporada no produto final, sendo que os cortes de madeira própria são valorizados ao custo específico de cada mata (ou talhão) quando transferidos para as unidades de exploração que constituem o inventário.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros electroprodutores

O Grupo constitui provisões com estes fins quando existe uma obrigação legal, contratual ou construtiva no final da vida útil dos ativos.

Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nos centros electroprodutores para fazer face às respetivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos onde estes se encontram. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respetivas responsabilidades futuras e são registadas por contrapartida de um aumento dos respetivos ativos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida em resultados.

Os dispêndios de carácter ambiental são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos a menos que satisfaçam os critérios necessários para serem reconhecidos como um ativo.

k) Complementos de reforma

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez, os quais configuram planos de benefícios definidos.

Para cobrir essas responsabilidades existem os correspondentes fundos de pensões autônomos, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais são registrados como gastos ou rendimentos do exercício, em conformidade com a IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

O efeito da mensuração das responsabilidades por planos de benefícios definidos, incluindo ganhos e perdas atuariais, e o rendimento dos ativos do plano (quando aplicável) líquido de juros é reconhecido em outro rendimento integral. Tal mensuração não é objeto de reclassificação para a demonstração dos resultados em exercícios subsequentes.

O juro líquido é reconhecido na demonstração dos resultados. O custo dos serviços passados também é reconhecido na demonstração dos resultados, nos exercícios em que os serviços são prestados pelos trabalhadores.

Qualquer insuficiência de cobertura por parte dos fundos de pensões autônomos face às responsabilidades por serviços passados é registrada como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Quando a situação patrimonial dos fundos de pensões autônomos é superior às responsabilidades por serviços passados, o Grupo Altri registra um ativo nas suas demonstrações financeiras na medida em que o diferencial corresponda a menores necessidades de dotações para os fundos de pensões no futuro.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method” utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados (Nota 30).

A partir de maio de 2014, as subsidiárias do Grupo passaram a conceder esses complementos de reforma através de planos de contribuição definida, sendo a contribuição de cada Empresa reconhecida em gastos do exercício (com exceção das subsidiárias Celtejo, Caima Indústria e Altri Florestal em que coexistem as duas situações).

I) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira do Grupo quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos ativos e passivos financeiros (que não sejam ativos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração consolidada dos resultados.

Ativos financeiros

Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira. Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adotado pelo Grupo e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

Classificação de ativos financeiros

(i) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida de rendimento fixo e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado:

- o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

Para os ativos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, ativos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo fees e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante pelo qual o mesmo é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

A receita associada aos juros é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Rendimentos financeiros", através do método da taxa de juro efetiva, para os ativos financeiros registados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juro efetiva à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

Os instrumentos de dívida e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente a justo valor através de outro rendimento integral:

- o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo prevê quer o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, quer a sua alienação; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

(ii) Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, o Grupo pode efetuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (ações) a justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

Um instrumento de capital é mantido para negociação se:

- ele for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo;
- no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afetado a uma operação de cobertura).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho

ou a perda acumulado gerado com estes instrumentos financeiros não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de “Resultados transitados” incluída na rubrica de capital próprio “Outras reservas”.

Os dividendos associados a investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados, a menos que os mesmos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são registados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Rendimentos financeiros”.

Na primeira aplicação da IFRS 9, o Grupo designou os investimentos em instrumentos de capital próprio que não eram mantidos para negociação como valorizados ao justo valor através de resultados.

Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados. Estes ativos incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensurados ao justo valor.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

Imparidade de ativos financeiros

O Grupo reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes, de outras dívidas de terceiros, e para ativos associados a contratos com clientes. A perda por imparidade destes ativos é registada em função das perdas por imparidade esperadas (“*expected credit losses*”) daqueles ativos financeiros. O valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício em que tal situação ocorra.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os ativos financeiros acima referidos é atualizada a cada data de relato de forma a refletir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas para crédito concedido (contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros e de ativos associados a contratos com clientes) são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do Grupo nos últimos anos, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro.

De acordo com a abordagem simplificada prevista, o Grupo reconhece as perdas por imparidade esperadas para a vida económica das contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros (“*lifetime*”). As perdas esperadas sobre estes ativos financeiros são estimadas utilizando uma matriz de imparidade baseada na experiência histórica de perdas por imparidade do Grupo, afetada por fatores prospetivos específicos relacionados com o risco de crédito esperado dos devedores, pela evolução das condições económicas gerais e por uma avaliação das circunstâncias atuais e prospetivas à data de reporte financeiro.

Mensuração e reconhecimento das *expected credit losses*

A mensuração das perdas por imparidade esperadas reflete a probabilidade estimada de *default*, a probabilidade de perda devido a esse *default* (i.e. a magnitude da perda caso ocorra um *default*) e a

exposição real do Grupo a esse *default*. O Grupo considera 60 dias após a data de vencimento como “*default*”.

A avaliação da probabilidade de *default* e de perda devido a esse *default* é baseada na informação histórica existente, ajustada de informação previsional futura conforme acima descrito.

Quanto à exposição ao *default*, para ativos financeiros, a mesma é representada pelo valor contábilístico bruto dos ativos em cada data de reporte. Para ativos financeiros, a perda por imparidade esperada é estimada como a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos ao Grupo em conformidade com o acordado entre as partes e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

O Grupo reconhece ganhos e perdas relativos às imparidades na demonstração dos resultados para todos os instrumentos financeiros, com os correspondentes ajustamentos ao seu valor contábilístico através da rubrica de perdas por imparidade acumulada na demonstração da posição financeira.

Fruto da rigorosa política de controlo de crédito do Grupo os créditos incobráveis têm sido quase inexistentes.

O Grupo avalia as perdas de imparidade esperadas, de acordo com a IFRS 9.

O modelo utilizado para apuramento das imparidades de contas a receber consiste em:

- Estratificação dos clientes por tipo de rédito associado;
- Análise do histórico de incobráveis e “*default*” para as subpopulações identificadas;
- Segregação dos saldos em aberto tendo em consideração a existência de seguro de crédito e cartas de crédito ou outras melhorias de crédito;
- Para os saldos não cobertos por melhorias de crédito apuramento da taxa histórica de incobráveis nos últimos dois anos;
- Ajustar as taxas obtidas acima com uma componente *forward looking* com base em projeções futuras de evolução do mercado;
- Aplicar as taxas apuradas ao saldo de clientes em aberto na data de relato.

Além disso, o Grupo mantém imparidades reconhecidas em exercícios anteriores em resultado de eventos passados específicos e com base em saldos específicos analisados de forma casuística.

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, estando, portanto, ao seu justo valor.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos de caixa contratuais até à maturidade do ativo. A avaliação do risco de crédito é efetuada de acordo com os critérios divulgados nas políticas de gestão de risco crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua propriedade para outra entidade. Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece o passivo correspondente, o ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e

obrigações que o Grupo reteve. Se o Grupo reter substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um ativo financeiro transferido, o Grupo continua a reconhecer o mesmo e reconhece adicionalmente um empréstimo pelo montante entretanto recebido.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a sua quantia escriturada e a soma da retribuição recebida e a receber é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Por outro lado, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital registrado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados.

No entanto, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital designado no reconhecimento inicial irrevogavelmente como registrado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido para a rubrica de "Resultados transitados".

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Classificação como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados como passivo ou como capital próprio de acordo com a substância contratual da transação.

Capital próprio

São considerados pelo Grupo instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que o Grupo detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são reconhecidos pelo montante recebido, líquido dos custos diretamente atribuíveis à sua emissão.

A recompra de instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo (ações próprias) é contabilizada pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de ações próprias são registados na rubrica "Outras reservas".

Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao justo valor

Os passivos financeiros são registados ao justo valor através da demonstração dos resultados quando:

- o passivo financeiro resultar de uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de atividades empresariais;
- quando o passivo for detido para negociação; ou
- quando o passivo for designado para ser registado a justo valor através da demonstração dos resultados.

Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se:

- for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

- se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

Os passivos financeiros registrados ao justo valor através da demonstração consolidada dos resultados são mensurados pelo seu justo valor com os respectivos ganhos ou perdas decorrentes da sua variação reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura.

Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são designados para registro ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juro efetiva.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do passivo financeiro na sua quantia escriturada na data do seu reconhecimento inicial.

Tipologias de passivos financeiros

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração do Grupo utilizar essa fonte de financiamento igualmente por um período superior a um ano.

Os outros passivos financeiros referem-se, essencialmente, a operações de factoring e de passivos da locação, as quais são inicialmente registadas pelo seu justo valor. Estes passivos financeiros são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

Letras descontadas e contas a receber cedidas em “factoring”

O Grupo desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se o Grupo reter substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica “Outros empréstimos” a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de “factoring sem recurso” (e para as quais seja inequívoco que são transferidos os riscos e benefícios inerentes a estas contas a receber) são reconhecidas nas demonstrações financeiras do Grupo até ao momento do seu recebimento. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam operações de factoring denominadas de “sem recurso”.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo desreconhece passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Grupo são liquidadas, canceladas ou expiraram.

A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Quando o Grupo troca com um determinado credor um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

De igual forma, o Grupo contabiliza as modificações substanciais nos termos de uma responsabilidade existente, ou em parte dela, como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Caso a modificação não seja substancial, a diferença entre: (i) a quantia escriturada do passivo antes da modificação; e (ii) o valor presente dos fluxos de caixa futuros após a modificação é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como um ganho ou perda da modificação.

Confirming

O Grupo contrata operações de *confirming* com instituições financeiras, as quais são enquadráveis como *reverse factoring agreements*. O Grupo não utiliza estes contratos como forma de gerir as suas necessidades de liquidez já que o pagamento das faturas se mantém na data do vencimento das mesmas. Nessa data, o Grupo paga às instituições financeiras os valores adiantados.

Consequentemente, e tendo em consideração que estes contratos não originam gasto financeiro para o Grupo, os montantes das faturas adiantadas aos fornecedores que aderem a estes contratos são mantidos no passivo na rubrica “Fornecedores – títulos a pagar”.

O passivo apenas é desreconhecido quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira consolidada se existir um direito presente de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo Altri utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos, de taxa de câmbio, bem como de cobertura do preço da pasta. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. Os índices de preços aos quais estão indexados os contratos de futuros de cobertura do preço da pasta, são os mais utilizados pelas subsidiárias do Grupo como referencial do preço de venda da sua pasta, razão pela qual se entende que os mesmos desempenham igualmente uma cobertura perfeita de transações altamente prováveis e que se esperam que venham a ocorrer em montantes muito mais significativos.

De igual forma, a cobertura da exposição de taxa de câmbio é efetuada para transações altamente prováveis e para uma pequena parcela do total esperado pelo que igualmente se entende as estratégias de cobertura como altamente eficazes.

A cobertura do risco é efetuada para a sua totalidade não havendo lugar à cobertura de componentes de risco, não se encontrando definido um valor de cobertura objetivo para os referidos riscos.

Até 1 de janeiro de 2018, o Grupo designava todos os contratos forward como instrumento de cobertura. Qualquer ganho ou perda decorrente de alterações no justo valor dos derivados eram registados diretamente na demonstração dos resultados, exceto a parcela eficaz das coberturas de fluxos de caixa as quais eram registadas no Outro rendimento integral e posteriormente reclassificadas para a demonstração dos resultados quando o item coberto afetava também a demonstração dos resultados.

A partir de 1 de janeiro de 2018, o Grupo designa apenas o elemento à vista dos contratos forward como instrumento de cobertura. O elemento forward é reconhecido no Outro rendimento integral e acumulado numa componente separada de capital próprio.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura económica dos riscos podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transação a relação de cobertura se encontre identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- (ii) Exista a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da operação e ao longo da sua vida;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da operação e ao longo da sua vida;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa, a probabilidade da sua ocorrência deverá ser elevada.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro ou de câmbio o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como, entre outros, *interest rate swaps* (IRS), *collars* de taxa de juro e de câmbio ou *forwards* cambiais.

Na seleção dos instrumentos de cobertura a utilizar são essencialmente valorizadas as suas características em termos da cobertura dos riscos económicos que visam cobrir. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existentes, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

Os instrumentos de cobertura são registados pelo seu justo valor.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a atualização, para a data da demonstração da posição financeira, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas até então, que se encontram registadas em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura”, são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subseqüentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objetivo específico de cobertura de riscos financeiros, não se enquadram nos requisitos acima referidos para classificação

como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afetam diretamente a demonstração dos resultados, nas rubricas “Rendimentos financeiros” e “Gastos financeiros”.

Se a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa for interrompida, a quantia acumulada no Outro rendimento integral deve permanecer se se esperar que os fluxos de Caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção, assim que os fluxos de caixa coberto ocorram, qualquer quantia acumulada remanescente em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura” deve ser contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente.

m) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica do passivo corrente “Empréstimos bancários”.

n) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais (que englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional), de financiamento (que incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, passivos da locação e pagamento de dividendos) e de investimento (que incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis).

o) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

p) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor.

A generalidade das subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Altri pelo método integral sedeadas em Portugal são tributadas segundo o regime especial de tributação de grupos de sociedades, de acordo com o art.º 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

O Grupo reconhece o ganho com incentivos fiscais ao investimento sob a forma de descontos à coleta de acordo com os critérios estabelecidos na “IAS 12 – Imposto sobre o rendimento” para reconhecimento de ganhos com créditos fiscais. Deste modo, o ganho é reconhecido no momento em que é obtido o direito a utilizar o mesmo, sendo reconhecido um “ativo por imposto diferido” caso não seja possível utilizar no exercício a totalidade daqueles créditos fiscais e seja expectável que no futuro a empresa gere resultados suficientes que permitam a sua utilização.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou substancialmente em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data da demonstração da posição financeira; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como o Grupo espera, à data da demonstração da posição financeira, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em associadas por se considerar que se encontram satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- O Grupo é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- É provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

q) Rédito

O rédito é mensurado de acordo com a retribuição especificada nos contratos estabelecidos com os clientes e exclui qualquer montante recebido por conta de terceiros. Deste modo, o Grupo reconhece o rédito quando transfere o controlo sobre um determinado bem ou serviço para o cliente.

As fontes de rédito do Grupo podem ser detalhadas como se segue:

- Pasta – vendas da pasta produzidas pelas três unidades industriais da Altri;
- Energia – venda de energia elétrica para a rede pública nacional.

Natureza, obrigações de desempenho e momento de reconhecimento do rédito

- (i) Pasta – Nesta área de negócio, o Grupo celebra com entidades privadas diversos contratos de fornecimento de pasta com determinadas características (nomeadamente, nível de branqueamento). Trata-se de obrigações de desempenho únicas que são integralmente satisfeitas com a entrega do produto final nas condições acordadas (nomeadamente, os “incoterms” acordados com o cliente).
- (ii) Energia – Nesta área de negócio, o Grupo injeta energia elétrica na rede proveniente das suas centrais de cogeração sendo igualmente tratada como uma obrigação de desempenho única.

O Grupo reconhece o rédito de acordo com a IFRS 15, que estabelece que uma entidade reconheça o rédito para refletir a transferência de bens e serviços contratados pelos clientes, no montante que corresponda à retribuição que a entidade espera ter direito a receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base no modelo de 5 passos abaixo:

1. identificação do contrato com um cliente;
2. identificação das obrigações de desempenho;
3. determinação do preço da transação;
4. alocação do preço da transação a obrigações de desempenho; e
5. reconhecimento do rédito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de performance.

O rédito é reconhecido líquido de bonificações, descontos e impostos (exemplo: descontos comerciais e descontos de quantidade), e refere-se à consideração recebida ou a receber dos bens e serviços vendidos em linha com as tipologias de negócio do Grupo acima identificadas.

Os contratos comerciais com clientes referem-se essencialmente à venda de bens e numa extensão limitada ao transporte inerente a esses bens, quando aplicável, e de acordo com os segmentos reportados. O rédito é reconhecido pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita.

Os contratos com clientes que o Grupo tem não contemplam remunerações variáveis nem incluem componentes de financiamento significativas. Adicionalmente, não existe histórico de modificações aos contratos e de combinação de contratos.

Os contratos em vigor não têm garantias adicionais associadas. Para além disso, os custos de angariação de clientes são internos, na generalidade dos casos, já que os contratos são angariados pela equipa comercial interna do Grupo.

Relativamente, ao preço da transação este é uma componente fixa em função das quantidades vendidas.

A transferência de controlo ocorre na mesma medida de que os riscos associados são transferidos, de acordo com as condições contratuais estabelecidas. A transferência de controlo dos bens ocorre na sua generalidade quando os bens são entregues nas instalações do cliente.

O Grupo considera os factos e circunstâncias quando analisa os termos de cada contrato com clientes, aplicando os requisitos que determinam o reconhecimento e mensuração do rédito de forma harmonizada, quando se tratem de contratos com características e em circunstâncias semelhantes.

Ativos associados a contratos com clientes

Um ativo de contrato com clientes é um direito a receber uma retribuição em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente.

Se o Grupo entrega os bens ou presta os serviços a um cliente antes do cliente pagar a retribuição ou antes da retribuição ser devida, o ativo contratual corresponde ao valor da retribuição que é condicional.

Contas a receber de clientes

Uma conta a receber representa o direito incondicional (ou seja, apenas depende da passagem de tempo até que a retribuição seja devida) do Grupo em receber a retribuição.

Passivos associados a contratos com clientes

Um passivo de contratos com clientes é a obrigação de transferir bens ou serviços para os quais o Grupo recebeu (ou tem direito a receber) uma retribuição de um cliente. Se o cliente paga a retribuição antes que o Grupo transfira os bens ou serviços, um passivo contratual é registrado quando o pagamento é efetuado ou quando é devido (dependendo do que aconteça primeiro). Os passivos contratuais são reconhecidos como crédito quando o Grupo executa as suas obrigações de desempenho contratuais.

r) Especialização dos exercícios

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes”, “Outros ativos não correntes” e “Outros passivos não correntes”.

s) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio oficiais vigentes à data da demonstração da posição financeira.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

t) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“*adjusting events*”) são refletidos na demonstração financeira do Grupo. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que sejam indicativos de condições que surgiram após a data da demonstração da posição financeira (“*non adjusting events*”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

u) Informação por segmentos

Em cada exercício, são identificados os segmentos relatáveis aplicáveis ao Grupo mais adequados tendo em consideração as atividades desenvolvidas. Segmento operacional é um grupo de ativos e operações do Grupo cuja informação financeira é utilizada no processo de decisão desenvolvido pela gestão do Grupo.

Os segmentos operacionais são apresentados nestas demonstrações financeiras da mesma forma que são apresentados internamente na análise da evolução da atividade do Grupo.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são as utilizadas consistentemente no Grupo. Todas as vendas e prestações de serviços intersegmentais são apresentados a preços de mercado e todas as vendas e prestações de serviços intersegmentais são eliminadas na consolidação.

Atualmente, as atividades do Grupo Altri centram-se na produção de pasta branqueada de eucalipto através de três unidades produtivas e na produção de energia elétrica através do consumo de resíduos e biomassa florestal.

v) Ativos detidos para venda e operações em descontinuação

Incluem-se nesta categoria os ativos ou grupo de ativos cujo respetivo valor seja realizável através de uma transação de venda ou, conjuntamente, como um grupo numa transação única, e os passivos diretamente associados a estes ativos que sejam transferidos na mesma transação. Os ativos e passivos nesta situação são mensurados ao mais baixo valor entre o respetivo valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de vender.

Para que esta situação se verifique é necessário que a venda seja muito provável (sendo expectável que se concretize num prazo inferior a 12 meses), e que o ativo esteja disponível para venda imediata nas atuais condições, para além de que o Grupo se tenha comprometido na sua venda.

A amortização dos ativos nestas condições cessa a partir do momento em que são classificados como detidos para venda e são apresentados como correntes em linhas próprias do ativo, passivo e capital próprio. Uma unidade operacional descontinuada é um componente (unidades operacionais e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos, operacionalmente e para finalidades de relato financeiro, do resto da entidade) de uma entidade que ou foi alienada ou está classificada como detida para venda, e:

- (i) representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
- (ii) é parte integrante de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
- (iii) é uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

Os resultados das unidades operacionais descontinuadas são apresentados como uma quantia única na demonstração dos resultados, compreendendo os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas, adicionados dos ganhos ou perdas após os impostos reconhecidos na mensuração pelo justo valor menos os custos de vender ou na alienação de ativos ou de grupo(s) para alienação que constituam a unidade operacional descontinuada.

Os saldos e transações entre operações continuadas e operações descontinuadas são eliminados na extensão que representem as operações que deixarão de ser levadas a cabo pelo Grupo.

Não existem ativos nestas condições em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

2.4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o normativo contabilístico em vigor (Nota 2.1), o Conselho de Administração do Grupo adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

Os principais juízos de valor e estimativas mais significativas efetuadas utilizadas na preparação nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

a) Apuramento do justo valor dos ativos biológicos

Como referido na Nota 2.3 i), o justo valor dos ativos biológicos foi determinado através de uma avaliação independente efetuada por uma entidade externa, a qual o Conselho de Administração do Grupo reconhece competência e objetividade. Na determinação do justo valor dos ativos biológicos foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, no qual se consideram pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação (Nota 11).

Alterações nestes pressupostos podem implicar valorizações/desvalorizações destes ativos.

b) Provisões (incluindo provisões para desmantelamento e descomissionamento)

O Grupo considera existirem obrigações legais, contratuais ou construtivas relativamente ao desmantelamento e descomissionamento de ativos fixos tangíveis afetos à atividade de produção de energia. O Grupo constitui provisões de acordo com as respetivas obrigações existentes para fazer face ao valor presente das respetivas despesas estimadas com a reposição dos respetivos locais e terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efetuadas estimativas do valor presente das respetivas responsabilidades futuras.

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles que foram considerados.

c) Testes de imparidade do Goodwill, ativos fixos tangíveis e intangíveis, bem como de investimentos financeiros

As análises de imparidade requerem a determinação do justo valor e / ou do valor de uso dos ativos em questão (ou de algumas unidades geradoras de caixa). Este processo requer um elevado número de julgamentos relevantes, nomeadamente a estimação de fluxos de caixa futuros associados aos ativos ou às respetivas unidades geradoras de caixa e a determinação de uma taxa de desconto apropriada para o apuramento do valor presente dos referidos fluxos de caixa. Neste particular, o Grupo, mais uma vez, estabeleceu o requisito de ser utilizada a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis. Estabeleceu ainda mecanismos de monitorização dos cálculos assentes no desafio crítico da razoabilidade dos pressupostos utilizados, da sua coerência e consistência (em situações similares).

d) Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões

As responsabilidades com pensões de reforma são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Aquelas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. Os pressupostos adotados na determinação das responsabilidades com pensões correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Grupo quanto ao comportamento futuro das variáveis acima referidas.

e) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos foram utilizadas técnicas de valorização assentes em métodos de fluxos de caixa descontados ou em múltiplos de transações de mercado. A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é geralmente efetuada pelas entidades junto das quais os mesmos foram contratados (contrapartes).

O Conselho de Administração do Grupo reconhece competência e objetividade às contrapartes.

f) Apuramento da taxa de juro incremental nos contratos de locação

Como referido na Nota 2.3 d), o Grupo usa a sua taxa de juro incremental à data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita ao contrato não é prontamente determinável.

Alteração neste pressuposto pode implicar valorizações/desvalorizações destes ativos e passivos.

g) Determinação de perdas de imparidade em contas a receber

As perdas de imparidade em contas a receber são apuradas conforme indicado na Nota 2.3 I). Deste modo, a determinação da imparidade através da análise individual corresponde ao julgamento do Grupo quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa sobre o valor atribuído a eventuais garantias existentes, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. Por outro lado, as perdas de imparidade esperadas no

crédito concedido são apuradas tendo em conta um conjunto de informação histórica e de pressupostos, os quais poderão vir a não ser representativos da incobrabilidade futura dos devedores do Grupo.

h) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

O Grupo revê as vidas úteis estimadas dos seus ativos tangíveis e intangíveis em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados quer com a utilização dos mesmos, quer com decisões estratégicas do Grupo, quer ainda com a envolvente económica das várias empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

2.5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

A respeito das novas normas, interpretações, emendas e revisões às IFRS ver Nota 2.1.

Não ocorreram durante o exercício alterações voluntárias de políticas contabilísticas, não tendo igualmente sido reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O Grupo Altri encontra-se exposto essencialmente ao: (a) risco de mercado; (b) risco de liquidez; (c) risco de crédito; e (d) risco de capital. O principal objetivo do Conselho de Administração ao nível da gestão de risco é o de reduzir estes riscos a um nível considerado aceitável para o desenvolvimento das atividades do Grupo. As linhas orientadoras da política de gestão de risco são definidas pelo Conselho de Administração da Altri, o qual determina quais os limites de risco aceitáveis. A concretização operacional da política de gestão de risco é levada a cabo pela Administração e pela Direção de cada uma das empresas participadas.

a) Risco de mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado, o risco de taxa de juro, o risco de taxa de câmbio, o risco da variabilidade nos preços de *commodities* e os riscos relacionados com a gestão florestal e produção de eucalipto.

O Grupo, quando entende necessário, utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposto como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação ou especulação.

i) Risco de taxa de juro

A exposição do Grupo à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O Grupo utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro consideradas significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção do risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo dos instrumentos de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo dos fundos considerados no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento do Grupo Altri se encontra indexado a taxas variáveis, são utilizados *swaps* de taxa de juro, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos o Grupo acorda com terceiras partes (Bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura da refixação, com referência aos respetivos montantes nocionais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, o Grupo Altri solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade destas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo Altri utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data da demonstração da posição financeira consolidada. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizados como referencial de avaliação.

O Conselho de Administração do Grupo Altri aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para o Grupo, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável).

O objetivo do Grupo é limitar a volatilidade dos *cash-flows* e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política do Grupo permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

A maior parte dos instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na gestão do risco taxa de juro são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados. No entanto, existem alguns instrumentos derivados que, embora tenham sido contratados com o objetivo de cobertura do risco da

taxa de juro, não se enquadram nos requisitos acima referidos para classificação como instrumentos de cobertura.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a sensibilidade do Grupo a alterações no indexante da taxa de juro de mais ou menos 1 ponto percentual, medida como a variação nos resultados financeiros, pode ser analisada como segue, não considerando o efeito de cobertura dos instrumentos financeiros derivados (Nota 28):

	31.12.2020	31.12.2019
Juros suportados (Nota 35)	11 664 006	12 226 800
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	(7 300 000)	(6 940 000)
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	7 300 000	6 940 000

A análise de sensibilidade acima foi calculada com base na exposição à taxa de juro existente à data do final de cada exercício. Para esta análise foi tido como pressuposto base que a estrutura de financiamento (ativos e passivos remunerados) se manteve estável ao longo do ano e semelhante à apresentada no final de cada exercício e mantendo-se tudo o resto constante.

ii) Risco de taxa de câmbio

O Grupo está exposto ao risco de taxa de câmbio nas transações relativas a vendas de produtos acabados em mercados internacionais em moeda diferente do Euro.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos em Euros expressos em moeda diferente do Euro são como segue:

	31.12.2020		31.12.2019	
	(USD)	(SEK, GBP, CHF e NOK)	(USD)	(SEK e GBP)
Contas a receber	33 006 178	1 642	39 174 329	5 251
Contas a pagar	(2 027 200)	(396 268)	(11 536)	(5 826)
Depósitos bancários (Nota 18)	55 895 818	113 230	4 078 521	—
	86 874 796	(281 396)	43 241 314	(575)

O Conselho de Administração do Grupo entende que eventuais alterações da taxa de câmbio não terão um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas quer pela dimensão dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, quer pela reduzida maturidade dos mesmos.

Sempre que o Conselho de Administração considere necessário, para reduzir a volatilidade dos seus resultados à variabilidade das taxas de câmbio, a exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (*forwards*) ou de outros instrumentos derivados de taxa de câmbio (Nota 28).

iii) Risco de variabilidade nos preços de *commodities*

Desenvolvendo a sua atividade num setor que transaciona *commodities* (pasta de eucalipto), o Grupo encontra-se particularmente exposto a variações do seu preço, com os correspondentes impactos nos seus resultados. No entanto, para gerir este risco foram celebrados contratos de cobertura de variação de preços da pasta de papel, pelos montantes e valores considerados adequados às operações previstas, atenuando assim a volatilidade dos seus resultados.

O aumento/diminuição de 5% do preço da pasta comercializada pelo Grupo Altri durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 teria implicado um aumento/diminuição dos resultados operacionais¹ de, aproximadamente, 20,9 milhões de Euros (28,3 milhões de euros a 31 de dezembro

¹ Resultados operacionais = Resultados antes de impostos e CESE, Resultados financeiros e relativos a investimentos

de 2019), sem considerar o efeito dos derivados de pasta (Nota 28) e mantendo-se tudo o resto constante.

iv) Riscos relacionados com a gestão florestal e produção de eucalipto

A Altri, através da sua subsidiária Altri Florestal, tem sob sua intervenção um património florestal de cerca de 86,3 mil hectares dos quais o eucalipto representa 80%. Grande parte desta área florestal encontra-se certificada pelo FSC[®] (*Forest Stewardship Council*^{®2}) e pelo PEFC (*Programme for the Endorsement of Forest Certification*) os quais estabelecem princípios e critérios relativamente aos quais é avaliada a sustentabilidade da gestão do património florestal nas vertentes económica, ambiental e social.

Neste contexto, toda a atividade florestal é dirigida para a otimização dos recursos disponíveis salvaguardando a estabilidade ambiental e os valores ecológicos presentes no seu património e garantindo o seu desenvolvimento.

Os riscos associados a qualquer atividade florestal também estão presentes na gestão da Altri Florestal. Os incêndios florestais e as pragas e doenças que podem ocorrer nas diferentes matas espalhadas por todo o território nacional são os maiores riscos com que o setor se defronta na sua atividade. Estas ameaças, se ocorrerem, em função da sua intensidade, afetam o normal funcionamento das explorações florestais e a eficiência da produção.

De forma a prevenir e reduzir o impacto dos incêndios florestais nas matas, a Altri Florestal participa no agrupamento Afocelca, em parceria com o grupo Navigator, que tem como finalidade a disponibilização, coordenação e a gestão dos meios disponíveis para o combate aos incêndios. Ao mesmo tempo são efetuados recorrentemente investimentos significativos nas áreas florestais com a limpeza da floresta para reduzir os riscos de propagação de incêndios assim como minorar os seus prejuízos.

No que respeita às pragas e doenças, o seu aparecimento pode reduzir de forma significativa o crescimento dos povoamentos florestais provocando danos irreversíveis na produtividade. Para o seu combate foram estabelecidos procedimentos de luta integrada, quer através de largadas de parasitóides específicos oriundos da Austrália quer através da utilização de produtos fitofármacos de modo a controlar as populações de insetos nocivos e reduzir o impacto negativo da sua presença. Por outro lado, nas áreas mais afetadas, a Altri Florestal está a utilizar material genético mais adequado nas novas plantações que, pelas suas características, permitem resistir melhor a essas pragas e doenças.

O aumento/diminuição de 5% do preço da madeira durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 teria implicado uma diminuição/aumento nos resultados operacionais de, aproximadamente, 11,6 milhões de Euros (12,9 milhões de euros a 31 de dezembro de 2019) mantendo-se tudo o resto constante.

b) Risco de liquidez

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o Grupo tem disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão da maturidade dos financiamentos.

O Grupo prossegue assim uma política ativa de refinanciamento pautada: (i) pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo; e (ii) pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem da sua demonstração da posição financeira.

² FSC-C004615

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respetiva a cada classe de passivos financeiros.

c) Risco de crédito

O Grupo está exposto ao risco de crédito no âmbito da sua atividade operacional corrente. Este risco é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito.

A avaliação do risco de crédito é efetuada numa base regular, tendo em consideração as condições correntes de conjuntura económica e a situação específica do crédito de cada uma das empresas, sendo adotados procedimentos corretivos sempre que tal se julgue conveniente.

O risco de crédito é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes bem como pela contratação de seguros de crédito junto de instituições especializadas e que cobrem uma parte significativa do crédito concedido em resultado da atividade desenvolvida pelo Grupo.

A quase totalidade das vendas que não estão abrangidas por um seguro de crédito são cobertas por outras melhorias de crédito, nomeadamente, garantias bancárias ou créditos documentários (Nota 13).

d) Risco de capital

A estrutura de capital do Grupo Altri, determinada pela proporção entre o capital próprio e a dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e o desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar os custos de financiamento.

O Grupo monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos acima referidos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo Altri apresenta um *Gearing* contabilístico de 80% e 78% respetivamente.

Gearing = total do capital próprio / dívida líquida, sendo que a dívida líquida corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada da posição financeira: outros empréstimos; empréstimos bancários; incentivos reembolsáveis; passivo da locação e (-) Caixa e equivalentes de caixa.

O Grupo apresenta na rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa um valor de aproximadamente 77% dos seus passivos correntes.

4. INVESTIMENTOS

4.1 EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital detido e atividade desenvolvida em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efetiva de participação	Percentagem efetiva de participação	Atividade principal
		2020	2019	
<u>Empresa mãe:</u>				
Altri, SGPS, S.A.	Porto			Sociedade gestora de participações sociais
<u>Subsidiárias:</u>				
Altri Abastecimento de Madeira, S.A.	Figueira da Foz	100%	100%	Comercialização de madeira
Altri Florestal, S.A.	Figueira da Foz	100%	100%	Exploração silvícola
Altri Sales, S.A.	Nyon, Suíça	100%	100%	Serviços de apoio à gestão do grupo
Altri, Participaciones Y Trading, S.L.	Pontevedra, Espanha	100%	100%	Comercialização de pasta de eucalipto
Caima Energia - Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.	Constância	100%	100%	Produção de energia térmica e eléctrica
Caima Indústria de Celulose, S.A.	Constância	100%	100%	Produção e comercialização de pasta de eucalipto
Captaraiz Unipessoal, Lda.	Figueira da Foz	100%	100%	Compra e venda de imóveis
Celtejo - Empresa de Celulose do Tejo, S.A.	Vila Velha de Ródão	100%	100%	Produção e comercialização de pasta de eucalipto
Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A.	Figueira da Foz	100%	100%	Produção e comercialização de pasta de eucalipto
Inflora - Sociedade de Investimentos Florestais, S.A.	Figueira da Foz	100%	100%	Exploração silvícola
Sociedade Imobiliária Porto Seguro - Investimentos Imobiliários, S.A.	Porto	100%	100%	Compra e venda de imóveis
Viveiros do Furadouro Unipessoal, Lda.	Óbidos	100%	100%	Produção de plantas em viveiros e prestação de serviços agro-florestais e paisagísticos
Florestsul, S.A. (a)	Figueira da Foz	100%	100%	Exploração silvícola
Sociedade de Energia Solar do Alto Tejo (SESAT), Lda. (b)	Nisa	80%	80%	Energias renováveis
Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. (d)	Figueira da Foz	100%	100%	Produção de energia eléctrica através de fontes de resíduos e biomassa
Bioródão, S.A.	Figueira da Foz	100%	100%	Produção de energia eléctrica através de fontes de resíduos e biomassa
Ródão Power - Energia e Biomassa do Ródão, S.A.	Vila Velha de Ródão	100%	100%	Produção e comercialização de energia eléctrica e térmica através de cogeração
Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A.	Figueira da Foz	100%	100%	Produção de energia eléctrica através de fontes de resíduos e biomassa
Golditábua, S.A. (e)	Figueira da Foz	100%	—	Produção de energia elétrica
Ribatejo Green, Lda (c)	Algés	70%	70%	Produção de energia elétrica
Amieira Green, Lda (c)	Algés	70%	70%	Produção de energia elétrica
Paraimo Green, Lda (c)	Algés	70%	70%	Produção de energia elétrica
Piara Solar, Lda (c)	Algés	70%	70%	Produção de energia elétrica
Maior Green, Lda (c)	Algés	70%	70%	Produção de energia elétrica
(a) Sociedade adquirida no 1º semestre de 2019 (Nota 5)				
(b) Sociedade constituída no 2º trimestre de 2019				
(c) Sociedade constituída no 3º trimestre de 2019				
(d) Anteriormente designada por Bioelétrica da Foz, S.A.				
(e) Sociedade adquirida em dezembro de 2020 (Nota 10)				

Estas empresas foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Altri pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2 a).

4.2 INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Os empreendimentos conjuntos e associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido, atividade desenvolvida e valor na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são os seguintes:

Denominação social	Sede Social	Demonstração da posição financeira		Percentagem efetiva de participação		Atividade principal
		2020	2019	2020	2019	
Pulpchem Logistics, A.C.E.	Lavos	—	—	50,00 %	50,00 %	Compras de materiais, matérias subsidiárias e serviços utilizados nos processos de produção de pasta e papel
Afocelca - Agrupamento complementar de empresas para protecção contra incêndios, ACE	Herdade da Caniceira	—	—	35,20 %	35,20 %	Prestação de serviços de prevenção e combate de incêndios florestais
Investimentos em empreendimentos conjuntos		—	—			
Operfoz - Operadores do Porto da Figueira da Foz, Lda.	Figueira da Foz	755 583	725 472	33,33 %	33,33 %	Operação em portos
Investimentos em associadas		755 583	725 472			
Total		755 583	725 472			

Nos investimentos em empreendimentos conjuntos apresentados, as deliberações em Assembleia Geral são tomadas por unanimidade, e no Conselho de Administração o número de membros é paritário ou as deliberações são tomadas por unanimidade, tendo as partes o controlo conjunto. Os empreendimentos conjuntos e as associadas foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado nas Nota 2.2 b).

Os movimentos ocorridos no saldo desta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são como segue:

	Demonstração da posição financeira	
	31.12.2020	31.12.2019
	Operfoz	Operfoz
Saldo inicial	725 472	696 660
Distribuição de dividendos	—	—
Equivalência patrimonial:	—	—
Efeitos em ganhos e perdas relativos aos empreendimentos conjuntos e associadas	30 111	28 812
Saldo final	755 583	725 472

Às datas de 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor contabilístico líquido do investimento do Grupo na Operfoz, reconcilia-se como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
	Operfoz	Operfoz
Capitais próprios	2 266 752	2 176 418
Percentagem de interesse	33,33%	33,33%
Quota-parte do grupo nos capitais próprios	755 583	725 472
Goodwill incluído no valor contabilístico líquido da participação financeira	—	—
	755 583	725 472

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos e das empresas associadas pode ser analisada como segue:

	31.12.2020		31.12.2019	
	Empresa associada	Empreendimentos conjuntos	Empresa associada	Empreendimentos conjuntos
Ativos não corrente	3 740 920	1 004	4 113 085	366
Ativo corrente	2 412 922	4 029 152	2 351 386	5 494 062
Passivos não correntes	2 183 133	—	2 500 576	—
Passivos correntes	1 703 956	4 030 156	1 787 477	5 494 428
Capital Próprio	2 266 752	—	2 176 418	—
Volume de negócios	5 486 642	29 143 165	5 635 349	30 064 884
Resultado líquido do exercício	90 334	—	86 436	—

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos e associadas não diferem significativamente das políticas do Grupo Altri, facto pelo qual não houve necessidade de qualquer harmonização de políticas contabilísticas.

5. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No primeiro semestre de 2019 o Grupo Altri adquiriu a totalidade do capital social da Florestsul, S.A. (Nota 4.1). Neste sentido, a Florestsul, a partir da data de aquisição, passou a ser consolidada pelo método de consolidação integral.

Os efeitos decorrentes da consolidação desta entidade pelo método de consolidação integral podem ser analisados como segue:

	Valor da Posição Financeira antes da aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos líquidos adquiridos:			
Ativos biológicos	4 000 000	—	4 000 000
Ativos por impostos diferidos	300 000	(42 786)	257 214
Outros ativos correntes	325 972	—	325 972
Caixa e equivalentes de caixa	30 000	—	30 000
Suprimentos	(3 247 598)	—	(3 247 598)
Impostos diferidos	—	—	—
Fornecedores e outros passivos correntes	(124 378)	—	(124 378)
	1 283 996	(42 786)	1 241 210
Total de ativos líquidos adquiridos			1 241 210
Goodwill (Nota 9)			99 569
Custo de aquisição:			
Pagamento das ações			(140 778)
Pagamento das prestações suplementares			(1 200 000)
Pagamentos efetuados pelos suprimentos			(3 247 598)
			(4 588 376)
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição:			
Pagamentos efetuados			(4 588 376)
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos			30 000
			(4 558 376)

Valores em euros	Desde a data de aquisição	12 meses
Vendas	81 734	81 734
Prestações de serviços	—	—
Outros rendimentos	2 393	2 393
Custo das vendas	71 147	22 663
Fornecimento de serviços externos	(8 648)	(8 649)
Custos com o pessoal	(17 942)	(25 016)
Amortizações e depreciações	(121 209)	(121 209)
Variação de justo valor dos ativos biológicos	—	—
Provisões e perdas por imparidade	—	—
Outros gastos	(3 665)	(3 665)
Resultados relativos a empresas associadas	—	—
Gastos financeiros	(157 522)	(205 351)
Rendimentos financeiros	—	—
Resultado antes de impostos	(153 712)	(257 100)
Impostos sobre o rendimento	(55 431)	244 569
Resultado líquido do exercício	(209 143)	(12 531)

A presente concentração de atividade empresariais, teve como objetivo incrementar os solos florestais explorados pelo Grupo Altri bem como os Ativos biológicos que a referida já detinha.

A demonstração dos resultados da Florestsul foi incluída na consolidação do Grupo Altri a partir do mês de junho de 2019.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi concluído o exercício de alocação do justo valor sendo que da conclusão do referido exercício, não resultaram quaisquer alterações ao exercício previsional determinado em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo Altri adquiriu a totalidade do capital social da Golditábua, S.A. (Nota 4.1). Neste sentido, a Golditábua, a 31 de dezembro de 2020, passou a ser consolidada pelo método de consolidação integral. Para a presente aquisição foi realizado o teste à concentração, tal como previsto na IFRS 3 - Concentrações de atividades empresariais (Nota 2.2 c), tendo-se concluído que se estava perante a aquisição de um ativo e não de uma concentração de atividades empresariais. Consequentemente, foi reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas uma licença relativa à instalação de um parque fotovoltaico (Nota 10).

A presente aquisição, teve como objetivo consolidar no portfólio da Energia, levado a cabo pela Greenvolt e suas subsidiárias, a produção de energia elétrica através da instalação de um parque fotovoltaico.

6. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 2.3.I), foram classificados como segue:

31 de dezembro de 2020	Ativos financeiros registrados ao custo amortizado	Ativos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Total
Ativos não correntes			
Instrumentos financeiros derivados	—	—	—
	—	—	—
Ativos correntes			
Clientes	64 149 699	—	64 149 699
Ativos associados a contratos com clientes	7 476 825	—	7 476 825
Outras dívidas de terceiros	3 424 833	—	3 424 833
Outros ativos correntes	28 498	—	28 498
Instrumentos financeiros derivados	—	7 313 870	7 313 870
Caixa e equivalentes de caixa	254 568 719	—	254 568 719
	329 648 574	7 313 870	336 962 444
	329 648 574	7 313 870	336 962 444
31 de dezembro de 2019	Ativos financeiros registrados ao custo amortizado	Ativos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Total
Ativos não correntes			
Instrumentos financeiros derivados	—	—	—
	—	—	—
Ativos correntes			
Clientes	83 738 646	—	83 738 646
Ativos associados a contratos com clientes	7 365 847	—	7 365 847
Outras dívidas de terceiros	10 508 119	—	10 508 119
Outros ativos correntes	320 416	—	320 416
Instrumentos financeiros derivados	—	1 557 085	1 557 085
Caixa e equivalentes de caixa	181 343 914	—	181 343 914
	283 276 942	1 557 085	284 834 027
	283 276 942	1 557 085	284 834 027
31 de dezembro de 2020	Passivos financeiros registrados ao custo amortizado	Passivos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Total
Passivos não correntes			
Empréstimos bancários	27 500 000	—	27 500 000
Outros empréstimos	532 417 574	—	532 417 574
Incentivos reembolsáveis	2 942 267	—	2 942 267
Passivo da locação	65 461 849	—	65 461 849
Instrumentos financeiros derivados	—	1 053 386	1 053 386
	628 321 690	1 053 386	629 375 076
Passivos correntes			
Empréstimos bancários	2 135 970	—	2 135 970
Outros empréstimos	168 869 728	—	168 869 728
Incentivos reembolsáveis	2 847 177	—	2 847 177
Passivo da locação	9 588 771	—	9 588 771
Fornecedores	104 104 493	—	104 104 493
Passivos associados a contratos com clientes	3 641 936	—	3 641 936
Outras dívidas a terceiros	9 622 374	—	9 622 374
Outros passivos correntes	17 448 463	—	17 448 463
Instrumentos financeiros derivados	—	362 661	362 661
	318 258 912	362 661	318 621 573
	946 580 602	1 416 047	947 996 649

31 de dezembro de 2019	Passivos financeiros registrados ao custo amortizado	Passivos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Total
Passivos não correntes			
Empréstimos bancários	27 500 000	—	27 500 000
Outros empréstimos	558 764 714	—	558 764 714
Incentivos reembolsáveis	2 942 267	—	2 942 267
Passivo da locação	70 392 159	—	70 392 159
Instrumentos financeiros derivados	—	919 120	919 120
	<u>659 599 140</u>	<u>919 120</u>	<u>660 518 260</u>
Passivos correntes			
Empréstimos bancários	6 202 715	—	6 202 715
Outros empréstimos	102 650 962	—	102 650 962
Incentivos reembolsáveis	3 026 144	—	3 026 144
Passivo da locação	9 316 241	—	9 316 241
Fornecedores	102 377 748	—	102 377 748
Passivos associados a contratos com clientes	3 568 671	—	3 568 671
Outras dívidas a terceiros	12 225 054	—	12 225 054
Outros passivos correntes	17 208 506	—	17 208 506
Instrumentos financeiros derivados	—	1 880 365	1 880 365
	<u>256 576 041</u>	<u>1 880 365</u>	<u>258 456 406</u>
	<u>916 175 181</u>	<u>2 799 485</u>	<u>918 974 666</u>

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

O quadro seguinte indica os instrumentos financeiros que são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em três níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

	31.12.2020			31.12.2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao justo valor:						
Derivados (Nota 28)	—	7 313 870	—	—	1 557 085	—
Passivos financeiros mensurados a justo valor:						
Derivados (Nota 28)	—	1 416 047	—	—	2 799 485	—

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem ativos financeiros cujos termos tenham sido renegociados e que caso não tivessem sido renegociados estariam vencidos ou em imparidade.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2020									
Ativo bruto									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos	Total
Saldo inicial	31 923 592	103 631 894	1 406 539 351	4 523 421	10 135 814	14 023 935	10 631 228	484 980	1 581 894 215
Aumentos	4 603 168	200 490	7 268 997	153 569	179 798	102 822	20 434 498	—	32 943 342
Alienações e abates	—	—	(6 106 212)	(310 915)	(8 767)	(32 884)	—	—	(6 458 778)
Transferências	2 151	373 708	10 675 559	2 354	821 271	591 140	(12 873 031)	167 335	(239 513)
Saldo final	36 528 911	104 206 092	1 418 377 695	4 368 429	11 128 116	14 685 013	18 192 695	652 315	1 608 139 266
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis			
Saldo inicial	8 720 733	85 565 585	908 428 775	3 489 520	9 782 183	10 618 387			
Aumentos	264 758	1 376 700	61 718 235	287 643	499 611	339 194			
Alienações e abates	—	—	(6 106 212)	(310 915)	(8 767)	(32 884)			
Transferências	—	(263)	—	(1 386)	470	—			
Saldo final	8 985 491	86 942 022	964 040 798	3 464 862	10 273 497	10 924 697			
	27 543 420	17 264 070	454 336 897	903 567	854 619	3 760 316	18 192 695	652 315	523 507 899
2019									
Ativo bruto									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos	Total
Saldo inicial	31 518 332	102 292 296	1 264 014 878	4 429 275	9 920 216	10 754 380	96 445 822	654 466	1 520 029 665
Aumentos	405 273	514 949	4 977 724	195 794	176 795	3 370 993	55 119 286	—	64 760 814
Alienações e abates	(43 880)	—	(2 394 658)	(103 833)	(20 970)	(340 477)	—	—	(2 903 818)
Transferências	43 867	824 649	139 941 407	2 185	59 773	239 039	(140 933 880)	(169 486)	7 554
Efeito das diferenças de câmbio	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo final	31 923 592	103 631 894	1 406 539 351	4 523 421	10 135 814	14 023 935	10 631 228	484 980	1 581 894 215
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis			
Saldo inicial	8 451 403	84 162 002	848 683 945	3 259 849	9 616 145	10 346 770			
Aumentos	269 330	1 378 549	60 650 707	331 320	181 638	273 206			
Alienações e abates	—	—	(905 877)	(103 834)	(20 970)	(1 589)			
Transferências	—	25 034	—	2 185	5 370	—			
Efeito das diferenças de câmbio	—	—	—	—	—	—			
Saldo final	8 720 733	85 565 585	908 428 775	3 489 520	9 782 183	10 618 387			
	23 202 859	18 066 309	498 110 576	1 033 901	353 631	3 405 548	10 631 228	484 980	555 289 032

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as amortizações do exercício ascenderam a 64.486.141 Euros e 63.084.750 Euros, respetivamente, e foram registadas na rubrica da demonstração dos resultados “Amortizações e depreciações” (Nota 36).

Em 31 de dezembro de 2020, as aquisições no período foram efetuadas essencialmente pelas três unidades produtivas de pasta do Grupo, nomeadamente, Celbi, Caima Indústria e Celtejo. Nas unidades produtivas de pasta do Grupo Altri, mantém-se o investimento na melhoria da eficiência do processo produtivo nomeadamente pela melhoria da lavagem e branqueamento na Caima, na instalação de uma nova linha de acabamento na Celbi, e nos projetos de melhoria do processo produtivo e redução dos efeitos ambientais na Celtejo.

Em 31 de dezembro de 2019, as aquisições no período foram efetuadas essencialmente pelas três unidades produtivas de pasta do Grupo e pela subsidiária Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. produtora de energia elétrica. Na unidade produtiva da subsidiária Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A. o projeto em curso é relativo ao investimento no aumento da capacidade produtiva e melhoria do processo produtivo. Na subsidiária Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. o investimento no montante de aproximadamente 30 milhões de euros, refere-se à construção de uma nova central de produção de energia a partir de resíduos e biomassa localizada na Figueira da Foz, que ficou concluída durante o exercício de 2019.

As alienações/abates de equipamento no exercício respeitam essencialmente a bens que se encontravam quase integralmente amortizados.

A rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” em 31 de dezembro de 2020 e 2019 refere-se aos seguintes projetos:

	31.12.2020	31.12.2019
Requalificação da Lavagem e Branqueamento	5 958 482	3 267 815
Otimização fabril	2 889 754	513 195
Digestor de serrim	1 913 126	—
Recolha emissões difusas	1 840 101	—
Crivos para remoção de sólidos	1 351 149	—
Aumento da capacidade produtiva	1 006 700	—
Arrefecimento efluente fabril	917 869	—
Nova Turbina	893 244	—
Leds e camaras da fornalha	161 003	—
Aspersores para mitigação do risco de incêndio	159 517	—
Visão artificial	143 640	—
Remodelação de instalações operacionais	136 434	—
Cassetes de aquecimento primário	100 554	—
Nova linha de acabamento	—	3 063 179
Datacenters	—	769 462
ETAR	—	438 596
Equipamentos informáticos e softwares	—	192 800
Construção Sala de Sistemas de Controlo	—	183 185
Gabinetes produção	—	138 808
Requalificação de Infraestruturas	—	103 476
Outros projetos	721 124	1 960 712
	<u>18 192 697</u>	<u>10 631 228</u>

O montante de encargos financeiros capitalizados corresponde aos encargos financeiros incorridos no âmbito do financiamento da construção da central de produção de energia a partir de biomassa florestal da subsidiária Sociedade Bioelétrica do Mondego. Em 31 de dezembro de 2019, o referido montante ascende a, aproximadamente, 525 mil euros. Em 31 de dezembro de 2020, não foram capitalizados encargos financeiros.

8. DIREITOS DE USO

8.1. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

2020						
Ativo bruto						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Parques de madeira	Total
Saldo inicial	132 443 164	28 552	19 718 930	5 635 038	115 867	157 941 551
Aumentos	4 546 093	—	20 789	511 808	115 061	5 193 751
Reclassificações	(305 058)	—	(261 720)	261 720	305 058	—
Saldo final	136 684 199	28 552	19 477 999	6 408 566	535 986	163 135 302

Amortizações						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Parques de madeira	Total
Saldo inicial	70 575 179	12 978	14 225 576	3 466 365	60 348	88 340 446
Aumentos	6 894 020	7 242	1 381 640	927 152	122 144	9 332 198
Reclassificações	(119 217)	—	(76 732)	76 732	119 217	—
Saldo final	77 349 982	20 220	15 530 484	4 470 249	301 709	97 672 644
	59 334 217	8 332	3 947 515	1 938 317	234 277	65 462 658

2019						
Ativo bruto						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Parques de madeira	Total
Saldo inicial	125 047 825	28 552	19 647 289	5 456 901	115 867	150 296 434
Aumentos	7 395 339	—	71 641	178 137	—	7 645 117
Saldo final	132 443 164	28 552	19 718 930	5 635 038	115 867	157 941 551

Amortizações						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Parques de madeira	Total
Saldo inicial	63 991 070	5 191	12 778 888	2 680 114	31 381	79 486 644
Aumentos	6 584 109	7 787	1 446 688	786 251	28 967	8 853 802
Saldo final	70 575 179	12 978	14 225 576	3 466 365	60 348	88 340 446
	61 867 985	15 574	5 493 354	2 168 673	55 519	69 601 105

A rubrica “Terrenos e recursos naturais” diz essencialmente respeito aos contratos de arrendamento associados aos terrenos florestais onde se encontram os ativos biológicos do Grupo. Os contratos de arrendamento incluídos na presente rubrica, apresentam uma duração média superior a 10 anos, e de acordo com o prazo de cada contrato, foi considerado um intervalo para a taxa de juro incremental de 1,2% a 5,1%.

A rubrica “Equipamentos básico” respeita essencialmente a contratos de locação de ativos relacionados com atividade operacional na produção de matérias subsidiárias utilizadas no processo produtivo da pasta de papel. Os contratos de arrendamento incluídos na presente rubrica, apresentam uma duração média de 3 anos, e de acordo com o prazo de cada contrato, foi considerado um intervalo para a taxa de juro incremental de 1,9% a 2,3%.

A rubrica “Equipamentos de transporte” respeita a contratos de locação de viaturas e viaturas de movimentação de carga de elevada tonelagem. Os contratos de arrendamento incluídos na presente rubrica, apresentam uma duração média de 4 anos, e de acordo com o prazo de cada contrato, foi considerado um intervalo para a taxa de juro incremental de 1,5% a 2,3%.

8.2. PASSIVO DA LOCAÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os movimentos ocorridos no valor dos passivos da locação, foi o seguinte:

	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	79 708 400	81 143 123
Locações Financeiras	—	376 039
Aumentos	5 193 751	7 645 117
Acréscimos de juros	2 578 098	2 547 226
Pagamentos	(12 429 629)	(12 003 105)
Saldo final	<u>75 050 620</u>	<u>79 708 400</u>
Corrente	9 588 771	9 316 241
Não corrente	65 461 849	70 392 159

Adicionalmente, foram reconhecidos em 2020 e 2019 os seguintes montantes de gastos relativos a ativos por direito de uso:

	31.12.2020	31.12.2019
Depreciação de ativos sob direito de uso	9 332 198	8 853 802
Gastos com juros relacionados com passivos da locação	2 578 098	2 547 226
Gastos relacionados com locações de curto prazo	729 253	916 809
Gastos relacionados com locação associadas a ativos de baixo valor	132 423	232 810
Pagamentos de locações variáveis	543 246	487 542
Total do montante reconhecido na demonstração de resultados	<u>13 315 218</u>	<u>13 038 189</u>

O prazo de reembolso dos passivos da locação é como segue:

31.12.2020					
	2021	2022	2023	2024	>2024
Passivo da Locação	9 588 771	9 678 779	8 493 085	7 801 234	39 488 751
	<u>9 588 771</u>	<u>9 678 779</u>	<u>8 493 085</u>	<u>7 801 234</u>	<u>39 488 751</u>
					<u>75 050 620</u>
31.12.2019					
	2020	2021	2022	2023	>2023
Passivo da Locação	9 316 241	9 463 575	9 239 067	8 210 135	43 479 382
	<u>9 316 241</u>	<u>9 463 575</u>	<u>9 239 067</u>	<u>8 210 135</u>	<u>43 479 382</u>
					<u>79 708 400</u>

9. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no Goodwill, foi o seguinte:

	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	265 630 973	265 531 404
Goodwill gerado no exercício (Nota 5)	—	99 569
Saldo final	<u>265 630 973</u>	<u>265 630 973</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Goodwill” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2020	31.12.2019
Celbi	253 391 251	253 391 251
Outros	12 239 722	12 239 722
	<u>265 630 973</u>	<u>265 630 973</u>

O Goodwill encontra-se na sua totalidade associado ao segmento de atividade de produção de pasta de papel (Nota 38). A divisão do Goodwill entre Celbi e Outros decorre do histórico de aquisições do Grupo, e essencialmente das operações de aquisição das subsidiárias, Celbi (Goodwill apresentado como "Celbi"), Celtejo e Caima (Goodwill apresentado como "Outros").

O Goodwill não é amortizado, sendo efetuados testes de imparidade numa base anual e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade relativas a Goodwill.

No exercício de 2020, por forma a aferir da existência, ou não, de imparidade para o Goodwill que resultou da aquisição da Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. no exercício de 2006, no montante de 253.391.251 Euros, o Grupo procedeu à avaliação desta subsidiária, tendo concluído pela inexistência de imparidade ao nível daquele Goodwill. Aquela avaliação foi efetuada com base no desempenho histórico da Celbi e numa estimativa dos fluxos de caixa descontados tendo por base um plano de negócios da Celbi a cinco anos e considerado um preço de venda da pasta de papel de médio e longo prazo, não influenciado pelas oscilações positivas ou negativas de curto prazo.

Em relação ao Goodwill apresentado em "Outros", por forma a aferir da existência ou não de perdas por imparidade com referência a 31 de dezembro de 2020, o Grupo procedeu igualmente à avaliação das subsidiárias Caima e Celtejo, tendo concluído pela inexistência de imparidade ao nível daquele Goodwill. As avaliações foram efetuadas com base no desempenho histórico das referidas entidades e numa estimativa dos fluxos de caixa descontados tendo por base planos de negócios da Caima e Celtejo a cinco anos e considerado um preço de venda da pasta de papel de médio e longo prazo, não influenciado pelas oscilações positivas ou negativas de curto prazo.

Conforme referido na Nota 2.4 c), o pressuposto relevante prende-se com a determinação da taxa de desconto. A taxa de inflação e a taxa de crescimento na perpetuidade resultam do entendimento do Grupo das perspetivas futuras para a evolução do preço e da atividade.

Os principais pressupostos utilizados neste cálculo com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram os seguintes:

	2020	2019
Taxa de inflação	1,02%	1,40%
Taxa de desconto	6,55%	6,75%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,00%	2,00%

A taxa de desconto líquida de imposto (pelo facto de os fluxos de caixa utilizados nas projeções financeiras serem também líquidos de imposto) utilizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de 6,55% (6,75% em 2019), a qual foi calculada com base na metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), considerando os seguintes pressupostos:

	2020	2019
Taxa de juro sem risco	0,06%	1,32%
Prémio de risco dos capitais próprios	4,72%	5,20%
Prémio de risco da dívida	3,50%	3,50%

Da análise efetuada o Grupo concluiu pela existência de uma margem confortável face ao ponto a partir do qual o Goodwill estaria em risco de imparidade.

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2020						
Ativo bruto						
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Licenças	Outros ativos intangíveis	Ativos fixos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial	1 320	9 746 655	54 506 433	25 600	—	64 280 008
Aumentos	—	87 705	2 658 378	—	263 518	3 009 601
Alienações e abates	—	—	—	—	—	—
Transferências	—	237 039	—	—	—	237 039
Saldo final	1 320	10 071 399	57 164 811	25 600	263 518	67 526 648

Amortizações acumuladas						
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Licenças	Outros ativos intangíveis		Total
Saldo inicial	1 320	9 241 799	2 968 618	25 600		12 237 337
Aumentos	—	343 883	2 743 724	—		3 087 607
Alienações e abates	—	—	—	—		—
Saldo final	1 320	9 585 682	5 712 342	25 600		15 324 944
	—	485 717	51 452 469	—	263 518	52 201 704

2019						
Ativo bruto						
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Licenças	Outros ativos intangíveis	Ativos fixos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial	1 320	9 580 136	54 506 433	25 600	—	64 113 489
Aumentos	—	166 519	—	—	—	166 519
Alienações e abates	—	—	—	—	—	—
Saldo final	1 320	9 746 655	54 506 433	25 600	—	64 280 008

Amortizações acumuladas						
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Licenças	Outros ativos intangíveis		Total
Saldo inicial	1 320	8 802 216	—	25 600		8 829 136
Aumentos	—	439 583	2 968 618	—		3 408 201
Alienações e abates	—	—	—	—		—
Saldo final	1 320	9 241 799	2 968 618	25 600		12 237 337
	—	504 856	51 537 815	—	—	52 042 671

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as amortizações dos ativos intangíveis ascenderam a 3.087.607 Euros e a 3.408.201 Euros, respetivamente, e foram registadas na Demonstração dos Resultados na rubrica “Amortizações e depreciações” (Nota 36).

A rubrica “Licenças” refere-se essencialmente ao justo valor apurado na aquisição da sociedade Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias. Em 31 de dezembro de 2020, o aumento refere-se à aquisição da subsidiária Golditábua, S.A.. Esta transação foi contabilizada como uma aquisição de ativos, conforme indicado na Nota 2.2 c) (Nota 5).

11. INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o montante registado na rubrica “Ativos biológicos” pode ser detalhado como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	104 124 008	98 199 369
Aumentos/reduções de justo valor	1 246 135	1 936 954
Variação de perímetro (Nota 5)	—	4 000 000
Regularização de existências	—	(12 315)
Subtotal	105 370 143	104 124 008
Adiantamentos por conta de compras	251 056	367 057
Saldo final	105 621 199	104 491 065

O detalhe do valor apresentado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 por espécie é como se segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Eucalipto	103 135 407	101 848 854
Pinheiro	1 841 015	1 921 126
Sobreiro	346 395	306 702
Outros	47 326	47 326
Total	105 370 143	104 124 008

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o movimento ocorrido no eucalipto e restantes espécies, foi como segue:

	31.12.2020			31.12.2019		
	Eucalipto	Pinheiro	Sobreiro	Eucalipto	Pinheiro	Sobreiro
Saldo inicial	101 848 854	1 921 126	306 702	92 774 806	2 890 261	2 534 302
Cortes efetuados no período	(14 786 087)	(6 989)	(10 299)	(11 686 231)	(590 102)	(620 989)
Crescimento	12 762 795	50 091	10 972	11 754 471	247 260	219 889
Novas plantações e replantações (ao custo)	4 705 251	750	—	4 491 482	71 988	—
Variação de perímetro (Nota 5)	—	—	—	4 000 000	—	—
Variações de justo valor:						
Taxa de desconto	10 693 652	98 161	47 149	2 936 765	25 085	10 035
Outras variações	(12 089 058)	(222 124)	(8 129)	(2 422 439)	(723 366)	(1 836 535)
Saldo final	103 135 407	1 841 015	346 395	101 848 854	1 921 126	306 702

A avaliação efetuada, calculada para cada talhão em que se dividem as propriedades, foi obtida tendo em consideração, no caso do eucalipto:

- a área ocupada;
- a idade dos povoamentos;
- a produção de madeira sem casca com base no acréscimo médio anual;
- o número de rotações.

A taxa de desconto utilizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de 5,32% (6,75% a 31 de dezembro de 2019).

O Grupo Altri procedeu a uma análise de sensibilidade desta avaliação a variações em pressupostos chave, tendo concluído que caso tivesse considerado uma taxa de desconto inferior/superior em 1,5 p.p. o valor dos ativos biológicos viria aumentado/reduzido em 15,9 milhões de Euros e 12,0 milhões de Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, (i) não existem quantias de ativos biológicos cuja posse seja restrita e/ou penhoradas como garantia de passivos, nem compromissos não reversíveis relativos à aquisição de ativos biológicos, e (ii) não existem subsídios governamentais relacionados com ativos biológicos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo através da subsidiária Altri Florestal encontra-se a reclamar

judicialmente o direito de preferência numa propriedade parcialmente arrendada. Dessa propriedade a subsidiária tem ocupados com eucalipto 268,72 hectares. Os ativos biológicos nesta propriedade encontram-se valorizados por 872.199 Euros (845.489 Euros em 31 de dezembro de 2019) (Nota 14).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a área total sob intervenção da Altri ascendia a, aproximadamente, 86.300 hectares. A área relativa a eucalipto apresentava a seguinte distribuição por idades:

	31.12.2020	31.12.2019
0-5 anos	30 691	27 908
6-10 anos	22 796	25 550
> 10 anos	15 919	13 479
	<u>69 406</u>	<u>66 937</u>

A restante área sob intervenção refere-se a outras espécies florestais residuais de menor relevância.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o montante registado na rubrica "Inventários" pode ser detalhado como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	48 087 845	57 559 485
Mercadorias	171 584	248 329
Produtos e trabalhos em curso	440 468	412 720
Produtos acabados e intermédios	38 366 510	42 300 850
Adiantamentos por conta de compras	1 435 143	281 733
	<u>88 501 550</u>	<u>100 803 117</u>
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 22)	<u>(13 046 936)</u>	<u>(14 837 369)</u>
	<u>75 454 614</u>	<u>85 965 748</u>

O custo das vendas do exercício findo em 31 de dezembro 2020 ascendeu a 287.335.449 Euros e foi apurado como segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Saldo inicial	57 559 485	248 329	42 300 850	412 720	100 521 384
Compras	273 069 789	838 192	—	—	273 907 981
Regularização de existências	(27 509)	—	—	—	(27 509)
Existências finais	<u>(48 087 845)</u>	<u>(171 584)</u>	<u>(38 366 510)</u>	<u>(440 468)</u>	<u>(87 066 407)</u>
	<u>282 513 920</u>	<u>914 937</u>	<u>3 934 340</u>	<u>(27 748)</u>	<u>287 335 449</u>

O custo das vendas do exercício findo em 31 de dezembro 2019 ascendeu a 285.622.783 Euros e foi apurado como segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Saldo inicial	44 845 083	150 842	33 030 163	406 860	78 432 948
Compras	307 701 976	39 036	—	—	307 741 012
Regularização de existências	(29 793)	—	—	—	(29 793)
Existências finais	<u>(57 559 485)</u>	<u>(248 329)</u>	<u>(42 300 850)</u>	<u>(412 720)</u>	<u>(100 521 384)</u>
	<u>294 957 781</u>	<u>(58 451)</u>	<u>(9 270 687)</u>	<u>(5 860)</u>	<u>285 622 783</u>

12. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo e suas subsidiárias desde 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é como segue:

	31.12.2020		31.12.2019	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Provisões e perdas por imparidade não aceites fiscalmente	4 136 168	—	4 648 339	11 282
Justo valor dos instrumentos derivados	618 385	1 907 160	882 259	16 862
Fundo de pensões	1 154 957	—	1 074 216	—
Harmonização de políticas contabilísticas	5 862 870	2 554 192	7 641 182	2 554 192
Reavaliação de ativos fixos - DL 66/2016	9 366 128	—	13 689 563	—
Diferença para o justo valor de ativos fixos	—	2 538 415	—	2 757 004
Justo valor licenças adquiridas	—	12 372 940	—	13 069 194
Justo valor dos ativos biológicos	1 951 573	—	1 907 646	—
Amortização fiscal do goodwill (Espanha)	—	28 223 955	—	25 969 215
Provisão desmantelamento	1 120 638	—	938 787	—
Ativos sob direito de uso	2 186 452	—	2 257 182	—
Prejuízos fiscais reportáveis	681 523	—	—	—
Outros	678 362	474 435	462 817	516 575
	<u>27 757 056</u>	<u>48 071 097</u>	<u>33 501 991</u>	<u>44 894 324</u>

A diferença para o justo valor de ativos fixos refere-se ao efeito da mensuração ao justo valor na data da aquisição dos ativos afetos à subsidiária Ródão Power - Energia e Biomassa do Ródão, S.A..

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi como segue:

	2020	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1.1.2020	33 501 991	44 894 324
Efeitos na demonstração dos resultados:		
Aumento/(Redução) de provisões e perdas por imparidade	(512 171)	—
Harmonização de políticas contabilísticas	(1 778 312)	—
Justo valor dos ativos biológicos	43 927	—
Reavaliação de ativos fixos - DL 66/2016	(4 323 435)	—
Amortização fiscal do Goodwill (Espanha)	—	2 254 740
Prejuízos fiscais reportáveis	681 523	—
Outros efeitos	165 110	(968 265)
Total de efeitos na demonstração dos resultados	<u>(5 723 358)</u>	<u>1 286 475</u>
Efeitos em capitais próprios:		
Justo valor de instrumentos derivados (Nota 28)	(263 874)	1 890 298
Fundos de pensões	242 297	—
Total de efeitos em outro rendimento integral	<u>(21 577)</u>	<u>1 890 298</u>
Saldo em 31.12.2020	<u>27 757 056</u>	<u>48 071 097</u>

	2019	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1.1.2019	36 183 398	41 427 492
Varição de perímetro (Nota 5)	257 214	—
Efeitos na demonstração dos resultados:		
Aumento/(Redução) de provisões e perdas por imparidade	507 289	—
Harmonização de políticas contabilísticas	(1 834 128)	—
Justo valor dos ativos biológicos	(127 574)	—
Reavaliação de ativos fixos - DL 66/2016	(3 976 541)	—
Amortização fiscal do Goodwill (Espanha)	—	4 689 026
Outros efeitos	83 101	(1 041 581)
Total de efeitos na demonstração dos resultados	(5 347 853)	3 647 445
Efeitos em capitais próprios:		
Justo valor de instrumentos derivados (Nota 28)	(138 180)	(180 613)
Fundos de pensões	221 455	—
Ativos sob direito de uso	2 325 957	—
Total de efeitos em outro rendimento integral	2 409 232	(180 613)
Saldo em 31.12.2019	33 501 991	44 894 324

A subsidiária Celulose Beira Industrial (Celbi) optou em 2016 pela aplicação do regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento, previsto no Decreto-Lei nº 66/2016, de 3 de novembro. Neste âmbito, sobre a reserva de reavaliação constituída, incidiu tributação autónoma a uma taxa de 14%. De referir que a totalidade deste montante já foi pago em 2016, 2017 e 2018. Adicionalmente, as respetivas depreciações são dedutíveis, para efeitos fiscais, a partir do exercício de 2018, para efeitos de determinação do lucro tributável, pelo que nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo registou um ativo por imposto diferido no montante aproximado de 9.300.000 Euros e 13.600.000 Euros, respetivamente. O exercício de 2018 foi o primeiro ano em que a subsidiária deduziu, para efeitos fiscais, a depreciação da reavaliação efetuada ao abrigo do referido regime. Esta reavaliação, efetuada exclusivamente para efeitos fiscais não produziu qualquer impacto no valor contabilístico dos ativos fixos.

Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21%. No caso de diferenças temporárias positivas ou negativas com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 22,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas em que se perspetiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. De acordo com a legislação em vigor em Portugal durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a derrama estadual correspondeu à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável entre 7,5 e 35 milhões de Euros e de 9% sobre o lucro tributável acima de 35 milhões de Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição. Nomeadamente relativamente à subsidiária Altri, SL, sediada em Espanha, a taxa utilizada no cálculo dos ativos e passivos por impostos diferidos foi de 25% por ser a taxa de imposto em vigor naquele país.

Os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais só são registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro e que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo registou ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais no montante de 681.522 euros. Este montante corresponde aos prejuízos fiscais, no montante de aproximadamente 3,2 milhões de euros, com os quais as subsidiárias do Grupo contribuíram para

o RETGS em 2020 e que não foram utilizados no presente exercício. A data limite para a sua utilização é de 12 anos.

Os ativos por impostos diferidos foram registados na medida em que é expectativa do Conselho de Administração que, tal como nos últimos exercícios o RETGS, venha a gerar lucros tributáveis futuros que permitam a sua recuperabilidade. Em 31 de dezembro de 2019 não existiam prejuízos fiscais reportáveis.

É convicção do Conselho de Administração do Grupo Altri que os restantes ativos por impostos diferidos registados em 31 de dezembro de 2020 são recuperáveis na totalidade.

O detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis que não geraram ativos por impostos diferidos é como segue:

		31.12.2020			31.12.2019		
		Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização							
Gerados em 2015	Portugal	1 357 392	285 052	2027	1 694 925	355 934	2027
Gerados em 2016	Portugal	1 249 654	262 427	2028	1 253 654	263 267	2028
Gerados em 2017	Portugal	800 425	168 089	2022	808 480	169 781	2022
Gerados em 2018	Portugal	475 176	99 787	2023	475 176	99 787	2023
Gerados em 2019	Portugal	108 726	22 832	2024	108 726	22 832	2024
Gerados em 2020	Portugal	35 767	7 511	2032	—	—	
		<u>4 027 140</u>	<u>845 698</u>		<u>4 340 961</u>	<u>911 601</u>	
Sem limite de data de utilização							
	Espanha	60 963 135	15 240 784		60 963 135	15 240 784	
		<u>64 990 275</u>	<u>16 086 482</u>		<u>65 304 096</u>	<u>16 152 385</u>	

Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo tinha ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais provenientes da subsidiária Altri SL sediada em Espanha. Atendendo às alterações no regime fiscal espanhol relativamente à amortização fiscal do Goodwill aquele montante foi totalmente anulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo por base o montante de prejuízos fiscais recuperáveis num horizonte temporal de 10 anos e a expectativa do Grupo de gerar resultados fiscais suficientes naquela subsidiária para recuperar o referido montante.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Imposto corrente	14 045 862	(26 441 099)
Imposto diferido	(7 009 833)	(8 995 298)
	<u>7 036 029</u>	<u>(35 436 397)</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Resultados antes de impostos e CESE	29 930 514	136 258 772
Taxa teórica de 21%	21,00%	21,00%
	<u>(6 285 408)</u>	<u>(28 614 342)</u>
Benefícios fiscais	—	1 444 447
Tributações autônomas	(411 843)	(554 346)
(Insuficiência) / Excesso de estimativa de imposto	16 634 644	2 989 803
Derramas	(1 374 012)	(6 276 219)
Outros efeitos	<u>(1 527 352)</u>	<u>(4 425 740)</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>7 036 029</u>	<u>(35 436 397)</u>

O montante incluído na rubrica (Insuficiência) / Excesso de estimativa de imposto diz essencialmente respeito ao reconhecimento de benefícios fiscais (aproximadamente 15,5 milhões de euros), bem como, reembolsos de imposto obtidos em resultado do desfecho favorável ao Grupo de processos fiscais (aproximadamente, 1,3 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2019, os benefícios fiscais resultam de contratos de concessão de incentivos fiscais assinados com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal E.P.E. (AICEP).

Contribuição Extraordinária para o Setor Energético (CESE)

A Lei 83-C / 2013, do Orçamento do Estado de 2014 ("Lei do Orçamento de Estado 2014"), aprovada pelo Governo Português em 31 de dezembro de 2013, introduziu uma contribuição extraordinária aplicável à energia setor energético (CESE), com o objetivo de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do setor energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e financiar políticas sociais e ambientais no sector energético. Esta contribuição concentra-se geralmente nos operadores económicos que desenvolvem as seguintes atividades: (i) geração, transporte ou distribuição de energia elétrica; (ii) transporte, distribuição, armazenamento ou fornecimento grossista de gás natural; e (iii) refino, tratamento, armazenamento, transporte, distribuição e fornecimento no atacado de petróleo e derivados. A CESE é calculada com base nos ativos líquidos das empresas em 1º de janeiro, que atendem, cumulativamente, a: (i) imobilizado; (ii) ativos intangíveis, exceto elementos de propriedade industrial; e (iii) ativos financeiros atribuídos a concessões ou atividades licenciadas. No caso das atividades reguladas, a CESE incide no valor dos ativos regulados se for superior ao valor desses ativos. O regime da CESE foi sucessivamente prorrogado e passou a ser válido para 2020 através da Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro. O governo português alargou a CESE às energias renováveis.

A Contribuição Extraordinária para o Setor Energético no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ascendeu a 1.998.064 Euros.

13. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2020	31.12.2019
Cientes, conta corrente	64 303 631	83 892 579
Cientes de cobrança duvidosa	50 902	56 827
	64 354 534	83 949 406
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 22)	(204 834)	(210 760)
	64 149 699	83 738 646

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade que foram estimadas pelo Grupo. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor, uma vez que as mesmas não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a antiguidade do valor líquido do saldo de clientes pode ser analisada como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Não vencido	50 730 654	62 551 768
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	10 403 494	19 155 041
30 - 90 dias	2 754 343	1 131 250
+ 90 dias	261 208	900 587
	64 149 699	83 738 646

O Grupo contratou seguros de crédito e outras melhorias de crédito, para cobrir o risco de incobrabilidade de parte destas contas a receber, como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Com seguro de crédito e outras melhorias de crédito	51 753 253	68 840 827
Sem seguro de crédito ou outras melhorias de crédito	12 396 446	14 897 819
	<u>64 149 699</u>	<u>83 738 646</u>

O Grupo não cobra quaisquer encargos de juros enquanto os prazos de pagamento definidos (em média 60 dias) estejam a ser respeitados. Findos esses prazos, são cobrados os juros que estiverem definidos contratualmente, e de acordo com a lei em vigor e aplicável a cada situação, o que tenderá a ocorrer apenas em situações extremas.

O Conselho de Administração entende que as contas a receber que não se encontram vencidas serão integralmente realizadas, tendo em conta o histórico de incobrabilidade e as características das contrapartes. Adicionalmente, com a adoção da IFRS 9, o Grupo apura as perdas de imparidade esperadas para as suas contas a receber de acordo com os critérios divulgados na Nota 2.3. I).

14. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2020	31.12.2019
Adiantamentos a fornecedores	43 517	115 780
Contas a receber de Estado e outros entes públicos (Nota 16)	6 222 955	7 693 438
Outros	6 838 695	13 921 981
	<u>13 105 167</u>	<u>21 731 199</u>
Perdas de imparidade acumuladas em outras dívidas de terceiros (Nota 22)	(3 413 862)	(3 413 862)
	<u>9 691 305</u>	<u>18 317 337</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros” inclui essencialmente contas a receber relativas a cauções para contratos de arrendamento e outras, para parte das quais foram constituídas perdas por imparidade.

Em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica incluía ainda uma caução paga por uma subsidiária do Grupo no montante de 5,5 milhões de euros. Tendo o Grupo tomado conhecimento, por informações públicas, de que a propriedade de que era proprietária havia sido, em substância vendida (na medida em que foram vendidas as ações da sociedade proprietária pelo preço de 5,5 milhões de euros), o Grupo intentou uma ação judicial de forma a que o tribunal declarasse a existência do direito de preferência da sua subsidiária na compra de uma propriedade, e determinasse o direito desta última de preferir. A subsidiária teve que depositar à ordem do Tribunal, no âmbito deste processo, o valor integral do preço pago pela adquirente às acionistas da entidade alienada. O referido montante seria utilizado para adquirir a propriedade ou seria devolvido à subsidiária dependendo do resultado do processo. Durante o exercício de 2020, esta ação já foi objeto de decisão em sede de primeira instância, tendo a subsidiária recorrido para o Tribunal da Relação. A decisão do Tribunal da Relação confirmou a decisão da primeira instância pelo que a subsidiária intentou recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual aguarda decisão. O processo de devolução da quantia depositada a favor do tribunal já se encontra concluída, tendo sido o referido montante integralmente recebido.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor líquido dos saldos de “Outras dívidas de terceiros” não se encontrava vencido. As dívidas de terceiros que não estão vencidas não apresentam qualquer indício de imparidade, o valor contabilístico dos ativos líquidos de imparidade é considerado como estando próximo do seu justo valor, sendo imaterial o efeito do seu desconto financeiro.

O Conselho de Administração entende que as contas a receber que não se encontram vencidas serão integralmente realizadas, tendo em conta o histórico de incobrabilidade e as características das contrapartes. Adicionalmente, com a adoção da IFRS 9, o Grupo apura as perdas de imparidade esperadas para as suas contas a receber de acordo com os critérios divulgados na Nota 2.3. I).

15. ATIVOS ASSOCIADOS A CONTRATOS COM CLIENTES

O detalhe da rubrica “Ativos associados a contratos com clientes” em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o seguinte:

	31.12.2020	31.12.2019
Venda de energia a faturar	7 476 825	7 365 847
	<u>7 476 825</u>	<u>7 365 847</u>

16. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe dos saldos devedores e credores com o estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o seguinte:

Saldos devedores:	31.12.2020	31.12.2019
Imposto sobre o rendimento	17 160 243	12 658 843
Total imposto sobre o rendimento	<u>17 160 243</u>	<u>12 658 843</u>
Imposto sobre o valor acrescentado	5 488 235	6 958 287
Outros Impostos	734 720	735 151
Total outros impostos (nota 14)	<u>6 222 955</u>	<u>7 693 438</u>
Saldos credores:		
Imposto sobre o rendimento	—	(150 718)
Outros	(4 705 554)	(3 974 814)
Total imposto sobre o rendimento	<u>(4 705 554)</u>	<u>(4 125 532)</u>
Retenção na Fonte	(1 126 933)	(2 200 810)
Contribuições para a Segurança Social	(644 816)	(593 377)
Imposto sobre o valor acrescentado	(1 710 763)	(5 196 594)
Outros Impostos	(289 216)	(289 215)
Total outros impostos (nota 25)	<u>(3 771 728)</u>	<u>(8 279 996)</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo do ativo “Imposto sobre o rendimento” inclui essencialmente pagamentos por conta efetuados em Espanha, bem como os pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta a receber pelas sociedades do Grupo sediadas em Portugal deduzido do respetivo imposto sobre o rendimento a pagar do exercício.

17. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “Outros ativos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Acréscimos de rendimentos:		
Juros a receber	28 498	159 594
Outros ganhos a faturar	—	160 822
Gastos a reconhecer:		
Rendas e alugueres pagos antecipadamente	413 434	458 399
Seguros pagos antecipadamente	1 477 926	1 193 959
Outros gastos pagos antecipadamente	3 730 135	4 684 620
	<u>5 649 993</u>	<u>6 657 394</u>

18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” era como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	32 307	23 515
Depósitos bancários	254 536 411	181 320 399
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	254 568 719	181 343 914
Descobertos bancários	(1 996 090)	—
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	252 572 629	181 343 914

Conforme indicado na Nota 3) a) ii), em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os saldos de caixa e equivalentes em moeda diferente do Euro ascendem a 56.009.048 Euros e 4.078.521 Euros, respetivamente. Dado que estes montantes correspondem a depósitos à ordem que são constantemente movimentados, os efeitos resultantes de alterações de taxas de câmbio sobre caixa e seus equivalentes detidos no início e no fim dos exercícios de 2020 e 2019 para efeito da demonstração dos fluxos de caixa são imateriais.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os recebimentos relativos a investimentos financeiros referem-se essencialmente ao pagamento parcial do valor de venda da subsidiária Sócasca – Recolha e Comércio de Recicláveis, S.A. (alienada em 2011).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os pagamentos relativos a investimentos financeiros referem-se integralmente à aquisição da subsidiária Golditábua, S.A., e incluem os suprimentos adquiridos no montante de 138.195 euros (Nota 5).

19. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “Outros ativos não correntes” corresponde a uma liquidação adicional paga às autoridades fiscais alemãs e que se encontra totalmente provisionada, tal como descrito na Nota 22.

20. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social do Grupo encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era composto por 205.131.672 ações nominativas com o valor nominal de 12,5 centimos de Euro cada.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam pessoas coletivas com uma participação no capital subscrito de, pelo menos, 20% (33% em 31 de dezembro de 2019).

Reserva legal

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da “Reserva legal” até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as demonstrações financeiras do Grupo apresentavam o montante de 5.128.292 Euros relativo a reserva legal, a qual não pode ser objeto de distribuição aos acionistas a não ser em caso de liquidação do Grupo, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada em capital.

Reserva de cobertura

A rubrica “Reservas de cobertura” diz respeito ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados classificados como de cobertura de fluxos de caixa na componente eficaz da cobertura, líquido dos respetivos impostos diferidos (Nota 28).

Outras reservas

	31.12.2020	31.12.2019
Fundos de pensões	2 861 121	2 454 337
Reserva DL 66/2016	13 689 563	17 666 104
Reserva de conversão cambial	28 910	34 672
Resultados transitados	359 464 348	316 772 386
	<u>376 043 942</u>	<u>336 927 499</u>

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado com base nas demonstrações financeiras individuais da Altri SGPS, S.A., apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, o montante de reservas distribuíveis ascende a 154.745.661 Euros.

21. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS, OUTROS EMPRÉSTIMOS E INCENTIVOS REEMBOLSÁVEIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe das rubricas “Empréstimos bancários”, “Outros empréstimos” e “Incentivos reembolsáveis” é como segue:

31.12.2020						
	Valor nominal			Valor contabilístico ⁽¹⁾		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	—	27 500 000	27 500 000	139 880	27 500 000	27 639 880
Descobertos bancários	1 996 090	—	1 996 090	1 996 090	—	1 996 090
Empréstimos bancários	1 996 090	27 500 000	29 496 090	2 135 970	27 500 000	29 635 970
Papel comercial	165 000 000	40 000 000	205 000 000	165 116 811	40 000 000	205 116 811
Empréstimos obrigacionistas	1 250 000	494 150 000	495 400 000	3 752 917	492 417 574	496 170 491
Outros empréstimos	—	—	—	—	—	—
Outros empréstimos	166 250 000	534 150 000	700 400 000	168 869 728	532 417 574	701 287 302
Incentivos reembolsáveis	2 847 178	2 942 267	5 789 445	2 847 177	2 942 267	5 789 444
	<u>171 093 268</u>	<u>564 592 267</u>	<u>735 685 535</u>	<u>173 852 875</u>	<u>562 859 841</u>	<u>736 712 716</u>

(1) - inclui os acréscimos por especialização de juros e os custos de montagem de financiamentos

31.12.2019						
	Valor nominal			Valor contabilístico ⁽¹⁾		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	6 000 000	27 500 000	33 500 000	6 202 715	27 500 000	33 702 715
Descobertos bancários	—	—	—	—	—	—
Empréstimos bancários	6 000 000	27 500 000	33 500 000	6 202 715	27 500 000	33 702 715
Papel comercial	100 000 000	65 000 000	165 000 000	100 098 828	65 000 000	165 098 828
Empréstimos obrigacionistas	—	495 700 000	495 700 000	2 360 134	493 764 714	496 124 848
Outros empréstimos	192 000	—	192 000	192 000	—	192 000
Outros empréstimos	100 192 000	560 700 000	660 892 000	102 650 962	558 764 714	661 415 676
Incentivos reembolsáveis	3 026 144	2 942 267	5 968 411	3 026 144	2 942 267	5 968 411
	<u>109 218 144</u>	<u>591 142 267</u>	<u>700 360 411</u>	<u>111 879 821</u>	<u>589 206 981</u>	<u>701 086 802</u>

(1) - inclui os acréscimos por especialização de juros e os custos de montagem de financiamentos

21.1. Empréstimos bancários

(i) Empréstimos bancários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Celbi contraiu um empréstimo bancário no montante de 30.000.000 Euros (6.000.000 Euros em dívida, em 31 de dezembro de 2019), que vence juros a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses acrescida de *spread*, com um perfil de amortização que previa 5 prestações anuais e sucessivas, com início em janeiro de 2016 e cujo término ocorreu em janeiro de 2020.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Celbi contraiu um empréstimo bancário no montante de 15.000.000 Euros, que vence juros a uma taxa correspondente à Euribor a doze meses

acrescida de *spread*. Este empréstimo será liquidado numa prestação única no final do contrato (setembro de 2022), pelo que o montante total do empréstimo se encontra classificado como dívida não corrente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Caima Indústria contraiu um empréstimo bancário no montante de 12.500.000 Euros, que vence juros a uma taxa correspondente à Euribor a doze meses acrescida de *spread*. Este empréstimo será liquidado numa prestação única no final do contrato (agosto de 2022), pelo que o montante total do empréstimo se encontra classificado como dívida não corrente.

(ii) Contas correntes caucionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 existiam contas correntes caucionadas contratadas no montante de 3 milhões de euros, que não se encontravam utilizadas.

(iii) Descobertos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, existiam descobertos bancários contratados no montante de 15 milhões de Euros. A 31 de dezembro de 2020, o seu nível de utilização ascendia a 1.996.090 Euros. Em 31 de dezembro de 2019, não se encontrava em utilização qualquer montante.

21.2. Outros empréstimos:

(i) Papel comercial

O Grupo tem contratados programas de papel comercial renováveis com garantia de colocação no montante máximo de 160.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2020 (190.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2019), subscritos por diversas subsidiárias do Grupo Altri os quais vencem juros a uma taxa correspondente à Euribor do prazo de emissão respetivo (entre 7 e 364 dias) acrescida de *spread*. A 31 de dezembro de 2020 o montante total utilizado ascende a 120.000.000 Euros (100.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2019).

Aquelas emissões incluem uma parcela no montante de 40.000.000 Euros classificada como dívida não corrente, relativa a programas que não permitem a denúncia antecipada por parte da contraparte e existe a tomada firme das emissões por parte da instituição financeira. Neste sentido, o Conselho de Administração classificou esta dívida com base na duração da emissão destes papéis comerciais.

Adicionalmente, o Grupo tem contratados programas de papel comercial sem garantia de colocação, no montante máximo de 115.000.000 Euros, subscritos por diversas subsidiárias do Grupo Altri, os quais vencem juros a uma taxa de juro definida por colação indireta junto de investidores e/ou definida por proposta de subscrição apresentada pelo intermediário financeiro, com um prazo de emissão de até 90 dias, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, o montante total utilizado ascende a 85.000.000 Euros (65.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Empréstimos obrigacionistas

Em abril de 2014, a Celbi procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista no valor de 50.000.000 Euros, com um prazo de 6 anos. Em 20 de fevereiro de 2015, a Altri SGPS assumiu a posição contratual detida pela sua participada Celbi, passando o empréstimo obrigacionista a denominar-se "ALTRI 2014/2020". Em julho de 2017, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado deste financiamento, tendo emitido, na mesma data, um outro de igual montante, pelo prazo de 8 anos, denominado "ALTRI 2017/2025".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Celbi procedeu à emissão de três empréstimos obrigacionistas: um em fevereiro no valor de 35.000.000 Euros com um prazo de 6 anos (reembolsado na totalidade em julho de 2019), outro em agosto no valor de 35.000.000 Euros com um prazo de 2,5 anos (reembolsado na totalidade em fevereiro de 2018), e um outro, também em

agosto, no valor de 40.000.000 Euros com um prazo de 4 anos (reembolsado na totalidade em agosto de 2019). Todos estes empréstimos venciam juros a uma taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Altri SGPS procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas: o primeiro, em 18 de abril de 2016, no valor de 40.000.000 Euros, com uma amortização de 20.000.000 Euros em abril de 2022 (reembolsada antecipadamente em julho de 2019) e reembolso final em abril de 2024 e um outro, emitido em 28 de novembro de 2016, no valor de 25.000.000 Euros, com vencimento em 28 de março de 2022, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*.

Em novembro de 2016, a Celbi emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 65.000.000 Euros e com vencimento em fevereiro de 2024, denominado "Celbi 2016/2024". Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2020, era detentora de obrigações "Celbi 2016/2024" no montante nominal de 8.500.000 Euros (8.500.000 Euros em 31 de dezembro de 2019), pelo que o passivo do Grupo, em 31 de dezembro de 2020, relativo ao mesmo ascendia a 56.500.000 Euros (56.500.000 Euros em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2017, a 6 de março, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 70.000.000 Euros, pelo prazo de 7 anos, com a designação "ALTRI 2017/2024".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas, ambos em 14 de julho de 2017: um no valor de 40.000.000 Euros com um prazo de 8 anos e outro no valor de 40.000.000 Euros com um prazo de 10 anos, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2020, era detentora de obrigações "Celbi 2017/2027" no montante nominal de 5.900.000 Euros (5.800.000 Euros em 31 de dezembro de 2019), pelo que o passivo do Grupo, em 31 de dezembro de 2020, relativo ao mesmo ascendia a 34.100.000 Euros (34.200.000 Euros em 31 de dezembro de 2019).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas: em 20 de Abril de 2018, um empréstimo no valor de 50.000.000 Euros, com um prazo de 8 anos e taxa de cupão de 2,98% e outro, em 28 de maio de 2018, no valor de 50.000.000 Euros, com um prazo de 10 anos, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2020, era detentora de obrigações "Celbi 2018/2028" no montante nominal de 5.200.000 Euros (5.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2019), pelo que o passivo do Grupo, em 31 de dezembro de 2020, relativo ao mesmo ascendia a 44.800.000 Euros (45.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2019).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade Bioelétrica do Mondego procedeu à emissão do empréstimo obrigacionista denominado "SOCIEDADE BIOELÉTRICA DO MONDEGO 2019-2029", no montante de 50.000.000 Euros e taxa de cupão de 1,90%. A emissão alinou-se com as condições estabelecidas pelos Princípios de Obrigações Verdes ("Green Bond Principles") e tratou-se da primeira Emissão de Obrigações Verdes admitida à negociação em Portugal, na Euronext Access.

Também em 2019, a 15 de julho, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 55.000.000 Euros, com a designação "ALTRI 2019/2024", vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*.

As despesas incorridas com a montagem de empréstimos foram deduzidas ao seu valor nominal, encontrando-se estas a ser reconhecidas ao longo do período de vida do respetivo empréstimo (Nota 35).

(iii) Factoring

O Grupo Altri, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não tinha em vigor qualquer contrato de factoring.

21.3. Incentivos reembolsáveis:

Em janeiro de 2014, a Celbi assinou um novo contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 203/2003, de 10 de setembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o projeto, de modernização e expansão da unidade fabril, sido considerado pelo Estado Português de interesse estratégico e de relevância para a economia nacional. O Projeto de Investimento teve início a 19 de agosto de 2013, e decorreu até 30 de junho de 2015 e o valor contratado ascendia a 30.251.000 Euros, sendo que o Estado Português concedeu um incentivo financeiro reembolsável correspondente a 20% das despesas elegíveis. Caso a Celbi cumprisse com os objetivos propostos e medidos nos finais dos anos de 2016, 2017 e 2019 o Estado Português concederia ainda um Prémio de Realização que corresponderá ao não reembolso de até 75% do montante de incentivo reembolsável. À data de 31 de dezembro de 2020 a validação final ainda se encontra em curso pela AICEP. O Estado Português atribuiu também um Incentivo Fiscal correspondente a um crédito fiscal em sede de IRC no montante máximo de 15% das aplicações relevantes. Dado que, com base na performance alcançada com referência a 31 de dezembro de 2017 se encontram cumpridos os requisitos necessários à atribuição do prémio de realização no montante acumulado de 3.494.151 Euros, o Grupo classificou aquele montante em "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" líquido do montante reconhecido diretamente como rendimento na demonstração dos resultados na proporção da parte já amortizada dos ativos fixos tangíveis subsidiados. Em 31 de dezembro de 2020 o montante a liquidar relativo a este subsídio ascendia a 382.133 Euros (382.133 Euros em 31 de dezembro 2019), o qual está registado como incentivo reembolsável corrente.

A Caima Indústria assinou, no exercício de 2014, um contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 287/2007 com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal E.P.E. (AICEP) para um montante de investimento global de 35.161.000 Euros. O período de investimento deste projeto decorreu entre 2013 e 2015. O valor máximo do incentivo reembolsável ascende a 10.511.850 Euros, que corresponde a 30% das despesas elegíveis, tendo a Empresa já recebido 10.508.314 Euros. Não houve reembolsos em 2020, pelo que em 31 de dezembro de 2020, o Grupo tinha em dívida 2.212.216 Euros (de igual valor em 31 de dezembro de 2019), estando este montante classificado como incentivo reembolsável corrente (2.212.216 Euros em 31 de dezembro de 2019). Caso a Caima Indústria cumprisse com os objetivos propostos e medidos nos finais dos anos de 2016, 2017 e 2019 o Estado Português concederia ainda um Prémio de Realização que corresponderá ao não reembolso de até 48% do montante de incentivo reembolsável. Tais objetivos contratuais foram cumpridos pela subsidiária com referência a 31 de dezembro de 2019, pelo que o valor foi reconhecido como uma conta a receber.

O Estado Português atribuiu também um incentivo fiscal correspondente a um crédito fiscal em sede de IRC no montante máximo de 15% das aplicações relevantes. Até 31 de dezembro de 2020 a Caima Indústria recebeu o montante de 2.017.596 Euros referente ao incentivo reembolsável.

Em dezembro de 2016, a Celbi assinou um novo contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do disposto no n.º1 do artigo 5º do Decreto-lei n.º 191/2014, de 31 de dezembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o projeto, de competitividade e internacionalização, sido considerado pelo Estado Português de interesse estratégico e de relevância para a economia nacional. O Projeto de Investimento teve início a 1 de janeiro de 2016, decorreu até 31 de dezembro de 2017 e o valor contratado ascendeu a 40.040.000 Euros, sendo que o Estado Português irá conceder um incentivo financeiro reembolsável correspondente a 10% das despesas elegíveis. Em 31 de dezembro de 2020 o montante a liquidar relativo a este subsídio ascendia a 3.195.096 Euros (3.374.063 Euros em 31 de dezembro 2019), do qual o montante de 252.829 Euros está registado como incentivo reembolsável corrente.

21.4. Evolução do endividamento e maturidades

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a reconciliação da variação da dívida bruta com os fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Saldo em 1 de janeiro	701 086 802	686 976 081
Pagamento de empréstimos obtidos	(546 195 753)	(349 926 363)
Recebimento de empréstimos obtidos	579 703 753	370 608 000
Subsídios reembolsáveis	(178 966)	(6 123 930)
Descobertos bancários	1 996 090	—
Variação dos encargos com emissão de empréstimos	300 790	(446 986)
Variação da dívida	35 625 914	14 110 721
Saldo em 31 de dezembro	736 712 716	701 086 802

O prazo de reembolso dos empréstimos bancários, dos outros empréstimos e dos incentivos reembolsáveis é como segue:

	31.12.2020					Total (valor nominal)
	2021	2022	2023	2024	>2024	
Descobertos bancários	1 996 090	—	—	—	—	1 996 090
Empréstimos bancários	—	27 500 000	—	—	—	27 500 000
Papel comercial	165 000 000	—	40 000 000	—	—	205 000 000
Empréstimos obrigacionistas	1 250 000	27 500 000	3 750 000	208 000 000	254 900 000	495 400 000
Outros empréstimos	—	—	—	—	—	—
Incentivos reembolsáveis	2 847 178	653 836	653 837	653 837	980 757	5 789 445
	<u>171 093 268</u>	<u>55 653 836</u>	<u>44 403 837</u>	<u>208 653 837</u>	<u>255 880 757</u>	<u>735 685 535</u>

	31.12.2019					Total (valor nominal)
	2020	2021	2022	2023	>2023	
Descobertos bancários	—	—	—	—	—	—
Empréstimos bancários	6 000 000	—	27 500 000	—	—	33 500 000
Papel comercial	100 000 000	25 000 000	—	40 000 000	—	165 000 000
Empréstimos obrigacionistas	—	1 250 000	27 500 000	3 750 000	463 200 000	495 700 000
Outros empréstimos	192 000	—	—	—	—	192 000
Incentivos reembolsáveis	3 026 144	653 837	653 837	653 837	980 756	5 968 411
	<u>109 218 144</u>	<u>26 903 837</u>	<u>55 653 837</u>	<u>44 403 837</u>	<u>464 180 756</u>	<u>700 360 411</u>

22. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

O movimento verificado nas provisões e perdas por imparidade durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser detalhado como segue:

31.12.2020				
	Provisões	Perdas de imparidade em contas a receber (Notas 13 e 14)	Perdas de imparidade em inventários (Nota 11)	Total
Saldo inicial	17 307 171	3 624 622	14 837 369	35 769 162
Aumentos	191 810	—	—	191 810
Transferências	—	—	—	—
Utilizações	(789 627)	—	—	(789 627)
Reversões	(19 896)	(5 926)	(1 790 433)	(1 816 255)
Saldo final	16 689 458	3 618 696	13 046 936	33 355 090

31.12.2019				
	Provisões	Perdas de imparidade em contas a receber (Notas 13 e 14)	Perdas de imparidade em inventários (Nota 11)	Total
Saldo inicial	14 390 330	3 630 547	8 336 698	26 357 575
Aumentos	3 839 234	—	6 500 671	10 339 905
Transferências	(12 204)	—	—	(12 204)
Utilizações	—	—	—	—
Reversões	(910 189)	(5 925)	—	(916 114)
Saldo final	17 307 171	3 624 622	14 837 369	35 769 162

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o montante do aumento e reversões apresentado na demonstração dos resultados detalha-se como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Perdas por imparidade de inventários	(1 790 433)	6 500 671
Reversões de perdas por imparidade de clientes	(5 926)	(5 925)
Provisões para outros riscos e encargos	41 573	779 185
	<u>(1 754 786)</u>	<u>7 273 931</u>

Em 31 de dezembro de 2019, face ao montante líquido apresentado em “aumentos” e “reversões”, o montante remanescente (de aproximadamente 2,1 milhões de euros) prende-se com os aumentos e reversões referentes às provisões de desmantelamento da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias, as quais são registadas por contrapartida de um aumento/diminuição dos respetivos ativos fixos tangíveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a subsidiária Caima Indústria de Celulose, S.A. procedeu ao pagamento de uma liquidação adicional de Imposto sobre o Valor Acrescentado de anos anteriores às autoridades fiscais alemãs, no montante de 2.722.651 Euros, o qual registou na rubrica “Outros ativos não correntes” por não concordar com os fundamentos daquela liquidação. Durante o mês de janeiro de 2014 procedeu a um pagamento adicional de Imposto sobre o Valor Acrescentado às mesmas entidades de, aproximadamente, 700.000 Euros. Para fazer face ao risco daquelas liquidações adicionais se tornarem definitivas o Grupo Altri registou, em 2013, um passivo na rubrica “Provisões”.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Provisões” refere-se, essencialmente, à provisão para desmantelamento e descomissionamento das centrais de produção de energia exploradas por aquelas entidades. De acordo com o previsto nas respetivas licenças ambientais das centrais termoelétricas, ao ser declarada a cessação de atividade de uma central, tem início a sua fase de desativação, ou seja, o conjunto de atividades de descomissionamento, desmantelamento, demolição

e requalificação ambiental. Em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.3 j) estas provisões são calculadas com base no valor atual das responsabilidades futuras e registadas por contrapartida de um aumento dos respetivos ativos fixos tangíveis, sendo amortizados pelo período remanescente de vida útil esperada dos respetivos ativos. O efeito da atualização financeira do exercício é reconhecido na rubrica gastos financeiros.

O restante montante registado na rubrica “Provisões” em 31 de dezembro de 2020 e 2019 corresponde à melhor estimativa do Conselho de Administração para fazer face à totalidade das perdas a incorrer com processos judiciais atualmente em curso.

23. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica dizia respeito integralmente às parcelas de subsídios ao investimento não reembolsáveis (Notas 21 e 27) a qual tinha a seguinte decomposição:

	31.12.2020			31.12.2019		
	Total	Corrente (Nota 27)	Não corrente	Total	Corrente (Nota 27)	Não corrente
Celtejo						
POE	11 089	—	11 089	25 579	18 241	7 338
SIME	314 005	47 353	266 652	367 812	47 352	320 460
	325 094	47 353	277 741	393 391	65 593	327 798
Celbi						
PIN	10 685 650	2 798 773	7 886 877	13 496 238	2 890 200	10 606 038
Outros subsídios	10 333	333	10 000	10 333	333	10 000
	10 695 983	2 799 106	7 896 877	13 506 571	2 890 533	10 616 038
Caima Indústria						
QREN	2 281 586	633 076	1 648 510	2 948 570	380 940	2 567 630
	2 281 586	633 076	1 648 510	2 948 570	380 940	2 567 630
Altri Florestal						
Proder	4 991	1 176	3 815	6 167	1 176	4 991
	4 991	1 176	3 815	6 167	1 176	4 991
Greenvolt						
IAPMEI	834 043	222 411	611 632	1 056 455	222 411	834 044
	834 043	222 411	611 632	1 056 455	222 411	834 044
Viveiros						
Proder	97 582	48 791	48 791	146 372	48 791	97 581
	97 582	48 791	48 791	146 372	48 791	97 581
	14 239 279	3 751 913	10 487 366	18 057 526	3 609 444	14 448 082

Em janeiro de 2007, a Celbi e a Altri assinaram um contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei nº. 203/2003, de 10 de setembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o Estado Português considerado de interesse nacional (PIN) este projeto de expansão da capacidade produtiva da Celbi. Em 2015 foi considerado pelos organismos competentes que os objetivos e méritos do projeto tinham sido alcançados sendo atribuído o prémio de realização de 41.315.930 Euros. A Celbi classificou aquele montante em “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 23 e 27) líquido do montante que tem vindo a ser reconhecido diretamente como rendimento na demonstração dos resultados (Nota 33) na proporção da parte já amortizada dos ativos fixos tangíveis subsidiados de acordo com a política contabilística da Nota 2.3 e).

Em janeiro de 2014 a Celbi assinou um novo contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei nº. 203/2003, de 10 de setembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o projeto de modernização e expansão da unidade fabril sido considerado, pelo Estado Português, de interesse estratégico e de relevância para a economia nacional. Caso a Celbi cumprisse com os objetivos propostos e medidos nos finais dos anos de 2016, 2017 e 2019 o Estado Português concederia ainda um Prémio de Realização que corresponderá ao não reembolso de até 75% do montante de incentivo reembolsável. À data de 31 de dezembro de 2020 a validação final ainda se encontra em curso pela AICEP. A Celbi recebeu em

2018 e 2019 o montante de 3.494.151 Euros em função de ter cumprido com os objetivos referentes ao ano de 2016 e 2017. A Celbi classificou aquele montante em “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos”, líquido do montante que tem vindo a ser reconhecido diretamente como proveito na demonstração dos resultados (Nota 33) na proporção da parte já amortizada dos ativos fixos tangíveis subsidiados de acordo com a política contabilística da Nota 2.3 e).

A Caima Indústria assinou, no exercício de 2014, um contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 287/2007 com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal E.P.E. (AICEP) para um montante de investimento global de 35.161.000 Euros. Caso a Caima Indústria cumprisse com os objetivos propostos e medidos nos finais dos anos de 2016, 2017 e 2019 o Estado Português concederia ainda um Prémio de Realização que corresponderá ao não reembolso de até 48% do montante de incentivo reembolsável. Tais objetivos foram cumpridos pela subsidiária com referência a 31 de dezembro de 2019, pelo que o valor foi reconhecido como uma conta a receber.

Até 31 de dezembro de 2020 a Caima recebeu o montante de 2.017.596 Euros referentes ao Prémio de Realização pelo cumprimento dos objetivos medidos no ano de 2016, o qual se encontra registado no passivo não corrente líquido do montante que tem vindo a ser reconhecido diretamente como proveito na demonstração dos resultados (Nota 33) na proporção da parte já amortizada dos ativos fixos tangíveis subsidiados de acordo com a política contabilística da Nota 2.3 e).

Em dezembro de 2020 e 2019, o montante apresentado referente à subsidiária Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. diz respeito ao subsídio ao investimento atribuído a fundo perdido para financiamento da Central de Mortágua.

Em dezembro de 2016 a Celtejo assinou um novo contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 5º do Decreto-lei nº 191/2014, de 31 de dezembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o projeto, que visa introduzir inovações no processo de produção de pasta de papel tissue, com uma nova abordagem à produção que se mostra mais eficiente e produtiva, sido considerado pelo Estado Português de interesse estratégico e de relevância para a economia nacional. O Projeto teve início em 1 de janeiro de 2016 e foi concluído em 31 de outubro de 2018. O valor contratado foi de 85.300.000 Euros. Estava previsto que o Estado Português iria conceder um incentivo financeiro reembolsável de 25,1 % das despesas elegíveis e um Incentivo Fiscal correspondente a um crédito fiscal em sede de IRC no montante máximo de 11,95% das aplicações relevantes. O Estado Português concederia ainda um Prémio de Realização que corresponderia ao não reembolso de até 30% do montante de incentivo reembolsável. Uma vez que a 18 de julho de 2018, apesar de todos os esforços envidados, a subsidiária não tinha ainda logrado obter a aprovação da Comissão Europeia, informou a AICEP da sua disponibilidade para substituir o incentivo financeiro previsto no contrato de incentivos em contrapartida de renegociação do contrato fiscal de investimento. Por deliberação do Conselho de Administração da AICEP, datada de 25 de setembro de 2018, foi aprovada a revogação, por mútuo acordo, do contrato de incentivos bem como a renegociação do contrato fiscal de investimento, sob condição da aprovação, respetivamente, pelo Ministro Adjunto e da Economia e pelo Secretário de Estado da Internacionalização e pelo Conselho de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento e pelo Conselho de Ministros. A 20 de dezembro de 2018 foi celebrada a revogação do contrato de incentivos financeiros. A 18 de janeiro de 2019, por deliberação de Conselho de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento (CCIFI), foi emitido parecer favorável quanto à renegociação do Contrato Fiscal de Investimento da Celtejo. Assim, ao abrigo do disposto no artigo 19º do Código Fiscal do Investimento e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2019, publicada no Diário da República, 1ª Série, N.º 85, de 3 de maio de 2019, foi celebrado, a 21 de junho de 2019, o aditamento ao contrato fiscal de investimento, sendo concedido um benefício, composto por crédito fiscal em sede de IRC, até ao montante máximo de 17.000.000 €, determinado com base na aplicação de uma percentagem de 20% das aplicações relevantes efetivamente realizadas, nos termos do n.º 1 do artigo 8º do CFI.

24. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2020	A Pagar		
		0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Fornecedores, conta corrente	40 668 226	40 421 499	17 697	229 030
Fornecedores, facturas em receção e conferência	18 594 848	18 329 095	96 685	169 068
Fornecedores - títulos a pagar	44 841 419	44 841 419	—	—
	<u>104 104 493</u>	<u>103 592 013</u>	<u>114 382</u>	<u>398 098</u>

	31.12.2019	A Pagar		
		0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Fornecedores, conta corrente	39 643 849	39 643 849	—	—
Fornecedores, facturas em receção e conferência	23 115 186	23 095 694	19 492	—
Fornecedores - títulos a pagar	39 618 713	39 618 713	—	—
	<u>102 377 748</u>	<u>102 358 256</u>	<u>19 492</u>	<u>—</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Fornecedores” respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades do Grupo.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Fornecedores – títulos a pagar” refere-se aos saldos de fornecedores cedidos em operações de *confirming*, conforme descrito na Nota 2.3 I).

25. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “Outros dívidas a terceiros” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2020	A Pagar		
		0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Fornecedores de ativos fixos	2 560 508	2 560 508	—	—
Contas a pagar ao Estado e outros entes públicos (Nota 16)	3 771 728	3 771 728	—	—
Outras dívidas	7 061 866	7 017 510	—	44 356
	<u>13 394 102</u>	<u>13 349 746</u>	<u>—</u>	<u>44 356</u>

	31.12.2019	A Pagar		
		0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Fornecedores de ativos fixos	6 989 836	6 989 836	—	—
Contas a pagar ao Estado e outros entes públicos (Nota 16)	8 279 996	8 279 996	—	—
Outras dívidas	5 235 218	5 190 862	—	44 356
	<u>20 505 050</u>	<u>20 460 694</u>	<u>—</u>	<u>44 356</u>

26. PASSIVOS ASSOCIADOS A CONTRATOS COM CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Passivos associados a contratos com clientes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Rappel e descontos a liquidar	3 341 862	3 568 671
Comissões a liquidar	300 074	—
	<u>3 641 936</u>	<u>3 568 671</u>

27. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Encargos a liquidar		
Encargos com energia e gás a liquidar	3 143 515	3 530 322
Remunerações a liquidar	4 117 711	4 086 267
Rendas a liquidar	196 778	270 899
Seguros a liquidar	28 774	484 550
Taxas hídricas a liquidar	1 186 896	898 791
Outros encargos a liquidar	8 774 789	7 937 677
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios ao investimento (Notas 21 e 23)	3 751 913	3 609 444
	<u>21 200 376</u>	<u>20 817 950</u>

A linha “Outros encargos a liquidar” diz respeito, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, essencialmente, a despesas relacionadas com a atividade operacional já incorridas e ainda não faturadas.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as subsidiárias do Grupo Altri tinham em vigor contratos relativos a instrumentos financeiros derivados associados a cobertura das variações da taxa de juro e contratos relativos a instrumentos financeiros derivados associados a cobertura da variação da taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo tinha em vigor contratos de instrumentos financeiros derivados para cobertura das variações do preço da pasta de papel, cuja maturidade expirou a 31 de dezembro de 2019. Todos estes instrumentos são registados de acordo com o seu justo valor.

As subsidiárias do Grupo Altri apenas utilizam derivados para cobertura de fluxos de caixa associados às operações geradas pela sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é como segue:

	31.12.2020				31.12.2019			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados de taxa de juro	—	—	131 976	1 053 386	—	—	111 003	919 120
Derivados de taxa de câmbio	7 313 870	—	230 685	—	1 557 085	—	1 769 362	—
	<u>7 313 870</u>	<u>—</u>	<u>362 661</u>	<u>1 053 386</u>	<u>1 557 085</u>	<u>—</u>	<u>1 880 365</u>	<u>919 120</u>

(i) Derivados de taxa de juro

Por forma a reduzir a sua exposição à volatilidade das taxas de juro, o Grupo tem emitida dívida a taxa fixa e contratados instrumentos financeiros derivados, designadamente, “swaps” de taxa de juro. Estes contratos foram avaliados de acordo com o seu justo valor em 31 de dezembro de 2020 e

2019, tendo o correspondente montante sido reconhecido na rubrica do passivo “Instrumentos financeiros derivados”.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo Altri tinha em vigor contratos de derivados de taxa de juro cujos montantes totais são como segue:

Tipo	Montante	Maturidade	Juro	Fixing	Justo valor	
					31.12.2020	31.12.2019
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,800%	—	(29 339)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,620%	—	(24 763)
Interest rate swap	10 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,240%	—	(29 949)
Interest rate swap	15 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,000%	—	(26 952)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,820%	(298 306)	(234 819)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,806%	(294 721)	(225 130)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,818%	(297 493)	(228 198)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,805%	(294 841)	(230 973)
					<u>(1 185 362)</u>	<u>(1 030 123)</u>

De acordo com as políticas contabilísticas adotadas estes derivados cumprem com os requisitos para serem designados como instrumentos de cobertura de taxa de juro (Nota 2.3 I).

O apuramento do justo valor dos derivados contratados pelo Grupo foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem foram celebrados tais contratos). O modelo de avaliação destes derivados, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos *Cash Flows* descontados, i.e., utilizando as *Par Rates* de *Swaps*, cotadas no mercado interbancário, e disponíveis nas páginas *Reuters* e/ou *Bloomberg*, para os prazos relevantes, sendo calculadas as respetivas taxas *forwards* e fatores de desconto que servem para descontar os *cash flows* fixos (*leg* fixo) e os *cash flows* variáveis (*leg* variável). O somatório das duas parcelas resulta no Valor Atualizado Líquido dos *cash flows* futuros ou justo valor dos derivados.

De referir, por fim, que a 31 de dezembro de 2020, o Grupo Altri apresentava cerca de 31% da sua dívida financeira nominal bruta emitida a taxa fixa, tendo, adicionalmente, contratados *swaps* de taxa de juro - nos quais permuta o indexante Euribor (6M) por uma taxa fixa - sobre um notional global de 20 milhões euros, associados ao Empréstimo Obrigacionista “Altri 2017/2025”. Estes *swaps* de taxa de juro, celebrados por decisão da Administração em junho de 2018, permitem uma cobertura de 40% do referido empréstimo obrigacionista e correspondem a cerca de 3% da dívida financeira nominal bruta emitida. Por conseguinte, com referência a 31 de dezembro de 2020, apenas 66% da dívida financeira bruta do Grupo Altri se encontrava indexada a taxa variável.

(ii) Derivados de taxa de câmbio

O Grupo Altri utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros.

Com efeito, uma parte relevante das vendas do Grupo (cerca de metade) são efetuadas em USD. Deste modo, as alterações na taxa de câmbio EUR/USD podem afetar os resultados do Grupo de forma significativa.

Com o intuito de monitorar e mitigar este risco, o Grupo Altri analisa de forma permanente a sua exposição às flutuações da taxa de câmbio, avaliando a evolução da cotação à vista do EUR/USD, bem como as suas taxas *forward*, definindo e implementando estratégias de *hedging* sempre que considere conveniente. Estas estratégias têm por base uma política de cobertura de risco cambial previamente definida pela Comissão Executiva e que consiste em cobrir uma parte dos *cash flows* resultantes das suas vendas estimadas.

Em 2020, a Comissão Executiva definiu um mandato de cobertura, para o ano fiscal de 2021, de até cerca de 24% do total das vendas estimadas de pasta BHKP e de até cerca de 78% do total das vendas estimadas para a pasta DWP. Este mandato assenta na contratação de opções de venda e de compra de estilo asiático sobre o dólar dos Estados Unidos (*average rate collars*) numa base mensal

e com um horizonte temporal de cobertura de 12 meses (de janeiro de 2021 até dezembro de 2021). Relativamente a horizontes temporais mais curtos (até 90 dias), o Grupo privilegia a utilização de *forwards* cambiais para mitigar o risco de evolução desfavorável da taxa de câmbio EUR/USD.

Desta forma, o Grupo Altri contratou, durante os exercícios de 2020 e 2019 “opções” e “forwards” de taxa de câmbio de dólares dos Estados Unidos, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposto.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo Altri tinha em vigor os seguintes contratos derivados de taxa de câmbio:

Nocional USD / mês	Vencimento	31.12.2020		Asian Collar range (strikes médios)	
		Ativo	Passivo	Euro put / USD call	Euro call / USD put
14 000 000	1H2021	3 358 624	(31 606)	1,1325	1,1718
14 000 000	2H2021	3 955 246	(199 079)	1,1325	1,1718
		<u>7 313 870</u>	<u>(230 685)</u>		

Nocional USD / mês	Vencimento	31.12.2019		Asian Collar range (strikes médios)	
		Ativo	Passivo	Euro put / USD call	Euro call / USD put
20 000 000	1H2020	254 459	(856 537)	1,1240	1,1708
14 000 000	2H2020	907 095	(725 785)	1,1186	1,1630
Forwards Knock-out (vendas USD)					
Nocional USD / mês	Vencimento	Ativo	Passivo	Forward (médio)	Knock-out (médio)
2 000 000	Cal2020	179 564	(46 013)	1,0884	1,1300
Forwards Knock-out (compras USD)					
Nocional USD / mês	Vencimento	Ativo	Passivo	Forward (médio)	Knock-out (médio)
2 000 000	Cal2020	215 967	(134 737)	1,1622	1,1150
Forwards Simples (compras USD)					
Nocional USD / mês	Vencimento	Ativo	Passivo	Forward (médio)	
2 000 000	fev/20	—	(6 290)	1,1219	
		<u>1 557 085</u>	<u>(1 769 362)</u>		

O movimento ocorrido no justo valor dos instrumentos financeiros derivados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser detalhado como segue:

2020	Derivados de cobertura de preço da pasta	Derivados de taxa de juro	Derivados de taxa de câmbio	Total
Saldo inicial	—	(1 030 123)	(212 277)	(1 242 400)
Varição do justo valor				
Efeitos em capitais próprios	—	(145 914)	8 309 260	8 163 346
Efeitos na demonstração de resultados (Nota 35)	—	(222 826)	(3 051 786)	(3 274 612)
Efeitos na demonstração da posição financeira	—	213 501	2 037 988	2 251 489
Saldo final	—	(1 185 362)	7 083 185	5 897 823

2019	Derivados de cobertura de preço da pasta	Derivados de taxa de juro	Derivados de taxa de câmbio	Total
Saldo inicial	(1 174 941)	(788 929)	(136 962)	(2 100 832)
Variação do justo valor				
Efeitos em capitais próprios	1 174 941	(269 016)	(939 844)	(33 919)
Efeitos na demonstração de resultados (Nota 35)	2 901 079	(404 886)	(4 005 587)	(1 509 394)
Efeitos na demonstração da posição financeira	(2 901 079)	432 708	4 870 116	2 401 745
Saldo final	—	(1 030 123)	(212 277)	(2 100 831)

Os ganhos e perdas do exercício associados à variação do justo valor, durante os exercícios de 2020 e 2019, dos instrumentos de cobertura na parte corrida, dos instrumentos que embora tenham sido contratados com o objetivo de cobertura, não cumprem com os requisitos para serem classificados como tal e a parte ineficaz dos instrumentos de cobertura foram registados diretamente na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Nota 35).

29. GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as garantias prestadas tinham o seguinte detalhe:

	31.12.2020	31.12.2019
AICEP/API (Nota 21)	2 178 013	3 427 538
Outros	3 475 034	2 416 625
	5 653 047	5 844 163

30. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

a) Fundos de pensões

Algumas empresas do Grupo Altri possuem compromissos relacionados com encargos com fundos de reforma que se encontram cobertos pelo valor dos fundos de pensões autónomos, encontrando-se reconhecidas as responsabilidades líquidas não cobertas nos termos definidos no IAS 19, como de seguida se detalha.

O Fundo de Pensões Caima e Altri Florestal, constituído por escritura de 31 de dezembro de 1987 e administrado pela “BPI Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.”, destina-se a garantir aos trabalhadores (i) que à data normal da reforma ou (ii) na cessação contratual do contrato de trabalho com a Empresa, tenham pelo menos 57 anos de idade e 10 anos de serviço contínuo; o direito a um complemento de reforma, a partir da idade normal de reforma, cujo valor tem por base a média dos vencimentos ilíquidos dos últimos dois anos ao serviço da empresa. Por decisão da Administração da Caima, o Fundo de Pensões Caima e Altri Florestal foi dividido em dois fundos autónomos em dezembro de 1998, após autorização do Instituto de Seguros de Portugal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Caima e a Altri Florestal transferiram as quotas-partes das adesões coletivas que detêm junto do BPI Pensões para o Fundo de Pensões Tejo. Esta transferência foi requerida ao Instituto de Seguros de Portugal em 23 de setembro de 2010 tendo este deliberado favoravelmente em 3 de março de 2011, pelo que em abril de 2011 o património de fundo de pensões da Altri Florestal e da Caima foi incorporado no Fundo de Pensões Tejo, com a designação de Plano de Pensões C.

O Fundo de Pensões Tejo foi constituído pela Celtejo em 28 de fevereiro de 2005, com o objetivo de financiar, entre outros, o Plano de Pensões decorrente dos Regulamentos e Acordos de Empresa aplicáveis aos Associados. Através de acordo celebrado com as estruturas sindicais em 2007, foi criado um novo Plano de Pensões aplicável a todos os trabalhadores admitidos após 1 de setembro de 2007, data da entrada em vigor do novo acordo, e ainda a todos os trabalhadores admitidos antes

dessa data, que optem de forma expressa pelo novo Plano de Pensões. O Fundo de Pensões Tejo passou, assim, a financiar os benefícios definidos em três Planos de Pensões previstos em Regulamento publicado em Ordem de Serviço de 2002, e ainda os benefícios definidos no novo Plano de Pensões, que passou a designar-se como Plano de Pensões B, previsto no Acordo de Empresa publicado no BTE, nº 32, de 29/08/2007. A partir do exercício de 2009, o Plano de Pensões B passou a aplicar-se a todos os trabalhadores no ativo da Celtejo, e os restantes Planos de Pensões passaram a cobrir as responsabilidades referentes a todos os ex-trabalhadores cuja cessação de contrato tivesse contemplado o direito a pensão, nos termos dos benefícios definidos em cada um dos Planos de Pensões.

Em 1 de maio de 2014, foi criado um novo Plano de Pensões de Contribuição Definida (CD), integrado no Fundo de Pensões Tejo sob a designação Plano de Pensões CD, e aplicável a todos os trabalhadores no ativo dos três Associados, Celtejo, Caima e Altri Florestal. Aos trabalhadores admitidos até 30 de abril de 2014, foi dado o direito de opção de adesão ao novo Plano de Pensões CD, mediante renúncia expressa e definitiva ao Plano de Pensões de Benefício Definido, nas seguintes condições: (a) a todos os trabalhadores da Celtejo, no ativo em 30 de abril de 2014 com contrato sem termo, foi dada a opção de escolher entre transitar ou não para o plano de contribuição definida (b) no caso da Caima e da Altri Florestal, apenas foi dado direito de opção aos trabalhadores que, em 30 de abril de 2014, tivessem contrato sem termo com tempo de serviço maior ou igual a 10 anos e idade igual ou superior a 57 anos. Assim, O Fundo de Pensões Tejo passou a financiar as responsabilidades de cinco Planos de Pensões, quatro dos quais de Benefício Definido, e com responsabilidades tendencialmente a extinguir, e um Plano de Pensões de Contribuição Definida, cujas contribuições variam anualmente em função dos resultados do Grupo Altri e são atribuídas a cada trabalhador de cada um dos Associados, em função dos respetivos salários pensionáveis e tempo de serviço.

A partir de 2014, a Celbi atribui aos seus colaboradores com contrato de trabalho subordinado sem termo, um plano de pensões de contribuição definida. De acordo com este plano, a Celbi atribui a cada trabalhador do quadro permanente uma percentagem do seu salário pensionável em função do seu tempo de serviço. A contribuição para o Fundo de Pensões varia anualmente em função dos resultados do Grupo Altri, sendo contabilizadas como custo no exercício as contribuições que efetua, deixando de ter responsabilidades por benefícios futuros relacionadas com o Fundo de Pensões.

Os planos de benefícios definidos não são contributivos para os seus participantes.

Com o novo regime de planos de contribuição definida, o Grupo contabiliza como custo no exercício as contribuições que efetua, deixando de ter responsabilidades por benefícios futuros relacionadas com o Fundo de Pensões.

De acordo com os estudos atuariais realizados pelas sociedades gestoras dos fundos com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor atual das responsabilidades por serviços passados para os colaboradores no ativo e para os reformados, bem como a situação patrimonial dos fundos de pensões, naquelas datas, eram como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
	Caima/Celtejo/Altriflorestal	Caima/Celtejo/Altriflorestal
Responsabilidades atuais por serviços passados	13 817 714	14 208 370
Situação patrimonial dos fundos de pensões	8 637 510	9 439 840

O movimento verificado no valor atual das responsabilidades por serviços passados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

31 de dezembro de 2020

	Planos				Total
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	
Responsabilidades no início do exercício	856 273	6 085 854	2 747 895	4 518 349	14 208 371
Benefícios pagos pelos Fundos de Pensões	(63 581)	(454 266)	(92 951)	(337 543)	(948 341)
Custo dos serviços correntes	—	—	7 838	1 269	9 107
Custo dos juros	8 387	58 586	26 951	43 556	137 480
Perdas/(Ganhos) atuariais					
Resultantes de alterações de pressupostos financeiros	26 481	152 291	91 520	114 089	384 381
Resultantes de ajustamentos de experiência	38 377	56 419	(115 139)	47 059	26 716
Responsabilidades no fim do exercício	865 937	5 898 884	2 666 114	4 386 779	13 817 714

31 de dezembro de 2019

	Planos				Total
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	
Responsabilidades no início do exercício	807 031	6 021 396	2 558 977	4 442 695	13 830 098
Benefícios pagos pelos Fundos de Pensões	(35 653)	(465 175)	(104 087)	(335 969)	(940 884)
Custo dos serviços correntes	—	—	7 017	4 116	11 133
Custo dos juros	13 423	98 460	42 732	72 798	227 413
Perdas/(Ganhos) atuariais					
Resultantes de alterações de pressupostos financeiros	61 274	361 246	219 197	272 355	914 072
Resultantes de ajustamentos de experiência	10 198	69 927	24 059	62 354	166 538
Responsabilidades no fim do exercício	856 273	6 085 854	2 747 895	4 518 349	14 208 371

O movimento verificado na situação patrimonial dos fundos de pensões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

31 de dezembro de 2020

	Planos				Total
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	
Valor dos Fundos de Pensões no início do exercício	519 191	3 964 733	2 009 742	2 946 173	9 439 839
Dotações	—	—	—	121 386	121 386
Pensões pagas	(63 581)	(454 266)	(92 951)	(337 543)	(948 341)
Rendimento/Retorno do Fundo					
Rendimento/Retorno do Fundo	1 309	10 063	4 818	7 511	23 701
Rendimento de juros	1 122	8 625	4 129	6 437	20 313
Transferência entre associados/planos	20 237	146 914	(167 151)	—	—
Outros	(1 147)	(8 773)	(2 660)	(6 808)	(19 388)
Valor dos Fundos de Pensões no fim do exercício	477 131	3 667 296	1 755 927	2 737 156	8 637 510

31 de dezembro de 2019

	Planos				
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	Total
Valor dos Fundos de Pensões no início do exercício	539 426	4 304 933	2 053 248	3 157 628	10 055 235
Dotações	—	—	—	32 066	32 066
Pensões pagas	(35 653)	(465 175)	(104 087)	(335 969)	(940 884)
Rendimento/Retorno do Fundo	15 419	124 975	60 581	92 448	293 423
Outros	—	—	—	—	—
Valor dos Fundos de Pensões no fim do exercício	519 192	3 964 733	2 009 742	2 946 173	9 439 839

Considerando a diferença entre o valor das responsabilidades em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e o valor dos fundos de pensões à mesma data, o passivo para “Responsabilidades por pensões” foi aumentado no montante de 406.784 Euros e 993.666 Euros, respetivamente, para fazer face ao aumento das responsabilidades. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos na rubrica “Responsabilidades para pensões” detalham-se do seguinte modo:

31 de dezembro de 2020

	Planos				
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	Total
Responsabilidade por pensões no início do exercício	337 080	2 121 120	737 176	1 573 153	4 768 529
Reforço / (reversão) em outro rendimento integral	64 696	207 420	(25 777)	160 445	406 784
Reforço / (reversão) na demonstração dos resultados	7 268	49 961	30 660	38 388	126 277
Liquidações e Dotações	—	—	—	(121 386)	(121 386)
Reclassificação	20 237	146 914	(167 151)	—	—
Responsabilidade por pensões no fim do exercício	429 281	2 525 415	574 908	1 650 600	5 180 204

31 de dezembro de 2019

	Planos				
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	Total
Responsabilidade por pensões no início do exercício	267 603	1 675 636	504 752	1 326 873	3 774 864
Reforço / (reversão) em outro rendimento integral	69 477	445 484	232 424	246 280	993 666
Reforço / (reversão) na demonstração dos resultados	—	—	—	—	—
Reclassificação	—	—	—	—	—
Responsabilidade por pensões no fim do exercício	337 080	2 121 120	737 176	1 573 153	4 768 530

No que respeita aos referidos planos, os riscos podem ser divididos entre:

(i) Riscos Financeiros

O Fundo encontra-se sujeito ao risco de variabilidade dos rendimentos gerados pelos ativos que compõem a carteira do fundo, nomeadamente o risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de variação de preço e risco cambial para a componente expressa em moedas distintas do euro.

- O risco de taxa de juro resulta da relação inversa que se verifica entre as taxas de juro de mercado e o preço das obrigações. Assim quando as taxas de juro de mercado descem o preço das obrigações sobe e, quando as taxas de juro de mercado sobem o preço das obrigações desce;
- O risco de crédito das obrigações consiste na perceção que os investidores têm relativamente à capacidade de pagamentos, juros e capital, por parte das entidades emitentes;
- O risco de variação de preços das ações decorre da alteração das expectativas dos investidores relativamente às condições macroeconómicas e setoriais onde opera a empresa e, acima de tudo da evolução das condições específicas do negócio de cada empresa.

(ii) Riscos Atuariais

Os riscos atuariais são constituídos por responsabilidades de pagamento de pensões, apresentando vários riscos que podem ter impacto negativo no valor das responsabilidades do Fundo, nomeadamente taxa de crescimento das pensões, aumento da esperança média de vida e taxa de desconto.

A gestão dos riscos relevantes que afetam o fundo de pensões é efetuada através da Sociedade Gestora do mesmo, através dos seguintes mecanismos:

- A política de investimentos é revista obrigatoriamente de três em três anos, sendo que no final de cada ano é feita uma avaliação tendo em conta as responsabilidades do fundo e, caso os pressupostos que estiveram na base da sua elaboração se alterem, de forma material, a Sociedade Gestora do mesmo propõe uma retificação à política de investimentos.
- Os procedimentos utilizados para efetuar a adequação entre os ativos financeiros e as responsabilidades, tem por base a distribuição das responsabilidades por escalões etários, sendo associado a esta um perfil de risco.
- A distribuição de ações/obrigações por escalão etário, tem por base o princípio de ciclo de vida, o qual considera que a tolerância ao risco diminui (redução do peso de ações) à medida que diminui o horizonte de investimento (aproximação da idade da reforma).
- A proposta de alocação resulta da ponderação destes perfis, de acordo com o peso de cada escalão na estrutura global das responsabilidades.
- Adicionalmente, e por dedução à componente de obrigações, consideramos uma parcela de ativos não correlacionados (*hedge funds, imobiliário, private equity, commodities*), com um peso que pode oscilar entre 5% e 10%, cujo objetivo é aumentar o nível de diversificação.
- A Política de Investimentos seguida pelo Sub-Fundo de Pensões BD Tejo a 31 de dezembro de 2020 e 2019, obedece às regras estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 9/2007-R.

As responsabilidades relativas ao plano de Pensões em 31 de dezembro de 2020 foram determinadas com base nos seguintes pressupostos:

- (i) Método de cálculo "*Projected Unit Credit*";
- (ii) Tábuas de Mortalidade TV 88/90;
- (iii) Taxa de rendimento/desconto 0,7%;
- (iv) Taxa de crescimento dos salários 1%.

O Fundo de Pensões Tejo tem as seguintes características:

- (i) Composição da carteira:
 - a. 11,6% ações;
 - b. 71,3% obrigações a taxa fixa;
 - c. 8,7% obrigações a taxa variável.Investimentos alternativos:
 - d. 2,0% Imobiliário;
 - e. 5,0% Liquidez *Hedge Funds*.
- (ii) Retorno esperado dos ativos do plano no longo prazo 4,19%.

As responsabilidades relativas ao plano de Pensões em 31 de dezembro de 2019 foram determinadas com base nos seguintes pressupostos:

- (i) Método de cálculo "*Projected Unit Credit*";
- (ii) Tábuas de Mortalidade TV 88/90;
- (iii) Taxa de rendimento/desconto 1%;
- (iv) Taxa de crescimento dos salários 1%;

O Fundo de Pensões Tejo tem as seguintes características:

- (i) Composição da carteira:
 - a. 11,9% ações;
 - b. 68,1% obrigações a taxa fixa;
 - c. 10,6% obrigações a taxa variável; eInvestimentos alternativos:
 - d. 1,8% Imobiliário;
 - e. 6,2% Liquidez *Hedge Funds*.
- (ii) Retorno esperado dos ativos do plano no longo prazo 4,26%.

A taxa de desconto utilizadas foram selecionadas por referência às taxas de rendimento de um cabaz de obrigações “corporate” de alta qualidade. Foram selecionadas as obrigações cuja maturidade e “notação de rating” foram considerados como apropriadas, atendendo ao montante e ao período de ocorrência dos fluxos monetários associados aos pagamentos dos benefícios aos colaboradores.

O Grupo Altri procedeu a uma análise de sensibilidade desta valorização a variações do pressuposto significativo, tendo concluído que caso tivesse considerado uma taxa de desconto inferior em 25 pontos base o valor da responsabilidade viria aumentado em, aproximadamente, 0,3 milhões de Euros.

O montante reconhecido como gasto, relativamente aos benefícios de contribuição definida, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de ascendeu a aproximadamente 566.000 euros e 519.000 Euros, respetivamente.

b) Outros compromissos

Em 31 de dezembro de 2020, os compromissos contratuais para aquisição de imobilizado assumidos pelas empresas do Grupo Altri são de, aproximadamente, 11.500.000 Euros (19.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2019).

Os compromissos futuros estão essencialmente relacionados com a aquisição de equipamento fabril, nomeadamente, digestor de Serrim, aquisição de rotor para turbina, e com investimentos em requalificação lavagem e branqueamento.

31. PARTES RELACIONADAS

As participadas do Grupo Altri têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas, as quais foram efetuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação as transações entre empresas incluídas na consolidação pelo método de integração global são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Os saldos a 31 de dezembro de 2020 e 2019 e as transações com entidades relacionadas durante os exercícios findos naquelas datas podem ser resumidos como segue:

Transações	Compras e serviços recebidos		Outros rendimentos	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Empresas associadas e empreendimentos conjuntos (a)	17 549 955	16 370 868	1 572	—
Outras partes relacionadas (b)	9 935 965	10 054 464	128 051	129 514
	<u>27 485 920</u>	<u>26 425 332</u>	<u>129 623</u>	<u>129 514</u>

SalDOS	Contas a pagar		Contas a receber	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Empresas associadas e empreendimentos conjuntos (a)	2 185 564	356 786	1 600	1 714
Outras partes relacionadas (b)	8 761 388	6 780 584	11 338	129 541
	<u>10 946 952</u>	<u>7 137 370</u>	<u>12 938</u>	<u>131 255</u>

(a) Todas as entidades incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 conforme Nota 4.2.

(b) Foram consideradas como outras partes relacionadas as empresas abaixo discriminadas.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não ocorreram transações com os Administradores do Grupo nem lhes foram concedidos empréstimos.

Para além das empresas incluídas na consolidação (Nota 4.2) as entidades consideradas relacionadas em 31 de dezembro de 2020 podem ser apresentadas como segue:

- Actium Capital, S.A.
- A Nossa Aposta – Jogos e Apostas On-line, S.A.
- Caderno Azul, S.A.
- Cofihold, S.A.
- Cofihold II, S.A.
- Cofina Media, S.A.
- Cofina, SGPS, S.A.
- Elege Valor, Lda.
- Expeliarmus – Consultoria, Unipessoal, Lda.
- Fisio Share – Gestão de Clínicas, S.A.
- F. Ramada II, Imobiliária, S.A.
- Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A.
- Livrefluxo, S.A.
- Mercados Globais – Publicação de Conteúdos, Lda
- Planfuro Global, S.A.
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A.
- Promendo Investimentos, S.A.
- Ramada – Aços, S.A.
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A.
- Socitrel – Sociedade Industrial de Trefilaria, S.A.
- Universal Afir, S.A.
- Valor Autêntico, S.A.
- VASP – Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda.
- 1 Thing Investments, S.A.

32. COMPENSAÇÕES DOS GESTORES CHAVE

As compensações atribuídas aos gestores chave, que, dado o modelo de governação do Grupo, correspondem aos membros do Conselho de Administração da empresa mãe, auferidas em todas as sociedades do Grupo Altri, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, tem a seguinte composição:

	Conselho de Administração	
	31.12.2020	31.12.2019
Remunerações fixas	2 837 247	1 824 520
Remunerações variáveis	350 000	—
	<u>3 187 247</u>	<u>1 824 520</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existem: (i) planos ou sistemas de incentivos relacionados com a atribuição de ações aos membros do Conselho de Administração; (ii) regimes complementares

de reforma antecipada para os administradores; (iii) indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores relativamente à cessão de funções durante o exercício; ou (iv) benefícios não pecuniários considerados como remuneração.

A administradora Laurentina Martins beneficia de um plano atribuído antes da sua nomeação para o Conselho de Administração em virtude de, na data da atribuição, ser colaboradora da subsidiária Caima – Indústria de Celulose, S.A.. As principais características e informação sobre o referido plano encontra-se detalhada na Nota 30.a). Em 31 de dezembro de 2020 o valor atual das pensões em pagamento afetas a esta colaboradora ascendia a 395.427 Euros, não tendo sido efetuada qualquer contribuição para o referido fundo em 2020. O valor auferido diretamente através do fundo de pensões em 2020 foi de 33.705 Euros. Adicionalmente durante 2020, o Grupo fez contribuições para o fundo de pensões Celbi (contribuição definida) (Nota 30) para alguns administradores, no montante de 23.803 euros.

A Altri, S.G.P.S., S.A. não possui qualquer plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

33. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos” no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era composta como se segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Subsídios ao investimento e à exploração	4 914 935	7 513 289
Ganhos obtidos na alienação e abate de ativos fixos	197 686	235 220
Ganhos em instrumentos derivados	—	3 241 017
Indemnizações relativas a sinistros	502 595	3 178 284
Indemnizações relativas a seguros de crédito	—	2 206 855
Outros	1 452 431	1 609 528
	<u>7 067 647</u>	<u>17 984 193</u>

34. OUTROS GASTOS

A rubrica da demonstração dos resultados “Outros gastos” no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era composta como se segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Impostos diretos e taxas	2 036 702	1 790 133
Perdas em instrumentos derivados	—	339 938
Donativos	94 057	147 167
Dívidas incobráveis	—	2 262 176
Outros	923 860	1 776 662
	<u>3 054 619</u>	<u>6 316 076</u>

35. RESULTADOS FINANCEIROS

Os gastos e rendimentos financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Gastos financeiros:		
Juros suportados (Nota 21)	11 664 006	12 226 800
Gastos com juros relacionados com passivos da locação	2 578 098	2 547 226
Diferenças de câmbio desfavoráveis	7 452 157	2 352 765
Perdas em instrumentos derivados	4 753 067	5 326 620
Outros gastos e perdas financeiras	1 297 476	3 071 530
	<u>27 744 804</u>	<u>25 524 941</u>
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos	374 110	332 130
Diferenças de câmbio favoráveis	1 862 290	2 707 410
Ganhos em instrumentos derivados	1 478 455	916 148
Outros rendimentos e ganhos financeiros	459 017	2 583
	<u>4 173 872</u>	<u>3 958 271</u>

As rubricas “Ganhos em instrumentos derivados” e “Perdas em instrumentos derivados” correspondem a ganhos e perdas, respetivamente, resultantes da variação do justo valor de derivados em vigor no final de cada exercício e a perdas em instrumentos derivados resultantes de juros corridos e do vencimento ou liquidação de instrumentos derivados (Nota 28).

A rubrica “Outros gastos e perdas financeiras” inclui entre outros, despesas incorridas com a montagem de empréstimos, que se encontram a ser reconhecidas como custo ao longo do período de vida do respetivo empréstimo (Nota 21).

36. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

A rubrica da demonstração dos resultados “Amortizações e depreciações” relativa a exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é composta como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	64 486 141	63 084 750
Ativo sob direito de uso (Nota 8.1)	9 332 198	8 853 802
Ativos intangíveis (Nota 10)	3 087 607	3 408 201
	<u>76 905 946</u>	<u>75 346 753</u>

37. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	31.12.2020	31.12.2019
Número de ações para efeito de cálculo do resultado líquido básico e diluído	205 131 672	205 131 672
Resultado para efeito do cálculo do resultado por ação	34 977 248	100 826 022
Resultado por ação		
Básico	0,17	0,49
Diluído	0,17	0,49

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem efeitos diluidores do número de ações em circulação.

38. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo Altri, apresenta os seguintes segmentos reportáveis:

- i) Pasta – Constituído essencialmente pelas 3 unidades fabris de pasta de papel em Portugal, a Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A., situada na Figueira da Foz, a Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A., situada em Vila Velha de Ródão e a Caima – Indústria de Celulose, S.A. situada em Constância.
- ii) Energia - Constituído essencialmente pela Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias, contando com 5 centrais para produção de energia a partir de biomassa florestal, para venda para a rede pública.

O Grupo identificou estes dois segmentos reportáveis, tendo em consideração o facto de se tratarem de unidades que desenvolvem atividades para as quais se podem identificar separadamente receitas e despesas e em relação às quais é produzida informação financeira separada. Face a 31 de dezembro de 2019, o Grupo procedeu a uma revisão do seu método de monitorização das operações, deixando de distinguir o segmento outros do segmento pasta. A identificação dos segmentos reportáveis pelo Grupo é consistente com a forma como o Conselho de Administração gere, controla e sobre os quais esta toma decisões.

O contributo dos segmentos de negócio para a demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Energia	Pasta	Total	Eliminações	Consolidado
Rendimentos Operacionais:					
Vendas	86 863 632	517 641 493	604 505 125	—	604 505 125
Vendas - intersegmental	3 013 987	360 722 818	363 736 805	(363 736 805)	—
Prestações de serviços	—	4 075 916	4 075 916	—	4 075 916
Prestações de serviços - intersegmental	—	52 516 404	52 516 404	(52 516 404)	—
Outros rendimentos	222 412	6 845 235	7 067 647	—	7 067 647
Outros rendimentos - intersegmental	25	1 092 533	1 092 558	(1 092 558)	—
Variação de justo valor dos ativos biológicos	—	1 246 135	1 246 135	—	1 246 135
Total de rendimentos operacionais	90 100 056	944 140 534	1 034 240 590	(417 345 767)	616 894 823
Gastos Operacionais:					
Custo das vendas	(39 028 957)	(606 768 883)	(645 797 840)	358 462 391	(287 335 449)
Fornecimento de serviços externos	(17 920 493)	(200 087 442)	(218 007 935)	59 137 645	(158 870 290)
Custos com o pessoal	—	(39 022 705)	(39 022 705)	10 735	(39 011 970)
Amortizações e depreciações	(14 691 595)	(62 214 351)	(76 905 946)	—	(76 905 946)
Provisões e perdas por imparidade	41	1 754 745	1 754 786	—	1 754 786
Outros gastos	(129 538)	(3 140 358)	(3 269 896)	215 277	(3 054 619)
Total de gastos operacionais	(71 770 542)	(909 478 994)	(981 249 536)	417 826 048	(563 423 488)
Resultados operacionais	18 329 514	34 661 540	52 991 054	480 281	53 471 335
Resultados relativos a investimentos					30 111
Resultados financeiros					(23 570 932)
Resultados antes de impostos e CESE					29 930 514
Impostos sobre o rendimento					7 036 029
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)					(1 998 064)
Resultado líquido do exercício					34 968 479
Atribuível a:					
Detentores de capital próprio da empresa-mãe					34 977 248
Interesses sem controlo					(8 769)
					34 968 479

O contributo dos segmentos de negócio para a demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Energia	Pasta	Total	Eliminações	Consolidado
Rendimentos Operacionais:					
Vendas	64 283 355	667 149 376	731 432 731	—	731 432 731
Vendas - intersegmental	4 940 454	333 332 837	338 273 291	(338 273 291)	—
Prestações de serviços	—	4 102 901	4 102 901	—	4 102 901
Prestações de serviços - intersegmental	—	56 092 235	56 092 235	(56 092 235)	—
Outros rendimentos	851 448	17 132 745	17 984 193	—	17 984 193
Outros rendimentos - intersegmental	—	4 892 099	4 892 099	(4 892 099)	—
Variação de justo valor dos ativos biológicos	—	1 936 954	1 936 954	—	1 936 954
Total de rendimentos operacionais	70 075 257	1 084 639 147	1 154 714 404	(399 257 625)	755 456 779
Gastos Operacionais:					
Custo das vendas	(29 821 429)	(586 696 937)	(616 518 366)	330 895 583	(285 622 783)
Fornecimento de serviços externos	(17 947 434)	(228 798 094)	(246 745 528)	63 964 477	(182 781 051)
Custos com o pessoal	—	(40 337 841)	(40 337 841)	18 286	(40 319 555)
Amortizações e depreciações	(13 371 361)	(61 975 392)	(75 346 753)	—	(75 346 753)
Provisões e perdas por imparidade	(15 964)	(7 257 967)	(7 273 931)	—	(7 273 931)
Outros gastos	(82 426)	(10 412 408)	(10 494 834)	4 178 758	(6 316 076)
Total de gastos operacionais	(61 238 614)	(935 478 639)	(996 717 253)	399 057 104	(597 660 149)
Resultados operacionais	8 836 643	149 160 508	157 997 151	(200 521)	157 796 630
Resultados relativos a investimentos					28 812
Resultados financeiros					(21 566 670)
Resultado antes de impostos					136 258 772
Impostos sobre o rendimento					(35 436 397)
Resultado líquido do exercício					100 822 375
Atribuível a:					
Detentores de capital próprio da empresa-mãe					100 826 022
Interesses sem controlo					(3 647)
					100 822 375

O investimento líquido total dos segmentos de negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

(milhares de euros)	31.12.2020			31.12.2019		
	Energia	Pasta	Consolidado	Energia	Pasta	Consolidado
Investimento líquido total	3 357	33 734	37 091	28 927	41 520	70 448

Investimento líquido total - diz respeito aos pagamentos no exercício relativos a aquisições de ativos fixos tangíveis relacionados com a atividade operacional dos segmentos Pasta e Energia.

Geograficamente, a repartição das vendas e prestações de serviços do Grupo por mercado é como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Mercado interno	206 982 843	205 486 455
Mercado externo	401 598 198	530 049 177
	<u>608 581 041</u>	<u>735 535 632</u>

39. GASTOS COM PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral foi de 766 e 759, respetivamente.

Em 31 de dezembro 2020 e 2019 a rubrica “Gastos com o pessoal” apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2020	31.12.2019
Remunerações	29 715 472	30 842 701
Encargos sobre remunerações	6 046 954	5 896 549
Indemnizações	286 738	335 673
Seguros	947 553	784 437
Custos com pensões	565 649	554 541
Outros	1 449 604	1 905 654
	<u>39 011 970</u>	<u>40 319 555</u>

40. FORNECIMENTO DE SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro 2020 e 2019 a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2020	31.12.2019
Energia	26 139 646	31 832 438
Transportes de mercadorias	33 109 301	36 458 408
Serviços especializados	26 000 006	25 836 912
Combustíveis	10 485 126	17 806 158
Custos com atividade florestal	18 667 078	19 696 475
Conservação e reparação	20 985 442	26 341 740
Rendas e alugueres	2 171 579	2 215 256
Seguros	6 377 620	6 540 407
Subcontratos	6 051 823	6 124 330
Outros	8 882 669	9 928 927
	<u>158 870 290</u>	<u>182 781 051</u>

Em 31 de dezembro de 2020, a variação nas rubricas Energia e Combustíveis, é essencialmente explicada por uma maior eficiência no consumo. Na rubrica Energia a variação é ainda explicada pela diminuição do preço unitário da energia comprada.

Em 31 de dezembro de 2020, a variação na rubrica Transporte de mercadorias, é essencialmente explicada pela diminuição dos volumes de importação de estilha.

Em 31 de dezembro de 2020, a variação na rubrica Conservação e Reparação, é essencialmente explicada pelo facto de em 2019 ter existido a necessidade de realização de trabalhos de manutenção pontuais nas fábricas, não se tendo tal necessidade, verificado na mesma dimensão em 2020. Relativamente às centrais de produção de energia, em 2019 as paragens anuais foram de duração superior às realizadas no decorrer do exercício de 2020.

41. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O total de honorários suportados pelo Grupo Altri relativamente a serviços prestados pelas empresas do universo EY Audit & Associados - SROC, S.A. em 2020 e 2019 ascenderam a 142 mil euros e 130 mil Euros, respetivamente. Referem-se a serviços de auditoria e revisão legal das contas, e incluem, em 2020, o montante de 5.000 euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

42. APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

No que respeita ao exercício de 2019, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, o qual foi aprovado em Assembleia Geral realizada a 30 de abril de 2020, que o resultado líquido individual da Altri, SGPS, S.A. no montante de 114.428.315 Euros, tivesse a seguinte aplicação:

Dividendos	61.539.502 euros
Reservas livres	52.888.813 euros

O que corresponde a um dividendo total de 0,30 Euros/ação.

No que respeita ao exercício de 2020, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, que o resultado líquido individual da Altri, SGPS, S.A. no montante de 95.148.555 Euros, tenha a seguinte aplicação:

Dividendos	51.282.918 euros
Reservas livres	43.865.637 euros

A distribuição de lucros do exercício ora proposta implicará o pagamento de um dividendo bruto de 0,25 Euros por ação.

43. INFORMAÇÃO RELATIVA A MATÉRIAS AMBIENTAIS

No âmbito do Protocolo de Quioto, a União Europeia comprometeu-se a reduzir a emissão de gases de efeito de estufa. Neste contexto, foi emitida uma Diretiva Comunitária que prevê a comercialização das chamadas “Licenças de emissão de CO₂”, entretanto transposta para a legislação portuguesa e que é aplicável, a partir de 1 de janeiro de 2005, entre outras, à indústria de pasta e papel.

Pela publicação do Despacho conjunto nº 38/2013 de 15 de março de 2013, foi efetuada a distribuição pelo Governo Português das “Licenças de emissão de CO₂” às diversas empresas portuguesas abrangidas, estando prevista a atribuição, a título gratuito, de licenças para a emissão de 89.945 toneladas de CO₂ às empresas do Grupo para o ano de 2016. Caso as emissões reais sejam superiores às “Licenças de emissão de CO₂” atribuídas, o Grupo terá de adquirir as licenças em falta no mercado. A entrega das “Licenças de emissão de CO₂”, correspondente às emissões reais realizadas num exercício, é efetuada no início do ano seguinte, estando os valores apresentados pelas empresas relativos às emissões reais efetuadas sujeitos a certificação por uma entidade independente.

Considerando que estas licenças se referem ao período 2013-2020, com base nos dados previsionais de emissão de CO₂, não se estimam encargos significativos para o Grupo em consequência da entrada em vigor desta legislação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção do Conselho de Administração que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados dos quais resultem encargos materialmente relevantes para o Grupo Altri.

44. EVENTOS SUBSEQUENTES

A magnitude, extensão e durabilidade do atual contexto de pandemia Covid-19, irá depender da eficácia do processo de vacinação em massa, bem como da eficácia de eventuais medidas de contenção adicionais definidas pelos governos. Acreditamos que a conjugação destes vários fatores, definirão os efeitos sobre a economia global e sobre os padrões de consumo.

De 31 de dezembro de 2020 até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros do Grupo Altri e do conjunto das empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas incluídas na consolidação.

O Conselho de Administração

Alberto João Coraceiro de Castro

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Domingos José Vieira de Matos

Laurentina da Silva Martins

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça

Maria do Carmo Guedes Oliveira

Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo

José Armindo Farinha Soares de Pina

José António Nogueira dos Santos

Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS ANEXAS

ALTRI, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31.12.2020	31.12.2019
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	7	7 200 496	7 348 173
Ativo sob direito de uso	8.1	218 041	222 168
Investimentos	4	180 988 177	180 988 177
Instrumentos financeiros derivados	17	—	—
Ativos por impostos diferidos	5	936 409	222 056
Total de ativos não correntes		189 343 123	188 780 574
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	20	9 341 541	13 225 077
Outras dívidas de terceiros	11 e 20	22 151 926	31 342 542
Imposto sobre o rendimento	5 e 10	15 851 988	8 817 574
Outros ativos correntes	12	694 369	17 446 387
Outros ativos financeiros	20	19 588 750	19 294 750
Instrumentos financeiros derivados	17	4 488 283	670 840
Caixa e equivalentes de caixa	9	154 809 495	114 056 218
Total de ativos correntes		226 926 352	204 853 388
Total do ativo		416 269 475	393 633 962
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		31.12.2020	31.12.2019
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	13	25 641 459	25 641 459
Reserva legal	13	5 128 292	5 128 292
Outras reservas	13	58 721 751	5 946 020
Resultado líquido do exercício		95 148 555	114 428 315
Total do capital próprio		184 640 057	151 144 086
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Outros empréstimos	14	219 386 078	219 116 700
Passivo da locação	8.2	124 418	140 625
Passivos por impostos diferidos	5	—	—
Provisões		479 712	479 712
Instrumentos financeiros derivados	17	1 053 386	919 120
Total de passivos não correntes		221 043 594	220 656 157
PASSIVO CORRENTE:			
Outros empréstimos	14	808 370	804 344
Passivo da locação	8.2	97 213	84 703
Fornecedores		117 406	98 665
Outras dívidas a terceiros	15 e 20	8 061 701	1 592 576
Imposto sobre o rendimento	5 e 10	—	—
Outros passivos correntes	16	1 232 011	18 118 461
Instrumentos financeiros derivados	17	269 123	1 134 970
Total de passivos correntes		10 585 824	21 833 719
Total do Passivo		231 629 418	242 489 876
Total do passivo e capital próprio		416 269 475	393 633 962

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, SGPS, S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Prestação de serviços	20	15 075 000	16 430 000
Outros rendimentos		256 939	—
Fornecimento e serviços externos		(1 379 716)	(1 113 993)
Gastos com pessoal	21	(3 911 074)	(2 616 132)
Amortizações e depreciações	7 e 8.1	(237 534)	(244 285)
Outros gastos		(126 649)	(1 180 312)
Resultados relativos a investimentos	18	90 000 000	110 000 000
Gastos financeiros	19	(4 707 650)	(6 240 992)
Rendimentos financeiros	19 e 20	798 361	817 496
Resultado antes de impostos		95 767 677	115 851 782
Impostos sobre o rendimento	5	(619 122)	(1 423 467)
Resultado líquido do exercício		95 148 555	114 428 315
Resultados por ação			
Básico	22	0,464	0,558
Diluído	22	0,464	0,558

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, SGPS, S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Resultado líquido do exercício	22	95 148 555	114 428 315
Outro rendimento integral:			
Itens que não serão reclassificados para o resultado líquido		—	—
Itens que futuramente podem ser reclassificados para o resultado líquido		—	—
Variação no justo valor dos derivados de cobertura dos fluxos de caixa - valor bruto	17	(145 913)	1 129 102
Variação no justo valor dos derivados de cobertura dos fluxos de caixa - efeito imposto	5	32 831	(254 021)
		(113 082)	875 081
Outro rendimento integral do exercício		(113 082)	875 081
Total do rendimento integral do exercício		95 035 473	115 303 396

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, SGPS, S.A.DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2019	13	25 641 459	5 128 292	17 555 907	135 210 911	183 536 569
Aplicação do resultado de 2018		—	—	135 210 911	(135 210 911)	—
Distribuição de dividendos		—	—	(147 694 804)	—	(147 694 804)
Impacto da aplicação da IFRS 16		—	—	(1 075)	—	(1 075)
Total do rendimento integral do exercício		—	—	875 081	114 428 315	115 303 396
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13	<u>25 641 459</u>	<u>5 128 292</u>	<u>5 946 020</u>	<u>114 428 315</u>	<u>151 144 086</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2020	13	25 641 459	5 128 292	5 946 020	114 428 315	151 144 086
Aplicação do resultado de 2019	23	—	—	114 428 315	(114 428 315)	—
Distribuição de dividendos	23	—	—	(61 539 502)	—	(61 539 502)
Total do rendimento integral do exercício		—	—	(113 082)	95 148 555	95 035 473
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13	<u>25 641 459</u>	<u>5 128 292</u>	<u>58 721 751</u>	<u>95 148 555</u>	<u>184 640 057</u>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, SGPS, S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		18 435 081	5 291 926
Pagamentos a fornecedores		(1 295 846)	(1 563 545)
Pagamentos ao pessoal		(2 567 630)	(2 574 540)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		2 197	(672 492)
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas		2 139 065	(10 100 291)
<i>Fluxos gerados pelas atividades operacionais (1)</i>		<u>16 712 867</u>	<u>(9 618 942)</u>
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	9	—	19 304 198
Dividendos	18	90 000 000	110 000 000
Juros e proveitos similares		376 933	679 484
Pagamentos relativos a:			
Investimentos financeiros	9	—	(5 000 000)
Outros ativos financeiros		(296 247)	—
Ativos fixos tangíveis		—	(41 614)
<i>Fluxos gerados pelas atividades de investimento (2)</i>		<u>90 080 686</u>	<u>124 942 068</u>
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	14	—	175 000 000
Outras operações de financiamento		2 796 588	12 650 945
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		(4 191 411)	(5 315 773)
Passivo da locação	8.2	(93 811)	(87 616)
Dividendos	23	(61 541 554)	(147 694 804)
Empréstimos obtidos	14	—	(140 000 000)
Outras operações de financiamento		(3 010 088)	(6 720 782)
<i>Fluxos gerados pelas atividades de financiamento (3)</i>		<u>(66 040 276)</u>	<u>(112 168 030)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	9	114 056 218	110 901 122
Variação de caixa e seus equivalentes: (1)+(2)+(3)		40 753 277	3 155 096
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	9	<u>154 809 495</u>	<u>114 056 218</u>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Altri, SGPS, S.A. ("Altri" ou "Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 1 de março de 2005, com sede na Rua Manuel Pinto Azevedo, 818, no Porto e que tem como atividade principal a gestão de participações sociais (Nota 4), sendo as suas ações cotadas na Euronext Lisbon.

A Altri dedica-se à gestão de participações sociais essencialmente na área industrial, sendo a empresa-mãe do grupo de empresas designado por Grupo Altri. As atividades atuais do Grupo Altri centram-se na produção de pasta branqueada de eucalipto através de três unidades produtivas e na produção de energia elétrica através do consumo de resíduos e biomassa florestal.

As demonstrações financeiras da Altri são apresentadas em Euros em valores arredondados à unidade, sendo esta a divisa utilizada pelo Grupo nas suas operações e como tal considerada a moeda funcional.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão no dia 6 de abril de 2021. A sua aprovação final está ainda sujeita a concordância da Assembleia Geral de Acionistas, sendo expectativa da Empresa e do Conselho de Administração que as mesmas serão aprovadas sem alterações significativas.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

Adicionalmente, não ocorreram alterações significativas nas principais estimativas utilizadas pela Empresa na preparação das demonstrações financeiras.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia ("IFRS-UE") em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2020. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRS - IC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa no pressuposto da continuidade das operações. As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados, os quais foram mensurados ao justo valor no final de cada período de reporte, tal como explicitado nas políticas contabilísticas abaixo.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS-UE requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas

estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.3.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é hierarquizada em três níveis (Nível 1, 2 e 3), os quais têm em consideração, nomeadamente, se os dados utilizados são observáveis em mercado ativo e a significância dos mesmos ao nível da valorização dos ativos / passivos ou na divulgação destes.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, a Empresa considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração.

Os ativos que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial são agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado; e

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

(i) Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2020:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	1-jan-2020	Corresponde a emendas em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um ativo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação.
Emenda à IAS 1 e IAS 8 – Definição de material	1-jan-2020	Corresponde a emendas para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A emenda altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras.
Emenda à IFRS 3 – Definição de negócio	1-jan-2020	Corresponde a emendas à definição de negócio, pretendendo clarificar a identificação de aquisição de negócio ou de aquisição de um grupo de ativos. A definição revista clarifica ainda a definição de output de um negócio como fornecimento de bens ou serviços a clientes. As alterações incluem exemplos para identificação de aquisição de um negócio.
Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform)	1-jan-2020	Corresponde a emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 relacionadas com o projeto de reforma das taxas de juro de benchmark (conhecido como “IBOR reform”), no sentido de diminuir o impacto potencial da alteração de taxas de juro de referência no relato financeiro, nomeadamente na contabilidade de cobertura.
Emenda à norma IFRS 16 – Locações – “Covid 19 Related Rent Concessions	1-jun-2020	Esta emenda introduz um expediente prático opcional pelo qual os locatários ficam dispensados de analisar se as concessões de renda, tipicamente suspensões ou reduções de renda, relacionadas com a pandemia “COVID-19” correspondem a modificações contratuais.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

(ii) Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 –Fase 2 - reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform)	1-jan-2021	Corresponde a emendas adicionais às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7, emitidas em 27 de agosto de 2020, relacionadas com a segunda fase do projeto de reforma das taxas de juro de benchmark (conhecido como “IBOR reform”), referente às alterações das taxas de juro de referência e os impactos ao nível de modificações de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de locação, contabilidade de cobertura e divulgações.
Emenda à norma IFRS 4 Contratos de Seguros – diferimento de IFRS 9	1-jan-2021	Corresponde a emenda à norma IFRS 4 que prolonga o diferimento de aplicação da IFRS 9 para exercícios iniciais em ou após 1 de janeiro de 2023.

Estas emendas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2020, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

(iii) Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adotadas

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas às normas IFRS 3, IAS 16, IAS 37 e Melhoramentos anuais 2018-2020	1-jan-2022	Estas emendas correspondem a um conjunto de atualizações às diversas normas mencionadas, nomeadamente - IFRS 3 - atualização da referência à estrutura concetual de 2018; requisitos adicionais para análise de obrigações de acordo com norma IAS 37 ou IFRIC 21 na data de aquisição; e clarificação explícita que ativos contingentes não são reconhecidos numa combinação de negócio. - IAS 16 – proibição de dedução ao custo de um ativo tangível de proveitos relacionados com a venda de produtos antes do ativo estar disponível para uso - IAS 37 – clarificação que custos de cumprimento de um contrato correspondem a custos diretamente relacionados com o contrato - Melhoramentos anuais 2018-2020 correspondem essencialmente a emendas em 4 normas, IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-2023	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes	1-jan-2023	Esta emenda publicada pelo IASB clarifica a classificação dos passivos como correntes e não correntes analisando as condições contratuais existentes à data de reporte.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

2.2 PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração utilizados pela Empresa na preparação das suas demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos fixos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações os gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado (genericamente 3 a 5 anos).

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis que correspondem, sobretudo, ao imóvel adquirido em 2018 para instalação da sede da Empresa e a equipamento administrativo encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem ao seguinte período de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento administrativo	3 a 10
Equipamento de transporte	4 a 8

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de serem utilizados.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registradas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

c) Direitos de uso

A Empresa avalia, no início de cada acordo, se o acordo é, ou contém, uma locação. Isto é, se transmite o direito de uso de um ativo ou ativos específicos por um determinado período de tempo em troca de uma contrapartida.

Empresa como locatário

A Empresa aplica o mesmo método de reconhecimento e mensuração a todas as locações, exceto para as locações de curto prazo e locações associadas a ativos de baixo valor. A Empresa reconhece um passivo relativo aos pagamentos da locação e um ativo identificado como direito de uso do ativo subjacente.

(i) Ativos sob direito de uso

À data de início da locação (isto é, data a partir da qual o ativo está disponível para uso), a Empresa reconhece um ativo relativo ao direito de uso. Os “Ativos sob direito de uso” são mensurados ao custo, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O custo compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido (caso aplicável).

O ativo sob direito de uso é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no prazo da locação.

Se a propriedade do ativo se transmitir para a Empresa no final do prazo da locação, ou o custo incluir uma opção de compra, as depreciações são calculadas rendo em conta a vida útil estimada do ativo.

(ii) Passivos da locação

À data de início da locação, a Empresa reconhece um passivo mensurado ao valor presente dos pagamentos de rendas a efetuar ao longo do acordo. Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos (caso aplicável) e pagamentos variáveis associados a um índice ou taxa. Os pagamentos incluem ainda, caso aplicável, o preço de exercício de uma opção de compra, que será exercida pela Empresa com uma certeza razoável, e pagamentos de penalizações por terminar o contrato, se os termos da locação refletirem a opção de exercício da Empresa.

O passivo da locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, sendo remensurado quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Pagamentos variáveis que não estejam associados a quaisquer índices ou taxas são reconhecidos como gasto do exercício, no exercício em que ocorre o evento ou condição que leva ao pagamento.

Para o cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, a Empresa usa a sua taxa de juro incremental à data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita ao contrato não é prontamente determinável. Após essa data, o montante do passivo da locação é aumentado por acréscimo de juros e reduzido por pagamentos de rendas efetuados. Adicionalmente, o valor é remensurado se ocorrer alguma alteração nos termos do acordo, no valor das rendas (e.g., alterações dos pagamentos futuros causadas por uma alteração de um índice ou taxa utilizados para

determinar esses pagamentos) ou uma alteração da avaliação de uma opção de compra associada ao ativo subjacente.

(iii) Locações de curto prazo e locações de baixo valor

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento às suas locações de curto prazo de ativos (i.e., locações com prazos de 12 meses ou inferiores e não contêm uma opção de compra). A Empresa aplica igualmente a isenção de reconhecimento a locações de ativos considerados de baixo valor. Os pagamentos de rendas de locações de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como gasto do exercício, ao longo do período da locação.

d) Imparidade dos ativos fixos tangíveis exceto Goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixem de existir, são objeto de reversão. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Outros rendimentos". Esta reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

e) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando a Empresa: (i) tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; (ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do Conselho de Administração a essa data.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor atual dos mesmos.

g) Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Altri tem controlo. Ou seja, detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, de tal modo que consigam influenciar, em resultado do seu envolvimento, o retorno das atividades da entidade detida e a capacidade de afetar esse retorno (definição de controlo utilizada pela Empresa).

Os empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm que ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjuntamente controlada.

Associadas correspondem a entidades sobre as quais a Empresa exerce influência significativa, isto é, sobre as quais a Empresa tem o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais e financeiras da investida, mas não correspondendo esse poder a controlo ou controlo conjunto sobre as mesmas.

A Altri realiza testes de imparidade aos investimentos financeiros sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras separadas não seja recuperável.

A análise de imparidade é efetuada com base na avaliação das participações financeiras, por recurso ao método “discounted cash-flow”, tendo como base as projeções financeiras de cash-flow a cinco anos de cada, e a perpetuidade a partir do quinto ano, deduzido do justo valor dos passivos das entidades.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Os dividendos recebidos destes investimentos são registados como ganhos relativos a investimentos, quando atribuídos. Os dividendos são registados na demonstração dos resultados na rubrica “Resultados relativos a investimentos”.

h) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira da Altri quando esta se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos ativos e passivos financeiros (que

não sejam ativos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração dos resultados.

Ativos financeiros

Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira. Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adotado pela Altri e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

Classificação de ativos financeiros

(i) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida de rendimento fixo e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado:

- o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

Para os ativos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, ativos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante pelo qual o mesmo é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

A receita associada aos juros é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Rendimentos financeiros", através do método da taxa de juro efetiva, para os ativos financeiros registados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juro efetiva à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

Os instrumentos de dívida e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente a justo valor através de outro rendimento integral:

- o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo prevê quer o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, quer a sua alienação; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

(ii) Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, a Empresa pode efetuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio

(ações) a justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

Um instrumento de capital é mantido para negociação se:

- ele for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo;
- no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulado gerado com estes instrumentos financeiros não é reclassificado para a demonstração dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de “Resultados transitados”.

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados. Estes ativos incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensurados ao justo valor.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

Imparidade de ativos financeiros

A Altri reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os ativos financeiros acima referidos é atualizada a cada data de relato de forma a refletir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas para crédito concedido (contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros) são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores da Empresa nos últimos anos, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro.

A perda por imparidade destes ativos é registada em função das perdas por imparidade esperadas (“*expected credit losses*”) daqueles ativos financeiros. O montante de perdas esperadas é atualizado em cada data de reporte para refletir alterações no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respetivo instrumento financeiro. O valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício em que tal situação ocorra.

De acordo com a abordagem simplificada prevista, a Altri reconhece as perdas por imparidade esperadas para a vida económica das contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros ("lifetime"). As perdas esperadas sobre estes ativos financeiros são estimadas utilizando uma matriz de imparidade baseada na experiência histórica de perdas por imparidade da Altri, afetada por fatores prospetivos específicos relacionados com o risco de crédito esperado dos devedores, pela evolução das condições económicas gerais e por uma avaliação das circunstâncias atuais e perspetivadas à data de reporte financeiro.

Mensuração e reconhecimento das *expected credit losses*

A mensuração das perdas por imparidade esperadas reflete a probabilidade estimada de *default*, a probabilidade de perda devido a esse *default* (i.e. a magnitude da perda caso ocorra um *default*) e a exposição real da Altri a esse *default*. A Altri considera 60 dias após a data de vencimento como "*default*".

A avaliação da probabilidade de *default* e de perda devido a esse *default* é baseada na informação histórica existente, ajustada de informação previsional futura conforme acima descrito.

Quanto à exposição ao *default*, para ativos financeiros, a mesma é representada pelo valor contabilístico bruto dos ativos em cada data de reporte. Para ativos financeiros, a perda por imparidade esperada é estimada como a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Empresa em conformidade com o acordado entre as partes e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

A Altri reconhece ganhos e perdas relativos às imparidades na demonstração dos resultados para todos os instrumentos financeiros, com os correspondentes ajustamentos ao seu valor contabilístico através da rubrica de perdas por imparidade acumulada na demonstração da posição financeira.

Fruto da rigorosa política de controlo de crédito da Altri os créditos incobráveis têm sido quase inexistentes.

A Altri avalia as perdas de imparidade esperadas, de acordo com a IFRS 9.

O modelo utilizado para apuramento das imparidades de contas a receber consiste em:

- Estratificação dos clientes por tipo de rédito associado;
- Análise do histórico de incobráveis e *default* para as subpopulações identificadas;
- Segregação dos saldos em aberto tendo em consideração a existência de seguro de crédito e cartas de crédito;
- Para os saldos não cobertos por seguro de crédito apuramento da taxa histórica de incobráveis nos últimos dois anos;
- Ajustar as taxas obtidas acima com uma componente *forward looking* com base em projeções futuras de evolução do mercado;
- Aplicar as taxas apuradas ao saldo de clientes em aberto na data de relato.

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Altri, estando, portanto, ao seu justo valor.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Altri aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito, a Altri calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Altri calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos de caixa contratuais até à maturidade do ativo. A avaliação do risco de crédito é efetuada de acordo com os critérios divulgados nas políticas de gestão de risco crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Altri desreconhece um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua propriedade para outra entidade. Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controle do ativo, a Altri continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Altri também reconhece o passivo correspondente, o ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Altri reteve. Se a Altri reter substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um ativo financeiro transferido, a Altri continua a reconhecer o mesmo e reconhece adicionalmente um empréstimo pelo montante entretanto recebido.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a sua quantia escriturada e a soma da retribuição recebida e a receber é reconhecida na demonstração dos resultados.

Por outro lado, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital registrado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação é reclassificado para a demonstração dos resultados.

No entanto, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital designado no reconhecimento inicial irrevogavelmente como registrado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação não é reclassificado para a demonstração dos resultados, mas sim transferido para a rubrica de “Resultados transitados”.

iv) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Classificação como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados como passivo ou como capital próprio de acordo com a substância contratual da transação.

Capital próprio

São considerados pela Altri instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que a Altri detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela Altri são reconhecidos pelo montante recebido, líquido dos custos diretamente atribuíveis à sua emissão.

A recompra de instrumentos de capital próprio emitidos pela Altri (ações próprias) é contabilizada pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de ações próprias são registrados na rubrica “Outras reservas”.

Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros são registrados ao justo valor através da demonstração dos resultados quando:

- o passivo financeiro resultar de uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de atividades empresariais;
- quando o passivo for devido para negociação; ou
- quando o passivo for designado para ser registrado a justo valor através da demonstração dos resultados.

Um passivo financeiro é classificado como devido para negociação se:

- for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afetado a uma operação de cobertura).

Os passivos financeiros registrados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo seu justo valor com os respectivos ganhos ou perdas decorrentes da sua variação reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto se estiverem afetados a operações de cobertura.

Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são designados para registro ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juro efetiva.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo fees e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do passivo financeiro na sua quantia escriturada na data do seu reconhecimento inicial.

Tipologias de passivos financeiros

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração da Empresa utilizar essa fonte de financiamento igualmente por um período superior a um ano.

Os outros passivos financeiros referem-se, essencialmente, a passivo da locação, as quais são inicialmente registadas pelo seu justo valor. Estes passivos financeiros são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

Desreconhecimento de passivos financeiros

A Empresa desreconhece passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações da Empresa são liquidadas, canceladas ou expiraram.

A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida na demonstração dos resultados.

Quando a Empresa troca com um determinado credor um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

De igual forma, a Empresa contabiliza as modificações substanciais nos termos de uma responsabilidade existente, ou em parte dela, como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Caso a modificação não seja substancial, a diferença entre: (i) a quantia escriturada do passivo antes da modificação; e (ii) o valor presente dos fluxos de caixa futuros após a modificação é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda da modificação.

Instrumentos derivados

A Altri utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Até 1 de janeiro de 2018, a Altri designava todos os contratos *forward* como instrumento de cobertura. Qualquer ganho ou perda decorrente de alterações no justo valor dos derivados eram registados diretamente na demonstração dos resultados, exceto a parcela eficaz das coberturas de fluxos de caixa as quais eram registadas no Outro rendimento integral e posteriormente reclassificadas para a demonstração dos resultados quando o item coberto afetava também a demonstração dos resultados. A partir de 1 de janeiro de 2018, a Empresa designa apenas o elemento à vista dos contratos *forward* como instrumento de cobertura. O elemento *forward* é reconhecido no Outro rendimento integral e acumulado numa componente separada de capital próprio.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura económica dos riscos podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transação a relação de cobertura se encontre identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- (ii) Exista a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da operação e ao longo da sua vida;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da operação e ao longo da sua vida;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa, a probabilidade da sua ocorrência deverá ser elevada.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro ou de câmbio o justifiquem, a Empresa procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como, entre outros, *interest rate swaps* (IRS), *collars* de taxa de juro e de câmbio ou *forwards* cambiais.

Na seleção dos instrumentos de cobertura a utilizar são essencialmente valorizadas as suas características em termos da cobertura dos riscos económicos que visam cobrir. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existentes, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

Os instrumentos de cobertura são registados pelo seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a atualização, para a data da demonstração da posição financeira, dos fluxos de caixa futuros do "leg" fixo e do "leg" variável do instrumento derivado.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas até então, que se encontram registadas em capital próprio na rubrica "Reservas de cobertura", são transferidas para resultados do

período, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objetivo específico de cobertura de riscos financeiros, não se enquadram nos requisitos acima referidos para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afetam diretamente a demonstração dos resultados, nas rubricas “Rendimentos financeiros” e “Gastos financeiros”.

Se a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa for interrompida, a quantia acumulada no Outro rendimento integral deve permanecer se se esperar que os fluxos de Caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção, assim que os fluxos de caixa coberto ocorram, qualquer quantia acumulada remanescente em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura” deve ser contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira se existir um direito presente de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

i) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

j) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor e considera a tributação diferida.

A Empresa é tributada segundo o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”), de acordo com o artigo 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, sendo a Altri SGPS, S.A. a sociedade dominante do Grupo fiscal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou substancialmente em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em subsidiárias e associadas por se considerar que se encontram satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- A Empresa é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- É provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

k) Rédito

A Altri reconhece o rédito de acordo com a IFRS 15, que estabelece que uma entidade reconheça o rédito para refletir a transferência de bens e serviços contratados pelos clientes, no montante que corresponda à consideração que a entidade espera ter direito a receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base no modelo de 5 passos abaixo:

- 1) identificação do contrato com um cliente;
- 2) identificação das obrigações;
- 3) determinação do preço da transação;
- 4) alocação do preço da transação a obrigações de performance; e
- 5) reconhecimento do rédito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de performance.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o rédito da Altri refere-se integralmente a serviços corporativos prestados às subsidiárias do Grupo, sendo os mesmos faturados trimestralmente sendo a fatura emitida no final do trimestre, pelos serviços prestados nesse trimestre.

O rédito é reconhecido líquido de bonificações, descontos e impostos (exemplo: descontos comerciais), e refere-se à consideração recebida ou a receber dos serviços vendidos em linha com a tipologia de negócio identificada. O rédito é reconhecido pelo montante da obrigação de performance satisfeita. Relativamente, ao preço da transação este é uma componente fixa.

A Empresa considera os factos e circunstâncias quando analisa os termos de cada contrato com clientes, aplicando os requisitos que determinam o reconhecimento e mensuração do rédito de forma harmonizada, quando se tratem de contratos com características e em circunstâncias semelhantes.

l) Especialização dos exercícios

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do

momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registradas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes”, “Outros ativos não correntes” e “Outros passivos não correntes”.

m) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“*non adjusting events*”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

n) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica do passivo corrente “Empréstimos bancários”.

o) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais (que englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional), de financiamento (que incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos) e de investimento (que incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis).

2.3 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Testes de imparidade de investimentos financeiros

As análises de imparidade requerem a determinação do justo valor e / ou do valor de uso dos ativos em questão (ou de algumas unidades geradoras de caixa). Este processo requer um elevado número de julgamentos, nomeadamente a estimação de fluxos de caixa futuros

associados aos ativos ou às respectivas unidades geradoras de caixa e a determinação de uma taxa de desconto apropriada para o apuramento do valor presente dos referidos fluxos de caixa. Neste particular, a Empresa, mais uma vez, estabeleceu o requisito de ser utilizada a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis. Estabeleceu ainda mecanismos de monitorização dos cálculos assentes no desafio crítico da razoabilidade dos pressupostos utilizados, da sua coerência e consistência (em situações similares).

b) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos foram utilizadas técnicas de valorização assentes em métodos de fluxos de caixa descontados ou em múltiplos de transações de mercado. A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é geralmente efetuada pelas entidades junto das quais os mesmos foram contratados (contrapartes). O Conselho de Administração da Empresa reconhece competência e objetividade às contrapartes.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

2.4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

A respeito das novas normas, interpretações, emendas e revisões às IFRS ver Nota 2.1.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas não tendo igualmente sido corrigidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Empresa encontra-se exposta basicamente a (a) risco de mercado, (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez. O principal objetivo da gestão de risco é o de reduzir estes riscos até um nível considerado aceitável.

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, sendo a sua implementação e acompanhamento supervisionados pelos administradores e diretores.

a) Risco de mercado

Reveste-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado o risco de taxa de juro.

(i) Risco de taxa de juro

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposta como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação ou especulação.

A exposição da Empresa à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objetivo da Empresa é limitar a volatilidade dos *cash-flows* e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Empresa permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

A maior parte dos instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na gestão do risco taxa de juro são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados. No entanto, existem alguns instrumentos derivados que, embora tenham sido contratados com o objetivo de cobertura do risco da taxa de juro, não se enquadram nos requisitos acima referidos para classificação como instrumentos de cobertura.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a sensibilidade da Empresa a alterações no indexante da taxa de juro de mais ou menos um ponto percentual, medida como a variação nos resultados financeiros pode ser analisada como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Juros suportados (Nota 19)	4 328 751	4 518 038
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	2 200 000	2 200 000
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	(2 200 000)	(2 200 000)

A análise de sensibilidade acima foi calculada com base na exposição à taxa de juro existente à data de final de cada exercício. Para esta análise foi tido como pressuposto base que a estrutura de financiamento (ativos e passivos remunerados) se manteve estável ao longo do ano e semelhante à apresentada no final do exercício.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento das contrapartes.

A Altri é uma sociedade gestora de participações sociais, não tendo qualquer atividade comercial para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações e de prestação de serviços corporativos às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a Empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias (quando aplicável).

Considera-se que os saldos de empréstimos concedidos têm risco de crédito baixo, pelo que, consequentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Altri cumpre os seguintes princípios:

- Só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham sido selecionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional, as respetivas notações de rating e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;

- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi efetuada com base numa abordagem conservadora;
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados.

Tendo em conta as políticas acima, o Conselho de Administração da Altri não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas.

No caso dos empréstimos a subsidiárias, não existe nenhuma política de gestão risco de crédito específica, uma vez que a concessão de empréstimos a subsidiárias faz parte da atividade normal da Empresa.

c) Risco de liquidez

O objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a Empresa tem capacidade para liquidar ou cumprir as suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas, cumprindo todos os compromissos assumidos com terceiros no prazo estipulado.

A Empresa define como política ativa (i) manter um nível suficiente de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face aos pagamentos necessários no seu vencimento, (ii) limitar a probabilidade de incumprimento no reembolso de todas as suas aplicações e empréstimos negociando a amplitude das cláusulas contratuais e (iii) minimizar o custo de oportunidade de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Procura ainda compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, através de uma gestão agilizada das suas maturidades.

4. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “Investimentos” era constituída pelas seguintes participações financeiras:

Empresa	Percentagem de detenção	31.12.2020	31.12.2019
		Demonstração da Posição Financeira	Demonstração da Posição Financeira
Altri, Participaciones Y Trading, S.L.	100%	142 168 546	142 168 546
Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. (a)	45%	36 769 631	36 769 631
Altri Abastecimento de Madeira, S.A.	100%	2 050 000	2 050 000
Pulpchem Logistics, A.C.E.	50%	—	—
		180 988 177	180 988 177

(a) Anteriormente designada por Bioelétrica da Foz, S.A.

Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa alienou a uma empresa subsidiária do Grupo Altri, pelo seu valor contabilístico, a participação detida na empresa Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A..

No investimento da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. encontra-se incluído o montante de 5.917.500 euros referente a prestações acessórias concedidas à entidade que foram adquiridos aquando da aquisição de 45% do capital social sociedade. É entendimento do Conselho de Administração que o referido montante confere um investimento de longo prazo sem perspetiva de reembolso, conferindo uma natureza de investimento em capital da entidade, pelo que o montante foi apresentado juntamente com o restante investimento financeiro. Atendendo ao montante foi

entendimento do Conselho de Administração que o mesmo deveria ser igualmente reclassificado para efeitos comparativos.

Adicionalmente, a Altri preparou demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios de mensuração e reconhecimento das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, as quais apresentam os principais dados financeiros seguintes:

	31.12.2020	31.12.2019
Total do ativo líquido consolidado	1 485 974 878	1 482 450 680
Total do capital próprio consolidado	445 320 909	466 042 935
Resultado consolidado do exercício	34 968 479	100 822 375

Os testes de imparidade efetuados pela Altri sobre as suas participações financeiras nas contas individuais permitiram verificar a inexistência de imparidade. Os testes de imparidade foram efetuados com base num conjunto diverso de informação sobre as empresas participadas da Altri SL, nomeadamente, estimativas dos fluxos de caixa descontados. As avaliações foram efetuadas com base nos desempenhos históricos e nas estimativas dos fluxos de caixa descontados tendo por base planos de negócios. Para as subsidiárias do segmento pasta, participadas da Altri SL, os planos de negócios foram realizados a 5 anos (uma vez que é entendimento do Conselho de Administração ser este o período mais adequado face à natureza cíclica das respetivas operações do Grupo), tendo sido considerado um preço de venda da pasta de papel de médio e longo prazo, não influenciado pelas oscilações positivas ou negativas de curto prazo. Para as subsidiárias do segmento energia, participadas da Greenvolt, os planos de negócios consideram o período das licenças de exploração.

Os principais pressupostos utilizados neste cálculo com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram os seguintes:

	31.12.2020		31.12.2019
	Pasta	Energia	
Taxa de Inflação	1,02%	1,02%	1,40%
Taxa de desconto	6,55%	5,30%	6,75%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,00%	n.a. (b)	2,00%

(b) Os planos de negócios para o setor da Energia consideram o período das licenças de exploração

A taxa de desconto líquida de imposto (pelo facto de os fluxos de caixa utilizados nas projeções financeiras serem também líquidos de imposto) utilizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de 6,55% na pasta e 5,30% na energia, a qual foi calculada com base na metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), considerando os seguintes pressupostos:

	31.12.2020	31.12.2019
Taxa de juro sem risco	0,06%	1,32%
Prémio de risco dos capitais próprios	4,72%	5,20%
Prémio de risco da dívida	3,50%	3,50%

Da análise efetuada a Empresa concluiu pela existência de uma margem confortável face ao ponto a partir do qual os investimentos estariam em risco de imparidade.

5. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, por parte das autoridades fiscais, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa desde 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"), sendo a Altri a sociedade dominante do Grupo fiscal o qual, desde 1 de janeiro de 2016, é constituído pelas seguintes entidades:

- Altri Florestal, S.A.;
- Altri Abastecimento de Madeira, S.A.;
- Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.;
- Caima Indústria de Celulose, S.A.;
- Captaraíz Unipessoal, Lda.;
- Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A.;
- Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A.;
- Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A.;
- Soc. Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.;
- Viveiros do Furadouro Unipessoal, Lda..

Com referência a 1 de janeiro de 2020, as seguintes entidades encontram-se abrangidas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS") da Altri:

- GREENVOLT – Energias Renováveis, S.A. (anteriormente designada por Bioelétrica da Foz, S.A.);
- Bioródão, S.A.;
- Ródão Power - Energia e Biomassa do Ródão, S.A.;
- Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A..

Cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica "Empresas do grupo" (Notas 11 e 15). Nos casos em que as subsidiárias contribuem com prejuízos é registado, nas demonstrações financeiras individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime (Nota 20). Caso sejam registados ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais gerados, o montante fica registado na Empresa por contrapartida de conta a pagar às entidades do Grupo.

Os ativos e passivos por impostos diferidos registados no exercício estão, essencialmente, relacionados com justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de taxa de juro, de taxa de câmbio e do preço da pasta e como tal foram registados em "Outro rendimento integral".

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a taxa base de imposto sobre os rendimentos em vigor foi de 21%. A Empresa está igualmente sujeita a derrama municipal à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor em Portugal durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a derrama estadual correspondeu à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável entre 7,5 e 35 milhões de Euros e de 9% sobre o lucro tributável acima de 35 milhões de Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Resultado antes de imposto	95 767 677	115 851 780
Taxa de imposto	22,5%	22,5%
	<u>21 547 727</u>	<u>26 066 651</u>
Dividendos não tributáveis	(20 250 000)	(24 750 000)
Outros	<u>(678 605)</u>	<u>106 816</u>
	<u>619 122</u>	<u>1 423 467</u>

Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa registou ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais no montante de 681.522 euros. Este montante corresponde aos prejuízos fiscais, no montante de aproximadamente 3,2 milhões de euros, com os quais as subsidiárias da entidade contribuíram para o RETGS em 2020 e que não foram utilizados no presente exercício. A data limite para a sua utilização é de 12 anos.

Os ativos por impostos diferidos foram registados na medida em que é expetativa do Conselho de Administração que, tal como nos últimos exercícios o RETGS, venha a gerar lucros tributáveis futuros que permitam a sua recuperabilidade. Em 31 de dezembro de 2019 não existiam prejuízos fiscais reportáveis.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi como segue:

	31.12.2020		31.12.2019	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	222 056	—	475 361	—
Efeitos na demonstração de resultados:				
Ativo sob direito de uso	—	—	400	—
Efeitos em capitais próprios:				
Justo valor de instrumentos derivados	32 831	—	(254 021)	—
Ativo sob direito de uso	—	—	316	—
Efeito do RETGS prejuízos fiscais	681 522	—	—	—
Saldo final	<u>936 409</u>	<u>—</u>	<u>222 056</u>	<u>—</u>

6. CLASSE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 2.2 h), foram classificados como segue:

Ativos financeiros:

31 de dezembro de 2020	Ativos financeiros registados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados ao justo valor	Total
Ativos correntes			
Clientes	9 341 541	—	9 341 541
Outras dívidas de terceiros	22 151 926	—	22 151 926
Outros ativos correntes	140 632	—	140 632
Outros ativos financeiros	19 588 750	—	19 588 750
Instrumentos financeiros derivados	—	4 488 283	4 488 283
Caixa e equivalentes de caixa	<u>154 809 495</u>	<u>—</u>	<u>154 809 495</u>
	<u>206 032 344</u>	<u>4 488 283</u>	<u>210 520 627</u>

31 de dezembro de 2019	Ativos financeiros registrados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados ao justo valor	Total
Ativos correntes			
Clientes	13 225 077	—	13 225 077
Outras dívidas de terceiros	31 342 542	—	31 342 542
Outros ativos correntes	16 906 095	—	16 906 095
Outros ativos financeiros	19 294 750	—	19 294 750
Instrumentos financeiros derivados	—	670 840	670 840
Caixa e equivalentes de caixa	114 056 218	—	114 056 218
	194 824 682	670 840	195 495 522

Passivos financeiros:

31 de dezembro de 2020	Passivos registrados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados ao justo valor	Total
Passivos não correntes			
Outros empréstimos	219 386 078	—	219 386 078
Passivos da locação	124 418	—	124 418
Instrumentos financeiros derivados	—	1 053 386	1 053 386
	219 510 496	1 053 386	220 563 882
Passivos correntes			
Outros empréstimos	808 370	—	808 370
Passivos da locação	97 213	—	97 213
Fornecedores	117 406	—	117 406
Outras dívidas a terceiros	7 032 822	—	7 032 822
Outros passivos correntes	1 232 011	—	1 232 011
Instrumentos financeiros derivados	—	269 123	269 123
	9 287 822	269 123	9 556 945
	228 798 318	1 322 509	230 120 827

31 de dezembro de 2019	Passivos registrados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados ao justo valor	Total
Passivos não correntes			
Outros empréstimos	219 116 700	—	219 116 700
Passivos da locação	140 625	—	140 625
Instrumentos financeiros derivados	—	919 120	919 120
	219 257 325	919 120	220 176 445
Passivos correntes			
Outros empréstimos	804 344	—	804 344
Passivos da locação	84 703	—	84 703
Fornecedores	98 665	—	98 665
Outras dívidas a terceiros	52 855	—	52 855
Outros passivos correntes	18 118 461	—	18 118 461
Instrumentos financeiros derivados	—	1 134 970	1 134 970
	19 159 028	1 134 970	20 293 998
	238 416 353	2 054 090	240 470 443

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

O quadro seguinte indica os instrumentos financeiros que são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

	31.12.2020			31.12.2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao justo valor:						
Derivados (Nota 17)	—	4 488 283	—	—	670 840	—
Passivos financeiros mensurados a justo valor:						
Derivados (Nota 17)	—	1 322 509	—	—	2 054 090	—

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem ativos financeiros cujos termos tenham sido renegociados e que caso não tivessem sido renegociados estariam-vencidos ou em imparidade.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2020					
Ativo bruto					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial	1 863 806	5 591 419	50 700	421 636	7 927 561
Aumentos	—	—	—	—	—
Alienações	—	—	—	—	—
Abates	—	—	—	—	—
Transferências	—	—	—	—	—
Saldo final	1 863 806	5 591 419	50 700	421 636	7 927 561
Amortizações acumuladas					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial	—	223 656	50 700	305 032	579 388
Aumentos	—	111 828	—	35 849	147 677
Alienações	—	—	—	—	—
Abates	—	—	—	—	—
Transferências	—	—	—	—	—
Saldo final	—	335 484	50 700	340 881	727 065
	1 863 806	5 255 935	—	80 755	7 200 496

31 de dezembro de 2019

Ativo bruto					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial	1 863 806	5 591 419	50 700	380 022	7 885 947
Aumentos	—	—	—	41 614	41 614
Alienações	—	—	—	—	—
Abates	—	—	—	—	—
Transferências	—	—	—	—	—
Saldo final	1 863 806	5 591 419	50 700	421 636	7 927 561

Amortizações acumuladas

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial	—	111 828	45 419	261 852	419 099
Aumentos	—	111 828	5 281	43 180	160 289
Alienações	—	—	—	—	—
Abates	—	—	—	—	—
Transferências	—	—	—	—	—
Saldo final	—	223 656	50 700	305 032	579 388
	1 863 806	5 367 763	—	116 604	7 348 173

8. DIREITO DE USO

8.1. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o movimento ocorrido no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2020		
Ativo Bruto		
	Equipamento de transporte	Total
Saldo inicial	360 268	360 268
Aumentos	85 730	85 730
Saldo final	445 998	445 998
Amortizações acumuladas		
	Equipamento de transporte	Total
Saldo inicial	138 100	138 100
Aumentos	89 857	89 857
Saldo final	227 957	227 957
	218 041	218 041
31 de dezembro de 2019		
Ativo Bruto		
	Equipamento de transporte	Total
Saldo inicial	320 954	320 954
Aumentos	39 314	39 314
Saldo final	360 268	360 268
Amortizações acumuladas		
	Equipamento de transporte	Total
Saldo inicial	54 105	54 105
Aumentos	83 995	83 995
Saldo final	138 100	138 100
	222 168	222 168

A rubrica "Equipamentos de transporte" respeita a contratos de locação de viaturas por prazos até 4 anos.

8.2. PASSIVO DA LOCAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o movimento ocorrido no valor do passivo da locação, foi o seguinte:

	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	225 327	268 239
Aumentos	85 730	39 314
Acréscimos de juros	4 385	5 390
Pagamentos	(93 811)	(87 616)
Saldo final	221 631	225 327
Corrente	97 213	84 703
Não corrente	124 418	140 625

Adicionalmente, foram reconhecidos em 2020 e 2019 os seguintes montantes de gastos relativos a ativos por direito de uso:

	31.12.2020	31.12.2019
Depreciação de ativos sob direito de uso	89 857	83 995
Gastos com juros relacionados com passivos de locação	4 385	5 390
Gastos relacionados com locações de curto prazo	—	7 714
Total do montante reconhecido na demonstração de resultados	94 242	97 099

O prazo de reembolso dos passivos da locação é como segue:

	2021	2022	2023	2024	>2024	Total
Passivo da locação	97 213	73 193	29 860	21 365	—	221 631
	97 213	73 193	29 860	21 365	—	221 631

	31.12.2019					Total
	2020	2021	2022	2023	>2023	Total
Passivo da locação	84 703	76 304	51 876	8 127	4 317	225 327
	84 703	76 304	51 876	8 127	4 317	225 327

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” era como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	81	420
Depósitos bancários	154 809 414	114 055 798
	154 809 495	114 056 218

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os recebimentos e pagamentos relativos a investimentos financeiros referem-se à subsidiária Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. relativos a suprimentos e prestações acessórias no montante líquido de 13,5 milhões de euros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os recebimentos relativos a investimentos financeiros incluem, igualmente, o montante recebido da subsidiária Altri Florestal, S.A. no montante de 850.000 euros, referente à venda da Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A..

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estas rubricas do ativo e do passivo tinham a seguinte composição:

	31.12.2020	31.12.2019
Saldos devedores:		
Imposto sobre o rendimento	15 851 988	8 817 574
Total imposto sobre o rendimento	15 851 988	8 817 574
	31.12.2020	31.12.2019
Saldos credores:		
Imposto sobre o rendimento	—	—
Total imposto sobre o rendimento	—	—
Imposto sobre o valor acrescentado	803 744	1 341 576
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	39 756	25 040
Contribuições para a Segurança Social	33 177	20 905
Outros impostos	152 202	152 200
Total outros impostos (Nota 15)	1 028 879	1 539 721

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo devedor “Imposto sobre o rendimento” inclui os pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta a receber deduzido do respetivo imposto sobre o rendimento a pagar do exercício efetuados pelo Grupo fiscal do qual a sociedade é a dominante (Nota 5).

11. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “Outras dívidas de terceiros” era composta como se segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Empresas do Grupo (Nota 20)		
RETGS	22 149 907	29 698 428
Outras dívidas	2 019	1 644 114
	22 151 926	31 342 542

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo na rubrica “Outras dívidas” diz essencialmente respeito a valores a receber de instituições financeiras e subsidiárias do Grupo Altri referentes a instrumentos derivados.

12. OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe dos “Outros ativos correntes” em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como se segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Acréscimo de rendimentos:		
Juros a receber	140 632	131 095
Outros acréscimos de rendimentos	—	16 775 000
Gastos a reconhecer:		
Outros gastos	553 737	540 292
	694 369	17 446 387

A rubrica “Outros gastos” inclui em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o montante de 479.712 Euros referente ao pagamento de uma liquidação adicional em sede de IRC relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003, que foi efetuada no exercício de 2008 pela Celulose do Caima SGPS, S.A. (empresa fusionada na Altri no exercício de 2014). A Celulose do Caima SGPS, S.A. pagou esse montante e registou-o em “Outros ativos correntes”, uma vez que impugnou esta liquidação, sendo

convicção do Conselho de Administração que esta liquidação adicional é indevida. No entanto, dada a probabilidade de sucesso, este montante encontra-se totalmente provisionado.

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica “Outros acréscimos de rendimentos” diz respeito aos acréscimos debitados às três unidades fabris do Grupo Altri, tal como previsto no Acordo de Produção de Pasta de Celulose. Este montante não tem impacto ao nível da demonstração de resultados da Empresa, dado que a Empresa funciona como agente faturando por conta de outras subsidiárias do Grupo, motivo pelo qual registou pelo mesmo montante um acréscimo de gasto (Notas 16 e 20). Em 31 de dezembro de 2020, em resultado da atividade e da aplicação dos mecanismos do contrato em vigor, não deu origem a quaisquer acréscimos de gastos ou rendimentos.

13. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era composto por 205.131.672 ações nominativas com o valor nominal de 12,5 cêntimos de Euro cada ação.

Em 31 de dezembro de 2020 não existiam pessoas coletivas com uma participação no capital subscrito de, pelo menos, 20% (33% em 31 de dezembro de 2019).

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da “reserva legal” até que esta represente, pelo menos, 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “Outras reservas” tinha a seguinte composição:

	31.12.2020	31.12.2019
Reservas de cobertura	(875 355)	(762 272)
Outras reservas e resultados transitados	59 597 106	6 708 292
	<u>58 721 751</u>	<u>5 946 020</u>

A rubrica “Reservas de cobertura” diz respeito ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados classificados como de cobertura de fluxos de caixa na componente eficaz de cobertura, líquido dos juros corridos e dos respetivos impostos diferidos (Notas 5 e 17).

A linha de “Outras reservas e resultados transitados” corresponde a resultados transitados e reservas livres, as quais de acordo com a legislação em vigor são distribuíveis aos acionistas da Empresa, após a consideração do resultado líquido do exercício e de adiantamentos sobre lucros. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2020 o montante de reservas distribuíveis ascende a 154.745.661 Euros.

14. OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica “Outros empréstimos” é como segue:

		31.12.2020			
		Valor Nominal		Valor Contabilístico	
		Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Outros empréstimos:					
Empréstimos obrigacionistas		—	220 000 000	808 370	219 386 078
	Total	—	220 000 000	808 370	219 386 078

		31.12.2019			
		Valor Nominal		Valor Contabilístico	
		Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Outros empréstimos:					
Empréstimos obrigacionistas		—	220 000 000	804 344	219 116 700
Total		—	220 000 000	804 344	219 116 700

As despesas incorridas com a montagem de empréstimos foram deduzidas ao seu valor nominal e são reconhecidas como juro ao longo do período de vida dos empréstimos (Nota 19).

Papel Comercial

A Empresa tem contratados programas de papel comercial renováveis com garantia de colocação no montante máximo de 15.000.000 Euros (15.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2019), sendo que em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não se encontravam a ser utilizados. Estes contratos vencem juros a uma taxa de juro correspondente à Euribor do prazo de emissão respetivo (entre 7 e 364 dias) acrescida de *spread*.

Empréstimos obrigacionistas

Em abril de 2014, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista no valor de 50.000.000 Euros com um prazo de 6 anos. Em 20 de fevereiro de 2015, a Altri SGPS assumiu a posição contratual detida pela sua participada Celbi, passando o empréstimo obrigacionista a denominar-se “ALTRI 2014/2020”. Em julho de 2017, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado deste financiamento, tendo emitido, na mesma data, um outro de igual montante, pelo prazo de 8 anos, denominado “ALTRI 2017/2025”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Altri SGPS procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas. O primeiro, emitido em 18 de abril de 2016, no valor de 40.000.000 Euros, com uma amortização de 20.000.000 Euros em abril de 2022 e reembolso final em abril de 2024. Em julho de 2019, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado da amortização de 20.000.000 Euros agendada para abril de 2022, passando o financiamento a ter um valor nominal de 20.000.000 Euros e vencimento final em abril de 2024. O segundo, emitido em 28 de novembro de 2016, no valor de 25.000.000 Euros, com vencimento em 28 de março de 2022, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*.

Em novembro de 2016, a Celbi emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 65.000.000 Euros e com vencimento em fevereiro de 2024, denominado “Celbi 2016/2024”. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2020, era detentora de obrigações “Celbi 2016/2024” no montante nominal de 8.500.000 Euros (8.500.000 Euros em 31 de dezembro de 2019).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas, ambos em 14 de julho de 2017: um no valor de 40.000.000 Euros com um prazo de 8 anos e outro no valor de 40.000.000 Euros com um prazo de 10 anos, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2020, era detentora de obrigações “Celbi 2017/2027” no montante nominal de 5.900.000 Euros (5.800.000 Euros em 31 de dezembro de 2019).

Também em 2017, a 6 de março, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 70.000.000 Euros, pelo prazo de 7 anos, com a designação “ALTRI 2017/2024”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, em 28 de maio de 2018, denominado “Celbi 2018/2028”, no valor de 50.000.000 Euros, com um prazo de 10 anos, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2020, era detentora de obrigações “Celbi 2018/2028” no montante nominal de 5.200.000 Euros (5.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2019).

A 15 de julho de 2019, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 55.000.000 Euros, pelo prazo de 5 anos, com a designação “ALTRI 2019/2024”.

Em 31 de dezembro de 2020, a reconciliação da variação da dívida bruta com os fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Saldo em 1 de janeiro	219 921 044	184 954 329
Pagamento de empréstimos obtidos	—	(140 000 000)
Recebimento de empréstimos obtidos	—	175 000 000
Variação dos encargos com emissão de empréstimos	273 404	(33 285)
Variação da Dívida	273 404	34 966 715
Saldo em 31 de dezembro	220 194 448	219 921 044

O prazo de reembolso dos outros empréstimos não correntes é como segue:

	31.12.2020					
	2021	2022	2023	2024	>2024	Total (valor nominal)
Empréstitos obligacionistas	—	25 000 000	—	145 000 000	50 000 000	220 000 000
	—	25 000 000	—	145 000 000	50 000 000	220 000 000
	31.12.2019					
	2020	2021	2022	2023	>2023	Total (valor nominal)
Empréstitos obligacionistas	—	—	25 000 000	—	195 000 000	220 000 000
	—	—	25 000 000	—	195 000 000	220 000 000

15. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “Outras dívidas a terceiros” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Empresas do Grupo (Nota 20)		
RETGS	2 479 856	—
Outros	4 507 407	—
Outras dívidas a terceiros	45 559	52 855
Contas a pagar ao Estado e outros entes publicos (Nota 10)	1 028 879	1 539 721
	<u>8 061 701</u>	<u>1 539 721</u>

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo na rubrica “Outros” diz essencialmente respeito a valores a pagar a subsidiárias do Grupo Altri referentes a instrumentos derivados (Nota 20).

16. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Encargos a liquidar		
Remunerações a liquidar	161 988	273 433
Outros encargos a liquidar	1 070 023	17 845 028
	<u>1 232 011</u>	<u>18 118 461</u>

Em 2019, a rubrica “Outros encargos a liquidar” diz essencialmente respeito ao acréscimo de gasto debitado às três unidades fabris do Grupo Altri, tal como previsto no Acordo de Produção de Pasta de Celulose (Notas 12 e 20).

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa tinha em vigor contratos relativos a instrumentos financeiros derivados associados a cobertura das variações da taxa de juro e contratos relativos a instrumentos financeiros derivados associados a cobertura da variação da taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa tinha em vigor contratos de instrumentos financeiros derivados para cobertura das variações do preço da pasta de papel, cuja maturidade expirou a 31 de dezembro de 2019. Todos estes instrumentos são registados de acordo com o seu justo valor.

A Empresa apenas utiliza derivados para cobertura de fluxos de caixa associados às operações geradas pela sua atividade e das empresas do Grupo.

O detalhe dos instrumentos financeiros derivados registados a 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como se segue:

	31.12.2020				31.12.2019			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados de taxa de juro	—	—	131 976	1 053 386	—	—	111 003	919 120
Derivados de taxa de câmbio	4 488 283	—	137 148	—	670 840	—	1 023 966	—
Derivados de cobertura do preço da pasta	—	—	—	—	—	—	—	—
	4 488 283	—	269 124	1 053 386	670 840	—	1 134 969	919 120

(i) Derivados de taxa de juro

Por forma a reduzir a sua exposição à volatilidade das taxas de juro, a Empresa contratou “swaps” de taxa de juro. Estes contratos foram avaliados de acordo com o seu justo valor em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tendo o correspondente montante sido reconhecido na rubrica “Instrumentos financeiros derivados”.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa tinha em vigor contratos de derivados de taxa de juro cujos montantes totais são como segue:

Tipo	Montante	Maturidade	Juro	Fixing	Justo valor	
					31.12.2020	31.12.2019
Interest rate swap	5 000 000	16/4/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,800%	—	(29 339)
Interest rate swap	5 000 000	16/4/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,620%	—	(24 763)
Interest rate swap	10 000 000	16/4/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,240%	—	(29 949)
Interest rate swap	15 000 000	16/4/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,000%	—	(26 952)
Interest rate swap	5 000 000	16/4/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,820%	(298 306)	(234 819)
Interest rate swap	5 000 000	16/4/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,806%	(294 721)	(225 130)
Interest rate swap	5 000 000	16/4/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,818%	(297 493)	(228 198)
Interest rate swap	5 000 000	16/4/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,805%	(294 841)	(230 973)
					(1 185 362)	(1 030 123)

De acordo com as políticas contabilísticas adotadas estes derivados cumprem com os requisitos para serem designados como instrumentos de cobertura de taxa de juro (Nota 2.2 h)).

O apuramento do justo valor dos derivados contratados pela Empresa foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem foram celebrados tais contratos). O modelo de avaliação destes derivados, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos *Cash Flows* descontados, i.e., utilizando as *Par Rates de Swaps*, cotadas no mercado interbancário, e disponíveis nas páginas *Reuters* e/ou *Bloomberg*, para os prazos relevantes, sendo calculadas as respetivas taxas *forwards* e fatores de desconto que servem para descontar os *cash flows* fixos (*leg* fixo) e os *cash flows* variáveis (*leg* variável). O somatório das duas parcelas resulta no Valor Atualizado Líquido dos *cash flows* futuros ou justo valor dos derivados.

(ii) Derivados de taxa de câmbio

A Altri, durante o exercício de 2020 e 2019, contratou “opções” de taxa de câmbio sobre dólares dos Estados Unidos, junto de instituições financeiras com o objetivo de transferir a referida posição para a sua subsidiária Celbi, de forma àquela empresa efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros e gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta nas suas operações. A necessidade de a Empresa atuar como intermediário resulta do seu maior peso e visibilidade junto dos mercados financeiros. Deste modo, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi efetuada a transferência para a Celbi da posição nos derivados contratados no montante de 4.351.135 Euros e 353.126 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 encontravam-se estabelecidos contratos de derivados de taxa de câmbio junto de instituições financeiras, cujos montantes totais são como segue:

Nocional USD / mês	Vencimento	31.12.2020		Asian Collar range (strikes médios)	
		Ativo	Passivo	Euro put / USD call	Euro call / USD put
8 000 000	1H2020	2 064 946	(18 738)	1,1306	1,1713
8 000 000	2H2020	2 423 337	(118 410)	1,1306	1,1713
		4 488 283	(137 148)		

Nocional USD / mês	Vencimento	31.12.2019		Asian Collar range (strikes médios)	
		Ativo	Passivo	Euro put / USD call	Euro call / USD put
11 000 000	1H2020	141 475	(535 270)	1,1252	1,1752
8 000 000	2H2020	529 365	(488 696)	1,1203	1,1659
		670 840	(1 023 966)		

O movimento ocorrido no justo valor dos instrumentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser detalhado como segue:

	Derivados de cobertura do preço da pasta	Derivados de taxa de juro	Derivados de taxa de câmbio	Total
2020				
Saldo inicial	—	(1 030 123)	(353 126)	(1 383 249)
Variação do justo valor				
Efeitos em capitais próprios	—	(145 913)	—	(145 913)
Efeitos em balanço	—	213 500	4 704 261	4 917 761
Efeitos na demonstração de resultados	—	(222 826)	—	(222 826)
Saldo final	—	(1 185 362)	4 351 135	3 165 774

	Derivados de cobertura do preço da pasta	Derivados de taxa de juro	Derivados de taxa de câmbio	Total
2019				
Saldo inicial	(1 174 941)	(788 929)	—	(1 963 870)
Variação do justo valor				
Efeitos em capitais próprios	—	(269 016)	1 398 118	1 129 102
Efeitos em balanço	1 174 941	432 708	(1 269 274)	338 375
Efeitos na demonstração de resultados	—	(404 886)	(481 970)	(886 856)
Saldo final	—	(1 030 123)	(353 126)	(1 383 249)

18. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

A rubrica da demonstração dos resultados “Resultados relativos a investimentos” diz respeito a dividendos distribuídos pelas empresas participadas (Nota 20).

19. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Gastos financeiros		
Juros suportados	4 328 751	4 518 038
Outros gastos e perdas financeiras	378 899	1 722 954
	<u>4 707 650</u>	<u>6 240 992</u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	368 755	256 574
Outros rendimentos financeiros	429 606	560 922
	<u>798 361</u>	<u>817 496</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros gastos e perdas financeiras” refere-se essencialmente a perdas em instrumentos derivados, custos suportados com a emissão de papel comercial e a comissões relativas a serviços bancários (Notas 14, 17 e 20).

20. PARTES RELACIONADAS

As empresas do Grupo Altri têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas. Todas estas transações são efetuadas a preços de mercado.

Os principais saldos com entidades relacionadas a 31 de dezembro de 2020 e 2019 são detalhados como se segue:

31 de dezembro de 2020

	Saldos devedores			Saldos credores		
	Clientes	RETGS (Nota 11)	Outros ativos financeiros correntes	Fornecedores	RETGS (Nota 15)	Outras dívidas a terceiros
Celtejo	1 470 465	—	—	—	2 477 170	—
Altri Florestal	38 130	2 838 697	—	—	—	—
Inflora	15 373	299 328	—	—	—	—
Caima Indústria	797 655	1 080 325	—	1 389	—	—
Viveiros do Furadouro	47 970	26 897	—	—	—	—
Captaraiz	10 763	—	—	—	1 457	—
Caima Energia	74 415	3 185 685	—	—	—	—
Altri Abastecimento de Madeira	117 465	576 819	—	—	—	—
Celbi	5 744 715	10 730 642	19 588 750	664	—	4 497 984
Seguro	—	—	—	—	842	4 810
Greenvolt	530 745	933 726	—	—	—	—
Mondego	391 755	2 162 350	—	—	—	—
Ródão Power	95 940	315 438	—	—	—	—
Bioródão	—	—	—	—	387	4 613
Florestsul	6 150	—	—	—	—	—
Cofina Media, S.A.	—	—	—	10 083	—	—
	<u>9 341 541</u>	<u>22 149 907</u>	<u>19 588 750</u>	<u>12 136</u>	<u>2 479 856</u>	<u>4 507 407</u>

31 de dezembro de 2019

	Saldo devedores				Saldo credores	
	Cientes	RETGS (Nota 11)	Outros ativos correntes	Outros ativos financeiros correntes	Fornecedores	Outros passivos correntes
Celtejo	1 847 461	5 155 539	—	—	—	11 691 000
Altri Florestal	116 235	1 859 351	—	—	—	—
Inflora	15 377	299 795	—	—	—	—
Caima Indústria	2 658 030	3 291 490	—	—	—	5 084 000
Viveiros do Furadouro	34 438	68 898	—	—	—	—
Captaraiz	10 765	(1 345)	—	—	—	—
Caima Energia	233 700	2 063 759	—	—	—	—
Altri Abastecimento de Madeira	76 262	267 853	—	—	—	—
Celbi	7 646 910	16 693 089	16 775 000	19 294 750	—	—
Seguro	1 342	—	—	—	—	—
Greenvolt	398 520	—	—	—	—	—
Mondego	1 538	—	—	—	—	—
Ródão Power	178 350	—	—	—	—	—
Bioródão	6 150	—	—	—	—	—
Cofina Media, S.A.	—	—	—	—	9 928	—
	13 225 077	29 698 428	16 775 000	19 294 750	9 928	16 775 000

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica do ativo corrente “Outros ativos financeiros” respeita a obrigações da Celbi adquiridas em mercado pela Altri SGPS que se vencem em julho de 2027 (no montante de 5.892.250 Euros; 5.793.750 Euros em 31 de dezembro de 2019), fevereiro de 2024 (no montante de 8.501.000 Euros; 8.501.000 Euros em 31 de dezembro de 2019) e maio de 2028 (no montante de 5.195.500 Euros; 5.000.000 em 31 de dezembro de 2019) cujo valor contabilístico é similar ao seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Outras dívidas a terceiros” incluiu um montante a pagar à Celbi relativo à transferência da posição nos derivados de cobertura de taxa de câmbio (Nota 17).

As principais transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são como se segue:

	31.12.2020			31.12.2019		
	Prestação de serviços	Fornecimento e serviços externos	Gastos com pessoal	Prestação de serviços	Fornecimento e serviços externos	Rendimentos financeiros
Celtejo	2 391 000	—	—	2 557 000	—	—
Altri Florestal	62 000	—	—	78 000	—	—
Inflora	—	—	—	5 000	—	—
Caima Indústria	1 297 000	—	—	1 711 000	—	—
Viveiros do Furadouro	11 000	—	—	21 000	—	—
Captaraiz	—	—	—	5 000	—	—
Caima Energia	121 000	—	—	130 000	—	—
Celbi	9 341 000	7 538	1 437 837	10 842 000	9 094	—
Sociedade Imobiliária Porto Seguro	—	—	—	5 000	—	—
Altri Abastecimento de Madeira	191 000	—	—	57 000	—	—
Greenvolt	863 000	—	—	864 000	—	182 060
Ródão Power	156 000	—	—	145 000	—	—
Bioródão	—	—	—	5 000	—	—
Sociedade Bioelétrica do Mondego	637 000	—	—	5 000	—	—
Florestsul	5 000	—	—	—	—	—
Cofina Media, S.A.	—	104 256	—	—	164 681	—
	15 075 000	111 794	1 437 837	16 430 000	173 775	182 060

Durante o exercício de 2020, a subsidiária Altri SL distribuiu reservas a título de dividendos no montante de 90.000.000 Euros (110.000.000 Euros em 2019).

21. GASTOS COM PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 11 e 10, respetivamente.

22. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	31.12.2020	31.12.2019
Número de ações para efeito de cálculo do resultado líquido básico e diluído	205 131 672	205 131 672
Resultado para efeito do cálculo do resultado por ação líquido e diluído	95 148 555	114 428 315
Resultado por ação		
Básico	0,464	0,558
Diluído	0,464	0,558

23. APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

No que respeita ao exercício de 2019, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, o qual foi aprovado em Assembleia Geral realizada a 30 de abril de 2020, que o resultado líquido individual da Altri, SGPS, S.A. no montante de 114.428.315 Euros, tivesse a seguinte aplicação:

Dividendos	61.539.502 euros
Reservas livres	52.888.813 euros

O que corresponde a um dividendo total de 0,30 Euros/ação.

No que respeita ao exercício de 2020, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, que o resultado líquido individual da Altri, SGPS, S.A. no montante de 95.148.555 Euros, tenha a seguinte aplicação:

Dividendos	51.282.918 euros
Reservas livres	43.865.637 euros

A distribuição de lucros do exercício ora proposta implicará o pagamento de um dividendo bruto de 0,25 Euros por ação.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

A magnitude, extensão e durabilidade do atual contexto de pandemia Covid-19, irá depender da eficácia do processo de vacinação em massa, bem como da eficácia de eventuais medidas de contenção adicionais definidas pelos governos. Acreditamos que a conjugação destes vários fatores, definirão os efeitos sobre a economia global e sobre os padrões de consumo.

De 31 de dezembro de 2020 até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Empresa.

O Conselho de Administração

Alberto João Coraceiro de Castro

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Domingos José Vieira de Matos

Laurentina da Silva Martins

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça

Maria do Carmo Guedes Oliveira

Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo

José Armindo Farinha Soares de Pina

José António Nogueira dos Santos

Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Altri, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1.485.974.878 euros e um total de capital próprio de 445.320.909 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital do Grupo de 34.977.248 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Altri, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade do Goodwill

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2020, o valor contabilístico do Goodwill ascendia a 265.630.973 euros (2019: 265.630.973 euros), representando 18% (2019: 18%) do total do ativo do Grupo.</p> <p>A eventual imparidade do Goodwill foi considerada uma matéria relevante porque o montante escriturado deste ativo é significativo e porque o processo de avaliação</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Examinámos as projeções de fluxos de caixa que sustentam os testes de imparidade realizados pelo Conselho de Administração. Testámos as bases de preparação das projeções tendo em consideração a fiabilidade das projeções anteriores e informação histórica sobre os pressupostos;▶ Avaliámos os pressupostos utilizados/subjacentes nos modelos de avaliação aprovados pelo Conselho de

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>da imparidade é complexo, incluindo o uso de estimativas e a utilização de pressupostos, nomeadamente quanto a condições como a evolução económica futura, capacidade produtiva disponível no mercado, rédito e evolução de margens, sendo que devido à pandemia Covid-19 a incerteza sobre a evolução destas variáveis aumentou.</p>	<p>Administração, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios; e</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Testámos os cálculos do modelo usado pelo Conselho de Administração e avaliamos o impacto que variações possíveis nos pressupostos chave poderiam ter em termos de registo de imparidade do Goodwill. <p>Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 36), incluídas na Nota 9 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.</p>

2. Ativos biológicos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2020, os Ativos biológicos não correntes ascendem a 105.621.199 euros (2019: 104.491.065 euros), representando 7% (2019: 7%) do total do ativo do Grupo.</p> <p>São compostos essencialmente pela espécie florestal de eucaliptos, que se encontra dispersa por uma vasta área, em terrenos propriedade do Grupo e arrendados, e que, depois de cortados, são utilizados como a principal matéria-prima para a produção da pasta de papel.</p> <p>Conforme divulgado na Nota 2.3 i) das notas às demonstrações financeiras consolidadas, os Ativos biológicos encontram-se valorizados ao justo valor, tal como prevê a IAS 41.</p> <p>A determinação do justo valor foi efetuada por uma entidade externa, com base na informação constante da base de dados mantida pelo Grupo, a qual reúne informação volumosa e com diversas características.</p> <p>A determinação do justo valor, por não existir um valor de mercado observável, incorpora julgamentos significativos e complexos, materializados em modelos de fluxos de caixas que têm por base diversos pressupostos, apuramento e imputação por espécie dos gastos a incorrer até às florestas se encontrarem prontas para corte e o preço de venda expectável da madeira.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento dos controlos chave implementados pela Entidade, relacionados com a correta manutenção de informação fiável sobre “cadastro” da área florestal; ▶ Teste à informação incluída na base de dados através da seleção de uma amostra de contratos com os proprietários da área florestal sob gestão do Grupo e visita a algumas propriedades; ▶ Procedimentos substantivos sobre a capitalização de despesas com florestação, com rendas e sobre o total de cortes efetuados no período; ▶ Avaliação das credenciais da entidade externa contratada para o efeito de determinar o justo valor dos Ativos biológicos; ▶ Leitura do relatório de avaliação emitido pela entidade externa contratada e verificação da sua consistência e coerência com os registos financeiros e não financeiros disponibilizados. Em particular, avaliamos os pressupostos subjacentes à determinação do justo valor, incluindo as taxas de desconto utilizadas, preço de venda expectável da madeira e gastos a incorrer até as mesmas estarem prontas para corte; ▶ Teste aos cálculos constantes do modelo utilizado pela entidade externa; ▶ Envolvimento dos nossos especialistas internos em avaliações para aferir sobre a razoabilidade da taxa de desconto considerada; e ▶ Avaliação da razoabilidade do preço da madeira, considerando dados históricos do Grupo e dos gastos

O uso de diferentes modelos e/ou pressupostos originará diferentes valorizações para os mesmos ativos.

estimados a incorrer até aos ativos se encontrarem prontos para corte, bem como a repartição da totalidade dos gastos entre as diferentes espécies, por comparação com os gastos incorridos no exercício.

Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 41 e IFRS 13), incluídas nas Notas 2.3 i) e 11 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, Relatório de Governo Societário e demonstração não financeira consolidada nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório e Contas 2020 a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos eleitos auditores de Altri, SGPS, S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de abril de 2017 para um mandato compreendendo os exercícios de 2017 a 2019. Na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de abril de 2020, fomos eleitos para um novo mandato compreendendo o exercício de 2020;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 7 de abril de 2021

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Altri, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 416.269.475 euros e um total de capital próprio de 184.640.057 euros, incluindo um resultado líquido de 95.148.555 euros), a Demonstração do Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Altri, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Valorização/imparidade dos investimentos em subsidiárias e associadas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O montante escriturado dos Investimentos em subsidiárias e associadas, a 31 de dezembro de 2020, ascende a 180.988.177 euros (2019: 180.988.177 euros) representando 43% (2019: 46%) do total do ativo da Entidade.</p> <p>O risco de imparidade dos Investimentos em subsidiárias e associadas, mensurados ao custo, foi considerado uma matéria relevante porque o montante escriturado é significativo no total do ativo e porque o cálculo do valor</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Avaliação da existência de indícios de imparidade na mensuração dos investimentos em subsidiárias;▶ Obtenção e análise dos testes de imparidade, nos casos aplicáveis, incluindo a análise dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pelo Conselho de Administração, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação e a taxa de crescimento na perpetuidade;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
recuperável dos investimentos, caso existam indicadores de imparidade, é complexo, incluindo o uso de estimativas e a utilização de pressupostos quanto a, por exemplo, condições futuras de mercado e económicas, quotas de mercado, rédito e evolução de margens, sendo que devido à pandemia Covid-19 a incerteza sobre a evolução destas variáveis aumentou.	<ul style="list-style-type: none"> ▶ A validação dos cálculos aritméticos do modelo utilizado; e ▶ A realização de análises de sensibilidade, focadas em alterações possíveis nas variáveis mais críticas, como sejam a evolução dos preços de venda, a variação na taxa de desconto e a taxa de crescimento na perpetuidade. <p>Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 36), incluídas na Nota 4 das notas às demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão e Relatório de Governo Societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de abril de 2017 para um mandato compreendendo os exercícios de 2017 a 2019. Na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de abril de 2020, fomos eleitos para um novo mandato compreendendo o exercício de 2020;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
 - ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta data; e
 - ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 7 de abril de 2021

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas da
ALTRI, SGPS, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, submetemos à vossa apreciação o Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da ALTRI, SGPS, S.A. (“Sociedade”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1. Relatório sobre a atividade desenvolvida

Ao longo do exercício em apreço, o Conselho Fiscal acompanhou regularmente a evolução da atividade da Sociedade e das suas participadas, a regularidade dos registos contabilísticos, o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e a eficácia e integridade dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, tendo efetuado reuniões, presenciais ou por via telemática, com a periodicidade e extensão que considerou adequadas, designadamente nos dias 27 de maio, 8 de setembro de 2020 e 18 de novembro de 2020, no dia 16 de março e no dia 7 de abril deste ano de 2021, e obtido da Administração e dos Serviços da Sociedade e das suas participadas as informações e esclarecimentos solicitados.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda com particular atenção os trabalhos de auditoria no contexto de incerteza causado pela pandemia Covid-19, tendo em consideração a circular aos órgãos de fiscalização de entidades de interesse público, da CMVM, de 18 de dezembro de 2020, sobre a auditoria ao fecho de contas deste exercício. Neste contexto, cumpre-lhe destacar a resiliência do Grupo e a capacidade de adaptação às exigências e restrições impostas pela crise pandémica, salvaguardando um salutar desenvolvimento económico e financeiro.

Em cumprimento do art.º 249.º-A, n.º 1 do Código dos Valores Mobiliários, na versão introduzida pela Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, na sua reunião de 18 de novembro de 2020 o Conselho Fiscal emitiu parecer prévio vinculativo relativamente à revisão da política interna em matéria de transações com partes relacionadas, política essa que foi aprovada pelo Conselho de Administração. No decurso do exercício, as transações com partes relacionadas ou acionistas qualificados enquadraram-se na atividade corrente da Sociedade, foram realizadas em condições de mercado, cumprindo os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, não tendo sido identificada a presença de conflitos de interesses.

No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal reuniu regularmente com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria efetuados e tomar conhecimento das respetivas conclusões, para além de avaliar a sua independência. Nesta sede o Conselho Fiscal analisou ainda as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços que não de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas tendo-as aprovado,

desde logo por respeitarem a serviços permitidos, não afetarem a independência da respetiva SROC e cumprirem os demais requisitos legais.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo da Sociedade e os demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, designadamente as Demonstrações Individuais e Consolidadas da Posição Financeira, dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e os correspondentes anexos, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor, é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo da consolidação e procedeu ainda à apreciação da respetiva Certificação Legal das Contas e do Relatório de Auditoria, emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, documento esse que não apresenta quaisquer reservas e que mereceu o seu acordo.

Finalmente, o Conselho Fiscal analisou ainda o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização e demais documentação emitido pelo representante da Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da Sociedade.

2. Declaração de responsabilidade

No âmbito das competências do Conselho Fiscal, declara-se que, tanto quanto é do nosso conhecimento e convicção, os documentos de prestação de contas individuais e consolidados atrás referidos, foram preparados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da ALTRI, S.G.P.S., SA e do Grupo por ela liderado, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo, contendo uma adequada descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta. Atesta-se ainda que o Relatório do Governo da Sociedade, inclui os elementos referidos no art.º 245-A do Código de Valores Mobiliários.

3. Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão;
- b) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- c) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Desejamos manifestar ao Conselho de Administração e aos diversos Serviços da Sociedade e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 7 de abril de 2021

O Conselho Fiscal

Pedro Pessanha
Presidente do Conselho Fiscal

António Pinho
Vogal do Conselho Fiscal

Ana Paula dos Santos Silva e Pinho
Vogal do Conselho Fiscal

RELATÓRIO & CONTAS '20



Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818
4100-320 Porto | Portugal
T: +351 22 8346502
F: +351 22 8346503
sede@altri.pt
www.altri.pt

NIF: 507 172 086
Capital Social: 25.641.459€